

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Enero de 2011

Editada en marzo de 2012



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



**Govern
de les Illes Balears**

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 839

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

Roberto Leher, Alice Coutinho da Trindade,
Peter Sana y William Ramos da Silva

Fuentes

Jornal O Globo, Agencia Brasil, sitio del MST,
CMI, Boletín DATALUTA y O Vermelho

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do Conflito Social

Janeiro de 2011

2º feira 03

O Ministério da Justiça declara de posse permanente dos índios da etnia Pataxó 2 mil ha da Terra Indígena Aldeia Velha. A área está localizada no município de Porto Seguro - distrito de Arraial d'Ajuda, na Bahia (região Nordeste). Os índios ocupam atualmente cerca de 20 mil ha. A portaria foi publicada neste dia 3 de janeiro no Diário Oficial da União. A Fundação Nacional do Índio (Funai) promoverá a demarcação administrativa da terra, para posterior homologação pela presidente da República, Dilma Rousseff. A portaria entra em vigor neste dia 3 de janeiro.

3º feira 04

Cerca de 300 sem-terras ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se concentram em frente ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), em Presidente Prudente –São Paulo (região Sudeste). Eles reivindicam que o governo tome providências em relação a 93 mil ha de terras no Pontal do Paranapanema, consideradas devolutas. “Esperamos que essas terras se tornem de fato assentamentos para 300 pessoas sem-terra”, afirmou Marisa de Fátima, Dirigente do MST. Integrantes do MST se reuniram a portas fechadas com representantes do Itesp, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além das polícias militar e civil, para conversar sobre arrecadação das áreas. Segundo Clédson Mendes, Dirigente do MST, a reunião foi positiva.

4º feira 05

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) é multada em R\$ 2,8 milhões por ter poluído, no dia 26 de dezembro, o ar na área do entorno da usina, no bairro de Santa Cruz, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o secretário estadual do Meio Ambiente, Carlos Minc, a CSA também terá que desembolsar mais R\$ 14 milhões a título de “indenização compensatória acordada” para a implementação de ações compensatórias em benefício da população da região atingida pela poluição. O dinheiro será aplicado em obras de dragagem do Canal São Fernando, em Santa Cruz; no asfaltamento de ruas próximas ao entorno da usina, na aquisição de equipamentos para o programa Clínica da Família e a construção para o governo do estado de um Centro de Referência em Hipertensão e Diabete. O governo do Rio também determinou a redução de 30% na produção da siderúrgica, que cairá das atuais 16 milhões de toneladas por dia de placas de aço para, 10 mil toneladas. O secretário disse ainda que dificilmente a CSA conseguirá a licença de operação (prevista para fevereiro próximo) enquanto não resolver os problemas de infraestrutura operacional e garantir que vai conseguir operar com segurança e sem colocar em risco a saúde da população. No último dia 26 de dezembro, várias ruas e moradias do bairro de Santa Cruz foram cobertas por fuligem. O acidente provocou uma chuva negra, que atingiu casas e carros. Segundo a siderúrgica, a poluição ocorreu em consequência de defeito em um guindaste gigante da aciaria - unidade que processa o ferro-gusa produzido pelos fornos da unidade. O acidente obrigou a CSA a utilizar o poço de emergência para escoar o produto, mas não foi suficiente para impedir a poluição.

Um grupo de aproximadamente 300 integrantes do MST ocupam a Fazenda Martinópolis, que pertence à Usina Nova União, em Serrana - São Paulo (região Sudeste). A movimentação faz parte da Jornada de Lutas iniciada esta semana a fim de chamar a atenção para antigas demandas do movimento: desapropriação de propriedade improdutivas, ou em dívida com o Estado, e assentamento das famílias acampadas. O MST estima que existam cerca de 2 mil famílias vivendo em acampamentos no estado de São Paulo. De acordo com Gue Oliveira, a ação na Martinópolis, que abriga uma usina de cana-de-açúcar, foi motivada pelas grandes dívidas trabalhistas e fiscais da propriedade. Participaram da ocupação famílias sem terra da região da Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto. Além de amigos e amigas do MST de diversas regiões. A jornada de ocupações deve continuar até meados deste mês.

5º feira 06

Cerca de 200 integrantes do MST ocupam a Fazenda Bertazzoni em Cafelândia, a 440 quilômetros da capital São Paulo – SP (região Sudeste). A movimentação faz parte da Jornada de Lutas iniciada esta semana a fim de chamar a atenção para antigas demandas do movimento: desapropriação de propriedades improdutivas, ou em dívida com o Estado, e assentamento das famílias acampadas. A ocupação busca ainda pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a agilizar o processo de desapropriação das fazendas Recreio Gleba I e III , além da Portal do Paraíso, nos municípios de Gália e José Bonifácio. Além disso, eles também reivindicam a concretização da compra da Fazenda Corredeira, no município de Barbosa. O MST estima que existam cerca de 2 mil famílias vivendo em acampamentos no estado de São Paulo.

6º feira 07

Cerca de 300 famílias do MST ocupam uma propriedade no município de Castilho, na divisa com o estado de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A movimentação faz parte da Jornada de Lutas iniciada esta semana. A ação pretende chamar atenção para a necessidade de assentamento imediato para todas as pessoas acampadas no Brasil, que chegam aproximadamente a 100 mil famílias. Outras reivindicações também foram feitas, como: desapropriar grandes propriedades que não cumprem sua função social; atualizar os índices de produtividade; estabelecer um tamanho máximo para as propriedades rurais; desapropriar, para fins de Reforma Agrária as fazendas cujos proprietários estão em débito com a União; e desapropriar fazendas onde tenha sido constatado crime ambiental ou situação de trabalho escravo. O MST estima que existam cerca de 2 mil famílias vivendo em acampamentos no estado de São Paulo.

Aproximadamente 300 sem-terra ligados ao MST desocupam a Fazenda Martinópolis, em Serrana – São Paulo (região Sudeste). Os militantes deixaram o local em cumprimento a um mandado de reintegração de posse. A Polícia Militar (PM) foi à fazenda para garantir que a decisão judicial fosse obedecida. Segundo relato dos presentes, a tropa utilizou de violência, armas e ameaçaram prender as famílias acampadas. A operação envolveu em torno de 50 viaturas e o batalhão de choque segundo informações do site do MST. A fazenda pertence à Usina Nova União, plantadora de cana-de-açúcar. A usina deve mais de R\$ 300 milhões de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), além de não pagar seus trabalhadores desde setembro de 2010. Multas ambientais e sonegação ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também estão na lista de irregularidades da empresa. Um grupo de trabalhadores já denunciou a situação à

Procuradoria do Estado. As famílias reivindicam a destinação da área para a Reforma Agrária e o pagamento imediato dos trabalhadores da usina.

Mais de 100 famílias sem-teto integrantes do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) ocupam, nesta madrugada, uma área no Complexo Taiçoca, no município de Socorro, na grande Aracaju - Sergipe (região Nordeste). Segundo os sem-teto, o abandono da área, que há mais de 20 anos funcionava como depósito de lixo e ponto de violência, já vinha colocando em risco a segurança dos moradores da comunidade, bem como a saúde destes, já que o local também virou foco de doenças. Em mutirão, as famílias ergueram o barracão principal e os barracos familiares. O objetivo da ocupação é a desapropriação da área e a realização de um Projeto de Moradia Popular onde as famílias sem-teto possam, enfim, ter um lugar para viver. À noite, o cadastro dos sem-teto no local registrou a presença de 1.040 famílias e em torno de 2.500 pessoas. Em apenas um dia, a ocupação "Novo Amanhecer" expandiu a área prevista em duas vezes o seu tamanho planejado.

Sábado 08

Cerca de 40 manifestantes realizam, no início desta noite, em São Paulo - SP (região Sudeste), uma passeata contra o reajuste de 62% dos salários dos deputados e senadores, aprovado em dezembro de 2010. O grupo partiu do Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista, e seguiu em direção à praça Oswaldo Cruz, acompanhado pela Polícia Militar. O protesto foi pacífico. De acordo com o grupo, a manifestação foi marcada por meio de redes sociais, como Twitter e Facebook. Esse foi o segundo protesto organizado pela internet. Em dezembro de 2010, o Congresso aprovou, em sessão "relâmpago", um decreto legislativo que aumentava de R\$ 16.512,09 para R\$ 26.723,13 a remuneração mensal dos deputados federais e senadores. O decreto também aumentou valor pago aos senadores, presidente e vice-presidente da República, e dos ministros do governo federal, a partir de fevereiro de 2011. O texto iguala o valor ao que é pago a um ministro do Supremo Tribunal Federal, que ganha o teto do funcionalismo público. Por ser um decreto legislativo, o texto não precisou passar por sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Indígenas fazem protesto reclamando de falta de atendimento de saúde desde que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) passou a responsabilidade para secretaria especial. Seis índios da etnia Xavante morreram nos últimos cinco dias em Campinópolis - Mato Grosso (região Centro-oeste), cidade a 710 km de Cuiabá. Os indígenas morreram por falta de assistência médica. Segundo o chefe do Pólo do Distrito Sanitário Especial Indígena do município, o Xavante Marcos Antonio Tseredzao, quatro crianças morreram de diarreia, uma de pneumonia e uma índia adulta morreu por complicação de parto. Ontem, um adulto e duas crianças foram levadas ao hospital de Barra do Garças, com pneumonia. Segundo técnicos da Casa Indígena de Campinópolis, a índia grávida teria ficado dois dias internada com o bebê já morto. "Não sei por que demoraram tanto. A criança estava morta e eles esperaram dois dias para encaminhar para um hospital de Barra do Garças, não tinha como sobreviver", disse Tseredzao. Campinópolis é considerado um dos maiores pólos da etnia no estado, com cerca de 6,8 mil índios distribuídos em 210 aldeias. De 200 crianças nascidas em 2010, 60 morreram em decorrência de doenças respiratórias, parasitárias e infecciosas. A situação precária pela qual passam os índios teria sido agravada no segundo semestre de 2010, com a criação da Secretaria Nacional de Saúde Indígena (Sesai). Segundo Tseredzao, os índios estão adoecendo nas aldeias e não há como transportá-los. As seis viaturas usadas para esse fim estão paradas no pátio da Funasa em Barra do Garças. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) classifica a situação como "extermínio dos povos indígenas". A assessoria de imprensa da Secretaria Nacional da Saúde Indígena informou que já tinha conhecimento das mortes e negou que tenha havido interrupção no atendimento aos índios.

O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), no Rio de Janeiro (região Sudeste) denuncia a influência de pelo menos 13 deputados nas indicações de 10 coordenadores regionais de ensino –equivalente a um terço do total de coordenadores no estado. Segundo o SEPE os cargos são visados por envolver questões como a contratação de funcionários terceirizados e a compra de insumos para merenda, a denúncia ocorre posteriormente ao anúncio do plano instituindo o sistema de meritocracia na escolha dos diretores de escolas.

Domingo 09

Trabalhadores assentados do Projeto de Desenvolvimento Social Esperança, em Anapu – Pará (região Norte) criado pela missionária norte-americana Dorothy Stang bloqueiam as estradas que dão acesso ao assentamento. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o bloqueio é um protesto contra a ação de madeireiros que vêm atuando ilegalmente na região. Dorothy Stang foi assassinada em 2005, no mesmo assentamento. De acordo com relatos colhidos pela comissão e informados ao Ministério Público Federal (MPF) do estado do Pará, madeireiros aproveitaram o período de férias dos técnicos do Incra para roubar madeira de áreas de preservação ambiental no interior do assentamento Esperança. Após as sucessivas denúncias feitas ao Incra, os assentados optaram por bloquear as estradas vicinais como forma de pressionar o órgão a agir. Segundo a CPT, há tempos os trabalhadores denunciam a extração ilegal de madeira no local e reivindicam a construção de guaritas de controle de acesso ao projeto. Em 2010, os trabalhadores já haviam realizado manifestações contra a ação dos madeireiros, bloqueando estradas de acesso ao assentamento e incendiando ao menos dois veículos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi até o local a fim de fiscalizar a área, onde apreendeu caminhões carregados de madeira ilegal, mas, segundo a CPT, os madeireiros retornaram assim que os fiscais deixaram a região. Na época, o MPF-PA chegou a pedir apoio da Força Nacional (que não chegou a ser enviada) para garantir a segurança. Na avaliação dos procuradores Alan Mansur e Daniel Avelino, de lá para cá a situação só piorou.

2º feira 10

Estudantes e um produtor de documentários baiano iniciam o primeiro protesto contra o fechamento, previsto para 27 de Janeiro, do Cine Belas Artes, que funciona na esquina da Rua da Consolação com a Avenida Paulista desde 1943. O grupo criticou a ausência de personalidades ao ato. Com cartazes e filmadoras, os integrantes do grupo se conheceram na frente do cinema em São Paulo – SP (região Sudeste), após a manifestação ser divulgada no fim de semana em redes sociais como *Twitter* e *Facebook*. Nenhum ator, cineasta ou personalidade ligada à cultura paulistana participou do ato. Ao longo de uma hora, os manifestantes ganharam o apoio de cerca de 30 pessoas que estavam no cinema. Eram principalmente jovens que deixavam as salas ou estavam chegando para comprar bilhetes das próximas sessões.

O MST inicia sua jornada de luta por Escola e Educação em todo estado da Bahia (região Nordeste). As prefeituras de Itamaraju, Prado, Itabela e Mucuri foram ocupadas. Os trabalhadores reivindicam que os prefeitos assinem um documento, comprometendo-se com a viabilização da pauta de reivindicações que inclui a imediata construção de escolas nas áreas de Reforma Agrária, um dos problemas mais graves, segundo os trabalhadores. Implantação do ensino fundamental e médio, expansão do ensino profissional e contratação de professores também estão na lista de exigências. Segundo Edineide Xavier, integrante da coordenação estadual, a jornada acontecerá em

localidades onde o movimento possui acampamentos e assentamentos. "Sofremos com a ausência de escolas com infraestrutura adequada e com a inexistência de formação específica para os educadores do campo. Outro problema grave é a má qualidade do transporte escolar oferecido pelos municípios, o que coloca em risco a vida de nossas crianças", disse. O movimento prometia só desocupar as prefeituras após ser recebido pelos prefeitos, mas até a noite nenhum deles havia atendido à reivindicação. Mesmo assim, em Mucuri e Itabela, os manifestantes deixaram as sedes dos Executivos municipais.

5º feira 13

Uma passeata contra o aumento das passagens de ônibus é realizada em frente ao Teatro Municipal de São Paulo –SP (região Sudeste) organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL). Mesmo antes do anúncio formal do aumento da tarifa, o MPL começou a articular a jornada de luta, visto que todos os anos o aumento ocorre neste período de férias escolares. A estratégia de fato minimiza a ação das entidades organizadas do movimento estudantil, que geralmente realizam mobilizações nas escolas, dando avisos em salas de aula e distribuindo panfletos entre os estudantes pelos corredores e nos portões das instituições de ensino. Um aumento nas passagens de ônibus como o que passou a vigorar desde 5 de janeiro, prejudica a locomoção cotidiana de todos aqueles que não têm condições financeiras de pagar a nova tarifa. O Movimento Passe Livre é um movimento social que nasceu das revoltas e manifestações contra o aumento das tarifas em cidades como Salvador e Florianópolis e hoje está organizado em várias cidades do país como um movimento popular que luta por um transporte público sem exclusão social. Em muitas ocasiões, as atividades deste movimento estiveram casadas com a mobilização de entidades como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), como as referidas ações em Florianópolis e Salvador.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (Região Sudeste) liberta 131 trabalhadores em condições análogas a de escravos em lavouras de feijão. As autuações ocorreram nas fazendas São Miguel e Gado Bravo, nos municípios de Unaí e Buriti. Nenhum dos libertados tinha carteira assinada e os empregadores não concediam descanso semanal aos domingos. A jornada de trabalho se estendia por 10 horas, sem respeitar o intervalo para repouso e alimentação. Além disso, os trabalhadores recebiam por produção e gastavam a maior parte dos rendimentos numa cantina que fornecia mercadorias a preços mais altos que os praticados pelo mercado. Nas lavouras onde o trabalho era realizado, não havia água potável disponível. Sem alojamento adequado, os trabalhadores dormiam no chão. O município de Unaí ficou nacionalmente conhecido em 28 de janeiro de 2004. Na ocasião, três auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram assassinados numa emboscada enquanto realizavam trabalhos de rotina. Na última atualização da "lista suja" do trabalho escravo, o MTE incluiu 88 novos empregadores. Ao todo 220 infratores estão relacionados. A inclusão na "lista suja" dificulta a obtenção de crédito em instituições financeiras e empresas que assinam o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Sábado 15

O MST, Movimento do Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento dos Unidos Pela Terra (Uniterra), e a Federação Dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (FERASP) com apoio da CUT e de sindicatos rurais da região, ocupam com cerca de 5 mil trabalhadores cerca de 23 latifúndios nas regiões de Pontal Paranapanema,

Araçatuba e Alta Paulista –São Paulo (região sudeste). As atividades fazem parte do "janeiro quente", que marca posição dos movimento agrários no início do governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Em comunicado público, os movimentos afirmam que os alvos das ocupações são fazendas improdutivas. O objetivo das ocupações é agilizar as arrecadações de terra e reivindicar o assentamento de cerca de 8 mil famílias acampadas nas estradas de diversos municípios das cidades do estado de São Paulo. O chamado "janeiro Quente" quer chamar a atenção do governo para os inclusão do trabalhador rural desempregado, pelo fim do regime de escravidão nos canaviais, pelo fim da pobreza e da exploração, pelo fim do latifúndio, e por justiça social. Na nota pública lançada, os movimentos reivindicam dos poderes Legislativo e Executivo a atualização dos índices de produtividade datado de 1970, o assentamento urgente das famílias acampadas, agroindústrias e programa de biodiesel para os assentados, apoio total a agricultura familiar mudança no decreto 433º para a compra das terras a vista, implantação da Universidade da Reforma Agrária no Pontal, e assistência.

3º feira 18

O juiz João Alexandre Sanches Batagelo, da Vara Cível de Bilac, no oeste paulista, proíbe o MST de montar acampamentos em rodovias, estradas, acessos e outras áreas públicas do município, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. A decisão, dada hoje, em ação movida pela prefeitura de Piacatu - São Paulo (região Sudeste), obrigou o dissidente do MST José Rainha Júnior a desmontar quatro acampamentos nas duas cidades. Os acampamentos fazem parte do chamado "janeiro quente" - jornada de ocupações do movimento prevista para o mês. Militantes que estavam acampados na frente das fazendas Califórnia e Santo Anastácio, em Gabriel Monteiro, e Santo Antonio e São Bento, em Bilac, deslocaram-se para a região de Tupã. Na decisão, o juiz argumenta que a medida destina-se à "manutenção dos autores (prefeituras) na posse das estradas municipais, pavimentadas ou não, acessos públicos e qualquer outra área pública rural ou urbana".

Cerca de 500 pessoas participam de uma manifestação na Avenida Paulista, na região central de São Paulo (região Sudeste). O presidente da CUT, Artur Henrique da Silva, declarou que as centrais se manterão mobilizadas pela correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Caso a Justiça considere o pedido das centrais procedente, trabalhadores filiados às entidades que recebem até R\$ 1.595,99, por exemplo, passarão a ser isentos do IR. Na atual tabela, o limite de isenção é de R\$ 1.499,15. As outras faixas de cobrança também seriam corrigidos pelo mesmo índice. Os sindicalistas defendem, além da correção da tabela do IRPF, reajuste do salário mínimo para R\$ 580 e aumento de 80% do percentual aplicado ao piso nacional para o benefício dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo por mês. Participaram da manifestação, além da Força Sindical e da CUT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Nova Central. Paulinho, da Força Sindical, afirmou que ações como a aberta hoje em São Paulo serão protocoladas também em tribunais federais de 20 estados. Além disso, um processo para correção da tabela do IR será aberto pelas entidades no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) entra com uma ação popular contra o decreto legislativo aprovado no final de 2010 que autorizou aumentos para parlamentares, ministros do Executivo e para o presidente da República. A ação foi ajuizada na 5ª Vara Federal de Brasília. O PSTU afirma que o aumento é inconstitucional porque viola os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa. O presidente do partido, José Maria, alega na ação que não é possível equiparar o salário dos membros do Executivo e do Legislativo com os do Judiciário porque os tipos de função são diferentes. "Os parlamentares e os membros do governo [...] não podem ser

equiparados aos cargos públicos de natureza estatal”, diz trecho da ação, que ainda lembra que a Constituição não prevê equiparação entre as funções. A ação também lembra que, além dos subsídios, os parlamentares recebem vários benefícios diretos que somam mais de R\$ 66 mil – os magistrados recebem apenas o subsídio mensal, sem outros benefícios. José Maria afirma que há insatisfação generalizada com o decreto, especialmente se comparado com o ajuste sinalizado para o salário mínimo. Em dezembro de 2010, os parlamentares reajustaram seus próprios salários em 62%, o salário de presidente da República, em 134% e o salário dos ministros de Estado, em 149%. A ideia era equiparar os vencimentos com o subsídio de R\$ 26.723,13 recebido por ministros do Supremo Tribunal Federal.

Assentados e madeireiros entram em conflito mais uma vez no Pará (região Norte), no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança. Os assentados reclamam da falta de fiscalização do estado e exigem a instalação de guaritas de controle para conter a entrada de madeireiros e caminhoneiros na área do projeto. Os madeireiros defendem a exploração madeireira como fonte de renda e, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, tenta evitar que o Incra os expulse do local. O Incra já notificou ao menos 30 famílias para deixarem a área. Após seis dias de bloqueio das estradas vicinais que dão acesso ao projeto, os assentados conseguiram que a superintendente regional do Incra de Santarém - Pará, Cleide Antônia de Souza, fosse ao assentamento e se comprometesse a, em 60 dias, dar uma resposta sobre a instalação de ao menos dois postos de vigilância com a presença de seguranças particulares armados contratados pelo instituto. A mesma medida já foi adotada em outro assentamento de Anapu. Após o fim da reunião com os assentados, a superintendente foi então abordada por pessoas que se identificaram como representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Alegando ser contrário à instalação das guaritas, o grupo ameaçou interditar a Rodovia Transamazônica (BR-230) e exigiu que seja promovida uma audiência pública com a presença da Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério Público Federal e do Ibama. Temendo um iminente confronto, o governo do estado reforçou o policiamento em Anapu e deixou de prontidão efetivos da Companhia Regional da Polícia Militar de Altamira.

5º feira 20

O MPL realiza um novo protesto contra o reajuste das passagens de ônibus em São Paulo - SP (região Sudeste). A concentração aconteceu na Praça do Ciclista, na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação. No dia 13 de Janeiro, mais de 700 manifestantes realizavam uma passeata pacífica até que um desentendimento entre alguns estudantes e a Polícia Militar desencadeou uma reação violenta na região da praça da República. Segundo o MPL, uma pessoa foi presa naquele momento, e mais 30 depois da dispersão dos estudantes. Todos foram encaminhados para o Terceiro Distrito Policial, no centro da cidade, e liberados no mesmo dia. Não houve nenhuma acusação formal contra os manifestantes. O MPL defende um transporte que seja efetivamente público, custeado pela prefeitura e entendido como direito básico. O MPL considera ainda que os aumentos evidenciam uma lógica que trata o transporte público como mercadoria e que a cada reajuste se amplia a exclusão das pessoas que podem utilizá-lo. O MPL tem utilizado sua página no *Facebook* para divulgar os atos e fotos e reportagens sobre as manifestações.

Cerca de 150 integrantes do Movimento Sem-Teto participam do protesto em frente a sede da Conder, no bairro de Narandiba –São Paulo– São Paulo (região Sudeste). De acordo com Ernandes Lopes, coordenador do movimento, o grupo planejava ocupar o prédio do órgão e não pretendia sair do local até obter uma posição sobre a construção de 70 unidades habitacionais na localidade de Caípe, em São Francisco do Conde. Segundo Lopes, foi elaborado um projeto de construção de 230

unidades habitacionais no local. Destas, 118 foram erguidas com verba da Petrobras. Restaram 112. O movimento negociou com a Conder há 3 anos e teria ficado definido que, a partir desta parceria, 70 unidades seriam feitas com recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) no valor total de R\$ 1,6 milhão. Em dez meses, diz Lopes, foi aberto processo de licitação para escolha da empresa construtora, mas as obras não começaram. "Nosso medo é que o contrato seja cancelado, porque após 12 meses a licitação pode ser cancelada. Não vamos sair daqui só com promessas", diz. O município de São Francisco do Conde tem um déficit habitacional de 2 mil unidades, segundo informações de Ernande Lopes. Sete viaturas da Polícia Militar foram ao local para observar o movimento.

Sábado 22

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) reivindica a criação de uma subsecretaria específica no Ministério das Comunicações. Esse é um dos principais pontos que está sendo discutido no Sétimo Congresso Nacional da Abraço, que ocorre em Brasília –Distrito Federal (região Centro-oeste). A proposta da subsecretaria surgiu na Primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em dezembro de 2009, e pretende intensificar o processo de criação das rádios comunitárias. Os representantes das rádios comunitárias pedem também participação nas discussões sobre a criação do novo marco regulatório para a comunicação. Para a coordenadora do coletivo de mulheres da Abraço, Inês Fortes, a criação da subsecretaria e o novo marco regulatório da comunicação são promessas que o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu e não cumpriu. O Congresso reúne, cerca de 500 delegados que representam rádios comunitárias de todo o país.

Estudantes que participam da sétima Bienal da UNE, realizada esta semana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), realizam marcha na Praia de Ipanema, na zona sul da cidade. De acordo com o presidente da entidade, Augusto Chagas, a manifestação batizada de “culturata” fecha uma série de atividades culturais e de reflexão sobre a condição dos estudantes brasileiros. Segundo ele, entre as principais bandeiras defendidas pelo movimento estudantil está a ampliação dos recursos destinados às áreas da educação e da cultura. “O Brasil investe hoje cerca de 5% do PIB [Produto Interno Bruto] em educação e nós queremos que esse investimento seja de 10%, além de 50% do Fundo Social do Pré-sal. Também defendemos que o governo destine pelo menos 2% do PIB para a cultura. São dois elementos que, somados, têm condições de emancipar nossa juventude e dar mais possibilidades de o Brasil sonhar com um futuro melhor e mais justo”, disse Chagas. Chagas informou ainda que a UNE durante a manifestação, lança uma campanha de apoio às regiões atingidas pelas chuvas no Rio. O objetivo é recrutar estudantes voluntários que, a partir de sua formação acadêmica ou área de estudo, possam dar suporte às vítimas e à reconstrução das áreas afetadas pelas enchentes.

2ª feira 24

De acordo com relatório divulgado pelo Ibama, a maioria dos agrotóxicos comercializados no Brasil são classificados como perigosos ou muito perigosos para o meio ambiente. Os agrotóxicos são classificados pelo Ibama em 4 níveis de “potencial de periculosidade ambiental”. Os da classe 1 são considerados altamente perigosos, os da classe 2, muito perigosos, os da classe 3, perigosos e os da classe 4, pouco perigosos. Em 2009, 88% dos defensivos agrícolas comercializados no país pertenciam às classes 1, 2 e 3: 1% são da classe 1, 38% da classe 2, e quase metade, 49%, da classe 3. Na avaliação por estados, o panorama é parecido com o nacional, com exceção do Amazonas,

onde a maioria dos agrotóxicos comercializados foram do tipo pouco perigoso para o meio ambiente. Entre os riscos dos agrotóxicos para a natureza estão interferências nos processos de respiração do solo e distribuição de nutrientes, além da mortandade de espécies de aves e peixes. O insumo agrotóxico mais comercializado no país em 2009 foi o herbicida glifosato, utilizado em lavouras de 26 culturas diferentes, entre elas arroz, café, milho, trigo e soja. Avaliado na classe 3, o agrotóxico teve 90,5 mil toneladas comercializadas no período. Entre os 10 produtos agrotóxicos mais comercializados está o metamidofos, banido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na última semana pelos altos riscos à saúde. A proibição será gradual e o produto poderá ser comercializado até 2012. Também estão na lista dos mais vendidos os produtos à base de cipermetrina, óleo mineral, óleo vegetal, enxofre, ácido 2,4-Diclorofenoxiacético, atrazina, acefato e carbendazim. Segundo o Ibama, o acefato está passando por processo de reavaliação e pode ser banido das lavouras brasileiras. Os dados para o levantamento do Ibama são enviados por empresas, seguindo determinação legal. As informações poderão subsidiar a fiscalização e a concessão de autorizações de estudos para buscar produtos menos nocivos ao ambiente.

Moradores do bairro Cidade Dutra, São Paulo - SP (região Sudeste) fecham as principais ruas da região em protesto contra a inoperância do poder público contra os estragos causados pelas enchentes no local. O governo acionou a Polícia Militar para reprimir o protesto, mas não conseguiu dispersar os manifestantes, que resistiram com pedras e fogos de artifício. Depois do confronto, os moradores ainda se dirigiram à subprefeitura da região. Nesta semana foram registrados, ainda, protestos contra a administração tucana de Geraldo Alckmin no governo do estado. Em Mauá, cidade da Grande São Paulo, o protesto ocorreu após as enchentes que atingiram a cidade no último dia 18. A Avenida Castelo Branco foi fechada e os moradores do local fizeram barricadas nas ruas. Moradores do município de Santo Antonio do Descoberto no estado de Goiás (centro-oeste), protestam contra a má qualidade e o preço do transporte público, além da má condição que liga a cidade a Brasília- Distrito Federal. Os manifestantes exigem a saída do prefeito da cidade. Durante a manifestação, a população ateou fogo num ônibus, apedrejou a prefeitura e outros prédios públicos da cidade, ergueu e ateou fogo em barricadas na rodovia, e respondeu com paus e pedras as bombas de efeito moral e as balas de borracha da PM. Um cinegrafista chegou a registrar o momento em que um soldado da tropa de choque agrediu um deficiente físico com um soco no rosto. Outro morador que pedia calma para a polícia foi atingido a queima roupa por uma bala de borracha. Oito pessoas foram detidas e cinco foram levadas para o hospital. Além da precariedade dos transportes públicos, os moradores também protestavam contra as vias esburacadas da cidade e a péssima qualidade dos serviços públicos oferecidos a população de Santo Antônio do Descoberto.

3º feira 25

Estudantes do MPL, que protestavam contra o aumento das passagens na cidade de São Paulo –SP (região Sudeste) entram em confronto com seguranças durante cerimônia de reabertura da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, a segunda maior instituição do gênero no país. O prédio estava em reforma desde 2007. Seguranças da prefeitura e guardas civis metropolitanos pediram aos manifestantes que saíssem do local. Como houve recusa, os agentes reagiram com o uso da força. Um dos manifestantes foi empurrado e depois jogado por um segurança no chão, próximo à porta de entrada do acervo de livros da biblioteca. No saguão da biblioteca, que estava lotado no momento, houve corre-corre. O preço da passagem de ônibus na capital paulista subiu no último dia 5 de Janeiro de R\$ 2,70 para R\$ 3. O reajuste de 11,11% foi definido no fim do ano de 2010 pela prefeitura. Com o aumento, acima do índice de inflação, São Paulo é uma das cidades com o transporte coletivo mais caro do país, segundo a Organização Não Governamental (ONG) Rede Nossa São Paulo. De acordo com a SPTrans, empresa municipal que administra o transporte

coletivo de São Paulo, o reajuste compensa o aumento dos custos acumulado desde janeiro de 2010, data do último reajuste. O percentual, entretanto, é quase o dobro da inflação de 2010 que, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), foi de 6,4%. O protesto foi realizado durante visita do Prefeito Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM) ao local, em comemoração dos 457 anos da capital paulista.

Moradores do bairro Itaim-Bibi em São Paulo –SP (região Sudeste) promovem um apitaco em defesa do patrimônio histórico no momento em que o prefeito Gilberto Kassab (DEM) deixava a Catedral da Sé, onde assistia à missa de comemoração dos 457 anos da capital. Além das festividades, homenagens e reportagens especiais, o aniversário de São Paulo foi marcado também por protestos. O protesto foi organizado contra o projeto de permuta de um terreno com árvores e equipamentos municipais naquele bairro por creches em outras regiões. À tarde, durante a reabertura da Biblioteca Mário de Andrade, manifestantes protestaram contra o aumento da tarifa de ônibus para R\$ 3. Além deste episódio, mais de 100 manifestantes fecharam a Avenida Nordestina, uma das principais vias do bairro Itaim Paulista, zona leste de São Paulo. Três ônibus foram incendiados após as enchentes que atingiram novamente o bairro. Além das enchentes, outra questão colocada pela população foram as desapropriações na região.

Audiência pública reduz clima de tensão dos últimos dias no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, em Anapu –Pará, onde há 6 anos a missionária Dorothy Stang foi assassinada. Comandada pelo ouvidor agrário nacional, Gercino da Silva Filho a audiência pública contou com a presença de mais de 1,2 mil pessoas, entre trabalhadores rurais, autoridades policiais, representantes de organizações ambientais e membros do Incra e do Ministério Público. A reunião começou em clima tenso, mas terminou em acordos, segundo representantes do Incra e da CPT. As autoridades policiais vão fazer cumprir uma liminar que determina a retirada de 22 famílias que ocupam e exploram ilegalmente a área de reserva legal do assentamento. A reserva legal é um pedaço da propriedade onde a retirada de vegetação nativa é proibida. Também ficou acertada a construção de guaritas de segurança em dois acessos do PDS Esperança para tentar coibir a retirada de madeira, que sai do assentamento em caminhões carregados de toras. No início de janeiro, os assentados bloquearam as entradas do PDS para impedir a entrada de madeireiros. Em retaliação, um grupo de famílias ligadas aos madeireiros fechou um trecho da rodovia Transamazônica na última semana e deixou o assentamento isolado por algumas horas. A tensão motivou o deslocamento de homens da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança para a região para evitar um novo conflito entre assentados e madeireiros, como o que há seis anos resultou na morte da missionária. A elaboração de um plano de manejo florestal sustentável para o PDS, outra reivindicação dos assentados apresentada na audiência pública, deverá ser encaminhada após a revisão ocupacional do assentamento, que o Incra retomou na última semana. Uma comissão com 5 representantes do instituto está fazendo um levantamento das famílias que vivem na área, para avaliar quem está em situação irregular.

4º feira 26

Apos o presidente do Ibama ser exonerado por ser contra o licenciamento parcial, o Ibama concede autorização para o começo da construção do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu–Pará (região Norte). O presidente substituto do Ibama, Américo Ribeiro Tunes, assinou uma autorização de supressão de vegetação, que permite o desmate de uma área de 238 ha no local de construção da usina. O documento autoriza a Norte Energia, responsável pela obra, a “proceder a supressão de vegetação relativa à implantação de infraestrutura de apoio no sítio Belo Monte (acampamento, canteiro industrial e área de estoque de solo e madeira)”. Na prática, a

autorização equivale a uma licença parcial de instalação, que não está prevista no processo regular de licenciamento ambiental. A empresa vai precisar obter junto ao Ibama a licença de instalação, que permite começar as obras. Depois que o empreendimento estiver concluído, será preciso uma licença de operação para colocar a hidrelétrica em funcionamento. O Ministério Público Federal já havia anunciado que irá entrar com uma nova ação na Justiça caso o Ibama emitisse alguma autorização parcial antes da licença de instalação. A autorização assinada hoje prevê uma série de condicionantes que deverão ser cumpridas pelo consórcio para compensar o desmatamento na área da usina, entre elas a recuperação de 64,5 ha de Área de Proteção Permanente na zona de influência da hidrelétrica. Belo Monte é uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve ser concluída até o começo de 2015. Com potência instalada de 11,2 mil megawatts, será a segunda maior hidrelétrica brasileira e a terceira maior do mundo.

Com a organização do Comitê de Solidariedade a Cesare Battisti, representantes de movimentos sociais e intelectuais se reúnem no auditório da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no centro da cidade –SP (região Sudeste), para pedir a liberdade do ex-ativista italiano. Os participantes fizeram exposições sobre a situação de Battisti e o contexto histórico e político envolvendo o caso. Ex-integrante do grupo Proletários Armados pelo Comunismo, Battisti foi condenado por participação em 4 homicídios na Itália. No entanto, ele nega a participação nos assassinatos e pede abrigo ao governo brasileiro. O governo italiano quer a sua extradição por considerar que os crimes praticado por eles são comuns, e não políticos. No último dia 31, com base em um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu pela permanência de Battisti no país. A Itália, no entanto, tem pressionado o Brasil para que reveja a decisão. Segundo Paique Duques, um dos membros do comitê em defesa do ex-ativista, o ato de hoje faz parte de uma série de manifestações que ocorrerão em todo o país.

5º feira 27

Um grupo de 60 ONG sócio-ambientais divulga uma nota de repúdio à concessão da licença de instalação parcial para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu–Pará (região Norte), emitida no dia 26 de janeiro pelo Ibama. Para as entidades, a licença parcial é “o primeiro grande crime de responsabilidade do governo federal neste ano que nem bem começou”. Na nota, a hidrelétrica é citada como um “enorme predador” que será instalado às margens do Rio Xingu. O grupo critica a ausência de garantias do projeto para evitar o desequilíbrio social e ambiental na região. “Denunciamos essa obra como um projeto de aceleração da miséria, do desmatamento, de doenças e da violação desmedida das leis que deveriam nos proteger”, diz o texto. As lideranças argumentam ainda que o Ibama não levou em conta opiniões contrárias à construção da hidrelétrica antes de conceder a licença parcial. Em nota divulgada no dia 26, o Ibama disse que a liberação se deu com base em critérios técnicos e que autoridades e organizações da região foram ouvidas. O Ministério Público Federal no Pará (MPF) também reagiu à concessão da licença parcial e entrou com uma nova ação na Justiça questionando o licenciamento ambiental de Belo Monte. O procurador da República no Pará, Ubiratan Cazzeta, informou que a ação civil pública pede a suspensão da licença, que na avaliação do MPF, foi emitida de forma precária pelo Ibama. “Uma obra desse porte, com esses custos sociais não pode ser iniciada repetindo os erros do passado”, comparou. Em novembro de 2010, o MPF enviou ao Ibama uma recomendação para que o órgão não fragmentasse o licenciamento de Belo Monte com a concessão da licença de instalação parcial. Formalmente, a legislação não prevê a emissão de licenças parciais. O processo regular se dá em três etapas: a licença prévia –que atesta a viabilidade da obra; a licença de instalação– que libera o início da construção; e a licença de operação –que autoriza o funcionamento do empreendimento.

Cerca de 2 mil estudantes realizam um protesto pelas ruas do centro de São Paulo– SP (região Sudeste) contra o preço da passagem de ônibus. Ao final da manifestação, o presidente da Câmara de Vereadores do município, Police Neto, recebeu um grupo de alunos para tratar do assunto. Neto se comprometeu a promover uma audiência pública para discutir o preço da tarifa do transporte coletivo da cidade e tentar intermediar um encontro com a prefeitura. Os estudantes, que fazem parte do MPL, consideram abusivo o reajuste de 11% que elevou a passagem para R\$ 3. Essa foi a terceira passeata contra o reajuste, que começou a vigorar no início deste ano. Cerca de 80 policiais, que contavam com o apoio 25 motos e 9 viaturas, acompanharam a manifestação. Nenhum incidente foi registrado durante o protesto. O ato reuniu cerca de 4,5 mil pessoas, de acordo com o Movimento.

6º feira 28

A Chacina de Unai, noroeste de Minas Gerais (região Sudeste) completa 7 anos de impunidade. Emboscados em uma rodovia vicinal por volta das 8 h da manhã, 3 auditores fiscais do trabalho e o motorista que dirigia a Ford Ranger foram alvejados na cabeça com tiros de revólver calibre 38 e uma pistola 380, em uma ação rápida e classificada como "profissional". Os envolvidos na chamada chacina de Unai, ainda não foram a julgamento. Em função da tragédia, a data tornou-se o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. As vítimas eram servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. O proprietário rural Antério Mânica, um dos acusados –que naquele ano foi eleito prefeito, sendo reeleito em 2008, devido ao cargo exercido teve o direito confere a foro especial. Em 2004, ele chegou a ficar preso, mas obteve um *habeas corpus*. O valor combinado entre o contratante dos pistoleiros e os executores do crime teria sido R\$ 25 mil. Os Mânica sempre afirmaram não ter nenhuma relação com a morte dos servidores.

O fazendeiro Adelson Veras Araújo, acusado de ser mandante do assassinato de 2 trabalhadores em sua fazenda, é preso em Açailândia, no Maranhão (região Nordeste). Foram mortos Gilberto Ribeiro Lima, e Vanderlei Ferreira de Meireles. O crime aconteceu em maio de 2008, motivado a partir das cobranças dos trabalhadores, que estavam a três meses trabalhando sem receber nada. Além do fazendeiro, foram presos também seus 2 filhos, Marciel Silva Araújo e Marceone Silva Araújo, suspeitos de queimar, esquartejar e ocultar os corpos e ainda de mais dois capangas. A Justiça ainda tem mandado de prisão a outros nove acusados, que estão foragidos nos estados do Pará e Piauí. Segundo o delegado geral de Polícia Civil, Nordman Ribeiro, o decreto de prisão deles dependia da prova material do crime, ou seja, de encontrarem os corpos para posteriormente dar continuidade às investigações. Os corpos foram encontrados neste dia 28 de janeiro. As vítimas eram moradoras do assentamento Garantã do Norte, próximo a Cidade de Centro Novo do Maranhão. Gilberto prestava serviços no roço de juquirá na fazenda Boa Esperança de propriedade de Adelson. O fazendeiro não queria fazer o pagamento aos trabalhadores, uma prática comum na região. Por isso, teria mandado executar Gilberto e seu amigo Vanderlei para não quitar a dívida, em resposta às constantes cobranças. Os 2 trabalhadores foram assassinados brutalmente com um tiro de uma espingarda calibre 20 na cabeça. Além de terem sido espancados com enxada, seus corpos foram queimados.

2º feira 31

A diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Gisela Forattini, afirma que as condicionantes socioambientais exigidas para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte estão sendo cumpridas. A diretora, que participou do *EnerGem LatAm2011*, congresso do setor de geração de

energia, no Rio de Janeiro–RJ (região Sudeste), negou qualquer tipo de pressão política para liberar a obra. Ela explicou que para liberar a instalação do canteiro de obras, 24 medidas de um total de 40 foram cumpridas, entre elas, início das obras de uma escola e da rede de abastecimento de água em Altamira - Pará. Além disso, Forattini destacou que o Ibama acrescentou mais 15 condicionantes à lista, que devem ser cumpridas para liberação de outras partes da obra, no contexto da licença de instalação, aprovada no último dia 29 de janeiro. Embora o Ministério Público Federal no Pará questione o desmembramento da licença de instalação, a diretora explicou que a parte jurídica do Ibama não "avaliou problema algum" e que medida que já foi adotada em outros empreendimentos. A diretora negou qualquer tipo de pressão política sobre o órgão para liberar a obra e afirmou que o ex-presidente do Ibama Abelardo Bayma deixou o cargo por questões pessoais. "O Abelardo já disse e a carta de demissão dele é bem clara, ele saiu por questões pessoais. Não existe nexo causal", assegurou.

Cerca de 150 famílias sem-terra ligadas ao MST, ocupam a sede rural da fazenda da Associação dos Agrônomos do Incra, em Brazlândia –Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores rurais reivindicam a desapropriação da área, que tem 75 ha e está improdutiva, além da reestruturação do Incra regional e assistência técnica para os assentamentos. A ação faz parte da jornada de lutas do MST-DF e Entorno, que denuncia a falta de políticas públicas de Reforma Agrária na região.

Glossário de siglas

Abraço	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
AGU	Advocacia-Geral da União
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEF	Caixa Econômica Federal
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Confecom	Conferência Nacional de Comunicação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
FERASP	Federação Dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRPF	Imposto de Renda da Pessoa Física
MAST	Movimento do Agricultores Sem Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra

MOTU	Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PM	Polícia Militar
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
Sesai	Secretaria Nacional de Saúde Indígena
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Ubes	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
Uniterra	Movimento dos Unidos Pela Terra

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).

Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).

Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Febrero de 2011

Editada en septiembre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Norad
Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



Govern
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 858

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

Roberto Leher
Alice Coutinho da Trindade
Peter Sana
Willian Ramos da Silva



Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, e O Vermelho.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Fevereiro do 2011

3º feira 01

Uma liminar concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) leva o Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus do Rio de Janeiro (região Sudeste) a suspender a greve de advertência da categoria, iniciada à 0h deste dia 1. Embora a paralisação não tenha obtido total adesão dos rodoviários, durante a madrugada e nas primeiras horas da manhã houve uma redução dos ônibus em circulação na cidade. A categoria reivindica a elevação do piso salarial dos atuais R\$ 1.337 para R\$ 1.731, no caso dos motoristas, e de R\$ 689 para R\$ 995 para os cobradores. Além do aumento de salários, o sindicato quer o fim da dupla função para os motoristas que acumulam a função com a de cobrador, prática adotada pelas empresas em algumas linhas e horários de pouco movimento de passageiros. O Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus do Rio de Janeiro foi criado há 2 anos, como uma dissidência do Sindicato dos Rodoviários, e ainda busca na Justiça sua regularização como entidade. Em nota divulgada na noite passada, o Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro (Rio Ônibus) considerou a paralisação “absurda e ilegal, decidida ao arrepio da lei”. Para a entidade patronal, o grupo de rodoviários que está à frente da greve “não tem representatividade sindical, respaldo legal ou legitimidade para encaminhar qualquer pauta de reivindicações”. Na nota, a Rio Ônibus afirmou ainda que nunca se furtou ao diálogo com a categoria, mas deixou clara a disposição de responsabilizar criminalmente aos que impedirem o funcionamento dos ônibus.

As centrais sindicais entregam uma pauta de reivindicação aos parlamentares que tomaram posse no Congresso em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Entre os itens estão o projeto que reduz a jornada de trabalho para 40 hs. semanais e o que acaba com o fator previdenciário. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna explicou que a redução da jornada de trabalho é importante para que os trabalhadores possam ter mais tempo livre para se qualificar. Sobre o fator previdenciário (fórmula para calcular o tempo de aposentadoria, que acaba prejudicando o trabalhador na hora de se aposentar) ele observou que as pessoas que começam a trabalhar mais cedo são as principais afetadas. “Porque com a contagem de tempo da aposentadoria, ele [trabalhador] acaba tendo uma idade menor na hora da aposentadoria. Mesmo trabalhando o tempo que a lei exige”, explicou. O fator previdenciário leva em conta o tempo de contribuição do trabalhador, sua idade e a expectativa de vida dos brasileiros. Em 2010, foi aprovada pelo Congresso Nacional uma emenda que acabava com o fator previdenciário, mas foi vetada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além desses dois temas está na pauta das centrais o salário mínimo de R\$ 580, a correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste dos benefícios para os aposentados que ganham acima do salário mínimo.

Integrantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), estudantes universitários e sindicatos realizam uma passeata em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra o aumento de 61,83% nos salários dos parlamentares. Eles caminharam da rodoviária do Plano Piloto, região central da capital, até o Congresso Nacional. Eles fecharam 5 das 6 faixas do Eixo Monumental durante o percurso e permaneceram por cerca de uma hora em frente ao Congresso, mas foram impedidos de entrar pela Polícia Militar (PM). O ápice do movimento foi a ocupação do Ministério do Trabalho, onde os manifestantes entregaram uma carta de reivindicações ao ministro Carlos Lupi. A carta de reivindicações exige a revogação imediata da medida que concede aumento salarial aos congressistas, além de um aumento real do salário mínimo de 62% (R\$ 826). Esse valor, segundo a carta, é aproximadamente um terço do que aponta o Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) como mínimo necessário – R\$ 2.230. O texto também defende a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para educação.

Integrantes da Força Sindical distribuem panfletos aos parlamentares que desembarcam no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam melhorias trabalhistas. Os trabalhadores defendem um reajuste para aposentados que ganham acima do salário mínimo, reajuste da tabela do Imposto de Renda de pessoa física em 6,46%, fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho e um salário mínimo de R\$ 580.

4º feira 02

Movimentos sociais estão mobilizados para exigir a realização de uma Audiência Pública sobre o aumento da tarifa do ônibus na cidade de São Paulo – São Paulo (região Sudeste). A integrante do Movimento Passe Livre (MPL) Nina Cappello questiona o fato de o aumento ter sido anunciado durante o recesso legislativo. A nova tarifa está em vigor desde o dia 5 de janeiro. Um dos objetivos da audiência é a revogação do reajuste. Em 2010, os gastos com transporte comprometeram o 20% do orçamento familiar, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Nina considera que a alternativa ideal seria o fim das tarifas, pois o transporte garante o acesso a outros direitos sociais como saúde, educação e cultura. O aumento da tarifa do ônibus ocorreu simultaneamente em dezenas de cidades brasileiras, o que gerou uma onda de protestos. Somente em São Paulo, já foram realizados 5 atos desde o anúncio do reajuste. No primeiro deles, os manifestantes percorreram as ruas do centro e foram reprimidos com violência pela Polícia Militar. A última manifestação mobilizou aproximadamente a 4 mil pessoas.

Representantes da Força Sindical em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) participam de uma reunião no planalto com o ministro da Fazenda Guido Manteiga, para negociar a correção no Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF). De acordo com a Força Sindical, o ministro aceitou a correção da tabela, mas sem estipular valores. As centrais sindicais querem uma correção de 6,46%, enquanto o governo federal trabalha com a meta de 4,5%.

Cerca de 50 moradores do bairro de Campinho, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam protesto, para reivindicar o pagamento das indenizações sobre o início do despejo de 60 famílias da região em função da construção da Transcarioca (faixa exclusiva de ônibus que ligará o bairro da Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim). A obra faz parte do projeto para a Copa do Mundo de 2014, e as Olimpíadas de 2016. Os moradores estão insatisfeitos com a decisão da prefeitura de alocar as famílias em outro bairro da cidade, sem oferecer outras opções, além do pagamento de aluguel de R\$ 300, e sem o direito de ler o contrato do imóvel. A manifestação interditou as principais vias do bairro.

Mais de 200 pessoas participam do ato em comemoração dos 12 anos da Revolução Bolivariana da Venezuela, que ocorreu no Instituto Brasil Argentina, pertencente ao Consulado Geral da República Argentina, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato contou com a participação de diversos diplomatas, além de partidos políticos, movimentos sociais, estudantes, entidades da sociedade civil e militantes sociais. O economista Luciano Wexell, autor do livro "A luta pelo petróleo e pela emancipação", apresentou importantes elementos sobre os avanços da revolução bolivariana na Venezuela. Ele destacou a importância da transferência dos recursos do petróleo para os gastos sociais, como um processo de distribuição da maior riqueza natural venezuelana com toda a população. Em seguida, foi lido o *Manifesto Continental de Apoio ao Processo Bolivariano da Venezuela* em nome de todas as entidades, partidos e movimentos sociais signatários. Após a leitura, o documento foi entregue ao cônsul da Venezuela Edgar Alberto Gonzalez Marin. Para

encerrar o ato, foi projeto o filme “Ao sul da fronteira”, de Oliver Stone, sobre o processo bolivariano e o Governo do presidente Hugo Chávez.

Mais de 400 pessoas lotam o auditório do Instituto Federal de Sergipe (IFS) em Aracaju –Sergipe (região Nordeste), para prestar sua solidariedade ao povo venezuelano. O ato contou com a presença do Embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilian Sánchez, e fez parte das comemorações dos 12 anos do processo revolucionário bolivariano, quando Hugo Chávez Frias tomou posse como presidente da república daquele país em 1999. Além de Sánchez, estavam presentes representantes do governo sergipano, centrais sindicais, movimentos de luta pela moradia, estudantes secundaristas e universitários, além dos movimentos que compõem a Via Campesina Brasil –responsável pela organização do ato. João Daniel, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recém empossado deputado estadual de Sergipe, ressaltou que mesmo o menor estado da federação também possui trabalhadores solidários à causa bolivariana e sempre “alertas para defender a construção do sonho da Pátria Grande, de uma América Latina forte e nas mãos da classe trabalhadora”. O ato teve transmissão ao vivo para toda a América Latina por meio da Telesur, mais uma iniciativa do processo bolivariano para democratizar o acesso à comunicação no continente, e foi acompanhado pelo presidente Hugo Chávez. Desde a Venezuela, Chávez não deve ter escondido sua satisfação ao escutar o coro final das centenas de trabalhadores em Aracaju: "Adeus, adeus, adeus imperialista, a América Latina vai ser toda socialista”.

5º feira 03

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) divulga uma nota de solidariedade aos repórteres Corban Costa, da Rádio Nacional, e Gilvan Rocha, da TV Brasil, pela situação vivenciada no Cairo nas últimas 24 horas. Enviados para o Egito para a cobertura da crise política no país, Corban Costa e Gilvan Rocha foram detidos, vendados e tiveram passaportes e equipamentos apreendidos. Desde o dia 2 de fevereiro à noite até a manhã deste dia 3, eles ficaram sem água, presos em uma sala sem janelas e com apenas duas cadeiras e uma mesa, em uma delegacia do Cairo. “É lamentável que a liberdade de imprensa esteja sendo desrespeitada no Egito, país que passa por uma grave crise política”, afirmou o sindicato. Também por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores declarou que o governo brasileiro “deplora” os violentos confrontos no Egito –em particular, o que chamou de “atos de hostilidade” à imprensa registrados nos dias de ontem e de hoje.

Uma marcha de estudantes do MPL bloqueia duas pistas das avenidas Paulista e Consolação, em protesto contra o aumento da passagem de ônibus de São Paulo – SP (região Sudeste) de R\$ 2,70 para R\$ 3, determinada em janeiro de 2011 pela administração de Gilberto Kassab, do Partido Democrata (DEM). A manifestação terminou de forma pacífica. Os manifestantes seguiram até a sede da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital. A concentração se deu no vão livre do Museu de Artes de São Paulo. Além de criticar o prefeito Kassab, os estudantes também manifestaram apoio à revolta da população do Egito contra a ditadura de Hosni Mubarak.

Famílias da ocupação Santa Cristina, localizada em Santo André – São Paulo (região Sudeste) realizam manifestação em frente à prefeitura do município. A manifestação reivindica um diálogo com a prefeitura para dar melhores condições de moradia as famílias. A ocupação Santa Cristina já dura 6 meses e está localizada em um terreno que há muito tempo está ocioso, sendo usado como reduto de lixo. É um terreno grande, onde inclusive há outra ocupação, que já dura 30 anos, e tem uma situação de maior estabilidade. As 180 famílias do Santa Cristina ainda aguardam uma posição da prefeitura que ainda não iniciou nenhuma negociação concreta, nem em relação a construção de novas moradias nem em relação a garantia às bolsas aluguel.

Uma ocupação com aproximadamente 5 anos de existência na Praça Mauá, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) é desalojada pela justiça. Segundo os moradores, pretende-se construir um edifício no local. Segundo os movimentos populares que compõem a ocupação, a justiça está favorecendo empresários da construção civil e a especulação imobiliária, já que no local está sendo implementado um projeto de revitalização do bairro em prejuízo à classe desfavorecida financeiramente que ocupa os prédios ainda vazios da região.

6º feira 04

Dezenas de sindicalistas realizam uma manifestação na entrada do escritório da Presidência da República na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste). As centrais sindicais reivindicam um aumento no salário mínimo. As centrais sindicais e o governo federal não chegaram a um acordo sobre o valor do salário mínimo. De acordo com o presidente da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva, sem consenso sobre o valor do mínimo deste ano as negociações sobre os outros assuntos da pauta ficaram comprometidas. Segundo ele, as centrais não aceitam fechar nenhum acordo que não inclua um aumento real para o salário mínimo de 2011 e para os aposentados, além da correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, rejeitou a proposta das centrais de aumentar o salário mínimo de R\$ 510 para R\$ 580, e colocou como teto máximo o valor de R\$ 545. As centrais sinalizaram ser possível negociar um valor de R\$ 560, 7,8% de reajuste para a aposentadoria e a correção de 5% na tabela do Imposto de Renda, até o fim do mandato da presidente Dilma Rousseff. Caso não haja acordo, os sindicalistas pretendem levar a discussão sobre o mínimo para o Congresso Nacional. Além da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, participaram da reunião de hoje os representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Nova Central. Pelo governo federal, o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho; o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

A Frente em Defesa do Povo Palestino, que reúne a mais de 50 entidades, entre centrais sindicais, movimentos sociais e entidades árabes-brasileiras e islâmicas, além de indivíduos solidários à causa, realiza em São Paulo – SP (região Sudeste), um ato em apoio ao movimento popular no Egito, contra a ditadura de Mubarak e a favor da autodeterminação dos povos. A concentração aconteceu em frente ao shopping 25 de Março com saída em passeata pelas ruas do centro de São Paulo. A onda de protestos que teve início na Tunísia –conhecida como a Revolução do Jasmim, que culminou com a queda do ditador naquele país– se estendeu ao Egito e evidencia o esgotamento dos regimes autoritários ali e em outros destinos da região. Os EUA e Israel buscam como saída para o imbróglio que se formou uma transição denominada pacífica e moderada para uma “democracia” em que os povos do Egito e da Tunísia continuem sofrendo os horrores impostos por uma situação de total submissão aos interesses do império. Como parte dessa estratégia, Mubarak anunciou que não continuará no governo após a realização de eleições em setembro próximo, mas não admite deixar o poder antes disso. A população, cansada de exércitos nas ruas, prisões, desaparecimentos e outras arbitrariedades, contudo, diz não. Sua exigência é de uma mudança radical imediata. Para a Frente em Defesa do Povo Palestino, as manifestações do povo no Egito cumprem um papel crucial na emancipação e autodeterminação dos povos do Oriente Médio.

Estudantes de Pernambuco – Recife (região Nordeste) saem em passeata pela av. Conde da Boa Vista, centro da capital, em protesto contra o reajuste nas passagens de ônibus. A passeata, que se iniciou com cerca de 50 pessoas, rapidamente dobrou de tamanho. A cada dia que passa a população de Recife vem percebendo o aumento, e vários setores vêm se articulando para parar a capital do estado durante esse mês.

2º feira 07

A CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, UGT e Nova Central se reúnem em São Paulo – SP (região Sudeste), para apresentar uma carta que acusa o afastamento da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), com as demandas dos trabalhadores. A carta afirma também que a presidente Dilma esta rompendo com os 8 anos do governo do presidente Lula da Silva em favor do setor financeiro. As centrais consideram uma intransigência dos ministros e da presidente a proposta de reajuste do salário mínimo que corrige apenas a inflação, avaliado em R\$ 545, enquanto as centrais sinalizam com uma proposta de R\$ 580, reajuste da aposentadoria e correção do Imposto de Renda. As centrais admitem aceitar um adiantamento do reajuste de 2012 e uma proposta de R\$ 560 para o salário mínimo.

Cerca de 200 pessoas, dentre brasileiros e árabes, se manifestam nas ruas de São Paulo – SP (região Sudeste) gritando “Fora agora Mubarak”. A defesa da autodeterminação do povo egípcio e dos povos árabes em geral foi o destaque da manifestação. Entidades sindicais, movimentos sociais e organizações árabes e islâmicas convocaram o ato para prestar solidariedade ao povo egípcio, apoiar a revolução árabe no país e rechaçar a repressão do governo Mubarak. Uma foto do ditador foi queimada. Entre os organizadores estava a Frente de Defesa do Povo Palestino. Sindicatos e a Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas (CPS-Conlutas) também participaram. O PSTU também esteve presente no ato, como apoiador de longa data do povo árabe. Atnágoras Lopes, dirigente do partido, defendeu que o Brasil tem de cortar relações diplomáticas com a ditadura de Hosni Mubarak. O ato foi finalizado por Mohamed Al Kadri, presidente da Associação Islâmica de São Paulo. Ele destacou que o ato significa muito para a questão palestina e para todo o mundo árabe.

3º feira 08

Uma tentativa de fuga frustrada inicia uma rebelião entre os presos do Segundo Distrito Policial de Pinheiro, município a 330 kms. da capital do Maranhão – São Luiz (região Nordeste). Seis presos feitos reféns foram mortos. De acordo com a secretaria, os presos reclamam da superlotação da delegacia. Com capacidade para 40 presos, o local abriga mais de 90 pessoas. A rebelião começou por volta das 22 hs. do dia 7 de fevereiro, mas já era madrugada quando as negociações começaram. Além de exigirem a presença de um juiz da Vara Criminal e de um promotor de Justiça, os detentos pediram 1 kg. de maconha para libertar os reféns e encerrar a rebelião. De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, um presídio já deveria ter sido construído no município, mas a população tem feito manifestações contrárias à instalação da nova unidade prisional.

Cerca de 100 pessoas entre índios, comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores, ambientalistas e simpatizantes realizaram uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e levaram um abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas de brasileiros e estrangeiros contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingú – Pará. “Belo Monstro” é como é chamada a usina hidrelétrica pelos manifestantes. Os manifestantes foram recebidos, numa reunião que durou cerca de 2 horas com o secretário adjunto da Secretaria-Geral da Presidência, Rogério Sottili. Ele se comprometeu a encaminhar o documento, encabeçado com a assinatura de caciques das comunidades indígenas do Alto Xingu, à presidenta. Sottili também disse que a demanda será analisada “com carinho” e ressaltou que o governo prestigia a participação da sociedade civil em questões como essa. Antes de levar o documento ao Planalto, a vice-presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Sônia Guajajara, disse que a construção da usina viola os direitos da população afetada, como os habitantes de 30 terras indígenas legais e moradores de um terço do município de Altamira –o segundo maior do mundo em extensão, com cerca de 160 mil kms. quadrados. O movimento contrário à usina também

tenta mobilizar a opinião pública internacional. Em 2010, cem entidades civis que representam a 40 comunidades de municípios paraenses apresentaram um documento a relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando violações de direitos humanos que seriam causadas com a construção da hidrelétrica. Além da ONU, os ativistas mobilizaram o diretor de cinema James Cameron, que chegou a participar de um ato contra a usina após ter ganhado três prêmios Oscar pelo filme Avatar. A articulação com o cineasta foi feita pela ONG Amazon Watch, que tem sede na Califórnia (Estados Unidos). Para o deputado Ivan Valente, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP), que participou da manifestação em frente ao Congresso, a usina “é um atentado social, ambiental e cultural”. As entidades que assinam a carta são Movimento Xingu Vivo para Sempre, Aliança Tapajós Vivo, Movimento Teles Pires Vivo, Campanha Popular Viva o Rio Madeira Vivo, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e Movimento de Atingidos pelas Barragens. O documento cita que outras 78 entidades endossam os pedidos.

4º feira 09

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes promove uma paralisação para reivindicar o aumento do salário mínimo para R\$ 580 e pela correção da tabela de cobrança do Imposto de Renda. Trabalhadores de 19 fábricas estão parados. Esses trabalhadores também participam de um ato político na região leste da capital paulista. De acordo com o sindicato, cerca de 15 mil pessoas participam da manifestação. Além da elevação do mínimo e da correção da tabela do Imposto de Renda, os trabalhadores reivindicam aumento real para os aposentados que ganham mais do que o piso nacional. O governo federal já informou que os três assuntos serão decididos juntos. Informou também que não pretende subir o mínimo para além dos R\$ 545 já anunciados.

5º feira 10

Índios da etnia Guajajara, na Terra Indígena Caru, no Maranhão (região Nordeste) mantém 6 funcionários da Vale do Rio Doce, reféns. Os empregados estão com os índios desde que a comunidade interditou um trecho da Estrada de Ferro Carajás, que pertence à mineradora. A ferrovia ficou interditada por cerca de 6 hs. e foi desbloqueada, mas os funcionários ainda não foram liberados. Segundo a assessoria da Vale do Rio Doce, não houve violência contra os empregados. Os Guajajara protestam pela construção de um posto de saúde na região e pela contratação de professores para a escola da comunidade. De acordo com a coordenação da Fundação Nacional do Índio (Funai) no estado, o grupo quer a presença de representantes do órgão, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e do governo do Maranhão para negociar. Em nota, a Vale do Rio Doce informa “que nenhuma das reivindicações dos indígenas é direcionada à empresa” e que o acordo de cooperação para apoio à comunidade firmado entre a companhia e a Funai está sendo cumprido. A empresa informou ainda que está “acionando todos os meios legais para responsabilizar civil e criminalmente” aos indígenas.

6º feira 11

Cerca de 600 trabalhadores ligados a 4 organizações que lutam pela reforma agrária ocupam os prédios da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Estado de Alagoas e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Maceió (região Nordeste). Segundo a assessoria do MST, a manifestação é uma resposta às ações de reintegração de posse que a Justiça tem expedido em favor de proprietários de terras ocupadas pelos movimentos sociais. Os manifestantes reclamam que só as ordens judiciais já expedidas atingem 1,2 mil famílias de 26 acampamentos. Representantes dos movimentos esperam ser recebidos ainda hoje pelo governador

Teotônio Vilela, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de quem cobram providências contra as reintegrações já emitidas. Além do MST, integram a mobilização trabalhadores ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST).

Cerca de 100 pessoas realizam na Avenida Paulista, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste), uma manifestação para comemorar a renúncia do presidente do Egito, Hosni Mubarak. Estudantes, representantes de partidos políticos e membros da comunidade árabe participaram do ato. A egípcia Karima Abauzib agitava uma bandeira do seu país durante a manifestação. Segundo ela, o ex-presidente ficou 30 anos na presidência por causa da índole pacífica da população do Egito. Ainda de acordo com Karima, o desemprego, principalmente entre os mais jovens, foi uma das principais causas da revolta contra o governo de Mubarak. Para o comerciante palestino Jadallah Safa, a queda de Mubarak deve ter reflexos no mundo árabe. Isso, assinalou, pode contribuir para o reconhecimento do Estado palestino.

O grupo móvel de fiscalização e combate ao trabalho escravo liberta 20 pessoas que eram obrigadas a pagar até pela lona que cobria o barraco improvisado como alojamento. As vítimas foram encontradas no fim de janeiro em São João do Carú – Maranhão (região Nordeste), nas fazendas Asa Branca I e II. Entre os escravizados, havia 3 adolescentes com 16 anos de idade e 2 mulheres. Os trabalhadores foram aliciados em Paragominas, no estado do Pará (região Norte) por um “gato” (intermediário na contratação). Os trabalhadores faziam a “limpeza” da área, retirando arbustos e ervas daninhas, para expansão da atividade pecuária. Os empregados eram obrigados a viver em 2 barracos cobertos por lona preta e folhas de bananeiras que eles mesmo construíram. A estrutura dos barracos era de madeira roliça, facilmente encontrada na mata nativa. “O custo era zero para o empregador, já que a madeira e as folhas de palmeira ainda podem ser colhidas gratuitamente”, explica Klinger Moreira, auditor fiscal do trabalho que coordenou a operação do grupo móvel. O metro de lona preta custa R\$ 0,50, mas nem com essa despesa o empregador Francisco Costa da Silva arcava. Ele pretendia descontar o valor do material dos vencimentos dos próprios empregados. Para preparar a comida, os trabalhadores construíram um fogão de barro alimentado a lenha. O objeto dividia espaço com as redes. Não havia instalações sanitárias e as vítimas utilizavam as imediações dos barracos como banheiro. As pessoas se banhavam em um igarapé. As roupas de cama utilizadas, eram semelhantes às de moradores de rua. O empregador cobrava também pela péssima comida que fornecia aos empregados. Não havia local adequado para armazenar os alimentos. A água consumida vinha de caçambas cavadas diretamente na terra ou em córregos próximos ao acampamento. Nas frentes de trabalho, não havia água potável, banheiro e local para refeições. Nenhum trabalhador possuía registro em a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O empregador pagou mais de R\$ 63 mil referentes à rescisão do contrato de trabalho. As vítimas retornaram ao Pará, tendo suas viagens custeadas pelo empregador. Parte dos libertados estava na propriedade há cerca de um mês, desde 26 dezembro. Os 17 adultos terão direito às três parcelas do Seguro Desemprego para Trabalhador Resgatado. Foram lavrados 12 autos de infração.

Cerca de 200 moradores do Jardim Prainha, Grajaú – São Paulo (região Sudeste) realizam uma manifestação contra a política de despejos em massa em curso na cidade de São Paulo, e contra a falta de políticas públicas de habitação. A principal reivindicação dos manifestantes é que o projeto de “urbanização” do Jardim Prainha seja apresentado e discutido com o conjunto dos moradores do bairro. Além da Prefeitura, os moradores protestaram também em frente à Secretaria de Habitação.

2º feira 14

Cerca de 30 índios ocupam a sede da Funai em Curitiba – Paraná (região Sul). Eles reivindicam o cumprimento de itens de um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC), que foi firmado entre os indígenas, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) e representantes da Funai de Brasília. O TAC firmado entre as partes em agosto de 2010 tratava das reivindicações dos indígenas. Segundo os manifestantes, mais índios devem se juntar aos que ocupam a sede da Funai. Por conta da ocupação, os trabalhos administrativos no local foram suspensos. Em janeiro de 2010, a mesma sede foi ocupada em protesto contra mudanças administrativas no órgão, feitas por decreto presidencial, que extinguíram os escritórios regionais da Funai no Paraná. No dia 6 de agosto de 2010, os indígenas, o MP-PR, representantes da Funai e da comunidade indígena entraram em acordo sobre a criação de uma nova coordenação regional no estado, em até 120 dias. O prazo acabou em 16 de dezembro.

3º feira 15

Oito índios da etnia Zo'é fazem ato em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir maior atenção das autoridades com seu povo. Do grupo de sete homens e uma mulher que chegou no dia 14 de fevereiro à capital, seis jamais haviam deixado sua aldeia na área indígena Cuminapanema, no norte do Pará (região Norte). O grupo foi recebido pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pelo presidente da Funai, Márcio Meira. Segundo o coordenador geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Elias Biggio, embora os Zo'é tenham se limitado a pedir ao ministro material de caça e pesca, barcos e combustível, eles precisam que o Estado os proteja da ação ilegal de garimpeiros e, principalmente, de religiosos que atuam na reserva indígena. Para o coordenador da Funai na reserva, o indigenista João Carlos Lobato, a maior ameaça ao modo de vida dos Zo'é, no entanto, é o trabalho desenvolvido por grupos religiosos católicos e evangélicos que chegam a empregar índios de outras etnias para convencer os Zo'é a seguir suas crenças. Isso, de acordo com Lobato, que vive em Cuminapanema há 15 anos, representa um risco de os índios abandonarem seus hábitos e costumes. De acordo com Lobato, embora já tivessem contatos esporádicos com pessoas de fora da aldeia há muito mais tempo, o encontro dos Zo'és com os missionários ocorreu em 1982 e se intensificou a partir de 1987. Em 1989, uma epidemia de gripe atingiu praticamente toda a aldeia. A Funai foi acionada e os missionários foram retirados da área. Na época, a comunidade indígena havia sido reduzida a pouco mais de 130 pessoas. Hoje, este número subiu para 240. Além disso, os índios recuperaram parte de sua antiga autonomia. Embora a Funai procure preservar os índios isolados do convívio com outras sociedades –ao contrário de quando adotava a política de contatar e integrá-los–, os próprios Zo'é tem demonstrado interesse em ampliar as relações com a sociedade que os cerca. Para fortalecer a cultura da comunidade e prepará-la para as consequências da maior convivência, a Funai, em parceria com universidades como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB), tem desenvolvido projetos pedagógicos para fortalecer a autonomia dos Zo'é.

Sindicalistas participam da sessão, que discute as propostas do reajuste salarial no congresso nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A representação dos sindicalistas no congresso defendeu a proposta de R\$ 560, como fruto da antecipação de 2,9% do aumento real planejado para 2012, enquanto a base do governo defende a proposta de R\$ 545, avaliada como o possível em meio ao corte de gastos avaliado em R\$ 50 bilhões. Os presidentes da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto, defenderam na comissão geral a política de valorização do salário mínimo com aumento maior do que o proposto pelo governo. Calixto argumentou que a economia cresceu, que a renda cresceu e que “agora queremos uma compensação”. Ele também lembrou que quando a luta para elevar o salário mínimo para US\$ 100 se argumentava que a previdência social quebraria e que as prefeituras não

suportariam, e que hoje o mínimo é de quase US\$ 300 e ninguém quebrou. Para o presidente da CUT, o argumento de que a inflação poderia aumentar com a colocação de mais dinheiro no mercado não faz sentido. Segundo ele, a inflação não é de demanda, “ela vem da mensalidade escolar, do transporte público”. Para ele, o que está em jogo são as políticas e os programas de distribuição de renda. “Aumentar o salário mínimo é essencial, porque injeta recursos na veia da economia”.

4º feira 16

Um grupo de servidores públicos e de aposentados e pensionistas vinculados à Força Sindical realiza uma manifestação no Salão Verde da Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) a favor da aprovação da proposta das centrais sindicais de aumento do valor do salário mínimo para R\$ 560. Liderados pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal (Sindsep-DF), os trabalhadores estão concentrados na Esplanada dos Ministérios e defendem ainda a fixação de data-base para o dia 1º de maio de cada ano. Os servidores entendem que isso fortaleceria “a luta unificada em torno das reivindicações gerais e específicas do funcionalismo”. A campanha inclui outras bandeiras, como a defesa do servidor contra perda de direitos e por um serviço público de qualidade. A Câmara aprovou, em votação simbólica, o projeto de lei do Executivo que reajusta o salário mínimo para R\$ 545 e as diretrizes para a política de valorização do mínimo a vigorar entre 2012 e 2015, ressalvados dois destaques que pretendem alterar o valor de R\$ 545. Antes, os deputados haviam aprovado o parecer do relator, deputado Vicentinho (PT-SP), contrário à grande maioria das emendas apresentadas pelos parlamentares. Vicentinho alterou o texto do governo no Artigo Terceiro para clarear as dúvidas e estabeleceu que o decreto a ser editado pelo governo para o reajuste do mínimo serve para cumprir a lei.

5º feira 17

Um grupo de cerca de 400 pessoas que protestava em frente à prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste) contra o aumento do valor da passagem do transporte público, é dispersado violentamente pela polícia, que usou cacetadas e bombas de gás lacrimogênio. O confronto começou após os manifestantes tentarem romper o cerco feito por soldados da Polícia Militar e homens da Guarda Civil Metropolitana para proteger o prédio da administração municipal. No saguão do edifício estão acorrentados, desde o meio-dia, seis integrantes do MPL. Durante a confusão, o vereador José Américo (PT), que tentava conter a ação da polícia contra os manifestantes, foi atingido por gás de pimenta. Um estudante foi detido. Mais cedo, os estudantes chegaram a ser recebidos por um representante da Secretaria de Transporte do município, mas não houve acordo. O protesto faz parte de uma série de atos para tentar reverter o aumento do preço das passagens do transporte público de ônibus, que passou de R\$ 2,70 para R\$ 3. No último dia 25 de janeiro, uma briga entre seguranças da prefeitura e estudantes do MPL também causou tumulto na cerimônia de reabertura da Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”. Com o aumento, São Paulo passou a ser uma das cidades com o transporte coletivo mais caro do país, segundo a Organização Não Governamental (ONG) “Rede Nossa São Paulo”. De acordo com a SPTrans, empresa municipal que administra o transporte coletivo de São Paulo, o reajuste compensa o aumento dos custos acumulado desde janeiro de 2010, data do último reajuste. O percentual, entretanto, é quase o dobro da inflação de 2010 na cidade que, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), foi de 6,4%. Os vereadores Antônio Donato e José Américo, ambos do PT, também foram atingidos na confusão. Um jovem de 24 anos teve o nariz quebrado ao ser imobilizado e chutado pelos policiais. Ele foi algemado e levado ao Hospital do Servidor Público, onde recebeu atendimento médico. De acordo com o capitão Garcia, o rapaz feriu três policiais com uma bandeira. Após os confrontos, os manifestantes

voltaram a se reagrupar em frente ao prédio da prefeitura com a intenção de fazer uma vigília durante o resto da noite.

No Dia Nacional de Luta Contra os Aumentos das Passagens, estudantes secundaristas e universitários ocupam o pirulito da Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Eles reivindicam o direito ao transporte gratuito para todos os estudantes e também para trabalhadores desempregados. Pediram, ainda, a revogação do reajuste das tarifas dos coletivos que entrou em vigor em dezembro de 2010. Belo Horizonte é a única capital que não tem uma política de passe-livre para estudantes. Há um projeto de meio-passe, mas ele é muito limitado. O estudante também precisa de transporte livre para ir ao teatro e ao cinema, pois cultura também é educação, defende Daniel Wardil, da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres. Os manifestantes também defendem que o dinheiro para subsidiar o passe-livre saia das empresas de transportes de passageiros, e não da prefeitura, para evitar que os custos sejam repassados aos contribuintes em forma de impostos. Um abaixo-assinado foi feito, pedindo a implementação do passe-livre irrestrito no transporte público para estudantes e trabalhadores desempregados, e será entregue ao prefeito Marcio Lacerda. Os jovens também querem uma audiência pública com o prefeito para apresentação da pauta e debate sobre os transportes e mobilidade urbana na capital. De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura de Belo Horizonte, o projeto para criação do meio-passe para estudantes foi encaminhado pela Câmara Municipal à prefeitura em 1º de fevereiro. O prefeito tem 15 dias para avaliá-lo. O projeto estabelece critérios sociais para concessão, como, por exemplo, atender jovens beneficiados pelo Bolsa-Família.

Por quatro votos a um, os ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram manter a condenação do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura. Conhecido como Bida, ele é acusado de ser o mandante do assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang, em 2005, no município de Anapú – Pará (região Norte). O fazendeiro já foi julgado 3 vezes. Na primeira ocasião, em 2007, recebeu pena de 30 anos. No Brasil, quem recebe pena superior a 20 anos tem direito a um novo julgamento. Por esse motivo, em 2008, o fazendeiro novamente foi julgado e absolvido. Porém, o Ministério Público recorreu e, em 2009, o júri foi anulado. No último julgamento, em 2010, o fazendeiro novamente foi condenado à pena de 30 anos de reclusão, em regime inicial fechado. Dessa vez o STJ negou o *habeas corpus* pedido pela defesa de Bida com o objetivo de anular o último julgamento. Além do fazendeiro, mais 4 pessoas foram acusadas pelo assassinato da missionária: Rayfran Sales –que teria feito os disparos–, Amair Feijoli da Cunha, Clodoaldo Batista e o fazendeiro, também apontado como mandante, Regivaldo Pereira Galvão. Feijoli e Clodoaldo Batista já cumprem pena de 18 e 17 anos, respectivamente. Doroty trabalhava na região de Anapú com pequenos agricultores. Ela atuava na defesa de trabalhadores que tinham conflitos com fazendeiros da região.

Sabado 19

Centenas de pessoas participam de uma passeata pela Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste) para protestar contra a violência homofóbica e pedindo a aprovação do projeto de lei contra a homofobia. No início da caminhada, a Polícia Militar estimou a presença de mais de 500 pessoas no ato. A passeata contra a homofobia foi organizada, em grande parte, por meio das redes sociais na internet, principalmente pelo Facebook. A caminhada foi acompanhada pela ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, e pela senadora Marta Suplicy (PT-SP). Durante o ato, a prefeitura de São Paulo distribuiu preservativos aos participantes.

Membros da Federação Operária de São Paulo montam um piquete na frente de um supermercado Carrefour num bairro da cidade de Campinas – São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores

denunciam a demissão de Indira Martínez, delegada da Confederação Nacional de Trabalhadores - Associação Internacional de Trabalhadores (CNT-AIT) espanhola, vítima de perseguição por atividade sindical. Os trabalhadores se manifestam contra a crescente política de perseguição trabalhista implementada pela transnacional em todo o mundo. O ato transcorreu de forma pacífica, sem quaisquer problemas. No entanto, no decorrer do piquete, começa a exalar de dentro do supermercado um odor bastante forte de esgoto. A despeito do forte odor persistir, os funcionários que haviam se refugiado do mau cheiro no lado de fora do supermercado tiveram que voltar ao trabalho. Ao invés de fechar as portas e dispensar a equipe para consertar o problema e evitar uma jornada de trabalho ainda mais estafante, o Carrefour manteve suas atividades como se nada ocorresse.

2º feira 21

Moradores de comunidades que serão atingidas pelas obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), denunciam a prefeitura da cidade na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA). Eles afirmam que o governo está executando uma política de remoção forçada de favelas. As comunidades da Restinga, Vila Recreio II e Vila Harmonia são algumas das vítimas. A agente da Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Erika Glória, questiona a maneira como as remoções são executadas. Erika também destaca que em alguns casos a prefeitura oferece moradias do programa “Minha Casa, Minha Vida”, e que só depois de mudar e assinar o contrato é que a família percebe que o imóvel não está quitado e que por muitos anos terá uma dívida com a Caixa Econômica Federal. Com essa opção, as famílias acabam se endividando, além de serem alojadas até 50 kms. de distância do local de origem. Em resposta, a OEA solicitou mais informações sobre a situação emergencial de violação de direitos na qual se encontram essas comunidades.

4º feira 23

Professores, estudantes e profissionais da educação, sob o lema “Mobilizar é preciso – Por uma educação pública sem mercantilização”, lançam o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP) no auditório 71 da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O auditório esteve lotado de alunos, professores, animadores culturais e técnicos que se engajam na luta em defesa do ensino público. Os professores Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Dermeval Saviani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que estiveram na mesa da abertura do lançamento do movimento político, defenderam maiores recursos para a educação pública. O prof. Frederico Falcão, do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), representou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e lembrou que uma das resoluções do Trigésimo Congresso do Sindicato Nacional, ocorrido recentemente em Uberlândia, se articula com os princípios defendidos pelo FEDEP. Trata-se da “construção de uma estratégia de intervenção no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em articulação com entidades da educação, tendo como referência o PNE da Sociedade Brasileira, que estabelece o 10% do PIB para a educação”. O representante do ANDES-SN disse ainda que o sindicato nacional apóia todas as manifestações em defesa de um ensino gratuito de qualidade, laico e socialmente referenciado. O ato lembrou também a luta dos docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), há mais de 90 dias em greve, como um exemplo resistência contra o descaso do governo de Sérgio Cabral com a educação pública. Ao longo do evento, estudantes de escolas públicas do estado apresentaram atividades musicais e artísticas. Representantes da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro também estiveram presentes e prometeram divulgar os princípios do

FEDEP, criticando a política estadual para a educação, que obteve, no último ano, uma das piores colocações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), conforme avaliação do Ministério da Educação.

Policiais civis do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) iniciam uma greve de 72 horas. Eles reivindicam dos governos federal e distrital a reestruturação da carreira. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), até as 8 hs. do próximo dia 26, somente serão efetuadas prisões em flagrante (exceção aos crimes de menor gravidade) e registradas as ocorrências relacionadas a mortes, flagrantes e remoção de cadáveres de vias públicas. Investigações também serão paralisadas e as delegacias especializadas não irão funcionar durante o período. De acordo com o Sinpol-DF, o governo federal tem demonstrado descaso com as reivindicações dos policiais, já que, segundo a entidade, os recursos do Fundo Constitucional criado com a finalidade de custear a segurança pública no Distrito Federal são mais que suficientes para suportar o aumento salarial de 28% que a categoria pede. Segundo a assessoria da entidade, há 3 anos os salários dos policiais do Distrito Federal não são reajustados. Além disso, o governo distrital já teria concordado em conceder o reajuste, mas o governo federal não aceitou a reivindicação.

5º feira 24

Cerca de 70 mulheres do MST e da Via Campesina realizam a ocupação da prefeitura do município de Apiaí, localizado na região sudoeste de São Paulo (região Sudeste). As camponesas reivindicam uma audiência com o prefeito do município, para discutir o acesso aos direitos básicos como saúde, educação, moradia, transporte e saneamento básico, que vindo sendo negados pelo município às famílias acampadas. O assentamento “Professor Luiz David de Macedo” está organizado na região desde 2004, mas só passou a ser reconhecido, pelos órgãos públicos responsáveis pela reforma agrária, em 2006. Nos últimos 2 anos foram feitas várias articulações junto ao governo federal, Incra e poderes locais, como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), prefeitura municipal e a empresa responsável pela eletrificação-ELEKTRO. Porém muitos dos compromissos não foram cumpridos e a situação continua complicada. As mulheres prometem permanecer mobilizadas até que sejam atendidas pela prefeitura. Em todo o Brasil, as mulheres da Via Campesina deflagraram a Jornada de Lutas das Mulheres para denunciar a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, responsabilidade do modelo de produção do agronegócio.

Cerca de 300 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do MST ocupam o andar térreo do Ministério das Cidades, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam moradias e a suspensão de ordens de despejo emitidas pela Justiça nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Depois de quase 4 horas de reunião com o gerente de projetos da Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades, Cesar Ramos, os integrantes do MTST deixaram a sede do órgão. No entanto, lideranças do MTST afirmaram que se as promessas do governo não forem cumpridas voltarão a ocupar novos prédios públicos. Durante a reunião foi assinado um documento em que o Ministério das Cidades se compromete a dialogar com governos estaduais, prefeituras, Poder Judiciário e Ministério Público para, ao menos, adiar o cumprimento de mandatos de despejo nos 3 estados e no Distrito Federal.

Ativistas do Greenpeace protestam no Congresso em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes da ONG ambientalista protestam para chamar a atenção dos parlamentares quanto ao projeto de lei que trata de energias renováveis. Os manifestantes inflaram uma torre eólica de 25 metros.

Cerca de 300 operários que trabalham na construção da Arena do Grêmio, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), fazem paralisação. Os trabalhadores pedem melhores salários e condições de trabalho. A paralisação dos funcionários da construtora responsável pela obra coincidiu com a visita do ministro do Esporte, Orlando Silva, que esteve em Porto Alegre e visitou o canteiro de obras da arena. Os trabalhadores reivindicam um aumento no contracheque e licenças para visitar as famílias. Como a maioria dos operários veio do Nordeste, alguns reclamam que esperam para voltar à terra natal há mais de 4 meses. Além disso, os operários pedem mais horas de descanso, que não estariam sendo cumpridas. Em nota oficial, a construtora disse que a paralisação não vai atrasar o cronograma das obras. O estádio é candidato à Copa das Confederações, evento que ocorre na metade de 2013 e testa a infraestrutura do Mundial. Assim como o Beira-Rio, estádio do Mundial de 2014 em Porto Alegre, a construção do estádio gremista recebeu isenções fiscais do governo estadual e federal.

6º feira 25

Mulheres ligadas ao MST realizam ato de denúncia e reivindicação na frente da Prefeitura de Limeira, próximo de Campinas – São Paulo (região Sudeste). O ato faz parte da Jornada de Lutas em homenagem ao Dia Internacional da Mulher que este ano cairá no Carnaval. As mulheres distribuíram panfletos e fizeram denúncias em carro de som, sobre a situação do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, que ainda não foi regulamentado. Segundo denúncia dos sem-terra, o prefeito Sílvio Félix mantém um lixão a céu aberto ao lado do pré-assentamento, em área de preservação ambiental e vem fazendo de tudo para que a justiça de Limeira não regularize o assentamento. Enquanto isso, os trabalhadores sem-terra resistem na área, tentando produzir alimentos e ao mesmo tempo sendo obrigados a conviver com o lixo e poluição, além de não ter direitos assegurados como o uso do Sistema Único de Saúde (SUS), energia elétrica, transporte e educação para seus filhos. As mulheres garantem que permanecerão na frente da prefeitura denunciando os abusos do governo de Limeira e reivindicando a regularização do assentamento até que o prefeito receba a pauta de reivindicações. A Jornada de Lutas das Mulheres denuncia a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras.

Mais de 3 mil agricultores produtores de fumo, realizam manifestação na capital nacional de produção de tabaco, em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul (região Sul). A principal razão dos protestos é o fato da indústria de tabaco ter reduzido drasticamente o preço pago pela arroba do produto. O artifício é feito através da classificação do fumo ao dar entrada na indústria. Articulada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a passeata percorreu as ruas centrais da cidade. Em documento, aprovado durante uma assembleia, os agricultores denunciam os baixos preços pagos ao fumo, que vem gerando endividamentos, além da forma de classificação do produto e da formação de cartel por parte das indústrias. O setor demonstra fortes indícios de cartelização por parte das indústrias que adotam políticas muito semelhantes em relação aos agricultores. Os produtores de fumo solicitam ainda o fim dos arrestos de fumo e da execução de hipotecas, pois suas terras vêm sendo leiloadas para pagar dívidas com empresas do cartel do fumo. No encerramento do ato os agricultores queimaram os símbolos das principais transnacionais que atuam no setor da fumicultura, como forma de repudiar a forma ditatorial que o cartel age contra os produtores.

A Justiça Federal no Pará cassa a licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte). No fim de janeiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) havia concedido uma licença parcial para a montagem do canteiro de obras. Em liminar, o juiz federal Ronaldo Desterro determinou a suspensão imediata da licença. Assim que a empreiteira for notificada, todas as obras que eventualmente tenham começado no local deverão ser paralisadas. O magistrado também proibiu o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de repassar recursos à Norte Engenharia Sociedade Anônima, empreiteira responsável pela construção da hidrelétrica. De acordo com a Justiça Federal no Pará, a proibição vale até que o processo que contesta a obra tenha o mérito julgado ou até que se comprove o cumprimento das exigências previstas na licença prévia concedida pelo Ibama. O juiz atendeu a pedido do Ministério Público Federal (MPF). Em ação civil pública, o MPF alegou que a licença de instalação é ilegal porque não atende a pré-condições estabelecidas pelo próprio Ibama na licença prévia, que antecede a licença de instalação. Entre as exigências descumpridas está a recuperação de áreas degradadas, a adequação da infraestrutura urbana, a regularização fundiária de áreas afetadas e programas de apoio a indígenas da região. Na ação, o MPF argumenta que, até a emissão da licença provisória de instalação, 29 exigências não haviam sido cumpridas e 4 haviam sido executadas parcialmente. O Ministério Público também alegou que não há informação sobre o cumprimento de outras 33 obrigações. Segundo a Justiça Federal, a concessionária pediu mais prazo para repassar as informações, mas não apresentou as respostas. Ao conceder a liminar, o juiz criticou ao Ibama. Para o magistrado, o órgão ambiental não está pressionando o consórcio a respeitar as exigências ambientais e está se submetendo aos interesses da empreiteira.

Cerca de 100 moradores do bairro de Santa Cruz e militantes do movimento estudantil protestam contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em frente à sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes alegam que desde a instalação da empresa na região moradores ficam doentes e sofrem prejuízos por conta da poluição e pescadores da região tem a sua atividade afetada pelas obras da CSA. O grupo entregou um pedido à secretaria para que realize uma audiência pública no bairro. Os moradores da região querem impedir que a secretaria libere a licença definitiva de operação para a CSA, enquanto os impactos ambientais e sociais não forem avaliados.

Sabado 26

Integrantes do Fórum Regional pela Reforma Agrária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ocupam a sede da fazenda Inhumas, em Uberaba, Minas Gerais (região Sudeste) em ação que envolveu a cerca de 200 famílias. A ocupação foi realizada em solidariedade ao acampamento Roseli Nunes e a outros acampamentos de movimentos diversos que sofreram despejos na região. O acampamento Roseli Nunes esteve prestes a se transformar em Projeto de Assentamento, com o decreto já assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O valor negociado para as benfeitorias estava depositado no banco e os Títulos da Dívida Agrária, utilizados para a compra de terras pelo Incra. Mesmo assim, o proprietário entrou com uma ação de reintegração de posse na Justiça Federal. A juíza substituta concedeu a reintegração e anulou o processo de desapropriação. Em todo o Brasil, as mulheres da Via Campesina deflagraram a Jornada de Lutas das Mulheres para denunciar a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, responsabilidade do modelo de produção do agronegócio.

Carlos Roberto dos Santos, acusado da morte do cacique Guarani-Kaiowá Marcos Veron(,) é absolvido. Ele, Jorge Cristaldo Insabralde e Estevão Romero eram réus no processo que apura os crimes contra o grupo de índios que ocupou a fazenda Brasília do Sul, em Juti, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), em fevereiro de 2003. Os 3 funcionários da fazenda, no entanto, foram condenados por 6 sequestros, tortura e formação de quadrilha armada. A pena estipulada pela juíza da Primeira Vara Criminal Federal de São Paulo, Paula Mantovani, foi de 12 anos e 3 meses de prisão. Estevão Romero foi condenado também a mais de 6 meses em regime aberto por fraude processual. Todos os réus já passaram 4 anos e 8 meses sob prisão preventiva. Como a sentença ainda não transitou em julgado, eles deixaram o tribunal em liberdade. Para o procurador Luiz Carlos Gonçalves, o próximo passo é buscar a condenação dos mandantes do assassinato. O dono

da fazenda, Jacinto Honório da Silva Filho, é réu em outro processo sobre o mesmo caso. A defesa dos acusados comemorou o resultado, já que a pena aplicada é apenas uma fração da penalidade que poderia ser imputada. O advogado Josephino Ujacow, entretanto, adiantou que vai recorrer da sentença. O júri foi realizado em São Paulo atendendo ao pedido do Ministério Público Federal. O órgão afirma que o dono da fazenda tem grande poder econômico e poderia influenciar no julgamento em Mato Grosso do Sul. Além disso, segundo o MPF, existe no estado um grande preconceito contra indígenas. Os crimes ocorreram quando um grupo de cerca de 40 seguranças da fazenda Brasília do Sul desocupou a área à força. Os índios estavam acampados pela segunda vez na fazenda que é reivindicada como terra indígena. Marcos Veron foi morto a coronhadas durante o conflito. Os 5 dias de julgamento foram acompanhados por um grupo de índios. Entre eles, estavam três filhos do cacique morto e mais 15 membros da tribo.

2º feira 28

Cerca de 500 mulheres da Via Campesina ocupam a sede do Incra, na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). As manifestantes protestam contra a inoperância do governo em realizar a reforma agrária, contra a precária política agrária para os assentamentos e a ausência de assistência técnica e de liberação de créditos para produção de alimentos. Segundo os movimentos da Via Campesina, para os que lutam em defesa da reforma agrária, 2010 foi o pior dentre os 8 anos comandados pelo governo Lula. Além disso, um dos pontos centrais da manifestação foi denunciar o avanço do agronegócio e da utilização desenfreada dos agrotóxicos nos monocultivos e na fruticultura irrigada, patrocinada pela política agrícola do governo federal. A ação faz parte da “Jornada Nacional de Lutas contra o Agronegócio e contra a Violência: por Reforma Agrária e Soberania Alimentar”, em comemoração ao Dia Internacional de Luta das Mulheres. Segundo informações divulgadas pelo site do MST, desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. De acordo com o último censo agropecuário, realizado em 2006, cerca de 80% dos grandes proprietários rurais usam veneno em suas plantações. Só em 2009 foram mais de 1 bilhão de litros de veneno utilizados nas lavouras. As consequências para a saúde da população do campo e da cidade são desastrosas. Este ano, a jornada de luta das mulheres da Via Campesina em Pernambuco leva o nome de “Luiza Ferreira”, em homenagem à trabalhadora rural, dirigente do MST, brutalmente assassinada pelo ex-marido em março de 2010, no município de Aliança, zona da mata norte do estado. A jornada também homenageia a todas as mulheres que cotidianamente sofrem todos os tipos de opressão e dominação e que lutam em defesa de seus direitos, da vida e dignidade no campo e na cidade.

Cerca de 1.500 mulheres integrantes do MST ocupam a fazenda Cedro, pertencente à multinacional Veracel, no município de Eunápolis – Bahia (região Nordeste). A atividade faz parte da Jornada de Luta das Mulheres. “As trabalhadoras denunciam a ação do agronegócio no extremo sul da Bahia, com a produção da monocultura de eucaliptos praticada pela Veracel na região de maneira irregular, pois ocupa terras devolutas”, disse Lúcia Barbosa, integrante da coordenação nacional do MST. As manifestantes, provenientes de assentamentos e acampamentos do Extremo Sul da Bahia, iniciaram a plantação de feijão e milho. A Veracel Celulose é uma *joint venture* de duas das maiores empresas do ramo de papel e celulose do mundo. A transnacional possui cerca de 205 mil ha de terras no Extremo Sul da Bahia, sendo cerca de 96 mil ha de monocultura de eucalipto. Essa fábrica de celulose tem produção de cerca de 900 mil toneladas, destinadas à exportação, sendo que a metade dessa produção pertence à empresa Aracruz, uma das acionistas, e o restante à Veracel. Em todo o Brasil, as mulheres da Via Campesina deflagraram a Jornada de Lutas das Mulheres para denunciar a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras.

Cerca de 40 alunos e professores de escolas do bairro de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) protestam em frente à Secretaria Estadual de Educação para pedir a inclusão das

escolas da região no projeto Climatizar e assim receber a instalação de condicionadores de ar nas salas de aula. Um professor, 2 representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) e 5 alunos foram recebidos pelo subsecretário, que prometeu comparecer nas escolas para avaliar a situação. Os manifestantes afirmam que alunos e professores chegam a passar mal nas salas de aula devido ao calor.

Glossário de siglas

AIT	Associação Internacional de Trabalhadores
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIDH - OEA	Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
CNT	Confederação Nacional de Trabalhadores
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPS-Conlutas	Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CTUR	Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEDEP	Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFS	Instituto Federal de Sergipe
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IRPF	Imposto de Renda para Pessoa Física
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MP	Ministério Público
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL	Movimento Terra e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PM	Polícia Militar
PNE	Plano Nacional de Educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
Sindsep - DF	Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal
Sinpol	Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal
SJPDF	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UnB	Universidade de Brasília
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ), Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Marzo de 2011

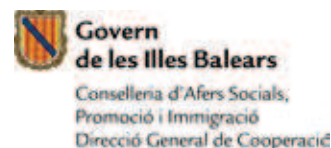
Editada en octubre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 877

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

prof. dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Peter Sana (LPP/UERJ)
Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ)



Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente
(CMI), Boletim DATALUTA, O Vermelho

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Março de 2011

3º feira 01

Cerca de 800 trabalhadoras rurais ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) marcham de Juazeiro a Petrolina em Pernambuco (região Nordeste). Os manifestantes bloquearam a ponte que liga os dois municípios, denunciando a inoperância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) da região. Em todo o Brasil, as mulheres da Via Campesina deflagraram a Jornada de Lutas das Mulheres para denunciar a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, responsabilidade do modelo de produção do agronegócio.

Em todo o Brasil, as mulheres da Via Campesina deflagraram a *Jornada de Lutas das Mulheres* para denunciar a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras. Cerca de mil mulheres da Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a Levante da Juventude e a Intersindical protestam em frente ao Palácio da Justiça, na Praça da Matriz em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Elas saíram em marcha do Mercado Público de Porto Alegre até o local. Na mesma cidade, cerca de mil mulheres ocupam o pátio da empresa Braskem, do grupo Odebrecht, no Pólo Petroquímico de Triunfo, região metropolitana de Porto Alegre. A manifestação tem o objetivo de denunciar que o plástico verde, produzido à base de cana-de-açúcar, é tão nocivo e poluidor quanto o plástico fabricado à base de petróleo. Na cidade de Passo Fundo, também no estado, 500 mulheres realizam uma manifestação pública no centro, com atividades de formação no Seminário “Nossa Senhora Aparecida”.

Cerca de mil trabalhadoras rurais ligadas ao MST do estado do Sergipe (região Nordeste) acampam na Praça da Bandeira de Aracaju. De 1 a 3 de março, elas participarão de atividades que denunciam os agrotóxicos, o agronegócio, a criminalização dos movimentos sociais e a violência (contra) da mulher.

Uma marcha de mulheres do campo e da cidade do Espírito Santo (região Sudeste) começa a se deslocar do município da Serra, promovendo uma série de atividades da Jornada de Lutas das Mulheres.

Um grupo de manifestantes realiza um protesto no centro de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul), cobrando justiça contra o bancário Ricardo Neis, 47 anos, que atropelou um grupo de ciclistas no dia 25 de fevereiro. Pelo menos 16 pessoas foram atingidas no acidente; 8 delas foram parar no hospital com cortes e fraturas. Participaram do ato 1.500 pessoas, segundo a Brigada Militar, e 2 mil de acordo com o grupo Massa Crítica, organização que defende o uso de bicicletas no trânsito. Os manifestantes saíram do bairro Cidade Baixa, na região central de Porto Alegre, e foram até a prefeitura. Eles reivindicam que um representante do poder municipal os receba. O delegado Gilberto Montenegro, que investiga o atropelamento, pediu o indiciamento de Neis sob suspeita de tentativa de homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e sem chance de defesa para as vítimas). A juíza Rosane Michels, do Segundo Juizado da Primeira vara do júri de Porto Alegre, recebeu os pedidos de prisão preventiva feitos pela polícia e pela Promotoria, e deverá decidir no dia 2 de março se o bancário será preso ou se continua em liberdade.

Parlamentares ajuízam no Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste), uma ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo da lei que autoriza a presidente Dilma Rousseff a reajustar o valor do salário mínimo por meio de decreto até 2014. Os advogados do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrata (DEM) e Partido Popular Socialista (PPS) alegam que a norma impede o congresso de exercer o direito de discutir e votar o aumento do salário mínimo.

4º feira 02

Cerca de 500 mulheres da Via Campesina se reúnem em Curitiba – Santa Catarina (região Sul), no parque de exposição Pouso dos Tropeiros com o lema “Contra o agronegócio, em defesa da soberania popular”. No momento em que acontece o encontro, uma comissão está reunida com o governo do estado para reivindicar a pauta. As mulheres reivindicam melhoria na infraestrutura nas unidades de produção camponesa, investimento em assistência técnica de qualidade e construção de hortas e hortos de plantas aromáticas e medicinais. Também estão sendo reivindicadas políticas públicas para enfrentamento à violência que é praticada contra as mulheres, acesso à saúde pública de qualidade, bem como os direitos previdenciários.

Cerca de 300 mulheres ocupam a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para denunciar os efeitos negativos à vida humana e à natureza da utilização excessiva de agrotóxicos pelo agronegócio. O objetivo da mobilização é denunciar os altos investimentos e empréstimos do BNDES aos grandes latifundiários e às transnacionais. As organizações e movimentos reivindicam uma radical e profunda reorientação da política do BNDES, com investimentos prioritários em educação, emprego, saúde, direitos previdenciários, habitação e reforma agrária. Entre as organizações que participaram da mobilização estão a Via Campesina Brasil, MST, mulheres do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), a Intersindical, o Comitê Popular de Mulheres, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACs), o Movimento Direito Pra quem (DPQ), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), o Núcleo Estudantil de Apoio à Reforma Agrária (NEARA), a União da Juventude Comunista (UJC) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia. Em todo o Brasil, as mulheres da Via Campesina deflagraram a Jornada de Lutas das Mulheres para denunciar a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras brasileiras. O BNDES, em nota, reiterou seu compromisso com a preservação do meio ambiente e destacou que a avaliação dos projetos que apóia considera aspectos técnicos e leva em conta as questões sociais e ambientais, além do desenvolvimento regional. Em resposta, o banco disse que “O BNDES financia exclusivamente projetos de investimento que cumpram a legislação ambiental brasileira. Como banco de desenvolvimento, inclui em suas políticas operacionais diretrizes de mitigação de impactos ambientais que superam os das normas em vigor”. O banco também alegou que estimula as empresas a aplicar recursos na preservação do meio ambiente, além de ter programas e fundos destinados a investimentos ambientais e de reflorestamento. Na nota, o banco citou como exemplo o Fundo Amazônia e o BNDES Iniciativa Mata Atlântica”.

Mais de mil mulheres dos movimentos sociais do Ceará (região Nordeste), como o MST, o Movimento dos Conselhos Populares e a Central dos Movimentos Populares, fazem duas marchas para denunciar os impactos negativos para a saúde humana e para o ambiente do uso excessivo de agrotóxicos no Brasil. Em Fortaleza, mais de 600 mulheres marcharam em direção ao Palácio da Abolição, sede do governo do Estado. Depois de uma tentativa da Polícia Militar de impedir que a marcha chegasse ao Palácio, o governador Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), chamou a dois secretários para receber uma comissão. Participaram da reunião o secretário das Cidades, Camilo Santana, e o secretário de Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins. Segundo a

coordenação do MST, a pauta em Fortaleza é reivindicar das autoridades públicas moradia popular para as famílias de baixa renda, pois, segundo estudos, Fortaleza está entre as piores capitais na implantação do programa “Minha Casa, Minha Vida”. O movimento reivindica também a aplicabilidade da lei Maria da Penha, com mais estruturas de serviço, e proteção às mulheres vítimas dessas violências. Já em Santa Quitéria, região norte do estado, 200 mulheres da Via Campesina estão em um encontro para debater os impactos que a exploração da mina de Itataia vai trazer para a região. As atividades fazem parte da Jornada de Lutas das Mulheres da Via Campesina, que já realizou ações em 6 estados.

Cerca de 69 famílias moradoras da Cohab Advetista, localizada na rua Integrada número 350, realizam protesto na avenida Estrada de Itapeperica - São Paulo (região Sudeste), contra o despejo que a prefeitura move contra elas. Há mais de 2 anos morando no bairro, vivendo numa situação precária, sem saneamento básico e qualquer auxílio do governo, os moradores se mobilizam por uma resposta da prefeitura sobre sua situação de moradia. No processo movido pela prefeitura na nova vara da Fazenda Pública, não há nenhuma solução para as famílias a não ser deixar o local. Das 69 famílias que habitam o terreno a maioria tem crianças que estudam na escola pública ao lado. A marcha tem como objetivo pressionar a prefeitura para uma solução definitiva sobre o destino das famílias, seja no próprio terreno que é público ou seja em outros locais ou políticas habitacionais.

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) considera ilegal a greve dos cerca de 15 mil servidores da segurança pública do estado. As entidades grevistas que insistirem no movimento grevista pagarão multa diária no valor de R\$ 30 mil. De acordo com a Procuradoria-Geral da Paraíba, que entrou com uma ação na Justiça pedindo a ilegalidade da paralisação, os grevistas não podem recorrer da decisão neste momento. Se os servidores quiserem questionar o entendimento dos desembargadores, terão que esperar pelo julgamento do mérito da questão, ainda sem data prevista. A paralisação, que começou na tarde do dia 28 de fevereiro, atinge policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. O grupo reivindica reajuste salarial e deve permanecer em paralisação por tempo indeterminado, conforme foi decidido em assembleia no dia 28, em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Tropas da Força Nacional chegaram neste dia 02 à Paraíba. A determinação para o envio da Força Nacional foi feita no dia 1º pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, após pedido do governador do estado, Ricardo Coutinho. De acordo com o Ministério da Justiça, as tropas federais ficarão no estado até o término da greve dos policiais.

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste) ocupam a entrada principal do prédio da administração da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas). Os estudantes se concentram no local com o objetivo de pressionar o coordenador do órgão, o professor Waldyr Antonio Jorge, a ouvir suas reivindicações. Os estudantes querem que a Coseas providencie colchões para que os alunos ingressantes da universidade possam se instalar no espaço da moradia estudantil. De acordo com o Sindicato de Trabalhadores da USP (Sintusp), os estudantes haviam protocolado um ofício com a solicitação, mas não receberam resposta.

Professores e alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP - UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região sudeste), realizam assembleia durante uma manifestação, onde decidem paralisar suas atividades. Eles protestam contra os salários atrasados desde janeiro dos professores substitutos. Os manifestantes usaram narizes de palhaço, instrumentos musicais e cobraram a contratação dos aprovados no concurso realizado em 2010.

5º feira 03

Cerca de 600 mulheres da Via Campesina e outros movimentos sociais fecham parte da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, também conhecida como Piaçaguera-Guarujá, que dá acesso ao Pólo Industrial de Cubatão, no litoral de São Paulo (região Sudeste). Em seguida, as cerca de 600 mulheres que paralisaram a Rodovia ocupam a sede do Incra em São Paulo (região Sudeste). A mobilização tem como objetivo exigir do Ministério do Desenvolvimento Agrário a mudança na política de gestão do órgão responsável pela reforma agrária em São Paulo, o Incra-SP. Nos últimos anos a reforma agrária no estado de São Paulo, bem como acontece em praticamente todos os estados brasileiros, vem enfrentando grandes limites e dificuldades em relação ao assentamento das famílias acampadas. Algumas destas famílias estão acampadas há mais de 8 anos. Em relação à implantação e desenvolvimento dos assentamentos a situação também é bastante desrespeitosa. Parte dos assentamentos tem sua infraestrutura extremamente precarizada, com estradas intransitáveis, demora, ou mesmo não construção de moradias nestes espaços falta acesso à água potável, entre outras demandas. Sobre o desenvolvimento da produção, falta assistência técnica compatível com a necessidade e a realidade das famílias. Além disso, existe uma grande dificuldade no acesso aos créditos de implantação do assentamento pelas famílias. Por último, não existem políticas públicas que viabilizem, desenvolvam ou fortaleçam as empresas sociais das trabalhadoras e trabalhadores, como as associações, cooperativas e agroindústrias. Na rodovia onde as mulheres realizaram a ação, encontram-se grandes empresas produtoras de agrotóxicos, como Bunge, Vale Fertilizantes e Rhodia, entre outras. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Só em 2009, o país consumiu cerca de 790 mil toneladas. O estado de São Paulo está entre os 3 primeiros estados produtores de agrotóxicos no Brasil. A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas, em torno do Dia Internacional de Lutas da Mulheres.

As mulheres da Via Campesina e o Fórum Regional por Reforma Agrária ocupam a BR- 050, no km. 121, entre Uberlândia e Uberaba – São Paulo (região Sudeste). As mulheres fizeram o roçado na monocultura de cana da empresa Saci, em denúncia à utilização de aviões de pequeno porte para pulverização de agrotóxicos, que polui o solo e a água da região. A ação envolveu cerca de 400 pessoas que estiveram reunidas no “Seminário de Mulheres” da Via Campesina, nos dias 1 e 2 de março, e em estudos e debates sobre o modelo de produção estabelecido no Brasil e a violência em relação às mulheres. O protesto faz parte de uma agenda nacional dos movimentos sociais que marca o dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. A empresa monocultora de cana, aliada a uma grande usina produtora de álcool, tomou vastas extensões de terra para o plantio. Há suspeitas de que houve uma derrubada massiva de árvores nativas, que teriam sido arrancadas e enterradas com a raiz, formando um grande cemitério, prática comum na região. Segundo informações do site do MST, a Saci, juntamente com a Usina Vale do Tijuco, utilizam grandes quantidades de agrotóxicos jogados de aviões de pequeno porte que poluem o solo e a água da região. Além disso, as empresas não produzem alimentos e geram pouquíssimos e precários empregos.

Aproximadamente 300 mulheres camponesas dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce realizam uma marcha do centro da cidade de Teófilo Otoni, em direção ao Fórum da Comarca no estado de Minas Gerais (região Sudeste). O objetivo da marcha é denunciar os casos de violência contra as mulheres e a violência causada pela concentração de terras na região. A atividade foi organizada por mulheres do MST, da Cáritas Diocesana de Almenara, da Comissão de Mulheres do Vale do Mucuri, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado Minas Gerais (FETAEMG), dos sindicatos de trabalhadores rurais, os movimentos indígenas e os quilombolas. O ato relembrou o massacre de Felisburgo, que aconteceu em 20 de novembro de 2004, no acampamento Terra Prometida, quando 5 trabalhadores rurais ligados ao MST foram assassinados a mando do fazendeiro Adriano Chafik, que responde ao processo em liberdade. A marcha fez parte do

“Primeiro Seminário de Mulheres Camponesas dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce”, que aconteceu entre 1º e 3 de março em Teófilo Otoni. A atividade integra a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina, denunciando os impactos do agronegócio. Em Minas Gerais, aconteceram também mobilizações na região do Triângulo Mineiro. As mulheres camponesas dos vales exigem a prisão imediata de Adriano Chafik, seus cúmplices e demais envolvidos na chacina de Felisburgo, além da indenização das famílias vítimas do massacre e a revogação das ordens de despejo nos acampamentos da região. As manifestantes exigem ainda o cumprimento dos acordos firmados pelos municípios na execução do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, assinado pelo governo de Minas Gerais em 2008.

Centenas de pessoas se reúnem para protestar contra o aumento da passagem do ônibus em São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação seguiu até a rua Augusta. Durante todo o trajeto a truculenta Polícia Militar de São Paulo esteve presente. A polícia impediu que o protesto tomasse todas as faixas da avenida Paulista. O protesto ficou tenso quando chegou em frente a Prefeitura de São Paulo. Os manifestantes jogaram bexigas com tinta na fachada e se mantiveram em frente a prefeitura, fechando a rua. A tropa de choque ficou em formação ameaçando os manifestantes para que se dispersassem. As passagens custam, após o aumento R\$ 3, uma das mais caras do país.

A Organização Não Governamental (ONG) Rodas da Paz, formada por ciclistas, promove um protesto no gramado em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação contou com a participação de parentes de vítimas de trânsito e entidades defensoras dos direitos humanos. A finalidade é contestar a atitude do motorista Ricardo José Neis, que avançou com o carro e atropelou ciclistas do grupo Massa Crítica, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), no dia 25 de fevereiro. De roupa branca, eles fizeram o enterro simbólico dos Códigos de Trânsito Brasileiro e Código Penal. Os organizadores do ato esperam influenciar na formação de uma cultura de respeito ao ciclista, como exemplo do que acontece em países do primeiro mundo, como França, Holanda e Estados Unidos.

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da Primeira Região, Olindo Menezes, suspende decisão de um juiz do Pará. Ele entendeu que não há necessidade de cumprimento de todas as condicionantes listadas na licença prévia para a emissão da licença de instalação inicial da hidrelétrica de Belo Monte. O canteiro de obras da usina pode voltar a ser construído. A decisão do presidente do tribunal regional também diz que o juiz do Pará invadiu a esfera de discricionariedade da administração e usurpou a competência privativa da administração pública de conceder licença de instalações iniciais específicas. Para Menezes, quem tem competência para isso é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No final de fevereiro, o juiz federal Ronaldo Desterro determinou a suspensão imediata da licença de instalação do canteiro de obras atendendo a um pedido do Ministério Público Federal. O motivo do pedido é o descumprimento de exigências de instalação como a recuperação de áreas degradadas, a adequação da infraestrutura urbana, a regularização fundiária de áreas afetadas e programas de apoio a indígenas da região. Em recurso ao tribunal regional, o Ibama afirmou que “nem todas as condicionantes listadas na licença prévia devem ser cumpridas antes da emissão da licença de instalação” e que as condicionantes serão exigidas no momento oportuno.

6º feira 04

Cerca de 350 mulheres da Via Campesina, do MST e do sindicato dos trabalhadores rurais realizam protestos nos acampamentos João do Vale e Francisco Romão, ambos de respectivas organizações no município Açailândia – Maranhão (região Nordeste). As atividades denunciam a forma predatória de exploração da empresa Vale na região sudeste do Maranhão. A monocultura do eucalipto utilizado para produção do carvão vegetal, que alimenta fornos de 5 siderúrgicas

localizadas no município, causa poluição do solo e da água. Os protestos denunciavam também os prejuízos causados pela Estrada de Ferro Carajás às comunidades por onde passa o trem da Vale, provocando a morte dos animais e até atropelamentos de trabalhadores rurais. As mulheres alertaram ainda para a ampliação desses impactos e problemas sociais com a duplicação dos trilhos que liga Parauapebas, no Pará, a São Luís, no Maranhão. A empresa Vale investirá mais de R\$ 8 bilhões no projeto.

Cerca de 400 mulheres do MST em São Paulo – SP (região sudeste) ocupam uma sede do Incra, com o objetivo de cobrar o assentamento de famílias acampadas e políticas públicas de produção agrícola sem agrotóxicos. O movimento se repete em outros estados, durante esse mês, devido à comemoração do Dia Internacional da Mulher. As militantes vem ocupando prédios públicos e fechando estradas em cerca de 10 estados.

Moradores do bairro de Piraporinha, na zona Sul da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) protestam por melhoria no transporte público. Segundo a Polícia Militar (PM), cerca de 2 mil manifestantes bloqueiam a avenida M'Boi Mirim nos dois sentidos, na altura do número 1.000, nas imediações do Largo de Piraporinha. De acordo com a PM, no início do protesto o número de manifestantes era menor, cerca de 500 pessoas. Eles decidiram encerrar o protesto por volta do meio dia depois de que representantes do grupo se reuniram com o subprefeito de M'Boi Mirim, Edilberto Ferreira Beto Mendes. Após o encontro, foi acordado que a prefeitura de São Paulo irá discutir a volta das linhas de ônibus tiradas da região no final de 2010; a ampliação da faixa reversível (que permite que os carros trafeguem na mão oposta durante os horários de pico); a elaboração de um estudo para diminuir os semáforos da área e a realização de uma pesquisa para a implantação de uma passarela em frente ao Hospital M'Boi Mirim. “Várias coisas que foram discutidas [no passado, com líderes comunitários locais] já foram implantadas. Por exemplo, a faixa reversível, e já está em um projeto executivo uma avenida da Ponte Baixa, que foi discutida exaustivamente com as lideranças daqui”, disse o subprefeito. Ficou programada uma nova reunião entre as lideranças e a prefeitura.

De acordo com o Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA), a liberação para continuidade das obras da Usina de Belo Monte sem o cumprimento de ações de minimização dos impactos socioambientais pode causar prejuízos irreparáveis. O órgão informou, por meio de nota, que a liberação do canteiro pode provocar problemas como o colapso da infraestrutura urbana na região e danos irreversíveis ao meio ambiente e à população que vive próxima ao Xingu. Para o MPF-PA, a licença que permite a instalação do canteiro de Belo Monte é ilegal porque não está prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, um levantamento de autoria do próprio órgão indica que, das 66 condicionantes estabelecidas em 2010, 29 foram descumpridas, 4 atendidas parcialmente e, sobre as demais, não há qualquer informação. A decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que liberou a continuidade das obras, foi divulgada no dia 3 de março e derrubou uma liminar expedida no dia 25 de fevereiro. O desembargador federal Olindo Menezes entendeu que não há necessidade de cumprimento de todas as condicionantes listadas na licença prévia para a emissão da licença de instalação inicial da hidrelétrica. Entre as condicionantes estão ações como a construção e a reforma de escolas e hospitais, providências para o reassentamento de famílias atingidas pela barragem, recuperação de áreas degradadas, garantia da qualidade da água para consumo humano na região, iniciativas para garantir a navegabilidade nos rios, regularização fundiária de áreas afetadas e programas de apoio a indígenas.

4º feira 09

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) alerta que a distribuição de cestas básicas pelo consórcio Norte Energia a populações indígenas que serão afetadas pela construção da Usina

Hidrelétrica de Belo Monte – Pará (região Norte) está acarretando problemas a essas comunidades. De acordo com a entidade, por estarem recebendo gratuitamente esses alimentos, há comunidades que deixaram de preparar suas roças tradicionais. Segundo o secretário adjunto do Cimi, Cléber Buzatto, “estamos impactados com essa informação. Isso mostra que a obra está alicerçada na ilegalidade e na inexistência de diálogo com as populações locais”. Para ele, em vez de investir em novas hidrelétricas, o país poderia melhorar a estrutura já existente. “Belo Monte não é necessária para o país, e as condicionantes não justificam a obra. O país poderia ampliar sua capacidade energética se investisse na estrutura existente. Isso não acontece porque não dá ganhos para as grandes corporações envolvidas no processo”, avaliou Buzatto. Os apagões, segundo ele, provam essa tese. “Eles [os apagões] aconteceram em consequência de uma série de problemas técnicos básicos que confirmam a falta de investimentos na rede existente. Temos de investir na repotencialização das turbinas que estão defasadas. Isso resultaria, entre as perdas de transmissão, em um ganho de 20%”, argumentou. Ele adianta que o Cimi –vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)– continuará atuando nas comunidades com mobilizações contrárias à obra. Buzatto explica que os povos indígenas não veem o formato de desenvolvimento adotado pelo país como modelo de desenvolvimento para as futuras gerações. “Para os indígenas, esse modelo hegemônico não é sustentável e resulta nas diversas catástrofes climáticas de que temos notícia. Além disso, eles sabem que a usina levará, para a região, mais violência, mais prostituição e mais exploração de trabalhadores, além da invasão dos territórios que eles preservam há milhares de anos”, completou o missionário.

5º feira 10

Moradores de uma comunidade carente da cidade de Macaé – Rio de Janeiro (região sudeste) protestam em frente à prefeitura da cidade. Os manifestantes levaram o corpo de um jovem em uma carroça de tração animal que o próprio usava para fazer frete. Os manifestantes afirmam que o jovem foi morto por policiais numa incursão a comunidade.

Representantes de centrais sindicais se reúnem em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) com a presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e aceitam a proposta do governo de reajuste da tabela do Imposto de Renda no valor de 4,5%. A presidente pretende criar uma comissão para discutir as reivindicações do movimento sindical tais como o fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho, reajuste das aposentadorias e diminuição de terceirizações no setor público.

6º feira 11

A Organização dos Estados Americanos (OEA) solicita ao Brasil informações sobre a forma como estão sendo conduzidos o licenciamento e os depoimentos relativos à Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Pará (região Norte). A solicitação atende ao pedido de medida cautelar encaminhada pelo Movimento Viva Xingu e mais 40 entidades à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. No pedido de medida cautelar foi solicitado que a OEA ajude a fazer com que a União suspenda o processo de licenciamento ambiental referente a Belo Monte. As ONGs pediram também a interrupção de qualquer intervenção, atividade ou procedimento por parte do Estado brasileiro ou terceiros para a construção da hidrelétrica e o respeito aos direitos humanos das pessoas e comunidades afetadas pelo projeto. Em resposta, a OEA, por meio do secretário executivo da CIDH, Santiago Canton, pediu, entre outras coisas, que o Estado brasileiro fornecesse, no prazo de 10 dias, informações sobre o estado atual da ação civil pública interposta pelo Ministério Público Federal mediante a qual se solicita a suspensão imediata da licença parcial à empresa Norte Energia. No documento enviado pela OEA ao governo brasileiro, Canton informa que, em meio às alegações

dos solicitantes, estava a de que a licença parcial outorgada à empresa Norte Energia não teria base legal e que esta teria sido outorgada sem cumprir os requisitos estabelecidos pelo Ibama. Em seguida, pede que o Estado apresente as normas nas quais se fundamenta a outorga da licença e os procedimentos de consulta prévia realizados com os povos indígenas que poderão ser afetados pelo projeto Belo Monte.

Sabado 12

Cerca de 500 pessoas participam de uma caminhada no centro de São Paulo – SP (região Sudeste) em comemoração ao Dia Internacional de Luta das Mulheres. O ato reuniu representantes de 90 entidades e movimentos em favor dos direitos da mulher. A manifestação serve para chamar a atenção da população para a luta das mulheres por autonomia e igualdade e contra o machismo e o capitalismo. Segundo a secretária da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo, Sônia Auxiliadora, com o ato as participantes denunciaram a discriminação contra a mulher. “Queremos mostrar todas as deficiências dentro das políticas públicas e das condições de trabalho, creches e no combate à violência contra as mulheres”. De acordo com Sônia, o fato de a violência contra as mulheres manter índices altos mesmo depois da Lei Maria da Penha e das campanhas de conscientização mostra que a sociedade ainda é machista e patriarcal. “Além da violência física, temos a violência moral”. Ela lembrou também que a mulher sofre com a desigualdade salarial, ganhando 70% menos que os homens quando desempenham funções iguais. A manifestação serviu para chamar a atenção da população para a luta das mulheres por autonomia e igualdade e contra o machismo e o capitalismo.

2º feira 14

Cerca de 100 índios da etnia Terena bloqueiam o tráfego de veículos na BR-163, em Mato Grosso (região Centro-oeste), no trecho entre as cidades de Sinop e Itaúba. Com pinturas tradicionais para guerra e arcos e flechas, os índios reivindicam a presença no local de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo a Polícia Rodoviária Federal, os Terenas exigem que seja aberto um posto de assistência do órgão na região. Atualmente a coordenação mais próxima da etnia está a 250 km. de distância. Apenas ambulâncias receberam autorização para cruzar o bloqueio. A alternativa para os motoristas, segundo a PRF, é um desvio que aumenta o percurso em 220 km.

Mais de 200 pescadores de Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte, Senador José Porfírio e Porto de Moz, no Pará (região Norte), promovem no Dia Internacional de Luta contra as Barragens uma manifestação contra a construção da usina de Belo Monte. Eles reuniram todos os barcos em uma romaria fluvial e aportam em Altamira, em frente à sede da Eletronorte.

Militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Recife – Pernambuco (região Nordeste) realizam um protesto no centro da cidade paralisando uma das principais vias de acesso a região. O protesto é motivado por uma reintegração de posse cedida pela justiça federal ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O local havia sido ocupado por 150 famílias, que já haviam sido despejadas de outro prédio público. Os manifestantes seguiram em passeata até a sede do governo estadual onde foram recebidos por assessores do secretário de articulação social do estado. Após a reunião o movimento conseguiu uma prorrogação do prazo de despejo para o dia 15 de abril.

3º feira 15

Moradores no bairro de Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) se revoltam na porta da Vigésima Delegacia de Polícia. Os moradores denunciam que policiais teriam atirado contra um cantor de funk e os estilhaços de um projétil, ainda não identificado, teria atingido menores de idade, idosos e transeuntes. O povo acusa a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de uso indevido de força através de armas e sprays de pimenta dentro da comunidade. Os moradores acusaram ainda um policial identificado pela comunidade como soldado Soares como sendo o principal responsável pela ação.

4º feira 16

O Comitê Nacional de Solidariedade ao Movimento Camponês de Corumbiara entrega uma carta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) pedindo um novo julgamento sobre o massacre de trabalhadores sem-terra ocorrido em 1995 em Rondônia (região Norte), conhecido como Massacre de Corumbiara. Os documentos solicitam que se indiquem quais medidas foram tomadas pelo Estado brasileiro nesses últimos 16 anos em relação às mortes ocorridas em 9 de agosto de 1995. O grupo, encabeçado por líderes religiosos, pretende pressionar o Legislativo, a presidenta Dilma Rousseff e a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, para que os eventos que resultaram na morte de pelo menos 12 sem-terra e 2 policiais tenham nova apuração. Um grupo de trabalhadores rurais que ocupava a fazenda Santa Elina, em Corumbiara, foi massacrado por policiais militares e pistoleiros. Morreram 12 trabalhadores rurais, entre os quais uma criança, e oito dos corpos tinham evidências bastante fortes de execuções extrajudiciais. No enfrentamento, 2 policiais também faleceram. Em uma série de julgamentos ocorridos em 2000, foram condenados 2 sem-terra e três policiais. Claudemir Gilberto Ramos, tido pelos acusadores como líder da ocupação, recebeu pena de 8 anos e meio de reclusão por cárcere privado e resistência à prisão. Cícero Pereira, também participante da ocupação, foi condenado a 6 anos e 2 meses por participação em um homicídio. Pela parte dos policiais, foram sentenciados o capitão Vitório Regis Mena Mendes e os soldados Daniel da Silva Furtado e Airton Ramos de Moraes, mas todos ganharam o direito a um novo julgamento. O Comitê de Solidariedade argumenta que o júri em Porto Velho foi conduzido de maneira preconceituosa, já que se baseou em uma investigação feita pela Polícia Militar. Os líderes entendem que a apuração foi realizada de maneira a isentar de culpa os policiais responsáveis pelo massacre, ignorando evidências fortes o suficiente para a identificação dos agentes. Além disso, a avaliação é de que é preciso julgar os mandantes da matança, entre os quais figura Antenor Duarte, importante fazendeiro da região e apontado como principal suspeito. Em depoimentos, policiais admitiram ter recebido dinheiro do proprietário de terras como forma de incentivo a uma ação violenta. A CIDH concluiu em 2004 que o Brasil deveria refazer a apuração sobre o caso, uma vez que a Polícia Militar, diretamente envolvida nos fatos, não goza de suficiente isenção para realizar os trabalhos de inquérito. O caso só não foi remetido à corte interamericana porque o massacre ocorreu em 1995, três anos antes da entrada do Brasil no Sistema Interamericano de Justiça. Sem ter como dar sequência, a CIDH, que integra a Organização dos Estados Americanos (OEA), recomendou que fosse feita uma investigação “completa e imparcial”, dando conta da participação de cada um dos agentes nos episódios de Corumbiara.

Uma ação coordenada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça em diferentes regiões do país identificou pelo menos 10 produtos alimentícios que usam ingredientes transgênicos em suas composições, mas essa informação não é apresentada ao consumidor. Com isso, caracteriza-se o descumprimento das regras de rotulagem para produtos que utilizam organismos geneticamente modificados. A fiscalização foi feita em parceria com as Procuradorias de Proteção e Defesa do Consumidor (Procons) de São Paulo (região Sudeste), Bahia

(região Nordeste) e Mato Grosso (região Centro-oeste). As empresas responsáveis responderão a processos administrativos do DPDC. Os produtos onde foi constatada a presença de transgênicos sem a respectiva informação no rótulo são: biscoito recheado Tortinha de Chocolate com Cereja (Adria Alimentos do Brasil), farinha de milho Fubá Mimoso (Alimentos Zaeli), biscoito de morango Tortini (Bangley do Brasil Alimentos), bolinho Ana Maria Tradicional sabor chocolate (Bimbo do Brasil), mistura para bolo sabor côco Dona Benta (J. Macedo), biscoito recheado Trakinas (Kraft Foods), biscoito Bono de morango (Nestlé), barras de cereais Nutry (Nutrimental), mistura para panquecas Salgatta (Oetker) e Baconzitos Elma Chips (Pepsico do Brasil). Os processos foram instaurados com base no descumprimento do Código de Defesa do Consumidor e do Decreto 4.680/2003, que estabelece a obrigatoriedade de informar no rótulo do produto a presença de organismos geneticamente modificados em quantidade superior a 1%.

5º feira 17

Trabalhadores do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho – Rondônia (região Norte) ateiam fogo em carros, ônibus e alojamentos durante a madrugada. Os protestos dos trabalhadores da usina começaram no dia 15. Segundo explicação da Secretaria de Segurança, o conflito teria começado após uma briga entre um motorista de ônibus e um dos operários. Nesse primeiro confronto, 40 veículos foram incendiados e algumas instalações do canteiro de obras foram depredadas. “Nossa preocupação imediata é com a segurança da população que vive nos arredores da usina e nas cidades de Nova Mutum Paraná e Jaci Paraná”, informou o assessor da Secretaria de Segurança Santiago Roa Junior. Ele denunciou que, dos 18 mil funcionários da obra, 300 estão ligados diretamente com os atos de vandalismo e com o fechamento parcial da BR-364, ocorrido neste dia 17 de março. Os trabalhadores alegam que seus protestos estão ligados às péssimas condições de trabalho no local. Muitos operários reclamam do intenso calor nos alojamentos, e de um surto de viroses no local. Também foi confirmado que nas últimas semanas a cozinha não dava conta de atender os 22.000 operários contratados, tendo piorado muito a qualidade das refeições servidas. Por causa dos incidentes, empreiteira Camargo Corrêa decidiu suspender as obras da hidrelétrica por tempo indeterminado. A construtora retirou do local 10 mil trabalhadores que atuam no turno da noite.

A Executiva Nacional do PT, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), desautoriza a iniciativa de alguns setores do partido no Rio de Janeiro – RJ (região sudeste), de participar de um protesto contra a visita do presidente dos Estados Unidos à cidade. O diretório municipal do partido lançou nota por orientação da Executiva Nacional, esclarecendo que o partido do governo tem interesse em aprofundar as relações com os Estados Unidos. Na nota, o presidente do PT no Rio esclarece que não há qualquer deliberação do partido relacionada à organização de ato de “manifestação hostil à presença do presidente Barack Obama”. Segundo a nota, a visita de Obama ao Brasil, a convite da presidenta Dilma Rousseff, deve ser vista como um passo importante para a afirmação “dos nossos interesses políticos e comerciais”.

6º feira 18

Cerca de 200 integrantes dos movimentos sociais, estudantes e sindicatos realizam uma passeata contra a visita do presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Durante a manifestação foram presos 13 ativistas, 12 adultos e um menor que foi encaminhado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). Os 13 detidos foram autuados por incêndio criminoso e lesão corporal a despeito da falta de comprovação da autoria do ato que motivou a prisão. Eles prestaram depoimento durante a madrugada em uma delegacia policial no centro da cidade e ficaram nas penitenciárias aguardando a decisão da Justiça.

A polícia já está investigando quem fez as bombas incendiárias, conhecidas como coquetéis molotov, lançadas contra o consulado e que deixaram um vigilante ferido. A polícia solicitou as imagens das câmeras do consulado para identificar os autores do ataque, considerado um ato isolado em uma manifestação que começou de forma pacífica. O secretário-geral do PT no Rio de Janeiro, Lourival Casula, negou que qualquer membro da agremiação tenha se somado aos manifestantes que lançaram bombas incendiárias contra o Consulado dos Estados Unidos no Rio.

Mulheres camponesas da Via Campesina e da Articulação Estadual das Empregadas Rurais realizam uma marcha no município de Três Corações, em Minas Gerais (região Sudeste), e um protesto em frente à empresa do ramo dos agrotóxicos Heringer. As manifestantes denunciam a contaminação dos trabalhadores rurais na aplicação desses venenos na monocultura do café. A Heringer, que é a maior empresa de agrotóxico dessa região, está presente também em São Paulo, Espírito Santo (região Sudeste), Sergipe, Bahia (região Nordeste), Rio Grande do Sul, Paraná (região Sul), Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A empresa estima estar entre as três maiores empresas de químicos agrícolas do Brasil, responsável por 17,5% do mercado de produção, comercialização e distribuição, de acordo com informações oficiais. Segundo informações do site do MST, a Heringer iniciou suas operações em Minas Gerais, fornecendo fertilizantes a produtores de café. As mulheres apontam que a aplicação de agrotóxicos da empresa “contamina principalmente os trabalhadores e trabalhadoras rurais que se expõem diretamente na aplicação desses produtos”. Há registro na região de trabalhadores que adoeceram pelo contato direto com o pé e o grão na aplicação dos venenos e na colheita.

Ativistas do Greenpeace realizam um ato em frente ao Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir à presidenta Dilma Rousseff o fim do uso da energia nuclear no país. Vestidos com capas de proteção e máscaras, um grupo subiu a rampa do Planalto e abriu uma faixa com a frase “A energia que mata. Dilma, nuclear não”. Citando o acidente na Usina Nuclear de Fukushima, no Japão, os manifestantes reivindicam a suspensão da construção da Usina Nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro, e a paralisação dos investimentos em energia nuclear. Representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República conversaram com os ativistas e receberam o manifesto do Greenpeace. O secretário de articulação social, Antônio Lambertucci, disse que a demanda da organização será encaminhada a Dilma Rousseff. Três manifestantes do Greenpeace permaneceram por alguns minutos sentados embaixo da rampa do Palácio do Planalto e foram conduzidos pela segurança à Polícia Federal.

Trabalhadores da Usina de Jirau no complexo de Rio Madeira – Rondônia (região Norte) paralisam a obra insatisfeitos com o corte no pagamento de horas extras, o não reajuste do valor da cesta básica, a truculência de encarregados, seguranças e motoristas e o não pagamento de participação nos lucros. Os trabalhadores afirmam já ter reclamado com a empresa Camargo Correa, responsável pela obra, mas afirmam que todos que apresentaram denúncias e reivindicações foram demitidos. A empresa diz não ter tomado conhecimento anteriormente da insatisfação dos trabalhadores. A Força Sindical solicitou ao Ministério do Trabalho que forme uma comissão para visitar as obras da usina. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) informou que enviará uma equipe para falar com os trabalhadores.

Cerca de 4 mil trabalhadores que trabalham na construção da refinaria Abreu Lima em Pernambuco (região Nordeste), deflagram greve. Os trabalhadores reivindicam pagamento de 100% das horas extras, auxílio-alimentação de R\$ 160 e auxílio-moradia de R\$ 1.000.

Sabado 19

Os advogados do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado no Rio de Janeiro (PSTU/RJ) entram com um pedido de *habeas corpus* para tentar libertar as 13 pessoas detidas no dia 18 de março, após manifestação em frente ao Consulado dos Estados Unidos no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No episódio, ficou ferido um vigilante do prédio, atingido por um coquetel molotov. O presidente do PSTU/RJ, Cyro Garcia, relatou que entre as pessoas presas estão trabalhadores, estudantes, donas de casa, aposentadas e um menor de 16 anos, “que não tiveram nenhuma responsabilidade” em relação ao episódio. O partido alega que não há provas contra os detidos, que não têm direito a fiança. Eles foram enquadrados por tentativa de incêndio e lesão corporal e são considerados criminosos comuns. Dez pessoas são militantes do PSTU. Na avaliação do presidente do partido no Rio, a provocação feita pelos elementos infiltrados no ato visou “a jogar a repressão contra a manifestação pacífica” que estava sendo realizada. Um dos objetivos, frisou, seria tentar esvaziar o protesto que está sendo convocado para o dia 20 de março, quando Obama estará no Teatro Municipal.

Trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho – Rondônia (região norte), negam acusação da empresa Camargo Correa, responsável pela obra, de não haver pauta de reivindicação dos trabalhadores. Os trabalhadores afirmam que na pauta solicitavam que as visitas a família fossem trimestrais, ao invés de quadrimestrais(,) e que aumentassem de 5 para 15 dias, aumento do valor da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 350, e a mudança do cartão por uma bandeira de cartão com maior aceitação na região. Os trabalhadores afirmam que a greve vinha sendo preparada, quando um motorista agrediu um dos trabalhadores, e não há previsão de retorno das obras. A Camargo Corrêa em nota afirma que as condições em Jirau são as melhores disponíveis no país.

Domingo 20

Cerca de 500 pessoas saem do Largo Machado, zona sul da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em passeata organizada pelo PSTU-RJ e pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), entre outras entidades. Os manifestantes se dirigem para a Cinelândia. O ato é em protesto à visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. O presidente do PSTU-RJ, Cyro Garcia, disse que o movimento visa também a exigir a libertação imediata de 13 pessoas detidas no dia 18 de março à noite, no centro da cidade, durante manifestações contra Obama que resultaram em um vigilante ferido por uma bomba incendiária lançada contra o Consulado dos Estados Unidos. Cyro Garcia afirmou que foi montada uma equipe de segurança para evitar a infiltração de pessoas estranhas na passeata, como, segundo ele, ocorreu no ato do dia 18. O pedido de revogação da prisão dos manifestantes foi negado pela Justiça. O departamento jurídico do PSTU-RJ com apoio da assessoria jurídica do SEPE vão entrar ainda este dia 20 com pedido de *habeas corpus* para relaxamento da prisão. O ato foi barrado pela Polícia Militar e pelo Exército na altura do Passeio Público, antes de chegar à Cinelândia, onde faria o protesto. As entidades repudiam os acordos firmados entre os governos americano e brasileiro, alegando que eles ferem a soberania nacional na medida em que significam a entrega de recursos naturais nacionais, como o petróleo do pré-sal, aos Estados Unidos. Elas são também contra a interferência americana no Oriente Médio.

A sexta edição da caminhada “Mulheres por um Mundo Mais Humano”, evento organizado pela União Brasileira das Mulheres (UBM) em parceria com o mandato da vereadora Luiza Cordeiro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reúne cerca de 2 mil mulheres no Parque Cecap, em Guarulhos – São Paulo (região Sudeste). Os participantes lembraram casos de violência ocorridos em Guarulhos, e pediram justiça e respeito às mulheres.

A Justiça do Trabalho de Rondônia (região Norte), concede liminar a ação movida pelo Ministério Público do Trabalho obrigando a construtora Camargo Correa, responsável pelas obras da usina hidrelétrica de Jirau, a pagar transporte, alimentação, verbas rescisórias e ajuda de custo aos operários que tiveram que deixar o canteiro de obras. As obras na usina estão paradas devido a greve realizada pelos trabalhadores exigindo melhorias e direitos trabalhistas.

2º feira 21

Cerca de 400 famílias sem-terra ligadas ao MST ocupam a fazenda Palermo, na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores rurais reivindicam que o governo estadual finalize a desapropriação da área para o assentamento de 54 famílias acampadas. Também reivindicam que os governos federal e estadual assentem todas as mil famílias sem-terra acampadas atualmente no estado. Em 2008, durante a marcha do MST à fazenda Guerra (Norte gaúcho), o governo federal assinou um Termo de Ajustamento de Conduta em que se comprometia a assentar todas as famílias acampadas no estado, mas isso não ocorreu. O MST reivindica que o governo cumpra com o TAC. A desapropriação da fazenda Palermo já está encaminhada mas, para que a Justiça emita a posse da fazenda ao governo do estado, é preciso que ainda seja pago um valor ao proprietário da terra. O impasse em relação à área existe desde o governo Olívio Dutra, quando foi iniciada a desapropriação. Somente depois de ter a posse da terra é que o governo do estado poderá assentar as famílias na área.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) acata o pedido de *habeas corpus* em favor de 12 manifestantes presos durante o protesto contra a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao Brasil. O protesto ocorreu no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em frente ao Consulado dos Estados Unidos, que foi atingido por uma bomba incendiária de fabricação caseira, conhecida como coquetel molotov. Os nove homens detidos no Presídio de Água Santa e as três mulheres que passaram o fim de semana na Penitenciária Bangu 8 foram soltos no início da noite. No dia 20 de março, a Vara da Infância e da Juventude concedeu liberdade ao único menor apreendido na manifestação. Todos foram acusados pela polícia de tentativa de incêndio, lesão corporal e depredação patrimonial. O SEPE anunciou que vai denunciar às autoridades internacionais e comissões de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e da Câmara dos Deputados o tratamento dado aos presos em Água Santa que, segundo o sindicato, tiveram as cabeças raspadas e ficaram presos em celas comuns. A Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) informou que está apurando as denúncias.

A Justiça do Trabalho em José Bonifácio, interior de São Paulo (região Sudeste), determina à Agropecuária Terras Novas S/A que regularize o ambiente de trabalho e a jornada dos cortadores de cana. A liminar atende ao pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT). O órgão embasou a ação judicial na vistoria do grupo móvel de Fiscalização Rural do Ministério do Trabalho, que constatou diversas irregularidades na usina, como transporte inadequado e submissão dos funcionários à jornada excessiva. A liminar diz ainda que a companhia deve respeitar o limite legal de duas horas extras diárias e o intervalo mínimo de uma hora para o trabalho que ultrapassar seis horas consecutivas. A decisão do juiz Renato Ferreira Franco determina ainda que a empresa forneça equipamentos de proteção individual, abrigo coberto com mesas e cadeiras para as refeições, instalações sanitárias e água potável e fresca. A liminar também beneficia os cortadores de cana contratados para a nova safra. A multa por descumprimento da decisão é de R\$ 300 a R\$ 5 mil por infração. Em nota, a Agropecuária Terras Novas S/A afirmou que os problemas apontados pelo MPT eram pontuais e já foram solucionados.

3º feira 22

Ambientalistas protestam contra a instalação da usina nuclear Angra 3 na cidade de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro (região Sudeste). O grupo promove uma caminhada na cidade. Os organizadores da manifestação afirmam que a população não está preparada para reagir a um acidente grave, que os hospitais da região são precários e não conseguiriam atender à demanda, além da má conservação da Rodovia Rio-Santos, única rota de fuga para os moradores. O protesto foi convocado em apoio aos atingidos pela tragédia no Japão, que sofre com efeitos de acidentes nos reatores da cidade de Fukushima.

Cerca de 30 pessoas protestam em frente à prefeitura de Niterói, na Rua Visconde de Sepetiba – Rio de Janeiro (região Sudeste), contra o atraso de 4 meses do pagamento do aluguel social. Entre os manifestantes estão moradores de diversas comunidades atingidas pelas chuvas em 2010, entre elas do Morro do Bumba. Com apitos e cartazes, o grupo também reclama do baixo valor do aluguel, que é de R\$ 400, e das precárias condições de higiene dos abrigos. No início do mês, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) propôs na Justiça uma ação civil pública para que o pagamento do aluguel social aos desabrigados de Niterói fosse feito pelo governo do Estado até a prefeitura conseguir repassar o benefício. Segundo o Ministério Público, os desabrigados de Niterói, que, em razão das chuvas de abril de 2010, perderam suas casas, estariam correndo o risco de não receber mais o Aluguel Social. Ex-moradoras do Morro do Bumba, pessoas que ficaram sem moradia, foram alojadas primeiramente em escolas e, com a retomada das aulas, realocadas para unidades militares desativadas. Com as casas interditadas ou destruídas, parte dos desabrigados começou a receber o auxílio. O benefício seria pago pelo período de nove meses a 3,2 mil famílias. Porém, como o número de moradores atingidos pela tragédia foi maior, muitos ficaram de fora do pagamento. Por esse motivo, o MPRJ, por intermédio da Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania Núcleo Niterói, decidiu abrir inquérito para investigar qual era o critério para a concessão do Aluguel Social, como ele estava sendo pago e a quem.

Cerca de 3 mil estudantes participam, em São Paulo – SP (região Sudeste), de passeata da Jornada de Lutas 2011 da União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Com o tema "A educação tem que ser 10", a jornada deve realizar mais de 40 atos de rua, além de debates em escolas e universidades. Os estudantes paulistas seguiram do vão do Museu de Arte Moderna na Avenida Paulista, até a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). As entidades organizam ainda, no dia 24 de março, uma “campanha virtual” em defesa do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento da educação. As duas bandeiras que se destacam no leque de defesas dos estudantes são 10% do PIB e 50% das verbas do fundo social do pré-sal para educação.

4º feira 23

Servidores do Judiciário que não tiveram reajuste concedido e que pedem pela mudança nas regras sobre a gratificação realizam uma manifestação durante o julgamento sobre a validade da Lei da Ficha Limpa, no Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Cerca de 300 pessoas ligadas ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijus) participam da manifestação. Elas erguem faixas cobrando uma atuação mais incisiva do presidente da Corte, Cezar Peluso, no acordo a ser firmado com o Executivo para o reajuste de 31%. Os servidores querem a aprovação do Projeto de Lei 6613/2009, que trata sobre o pagamento de gratificação. Os manifestantes pedem ainda que a presidenta Dilma Rousseff não congele seus salários e não tire direitos adquiridos dos servidores. Recentemente, o governo anunciou um corte extra de R\$ 577 milhões no orçamento, sendo que mais da metade, R\$ 373,2 milhões, afetarão o

Poder Judiciário. É a primeira vez que o contingenciamento foi distribuído entre os demais poderes do Estado. Cerca de 10 pessoas do movimento Brasília Limpa, em silêncio, erguem faixas em defesa da Lei da Ficha Limpa. O grupo foi criado em dezembro de 2009, em meio às denúncias da Operação Caixa de Pandora, e conta com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF). De iniciativa popular, o projeto da Lei da Ficha Limpa recebeu mais de 2 milhões de assinaturas. A proposta apresentada à Câmara sofreu alterações até ser aprovada e sancionada. Só que ela foi sancionada há menos de um ano do pleito eleitoral de outubro de 2010. Por isso, o STF foi questionado se essa lei valeria para as eleições de 2010. Houve um impasse na Corte, que estava com um ministro a menos. Nas deliberações com dez ministros, o resultado foi de 5 votos a 5. Com a nomeação do novo ministro, chegou ao fim a discussão em torno da validade da lei. Segundo o STF, só valerá para 2012.

Cerca de 3 mil estudantes da rede pública realizam uma passeata, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), como parte da jornada nacional de lutas organizada pela UNE. A manifestação começou com uma concentração em frente à Assembleia Legislativa, de onde os estudantes seguiram para a Cinelândia. O ato serviu para apoiar a votação na Câmara Municipal do Projeto de Lei 739/2010 que regulamenta a redução do valor das passagens nos transportes públicos no município do Rio para universitários bolsistas atendidos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e cotistas beneficiados por diferentes políticas públicas. Segundo o presidente da UNE, Augusto Chagas, a aprovação deste projeto é um estímulo à permanência de jovens, oriundos de classes menos favorecidas, na universidade, e uma forma de justiça social. Chagas ainda ressaltou que esse projeto já é lei em outros municípios do país. Para o presidente da Ubes, Yann Evanovick, o projeto é um direito dos universitários e há otimismo de uma expansão para todos os universitários da rede privada e pública. Além de reivindicar a meia-passagem para os universitários, os estudantes voltaram a defender uma nova votação para o projeto de lei que destina 50% do Fundo Social do Pré-Sal para investimentos na área da educação.

Segundo o Departamento de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), todas as 71 negociações salariais ocorridas em 2010 no setor metalúrgico em todo o país resultaram em reajustes salariais que recompuseram a inflação do período e, em 96% delas, alcançaram ganho real. Este foi o melhor resultado dos últimos 10 anos. De acordo com a pesquisa Sistema de Acompanhamento de Salários, divulgada neste dia 23 em São Bernardo do Campo, em 2009 o percentual de acordos que resultaram em reajustes acima da inflação foi de 90,1% e, em 2008, de 94,4%. No estado de São Paulo, o resultado também foi favorável, com 100% das negociações assegurando ganho real entre 2008 e 2010. Nos setores da indústria, comércio e serviços, 96% das negociações conseguiram repor a inflação. De acordo com Rafael Serrao, técnico do Dieese na Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT - São Paulo, responsável pela pesquisa, o resultado se deve ao bom trabalho das centrais sindicais, aliado a um ambiente econômico favorável. Serrao disse que em 2011 esses resultados devem se repetir, apesar de haver elementos novos na conjuntura econômica do país, como o ajuste fiscal do governo. “Os empresários têm campo para continuar concedendo e negociando reajustes acima da inflação com os sindicatos”. Ele ressaltou que os indicadores da indústria demonstram que o momento continua favorável, com recuperação da produção e do faturamento, baseada no mercado interno aquecido. O presidente da federação, Valmir Marques da Silva, disse que, para o próximo período, as centrais irão defender a elevação dos pisos salariais para construir os acordos em melhores proporções com o objetivo de inibir a rotatividade de mão de obra. Mesmo assim, ele destacou que as negociações foram muito positivas, mas 2011 reserva desafios porque a economia não está crescendo tanto quanto no ano anterior.

Um pequeno grupo de manifestantes acende velas e veste camisas pretas para homenagear as vítimas do *tsunami* no Japão e ao mesmo tempo protestar contra o programa nuclear brasileiro no bairro da Liberdade na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes que se

reuniram na região marcada pela imigração oriental defendem um apoio maior às energias renováveis como alternativa às usinas nucleares. A iniciativa conta com o apoio de várias organizações ambientalistas.

5º feira 24

Cerca de 200 trabalhadores assentados organizados pelo MST e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará ocupam a sede do Incra em Fortaleza, no Ceará (região Nordeste). Também participaram da ocupação técnicos agrícolas. O protesto reivindica a liberação de recursos para assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária, que está atrasado desde dezembro de 2010. A demora na liberação de recursos para o pagamento dos técnicos prejudica os trabalhadores assentados, principalmente nesse período de chuvas, que impõe maiores dificuldades à produção de alimentos. Os movimentos do campo pedem também uma reunião com a bancada de parlamentares do Ceará no Congresso Federal para discutir o orçamento da reforma agrária e a situação do Incra. Segundo informações do site do MST, no Ceará, há 400 assentamentos rurais, com 26 mil famílias assentadas. Mais de 200 profissionais da assistência técnica, como agrônomos, técnicos agropecuários, zootecnistas, assistentes sociais e pedagogos atuam nos assentamentos.

A UNE e a Ubes organizam uma passeata, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para pedir que 10% do PIB, além de 50% dos recursos do fundo social do pré-sal, sejam destinados à educação. Cerca de 5 mil estudantes participaram da manifestação. Segundo o presidente da UNE, Augusto Chagas, não há como melhorar as universidades e as escolas se não houver investimento em educação. “Nós apresentamos [aos deputados] uma emenda ao PNE [Plano Nacional de Educação] para que seja destinado 10% do PIB para a educação. Os 7% que estão na proposta do governo, a presidente Dilma já se comprometeu a atingir até 2014. Na nossa opinião é possível atingir os 10% até 2020 e estamos mostrando o caminho. Voltamos a apresentar a nossa emenda que propõe destinar 50% do fundo social do pré-sal para a educação”. Segundo Chagas, o grande problema do fundo social do pré-sal é não determinar “prioridades”. Dessa forma, segundo ele, os recursos podem ser gastos em qualquer área social. Segundo os dirigentes do movimento estudantil, novas passeatas devem ser organizadas nos próximos dias em outros estados. Ao receber representantes da UNE e da Ubes, a presidenta da República, Dilma Rousseff, manifestou simpatia pelas reivindicações dos estudantes. As duas entidades estudantis defendem mais investimentos na educação e a mudança de alguns pontos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE). No entanto, Dilma ressaltou que as mudanças no PNDE devem ser debatidas no Congresso Nacional.

O setor de celulose e organizações ambientalistas apresentam uma proposta conjunta de mudança no Código Florestal. O texto tem 16 pontos e pretende ser consenso entre as demandas do agronegócio e das instituições da sociedade civil de defesa do meio ambiente. O documento defende que a legislação incorpore mecanismos de incentivo à preservação e à recuperação de áreas de mata, como o pagamento por serviços ambientais e os créditos de carbono. Segundo o diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, essa é uma das principais diferenças em relação ao projeto de novo Código Florestal, que tem o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) como relator. “O Código Florestal deve prever incentivos econômicos em vez de multas e sanções”, ressaltou a presidenta da Associação Brasileira de Celulose e Papel [Abracelpa], Elizabeth Carvalhaes. O diretor do Instituto BioAtlântica, Beto Mesquita, defende que esses incentivos, além de estarem adequados à necessidade de preservação, devem chegar à demanda por recuperação da cobertura florestal. Por isso, ressaltou Smeraldi, o texto apresentado hoje não contempla anistia para proprietários que desmataram mais do que o permitido, ao contrário do previsto na proposta de Rebelo. Não há também isenção da reserva legal para pequenas propriedades ou moratória do desmatamento. O projeto do Código Florestal estipula que a derrubada da mata seja proibida por um prazo de 5 anos

após a sua aprovação. Para Smeraldi, essas diferenças marcam a essência da proposta. O texto busca, de acordo com ele, trazer soluções duradouras para os problemas relativos à preservação e produção. Entre os pontos controversos que o projeto aborda está a questão das áreas de proteção permanente. A vegetação que protege regiões frágeis, como cursos de água, poderia entrar no cálculo da reserva legal, percentual de mata nativa que deve ser preservada dentro da propriedade. Isso com algumas restrições, entre elas, que não haja a conversão de novas áreas. Não há, no entanto, a previsão de diminuir o tamanho das áreas de proteção permanente, como proposto por Rebelo.

Centenas de estudantes saem das aulas para protestar contra aumento da passagem e fecham a 23 de maio em São Paulo – SP (região Sudeste). Os policiais começaram a forçar para abrir uma faixa e logo após agrediram os manifestantes com empurrões e cassetes para retirá-los da avenida. Centenas de policiais militares acompanharam todo o percurso. O ato demonstra que a tendência é o aumento dos protestos e que devem se tornar cada vez mais radicalizados. Alguns manifestantes relataram terem sido revistados pela polícia durante o percurso e no momento final do ato, ao entrar no metrô.

Aproximadamente 700 operários que trabalham na construção da usina hidrelétrica São Domingos se revoltam e destroem os alojamentos e parte do canteiro de obras em Campo Grande (–) Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Segundo o comunicado da empresa, 80 trabalhadores foram presos, acusados de causar o incêndio que destruiu os alojamentos. A usina está sendo construída entre os municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, região leste de Mato Grosso do Sul, na confluência dos rios Verde e São Domingos. No local trabalham homens de vários estados, principalmente do Nordeste, e, segundo informações colhidas por policiais militares, os operários contratados pelo consórcio São Domingos, responsável pela obra, iniciaram uma briga. Na nota, a Eletrosul confirma a informação, acrescentando que a destruição foi bastante significativa. Eles também atearam fogo no centro ecumênico, no refeitório, na guarita e no centro de inclusão digital. Os trabalhadores da usina foram retirados do local e levados para alojamentos em municípios vizinhos, como Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Campo Grande. A usina, que terá potência de 48 megawatts (MW), começou a ser construída em junho de 2009 e a previsão é que ela entre em operação em 2012. O investimento total na obra, prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é de R\$ 366 milhões.

6º feira 25

Mais de 300 trabalhadores rurais organizados pelo MST ocupam as agências da Caixa Econômica Federal nos municípios de Limoeiro, Timbaúba, Serra Talhada e Caruaru – Pernambuco (região Nordeste). As famílias reivindicam que sejam resolvidas as pendências que têm inviabilizado a conclusão das obras para a construção das casas em assentamentos da reforma agrária. As agências continuarão ocupadas até que as famílias tenham uma resposta positiva de sua pauta. As obras de construção de 600 casas estão paradas por falta de recursos, lentidão no processo de medição das áreas ou na liberação dos recursos. As famílias exigem ainda um complemento para a construção de cada casa, visto que o recurso dos convênios atuais não é suficiente para a finalização das casas.

Sabado 26

Um grupo de manifestantes se reúne na orla do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra a construção de usinas nucleares no país. A ação foi inspirada na manifestação realizada em algumas cidades da Alemanha, quando milhares de pessoas foram às ruas exigindo o fechamento das centrais nucleares do país, logo após o acidente na Usina Nuclear

de Fukushima Daiichi, no Leste do Japão, em consequência de um terremoto seguido de *tsunami*. Com isso, o governo alemão anunciou o fechamento temporário de 7 usinas nucleares no país e a realização de rigorosas vistorias nas unidades. Para convocar a população, as organizadoras, que são três entidades estudantis do ensino médio, utilizaram a *internet*. Elas criaram um *blog* e divulgaram a iniciativa em redes sociais. Os estudantes também cobram do governo brasileiro um plebiscito sobre a construção de usinas nucleares. Do evento de hoje participaram cerca de 50 pessoas. O Brasil tem as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 em funcionamento. O programa nuclear brasileiro, além de Angra 3, no Rio de Janeiro, que deve ficar pronta em 2015, prevê a construção de mais quatro usinas, dois no Nordeste e dois no Sudeste.

2º feira 28

Trabalhadores de nove linhas de ônibus realizam uma paralisação nesta manhã, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com a SPTrans, a linha que liga o bairro Jardim Alfredo ao metrô Jabaquara e Terminal João Dias não circulou na madrugada de hoje. Os funcionários reivindicam a administração da viação Vip Guarapiranga. De acordo com a SPTrans, foram acionados 100 ônibus para atender a demanda.

Integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo – SP (região Sudeste) aproveitam a inauguração da estação Butantã, na Linha 4-Amarela, da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) para protestar contra o aumento da passagem de ônibus na cidade, em voga desde janeiro. O Sindicato dos Metroviários de São Paulo levou faixas contra a Parceria Público-Privada (PPP), feita para a construção do ramal. Além dos protestos, a inauguração da linha Amarela do metrô foi marcada por atraso, o que indignou aqueles que chegaram cedo para pegar o primeiro trem. Cerca de 30 pessoas esperavam em frente à entrada da estação e algumas ficaram revoltadas quando descobriram que a inauguração estava marcada para as 9 horas. O portal do Estadão divulgou que foi informado, pela assessoria de imprensa do Metrô, da mudança de horário apenas no domingo às 16 horas.

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) organiza uma paralisação dos juízes federais. A associação reivindica um reajuste de 14,8% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, além de direitos iguais ao do Ministério Público Federal e maior segurança particular.

3º feira 29

Centrais Sindicais, dentre elas a CUT e Força Sindical, se reúnem no Rio de Janeiro – RJ, e São Paulo – SP (região Sudeste) com empreiteiras e o ministro das Relações Institucionais. As centrais apresentaram as reivindicações para os trabalhadores das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O encontro foi motivado por inúmeras greves que surgiram em obras espalhadas pelo Brasil. A Força Sindical pede a padronização e a equiparação salarial em todas as obras públicas federais e comissões permanentes de fiscalização; a CUT um foro triparte permanente entre governo, empresa e sindicatos para acompanhar todos os grandes empreendimentos de infra estrutura, com poder de reter recursos de bancos ou fundos públicos, em caso de comprovadas irregularidades.

A OAB do Rio de Janeiro e 19 parlamentares em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) solicitam a abertura de um processo na Câmara, por quebra do decoro parlamentar, contra o deputado federal Jair Bolsonaro do Partido Progressista (PP). Os pedidos de cassação e a ação

judicial foram uma reação às declarações do deputado em um programa de televisão, onde ele atacou negros e homossexuais.

4º feira 30

Cerca de 1,2 mil empregados da empresa ARG, que trabalham nas obras de construção do Porto do Açu, em São João da Barra, no norte do Rio de Janeiro (região Sudeste), cruzam os braços na madrugada para reivindicar melhores condições de trabalho e 30% de adicional de insalubridade, participação nos lucros e resultados, seguro de vida e adaptações no alojamento. Os manifestantes bloquearam a estrada vicinal que dá acesso ao porto, um megaprojeto do empresário Eike Batista. Agentes da Polícia Rodoviária Federal liberaram a estrada, mas os trabalhadores continuam sem trabalhar em protesto contra o que chamam de “péssimas condições de trabalho”. A LLX, empresa do empresário responsável pelo empreendimento, admitiu o movimento, mas sustenta que apenas 300 trabalhadores aderiram à paralisação e que está negociando com os grevistas. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, José Carlos Eulálio, por sua vez, afirmou que o movimento é pacífico e não foram registrados tumultos até o momento. Com investimentos de R\$ 3,4 bilhões, o Porto do Açu é um dos maiores empreendimentos do segmento em execução no país. O complexo envolve a construção de vários terminais portuários para o transporte de minério, ferro-gusa, carvão e petróleo, a construção de usinas térmicas a gás natural para atender ao complexo, e um estaleiro. Esse não é o primeiro protesto de trabalhadores do Porto do Açu. Em agosto de 2010, cerca de 3 mil funcionários cruzaram os braços.

O deputado Jair Bolsonaro, do PP, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), afirma ter se equivocado nas declarações consideradas racistas e homofóbicas, mas mantém a crítica ao movimento Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Bolsonaro disse não se importar com a reação dos movimentos gays, e não temer as investigações na Câmara dos Deputados.

5º feira 31

Estudantes, professores e profissionais da educação fazem um grande ato no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Salário digno para os professores, contra as terceirizações, 10% do PIB para a educação e melhor estrutura para as escolas foram algumas das bandeiras de luta do ato que reuniu a cerca de 4 mil pessoas. O ato público começou por volta das 10hs. na Candelária e seguiu pela avenida Rio Branco, que foi fechada por cerca de duas horas. Estiveram presentes o Sepe, a Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj), o MST, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro), o Fórum de Saúde do Rio e diversos partidos políticos. Segundo a representante do Sepe, Lidianie Lobo, a manifestação foi proposta no dia do lançamento dos princípios do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep), no dia 23 de fevereiro. Representando os estudantes, os grêmios do Colégio Pedro II, do CAP-UFRJ e de várias escolas públicas também estavam presentes, assim como os Diretórios Centrais de Estudantes das universidades Federais e estaduais e muitos Centros Acadêmicos. O deputado federal Alessandro Molon (PT) parabenizou os estudantes e profissionais da educação pela mobilização. Estiveram presentes também o deputado estadual Paulo Ramos, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e o deputado federal Chico Alencar, do PSOL. Também compareceram alguns representantes do movimento Hip Hop e da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK). Os manifestantes relembrou a recente prisão de 13 pessoas durante uma manifestação contra a visita do presidente norte americano Barack Obama. Um dos manifestantes presos durante o ato, Yuri Costa, militante do PSTU, lembrou a morte do estudante Edson Luís, assassinado por militares no dia do golpe militar. “Hoje, dia 31 de março, o golpe militar faz 47 anos. Neste mesmo dia, Edson

Luis foi morto pela repressão, ele tornou-se símbolo da repressão sofrida pelos lutadores, algo que acontece até hoje”, destacou Yuri. O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) falou sobre a falta de democracia nas escolas e dos direitos da juventude. “A defesa da escola pública é de todo cidadão que quer a democracia. É inaceitável não ter eleição direta pra diretor das escolas do Rio de Janeiro; escola combina com democracia. O diretor de escola, o superintendente, continua sendo fruto da indicação política, muitas vezes da própria assembleia legislativa. Investir em educação é também garantir que essa juventude possa ter transporte de qualidade, possa ter moradia e acesso aos direitos de todo cidadão”, declarou Freixo de cima do carro de som. Uma das principais reivindicações que motivaram a manifestação era a defasagem salarial dos profissionais da educação. Bibliotecários, jardineiros e merendeiras, por exemplo, ganham menos de um salário mínimo. O reajuste salarial exigido pelos professores do estado e do município está em torno de 30%. Segundo os manifestantes, no ano de 2010 quase metade do orçamento brasileiro destinou-se ao pagamento de juros da dívida com banqueiros e empresários. Para a saúde, por exemplo, foram reservados menos de 4% do orçamento, e para a educação, a porcentagem não passou de 3%. Na Câmara de Vereadores, onde as pessoas ocuparam as escadarias e estenderam faixas com diversas reivindicações foi lida uma carta de exigências para uma real transformação da educação pública.

Centenas de manifestantes se reúnem em frente ao Consulado da Síria em São Paulo – SP (região Sudeste), na Avenida Paulista, para protestar contra as ameaças de desestabilização do país e as sabotagens instrumentalizadas pelo imperialismo e o sionismo. Estiveram presentes organizações de sírios residentes em São Paulo, a Federação das Entidades Árabes do Brasil-SP, através do seu presidente Eduardo Elias, uma delegação do PC do B composta por Ricardo Abreu, secretário de Relações Internacionais, e José Reinaldo Carvalho, secretário de Comunicação. A presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz (Cebrapaz), Socorro Gomes, presente na manifestação, disse que levava aos representantes do povo sírio a solidariedade dos ativistas da luta pela paz no Brasil.

Cerca de 50 pessoas participam de um protesto no local onde acontece a reunião do Conselho de Graduação da USP, em São Paulo (região Sudeste), que decidiu sobre as mudanças para o vestibular 2012 da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest). Os manifestantes pediam criação de cotas sociais e raciais, mas não foram atendidos. A universidade aprovou o aumento de 12% para 15% do bônus para alunos de escolas públicas que prestarem o vestibular. Para ganhar a bonificação total, o aluno deverá, no segundo ano do ensino médio, prestar o vestibular, sem poder se matricular. Com isso, pode acumular até 5% de bônus para o ano seguinte. Para conseguir esse percentual, o candidato precisará acertar, pelo menos, 40 das 90 questões da primeira fase da prova da Fuvest. Se, no ano seguinte, quando estiver realmente prestando a prova para entrar na USP, o estudante conseguir acertar ao menos 60 das 90 questões da primeira fase, poderá receber 10% a mais de bônus. Caso acerte menos, o adicional será proporcional. Até então, o máximo de bônus que um aluno podia conseguir era de 12%. Desses, 3% eram “automáticos” e o resto, bonificações dependendo do desempenho do candidato em um teste específico –o Programa de Avaliação Seriada da USP. Segundo Fabio Hideki, professor e coordenador do cursinho popular pré-vestibular do Conjunto Residencial da USP, os movimentos querem uma “discussão real” com a sociedade civil, tanto dentro quanto fora da universidade. A reivindicação do movimento é a extinção do Programa de Inclusão Social da USP e o estabelecimento de cotas raciais e sociais na universidade.

Glossário de siglas

Adufrj	Associação dos Docentes da UFRJ
Ajufe	Associação dos Juizes Federais do Brasil

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
Alesp	Assembléia Legislativa de São Paulo
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APAFUNK	Associação dos Profissionais e Amigos do Funk
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CAP-UFRJ	Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CCJ	Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados
Cebrapaz	Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Coseas	Coordenadoria de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Dieese	Departamento de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DPDC	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
DPQ	Direito Pra Quem
Fedep	Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
FETAE - MG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado Minas Gerais
Funai	Fundação Nacional do Índio
Fuvest	Fundação Universitária para o Vestibular
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inbra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT	Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MP	Ministério Público
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NEARA	Núcleo Estudantil de Apoio à Reforma Agrária
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACs	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Progressista
PPP	Parceria Público Privada
PPS	Partido Popular Socialista
Procons	Procuradorias de Proteção e Defesa do Consumidor
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
Seap	Secretaria Estadual de Administração Penitenciária
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação
Sindijus	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário
Sinpro	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro
Sintusp	Sindicato de Trabalhadores da USP
STF	Superior Tribunal Federal
TJ	Tribunal de Justiça
TJPB	Tribunal de Justiça da Paraíba
TRF	Tribunal Regional Federal
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UBM	União Brasileira das Mulheres
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UJC	União Jovem Comunista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Abril de 2011

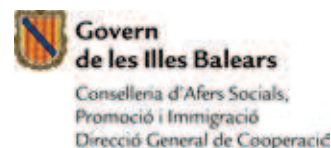
Editada en octubre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 896

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Peter Sana (LPP/UERJ)
Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ)



Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente
(CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Abril de 2011

6º feira 01

Famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) saem da cidade de Novo Barreiro e partem para o município de Barra Funda, no Rio Grande do Sul (região Sul). A marcha do MST teve início no dia 31 de março em Palmeira das Missões e segue em direção à Carazinho. Os sem-terra reivindicam que os governos federal e estadual estabeleçam um cronograma para assentar, com urgência na região metropolitana de Porto Alegre e na região Norte, todas as 1 mil famílias acampadas no estado. O governador Tarso Genro sinalizou, na semana passada durante a ocupação da fazenda Palermo, que irá efetivar a desapropriação da área para a reforma agrária. No entanto, o movimento avalia que não é suficiente, já que na área cabem apenas 54 famílias. Desde a desapropriação de parte da fazenda Southall em São Gabriel (Fronteira Oeste), no final de 2008, nenhuma família sem-terra foi assentada no estado. Muitas famílias estão acampadas há nove anos. Em 2007, durante a marcha do MST em direção à fazenda Guerra, o governo federal firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público em que se comprometia a assentar todas as famílias acampadas em um ano. Os sem-terra cumpriram a sua parte, encerrando a marcha. No entanto, passados 3 anos, o governo federal não cumpriu o acordo.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil entregam duas cartas à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O documento foi entregue em audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba – Paraná (região Sul) para debater o Código Florestal. Durante a audiência, o representante do MST e da Via Campesina, Roberto Baggio, entregou um documento contrário ao relatório do deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sobre a alteração do Código Florestal. No documento há a defesa de 10 pontos que declaram a ampla defesa do meio ambiente brasileiro e da obrigação constitucional de que cada propriedade rural cumpra sua função socioambiental. O coordenador da Organização Não Governamental (ONG) Terra de Direitos, Darci Frigo, representando entidades e movimentos sociais, entregou ainda à ministra Izabella Teixeira uma carta-manifesto que defende a manutenção da proibição do plantio de milho geneticamente modificado nos 10 kms. da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Em reunião, na semana passada, o Conselho do Parque definiu parecer favorável a respeito da permissão do plantio do milho transgênico a partir de 1,2 mil mts. da Unidade de Conservação. A decisão foi tomada desconsiderando o posicionamento dos agricultores familiares da região, que usam a área tradicionalmente para preservar as sementes crioulas e sistemas orgânicos e agroecológicos. Durante a audiência, a ministra falou da inviabilidade de se posicionar favoravelmente a qualquer proposta que tenha como objetivo mais desmatamento diante de um cenário de mudanças climáticas, crise energética e crise alimentar.

Sábado 02

Cerca de 400 famílias de Feira de Santana – Bahia (região Nordeste), organizadas pelo MST, ocupam uma fazenda improdutiva de 1.500 has. que pertencia ao governo do estado, próxima ao bairro Viveiros e às margens do Rio Jacuípe. Segundo informações da coordenação do MST, esta área esteve dentro do projeto de expansão do Centro Industrial do Subaé, mas por ficar próxima a uma área de proteção ambiental (APA) foi descartada. O objetivo do movimento nesta ocupação é também colocar na ordem do dia o debate sobre a reforma agrária em Feira de Santana, visto que existem mais cinco áreas improdutivas em locais próximos ao novo acampamento. Manter a área

preservada é um dos objetivos do MST. Outras duas ações foram realizadas no estado, uma em Sátiro Dias (região do sisal) e outra próxima a Santo Amaro, na BR-324. No mês de abril o MST realiza o Abril Vermelho, que retoma a memória dos sem-terra mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás. As homenagens tem seu ápice no dia 17 de abril, transformado no Dia Internacional de Luta por Reforma Agrária e Paz no Campo.

A ONG Urgewald e cerca de 10 instituições enviam carta a chanceler Angela Merkel e aos ministros de Economia e relações Exteriores, pedindo as autoridades alemãs que desistam do acordo firmado com o Brasil, que prevê um subsídio para a construção da usina nuclear Angra 3 no município de Angra dos Reis – Rio de Janeiro (região Sudeste). A carta afirma que o Brasil é um país com baixos padrões de segurança e não conta com uma fiscalização nuclear independente. A carta também cita como o exemplo a usina Angra 2, também feita em parceria com a Alemanha, que funciona a 10 anos sem licença permanente.

2º feira 04

Famílias do MST retomam a marcha em direção à cidade de Carazinho – Rio Grande do Sul (região Sul). Os sem-terra saíram de Barra Funda e seguem para o município de Sarandi. As famílias permanecem em Sarandi pelo menos até 05, quando ocorre em Porto Alegre uma reunião com os governos federal e estadual para tratar do assentamento das 1 mil famílias acampadas no estado. A partir do que for apresentado na audiência, os trabalhadores irão discutir, à tarde, o andamento da mobilização. Os sem-terra reivindicam que os governos estabeleçam um cronograma para assentar, com urgência na região metropolitana de Porto Alegre e na região Norte, todas as famílias acampadas no estado. O governador Tarso Genro (PCdoB) sinalizou que irá efetivar a desapropriação da fazenda Palermo para a reforma agrária, mas não é o suficiente, já que na área cabem apenas 54 famílias. Para marcar os 15 anos transcorridos desde o massacre de Eldorado dos Carajás – Pará (região Norte), o MST intensifica as ações pela reforma agrária no país, com uma jornada nacional de lutas, o Abril Vermelho.

Cerca de 400 militantes do MST, na região de Salvador – Bahia (região Nordeste) realizam uma marcha rumo à companhia Hidrelétrica de São Francisco. A marcha paralisou a rodovia BR-110, e foi impedida de prosseguir pelo exército. Devido ao bloqueio, a marcha seguiu por outro rumo até a sede administrativa da companhia para discutir com seus representantes sobre as áreas excedentes ocupadas pela hidrelétrica. O movimento reivindica a desapropriação das áreas para serem ocupadas por ele. A atividade faz parte do Abril vermelho. O movimento pretende ocupar cerca de 100 propriedades privadas em todo o país, além de exigir uma reunião com o governo federal.

Cerca de 5 mil trabalhadores da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira – Rondônia (região Norte), que estavam em greve há duas semanas, voltaram ao trabalho depois de aprovar a proposta negociada entre representantes da Odebrecht e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Até 1º de maio, quando vence a data-base dos trabalhadores da hidrelétrica, os sindicatos decidiram declarar estado de greve e ameaçam paralisar novamente as obras se as propostas não forem cumpridas. O acordo, fechado no dia 31 de março, prevê a antecipação do reajuste salarial de 5% para o mês de abril e o aumento do valor da cesta básica de R\$ 100 pra R\$ 132. Os operários também conquistaram uma licença de 5 dias a cada três meses trabalhados, com direito a passagem de avião –de ida e volta– até as capitais de seus estados de origem. A empresa também concordou em oferecer mais uma opção de plano de saúde e se comprometeu a avaliar o pedido de mudança na operadora de vale de alimentação pago aos funcionários. A CUT, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia (Sticcero) e a Confederação Nacional dos Sindicatos de

Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom) vão se reunir com representantes da Camargo Corrêa, uma das responsáveis pela construção de outra usina no Rio Madeira, a Hidrelétrica Jirau. As obras estão paradas desde o dia 15 de março, após uma onda de protestos que terminou com a destruição de ônibus e alojamentos. Por causa da confusão, o canteiro de obras foi fechado por determinação da Justiça. Uma comitiva de parlamentares da Comissão de Meio Ambiente do Senado está em Rondônia para visitar os canteiros de obras das duas hidrelétricas e avaliar com o governador do estado, Confúcio Moura, a situação.

Um grupo de manifestantes ocupa o escritório regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Novo Progresso – Pará (região Norte). O grupo protesta contra a Operação Disparada, desencadeada pelo Ibama na última semana para combater a criação ilegal de gado na Amazônia. Os manifestantes chegaram a enrolar cabos de aço e prender cadeados no helicóptero do órgão para evitar a ação dos fiscais. Em apenas uma fazenda da região, o Ibama apreendeu 891 cabeças de gado e aplicou mais de R\$ 6 milhões em multas por crimes ambientais. O proprietário também foi autuado em R\$ 500 mil por descumprir o embargo à fazenda feito em 2010, que determinava a retirada do rebanho. A fazenda, que era considerada um dos principais alvos da Operação Disparada, continua ocupada por agentes do órgão ambiental. O diretor de Proteção Ambiental, Luciano Evaristo, disse que a manifestação não altera o cronograma nem os alvos da atuação dos fiscais.

Um balanço parcial divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que pelo menos 82 mil trabalhadores da construção civil participaram de greves este ano. A maior parte deles atua nas grandes obras de infraestrutura consideradas prioritárias pelo governo federal. Segundo o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre, a movimentação expressiva está relacionada ao porte e quantidade de empreendimentos em andamento. Esse regime de urgência aumenta, na avaliação de Silvestre, a pressão sobre os trabalhadores. Com isso, os operários acabam se revoltando com as condições historicamente precárias do setor. “Tem uma linha comum que são as reivindicações. Elas são muito focadas nas condições de trabalho, no piso salarial, nos benefícios e nas condições dos alojamentos”. Silvestre destacou também o papel das novas mídias que aceleram o fluxo de informações e fazem com que um movimento grevista inspire outros em situações semelhantes. Apesar das semelhanças entre os movimentos, o coordenador do Dieese ressalta que uma característica particular dessas greves é a ausência de uma liderança forte ou ligação com sindicatos de expressão nacional. Ele espera, no entanto, que a atenção conseguida com as greves melhorem as condições de trabalho nessas obras.

Famílias de índios da etnia Terena ocupam dois fazendas no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Cerca de 50 índios da Aldeia Mãe Terra ocupam a fazenda Charqueada pela manhã e, mais tarde, indígenas da aldeia Argola tomaram a fazenda Petrópolis, propriedade do ex-governador do estado, Pedro Pedrossian. Os índios alegam que pelo menos 36 mil has. dessas propriedades pertencem a eles. Em 2003, a Fundação Nacional do Índio (Funai) deu início ao processo de demarcação de área para os Terena, mas o processo foi interrompido pela Justiça. Os indígenas protestam contra a demora na demarcação de terras indígenas na região.

3º feira 05

Representações do governo, do parlamento, das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de diversas organizações e movimentos sociais realizam um ato. O ato ocorreu em comemoração aos 20 anos do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB) no dia

anterior a noite festiva durante o Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, que acontece em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Entre outros, estiveram presentes representantes da Secretaria dos Direitos Humanos, da Secretaria de Juventude, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, do Ministério da Saúde, vários deputados e representantes das Pastorais Sociais da CNBB. No ato político foi feito o lançamento do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em novembro do ano passado. O relatório reconheceu que as mulheres são atingidas “de forma particularmente grave e, via de regra, encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida; [...] não têm sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares”, e por isso “têm sido vítimas preferenciais dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens”.

Cerca de 100 famílias estão acampadas no local do MST ocupam mais uma fazenda no estado da Bahia (região Nordeste). Com isso no estado já ocorreram mais de 30 ocupações na Jornada Nacional pela Reforma Agrária. A propriedade Rapatau, em Itajuípe, no sul do estado, pertence a Adriano Chafik, réu confesso do massacre de Felisburgo que ocorreu em Minas Gerais, quando cinco trabalhadores foram assassinados, em novembro de 2004. Além de assassinar, Chafik e seus jagunços ainda feriram 20 outros sem-terra, incluindo uma criança de 12 anos. Os criminosos também colocaram fogo nas barracas do MST. Na fazenda de Chafik, os policiais encontraram as armas utilizadas no crime, conforme laudo do exame de balística. As notas fiscais da compra das armas também estavam na propriedade. O réu e seus jagunços, porém, respondem em liberdade pelo crime. A fazenda de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (região Sudeste), foi desapropriada para a reforma agrária em agosto de 2009, mas os assassinos continuam em liberdade. Segundo o coordenador do MST no sul da Bahia, Isaías Sena, a ocupação da fazenda de Chafik reivindica não apenas a desapropriação da terra do empresário, mas também denuncia a impunidade dos crimes feitos no campo.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) solicita oficialmente ao governo brasileiro a suspensão imediata do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte). Segundo a entidade, o objetivo é proteger as comunidades indígenas da Bacia do Rio Xingu. O órgão pede que nenhuma obra seja executada até que sejam cumpridas obrigações como a realização de consulta com as comunidades indígenas afetadas, a disponibilização dos estudos de impacto ambiental aos índios e a adoção de medidas “vigorosas e abrangentes” para proteger a vida e a integridade pessoal dos membros dos povos indígenas e para prevenir a disseminação de epidemias e doenças. A entidade também solicitou que o governo apresente as informações sobre o cumprimento das medidas adotadas no prazo de 15 dias. A decisão da CIDH é uma resposta à denúncia encaminhada, em novembro de 2010, por entidades como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Prelazia do Xingu, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global e a Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). De acordo com a denúncia, as comunidades indígenas e ribeirinhas da região não foram consultadas de forma apropriada sobre o projeto. Até o momento, o empreendimento tem apenas uma licença parcial do Ibama para iniciar o canteiro de obras. O governo disse ter recebido com “perplexidade” a recomendação e considerar as orientações “precipitadas e injustificáveis”. Em cinco parágrafos, o Itamaraty conta o histórico de Belo Monte, lembrando que o processo de licitação foi autorizado pelo Congresso Nacional, em 2005, com base em estudos técnicos de ordem econômica e ambiental. Também ressalta que houve consulta a órgãos, como a Funai e o Ibama. A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu neste dia 5 de abril declarar 3,5 mil has. como área de utilidade pública para viabilizar as desapropriações necessárias à construção da Usina

Hidrelétrica. A área está localizada no município de Vitória do Xingu e compreende duas propriedades particulares de 2,1 mil e 1,4 mil has., respectivamente. De acordo com o diretor da Aneel, André Pepitone, a Norte Energia informou ter feito uma pesquisa de mercado na região e apresentou registros fotográficos e cálculo dos valores para os imóveis, incluindo as respectivas benfeitorias. Entidades de defesa das populações indígenas reagiram à nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores que considerou “precipitadas e injustificáveis” as recomendações da CIDH da OEA de suspender o licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Um grupo de manifestantes que ocupava desde o dia 4 de abril o escritório regional do Ibama em Novo Progresso – Pará (região Norte), deixa o prédio após negociação. Liderados por produtores rurais da região, o grupo protestava contra a Operação Disparada, desencadeada pelo Ibama para combater a criação ilegal de gado na Amazônia. Os manifestantes chegaram a enrolar cabos de aço e prender cadeados no helicóptero do Ibama para evitar a ação dos fiscais. De acordo com o Ibama no Pará, a situação já está controlada e o instituto recebeu reforço do Batalhão de Choque da Polícia Militar do estado, que deve continuar na região para dar apoio à operação. A Polícia Federal também foi acionada. Em apenas uma fazenda da região, o Ibama apreendeu 891 cabeças de gado e aplicou mais de R\$ 6 milhões em multas por crimes ambientais. O proprietário também foi autuado em R\$ 500 mil por descumprir o embargo à fazenda feito em 2010, que determinava a retirada do rebanho. A fazenda, que era considerada um dos principais alvos da Operação Disparada, continua ocupada por agentes do órgão ambiental. Além de Novo Progresso, o Ibama apreendeu gado em propriedades ilegais nos municípios paraenses de Redenção e São Félix do Xingu. Também houve apreensão em Sinop, cidade de Mato Grosso e em Lábrea, no Amazonas. Além do Pará, os fiscais estão atuando em Mato Grosso e no Amazonas. Pelo menos 4,5 mil cabeças de gado criadas ilegalmente já foram apreendidas.

Cerca de 15 mil produtores rurais de vários estados brasileiros realizam uma manifestação em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pressionar pela aprovação da reforma do Código Florestal, que está em discussão na Câmara dos Deputados. Representantes do agronegócio defendem o texto apresentado pelo relator da proposta, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB - SP). Polêmico, o texto foi alvo de contestações de ambientalistas, da comunidade científica e de movimentos sociais ligados à área rural. Segundo a senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu, a situação de insegurança jurídica prejudica as atividades no campo, por isso há a necessidade de regularização das áreas de plantio. “Os produtores podem produzir mais alimentos sem que seja preciso ocupar novas áreas, desde que a legislação ambiental seja modernizada”, declarou. Para o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, que participou da manifestação, o parlamentar que não votar a favor do código será considerado traidor. A Fundação SOS Mata Atlântica disse ser contrária à manifestação que pressiona pela aprovação da reforma do Código Florestal. Em bate-papo pela *internet*, ao vivo, o diretor de Políticas Públicas da ONG, Mário Mantovani, comentou que a SOS Mata Atlântica é a favor de mudanças no código desde 1999. “A CNA rompeu com a implantação do código. A criação da Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional foi o golpe para apoiar o interesse deles, usando de massa de manobra os pequenos”. Os pequenos citados por Mantovani são as propriedades pequenas, de até quatro módulos fiscais, que não precisariam manter a reserva legal. De acordo com a ONG, “com menos florestas, o risco de erosão, desmoronamentos e enchentes aumentaria, tanto na área urbana quanto na rural”. O Código Florestal estabelece a reserva legal, que é uma área de mata nativa que deve ser preservada dentro de uma propriedade rural. Hoje, todas as propriedades têm que manter a reserva legal. Caso ela tenha sido desmatada ilegalmente, no passado, tem que ser recomposta ou recompensada. Além disso, a lei também protege áreas naturais que sustentam a vida e a economia do país. São entendidas como tal as florestas e os ecossistemas que garantem água, proteção do solo

e a manutenção da biodiversidade. O código também protege áreas frágeis na beira de rios, topos de morros e encostas íngremes, que são conhecidas como Áreas de Preservação Permanente (APP). Segundo a SOS Mata Atlântica, se todas as alterações previstas na reforma do código forem aprovadas, o país poderá gerar até 13 vezes mais gases de efeito estufa que emitiu em 2007, contribuindo ainda mais para o aquecimento global.

4º feira 06

Segundo informações do site do MST, foram realizadas pelo menos 32 ocupações de terras na Bahia, envolvendo aproximadamente 6,5 mil famílias ligadas ao MST desde o início do mês. As ações integram a Jornada Nacional pela Reforma Agrária do MST, que exige que o governo trace um plano emergencial de assentamento para 100 mil famílias, a ser realizado até o final de 2011. Só na Bahia há mais de 20 mil famílias acampadas. Além disso, o MST reivindica que o governo apresente até a metade do ano um plano de metas de assentamentos até 2014. As condições de se efetivar a reforma agrária devem ser garantidas. O MST coloca como essencial que o governo mantenha programas de desenvolvimento dos assentamentos, como linhas de crédito, creches e saneamento básico, para dar condições aos trabalhadores cultivarem a terra. Para garantir que a educação chegue aos assentados, o MST pede um programa de combate ao analfabetismo, construção de escolas e políticas para formação de professores no meio rural. A Jornada Nacional pela Reforma Agrária relembra o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, quando 19 sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar.

Famílias de índios da etnia Terena acampam em frente a uma fazenda, no município de Miranda, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), em protesto pela demora na demarcação de terras indígenas na região. No dia 4 de abril, esse mesmo grupo ocupou duas fazendas. Cerca de 50 índios da aldeia Mãe Terra entraram na fazenda Charqueada pela manhã e, mais tarde, indígenas da aldeia Argola tomaram a fazenda Petrópolis, propriedade do ex-governador do estado Pedro Pedrossian. Os índios alegam que pelo menos 36 mil has. dessas propriedades pertencem a eles. Em 2003, a Funai deu início ao processo de demarcação de área para os Terena, mas o processo foi interrompido pela Justiça. No dia 5 de abril, por volta das 20 hs., mais de dez caminhonetes com homens armados estiveram na fazenda Petrópolis. A Polícia Federal esteve no local para evitar o conflito. Depois de mais de 4 horas de negociação, os índios saíram da fazenda, mas acamparam do lado de fora. O coordenador regional do Cimi em Mato Grosso do Sul, Flávio Machado, informou que os Terena não vão desistir. “Já estão aqui cerca de 600 índios, são famílias inteiras num clima de tensão e medo. O governo federal já liberou o recurso para pagar essas áreas, mas os fazendeiros se recusam [a sair], pois querem vender as terras”, explica.

Cerca de 120 agricultores da Reserva Indígena Apyterewa, no município de São Félix do Xingu – Pará (região Norte), protestam em frente ao Ministério da Justiça (MJ) contra a decisão do governo que autoriza a retirada de cerca de 2 mil famílias da área. Os manifestantes, que estão amarrados uns aos outros, também reclamam da presença da Polícia Federal e da Força Nacional na região. Segundo os agricultores, agentes da Polícia Federal e da Força Nacional montaram guaritas nas entradas da terra indígena para controlar o acesso ao local. “A portaria autoriza o uso de armas letais, mas somos trabalhadores, exigimos respeito aos direitos humanos” protestou a agricultora Aparecida Lima Mendonça. A presidente da Associação de Agricultores do Valecedro, Ângela Maria Nunes, disse que as famílias moram no local há mais de 30 anos e que o Incra não está cumprindo o compromisso assumido com os trabalhadores de assentá-los em condições semelhantes às atuais, além de indenizar as benfeitorias. O diretor de Programas do Incra, Raimundo Lima, garantiu que em 20 dias, no máximo, as famílias serão informadas sobre as

indenizações. O Incra e a Funai farão um levantamento do número de famílias que habitam a área e das benfeitorias que devem ser indenizadas. O objetivo é contemplar apenas as ocupações e benfeitorias feitas de boa fé. “Qualquer benfeitoria feita após 2004 não será considerada e as famílias que ocuparam [a terra] após esse período também não serão indenizadas”, explicou Lima. Em 2004 foram feitas as demarcações da área indígena. Três anos depois, a área Apyterewa foi reconhecida como reserva indígena de comprovada ocupação tradicional pelos índios Parakanã. O levantamento do Incra e da Funai reconhece a presença de 1.254 famílias de agricultores na reserva indígena.

Moradores de vários bairros atingidos pelas chuvas de abril de 2010, um ano após a tragédia que deixou 56 mortos no Morro do Bumba, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) protestam pela falta de repasse do aluguel social e a demora na construção de casas para os desabrigados. Os manifestantes seguiram em passeata até a Câmara dos Vereadores e depois se concentraram em frente à prefeitura. A reclamação mais frequente é a de atraso ou simplesmente o não pagamento do aluguel social, no valor de R\$ 400, para quem teve a residência destruída ou interditada. O presidente da Associação das Vítimas do Bumba, Francisco Ferreira de Souza, afirmou que o repasse de 3,2 mil alugueis sociais é insuficiente para atender a todas as vítimas das enchentes na cidade, que ele calcula em cerca de 10 mil no total. “Só no Bumba tem 20 famílias que não estão recebendo o aluguel social. E muitos estão voltando –pelo atraso no repasse do dinheiro– para morar em área de risco”, denunciou o líder comunitário. A prefeitura de Niterói informou, por meio de nota, que vem pagando, desde maio de 2010, o aluguel social para 3,2 mil famílias, com recursos repassados pelo governo do estado. Os moradores que não receberam o benefício, segundo a prefeitura, estariam com a documentação pendente, que deve ser encaminhada para o Setor de Gestão de Crise. Informou, ainda, que o prefeito Jorge Roberto Silveira assinou um novo termo de cooperação que permitirá a continuidade no pagamento por mais de nove meses.

Representantes de movimentos sociais que acusam o governo e empresas transnacionais de repressão e violação de direitos entregam uma cópia de um dossiê sobre a repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no país à ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário. O relatório, divulgado neste dia 6, aponta que a criminalização dos movimentos sociais tem se acentuado nas duas últimas décadas. Além de assassinatos e ameaças, os defensores de direitos humanos também se tornaram alvos de ações criminais e ilegais da polícia. A ministra afirmou que acompanha essas denúncias há algum tempo e reconhece que há problemas entre o Estado e movimentos sociais. Para o coordenador do MAB, Leonardo Maggi, casos emblemáticos de violação e repressão contra movimentos sociais ocorrem há muito tempo. “Há um processo grave de repressão. Os índios são menosprezados, o MST é cassado e perseguido. Também há violação em obras de barragens que afetam a população”.

Membros do movimento estudantil, movimento negro e movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis (LGBT) protestam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra o deputado Jair Bolsonaro, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. As organizações repudiaram as declarações racistas e homofóbicas do deputado durante sua participação em um programa de televisão. No protesto os manifestantes exibiram cartazes nos quais o deputado aparece com um bigode similar ao de Adolf Hitler. O protesto contou também com o repúdio ao deputado Marcus Feliciano, que postou mensagens consideradas racistas numa rede social.

5º feira 07

As famílias do MST retomam a marcha na região Norte do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). As 400 pessoas saíram do acampamento em Sarandi e caminham cerca de 10 km pela BR-386, ficando acampados às margens da estrada. As famílias marcham até a cidade de Carazinho, passando pelo município de Coqueiros do Sul e dentro da fazenda Guerra. A decisão de mudar o trajeto da mobilização foi anunciada no dia 6 de abril pelos trabalhadores, pois até o momento os governos federal e estadual não apresentaram nenhuma proposta concreta para o assentamento das mil famílias acampadas atualmente no estado. Na reunião do dia 5 de abril com o MST, no Palácio Piratini na capital, Porto Alegre, os governos somente sinalizaram a intenção de assentar as famílias, mas não apresentaram cronograma nem as áreas que poderiam ser desapropriadas para a criação de novos assentamentos. Em 2007, durante a marcha do MST em direção à fazenda Guerra, o governo federal firmou um TAC com o Ministério Público em que se comprometia a assentar a todas as famílias acampadas em um ano. Os sem-terra cumpriram a sua parte, encerrando a marcha, mas o governo federal não cumpriu o acordo.

Cerca de 3 mil manifestantes, entre integrantes de movimentos sociais e sindicais do campo e organizações ambientalistas, realizam um dia de protestos, audiências e atividades públicas em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para protestar contra o projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) de alteração do Código Florestal. Em marcha, os manifestantes partiram do pavilhão de exposições do Parque da Cidade rumo ao Congresso Nacional. Durante o trajeto, uma comissão formada por integrantes da Via Campesina, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e entidades ambientalistas foi recebida em audiência pela ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira. Na reunião, os militantes apresentaram à ministra parte de um documento sobre o código que esmiúça os pontos mais críticos do projeto encomendado pelos ruralistas e apresenta uma proposta de aprimoramento do texto. “A manifestação de hoje é extremamente positiva, porque expressa a posição da agricultura que produz 60% do feijão deste país e outras culturas importantes para a alimentação, para a cesta básica. Foi entregue a nós a posição das entidades no debate sobre o Código Florestal, na defesa do código e das áreas de preservação permanente –ou seja, uma política contrária a novos desmatamentos–.O que foi dito aqui é que a agricultura familiar entende que pode aumentar a produção agrícola sem perdas de florestas e biomas e sem degradação ambiental. Isso vai muito na linha das nossas negociações e do nosso diálogo, é mais uma contribuição para o processo político em que o ministério está envolvido”, avaliou a ministra sobre a mobilização. Enquanto parte dos manifestantes dava continuidade ao ato em frente ao Congresso Nacional, outra comissão participou de audiência com o presidente da câmara, Marco Maia, e parlamentares contrários ao projeto de alteração do Código Florestal. “Construímos uma ampla articulação de camponeses na Via Campesina, junto com a Fetraf, que representa mais de mil sindicatos da agricultura familiar no Brasil, e organizações ambientalistas, para afirmar publicamente que somos contrários ao relatório do deputado Aldo Rebelo (que expressa a vontade da bancada ruralista). Somos contrários à anistia de desmatamento ilegal, à diminuição da proteção de topos de morros, beiras de rios, enfim, áreas de APP. A Reserva Legal tem de ser mantida, e somos radicalmente contra a legislação ficar a cargo dos municípios e estados. Propomos que haja um tratamento diferenciado para a agricultura familiar, porque ela tem relação de integração com o meio ambiente. Queremos desmatamento zero em todos os biomas brasileiros, a manutenção dos atuais índices de APP e Reserva Legal em todo o país e a obrigação de recuperação do passivo ambiental”, afirmou o representante da Via Campesina na atividade, Raul Krauser, ao dar início à rodada de intervenções das mais de vinte entidades e parlamentares presentes. Ao final da audiência, o presidente da câmara se posicionou. “Acho que o processo que estamos vivendo aqui na câmara em relação ao código no próximo período vai exigir a presença de vocês de forma mais permanente dentro da câmara. Os partidos

vêm fechando questão em torno do tema, por isso eu digo que a presença de vocês no próximo período será fundamental para virarmos este jogo”. Maia afirmou, ainda, que o governo precisa cumprir seu papel no processo de construção de uma proposta que oriente os partidos que compõem a base do governo. Durante a tarde, o presidente do Senado, José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), também se reuniu com o grupo e garantiu que nada será votado às pressas.

Médicos de Curitiba – Paraná (região Sul) aderem ao Dia Nacional de Paralisação do Atendimento aos Planos de Saúde. Segundo balanço parcial da Associação Médica do Paraná, no interior do estado a paralisação atingiu ao 70% da categoria e na capital ao 85% . O Paraná tem 18,9 mil médicos credenciados. O Sindicato dos Médicos do Paraná (Simepar) montou uma tenda na Boca Maldita, local de manifestações populares no centro de Curitiba, para distribuir uma carta aberta à população, orientando os pacientes sobre a paralisação. O documento informa que os médicos não deixarão de atender durante todo o dia aos pacientes de urgência e emergência. De manhã, os médicos participaram de plenárias para discutir, entre outros assuntos, um possível descredenciamento individual de cada profissional se não houver contrapartida das operadoras dos planos de saúde. Eles devem elaborar um documento com o balanço da mobilização no Paraná e os anseios da classe. O protesto, ocorre no Dia Mundial da Saúde.

Médicos de São Paulo – SP (região Sudeste) realizam uma passeata na região central da cidade em protesto contra as operadoras de planos de saúde. A categoria faz manifestação em vários estados do país com a suspensão do atendimento aos pacientes conveniados. Só os casos de emergência estão sendo atendidos. A paralisação foi organizada pela Associação Médica Brasileira (AMB), pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam) para chamar a atenção da população sobre a autonomia profissional, e o respeito à autonomia de trabalho, além de alertar sobre a existência de um contrato sem regras claras. De acordo com essas entidades, há 160 mil médicos trabalhando atualmente na saúde suplementar, atendendo cerca de 45,5 milhões de usuários de planos de assistência médica no Brasil. Por ano, são realizadas cerca de 223 milhões de consultas e 4,8 milhões de internações por meio de planos de saúde. O protesto, que também ocorre no Dia Mundial da Saúde.

6º feira 08

Cerca de 3 mil índios pataxós da aldeia de Barra Velha, localizada na vila de Caraíva, no município de Porto Seguro – Bahia (região Nordeste), proibem a navegação de barcos no rio Caraíva. Os indígenas protestam contra a agressão que um canoeiro teria feito a um índio.

Sábado 09

Os acampados ligados ao MST da fazenda Padre Cícero, em São José da Tapera, alto sertão de Alagoas (região Nordeste), são surpreendidos com a chegada truculenta de uma diligência do proprietário do imóvel e seus jagunços. Segundo informações do site do MST, após quebrarem o cadeado da porteira do acampamento, os homens armados se aproximaram aos barracos apontando uma lanterna e dizendo que “queriam ‘apenas’ que desocupassem a fazenda”. Muitos sem-terra correram com medo das ameaças. O fazendeiro Jacinto de Azevedo estava intransigente e deixou claro: “Não quero saber. Só quero que o pessoal saia”, disse em conversa com representantes do movimento, alegando que não negociaria e apenas cederia o transporte para deslocamento das famílias e seus pertences. Acionada pelo movimento, a polícia enviou viaturas e acabou num

“cafezinho amigável” entre policiais e o fazendeiro. Jacinto de Azevedo, sempre acompanhado pelo gerente de sua fazenda (de nome Luciano), ainda garantiu que “todos os papéis estavam encaminhados na justiça” e que a partir de agora iria plantar na área. Num caminhão os agricultores despejados só tiveram a chance de retirar seus bens pessoais, deixando para trás os barracos ainda de pé. Os trabalhadores rurais já trabalhavam em roças de feijão, milho e feijão de corda, além de possuírem animais de estimação. Este episódio marca a recente conjuntura de truculência e insegurança no campo de Alagoas.

Domingo 10

Doze bandeiras do Brasil manchadas com tinta vermelha, simbolizando o sangue dos 12 mortos na chacina da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo no Rio de Janeiro (região Sudeste), são hasteadas em varais na areia da Praia de Copacabana, na zona sul da cidade. O homenageia as vítimas do massacre e pede um combate mais efetivo ao tráfico de armas e munições. Segundo o coordenador da ONG Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, que está promovendo a manifestação, a ideia é fomentar um debate entre as autoridades e a sociedade. Segundo ele, o controle das armas também é responsabilidade da sociedade civil. Ele explica que é preciso fazer uma mobilização para retirar as armas de circulação, assim como é feito para combater a dengue. Além das bandeiras, foi estendido um cartaz na areia da praia com a seguinte frase: “A sociedade exige combate ao tráfico de armas e munição”. No colégio, no bairro de Realengo, estudantes, pais de alunos, ex-alunos e funcionários realizaram um abraço simbólico.

Cerca de 6 mil militantes do MST no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste), ocupam 8 fazendas. As ocupações fazem parte do Abril Vermelho realizado no mês de abril em homenagem ao Massacre de Eldorado de Carajás. Segundo informações do jornal *O Globo*, ao todo 36 fazendas se encontram ocupadas na região.

2º feira 11

Mais de 300 famílias do MST acampam no Trevo do Lagarto, na saída de Várzea Grande, no Mato Grosso (região Centro-oeste) para reivindicar a legalização de assentamentos no estado e melhoria na estrutura nos locais já assentados. A manifestação marca os 15 anos do massacre em Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 sem-terras foram assassinados devido à uma ação policial. Pela manhã, os sem-terra interromperam o tráfego na BR-364 e na BR-163, liberando-as após a promessa de que as autoridades estariam abertas à negociação. Conforme um dos coordenadores estaduais do MST, Edilson Barreto, apesar de existirem pautas nacionais que todos os estados reivindicarão junto ao Incra e aos governos estaduais, em Mato Grosso, o foco é a diminuição da burocracia para legalização dos assentamentos. Atualmente, segundo Barreto, existem 1.500 famílias que já têm local para morar, porém, sem o processo realizado pelo Incra, é impossível que elas sejam assentadas. Um exemplo citado por ele é Sorriso (420 kms. ao Norte de Cuiabá), onde uma área de 13 anos, a da fazenda Santa Rosa, até hoje, não foi paga pelo Incra, apesar da insistência das famílias para agilização do processo. Além de buscar a legalização fundiária, entre as pautas do MST para Mato Grosso estão a assistência técnica para todas as famílias assentadas, cursos técnicos e superiores para assentados e seus filhos, infraestrutura básica para assentados – como estradas, postos de saúde da família, melhoria nas escolas do campo e água potável– e a reorganização do Incra.

Cerca de 200 integrantes do MST iniciam uma marcha em São Paulo (região Sudeste). Eles partiram do acampamento Alexandra Kollontai, no município de Serrana, com previsão de chegada amanhã em Ribeirão Preto. Participam da marcha famílias acampadas e assentadas dos municípios de Ribeirão Preto, Serrana, Serra Azul e São Simão, além de aliados da reforma agrária em sindicatos, pastorais sociais, o estudantado, os movimento sem-teto e ambientalista e professores. O objetivo da marcha é chamar a atenção da sociedade para a importância do avanço da reforma agrária e denunciar a paralisia dos órgãos Incra e Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), responsáveis pelo atendimento da pauta das famílias acampadas e assentadas.

Cerca de 700 pessoas ocupam o prédio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Segundo Marcelo Matos, do Setor de Comunicação, os trabalhadores permanecerão acampados na sede até que sejam atendidas as reivindicações. “Já tivemos uma conversa com o secretário de desenvolvimento agrário e ele está articulando uma reunião com o governador. Estamos aqui para reivindicar a liberação de projetos produtivos que garantam a soberania alimentar. Além disso, cobramos a construção de centros integrados de cultura e esporte para a juventude, a renegociação das dívidas dos assentados, a construção de 7 escolas de ensino médio nos assentamentos, a anulação do decreto de isenção de uso e comercialização de agrotóxicos e a promulgação de um decreto proibindo a pulverização de agrotóxicos”, explica Marcelo Matos. A ocupação faz parte da Jornada de Lutas de Abril. Cerca de 200 famílias ocupam ainda duas fazendas em Tamboril. Outras 100 famílias ocupam a fazenda Curralinho, em Crateús. O MST reivindica o assentamento das 2 mil famílias acampadas no Ceará.

O MST retoma a marcha na região Norte do Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias caminham em direção à fazenda Guerra, no município de Coqueiros do Sul. Integrantes da Via Campesina aderiram à mobilização, que conta agora com cerca de 600 pessoas. As famílias também decidiram, neste final de semana, que irão ocupar a fazenda em protesto aos governos federal e estadual. Até agora não foi apresentada nenhuma proposta concreta para o assentamento nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, das mil famílias acampadas no estado. A jornada do movimento começou há cerca de 20 dias, com a ocupação da fazenda Palermo em São Borja, no dia 21 de março, para exigir o assentamento das famílias. De lá pra cá, houve apenas o comprometimento do governo gaúcho em finalizar a desapropriação da área, onde cabem 54 famílias. No dia 5 de abril, em uma reunião com o MST no Palácio Piratini, em Porto Alegre, o governo federal e estadual somente sinalizaram a intenção de assentar as famílias, mas não apresentaram um cronograma nem as áreas que poderiam ser desapropriadas para a criação de novos assentamentos. Em 2007, durante a marcha do MST em direção à fazenda Guerra, o governo federal firmou um TAC com o Ministério Público em que se comprometia a assentar a todas as famílias acampadas em um ano. Os sem-terra cumpriram a sua parte, encerrando a marcha. Passados 3 anos, o governo federal não cumpriu o acordo. Desde 2008, não são criados assentamentos no Rio Grande do Sul. Ainda neste dia 11, cerca de 500 assentados da reforma agrária ligados ao MST ocupam o Incra em Porto Alegre.

Cerca de 3 mil integrantes do MST acampam na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) de Salvador – Bahia (região Nordeste). O acampamento integra a Jornada de Lutas pela Reforma Agrária e pretende garantir o assentamento de 25 mil famílias no estado, além de educação, saúde e crédito agrícola. Desde o início do mês, 36 fazendas foram ocupadas na Bahia. Os sem-terra estiveram no Incra, de onde saíram em marcha até a Seagri, no centro administrativo da Bahia. Mais do que terra, o MST quer que os direitos constitucionais como educação e saúde estejam presentes nas áreas já assentadas.

Os operários da Usina Hidrelétrica Jirau, que estavam em greve desde o 15 de março, voltam ao trabalho após aprovar em assembleia o acordo negociado entre os sindicatos e a construtora Camargo Correa. A greve começou depois de uma revolta generalizada no canteiro de obras, com depredação de alojamentos, veículos e equipamentos. O protesto foi contra as condições de trabalho no canteiro de obras, às margens do Rio Madeira. Segundo a CUT, que negociou a volta ao trabalho junto com a Conticom e com o Sticcero, cerca de 4 mil trabalhadores participaram da assembleia. Entre as propostas aprovadas estão 5% de antecipação salarial; aumento da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 132; licença de cinco dias a cada três meses trabalhados, com direito a passagem de avião para que os operários possam visitar as famílias; e opção de mais de um plano de saúde com cobertura nacional. Também foi estabelecido que os trabalhadores que permaneceram alojados ou que fizeram serviços de manutenção no canteiro entre os dias 18 e 31 de março, quando a usina ficou parada, receberão um abono equivalente a 50 horas do salário. O secretário de Administração e Finanças da CUT, Vagner Freitas, disse, no entanto, que a volta ao trabalho pode ser apenas temporária, caso a construtora não mostre flexibilidade. Segundo ele, a CUT negocia com o governo federal e entidades patronais um pacto nacional da construção civil, para definir condições de contratação, alojamento, folga para retorno ao lar, jornada de trabalho e pagamento de horas extras. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, chegou hoje de helicóptero ao canteiro de Jirau para ver as condições de trabalho e os alojamentos. O ministro também visitou o canteiro da Usina Santo Antônio, também no Madeira. Lupi ouviu as reivindicações dos operários e disse que está buscando soluções para o problema.

Educadores lotam o auditório da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomercio) (região Nordeste), onde além de confirmar a continuidade do movimento, organizaram uma nova agenda de atividades e mais um grande ato público no dia 14, quando a greve completa 45 dias. Em mais uma reunião de avaliação do movimento grevista, os trabalhadores de educação do estado ratificaram a posição de manter a greve até que o governo e a categoria cheguem a um acordo. A ideia é, mais uma vez, chamar a atenção da opinião pública para a má vontade do governo em apresentar à categoria uma proposta concreta que possibilite um desfecho para o movimento. “Só queremos que o governo nos apresente uma proposta que atenda à nossa pauta de 22 reivindicações” –defenderam todos os educadores que avaliaram o movimento grevista na reunião. “Não haverá corte de ponto e nem exoneração, tudo isso é terrorismo do governo. Com o corte de ponto, não tem reposição de aula e se não houver reposição de aula, quem perde são os alunos, além de impossibilitar o repasse de recursos financeiros, que depende do cumprimento de toda a carga horária prevista no ano letivo. Se houver corte, o governo terá, obrigatoriamente, que devolver o dinheiro dos professores, com a reposição de aulas. Portando não acreditem nessas ameaças terroristas do governo contra os professores”, explicou o diretor de Comunicação do sindicato, Júlio Guterres.

3º feira 12

Mais de 600 trabalhadores sem-terra acampam na sede do Incra, em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Além da sede do instituto, três fazendas foram ocupadas no interior do estado. Ao todo, mais de mil famílias estão participando das ocupações. O movimento reivindica o assentamento das famílias acampadas e a melhoria na infraestrutura das já assentadas. Cerca de 300 famílias estão acampadas em uma propriedade na cidade de Jericó, a 404 kms. da capital, 60 em uma fazenda de Juru e outras 50 em uma área localizada na divisa das cidades Bonito de Santa Fé e Mauriti, no vizinho estado do Ceará. Eles reivindicam que o governo se posicione a respeito das 2.600 famílias que ainda precisam ser assentadas no estado e das 3.200 que já ocupam os 56 assentamentos, mas ainda não possuem infraestrutura adequada. Além disso, reivindica investimentos na obtenção de

terras. De acordo com o superintendente do Incra da Paraíba, Marcos Faro, a mudança de governo traz à tona manifestações como essa, já que é preciso conhecer as propostas dos novos líderes a respeito da reforma agrária. Já foi realizada uma reunião em Brasília para discutir o tema. A Jornada de Abril marca o Massacre do Eldorado, quando acampados do Pará interditaram uma rodovia federal e foram alvejados pela Polícia Militar, que assassinou 21 trabalhadores.

Cerca de 400 pessoas realizam uma passeata da Praça Dermeval Barbosa até a sede da prefeitura de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro (região Sudeste) em um ato público contra o descaso das autoridades estadual e municipal com a situação de milhares de pessoas que perderam suas casas no temporal que atingiu a região. O temporal ocorreu em janeiro, causou a morte de mais de 400 pessoas no município e destruiu centenas de casas. A manifestação foi organizada pelo Fórum Sindical e Popular de Nova Friburgo e o seu coordenador, Edil Nunes, afirmou que a prefeitura não vem respondendo aos anseios da comunidade. “Basta percorrer os bairros periféricos para perceber que o trabalho da prefeitura limitou-se a limpar as ruas e jogar a lama que desceu com a enxurrada para os cantos das vias. As obras emergenciais necessárias não foram feitas até agora, apesar dos R\$ 410 milhões liberados pelo governo federal”. Na avaliação de Nunes, durante toda a fase crítica da tragédia a atenção foi maior para os empresários e seus prejuízos em detrimento da população desabrigada. “A realidade é que, até hoje, decorridos 90 dias da tragédia do dia 12 de janeiro, grande parte dos desabrigados está sem receber o aluguel social. Nós temos 7 mil desabrigados e apenas 2.300 aluguéis sociais liberados. Ele informou que muitas pessoas cansadas de esperar pelas moradias prometidas estão voltando para suas casas em áreas condenadas pela Defesa Civil. Nunes está preocupado com os cerca de R\$ 400 milhões prometidos pela presidente Dilma Rousseff para a construção de 3 mil unidades residenciais para os desabrigados no âmbito do programa “Minha Casa, Minha Vida”. “Estes recursos estão condicionados a apresentação de projetos e correm o risco de não sair do papel, uma vez que a prefeitura não apresentou ainda nenhum projeto neste sentido e sequer desapropriou os terrenos necessários à construção das residências”. O secretário municipal de Comunicação, David Macena, por meio da secretária Janayna Saade, rechaçou as acusações de que a prefeitura de Nova Friburgo esteja paralisada e que não vem fazendo nada para ajudar a população desabrigada. Segundo ele, não se conserta uma cidade em 90 dias. Ele garantiu que os projetos estão sendo elaborados e que, inclusive, a prefeitura já convidou todos os sindicatos para uma reunião –que ainda não aconteceu– para mostrar tudo o que já foi feito e o que ainda se pretende fazer.

4º feira 13

As famílias do MST que ocuparam no dia 12 de abril a fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul), deixam a área. Os sem-terra avaliaram que a proposta apresentada pelo governo estadual é melhor do que a anterior. No entanto, caso o governo de Tarso Genro não cumpra com os compromissos e com o cronograma propostos, as famílias voltarão a se mobilizar no próximo período. O MST reivindica o assentamento, com prioridade nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, de todas as mil famílias acampadas no Rio Grande do Sul. Em 2007, durante a marcha do MST em direção à fazenda Guerra, o governo federal firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, em que se comprometia a assentar a todas as famílias acampadas em um ano.

Cerca de 500 assentados ocupam o Incra em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Em Brasília, uma comissão do MST está negociando com órgãos e ministérios do governo federal. Os sem-terra reivindicam o assentamento, nas regiões Norte e metropolitana de Porto Alegre, das mil famílias acampadas no estado. Os agricultores também reivindicam a recomposição do orçamento

do Incra para implementar os programas federais nos assentamentos, ações urgentes a fim de minimizar os efeitos da estiagem nos assentamentos da Região Sul gaúcha e a renegociação das dívidas. Para os assentamentos da região de São Gabriel (na Fronteira Oeste), os sem-terra reivindicam com urgência investimento na saúde e educação, construção de estradas e o acesso ao crédito para a produção. Desde que foram assentadas na região, em 2008, as famílias ainda não conseguiram acessar nenhum crédito para o plantio. A ocupação do Incra integra a Jornada Nacional de Lutas de Abril, que acontece todos os anos em diversos estados para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, e também para reivindicar a reforma agrária.

Cerca de 300 trabalhadores rurais sem-terra do Perímetro Jacarecica II, região do Baixo Cotinguiba, montam acampamento em frente ao Incra em Aracaju – Sergipe (região Nordeste). A atividade marca a Jornada de Luta por Reforma Agrária, realizada a nível nacional. As famílias reivindicam uma audiência pública com a Secretaria de Estado da Agricultura e com a Superintendência do Incra. O MST pede mais agilidade nos processos de desapropriação da fazenda Tingui. O acampamento de 230 famílias da região completou 14 anos de luta e resistência. As 89 famílias do Acampamento Mario Lago, que há 8 anos lutam, exigem a liberação imediata de dois lotes empresariais para a criação de assentamento.

Cerca de 500 famílias do MST ocupam a sede da Unidade Avançada do Incra, em Ji-Paraná, em Rondônia (região Norte). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. “O governo precisa criar um programa emergencial para assentar as 100 mil famílias acampadas no país. Para isso, é preciso fortalecer o Incra como instrumento da Reforma Agrária, com mais orçamento e pessoal para ganhar agilidade”, afirma o dirigente do MST, Claudinei dos Santos. O protesto cobra também medidas para o desenvolvimento dos assentamentos, com a construção de escolas, estradas, poços artesianos e instalação de energia elétrica.

Mais de 300 famílias organizadas pelo MST ocupam a “Reserva D”, do núcleo rural Alexandre Gusmão, em Brazlândia – Distrito Federal (região Centro-oeste). A área improdutiva tem 4 mil has. e pertence ao Incra desde 1962. A fazenda, que fazia parte de um projeto de monocultura de pinheiros dentro do programa distrital “Proflora”, está desativada. As famílias cobram a destinação das terras para a reforma agrária. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária do MST.

Vinte e seis entidades sindicais e representativas dos servidores públicos federais realizam na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma marcha para a campanha salarial de 2011. A passeata antecedeu a reunião realizada entre líderes dos servidores e a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. Segundo os organizadores, 10 mil pessoas participam da mobilização. Mais cedo, os servidores protocolaram no Palácio do Planalto uma carta à presidenta Dilma Rousseff na qual pedem o fortalecimento da máquina administrativa e a valorização do quadro funcional, e criticam o contingenciamento de mais de R\$ 50 bilhões do orçamento, “que já teve como consequência imediata, por exemplo, a suspensão dos concursos públicos, comprometendo a ampliação de políticas públicas em áreas como saúde, educação, infraestrutura”. A campanha salarial tem entre as reivindicações a retirada do Congresso Nacional dos projetos de lei e medidas provisórias que contrariam interesses da categoria, como a proposta que limita as despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras (Projeto de Lei nº 549/2009); o projeto que regulamenta a criação de fundações estatais de direito privado (PL nº 92/2007); a proposta de regime de previdência complementar para os servidores públicos federais (PL nº 1992/2007) e o projeto que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável (PL nº 248/1998). Os servidores também são contra a Medida Provisória nº 520, que autoriza o governo a criar a empresa pública denominada Empresa

Brasileira de Serviços Hospitalares S.A., para gerenciar os hospitais públicos universitários. Além da retirada das propostas em tramitação no Congresso, os servidores reivindicam a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho na função pública.

Estudantes organizados pelo Grêmio Estudantil do Centro Educacional Asa Norte (CEAN) e apoiados pela Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC), fazem ocupação de ruas, no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). O ato, que começou no CEAN, seguiu em marcha até o colégio Paulo Freire, onde dezenas de estudantes se incorporaram a luta. Os estudantes montaram barricadas improvisadas com pedaços de galhos de árvores derrubados pelas chuvas, reforçando o controle sobre a rua e impedindo que os carros passassem ou que a polícia os tirasse. O movimento busca denunciar o corte de 3,1 bilhões na educação feito pelo governo da presidenta Dilma Rousseff.

5º feira 14

Cerca de mil famílias organizadas no MST promovem ações em todo o estado do Alagoas (região Nordeste) durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. A BR-101 foi bloqueada nos municípios de Joaquim Gomes e Junqueiro. A agência do Banco do Brasil de São Luiz do Quitunde também está ocupada pelos agricultores da região. Ainda há atividades com a população na cidade de Delmiro Gouveia. Além de cobrar o fim da impunidade a crimes contra lideranças camponesas, nas pautas prioritárias estão o assentamento imediato das 100 mil famílias acampadas em todo o país, o desenvolvimento dos assentamentos já existentes (com expansão do crédito, agroindústrias, infraestrutura, habitação rural, escolas, postos de saúde) e, localmente, a liberação das terras do antigo banco Produban.

Cerca de 80 famílias do MST ocupam a fazenda Santa Rita, no município de São Bento do Uma – Pernambuco (região Nordeste). A ocupação dá início às ações da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária no estado de Pernambuco. De acordo com o Incra de Pernambuco, 57% dos latifúndios cadastrados no órgão são improdutivos, o que dá um total de 411.657 has. de terras improdutivas no estado. Segundo informações do site do MST, essa área é suficiente para assentar as 23 mil famílias que vivem atualmente acampadas em todo o estado. Isso sem contar as áreas devedoras da União e que desrespeitam a legislação trabalhista e ambiental. Apesar disso, das 15 mil famílias do MST que vivem em acampamentos, muitas estão acampadas há mais de 5 anos, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e em áreas ocupadas. A Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária acontece em todo o Brasil e seguirá até o final desse mês. O MST reivindica o assentamento das 100 mil famílias acampadas até o final deste ano; que o governo apresente um plano de metas de assentamentos em áreas desapropriadas até 2014; um programa de desenvolvimento dos assentamentos, com investimentos públicos, crédito agrícola, habitação rural, educação e saúde. Além disso, medidas para garantir educação nos assentamentos, com a construção de escolas nos assentamentos, um programa de combate ao analfabetismo e políticas para a formação de professores no meio rural. Os trabalhadores rurais de Pernambuco exigem que a superintendência do Incra do estado cumpra com a função pelo qual ele foi criado. Segundo o estatuto regimental do Incra, sua primeira finalidade é “promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social”.

Cerca de 400 famílias ligadas ao MST ocupam a superintendência regional do Incra e montam acampamento em frente ao prédio, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Durante a ocupação,

uma equipe de negociação composta por representantes das áreas apresentara a pauta de reivindicação à representantes da superintendência do Incra. Nessa jornada de luta pela Reforma Agrária, os camponeses sem terra apresentaram denúncias e reivindicações para que o Incra encontre uma solução para os conflitos pela posse da terra e realize uma política de reforma agrária. “Exigimos que o Incra do Rio de Janeiro realize as ações necessárias para o cumprimento das metas para desapropriação das terras e estruturação dos assentamentos”, afirma Marcelo Durão, dirigente do MST. A política de assentamentos do governo federal cada vez mais se deteriora. O número de famílias assentadas no Brasil em 2010 foi ainda menor que nos anos anteriores. Há três anos que o Incra não desapropria um único latifúndio e não assenta novas famílias no Rio de Janeiro. Os sem terra exigem do governo federal uma política de reforma agrária, que sejam assentadas imediatamente as famílias que há tantos anos se encontram acampadas, e que sejam feitos mais investimentos para desenvolver os assentamentos.

Cerca de 30 famílias do MST ocupam uma área próxima ao município de Orlandia, na região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo (região Sudeste). A área é um território da União que pertencia à antiga rede da Ferrovia Paulista S.A., e que se encontra abandonada. Parte das famílias são de uma comunidade de Ribeirão Preto, conhecida como “favela da Aids”, que foi despejada no dia 6 de abril. A ocupação faz parte da Jornada de Lutas Nacional do MST.

Diversas famílias acampadas e assentadas do MST da Regional Grande São Paulo – SP (região Sudeste) realizaram um ato político e cultural pela reforma agrária e em memória dos 19 companheiros assassinados há 15 anos, no episódio que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. O ato tem também por objetivo denunciar o descaso do Incra em relação à situação do pré-assentamento Irmã Alberta. Segundo integrantes do movimento, depois de nove anos ainda não houve nenhum processo de regularização do assentamento e as famílias se encontram sem nenhum tipo de assistência, como água encanada ou luz elétrica. Isso ocorre justamente porque sem o processo de regularização não é possível acessar nenhum financiamento público para moradia, infraestrutura, e produção, entre outras coisas. Para mostrar que mesmo com todas as dificuldades, os assentamentos podem produzir alimentos de qualidade e sem o uso de agrotóxicos, as famílias montaram uma feira com produção agroecológica, beneficiadas e *in natura*, deste e de outros assentamentos da região. A distribuição de jornais e a panfletos com o alerta sobre os perigos do uso de agrotóxicos na produção de alimentos também fizeram parte da mobilização das famílias.

Integrantes do MST de Santa Catarina (região Sul) realizam duas ocupações: na fazenda Xaxim I, localizada no município de Curitiba, com 150 famílias, e na fazenda Batatais, com aproximadamente 100 famílias, em Mafra. O Incra classificou a fazenda Xaxim I como improdutiva, em vistoria realizada em 2009. No momento em que os acampamentos começavam a ser montados, uma comissão formada pela direção estadual do MST estava em reunião em Florianópolis com representantes do Incra, para reivindicar o direito das famílias a ter acesso a terra. Não somente o direito a terra, mas aos meios para nela viver e produzir. Na reunião, também foi discutido o caso das oito áreas que estão em processo de vistorias no estado.

Cerca de 80 famílias do MST ocupam uma fazenda na região de Salvador – Bahia (região Nordeste). A atividade faz parte do Abril Vermelho. O movimento tem o objetivo de ocupar 50 fazendas no estado durante o mês de abril. Três mil militantes ocupam também o prédio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária em Salvador. Os militantes afirmam que deixarão o prédio quando as 15 reivindicações feitas pelo movimento forem atendidas, dentre elas assistência técnica, construção de escolas, sistema de fornecimento de água, 700 kms. de estradas e a desburocratização do acesso ao crédito agrícola.

Uma manifestação contra o traçado do trecho norte do Rodoanel, em São Paulo – SP (região Sudeste), reúne cerca de 200 pessoas, segundo a Polícia Militar. Moradores da Serra da Cantareira e representantes de ONGs voltadas para a preservação da região iniciaram o protesto no vão livre do Museu de Arte de São Paulo. Eles reclamam que a obra, na região norte da cidade de São Paulo, vai causar impactos ambientais e sociais com a desapropriação de muitas famílias. Com muitas faixas, os manifestantes fecharam uma das pistas da avenida Paulista, sentido Paraíso, e seguiram em caminhada para a Assembleia Legislativa.

Cerca de 2 mil servidores técnicos de universidades federais de todo o país realizam protesto em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os servidores reivindicam um aumento salarial, além da equiparação entre ativos e inativos e entre trabalhadores que exerçam a mesma função. Os servidores também criticam a Medida Provisória nº 520, que autoriza ao governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para gerenciar os hospitais públicos universitários. “Essa é uma tentativa de privatização descarada; querem seguir o modelo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre que é aberto ao público, mas também atende à demanda de planos de saúde”, afirma o coordenador da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Federais Brasileiras (Fasubra), Pedro Rosa. A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Santa Catarina (Sintufsc), Teresinha Seccato, disse que muitos servidores foram prejudicados com a extinção de algumas carreiras na implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativo em Educação. “As pessoas que ficaram nessas carreiras [extintas] estagnaram, fazem cursos, pós-graduação e não progredem, pois a carreira não existe”, afirmou Teresinha. Durante a manifestação, cinco coordenadores da Fasubra se reuniram com o secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Devarnier Paiva, para negociar as reivindicações da categoria. A coordenadora da Fasubra, Leila de Souza Oliveira(.) disse que o encontro resultou na abertura de uma mesa de negociação. Já há uma nova reunião marcada para o dia 18 com a participação de representantes de todos os sindicatos.

Manifestação feita por estudantes na esplanada dos ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), aglomera cerca de 400 estudantes, inclusive de outros estados do país. Organizaram a manifestação representantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Os organizadores colocaram a centralidade da manifestação em uma mesa de negociação com o secretário adjunto do Ministério da Educação, que além de não obter resultados concretos apenas causou o esvaziamento do ato. Os estudantes organizados na RECC, do Grêmio do CEAN, do colégio Setor Oeste e outros apoiadores formavam um outro bloco. Eles denunciaram a política neoliberal do governo de Dilma Rousseff (PT), a falência da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) para organizar a luta, apontando o caminho da ação direta, a revolta da classe trabalhadora, como único meio para arrancar do governo e da classe dominante as demandas e reivindicações.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, confirma que haverá demissão de trabalhadores na Usina Hidrelétrica Jirau, em Rondônia (região Norte), por causa da redução do ritmo das obras. A informação foi dada mais cedo pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Ele e Gilberto Carvalho participaram de reunião, no Palácio do Planalto, na qual foram discutidas as condições de trabalho em grandes obras, principalmente nas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Representantes de sindicatos e de empresários participaram do encontro. Segundo Carvalho, o consórcio responsável pela construção da usina contratou trabalhadores em excesso para adiantar o andamento das obras. A previsão inicial era que a Usina

Jirau, no Rio Madeira, fosse concluída em janeiro de 2013. No entanto, o consórcio responsável pelas obras trabalhava com a antecipação para março de 2012. Em março, um conflito no canteiro da Usina Jirau resultou em uma greve que durou 15 dias. A paralisação começou depois da depredação de alojamentos, veículos e equipamentos. O protesto foi contra as condições de trabalho.

Vigilantes em greve deixam cerca de 25 agências bancárias sem funcionar, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Em todo o estado, cerca de 300 agências também estão fechadas. A paralisação também atinge parcialmente ao serviço de vigilância nas repartições públicas, hospitais e aeroportos. O movimento começou no dia 23 de março e reivindica melhores condições salariais. O presidente da federação e do sindicato dos vigilantes do estado do Rio de Janeiro, Fernando Bandeira, disse que os vigilantes querem um 10% de aumento salarial acima da inflação e um outro aumento do valor do vale-alimentação de R\$ 8,20 para R\$ 15. A categoria tem data base em março e recebe um piso salarial de R\$ 800. Bandeira informou que no dia 13 de abril representantes sindicais e das empresas de segurança privada participaram de uma audiência para tentar um acordo. Como não houve uma solução, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) propôs nova reunião conciliatória prevista para o dia 18 de abril. Ele contou ainda que, em Macaé e Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, o Ministério Público do Trabalho mediou acordo para que as agências abrissem parcialmente, apenas para serviços internos. Segundo Bandeira, o 30% do efetivo de vigilantes estão trabalhando, para que a paralisação não seja considerada ilegal pela justiça.

6º feira 15

Cerca de 50 trabalhadores do MST do acampamento Elizabeth Teixeira em Limeira, em São Paulo (região Sudeste), fecham a rodovia Anhanguera na altura do acampamento no KM-137 por meia hora. As famílias reivindicam a regularização definitiva do acampamento Elizabeth Teixeira. Além disso, denunciam as péssimas condições de acesso das famílias acampadas aos serviços básicos de saúde, escola e transporte e exigiram a construção de uma passarela na rodovia. No dia 14 de abril faleceu Teresa da Silva e sua filha Jéssica de apenas 12 anos, atropeladas ao tentar atravessar a rodovia Anhanguera, quando estavam a caminho do posto de saúde. As famílias acampadas enfrentam todos os dias o perigo da rodovia para levar seus filhos à escola ou para consultar um médico, porque não existe uma passarela e ou qualquer outro meio seguro de acessar o transporte público.

Cerca de 280 famílias ocupam a Fazenda São Domingos I, no município de Sandovalina, no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). A ocupação tem como principais reivindicações a criação de um projeto de assentamento na área e o assentamento imediato das mais de 100 mil famílias acampadas em todo território nacional. A fazenda foi considerada devoluta e deve ser destinada à reforma agrária, mas uma disputa vem adiando a criação do assentamento. “A área foi requerida tanto pelo governo do estado de São Paulo como pelo governo federal. Isso fez com que o processo ficasse parado por mais de 14 anos”, relata Ricardo Barbosa, da Direção Estadual do MST. Segundo informações do site do MST, essa é a primeira ocupação do MST na região do Pontal, dentro da Jornada Nacional de Lutas de 2011. As ações realizadas no final de semana passado não tinham nenhum envolvimento nem participação do movimento. “A nossa jornada no Pontal está começando agora, dentro do conjunto de ações organizadas a nível nacional e discutidas coletivamente pela militância do MST. Temos uma pauta específica de reivindicação com o governo”, afirmou Barbosa. A ocupação da fazenda São Domingos I é um marco na história da luta pela terra no estado, por já ter sido palco de conflitos entre proprietários e acampados, que resultou numa militante do MST baleada no pulmão. O fato aconteceu em 23 de fevereiro de 1997, durante a

primeira ocupação da fazenda. Além disso, as famílias reivindicam infraestruturas nas áreas de assentamentos (garantia de créditos para produção, moradia, encanação de água potável), renegociação das dívidas das famílias assentadas. Além de garantia de construção e implementação de projetos sociais, como a construção de escolas do campo, o não fechamento daquelas que já existem, transporte escolar de qualidade, implantação de sistemas de saúde e postos de atendimento nas áreas de assentamento, entre outros.

A Assembleia Legislativa do estado da Bahia (região Nordeste) realiza uma sessão em homenagem ao MST, e para lembrar o massacre de Carajás, lembrando e as atividades do Abril Vermelho realizadas pelo movimento todos os anos. Os sem-terra compareceram a assembleia e montaram um acampamento dentro dela para marcar a luta do movimento.

Sábado 16

O grupo Cadeia Para Quem Maltrata os Animais, para marcar o Dia Internacional de Protesto contra a Experimentação Animal e a Viviseção, realiza manifestação em frente ao Ministério da Ciência e Tecnologia em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes procuraram conscientizar a população para a necessidade de abolir a uso de animais em experimentos científicos. Segundo a organização, já são desenvolvidas tecnologias para pesquisas médicas e científicas que usam análises computadorizadas e simuladores. O grupo defende que essas técnicas alternativas têm a vantagens de ser elaboradas a partir do organismo humano, podendo, portanto, obter resultados mais rápidos e precisos. A coordenadora da manifestação, Patrícia Elmoor, estima que cerca de 100 pessoas participaram do protesto. Ela admite que abolir o uso de animais em pesquisas pode ser “um sonho”, que necessita de vontade pública para ser alcançado, mas acredita que é possível conscientizar os consumidores para que não usem produtos que sejam desenvolvidos a partir de experimentos com animais. Foram realizadas também manifestações em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campinas (região Sudeste), Curitiba e Porto Alegre (região Sul).

Domingo 17

Aproximadamente 600 integrantes do MST e de outras organizações de trabalhadores rurais realizam um ato político na chamada Curva do S, na Rodovia PA-150, próxima à cidade de Marabá – Pará (região Norte), em homenagem aos 15 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Participaram do ato representantes da coordenação nacional do MST, João Pedro Stédile e João Paulo Rodrigues. A manifestação faz parte do Abril Vermelho. Desde 2005, o coronel Mario Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, condenados pelo Tribunal de Justiça do Pará estão em liberdade graças a um *habeas corpus* obtido no Supremo Tribunal Federal (STF). Os 142 policiais militares envolvidos na operação foram absolvidos. O MST quer que os oficiais voltem ao cumprimento da pena e os policiais absolvidos sejam submetidos a um novo júri. Uma ação do MST, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), pede a federalização do crime. A entidade também apresentou uma denúncia na OEA em razão da impunidade. O movimento fez esta semana cerca de 70 ocupações em mais de 20 estados e levantou acampamentos em 10 capitais. Segundo João Paulo Stédile, o MST não quer violência nas manifestações do Abril Vermelho e abre negociação com o governo em torno de uma agenda que este ano inclui, além de intensificação da reforma agrária, a demanda ambiental como a reprovação do projeto de novo Código Florestal.

Cerca de 1.800 famílias do MST, na região da grande Recife – Pernambuco (região Nordeste) ocupam oito fazendas, totalizando nove fazendas e engenhos ocupados no estado. As atividades fazem parte do Abril Vermelho, que marca os 15 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terras morreram em confronto com a polícia.

Cerca de 130 salva-vidas dos bombeiros e representantes da polícia militar fazem protesto na orla de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do ato é conseguir uma audiência com o governador do estado, Sérgio Cabral, para discutir um aumento salarial e melhores condições de salário. Os manifestantes se dividiram em dois grupos: seguindo pelo calçadão da praia e outro pela areia, distribuindo panfletos pedindo o apoio da população. Caso não sejam ouvidos pelo governador, os manifestantes planejam uma passeata até o palácio da Guanabara.

2º feira 18

Integrantes do MST ocupam a fazenda Luís Xavier, localizada às margens da rodovia AL-220, em Alagoas (região Nordeste), durante a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. O latifúndio, localizado no município de Piranhas (há 280 kms. de Maceió) e de propriedade de Luís Cavalcante Pessoa, está sendo reivindicado por 150 famílias. Às margens do Rio São Francisco e da AL-220, a fazenda Luís Xavier tem cerca de 2.500 has. abaixo da produtividade necessária para garantir a função social. Por não alcançar índices de ocupação do terreno e de produção, segundo a Constituição (art. 184), a área não cumpre uma função social e está passível de ser destinada ao assentamento de famílias beneficiárias da política de reforma agrária. Em Alagoas, estima-se que cerca de 13 mil famílias estão acampadas em terras que reivindicam para a reforma agrária ou à beira de estradas, em condições de difícil vivência. Somente no MST em Alagoas, mais de 5 mil famílias resistem nesta luta. Durante a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, neste mês de abril, é reivindicado o assentamento de 100 mil famílias em todo o país. O movimento propõe ainda o desenvolvimento de políticas para os assentamentos já existentes, que precisam de infraestrutura de habitação rural, saneamento, postos de saúde, escolas, ampliação do crédito rural para o assentado e pequeno agricultor e agroindustrialização da produção. Em Alagoas, os agricultores cobram também a tardia destinação das terras do antigo Banco Produban ao assentamento de famílias. No dia 14 de abril, os sem-terra bloquearam a rodovia BR-101 em dois pontos para pressionar pela agilidade no processo com as terras do antigo banco, assim como as do complexo Agrisa-Peixe. No mesmo dia em São Luís do Quitunde, a agência do Banco do Brasil foi ocupada por agricultores que reivindicavam melhorias na política de crédito rural.

Cerca de 250 famílias do MST ocupam uma fazenda de 12 mil has. do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, no município de Itapetininga, região de Sorocaba – São Paulo (região Sudeste). A área, que é um horto florestal, vem sendo utilizada irregularmente por empresas como Eucatex, Duratex, Suzano e VCP, para a extração de celulose e madeira. As famílias acampadas na área denunciam a exploração de terras públicas estaduais por grandes empresas privadas e exigem a desapropriação das áreas para a reforma agrária. Há mais de 5.000 litros de agrotóxicos em um dos galpões da área, utilizados no plantio de eucalipto e pinus. Na pauta de reivindicação está o assentamento das famílias acampadas e melhorias nas condições de infraestrutura e políticas na área da educação e cultura nos assentamentos já existentes.

Segundo levantamento divulgado pelo site do MST, integrantes do movimento, desde o início de abril, ocuparam mais de 70 latifúndios em 17 estados brasileiros. As ocupações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária que o MST promove em memória dos 19

trabalhadores assassinados durante a operação da Polícia Militar do Pará no dia 17 de abril de 1996(,) no episódio que ficou conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás. O movimento calcula que 100 mil trabalhadores ocupam atualmente terras públicas e particulares no país. Desse total, 17 mil se apossaram de terras desde o início do mês. Na semana passada, dirigentes do MST se encontraram com o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que prometeu responder às pautas apresentadas pelo movimento até o dia 2 de maio. Os trabalhadores também fizeram reuniões nos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Incra. Durante este mês, os integrantes do MST fizeram manifestações em 13 sedes do Incra. Além disso, houve fechamento de estradas, acampamentos, realização de debates com a sociedade, audiências públicas e reuniões em órgãos dos governos estaduais responsáveis pela questão agrária. O MST reivindica a recomposição do orçamento do governo para reforma agrária, para as demandas da educação do campo e para a renegociação das dívidas dos assentados. Eles também querem planejamento em torno das terras públicas e daquelas em que foram encontradas práticas de trabalho escravo ou de crime ambiental. A criação de um programa de regularização da dívida dos assentados também faz parte da pauta apresentada pelo MST em Brasília. A educação no meio rural e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária são considerados prioritários. Segundo o MST, desde 2010 foram fechadas 24 mil escolas no campo.

O juiz de Direito, dr. Afrânio de Andrade Filho, da Comarca de Eunápolis, extremo sul da Bahia (região Nordeste), condena a Veracel Celulose na ação movida contra a multinacional pela Suprema Empreendimentos Rurais e Participações Ltda., que obteve por sentença a reintegração de posse das propriedades arrendadas à Veracel. O magistrado considerou “má fé” da Veracel em se apossar de forma clandestina de dois propriedades rurais que não faziam parte do contrato de arrendamento, para plantar eucalipto (inclusive sem licença ambiental nestas fazendas). A sentença determina ainda que, por conta disso, o plantio de eucalipto existente nas fazendas em questão agora pertencem a empresa Suprema Empreendimentos, autora da ação.

3º feira 19

Cerca de 200 pessoas protestam em frente ao Palácio Alencastro, sede do governo da capital em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). Uma comissão representada pelo MST, Rede de Educação Cidadã e lideranças dos bairros de Cuiabá esteve em reunião com o prefeito Chico Galindo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na reunião foi apresentada ao prefeito a pauta de reivindicação do movimento, que discute a melhoria dos serviços públicos prestados, como saneamento básico, educação e saúde, entre outros. O ato público teve início quando trabalhadores rurais do MST saíram em caminhada do bairro do porto, próximo ao shopping popular, em direção a Praça Alencastro. No decorrer do caminho, lideranças dos bairros em Cuiabá foram se somando a marcha. As lideranças eram dos bairros Jardim Florianópolis, Jardim União, Três Barra e Parque Nova Esperança I, que protocolaram hoje o documento pedindo definições e explicações a respeito da melhoria dos serviços públicos prestados. As cobranças foram com relação a direitos básicos, como abastecimento de água, saúde e educação pública, e pavimentação das ruas, entre outros. Por mais de 2 horas, os manifestantes ficaram em frente à Prefeitura Municipal, para entregar o documento ao prefeito Chico Galindo. A prefeitura se comprometeu a manter o diálogo com o movimento e afirmou que já existem R\$ 20 milhões para obras de tapa buraco e limpeza das bocas de lobos. As obras já estão sendo realizadas pela cidade. A prefeitura prometeu fazer uma reunião com o movimento no começo de julho.

Aproximadamente 3 mil militantes do MST, que ocupam as dependências da Seagri, em Salvador – Bahia (região Nordeste), levantam acampamento após uma reunião com o governador do estado(,) Jaques Wagner (PT). Os representantes do movimento na reunião se mostram contemplados com o projeto de inclusão produtiva que visa dar sustentabilidade aos assentamentos.

Um relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela que em 2010 foram registrados no país 34 assassinatos em conflitos no campo. O número é 30% maior do que o de 2009 (26). Segundo os dados da CPT, 30 dos assassinatos ocorreram em conflitos pela terra, dois em disputas pela água e dois estão ligados a questões trabalhistas. O relatório *Conflitos no Campo Brasil 2010* mostra que o maior número de mortes ocorreu na Região Norte (21). Em seguida vêm o Nordeste, com 12, e o Sudeste, com 1. O Pará é o estado com o maior registro de assassinatos, com 18, número 100% maior do que em 2009. Segundo a CPT, no total, foram registrados 1.186 conflitos no campo em 2010, dois a mais do que em 2009. A entidade, que é ligada à Igreja Católica, atribui esse crescimento ao número de conflitos no Nordeste, que passou de 320, em 2009, para 440, em 2010, um aumento de 37,5%. Nas demais regiões, houve queda na ocorrência de conflitos. Os conflitos pela água tiveram um crescimento de 93,3% em 2010 em relação a 2009. Foi o maior número registrado desde 2002, quando a CPT começou a fazer levantamento e foram registrados 14 conflitos, envolvendo 14.352 pessoas. Os 204 casos de trabalho escravo registrados no país, no ano passado, representam uma redução de 15% em relação a 2009 e envolveram 4.163 trabalhadores (menos 32%), dos quais 2.914 foram libertados. Em 2009, houve 240 casos, com 6.231 trabalhadores envolvidos e 4.283 deles libertados. O número de menores escravizados também caiu, de 108 para 66 de um ano para o outro.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assina três portarias que homologam a delimitação de terras em reservas indígenas em Piaçaguera – São Paulo (região Sudeste), Forquilha – Rio Grande do Sul (região Sul) e em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O presidente da Funai, Marcos Meira, aprovou a delimitação de dois reservas indígenas em Mato Grosso e no Amazonas, cujos processos serão encaminhados posteriormente ao Ministério da Justiça para homologação. Trata-se de pendências de muitos anos cuja solução foi apresentada a lideranças indígenas neste dia 19 de abril, na comemoração do Dia Nacional do Índio. Os índios entregaram ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e também ao Senado, uma carta elaborada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) reivindicando rapidez nas ações do governo para a garantia dos seus direitos. No documento, entregue no Senado pela índia Claudeci da Silva Braz, representante da Apib, as comunidades criticam a política indígena desenvolvida nos oito anos de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pedem mais participação nas decisões da Funai. O senador Wellington Dias (PT-PI), ex-governador do Piauí e descendente de índios, defendeu o tratamento diferenciado para os índios no país. “Índio não é peça de museu. O Brasil precisa reconhecer que os índios no país são capazes de decidir os seus caminhos. O país não pode tratar seus índios da forma como eles estão sendo tratados hoje. Não estamos no caminho certo”, afirmou. Alvo de críticas dos índios, o ouvidor da Funai, Paulo Celso Oliveira, afirmou que a fundação tem buscado o diálogo com os povos indígenas, mas reconheceu também que há problemas na estrutura do órgão. “A Funai tem trabalhado para ampliar o diálogo com os povos indígenas. Inclusive, no governo do presidente Lula, foi criada a Comissão Nacional de Política Indigenista que, no momento, faz parte de um projeto de lei que tramita no Congresso [Nacional] para que seja transformado em um Conselho Nacional de Política Indigenista”, argumentou. A criação do conselho, aliás, também é tema da carta enviada às autoridades. O órgão deverá ser uma instância deliberativa, normativa e articuladora de todas as políticas e ações ligadas aos povos indígenas. A alegação é que a causa indígena “esta dispersa em diversos órgãos do governo”. Os índios querem também que o governo crie uma Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, para assegurar a sustentabilidade e proteção de seus territórios. O tema que abre a carta é a aprovação do Estatuto

dos Povos Indígenas, que tramita há 20 anos no Congresso. O ministro da Justiça afirmou que vai procurar a Casa Civil da Presidência da República para verificar se o texto que tramita no Parlamento precisa de alguma alteração. As comunidades indígenas pedem a regularização de suas terras e citaram, na carta, como prioridades nesse quesito, as comunidades de Mato Grosso do Sul, principalmente dos Guarani-Kaiowá; dos povos indígenas do sul e extremo sul da Bahia; do Sul do país, especialmente os povos Xetá e Tembê; e a Terra Indígena Guamá, no estado do Pará. Os índios defendem sua permanência nas áreas de proteção permanente sob alegação de que essa forma de ocupação tradicional “não conflita com a figura jurídica” em questão. Outra reivindicação é o fim de hostilidades que os índios alegam estar sofrendo ao exercitarem seu direito à proteção, assegurado por lei. Eles se sentem “criminalizados por agentes do Poder Público que deveriam exatamente exercer a função de proteger e zelar” por eles. Os índios também pedem que o governo garanta sua proteção nas áreas de fronteira.

Movimentos sociais realizam protesto por moradias nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo a Polícia Militar, o ato reuniu cerca de 1,5 mil pessoas. Entre outras demandas, os militantes reivindicam recursos estaduais para o programa Minha Casa, Minha Vida. Após o ato, eles foram recebidos pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Marcos Penido. A CDHU informou, por meio de nota, que dará prioridade à complementação dos recursos disponibilizados pelo programa do governo federal. “A companhia já fornece assistência técnica gratuita às entidades que desejam participar do programa e ainda oferece uma contrapartida de até R\$ 20 mil por unidade”. A companhia se comprometeu a estabelecer um canal de diálogo com os movimentos sociais para avaliar novas propostas dessas entidades. No encontro ficou acertado ainda que a primeira reunião do Conselho Estadual da Habitação ocorrerá na segunda quinzena de maio. O conselho, instalado no fim de 2010, reúne membros dos movimentos sociais, do Poder Público e de entidades empresariais.

4º feira 20

Dirigentes de 5 centrais sindicais protestam em frente à sede do Banco Central (BC), em São Paulo – SP (região Sudeste), contra o possível aumento da taxa básica de juros. O protesto foi acompanhado por cerca de 200 pessoas, segundo a Polícia Militar. Para o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antonio Neto, o ideal para a Selic seria que a taxa fosse em torno de 8,5%, considerando a inflação mais 2% de juro real. Hoje ela está em 11,75%. Durante a manifestação, foram distribuídas cerca de 50 kgs. de sardinha, preparadas pelo sindicalista Ronaldo Garcia de Souza. Segundo ele, a sardinha foi preparada com sal grosso e assada numa churrasqueira, instalada na frente do Banco Central, na avenida Paulista. Além da Força Sindical e da CGTB, participaram da manifestação a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). No manifesto, as centrais pedem a redução da taxa básica de juros, a ampliação dos investimentos sociais e o financiamento público para as pequenas e médias empresas, e ainda criticam o controle da inflação com o aumento dos juros.

Professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP-UFRJ) no Rio de Janeiro — RJ (região Sudeste), em assembleia decidem paralisar as aulas e entrar em estado de greve por uma semana. O motivo é a situação incerta dos professores substitutos que compõem o 60% do quadro docente do colégio, onde 28 deles estão sem receber salários desde fevereiro. Os docentes reivindicam a regularização da situação funcional dos professores substitutos contratados

em 2011, com constituição das matrículas e pagamentos dos salários atrasados com correção, e também homologação dos contratos dos 20 professores concursados de 2010.

6º feira 22

Bombeiros guarda-vidas se reúnem em frente ao Quartel do Grupamento Marítimo, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), na tentativa de conversar com o comandante da corporação. A categoria protesta sobre o aumento de 54% cedido a quatro meses, que será concedido em 48 vezes. A categoria reivindica que o reajuste seja integralmente aplicado em 12 vezes.

Sábado 23

Cerca de 300 famílias do MST e da Via Campesina no Tocantins (região Norte) ocupam a fazenda Dom Augusto no km. 25 entre Palmas e Porto Nacional. O proprietário da fazenda é Alcides Rebeschini que, segundo informações do MST, não tem a documentação de toda a área. Dos 3 mil has. da terra, apenas 1.200 são titulados. Além disso, a fazenda está na lista suja do Ministério do Trabalho por prática de trabalho escravo com 100 trabalhadores no plantio de feijão. O caso veio à tona em 2005. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas do MST. Até agora, foram realizados protestos em 18 estados, com mais de 80 ocupações de terras.

Bombeiros guarda-vidas protestam na praia do Leblon na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo dos manifestantes é apresentar a pauta de reivindicações da categoria ao governador do estado Sérgio Cabral (PMDB). De acordo com os manifestantes, o salário recebido pela corporação, R\$ 950, é o menor do país. Eles reclamam também da falta de equipamentos de primeira necessidade como nadadeiras e protetor solar.

Quatro militantes da Marcha da Maconha são detidos no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), distribuindo panfletos com o calendário das passeatas e frases em defesa da legalização da marihuana. O advogado do movimento caracterizou a ação da polícia militar como truculenta, e alega que a panfletagem não caracteriza apologia. A PM apreendeu cerca de 1,2 mil panfletos, 13 camisas e material de divulgação do movimento. Os militantes foram levados para a Quinta Delegacia de Polícia, onde foram autuados. Todos foram liberados, mas vão responder ao processo em juízo e em liberdade, uma vez que se recusaram a prestar depoimento. Em 2009 e 2010, as duas primeiras versões da Marcha da Maconha foram promovidas respaldadas por *habeas corpus*. O grupo ainda não conseguiu o *habeas corpus* que poderá garantir a realização da próxima passeata, marcada para o dia 7 de maio.

2º feira 25

O juiz substituto Gerson Fernandes Azevedo concede reintegração de posse aos donos da fazenda Dom Augusto, em Porto Nacional, a 45 kms. de Palmas, a capital do Tocantins (região Norte). A propriedade foi ocupada por cerca de 300 pessoas no dia 23. Os movimentos sociais do campo montarão um grande acampamento, com a chegada de mais pessoas que de outros acampamentos e assentamentos de Tocantins para continuar o processo de luta. “A fazenda Dom Augusto é uma das nossas prioridades para a reforma agrária, ainda mais pela incidência de trabalho escravo. O grileiro ocupa uma área de terra pública, porque parte da fazenda não tem documentação. E o Incra sabe disso”, afirma um dos coordenadores do MST em Tocantins, Antonio Marcos Nunes Bandeira.

Segundo um dos coordenadores do MAB, Cirineu da Rocha, a ocupação da fazenda é parte da luta. “Continuaremos acampados e iniciaremos uma marcha na semana que vem em direção ao Incra, com a participação dos acampados, assentadas, reassentadas e atingidos por barragem de Tocantins para cobrar a retomada dessa área e o comprimento de nossa pauta”.

Famílias ligadas ao MST ocupam duas fazendas no nordeste da Bahia (região Nordeste). A fazenda Horizonte Novo, na região de Queimadas, foi ocupada por 100 famílias de trabalhadores rurais. Nas proximidades de Jeremoabo, outras 100 famílias ocupam a fazenda Estrelinha. As duas fazendas, com área superior a 1.000 has. cada uma, são improdutivas, segundo informações do MST. “Nós ocupamos essas terras para que o Incra dê uma resposta sobre a situação dessas fazendas. São fazendas que não produzem nada, só servem para especulação. Queremos que o governo federal cumpra a lei, destinando estas terras para a reforma agrária”, disse Luiz Ferreira, coordenador do MST. Em todo país, aconteceram pelo menos 80 ocupações de terras, além de atividades em 18 estados, dentro da Jornada Nacional pela Reforma Agrária.

Manifestantes do Greenpeace simulam um acidente nuclear em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato, que durou cerca de uma hora, era um protesto contra o financiamento para a construção da Usina Nuclear Angra 3. Os ativistas, vestidos como equipes de resgate em acidentes nucleares, carregavam cartazes com dizeres contrários à liberação do investimento. O grupo distribuiu máscaras para as pessoas que passavam pelo local durante o protesto. A manifestação foi acompanhada por policiais militares. O coordenador de campanha de energia do Greenpeace, Ricardo Bitelo, assegura que no Brasil existem opções de geração de energia melhores e mais sustentáveis do que a nuclear. Segundo Bitelo, a data do protesto foi escolhida para lembrar o pior acidente nuclear que o mundo já assistiu, em Chernobyl, no Norte da Ucrânia. No dia 26 de abril, o acidente completa 25 anos, mas, segundo ele, continua a fazer vítimas. “Nós temos um histórico de 90 mil mortos por câncer que pode vir a aumentar futuramente.”. O ativista disse ainda que o Greenpeace já procurou a direção do banco para pedir suspensão do financiamento de R\$ 6,1 bilhões destinados às obras da usina em Angra. A assessoria de imprensa do BNDES não comentou sobre o protesto e se limitou a informar que a liberação do dinheiro para a construção da usina foi aprovada em dezembro de 2010.

Produtores rurais do município de São João da Barra, no norte do Rio de Janeiro (região Sudeste), bloqueiam as estradas de acesso ao canteiro de obras do Porto do Açu, um dos maiores empreendimentos em execução no país. Os agricultores protestam contra o processo de desapropriação de terras da região para a realização de obras de infraestrutura do complexo. De acordo com o vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais e Imóveis de São João da Barra, Rodrigo Santos, as desapropriações estão sendo feitas aleatoriamente, sem acordo prévio com os donos dessas áreas. Ele acredita que, com isso, o processo se torna traumático, prejudicando muitas famílias que vivem do que produzem em suas terras. A LLX, companhia do empresário Eike Batista, responsável pelo megaprojeto, informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que orientou os funcionários, por medida de segurança, a não irem ao porto neste dia 25 de abril e que as obras estão paralisadas. Embora enfatize que a responsabilidade pelas desapropriações seja do governo estadual, a empresa garante abertura para negociação. A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio (Codin) emitiu nota informando que o processo de desapropriação na região “vem sendo realizado dentro do rito judicial legal, com os valores referentes aos lotes depositados em juízo”. De acordo com o comunicado, estão sendo respeitadas, para a condução do processo, “as benfeitorias existentes nas áreas desapropriadas, inclusive com suporte aos proprietários para retirada e acomodação de eventual criação que estiver no local”. De acordo com a Codin, as desapropriações tiveram início há pouco mais de um mês e até agora apenas terras onde

não havia qualquer morador foram desapropriadas. Com investimentos de R\$ 3,4 bilhões, o Porto do Açu envolve a construção de vários terminais portuários para o transporte de minério, ferro-gusa, carvão e petróleo, além da construção de usinas térmicas a gás natural para atender ao complexo e de um estaleiro. O empreendimento, que conta com 1,5 mil trabalhadores, deve se tornar o terceiro maior porto do mundo. No fim de março, operários que trabalham nas obras de construção do porto cruzaram os braços para reivindicar melhores condições de trabalho e 30% de adicional de insalubridade. A greve foi encerrada um dia depois do início do movimento, após acordo com a empresa.

Cerca de 60 famílias do povo Karapotó ocupam uma fazenda no município de São Sebastião, no sul do estado de Alagoas (região Nordeste). Os Karapotó, com apoio de outras etnias, alegam que a fazenda ocupa uma área tradicionalmente indígena. Segundo o cacique Jorge Barnabé, a atual reserva não é suficiente para acolher as etnias existentes no município e, assim, os povos estão sem terra para plantar e alimentar as aldeias. A Funai é contrária à ocupação. De acordo com o coordenador do órgão em Alagoas, Frederico Campos, a fazenda não é reconhecida como terra originalmente indígena. Segundo ele, os Karapotó foram informados sobre a origem da terra. Ele descarta uma retirada dos agricultores e o pagamento de indenização, como prevê a legislação quando uma área é destinada a reserva indígena. Segundo o coordenador, os agricultores devem solicitar a reintegração de posse na Justiça. “[Os índios] Estão completamente equivocados e foram informados sobre isso. Não há argumentos para a ocupação. Querem chamar a atenção, tumultuar”, afirmou o coordenador. O cacique Barnabé rebate os argumentos da Funai. “Quem sabe disso somos nós. A Funai não existia e os índios já existiam. Tiraram os índios antigos daqui”, disse. Os índios pretendem apresentar no dia 28 de abril suas reivindicações ao presidente da Funai, Márcio Meira, durante uma reunião em Maceió.

Uma mulher com uma criança de colo em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), protesta dentro do Palácio do Planalto contra a falta de habitação para a população carente. A manifestante foi contida próxima da rampa do salão nobre, e encaminhada para conversar com um integrante da Secretaria Geral da Presidência. Ela diz ser da cidade de São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste), e critica a administração do prefeito da cidade, Luiz Marinho (PT). Ela afirma ainda ter ido a Brasília de carona.

3º feira 26

Policiais Civis do estado de Alagoas – (região Nordeste), deflagram greve. A Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL) afirmou que a categoria reivindica um reajuste de 6% dos salários de agentes e escrivães, equiparando aos vencimentos com os de cargo de delegado. A greve deixou a maioria das delegacias do estado fechadas, o registro de boletins de ocorrência e as investigações foram suspensas e os inquéritos paralisados. Os delegados não aderiram ao movimento.

Representantes do produtores rurais que interditam os acessos ao canteiro de obras do Porto do Açu, no Quinto Distrito de São João da Barra – Rio de Janeiro (região Sudeste), se reúnem com representantes da Codin, responsável pela desapropriação da área, e a Associação dos produtores rurais e imóveis de São João da Barra (Asprim), para negociar o fim do protesto na região. Houve avanços nas negociações. Foram feitos ajustes nos critérios de desapropriação e o governo do estado se comprometeu a pagar uma bolsa agrícola a cada proprietário rural com base no faturamento mensal da propriedade. A Codin vai instalar um posto avançado na região para realizar a avaliação.

4º feira 27

Os cerca de 700 sem-terra acampados na praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte (região Sudeste), saem organizados em duas colunas e marcham em direção ao Tribunal de Justiça para denunciar os massacres que continuam impunes e a perseguição que os movimentos sociais sofrem no estado. Após a manifestação no tribunal, os manifestantes seguiram em direção ao Incra, onde realizaram uma ocupação. Após a exposição, foi marcada uma reunião com o Incra nacional e a superintendência no estado. No começo da noite, o movimento deixou o prédio. De acordo com Marili, “a ocupação do Incra denunciou a estagnação da reforma agrária no estado. Há mais de 3 anos não se realiza um assentamento, não há assistência técnica e por isso os créditos para desenvolvimento das áreas estão bloqueados”. Há assentamentos com mais de 5 anos que não tiveram acesso ao crédito para habitação e, por isso, as famílias ainda moram em barracos. “O movimento está disposto a permanecer na capital e pressionar o poder público até que estes problemas, que se arrastam e se repetem há anos, sejam resolvidos”, diz Marili. O MST participa de uma reunião com representantes da superintendência nacional do Incra, com a superintendência estadual e com o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O MST apresentou mais de 80 itens da pauta de reivindicação do movimento. Em 2010, foram realizados 17 despejos. Neste ano, a Polícia Militar já realizou seis. Segundo informações do site do MST, a Vara Agrária de Minas Gerais decretou 14 reintegrações de posse.

Juízes federais de todo o país fazem um dia de paralisação para cobrar segurança, melhores condições de trabalho, reajuste de salário e equiparação de direitos com membros do Ministério Público. A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), que lidera o movimento, informou que os juízes federais que aderiram à paralisação estão atuando nos casos de emergência. Os juízes federais da Terceira Região, que engloba a Justiça Federal em São Paulo (região Sudeste) e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), fazem uma paralisação de 24 horas. Os trabalhadores reivindicam a reposição salarial e melhores condições de trabalho. Segundo o presidente da Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp), Ricardo de Castro Nascimento, o ato é uma tentativa de evitar a realização de uma greve da categoria. Os magistrados reclamam que, apesar de terem tido perdas salariais de 30% devido à inflação acumulada desde 2005, só receberam 8% de reajuste no período. Além disso, Nascimento afirma que os juízes não dispõem de infraestrutura adequada para exercer suas funções. “Nós lidamos com organizações criminosas, tem vários colegas sendo ameaçados. E não há uma estrutura de segurança adequada”. De acordo com o magistrado, ainda não foi possível determinar o nível de adesão ao movimento, mas ele estima que a maioria dos 300 juízes dos dois estados estão participando da paralisação. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, afirmou que discorda da paralisação dos juízes federais. “Os juízes, como agentes do Estado, não devem fazer greve”, defendeu o ministro. Ele também disse desconhecer se há algum tipo de movimentação semelhante ocorrendo na Justiça do Trabalho. Perguntado sobre o corte de salário que ocorrerá no subsídio dos juízes que aderiram à paralisação de 24 horas, decidido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) no dia 25 de abril, o ministro Dalazen afirmou que concorda com a medida. “Recentemente, o senador Aloysio Nunes [PSDB-SP] me procurou para ajudá-lo a regulamentar um projeto sobre greve no serviço público. Enquanto isso não ocorre, vale a regra do serviço privado”, disse o ministro.

Cerca de 20 representantes da Associação Nacional de Ex-soldados Especializados da Aeronáutica (Anese), fazem protesto em frente ao planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), reivindicando a readmissão na aeronáutica. Três integrantes da Anese que escalaram o mastro da bandeira do Brasil que fica ao lado da Praça dos Três Poderes. Os manifestantes fizeram os concursos de 1994 e 2001, mas no edital não constava que as vagas eram temporárias. O governo aceitou negociar com os manifestantes após o parecer da Advocacia geral da União sobre o caso.

Eles reivindicam a reintegração aos quadros da Aeronáutica. Desde o dia 25 de abril os ex-militares estão em frente ao Palácio do Planalto fazendo barulho com cornetas e fogos de artifícios. No dia 26 de abril foram recebidos por assessores do Planalto que reiteraram as propostas feitas pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, de que o governo iria colocar a Advocacia-Geral da União (AGU) para acompanhar o processo deles na Justiça e emitir um parecer.

Moradores e comerciantes da Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) protestam contra a prefeitura devido ao estranho provocado pelas chuvas que deixaram a região inundada na noite do dia 26. Todo o lixo retirado das casas e comércios foi usado para fechar dois ruas da região impedindo o acesso e o tráfego. O protesto é uma resposta ao descanso com as chuvas na região que sempre gera grandes prejuízos materiais aos moradores e comerciantes.

5º feira 28

O MST e o MAB montam acampamento com cerca de 300 famílias ao lado da sede da superintendência regional do Incra, em Palmas, capital do Tocantins (região Norte). A ação faz parte da jornada de lutas iniciada no estado no dia 21 de abril, com a ocupação da fazenda Dom Augusto, localizada no município de Porto Nacional. As famílias realizaram uma marcha do local da primeira ocupação até a sede do Incra há mais de 30 quilômetros. As famílias reivindicam infraestrutura para assentamentos, o atendimento à distribuição de terras aos acampados e investigação das grilagens de terras. Além disso, denunciam os problemas causados pelos agrotóxicos, a monocultura e o trabalho escravo, o novo Código Florestal e os impactos das construções das barragens ao meio ambiente e a sociedade. As famílias ocuparam a fazenda Dom Augusto, localizada no quilômetro 25 entre Porto Nacional e Palmas, em protesto as irregularidades do latifúndio. O proprietário, Alcides Rebeschini, não tem toda a documentação da área e a fazenda está na lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego por ter sido flagrada com a prática de trabalho escravo. Cem trabalhadores foram resgatados em 2005.

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, organizada no mês de abril, segundo dados divulgados pelo site do MST, mobilizou 19 estados e o Distrito Federal somando-se ainda a atividades em Brasília, na Câmara dos Deputados, e um ato em memória aos 15 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás. Foram realizadas atividades em Alagoas, Bahia, Ceará, Sergipe, Paraíba, Maranhão, Pernambuco (região Nordeste), Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo (região Sudeste), Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná (região Sul), Pará, Rondônia e Tocantins (região Norte). Foram mais de 30 mil famílias em luta, totalizando 70 ocupações de latifúndios, mobilizações em 14 sedes do Incra, além de fechamento de estradas, acampamentos nas capitais, distribuição de alimentos sem agrotóxicos, debates com a sociedade, audiências públicas e ações em diferentes órgãos dos governos locais responsáveis pela reforma agrária. O movimento fez audiências com vários ministérios, buscando resolver o problema dos acampados e fortalecer os assentamentos garantindo os direitos sociais das famílias. O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) anunciou que o governo vai responder a pauta apresentada até o dia 2 de maio. A jornada, promovida pelo MST em todo o país, é realizada em memória aos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996. A data é Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de proposta da então senadora Marina Silva. Depois de 15 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os

problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de todo o país realizam manifestação por reajuste salarial e valorização do trabalho rural. Os trabalhadores denunciaram ainda os riscos do uso dos agrotóxicos. Eles promoveram uma manifestação, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes, que participam de um congresso da categoria, estão distribuindo gratuitamente cerca de oito toneladas de frutas. De acordo com o presidente da Seção Sindical Hortalças do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Vinícius Freitas, “a agricultura brasileira é a que mais consome agrotóxicos no mundo e essa situação tem um custo ambiental e um impacto negativo na saúde dos trabalhadores e de todos os brasileiros”. O congresso discutirá também temas como segurança e saúde no trabalho e a reforma no Código Florestal Brasileiro.

Militantes da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), conquistam *habeas corpus* para realizar uma passeata no dia 07 de maio, sem o risco de serem presos ou reprimidos pela polícia. O *habeas corpus* foi baseado no direito de expressar uma ideia, opinião ou pensamento desde que não façam apologia às drogas.

6º feira 29

O MST levanta o acampamento com 350 famílias do Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). O movimento vai continuar organizado em frente à instituição, que fica no Centro Político Administrativo, até início de maio. Desde o 10 de abril, homens, mulheres e crianças do MST em Mato Grosso estiveram acampados no Trevo do Lagarto para cobrar agilidade na reforma agrária. O acampamento estava localizado na ligação das BR-070 e BR-163/364 com a rodovia dos Imigrantes. Nesse período, as famílias fizeram protestos com o bloqueio da rodovia. A principal reivindicação é o assentamento imediato de 2.500 famílias, que há anos vivem em situação de insegurança em acampamentos no interior do estado. Para resolver esse problema e a questão da aquisição de outras áreas para novos assentamentos pelo país, o Incra tem estipulado um orçamento nacional de aproximadamente R\$ 530 milhões. Mas já existe uma relação de terras a serem pagas que gira em torno dos R\$ 860 milhões, tendo assim um déficit financeiro. No Mato Grosso existem três fazendas que estão dentro das prioridades do Incra, que serão utilizadas para o assentamento das famílias. A fazenda São Paulo, em Mirassol do Oeste(,) deve ser adquirida até o mês de maio. A fazenda Palmital, em Nova Olímpia, está em situação de compra e venda e deve ser regularizada até meados do mês de agosto. Outra propriedade é a fazenda Santa Maria, em Salto do Céu, que já foi paga mas está emperrada por uma questão judicial. Outra reivindicação apresentada pelo MST é a assistência técnica para as famílias que já foram assentadas. No estado, o MST participou de ações populares em Várzea Grande contra a indefinição política que assombra o município, além de apoiar lideranças dos bairros que fizeram reivindicações à prefeitura por mais amparo e investimentos na capital. O MST continuará em frente ao Incra para pressionar o governo para que as pautas sejam atendidas e o compromisso de apoio à agricultura familiar firmado durante campanha eleitoral seja cumprido. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas e devem continuar no estado até o dia 10 de maio.

Glossário de siglas

AGU	Advocacia-Geral da União
AIDA	Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente
Ajufe	Associação dos Juizes Federais do Brasil
Ajufesp	Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul
AMB	Associação Médica Brasileira
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anese	Associação Nacional de Ex-soldados Especializados da Aeronáutica
APA	Área de Proteção Ambiental
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APP	Áreas de Preservação Permanente
Asprim	Associação dos produtores rurais e imóveis de São João da Barra
BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP-UFRJ	Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CEAN	Centro Educacional Asa Norte
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CFM	Conselho Federal de Medicina
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBRAPOL	Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis
Codin	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Conticom	Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fasubra	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidade Federais Brasileiras
Fecomercio	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão
Fenam	Federação Nacional dos Médicos
Fetra	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MJ	Ministério da Justiça
MPL	Movimento Passe Livre

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RECC	Rede Estudantil Classista e Combativa
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Seagri	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Simepar	Sindicato dos Médicos do Paraná
Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
Sintufsc	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Santa Catarina
STF	Supremo Tribunal Federal
Sticceró	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Mayo de 2011

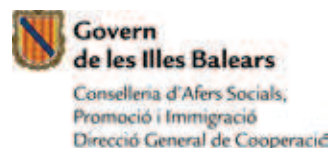
Editada en octubre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 915

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

prof. dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Peter Sana (LPP/UERJ)
Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ)



Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente
(CMI), Boletim DATALUTA, e O
Vermelho

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Mai de 2011

Domingo 01

Centrais sindicais realizam um ato com o lema “Desenvolvimento com Justiça Social” no Dia do Trabalho e na avenida Marquês de São Vicente, na Barra Funda, zona Oeste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Participam a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). A presidenta Dilma Rousseff enviou uma mensagem aos trabalhadores que foi lida na comemoração pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Dilma Rousseff disse que a data se transformou no símbolo da luta pela dignidade do trabalho em todo o mundo e reforçou o compromisso de seu governo com a melhoria de vida dos trabalhadores. “Não permitirei, sob nenhuma hipótese, que a inflação volte a corroer o poder aquisitivo dos trabalhadores. Nos últimos 8 anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoveu a maior política de empregos já vista no país. Foram criados 20 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, férias e décimo-terceiro salário. No meu governo, vamos criar as oportunidades de trabalho”. Na carta, ela lembrou que lançou no dia 28 de abril o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Os sindicalistas defenderam a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o fim do fator previdenciário e a valorização das aposentadorias, a valorização do salário mínimo, o trabalho decente, a igualdade entre homens e mulheres, a valorização do serviço público e do servidor público, a reforma agrária, a educação, a qualificação profissional e a redução da taxa de juros. De acordo com o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, a regularização da terceirização é outro ponto abordado. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, afirmou que o país deve ficar atento e privilegiar a segurança do trabalhador, porque tem alto índice de acidentes de trabalho, chegando a 4% dos trabalhadores ativos. Lupi disse ainda que o Ministério do Trabalho está trabalhando junto com o Ministério da Educação para permitir que todos os trabalhadores que estão recebendo seguro-desemprego possam participar de cursos de qualificação para voltar mais rápido ao mercado.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF) comemora o Dia do Trabalho em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) com uma grande festa na Esplanada dos Ministérios. O evento contou com oficinas e *shows* com repentistas, artistas locais e nacionais. De acordo com o presidente da CUT-DF, José Ildes de Oliveira Costa, até 2006 as comemorações do Dia do Trabalho eram estritamente políticas. “Mudamos a festa. O trabalhador tem direito ao lazer. Por isso, permeamos a festa com atividades culturais”.

Centenas de camponeses, operários e estudantes de diversas regiões do país saem às ruas do Centro de São Paulo – SP (região Sudeste) para celebrar o Primeiro de maio convocado pela Liga Operária e a Liga dos Camponeses Pobres. Também atenderam à convocação do Dia do Trabalho a Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP), o Movimento Feminino Popular (MFP), o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo), a Liga Internacional de Luta dos Povos (ILPS) e a Associação Brasileira de Advogados do Povo (Abrapo), entre outras organizações classistas. Na avenida Paulista, a manifestação se deteve diante do consulado da Índia. Um representante da Abrapo leu um documento condenando o velho Estado indiano pelas atrocidades cometidas contra os camponeses e povos tribais daquele país. O documento explicava a luta dos povos Adivasi, camponeses e dos Naxalitas, como são conhecidos os militantes do Partido Comunista da Índia (maoísta), que dirige a guerra popular naquele país. O 1º de maio classista e

internacionalista organizado pela Liga Operária em São Paulo também denunciou as centrais sindicais e governistas que promoveram mega-shows e sorteios de brindes descaracterizando o dia de luta que representa o Dia Primeiro de Maio.

Os trabalhadores da educação do Rio Grande do Norte (região Nordeste) resolvem deflagrar greve. A decisão foi tomada em assembléia geral realizada no dia 28 de abril em Natal e no dia 29 em Mossoró. O fator principal que motivou a decisão da categoria foi um documento feito pela governadora, e entregue ao sindicato, pedindo um prazo de mais de 120 dias para dar uma resposta às reivindicações feitas. Os trabalhadores da educação interpretaram tal feito como um desrespeito aos profissionais da educação que há meses vem negociando com o governo, sem obter sucesso. Entre as principais reivindicações da categoria estão a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Salário do Magistério, o pagamento do Plano de Carreira dos Funcionários Administrativo, o cumprimento da lei que estabelece o piso salarial dos professores e o pagamento de direitos em atraso.

2º feira 02

Trabalhadores da Usina Sapucaia, em Campos – Rio de Janeiro (região Sudeste), fecham a BR-356 em protesto contra atrasos nos salários. De acordo com os manifestantes, a Usina empresa não vem cumprindo um acordo assinado entre os trabalhadores, representantes da usina e o Ministério Público do Trabalho.

Lideranças indígenas de todo o país se reúnem no Acampamento Terra Livre, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para discutir entre outros temas os problemas gerados pela construção de hidrelétricas em terras indígenas, o atraso na assinatura do Estatuto dos Povos Indígenas e a necessidade de implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista. O acampamento aberto neste dia 2 vai até o dia 5 de maio. Segundo o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, Cretã Kaingang, um dos líderes presentes no evento, um dos principais problemas para os índios que não vivem na Amazônia são as hidrelétricas de pequeno porte, que acabam tomando parte de suas terras. Às vezes, as terras até mesmo desaparecem com a inundação do lago da represa, disse Cretã Kaingang. Para um não índio, a construção de uma hidrelétrica significa apenas que parte da terra será inundada. Para um índio, não. “Ali dentro estão os animais, a floresta, há todo um ciclo de cultura. Ali estão nossos antepassados. Na nossa região estão sendo instaladas hidrelétricas de pequeno porte que acabam com a nossa terra, que já é pequena”, afirmou. De acordo com o líder Kaingang, os índios são também marginalizados pelas autoridades que deveriam protegê-los. “Hoje temos que lutar para demarcar a nossa terra. O governo tem feito um discurso bonito fora do país, tem acatado parte das leis de direito internacional, mas, na hora que tem que cumpri-las, nosso país não o faz. As lideranças que têm lutado estão se tornando marginais e são consideradas invasoras. Só que a terra é nossa”, denunciou. Ele também disse que os índios sofrem com a falta de moradia adequada. Segundo Kaingang, muitos dos índios de sua região vivem debaixo de lonas. “Na Amazônia, a maioria das terras está demarcada, mas nós, que estamos no Sul e no Nordeste, estamos debaixo de lona, com filhos que se tornam adultos e continuam debaixo dessa lona. O Estado tem faltado muito conosco”, declarou. Marcos Aporinã, um dos coordenadores das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, pediu agilidade na votação do Estatuto dos Povos Indígenas, que está desde 1991 em discussão no Congresso Nacional. “Até agora, porém, não há uma resposta positiva que faça diferença para nossos povos”. Para ele, outro ponto importante é o Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, que pode servir como uma “estratégia política” para preservar os próprios índios e a biodiversidade das suas terras. Neste mesmo dia 2 de Maio, a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) lançou uma moção contrária à reforma proposta para o Código

Florestal. A moção declara que as alterações propostas representam um retrocesso a política ambiental no país.

A diretoria do Hospital Universitário da Universidade de Brasília (HUB) no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) entrega ao reitor José Geraldo Júnior um pedido de demissão coletiva em função da Medida Provisória (MP) 520, em tramitação na Câmara dos Deputados, que pretende criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A medida propõe um novo modelo de gestão para os hospitais universitários administrado pelo Ministério da Educação (MEC). A carta dos médicos informa que a demissão é irrevogável e se dá em função da “evidente divergência de postura ideológica e prática” entre a administração superior da Universidade de Brasília (UnB) e os diretores do hospital em relação à MP. Desde que a medida foi enviada ao Congresso Nacional, no último dia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os sindicatos da categoria se posicionaram contra a mudança. O texto do projeto fala em “apoiar a prestação de serviços médico-hospitalares, laboratoriais e de ensino e pesquisa nos hospitais universitários federais”. De acordo com o MEC, a criação da Ebserh é uma tentativa de regularizar a situação dos hospitais universitários, cujas contas estão sendo questionadas pelos órgãos de fiscalização e controle. Hoje, boa parte dos funcionários dos hospitais é contratada por meio de fundações de apoio ou por outras modalidades de terceirização, consideradas ilegais. Essa função seria assumida pela Ebserh. Os sindicatos alegam que a MP oficializa a terceirização e a privatização dos serviços oferecidos pelos hospitais universitários. A carta é assinada pelo diretor-geral do HUB, Gustavo Romero, pela diretora de Serviços Assistenciais, Elza Noronha, pela diretora de Ensino e Pesquisa, Maria Imaculada Junqueira, e pela diretora executiva, Laene Gama.

3º feira 03

Militantes das Brigadas Populares ocupam o prédio do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), na cidade de Belo Horizonte — Minas Gerais (região sudeste). A ocupação tem por objetivo denunciar o descaso com as famílias sem-teto da cidade e pressionar o poder público contra os despejos. Segundo informações do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a polícia cercou as dependências do edifício mantendo os militantes encurralados. Enquanto isso, cerca de 1.500 militantes de movimentos sociais como o MST e centrais sindicais realizavam uma marcha em Belo Horizonte. Os manifestantes param em frente ao prédio do IPSEMG em apoio aos militantes que ocupam o prédio e se encontram cercados pela polícia.

O vice-reitor da UnB, João Batista de Sousa, assume a direção do HUB no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). A diretoria do hospital apresentou no dia 2 de maio ao reitor José Geraldo Júnior um pedido de demissão coletiva alegando divergências com a administração da universidade sobre a MP 520. O texto prevê a criação de uma empresa para gerir os hospitais universitários, que ficam sob comando do MEC. Sousa ficará no posto interinamente até que o reitor escolha o substituto definitivo.

Doze trabalhadores em condições análogas á de escravos são resgatados em Vacaria, no Rio Grande do Sul (região Sul), por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. A operação teve início no dia 28 de abril e terminou neste dia 3. Os trabalhadores estavam em uma propriedade rural localizada a aproximadamente a 20 kms. do centro de Vacaria. O grupo trabalhava no corte e na extração de pinus eliotti. A maioria dos trabalhadores estava alojada na propriedade “sem as mínimas condições de higiene e conforto, evidenciando situação de degradância”, informou o gerente do Trabalho e Emprego em Caxias do Sul, Vanius João de Araujo Corte. No grupo havia cinco menores, dois com idade inferior a 16 anos. Todos estavam desacompanhados dos responsáveis. Segundo Vanius, esse fato agravou ainda mais a situação, porque as atividades

desenvolvidas no local constam da lista das piores formas de trabalho infantil, sendo proibidas para menores de 18 anos. No local não havia banheiros e as acomodações não eram apropriadas para repouso e refeições. Os resgatados também não tinham a Carteira de Trabalho assinada ou qualquer tipo de formalização do contrato de trabalho. Os trabalhadores foram imediatamente afastados da atividade e o proprietário arcou com o pagamento de R\$ 25 mil em indenizações das verbas rescisórias. O valor foi pago em espécie, na presença dos auditores fiscais. Os trabalhadores resgatados receberam formulários para encaminhamento do pedido de seguro-desemprego.

Médicos e trabalhadores da saúde da Bahia (região Sudeste) deflagram greve. Os trabalhadores acusam o governo de ignorar o movimento e de suspender as negociações sobre a revisão do Plano de Cargos e Salários e sobre a correção da Gratificação de Incentivo à Docência e do não pagamento da Unidade Real de Valor –já conquistada na Justiça.

4º feira 04

Médicos e demais servidores da saúde na Bahia (região Nordeste) fazem uma grande manifestação em frente à Secretaria da Saúde (Sesab). Os trabalhadores reivindicam responsabilidade do governo de Jacques Wagner e do secretário Jorge Solla pela dificuldades enfrentadas na saúde do estado. A greve dos médicos e trabalhadores da saúde da Bahia, que teve início no dia 3 de maio, vem crescendo e se fortalecendo a cada dia. Durante a manifestação os trabalhadores lotaram a área externa da Sesab e rebateram os dados oficiais divulgados pelo governo, promovendo um apitaco e cantando músicas acusando a gestão de humilhar os trabalhadores, ignorando as reivindicações das diversas categorias, sobretudo os profissionais das áreas técnica e administrativa.

5º feira 05

O Supremo Tribunal Federal (STF) decide pelo o reconhecimento da união estável homoafetiva. O placar foi conquistado com o voto favorável do ministro Gilmar Mendes, o sexto da sessão. Ele reconheceu o direito à inclusão dos casais homossexuais no regime jurídico da união estável, mas não quis se pronunciar sobre a extensão dos efeitos. Na sequência, a ministra Ellen Gracie deu o sétimo voto pela legalidade da união homossexual. Mendes abriu o voto com críticas ao Congresso Nacional pelo fato de os parlamentares não terem regulamentado a união homoafetiva. Ele afirmou que o STF está suprimindo uma lacuna deixada pelo legislador, mas que não pode ir tão longe no detalhamento das situações quanto poderia ocorrer com a sanção de uma lei específica. Mendes também afirmou que a Corte tem obrigação de dar uma resposta para proteger os casais homossexuais, que ainda são vítimas de preconceito e violência. “O limbo jurídico contribui inequivocamente para que haja um quadro de maior discriminação. É dever do Estado a proteção e dever da jurisdição dar essa proteção se, de alguma forma, ela não foi concebida pelo legislador”. O coordenador de Projetos do Grupo Arco-Íris no Rio de Janeiro, Cléber Vicente, disse que a decisão do STF de reconhecer, por unanimidade, a legalidade da união homossexual estável é “uma conquista histórica. Segundo ele, no entanto, essa decisão do STF não resolve as questões que motivam a luta pelo direito à cidadania do movimento homossexual brasileiro, mas é uma primeira conquista: “agora nós temos que partir para o Congresso Nacional para conseguir aprovar a união civil. A gente conseguiu um parecer favorável no STF em relação às uniões homoafetivas e a gente precisa conseguir a união civil no Brasil”.

Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na Paraíba (região Nordeste) decidirem entrar em greve. Cerca de 20 mil estudantes estão sem aula. A principal reivindicação da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (ADUEPB) é o cumprimento, por parte do governo do estado, da Lei de Autonomia Financeira da UEPB. Segundo o presidente da

ADUEPB, José Cristovão de Andrade, em dezembro não houve repasse dos R\$ 19 milhões aos quais a universidade teria direito. Em 2011, já sob administração do governador Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), de acordo com Andrade, os valores destinados à UEPB foram diminuídos e não atingiram o percentual de autonomia previsto em lei. “Vínhamos tentando negociar desde janeiro. Ontem, após assembleia com todos os professores, a maioria decidiu pela greve”, disse o presidente da entidade. Atualmente, a UEPB conta com 1.200 professores e 600 funcionários, além dos 20 mil estudantes. Depois de se reunir com a reitora da universidade, Marlene Alves, Coutinho diz ter compromisso com a autonomia da instituição. Segundo o governo do estado, Coutinho se comprometeu a efetuar o pagamento da verba referente ao mês de dezembro de 2010 e a recalcular o valor do repasse de 2011.

6º feira 06

Um grupo de 150 trabalhadores sem-teto de 18 estados do país ocupa a entrada do prédio do Ministério das Cidades, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação impediu a entrada de servidores e visitantes. Segundo representantes do movimento Resistência Urbana –entidade que reúne organizações sociais de luta por moradia de todo o país– a ocupação foi a forma encontrada para cobrar do governo federal respostas às reivindicações apresentadas pelo grupo em setembro de 2010. Uma comissão formada por 18 representantes do movimento se reuniu com o secretário de Programas Urbanos do ministério, Norman Oliveira, e com a secretária executiva do Conselho das Cidades, Marta Morosini. Além de reivindicar a construção de moradias populares e a destinação de mais recursos do programa federal Minha Casa, Minha Vida para as entidades sociais, o grupo pediu uma solução para conter o que classificam como uma onda de despejos.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, informa à presidenta Dilma Rousseff que a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte), não vai afetar nenhuma comunidade indígena. Lobão entregou à presidenta um relatório no qual informa que a comunidade indígena mais próxima do lago que se formará com o represamento do rio fica a 31 kms. de distância. A construção de Belo Monte vem sendo alvo de polêmica envolvendo a indígenas, ao Ministério Público, às Organizações Não Governamentais (ONG) e até a comunidade internacional. Em abril, o Brasil foi notificado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que sugeriu a paralisação do processo de licenciamento da obra até que as comunidades indígenas afetadas sejam ouvidas. No dia 5 de maio, Lobão participou de uma reunião com índios no Palácio da Alvorada, organizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele foi criticado pelas lideranças indígenas, que não querem que Belo Monte seja construída.

Sábado 07

Cerca de 500 pessoas participam da Marcha da Maconha na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes saíram do Leblon e percorreram a orla até o Arpoador. Os manifestantes reivindicam a legalização da maconha e um debate mais amplo sobre a política de drogas. O líder da Banda Detonautas, Tico Santa Cruz, disse que apóia a manifestação porque acredita que os artistas também têm responsabilidade no debate sobre a descriminalização da maconha. A diretora da World Federation Against Drugs e presidente da entidade Brasileiros Humanitários em Ação (BRAHA), Mina Carakushasny, especialista em prevenção ao uso de drogas, disse que a toxicidade da maconha está bem estabelecida experimentalmente e clinicamente. “A droga afeta o sistema nervoso central, o pulmão, a imunidade e a função reprodutiva”, disse. Mina afirma que a maconha é uma porta de entrada para outras drogas. “Pessoas que usam maconha não usam necessariamente outras drogas, mas todas as que usam cocaína, heroína, ecstasy, crack, começaram

usando maconha”, afirmou. A Marcha da Maconha foi autorizada pela Justiça estadual pelo terceiro ano consecutivo. Em 2008, a manifestação foi proibida. O advogado do movimento, André Barros, conseguiu um *habeas corpus* para que ninguém fosse preso durante a manifestação. “A Constituição Federal garante o direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão e, para exercer esse direito, a Constituição também garante o direito de reunião. Nós estamos aqui lutando contra esse atraso da humanidade que é proibir a maconha, que inclusive é remédio para diversos tipos de doença”, afirmou.

Centenas de pessoas participam de uma passeata, em Realengo no Rio de Janeiro (região Sudeste), pedindo o fim da violência e a paz na comunidade. A manifestação marca um mês da tragédia na Escola Municipal Tasso da Silveira. Vestidos com camisetas que traziam estampadas as fotos das 12 vítimas do massacre, os 250 manifestantes cantaram o Hino Nacional. A manifestação também teve o objetivo de pedir mais segurança para as escolas do município do Rio e, principalmente, as do bairro de Realengo.

4º feira 11

Cerca de 700 militantes sem-terra ligados ao MST ocupam a sede da prefeitura da cidade de Boa Vista do Tupim – Bahia (região Nordeste). O objetivo dos militantes é negociar com o prefeito uma pauta de reivindicações; dentre elas, melhorias nas áreas de educação, saúde, abastecimento de água e estradas para os assentamentos e acampamentos da cidade.

Índios da etnia Terena mantêm refém, na terra indígena Buriti, em Sidrolândia, segundo o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), a Edson Fagundes. Eles reivindicam a nomeação de um índio para um cargo no órgão. Fagundes fazia uma visita de rotina à área quando foi surpreendido pela manifestação. A Polícia Federal encaminhou uma equipe para negociar a liberação do coordenador. “O coordenador está sendo mantido de forma tranquila e não há qualquer conflito. Ele come e bebe normalmente, só não pode sair”, disse o cacique Valcélio Figueiredo. A saída de Fagundes está condicionada, segundo o cacique, ao atendimento de reivindicações que incluem a substituição do atual chefe de posto, Samuel Dias, por um nome indicado pelos índios. Outra demanda diz respeito ao processo de demarcação da terra indígena –que teve sua área declarada em setembro do ano passado, com 17 mil has. “Queremos mais rapidez na retirada dos fazendeiros que ocupam a nossa terra”, disse o cacique. “Assim que tivermos uma proposta para negociar, a manifestação termina”.

Trabalhadores em educação de 41 entidades de todo o país ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) paralisam as atividades e fazem um protesto em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho e o cumprimento do piso salarial nacional. Os trabalhadores também reivindicam a aprovação ainda este ano do Plano Nacional de Educação (PNE) e a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. No fim da manhã, cerca de 150 professores visitaram o gabinete dos parlamentares para entregar o documento com as principais reivindicações dos profissionais. Recentemente, o STF considerou constitucional a lei que criou, em 2008, o piso do magistério. Para o presidente da CNTE, Roberto Leão, agora é preciso fazer com que a lei seja respeitada. Para o presidente da CNTE, Roberto Leão, e que o governo priorize a educação. “São escândalos a toda hora, é desvio de merenda escolar, dos recursos do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica], desvio de função de educadores; se não houver valorização da educação e dos professores, a carreira vai acabar, pois não vai atrair novos profissionais, os jovens hoje não querem mais ser professores”, disse. A CNTE vai manter a mobilização de profissionais da educação durante toda a semana.

Professores da rede pública de vários estados brasileiros interrompem as atividades para reivindicar aumento de salário e melhores condições de trabalho. No Paraná (região Sul), os 85 mil professores da rede estadual encerram o dia letivo às 10hs. Em pelo menos 28 municípios, há adesão também da rede municipal. Além de reivindicar a aplicação do piso salarial nacional, no estado os professores também defendem melhorias nas condições de saúde dos educadores, como um novo sistema de atendimento à saúde, com foco na prevenção do estresse e de doenças relacionadas. O sindicato dos professores do Paraná também entregou ao governador e aos prefeitos das principais cidades uma carta-manifesto reivindicando a aplicação imediata do piso nacional. Atualmente no Paraná, um professor recebe R\$ 1.084 por 40 hs. de trabalho. Com o piso, o valor subiria para R\$ 1.187. O governador se comprometeu a fazer o repasse o mais breve possível. No Rio Grande do Sul (região Sul), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação estima que cerca de 70% das escolas estaduais aderiram à paralisação. No Espírito Santo (região Sudeste), professores das redes municipais de Vitória e Serra pararam. Em Vila Velha, Cariacica e Guarapari, os educadores estão em greve desde o início do mês de maio. Em Goiás (região Centro-oeste), cerca de 20% das 1.095 escolas estaduais não tiveram aula. Em Goiânia – Goiás, cerca de metade das escolas fecharam. Pela manhã, houve uma manifestação em frente ao Tribunal de Justiça, em que os professores pediram reajuste de salários. Em Tocantins (região Norte), segundo a Secretaria Estadual de Educação, a paralisação ocorre em 9 das 547 escolas da rede estadual. Cerca de 6 mil alunos estão sem aula. A maior adesão ocorre na capital, Palmas, onde 7 das 26 escolas estaduais não tiveram aulas. Ainda de acordo com a secretaria, em alguns casos houve adesão de professores da rede municipal também, mas não há estimativa de quantos profissionais paralisaram as atividades. Em Santa Catarina (região Sul), 189 mil alunos da rede estadual foram atingidos pela paralisação (27% do total), segundo a Secretaria da Educação. Ainda de acordo com a secretaria, 8.402 dos 39,1 mil professores não dão aulas hoje. O sindicato da categoria, porém, afirma que a paralisação foi de 90%. No Maranhão (região Nordeste), onde os professores estaduais estão em greve há mais de 70 dias, foi organizada uma caminhada na região central de São Luís para marcar o dia de paralisação nacional. O sindicato dos trabalhadores da educação disse que os dias parados estão sendo descontados dos salários dos professores. Eles reivindicam a aprovação do Estatuto do Educador e a desistência da ação judicial contra o sindicato, além do pagamento do piso nacional. Em Pernambuco (região Nordeste), cerca de um milhão de alunos estão sem aulas devido à paralisação dos professores do estado e da rede municipal de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado, as atividades nas escolas voltam ao normal no dia 12 de maio. No Piauí (região Nordeste), o sindicato estima que houve paralisação em todo o Estado, com adesão de cerca de 80% dos professores estaduais. Na Paraíba (região Nordeste), sindicatos e o governo divergem sobre o número de escolas que suspendem as aulas no estado. De acordo com o governo, o 70% das escolas estaduais funcionam normalmente. Já os dois principais sindicatos de professores e trabalhadores em educação afirmam precisamente o contrário: que o 70% das escolas fecharam. O estado tem cerca de 400 mil alunos na rede pública estadual. O governo afirma não saber quantos alunos estudam nas escolas que suspenderam as aulas e foram prejudicados pela greve. Em assembleia, os dois principais sindicatos da categoria decidiram continuar com a greve, iniciada em 2 de maio. Os grevistas exigem que seus salários sejam equiparados aos rendimentos do piso nacional de professores. Até o momento, o governo, que afirma não ter como aumentar os salários por falta de verba, propôs para os professores uma bolsa no valor de R\$ 230 para equiparar temporariamente os pagamentos. A proposta, que num primeiro momento chegou a ser aceita pelos sindicatos, acabou depois sendo rejeitada. Agora, o governo afirma que não vai voltar a negociar enquanto a greve continuar. No Rio Grande do Norte (região Nordeste), o sindicato da categoria afirma que o 100% dos professores da rede municipal interromperam as atividades hoje. Na rede estadual, o 93% dos professores estão em greve desde o dia 2 de maio. No Pará (região Nordeste), o Sintepp (sindicato dos trabalhadores em educação pública) estima que 1.300 escolas tenham ficado sem aulas –dessas, 900 são da rede estadual. Para a Secretaria de Educação, o número é menor: 425 escolas estaduais pararam, a maioria delas (250) na região metropolitana de Belém.

Servidores públicos federais se reúnem em assembleia em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores pedem a equiparação de salários de todos os cargos de nível superior com os dos integrantes das carreiras contempladas com a remuneração especial, criada recentemente pela Lei 12.277/10, além da aprovação da data-base para todos servidores federais e o incentivo à qualificação. Os servidores protestam ainda contra o Projeto de Lei (PL) 248/98, que prevê a perda do cargo público por insuficiência de desempenho. O diretor geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal, Carlos Bessa, alega que a demissão contraria o princípio da estabilidade. “A gente não pode ser demitida como qualquer outro que não fez concurso. Além disso, creio que com a aprovação do PL muitos servidores poderiam ser demitidos simplesmente por perseguição, pois os chefes poderiam alegar insuficiência de desempenho”, disse. “Não somos contra a avaliação de desempenho, desde que ela seja feita para capacitar os servidores e não para demiti-los”, justificou Bessa.

5º feira 12

Moradores de municípios da serra do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) participam de um protesto durante a madrugada na Praia de Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro. Os manifestantes protestaram para lembrar os mortos durante a enxurrada que atingiu a região há 4 meses. O grupo fincou 2 mil cruzeiros na areia e modificou a paisagem de uma das praias mais famosas da cidade. No dia 12 de janeiro, um forte temporal caiu na região, destruindo parte de sete municípios. Enxurradas e deslizamentos de terras deixaram milhares de pessoas desabrigadas e pelo menos 900 pessoas mortas, principalmente em Teresópolis e Nova Friburgo. Os moradores pediram mais agilidade para reconstruir as áreas atingidas e reclamaram que em muitos locais o cenário ainda é de destruição.

A Comissão de Agricultura do Senado aprova em caráter terminativo o projeto de lei que regulamenta a produção de agrotóxicos genéricos no país. O relator da matéria, senador Waldemir Moka, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-MS), argumentou que a proposta irá estimular a produção desse tipo de produto e implicará na queda dos preços dos alimentos no país, além de fortalecer a competitividade do setor. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados. De autoria do ex-senador Heráclito Fortes, o projeto de lei que regulamenta a produção de agrotóxicos genéricos altera a Lei dos Agrotóxicos. No relatório, Moka explicou que projeto impõe a adoção da nomenclatura do princípio ativo do produto técnico no receituário agrônomo e, nas compras feitas pelo Poder Público, deverá ser dada preferência ao defensivo agrícola genérico, quando houver igualdade de preços. O relator acrescentou ainda que o Brasil usa anualmente mais de 600 mil toneladas de defensivos agrícolas na plantio de alimentos e que o produto tem impacto direto no preço. “É suficiente, para nos posicionarmos favoravelmente ao projeto, a expectativa dos efeitos positivos advindos da redução dos custos de produção pela disponibilidade de mais produtos defensivos concorrentes, do aumento da oferta de produtos agrícolas e da redução do preço dos alimentos”, diz trecho do relatório.

Cerca de 100 familiares participam de uma passeata no centro de São Paulo – SP (região Sudeste) em homenagem aos mortos e desaparecidos nos ataques de maio de 2006, atribuídos a confrontos entre integrantes da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e policiais. As manifestantes lançaram na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo o livro *Do Luto à Luta*, com depoimentos de parentes das vítimas e poesias e textos de vários artistas moradores das periferias das cidades paulistas. O ouvidor da polícia, Luiz Gonzaga Dantas, apresentou hoje um balanço sobre os casos denunciados ao órgão sobre os crimes entre os dias 12 e 21 de maio de 2006. Segundo ele, ocorreram 54 casos de autoria desconhecida, com 89 vítimas. Desse total, 38 casos

foram arquivados sem identificação da autoria do crime. Doze deles continuam em andamento. Com relação aos casos de resistência seguida de morte, foram denunciadas 48 ocorrências, com 79 vítimas. Desse total, 37 foram arquivados, nove estão em andamento e, em dois casos, quatro policiais militares e um civil foram denunciados e estão aguardando recurso. “Segundo dados que a ouvidoria tem, [os criminosos] eram pessoas que apareciam com botas de polícia, camiseta preta e tocas ninjas. Normalmente, o que ocorria era o seguinte: passava um carro da polícia, devagar, para fazer o reconhecimento. Dez minutos depois, vinham motos e carros com as ninjas atirando. Eles recolhiam as cápsulas e iam embora. Segundo as denúncias, havia características de policiais”, descreveu o ouvidor. “Uma das propostas que estamos fazendo à Secretaria de Segurança Pública (do estado) é que seja proibido o socorro por policiais às pessoas feridas quando estão em confronto com a polícia. A ouvidoria acredita que, adotando esse procedimento, a letalidade vai diminuir porque os policiais vão temer, no momento em que eles estão alterando a cena do crime, serem responsabilizados”, disse Dantas. Já o movimento Mães de Maio pretende fazer uma campanha contra a tipificação existente em inquéritos policiais do termo resistência seguida de morte. Outra campanha é o pedido de federalização da investigação dos crimes. Caso isso não ocorra, as mães pretendem acionar a Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo o ouvidor da polícia, em 2010 houve 495 mortes provocadas por policiais de São Paulo sob a tipificação de “resistência seguida de morte”.

Aproximadamente 30 mães realizam o “mamaço”, manifestação promovida no Facebook depois que a antropóloga Marina Barão, de 29 anos, foi proibida de amamentar a seu filho Francisco, de três meses, no saguão do Itaú Cultural, na avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste) em março. “Dar de mamar não é um ato obsceno, mas natural, e temos o direito de fazer isso em qualquer lugar”, disse a tradutora Laura Lopez, de 32 anos, que participou do ato que contou com o apoio do Itaú Cultural. A entidade mudou a postura após o episódio, considerado um erro já corrigido. Eduardo Saron, diretor da instituição, pediu desculpas a todas as mães. Ele disse que a proibição da amamentação foi um erro, pois as pessoas são proibidas de se alimentarem no espaço, mas agora a regra já prevê uma exceção à amamentação.

6º feira 13

Indígenas da etnia Kaiowá Guaraní ocupam território na região de Laranjeira Nhandaru, na cidade Rio Brillhante – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os indígenas reivindicam que a área seja demarcada. Esse território pertencia originalmente a eles, que foram expulsos da região.

O Sindicato dos Bancários do município do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) promove no centro da cidade um ato público para protestar contra o racismo no setor bancário. A manifestação marca os 123 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888. De acordo com o presidente do sindicato, Almir Aguiar, o objetivo do movimento, programado para ocorrer também em outros estados, é denunciar que apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores desde a abolição persistem o preconceito e a discriminação racial. Ele destacou que os dados do *Mapa da Diversidade*, levantamento desenvolvido pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) em 2009, confirmam o que a categoria –que conta com 450 mil profissionais em todo o país– percebe no dia a dia. “A população negra representa cerca de 36% da população economicamente ativa no Brasil. No setor bancário, essa discrepância é ainda maior: eles são apenas 19% do total. Além disso, somente 4,8% dos bancários que ocupam cargos de chefia são negros.”. O economista Marcelo Paixão, coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destacou que esse cenário não se limita ao setor bancário, mas se estende a outros segmentos produtivos. Segundo Paixão, a situação descrita é produto de um modelo de relações raciais que desvaloriza pessoas com formas físicas diferentes do que se vê na classe dominante, como pele

escura e traços físicos típicos da população negra. Ele ressaltou que uma das ações para vencer esse obstáculo é a promoção de políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho. Paixão acredita que, dessa forma, as categorias profissionais podem corresponder de forma mais equilibrada ao nível de diversidade do povo brasileiro.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e o Sindicato dos Bancários de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) promovem manifesto contra o preconceito e pela contratação de negros e pessoas com deficiência em todos os bancos do país. Segundo o diretor do sindicato, Wadson Boaventura, os bancos são preconceituosos. “Os negros que temos hoje no setor bancário estão ali por causa de um concurso público. Bancos privados não contratam negros”, disse.

Representantes do movimento negro, de ONGs e de órgãos públicos como a Fundação Palmares e o Ministério da Cultura participam de uma caminhada, seguida de feijoada, na zona portuária do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da caminhada é chamar a atenção da população para a importância da criação na área do Memorial da Diáspora Africana. As recentes escavações feitas na região para as obras do Porto Maravilha, como é chamado o projeto de revitalização do porto do Rio de Janeiro, propiciaram a descoberta do sítio arqueológico do Cais do Valongo, fato que injetou ânimo nos militantes do movimento negro. De acordo com o historiador Carlos Eugênio Líbano, que há dez anos pesquisa a chamada “Pequena África” – área do centro do Rio hoje conhecida como zona portuária – o Valongo é fundamental para o resgate da diáspora africana nas Américas. “O Valongo foi o único cais do Brasil construído especificamente para receber escravos, e isso num momento em que outros países já haviam abandonado o tráfico negreiro”, disse. Ele lembra que o Brasil foi o país que mais recebeu escravos africanos em todas as Américas, cerca de 4 milhões, e a maior parte deles foi desembarcada no Rio de Janeiro. Ainda segundo Libanio, o termo Pequena África, para designar essa área do centro da cidade, vem do fato de que o Rio, diferentemente da Bahia, recebeu escravos de todo o Continente Africano. A pedra fundamental do Memorial da Diáspora Africana foi lançada no dia 21 de março de 2011, com um ato simbólico promovido por dezenas de organizações governamentais e não governamentais no sítio arqueológico. Desde então, sucessivas reuniões foram feitas, com a participação da Fundação Palmares, para debater a construção do memorial, dentro das obras do Porto Maravilha.

Sábado 14

Cerca de 300 pessoas fecham a avenida Higienópolis, em frente ao shopping Pátio Higienópolis, na zona central da capital de São Paulo – SP (região Sudeste), em protesto contra a desistência do governo do estado de construir uma estação de metrô na avenida Angélica, a principal do bairro. O “Churrascão da Gente Diferenciada”, nome dado ao protesto por seus organizadores, mobilizou estudantes, moradores e integrantes de movimentos sociais, que levaram para a rua cerveja, batucada, frango, farofa e cartazes para protestar contra a decisão do governo. O nome da manifestação surgiu após uma declaração de um morador de Higienópolis em entrevista à *Folha de São Paulo*: “Eu não uso metrô e não usaria. Isso vai acabar com a tradição do bairro. Você já viu o tipo de gente que fica ao redor das estações do metrô? Drogados, mendigos, uma gente diferenciada...”. A concentração começou na praça Villaboim às 13 horas, com batucada e cerveja. Boa parte dos manifestantes, porém, foi para a frente do shopping Pátio Higienópolis. Participaram também do protesto cicloativistas e integrantes do movimento “Passe Livre”, que luta contra o valor das tarifas de ônibus em São Paulo. Eles chegaram a incendiar uma catraca coberta de papel e tecidos na frente do shopping. O promotor Maurício Ribeiro Lopes, que pediu investigação para saber qual é o real motivo da desistência de se construir a estação no local, também estava presente no ato. Segundo ele, é preciso saber se houve pressão de moradores ou se há uma razão técnica para a atitude. “Há indícios que o governo cedeu à vontade de parte dos moradores”, diz o promotor.

2º feira 16

Os estudantes da Universidade Federal de Alagoas do Campus Sertão, em Alagoas (região Nordeste), paralisam as aulas do campus em protesto à forma como têm sido tratados pela reitoria. Funcionando há quase dois anos de maneira improvisada numa escola da rede estadual de ensino, o Campus Sertão não oferece as mínimas condições de funcionamento. Durante todo este tempo os universitários sertanejos têm dividido com a comunidade escolar da Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão e Silva um espaço que já era muito precário. As obras de construção do Campus Sertão se encontram com um atraso de quase dois anos. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), os estudantes, a partir dos Centros Acadêmicos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia conduziram todo o processo de discussão e debates à revelia do Diretório Central dos Estudantes, que assume uma postura governista, contrariando a maioria dos estudantes. Embora seja uma paralisação de advertência, a expectativa é que a mobilização em defesa de uma universidade de qualidade seja permanente.

Integrantes do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, da entidade estudantil Movimento Passe Livre (MPL) e de parentes de vítimas do desmoronamento ocorrido em 2007, em que morreram sete pessoas, acompanham com manifestação a entrega à população da mais nova estação da Linha 4-Amarela do Metrô, a de Pinheiros em São Paulo – SP (região Sudeste). Ao inaugurar a estação, o governador Geraldo Alckmin lamentou a tragédia.

Entidades representantes de movimentos do campo, em reunião no Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), pedem ao governo que o tema do acesso à terra seja central para o combate à pobreza. Nas próximas semanas, o governo deve lançar o programa com o objetivo de erradicar a pobreza, uma promessa de campanha da presidenta Dilma Rousseff. Os camponeses entregaram à ministra do Desenvolvimento Agrário, Tereza Campello, e ao ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, um conjunto de propostas. O principal pedido é que o governo acelere o processo de reforma agrária. O encontro de hoje foi o primeiro promovido pelo governo para apresentar aos movimentos sociais as linhas gerais do plano. Além dos trabalhadores do campo, o governo também quer ouvir movimentos urbanos, igrejas, representantes do agronegócio, o setor industrial e os sindicatos. De acordo com a ministra, esses encontros ocorrerão nesta e na próxima semana. A intenção do governo é lançar o programa no começo de junho.

3º feira 17

Aproximadamente 600 pequenos agricultores e familiares realizam marcha na BR-386, da cidade de Tabaí-Canoas, em direção a Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da marcha é exigir dos governos federal e estadual a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores.

Uma vigília na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) lembra o Dia Internacional contra a Homofobia. A data é comemorada desde 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade –até então tratada como transtorno mental– do seu cadastro internacional de doenças. Projeções nas paredes da Biblioteca Nacional lembraram a necessidade de aprovação do projeto de lei que pretende tornar a homofobia crime, assim como já ocorre com o racismo. O tema da campanha escolhido para este ano é “As Curas que Matam”. Segundo a coordenadora do movimento na América Latina, Jandira Queiroz, as terapias que propõem curar homossexuais em geral são sugeridas por grupos religiosos e ainda têm força nos países da região. A organização estima que no dia de hoje mais de 70 países promoveram atividades ligadas ao tema e 50 milhões de pessoas sejam expostas a mensagens de combate à

homofobia. Durante a vigília foram acendidas 260 velas representando os 260 homossexuais assassinados em 2010 no país, segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia. No Brasil, as entidades deram atenção especial ao Projeto de Lei 122/2006, em tramitação na Câmara dos Deputados, que pretende tornar crime a homofobia. Entidades de defesa dos direitos da população *gay* entregaram hoje à Casa câmara um abaixo-assinado com 100 mil assinaturas de apoio ao projeto. Gays, lésbicas, travestis e transexuais de todo o país pediram ainda a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o casamento civil entre homossexuais. A reunião faz parte do seminário Quem Ama Tem o Direito de se Casar. A PEC, de autoria do deputado Jean Willys (PSOL-RJ), estende aos casais homossexuais os mesmos direitos que têm os heterossexuais. Segundo ele, a ideia do seminário surgiu depois da decisão do Supremo Tribunal Federal de reconhecer a união para casais homossexuais. Para a senadora Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT-SP), essa é uma luta que deve continuar. Ela é relatora, no Senado, do projeto que criminaliza a homofobia.

Cerca de 5 mil trabalhadores rurais participam do Décimo Sétimo Grito da Terra, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar melhorias para o trabalhador do campo e das florestas. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, disse que a manifestação é importante para que o trabalhador do campo tenha inserção social. Entre as principais reivindicações dos manifestantes está o assentamento emergencial de 150 mil famílias acampadas, a criação de uma política nacional de fortalecimento da organização produtiva da juventude no campo, a luta por terra e produção de alimento sem criminalizar o produtor e a garantia de políticas específicas para as mulheres trabalhadoras. Os representantes rurais também participaram da reunião com a frente parlamentar que trata do novo Código Florestal. Durante a marcha, os manifestantes divulgaram dados que mostram que apenas o 1% da população rural tem acesso a rede sanitária, 8,7 milhões de pessoas vivem sem água no campo e o 40% da população do campo nunca havia ido a uma consulta médica em 2008. Segundo Alberto Broch, acordos com 16 ministérios estão em andamento e pelo menos 40 reuniões foram feitas para tratar da reforma agrária no país. O governo anunciou que vai lançar ainda neste mês o programa Água Para Todos.

4º feira 18

Cerca de 5 mil trabalhadores rurais realizam uma manifestação em frente ao Congresso Nacional durante o segundo dia de mobilização do Décimo Sétimo Grito da Terra Brasil, organizado pela Contag. Os manifestantes pedem mudanças no Código Florestal. A Contag reivindica tratamento diferenciado entre o pequeno agricultor e o grande produtor. “É inadmissível tratar igual quem tem 2 mil has. de terra e quem tem 10 has.”, defendeu a vice-presidenta da Contag, Alessandra Lana. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondônia, Lázaro Aparecido, alguns pontos do Código Florestal inviabilizam a agricultura familiar. “Na Amazônia Legal devem ser preservados 80% da área. Para quem tem 20 has. só sobram quatro [para plantar]. Assim não há condições de trabalhar”, disse Aparecido. O governo anunciou hoje, último dia do Grito da Terra Brasil 2011, a redução de juros para financiar a pequena produção rural e a criação de uma política de garantia de preços mínimos exclusiva para os agricultores familiares. O Palácio do Planalto também decidiu manter a destinação de R\$ 16 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na safra 2011-2012, por meio do qual são financiadas as operações de custeio, comercialização e investimento. As medidas foram anunciadas após reunião da presidenta Dilma Rousseff com lideranças da Contag. No dia 1 de abril, elas haviam encaminhado á presidenta a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil 2011. As taxas de juros para crédito de investimento por intermédio do Pronaf B, destinadas aos agricultores de mais baixa renda, variarão entre 0,5% e 2% ao ano. Antes, oscilavam entre 1% e 4%. Já o valor de R\$ 16 bilhões corresponde à reivindicação dos agricultores familiares e é o mesmo montante liberado para o Pronaf na safra

passada. Na temporada 2010-2011, os pequenos agricultores tomaram empréstimos que totalizaram R\$ 11 bilhões. Prevendo aumento na procura de crédito neste ano, eles pediram a manutenção dos R\$ 16 bilhões. A Política de Garantia de Preços Mínimos voltada exclusivamente aos agricultores familiares será adotada a partir da próxima safra. A medida foi considerada uma conquista pelo presidente da Contaf, Alfredo Broch. O governo anunciou ainda que será criada uma superintendência na Caixa Econômica Federal para trabalhar com habitação rural. Também será antecipada para os meses de junho e julho a liberação de R\$ 530 milhões para compra de terras da reforma agrária que estavam previstos no orçamento para serem disponibilizados ao longo do ano de 2011. Antiga reclamação dos pequenos produtores, a falta de unificação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) entre os estados e municípios será resolvida. Com isso, os agricultores familiares poderão vender para outros estados produtos como queijos e doces. “Em 30 dias será publicada a normatização das regras para que estados e municípios possam aderir a um único sistema”, disse Afonso Florense.

Militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) se reúnem em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) com representantes do governo. Os militantes apresentam uma pauta de reivindicação da jornada nacional de luta do MPA. Dentre as reivindicações estão um crédito subsidiado para produção de alimentos, investimentos para comercialização e um beneficiamento da produção, energia elétrica de qualidade e com tarifas reduzidas, moradia digna para as famílias camponesas, adequação da legislação sanitária para a comercialização da produção camponesa, rebate nas dívidas dos pequenos agricultores e educação adequada à realidade das famílias no campo. A jornada reúne a cerca de 15 mil camponeses em 10 estados do país.

Mais de 5 mil pessoas, segundo os organizadores, participam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), da Segunda Marcha Nacional contra a Homofobia e pela aprovação do Projeto de Lei 122, que a criminaliza. O evento foi organizado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). O objetivo da passeata foi chamar a atenção das autoridades e da opinião pública para a realidade de opressão, marginalização, discriminação e exclusão social vivida pelos homossexuais em todo o mundo. Segundo o presidente do Grupo Elos LGBT e coordenador da marcha, Evaldo Amorim, os homossexuais querem igualdade de direitos, fim da discriminação, fim da violência, cidadania plena, reconhecimento social e respeito. A concentração começou em frente à Catedral Metropolitana de Brasília, um dos principais monumentos do arquiteto Oscar Niemeyer. Depois de um ato no gramado em frente ao Congresso Nacional, os participantes da marcha deram um abraço coletivo na sede do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, para agradecer a decisão da Corte de reconhecer como legal a união estável homossexual.

Cerca de 3 mil pequenos agricultores militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o MST e o MPA, que integram a Via Campesina, realizam uma marcha na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes reivindicam que o governo federal faça a renegociação das dívidas da agricultura familiar.

5º feira 19

Cerca de 800 famílias de sem-teto ligadas a movimentos que reivindicam moradia popular ocupam três imóveis em São Paulo — SP (região Sudeste). Segundo os sem-teto, são 600 famílias em um prédio abandonado há mais de 10 anos e que pertence ao governo federal, na Rua São Joaquim, região da Liberdade, no centro. Mesmo com dois soldados do Exército fazendo a segurança do local, os sem-teto ocuparam o interior do prédio. Outras 400 famílias ocupam outro imóvel de 13 andares, na altura do nº 125 da rua Conselheiro Crispiniano, também no centro. O prédio, segundo as famílias, foi adquirido pela Secretaria do Patrimônio da União para moradia popular há um ano e

meio e até o momento não teve suas obras de reforma iniciadas. Minutos após a ocupação, guardas civis metropolitanos foram até o local e retiraram as famílias, segundo elas, com violência. Outra ocupação ocorre em um terreno e um galpão, ambos vazios e localizados na altura do nº 1.099 da avenida Rangel Pestana, no Brás. Segundo o grupo, os imóveis pertencem ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e já estariam comprometidos há mais de 12 anos com um projeto de construção de moradias populares. Por volta das 23:45 hs. do dia 18, pelo menos outras 100 famílias tentaram também ocupar um prédio particular de 6 andares, vigiado por seguranças particulares, na altura do nº 85 da rua Professor Romeu Pellegrini, na Vila Santa Eulália, região do Ipiranga, zona sul. O movimento reivindica a desapropriação do imóvel. Parte destas famílias, que não conseguiram entrar no prédio se deslocou para a frente do imóvel localizado na Conselheiro Crispiniano. A União Nacional por Moradia Popular pretende realizar hoje pelo menos 23 manifestações em 12 estados –para reafirmar a luta pelo Direito à Moradia e à Cidade, na defesa da participação popular, da reforma urbana e da autogestão nas políticas públicas. Em nota, o movimento afirma a necessidade urgente do desenvolvimento de uma política habitacional.

Cerca de 3 mil pequenos agricultores militantes do MAB, o MST e o MPA, que integram a Via Campesina, realizam uma marcha na cidade de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação, marca o encerramento dos atos em prol da renegociação das dívidas dos pequenos agricultores. O movimento avalia como positivos os resultados obtidos na reunião com o governador Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT).

6º feira 20

Metalúrgicos de montadoras do Brasil aproveitam o bom momento que o setor atravessa –com produção e vendas em alta– para cobrar parte na divisão do lucro das empresas. Os metalúrgicos da General Motors (GM) de São José dos Campos, no Vale do Paraíba – São Paulo (região Sudeste), fazem uma greve de advertência de 24 hs. e ameaçam cruzar os braços por tempo indeterminado no próximo dia 23. Na fábrica da montadora em São Caetano do Sul, no ABC paulista, a paralisação foi de 4 hs. –duas no turno da manhã e outras duas no da tarde. Os trabalhadores querem que a GM pague R\$ 12 mil em Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) este ano. A oferta da empresa é de R\$ 9 mil. A conquista de parcelas cada vez maiores nos lucros ou resultados das empresas é hoje um dos principais itens da pauta de negociações entre empresas e sindicatos, ao lado do aumento real de salários. Neste ano, a venda de veículos estabeleceu um novo recorde para um primeiro quadrimestre. Elas cresceram 4,5% em relação à igual período de 2010. Para este mês, a expectativa do setor é de novo recorde. As vendas devem ficar ao redor de 300 mil unidades, atingindo o melhor resultado para um mês de maio no país. O emprego, em geral, também está em alta no país. Na briga por uma PLR maior, os metalúrgicos do Paraná (região Sul) na fábrica de caminhões e ônibus da Volvo, em Curitiba, fizeram três dias de greve e a empresa concordou com a reivindicação dos trabalhadores, comprometendo-se a pagar o maior valor de PLR do país. Cada um dos 3,2 mil operários da montadora vai receber R\$ 15 mil. Já na Renault, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, não foi preciso fazer greve. A simples ameaça de parar a produção fez com que a montadora atendesse a reivindicação de R\$ 12 mil em PLR. As duas montadoras, no Brasil, têm fábricas apenas em Curitiba, onde o movimento sindical é forte. No caso da Volkswagen, a fábrica de Curitiba enfrenta uma greve que já dura cerca de 15 dias, por não aceitar o valor reivindicado pelos trabalhadores. A direção da Volkswagen já avisou que não vai ceder aos sindicalistas. A empresa estaria disposta a enfrentar mais de um mês de greve.

O movimento de luta pela moradia União pela Moradia Popular (UMP) ocupa um prédio do INSS na rua Marechal Deodoro, 1.290 –centro de Curitiba – Paraná (região Sul). Segundo os sem-teto o imóvel não cumpre a função social e está há mais de 10 anos vazio. Aproximadamente 100 representantes de associações de bairros, resistem no prédio. A ocupação está ligada ao ato nacional

de luta pela moradia popular, que ocorre simultaneamente, em 12 estados. A idéia é pressionar ao governo federal para a liberação de fundos destinados à moradia popular que estão retidos desde o ano 2009. Curitiba tem um déficit de 270 mil moradias, que o movimento diz ser mais de 500 mil, uma fila de pelo menos 70 mil famílias, rebatido também pelo movimento que aponta mais de 250 mil famílias. Em contraste, existe um vazão urbano contendo mais de 62 mil imóveis sem cumprir a função social para 34 mil famílias desabrigadas. No entorno da cidade de Curitiba existem moradias “irregulares” –vilas inteiras ao longo dos rios e áreas de mananciais, que sofrem todo o tipo de exclusão. Normalmente, não há negociação por parte da prefeitura, que age com violência realizando despejos forçados, como por exemplo, a desocupação no bairro Fazendinha, em 2009.

Professores e funcionários de Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia de São Paulo (Fatecs) fazem manifestação na avenida Paulista, centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Eles estão em greve desde o dia 13 de maio e reivindicam um reajuste salarial. Os manifestantes saíram do vão livre do Masp e seguiram até a sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do estado. De acordo com a Polícia Militar, o protesto conta com cerca de 300 pessoas e é pacífico. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) o ato chegou a ter 2 mil manifestantes, entre professores, funcionários e estudantes. A principal reivindicação dos grevistas é o reajuste salarial –de um 58% no caso dos professores e de um 71% no caso dos funcionários. O governo oferece um 11% de reajuste mais uma progressão que já está prevista na carreira e atingia a uma pequena parcela da categoria. As Etecs e Fatecs são administradas pelo Centro Paula Souza. Em nota, o Centro Paula Souza afirma que “o governo do Estado de São Paulo repudia o movimento grevista, uma iniciativa claramente política, patrocinada pelo sindicato no momento em que o governo demonstra seu compromisso com a valorização do ensino técnico e tecnológico”.

Domingo 22

Aproximadamente mil pessoas participam da Marcha da Maconha no Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes reivindicam a legalização da maconha e uma mudança da política de drogas no país. A polícia informou que a caminhada acontece de forma pacífica.

2º feira 23

O MST, as ONGs Greenpeace, WWF e Pau Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica realizam uma manifestação com cerca de 1500 pessoas na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A mobilização fez parte do Viva a Mata 2011, e tem por objetivo denunciar o projeto de reforma do Código Florestal.

Cerca de 200 professores da rede estadual fazem uma manifestação em Joaçaba, no Meio-Oeste de Santa Catarina (região Sul). A passeata teve início na Praça da Catedral, no centro da cidade. Os professores seguiram até a Gerência Regional de Educação (Gered), onde entregaram uma pauta de reivindicações à gerente de educação. Eles reivindicam um acordo salarial entre a categoria e o estado. Nos 13 municípios de abrangência da Gered, professores de 21 escolas estão em greve parcial ou total. Além do piso nacional, eles querem outras melhorias. O plano de cargos e salários é uma delas, segundo Lourdes Tersch, diretora executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) em Joaçaba. Ela salienta que, entre as reivindicações, também é necessária a realização de novo concurso para contratação de professores. A gerente regional de Educação, Maria Doré, garantiu que vai tentar contato com o secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi.

3º feira 24

Integrantes do MST, o MPA, a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o MAB, a CUT e as ONGs Greenpeace, WWF e SOS Clima Terra, com cerca de 1.500 militantes realizam uma marcha na Esplanada dos Ministérios na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo da marcha é protestar contra a votação da reforma do Código Florestal. Os militantes foram barrados pela Polícia do Senado, ao tentar ingressar no Congresso Nacional.

João Cláudio e Maria do Espírito Santo são mortos a tiros em uma estrada vicinal que leva ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, na comunidade de Maçaranduba 2, a 45 kms. do município de Nova Ipixuna – Pará (região Norte). O nome do casal estava na relação de pessoas ameaçadas de morte entregue, em 2009, ao Ministério da Justiça. No mesmo dia 24 de maio, a presidenta Dilma Rousseff determinou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que a Polícia Federal (PF) seja acionada para investigar o assassinato dos dois líderes, ligados ao Conselho Nacional dos Seringueiros no município de Nova Ipixuna. Além da PF, o Ministério Público Federal e a Polícia Militar do Pará também estão investigando a morte do casal.

Um grupo de cerca de 300 servidores do Poder Judiciário, em greve por reajuste de salário, realiza uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O grupo passou pelas grades de proteção montadas na Praça dos Três Poderes e atravessou a avenida em frente ao palácio, se concentrando em frente ao espelho d'água. Um assessor da secretaria foi até o grupo e conversou com o coordenador do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijus) do Distrito Federal, Berilo Leão. De acordo com Leão, os servidores querem que o governo sinalize para o Congresso que apóia a aprovação de dois projetos de lei que prevêem um reajuste salarial de 56%. De acordo com o coordenador, um analista do Judiciário recebe R\$ 10,2 mil em final de carreira, salário menor, segundo ele, que o dos analistas de outros poderes. Se aprovado o aumento, o salário dos analistas do Judiciário passaria para R\$ 16,3 mil. Os servidores também querem o mesmo percentual de reajuste para os cargos técnicos que, atualmente, têm vencimentos de R\$ 6,1 mil. Nesse caso, o salário passaria para quase R\$ 10 mil.

A Câmara dos Deputados aprova por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção o novo Código Florestal. Apenas o PSOL e o Partido Verde (PV) recomendaram voto contrário à matéria. Aprovado o texto-base, os deputados rejeitaram, de uma só vez, os destaques apresentados pelos deputados que pretendiam alterar parte do relatório de Aldo Rebelo (PC do B). Os destaques, propostos principalmente por deputados do PV, que tentavam suprimir partes do parecer, receberam do relator parecer pela rejeição. Em seguida foi iniciado o debate da emenda proposta pelo PMDB, de autoria do deputado Paulo Piau (PMDB). Destacado pelo PMDB, ou seja, para ser votada nominalmente, o dispositivo dá aos estados e ao Distrito Federal, assim como a União, o poder de legislar sobre a política ambiental. Esse ponto é considerado um dos mais polêmicos e altera o artigo 8º do texto de Aldo Rebelo. O líder do governo na Casa, Cândido Vaccarezza (PT), anunciou que, caso ele seja aprovado e não for retirado no Senado, a presidenta Dilma Rousseff irá vetá-lo. Vaccarezza disse que a própria presidenta teria dito que a emenda é “uma vergonha para o Brasil”. O projeto de lei do novo Código Florestal, aprovado pela Câmara, altera a lei ambiental que estava em vigor desde 1965. Algumas das mudanças aprovadas ainda podem ser alteradas durante a votação no Senado, para onde o texto será encaminhado agora, e também vetadas pela presidenta Dilma Rousseff. Entre as principais mudanças que podem ocorrer caso o projeto seja transformado em lei, estão definições sobre reserva legal e áreas de preservação permanente. Enquanto o código atual exige uma reserva legal mínima em todas as propriedades, variando de 80% na Amazônia a 35% no Cerrado e 20% nas outras regiões, o novo texto aprovado dispensa aquelas de até quatro módulos fiscais (medida que varia de 20 a 400 has. de recompor a área de reserva legal desmatada). Para esses casos, não haverá obrigatoriedade de percentual mínimo de preservação, valendo a

manutenção da área de vegetação nativa existente em julho de 2008. Também fica autorizada a recomposição em áreas fora da propriedade, desde que no mesmo bioma. A redação aprovada consolida plantações em encostas e topos de morros, definidas como APP, entre elas café, maçã, uva e fumo. A medida não permite, no entanto, novos desmatamentos nessas áreas. Uma das mudanças mais polêmicas diz respeito à regularização ambiental. Pelo Código Florestal de 1965, os proprietários que não respeitaram os limites de reserva legal e de cultivos em APP estavam ilegais, sujeitos a multas por crimes ambientais e embargo das propriedades. Pelo novo texto, os produtores rurais terão que se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderir ao Programa de Regularização Ambiental criado pelo governo federal. A Emenda 164 –de autoria do deputado Paulo Piau (PMDB-MG)–, no entanto, votada e aprovada em plenário dá aos estados e ao Distrito Federal, tirando a exclusividade da União, o poder de definir os critérios de utilidade pública, baixo impacto ou interesse social para a regularização, além de liberar plantações e pastos feitos em APP até julho de 2008. Segundo o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), caso a medida também passe pelo Senado, a presidenta Dilma Rousseff a vetará, pois ela significa anistia aos desmatadores. O governo também quer que as possíveis liberações de desmatamento em áreas de preservação permanente sejam regulamentadas por decreto presidencial.

4º feira 25

A Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje) promove manifestações em todas as regiões do Brasil para marcar o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte e da Liberdade de Impostos. Em 15 capitais, restaurantes que participam da manifestação organizam cardápios e refeições sem a cobrança de impostos. No país, segundo a Conaje, a carga tributária média sobre uma refeição de R\$ 50 corresponde a 31,21% de impostos. Para o presidente da Conaje, Marduk Duarte, num país com tantas desigualdades socioeconômicas é fundamental repensar o peso dos impostos sobre o custo dos alimentos. O objetivo da manifestação é mostrar ao consumidor o peso dos impostos no preço final dos produtos, principalmente daqueles que compõem a cesta básica. Das capitais que aderiram às manifestações, a que apresentou a cesta básica mais cara, segundo uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é São Paulo: R\$ 268,52. Para comprá-la, os paulistanos precisam trabalhar mais de 108 horas. A mais acessível foi encontrada em Aracaju (R\$ 185,58), onde são necessárias 75 horas de trabalho para comprar a cesta básica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, os brasileiros pagaram R\$ 500 bilhões em tributos somente até o dia 4 de maio de 2011. A média é de R\$ 2,5 mil por habitante. Até o final do ano, a cifra média por habitante poderá atingir a marca de R\$ 7,5 mil. Este ano, as capitais que aderiram ao movimento foram Aracaju – Sergipe, Salvador – Bahia, São Luis – Maranhão, Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste), Brasília – Distrito Federal, Goiânia – Goiás, Campo Grande – Mato Grosso (região centro-oeste), Curitiba – Paraná, Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), Manaus – Amazonas, Palmas – Tocantins, Belém – Pará (região Norte), Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP e Vitória – Espírito Santo (região Sudeste).

O Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM), a Fundação Rio Parnaíba (FURPA), a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGA), a Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (ECODATA), o Movimento Verde de Paracatu (MOVER), a Organização . TERRA, o Instituto Direito por um Planeta Verde (IDPV), o Ministério Público dos Estados, a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), o Instituto de Biodiversidade e Desenvolvimento do Oeste da Bahia (BIOESTE), a Associação de Defesa Etnoambiental (KANINDÉ) e representantes da sociedade civil dentro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) divulgam uma carta aberta ao povo brasileiro. Na carta, os movimentos manifestam a reprovação às alterações feitas ao Código Florestal Brasileiro,

na Câmara Federal, além de convidar a sociedade civil a atuar de forma decisiva em prol do meio ambiente.

As centrais sindicais promovem um ato na Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em favor da proposta que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 hs. O presidente da Força Sindical e deputado federal, Paulo Pereira da Silva, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), sugeriu ainda que a Câmara dos Deputados crie uma comissão, com a participação de trabalhadores e de empresários, para debater a matéria e apressar a votação. O presidente da câmara, deputado Marco Maia (PT), disse que há um longo caminho até a votação da proposta. “Acho que a discussão precisa ser iniciada e é preciso que haja vontade política de todos os deputados e dos sindicatos para poder votar esta matéria”. Além da redução da jornada, a proposta que tramita na câmara também aumenta o valor da hora extra de 50% do valor da hora normal para 75%.

Segundo o representante da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dirceu Fumagalli, o Estado tem responsabilidade sobre o assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, que ocorreu no dia 24 no Pará (região Norte). Segundo ele, o nome do casal estava na relação de pessoas ameaçadas de morte entregue, em 2009, ao Ministério da Justiça. “Tanto a CPT regional [do Pará] quanto a CPT nacional já tinham feito essa denúncia”. Para Fumagalli, a morte dos extrativistas explicita como a questão das florestas está sendo tratada no país. Uma estimativa da CPT aponta que, entre 2001 e 2010, 377 pessoas foram assassinadas devido aos conflitos agrários no país. Os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, são mais específicos. No mesmo período, 58 pessoas foram assassinadas no Pará em confrontos por terra e outros 62 casos estão sob investigação no estado. De acordo com o representante da pastoral, os casos de assassinato continuam ocorrendo frequentemente. João Cláudio e Maria do Espírito Santo foram mortos a tiros em uma estrada vicinal que leva ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, na comunidade de Maçaranduba 2, a 45 kms. do município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Há suspeitas de que o crime foi cometido por encomenda. No mesmo dia 24 de maio, a presidenta Dilma Rousseff determinou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que a Polícia Federal (PF) seja acionada para investigar o assassinato dos dois líderes, ligados ao Conselho Nacional dos Seringueiros no município de Nova Ipixuna. Além da PF, o Ministério Público Federal e a Polícia Militar do Pará também estão investigando a morte do casal.

Representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e integrantes da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Conselho Nacional de Cultura (CNC) divulgam um manifesto com críticas ao governo federal por causa da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O governo iniciou as discussões do PPA com o Fórum Interconselhos, no qual os indígenas têm acento. Conforme a Constituição, o plano orienta a programação de ações nacionais, regionais e setoriais a serem descritas na legislação orçamentária anual proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional. O governo tem que encaminhar a proposta de PPA até o 31 de agosto. “Repudiamos a forma autoritária, precária e insuficiente como estão sendo discutidas as proposições programáticas e orçamentárias para o PPA 2012–2015, principalmente as demandas dos nossos povos tradicionalmente atendidas de forma tangencial e secundária pelo Estado brasileiro, tais como a demarcação das terras indígenas, saúde e educação indígena diferenciada, habitação e salvaguardas relacionadas com os impactos de grandes empreendimentos nas nossas terras”, afirmam os indígenas no manifesto. Eles disseram que não querem “apenas referendar as proposições dos órgãos envolvidos com a implementação da política indigenista do governo”, como a Funai. Além das críticas, os indígenas pedem que a presidenta Dilma Rousseff garanta recursos orçamentários para a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas. A maioria dos convidados do Fórum Interconselhos foi composta de integrantes dos conselhos nacionais,

comissões e outras entidades representativas. Também foram convidados 85 representantes de entidades regionais que não participam dos conselhos setoriais. A discussão sobre o PPA continuará em reuniões para cada região brasileira.

Funcionários públicos insatisfeitos com suas condições de trabalho realizam uma manifestação em frente à sede da Prefeitura de São Paulo em essa cidade – SP (região Sudeste). Eles reivindicam um reajuste salarial acima de 0,01% –valor aprovado em um projeto de lei, no último mês de março. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (Sindsep), “a justificativa do prefeito Gilberto Kassab é injustificável”. “Ele diz que falta dinheiro; no entanto, a prefeitura tem uma previsão de arrecadação orçamentária para 2011 no valor de R\$ 35 bilhões e vai usar apenas o 31% para despesas com funcionários”. De acordo com um dos diretores do Sindsep, Carlos Lima, os servidores públicos estão há 18 anos sem reajuste salarial. Segundo ele, desde o governo de Paulo Maluf. Segundo informações, uma das comissões de trabalhadores já foi atendida pela prefeitura. O Sindsep reúne trabalhadores de diferentes categorias como educação, saúde, funerárias, entre outras. A manifestação, que começou por volta das 8:30 hs., reuniu cerca de 8 mil trabalhadores em três ruas do Centro –Liberio Badaró, Praça São Bento e no Viaduto do Chá. Com as ruas interditadas, os funcionários públicos estão se manifestando em frente ao gabinete do prefeito.

Um grupo de estudantes se manifesta no Centro de Blumenau – Santa Catarina (região Sul) contra o aumento da passagem do transporte coletivo. Cerca de 70 pessoas se reuniram na prefeitura e depois seguiram pela rua 7 de Setembro, a rua Beira-Rio e voltaram para a prefeitura. O protesto foi organizando através dos grêmios estudantis das escolas de Blumenau e teve a duração de uma hora. Os estudantes são contra o aumento e, se houver reajuste, eles defendem que seja respeitada a planilha de custos e não o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O prefeito João Paulo Kleinübing, do Partido Democrático (DEM), anunciou que vai decretar o novo valor da passagem até o dia 27 de maio, quando sai de férias e só volta no dia 5 de junho.

Trabalhadores do município de Guarapari – Espírito Santo (região Sudeste), junto com os trabalhadores da rede municipal de educação, realizam uma manifestação conjunta pelas principais ruas do município. Segundo o sindicato, cerca de 1100 trabalhadores participam da passeata que começou no bairro Muquiçaba e seguiu em marcha pelas principais ruas do centro da cidade, reivindicando melhores condições de trabalho e salariais. Segundo aos sindicalistas, o prefeito recusa-se a negociar ou mesmo receber aos representantes da categoria, que está paralisada há mais de 40 dias. Eles afirmam também que as escolas da cidade estão em péssimas condições, não tem infraestrutura adequada, e o prefeito não quer cumprir o piso nacional da educação para os professores. Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES), Paulo Loureiro, "a pressão é total em cima dos trabalhadores, com repressão da polícia, ameaças de corte de ponto e demissão, mas conversar com o sindicato isso eles não querem". Ainda de acordo com Loureiro “houve um dia em que chegou-se ao absurdo de se fechar as portas da Secretaria Municipal de Educação em horário de expediente para não receber os professores”. Enquanto isso, as crianças da rede escolar municipal ficam em meio a um fogo cruzado e correm o risco de serem prejudicadas ou mesmo perderem o ano letivo.

5º feira 26

Cerca de 1,6 mil moradores da ocupação de terra “Barra do Riacho”, na cidade de Aracruz – Espírito Santo (região sudeste), são violentamente despejados da ocupação pela força policial. Segundo informações do site do MST, moradores ficaram feridos e não receberam socorro. A Via Campesina divulgou uma Nota de Repúdio a ação da Prefeitura Municipal. O movimento afirma que houve violação dos direitos humanos.

Um protesto que reúne a mais de 5 mil pessoas marca o enterro dos extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Marabá – Pará (região Norte). O casal foi executado a tiros no dia 24, no sudeste do estado. Às 5h., militantes do MST e de outras entidades ligadas à luta bloquearam uma ponte sobre o Rio Itacaiúnas e uma ferrovia próxima à cidade de Marabá, onde o casal foi sepultado. Eles só liberaram uma estrada e a ferrovia que dão acesso a Marabá depois da chegada da Polícia Militar. “Interditamos os dois sentidos da pista e a ferrovia. Não houve confronto. A pista só foi liberada depois que terminou a marcha”, acrescentou Maria Raimunda. Entidades como a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) participaram da manifestação. O cortejo percorreu as ruas de Marabá até chegar a um cemitério. João Cláudio e Maria do Espírito Santo foram mortos a tiros em uma estrada vicinal que leva ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, na comunidade de Maçaranduba 2, a 45 kms. do município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará. A Polícia Federal foi acionada para investigar a execução dos dois líderes, ligados ao Conselho Nacional dos Seringueiros no município de Nova Ipixuna. Além da PF, o Ministério Público Federal também está acompanhando o caso.

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará volta a alertar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que não emita a licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte), até que o consórcio responsável pela obra cumpra as condicionantes para reduzir os impactos sociais e ambientais da construção. Os procuradores tomam como base um relatório do próprio consórcio, Norte Energia S.A., para mostrar que as medidas preparatórias não estão sendo cumpridas, o que inviabiliza a emissão da licença pelo Ibama. De acordo com o relatório, a maioria das obras previstas, como a construção de escolas, postos de saúde e infraestrutura de saneamento, ainda está na fase de elaboração dos projetos. Segundo o MPF, cerca de 100 mil trabalhadores deverão ser atraídos para a região pelas ofertas de trabalho na usina. Esse movimento migratório deve começar bem antes da conclusão da maioria das obras preparatórias, prevista para o fim deste ano ou, mais tardar, meados de 2012. Na recomendação enviada à Comissão de Licenciamento Ambiental do Ibama, os procuradores da República Bruno Alexandre Gütschow, Felício Pontes Jr. e Ubiratan Cazetta afirmaram que o cenário é de “total certeza do não cumprimento das condicionantes”. Também foram feitas considerações sobre a insegurança jurídica em torno de Belo Monte, alvo de, pelo menos, 10 ações na Justiça que questionam a viabilidade ambiental e social da obra. Apesar do aviso feito pelo MPF, o Ibama não tem data para liberar a licença de instalação da usina. De acordo com o instituto, os técnicos ainda estão avaliando as condições para o licenciamento. A Norte Energia informou que não se manifestará sobre a posição do MPF.

6º feira 27

Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT) que lança neste dia 27 uma campanha nacional para sensibilizar a sociedade sobre o trabalho escravo, o Brasil ainda tem cerca de 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão e os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes. A campanha busca atingir empresários, sociedade e trabalhadores por meio de propagandas de TV, rádio e uma cartilha explicativa. A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação. “A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo. O trabalho escravo não é só o que tem cerceio de liberdade; pode ser psicológico, moral”, explica Débora Tito Farias, coordenadora nacional de erradicação do trabalho escravo do MPT. Essa mudança na percepção está levando aos órgãos fiscalizadores a encontrar novas situações de trabalho degradante também no meio urbano, como em confecções e na construção civil. A campanha pretende ajudar a sociedade a identificar e denunciar essas práticas. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha. É importante que a sociedade

perceba que a comida, o vestido, pode ter um componente de trabalho escravo”, afirma o procurador-geral do Trabalho, Otávio Lopes. Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza. Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadores à condição análoga a de escravo. Mais conhecida como lista suja, a publicação tem atualmente 210 empregadores listados.

Mais uma liderança comunitária da Amazônia é executada. O agricultor e líder do Movimento Camponês Corumbiara, Adelino Ramos, conhecido com Dinho, foi morto, por volta de 10hs., no distrito de Vista Alegre do Abunã, em Porto Velho – Rondônia (região Norte). De acordo com a CPT, Dinho estava vendendo verduras que produzia no acampamento onde vive quando foi assassinado a tiros por um motociclista. O agricultor vinha sendo ameaçado de morte por denunciar a ação de madeireiros na divisa entre os estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Junto com outros trabalhadores sem-terra, Dinho reivindicava a criação de um assentamento da reforma agrária na região. Segundo a CPT, a situação ficou tensa na região nos últimos dias, depois de uma ação do Ibama, que apreendeu madeira e gado criados em áreas irregulares. Em julho de 2010, Dinho chegou a avisar ao ouvidor agrário nacional, Gercino Silva, que estava sendo ameaçado, de acordo com a CPT. O Movimento Camponês Corumbiara foi criado após o confronto entre um grupo de trabalhadores sem-terra e policiais militares em agosto de 1995, na fazenda Santa Elina. Doze agricultores foram mortos no episódio.

Trabalhadores da categoria dos bombeiros e familiares ocupam o quartel central da corporação na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A categoria promove uma série de protestos reivindicando um aumento salarial e melhores condições de salário. Os bombeiros do estado do Rio de Janeiro possuem o menor teto salarial do país na categoria. A polícia explodiu as portas dos fundos da corporação e utilizou bombas de efeito moral. Alguns manifestantes foram detidos e levados para o quartel da polícia militar. Eles reclamam da violência da polícia e alegam que cinco menores foram feridos na invasão.

Domingo 29

Um agricultor é encontrado morto no assentamento agroextrativista Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna – Pará (região Norte), onde no dia 24 de maio o casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo foram assassinados. De acordo com a Polícia Civil do Pará, o corpo do agricultor Eremilton Pereira dos Santos, de 25 anos, foi achado por uma equipe do Ibama que fazia uma fiscalização na área. Santos estava desaparecido desde o dia 26 de maio. O corpo tinha marcas de ferimentos a tiros e estava às margens de um lago, na área do assentamento, a cerca de 7 kms. do local onde o casal foi vítima de uma emboscada. A polícia diz que ainda não é possível vincular os dois crimes, apesar da hipótese levantada pela CPT de que Santos era testemunha da execução do casal de ambientalistas. A Polícia Federal também está na região para apurar os crimes. Santos é o quarto trabalhador morto em uma semana na Amazônia.

Dezenas de pessoas caminham pela orla da Praia de Ipanema, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste), em uma manifestação contra a decisão da presidenta Dilma Rousseff, do dia 24, de suspender a distribuição do *kit* anti-homofobia nas escolas públicas do país. A caminhada foi organizada por grupos *gays* das igrejas Católica e Evangélica. Membro do grupo Diversidade Católica, formado por *gays* católicos, Juliana Luvizaro disse que a passeata busca, sobretudo, chamar a sociedade para discutir a questão do homossexualismo nas escolas, que não é tratado de maneira responsável e cidadã. Juliana afirmou esperar que Dilma Rousseff reformule o *kit* para que atenda a todas as camadas da sociedade, mas que o material não deixe de ser oferecido nas escolas. O *kit* anti-homofobia suspenso inclui um caderno com orientações para professores, uma carta para

o diretor da escola, cartazes de divulgação nos murais do colégio, boletins para os alunos e gravações em vídeos.

2º feira 30

Manifestantes do grupo ambientalista Greenpeace realizam um protesto contra a aprovação da reforma do Código Florestal pela Câmara dos Deputados. O protesto ocorreu na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), onde acontece o Vigésimo Primeiro Fórum da Associação Brasileira do Agronegócio. Para os manifestantes, os defensores do projeto de reforma do Código Florestal estão reunidos neste encontro.

Cerca de 100 estudantes do curso de Comunicação Social ocupam o gabinete da reitoria da Universidade Federal de Sergipe, em Sergipe (região Nordeste). A decisão representa uma última esperança de melhorias para o curso que sofre com uma péssima estrutura e falta de equipamentos. Depois de anos de mobilização em busca de condições mínimas de estrutura física e equipamentos, um dossiê com todos os problemas do curso foi criado, reuniões foram marcadas porém a burocracia institucional sempre serve de anteparo para justificar a falta de investimento no curso. Os estudantes ocupam a reitoria da UFS em busca de uma audiência pública com o reitor, o departamento e o Ministério Público a fim de colocar esses problemas na mesa e pensar soluções imediatas.

3º feira 31

Uma semana depois do assassinato dos líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, o Ibama multa e fecha duas madeireiras da região. Após a execução das lideranças, que denunciavam a exploração ilegal de madeira na região, o Ibama decidiu reforçar a fiscalização em Nova Ipixuna. Pelo menos 20 agentes foram deslocados de outras frentes de operações na Amazônia para a região. Na primeira madeireira vistoriada, o Ibama encontrou irregularidades no sistema de comercialização. Apesar de estar com o pátio vazio, a A M.P. Torres Ltda. tinha 348 metros cúbicos (m³) de madeira registrados no Sisflora, sistema eletrônico que controla a comercialização de produtos florestais no Pará. Com o crédito, a madeireira poderia desmatar ilegalmente e vender a madeira como produto legalizado. A empresa foi multada em R\$ 108 mil. Na Madeireira Bel Monte Ltda., os fiscais encontraram uma diferença ainda maior entre a madeira no pátio e a registrada no Sisflora. Segundo o Ibama, a empresa possuía 48 m³ de madeira no estoque, mas registrava mais de mil em créditos ativos no sistema. A madeireira foi multada em R\$ 430 mil. Entre 1997 e 2010, a mesma empresa já foi atuada 10 vezes pelo Ibama. Além das madeireiras, os agentes fiscalizam atividades ilegais dentro do assentamento agroextrativista Praia Alta-Piranheira, onde viviam os agricultores assassinados. Desde o dia 28 de maio, o Ibama destruiu fornos ilegais de carvão e multou assentados que se associaram a madeireira para exploração irregular da floresta. José Cláudio e Maria do Espírito Santo foram executados a tiros no dia 24, em uma emboscada em uma estrada vicinal que leva ao assentamento.

Glossário de siglas

ABGLT
ABONG

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

Abrapo	Associação Brasileira de Advogados do Povo
ADUEPB	Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BIOESTE	Instituto de Biodiversidade e Desenvolvimento do Oeste da Bahia
BRAHA	Brasileiros Humanitários em Ação
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Cebraspo	Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CMI	Centro de Mídia Independente
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Conaje	Confederação Nacional dos Jovens Empresários
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECODATA	Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação
Etec	Escolas Técnicas Estaduais
Fatecs	Faculdades de Tecnologia de São Paulo
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
Febraban	Federação Brasileira dos Bancos
Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Fetraf	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FRDDP	Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo
Funai	Fundação Nacional do Índio
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
FURPA	Fundação Rio Parnaíba
Gered	Gerência Regional de Educação
GM	General Motors
HUB	Hospital Universitário da Universidade de Brasília
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDPV	Instituto Direito por um Planeta Verde
ILPS	Liga Internacional de Luta dos Povos
INGA	Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
KANINDÉ	Associação de Defesa Etnoambiental
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MFP	Movimento Feminino Popular
MOVER	Movimento Verde de Paracatu
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPLF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre

MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação nos Lucros ou Resultados
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
.TERRA	Organização Ponto Terra
PPA	Plano Plurianual
PROAM	Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
Sesab	Secretaria da Saúde
Sindijus	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário
SINDIUPES	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
Sindsep	Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Sinte	Sindicato dos Trabalhadores em Educação
Sinteps	Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza
STF	Supremo Tribunal Federal
Suasa	Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UMP	União pela Moradia Popular
UnB	Universidade de Brasília

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Junio de 2011

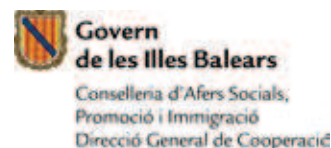
Editada en octubre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 934

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

prof. dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Peter Sana (LPP/UERJ)
Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ)



Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente
(CMI), Boletim DATALUTA, e O
Vermelho

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Junho de 2011

4º feira 01

Cerca de 2.500 trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizam uma marcha na cidade de Curitiba – Paraná (região Sul). A atividade marca o início da Jornada de Lutas no Paraná. Os trabalhadores reivindicam do governo federal e estadual a realização da reforma agrária.

Motoristas e cobradores de ônibus deflagram greve em sete municípios do estado do São Paulo (região Sudeste) –São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires, Diadema e Rio Grande da Serra. Segundo avaliação do diretor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários do Grande ABC, Marcos Antonio Aleixo, a categoria é composta de 7 mil trabalhadores, entre motoristas, cobradores e profissionais ligados à manutenção. A data-base da categoria é 1º de maio e as negociações envolvem 33 empresas que ofereceram reajuste salarial de 8%. Em assembleia realizada no dia 31 de maio, a maioria dos trabalhadores decidiu rejeitar a proposta e manter a reivindicação de aumento de 15%. A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) impetrou uma medida cautelar no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Segunda Região para tentar garantir à população a operação de 80% da frota de 850 ônibus das linhas intermunicipais do ABC. O TRT ainda não decidiu se acata ou não o pedido da EMTU. De acordo com a estatal, das 19 permissionárias, quatro estão operando normalmente e uma de forma parcial. A EMTU calcula que 200 mil passageiros estão sendo prejudicados com a greve.

Trabalhadores da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) deflagram greve parcial. Por meio de nota, a CPTM informou que dois das seis linhas não estão operando. O comunicado também informa que, para minimizar os transtornos aos passageiros, a companhia acionou uma operação de transporte gratuito com ônibus. Segundo o presidente de um dos quatro sindicatos que representam os trabalhadores, Eluiz Alves, o movimento foi suspenso, temporariamente, na maior parte das linhas com a expectativa de que haja um acordo. Ele informou que a negociação envolve a cerca de 7 mil trabalhadores e que os sindicatos estão pleiteando um reajuste de 8,71%, enquanto a oferta patronal limitou-se a 3,07%. Alves representa os ferroviários do trecho entre Rio Grande da Serra e Jundiaí. Em audiência realizada no dia 31 na sede do TRT, a Justiça determinou que a categoria mantenha o 90% da frota em operação nos horários de pico e o 70% em circulação nos demais horários. Os trabalhadores dos trens metropolitanos de São Paulo decidiram, em assembleias realizadas no começo da noite deste dia 1, continuar com a greve que parou todas as linhas de trem que operam na capital e em 22 municípios da região. Elas transportam diariamente, segundo a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, cerca de 2,12 milhões de pessoas. O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil também decidiu pela greve. Com isso, as linhas 11-Coral (Luz-Estudantes) e 12-Safira (Brás-Calmon Viana) também não vão funcionar. O sindicato fará uma nova assembleia no dia 2 de junho. O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, que representa a cerca de 200 engenheiros que trabalham na CPTM, que também está em campanha salarial, não aderiu à greve. Segundo a entidade, uma nova negociação deve ocorrer no dia 2 de junho, no TRT. A greve prevista para hoje dos trabalhadores do metrô de São Paulo – SP (região Sudeste), de acordo com o diretor de comunicação do Sindicato dos Metroviários, Ciro Moraes dos Santos, foi suspensa. O objetivo dos trabalhadores é aumentar a mobilização em busca de uma proposta melhor por parte do governo. Eles reivindicam um reajuste salarial de 11% –a oferta patronal foi de 8%.

Cerca de 500 servidores da Justiça do Distrito Federal e da União em greve se reúnem do lado de fora da Corte em Brasília – Distrito Federal (região Sudeste). O julgamento é sobre a guerra fiscal entre estados no Supremo Tribunal Federal (STF). Os servidores que estão em greve há cerca de 15 dias reivindicam um reajuste salarial. O protesto dos servidores ocorre um dia após os magistrados de todo o país cobrarem o presidente do STF, Cezar Peluso, sobre o reajuste de subsídios da categoria. No dia 31 de maio, a presidenta Dilma Rousseff e vários ministros de estado receberam sete ministros do STF em um jantar. Não foi divulgado se os presentes trataram sobre a questão do reajuste. É a segunda vez que os servidores entram em greve em dois anos. Em 2010, foram 44 dias de paralisação entre maio e julho. Segundo o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário (Sindjus-DF), Berilo Leão, a greve foi suspensa porque o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu que o reajuste salarial dos servidores do Judiciário seria analisado após as eleições. Desta vez, a greve é por tempo indeterminado. “Sentimos que vários estados já começam a se mobilizar e a tendência é o movimento se ampliar e virar nacional. Sempre que o DF começa, os estados acabam se encorajando”, afirmou Leão. O líder sindical também criticou o posicionamento do presidente do STF nas negociações. “Ainda no ano passado, Peluso falou que fez a parte dele e que dependia do Lula, mas o governo tem muitas pressões e não adiantava só os servidores cobrarem. Mas ele ficou inerte”.

Senadores da oposição fazem mais um protesto no plenário do Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra o governo. Três *pizzas* foram encomendadas pelo senador Cyro Miranda, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e compartilhadas entre seus colegas da minoria. Nas caixas das *pizzas*, os sabores eram identificados como “Palocci”, “Luiz Garçon” e “MP 501, 502... 1899”. Além do protesto com as *pizzas*, a oposição também obstruiu a sessão deliberativa por mais de 5 hs. antes de votar a Medida Provisória (MP) 517 –que foi aprovada pela base governista. A obstrução continuou durante a votação de mais duas MP: as de número 520 e 521. Os senadores reclamam do excesso de medidas provisórias enviadas pelo governo e pela falta de atenção aos requisitos de urgência e relevância aos quais elas devem atender. Além disso, eles também reivindicam a presença, no Senado, do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para explicar denúncias de tráfico de influência em serviços de consultoria.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concede a licença de instalação para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte). O documento permite o início da construção da usina. Em janeiro, o Ibama havia concedido ao empreendimento uma licença parcial apenas para iniciar o canteiro de obras. A licença prévia, que foi concedida em fevereiro de 2010, listou 40 condicionantes a serem cumpridas para que o empreendedor recebesse a autorização para as obras. Antes de entrar em funcionamento, a usina ainda precisará obter uma licença de operação, que está condicionada ao cumprimento de todas as exigências socioambientais previstas no projeto. O leilão para definir o consórcio construtor da usina ocorreu em abril do ano passado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com a menor oferta pelo megawatt-hora da usina (R\$ 77,97), o grupo vencedor foi o Norte Energia, liderado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras, com participação da Queiroz Galvão, Gaia Energia e mais seis empresas. Apesar das discussões ocorrerem desde a década de 70, a construção de Belo Monte ainda é motivo de polêmica. O processo de licenciamento da usina foi questionado pelo Ministério Público Federal no Pará e também pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Belo Monte é uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve ser concluída até o começo de 2015. Com potência instalada de 11,2 mil megawatts, será a maior hidrelétrica totalmente brasileira (Itaipu, que tem 14 mil megawatts de potência, é binacional) e a terceira do mundo.

5º feira 02

O serviço de trem que atende a cidade de São Paulo e 22 municípios – São Paulo (região Sudeste) é totalmente paralisado. No final da tarde, após audiência, os trabalhadores voltam ao trabalho. Em assembleias realizadas na noite do dia 1 de junho os trabalhadores dos trens metropolitanos decidiram paralisar todas as linhas de trens, que atendem cerca de 2,4 milhões de passageiros por dia. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), havia 94 kms. de lentidão antes das 9hs. Os trabalhadores reivindicam um aumento real de 5%, além de vale refeição de R\$ 19 por dia e implantação de um novo plano de carreira. A CPTM oferecia reajuste de 3,27%, sendo 1,75% de correção pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC/Fipe) e 1,5% de aumento real e vale refeição de R\$ 17 por dia. Por meio de nota, a CPTM disse “lamentar a decisão arbitrária de 3 dos 4 sindicatos que representam os empregados de suas 6 linhas, que decidiram pela greve”. Participaram da greve os ferroviários ligados ao Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Ferroviárias de São Paulo, ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana e ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil. Em assembleia no fim da tarde, os ferroviários acataram a decisão do TRT-SP e voltaram ao trabalho com manutenção do estado de greve para continuidade das negociações. A empresa anunciou a retomada gradual da operação dos trens até que a circulação volte ao normal. Durante audiência no TRT, a CPTM manteve a proposta de reajuste de 3,27% e vale-refeição no valor de R\$ 18.

6º feira 03

A autorização para o início das obras de construção da Usina de Belo Monte, no Pará, e o tratamento dado pelo Brasil à medida cautelar da OEA são discutidas no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante a sessão do conselho, em Genebra, na Suíça, o caso foi apresentado pela organização Conectas, uma das entidades credenciadas para prestar informações à ONU. “Expressamos nossa preocupação com a atitude do governo brasileiro para as medidas cautelares concedidas pela Comissão de Direitos Humanos em benefício das comunidades afetadas pela obra. A construção da Usina de Belo Monte ameaça a vida e, inevitavelmente, impacta a integridade de 24 povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores que ali vivem”, afirmou Mariana Duarte, representante da Conectas durante a reunião na Suíça. Criado em 2006 pela Resolução 60/251 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos realiza três sessões regulares por ano. Na sessão de hoje, a representante da Conectas lembrou que a questão da Usina de Belo Monte já foi incluída em um relatório sobre direitos dos povos indígenas, publicado em 2010. Esse relatório evidencia a preocupação com as deficiências no processo de consulta com os povos indígenas afetados. “Na mesma linha, em 1º de abril de 2011, a CIDH pediu às autoridades brasileiras para suspender imediatamente o processo de licenciamento da obra e fazer uma consulta prévia livre, informada e culturalmente adequada às comunidades afetadas. [Fazer a consulta] é garantir amplo acesso a estudos de impacto social e ambiental do projeto, além de medidas para evitar a propagação de doenças e epidemias entre comunidades indígenas”. De acordo com a Conectas, a reação do governo brasileiro, que considerou precipitadas as medidas da OEA, também foi relatada pela organização. “Em 5 de abril, em nota à imprensa, o governo brasileiro considerou as medidas ‘precipitadas e injustificadas’. Posteriormente, a imprensa nacional informou que, em retaliação, o Brasil retirou a indicação do ex-ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi para um cargo na CIDH”, lembrou Mariana Duarte. Ao final do relato, não houve manifestação da representante do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Maria Nazareth Farani Azevedo.

O Ibama autoriza o início das obras da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, no Rio Jari, divisa entre o Pará e o Amapá (região Norte). A licença de instalação, assinada pelo presidente do Ibama,

Curt Trennepohl, lista 13 condicionantes que o consórcio ECE Participações terá que cumprir para reduzir os impactos sociais e ambientais da obra. A usina terá potência instalada de 373,4 megawatts (MW), bem menor que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, que também recebeu licença de instalação essa semana e poderá gerar 11,2 mil MW. A energia produzida em Santo Antônio do Jari deverá beneficiar principalmente indústrias de celulose instaladas na região. A Jari Energética, empresa do grupo Orsa, proprietária do projeto Jari Celulose, é uma das acionistas do consórcio responsável pela obra. Segundo o Ibama, como parte da hidrelétrica será construída em uma área que abriga plantações de eucalipto, a instalação do canteiro de obras não vai provocar nenhum novo desmatamento de floresta nativa e não haverá desapropriação de ribeirinhos. O Estudo de Impacto Ambiental da hidrelétrica prevê o alagamento de 31,7 kms. quadrados para formação do lago da usina, área relativamente pequena. Entre as condicionantes da licença de instalação, está a manutenção de uma vazão mínima de água no rio “para preservar a biota e a beleza cênica da Cachoeira Santo Antônio para seu uso turístico e paisagístico durante todo o ano”.

A Marcha da Maconha, marcada para este dia 3 de maio em Brasília – Distrito federal (região Centro-oeste), é proibida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) que atendeu a liminar imposta pelo Ministério Público (MP). Mesmo com a proibição, os manifestantes, que somaram aproximadamente 2,5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, protestaram pela liberdade de expressão e ocuparam a Esplanada dos Ministérios durante toda a tarde. Além da proibição do ato de protestar, a Justiça impediu os manifestantes de usarem cartazes, camisetas e falar sobre a droga. Para o sociólogo e membro do diretório estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro, Renato Cinco, a proibição da manifestação não se faz necessária, pois não havia nenhuma justificativa plausível, “o que nós buscamos aqui é a descriminalização de uma planta que é natural e além disso, queremos trazer o debate que é necessário para a sociedade que é muito pouco informada”, completou. “Isso foi uma falta de responsabilidade do Judiciário brasileiro, uma vez que essa proibição poderia ter causado um problema maior”, disse o advogado Mauro Chaiben, que representa aos organizadores da manifestação. Segundo o advogado, até às 13 hs. de hoje toda a manifestação estava pronta para acontecer com a aprovação da Secretária de Segurança do Distrito Federal, que informou que a liminar poderia ter saído a qualquer momento, uma vez que foi um pedido do Ministério Público. Ainda segundo o sociólogo, o desembargador João Timóteo de Oliveira, afirmou na liminar que não possuía conhecimento suficiente em relação ao protesto dos usuários da maconha, fato que agrava ainda mais a proibição no seu entendimento.

Cerca de 500 bombeiros militares e guarda-vidas ocupam o Quartel General do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, na Praça da República – RJ (região Sudeste). Eles arrebentaram o portão da guarda e ocuparam o pátio central. Os manifestantes reivindicam um aumento salarial de R\$ 950 para R\$ 2 mil, um vale-transporte e melhores condições de trabalho. Por causa da ocupação, o tráfego está tumultuado na Praça da República com reflexos na Praça Tiradentes e ruas próximas, pois os manifestantes, com faixas e cartazes, bloqueiam as entradas do quartel. O governo do estado, em nota, afirma que a ordem é para que os insubordinados sejam presos por “invadir” um bem público e terem transgredido o código de conduta militar. A Tropa de Choque da Polícia Militar está do lado de fora do prédio. Ao mesmo tempo, os líderes do movimento, por meio de um megafone, pedem aos manifestantes que não resistam e sentem no chão em caso de invasão da Tropa de Choque.

Cerca de 300 estudantes secundaristas ocupam a Praça Tiradentes, em Curitiba – Paraná (região Sul) para protestar contra a aprovação do novo Código Florestal. O início da mobilização se deu através das redes sociais na internet, em menos de duas semanas. A manifestação, organizada pelo movimento “Veta, Dilma!”, tem como foco estudantes da rede privada de ensino. O movimento é independente, apartidário e plural, segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI).

Alunos são presos após protestos em moradia estudantil na Universidade de Brasília (UnB). Três alunos foram detidos após protestarem no Casa do Estudante Universitário (CEU), moradia estudantil para alunos da universidade em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo informações dos manifestantes, o CEU está sendo desocupado para reformas, o que tem causado divergências entre alunos e reitoria. De acordo com Jonatas Moreth, coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes, funcionários da reitoria começaram a retirar móveis e portas de alguns apartamentos do CEU e atirá-los das janelas. Alguns moradores reclamaram do barulho e outros universitários, que se recusam a desocupar a moradia, começaram um protesto e atearam fogo a restos de madeira que estavam em uma caçamba. A segurança da universidade foi chamada para conter a manifestação, mas, segundo o professor Eduardo Raupp, decano de assuntos comunitários da UnB, “a situação fugiu ao controle dos funcionários, que chamaram a polícia”. Dois alunos mais exaltados e um terceiro, dono do apartamento onde eles se esconderam, foram presos. O dono do apartamento foi liberado pela polícia após prestar depoimento. Os outros dois devem ser indiciados, segundo o advogado de defesa Gilson dos Santos, sob suspeita de desacato à autoridade, crime de incêndio e ameaça.

Sábado 04

Os cerca de 500 militares do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro presos durante a ocupação ao quartel geral da corporação no dia 3 de junho, levados logo em seguida para o Batalhão de Choque da Polícia Militar, são transferidos para a Corregedoria Interna da Polícia Militar, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os militares foram levados em 14 ônibus, que saíram em comboio do Batalhão de Choque. Das janelas dos ônibus, eles gritavam palavras de ordem e alguns exibiam a bandeira do Brasil. Do lado de fora do quartel, cerca de 150 bombeiros com as esposas e filhos ainda protestam contra a prisão dos colegas. O governador do estado, Sérgio Cabral, se reuniu com o vice-governador Luiz Fernando Pezão e o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, para tentar pôr fim à crise no Corpo de Bombeiros, iniciada há cerca de dois meses. Os bombeiros reivindicam aumento do piso salarial de R\$ 950 para R\$ 2 mil, e também melhores condições de trabalho. Depois da prisão, os bombeiros em serviço iniciaram uma operação-padrão. Eles anunciaram que só vão sair dos quartéis para atender chamados de extrema urgência, como acidentes graves de trânsito ou incêndios de grandes proporções. Nas praias, no entanto, há bombeiros nos postos salva-vidas. Nos aeroportos os postos também não foram abandonados. Ao chegarem à Corregedoria Interna da Polícia Militar, em São Gonçalo, os bombeiros foram levados para um campo de futebol, onde todos colocaram as mãos na cabeça e, num gesto de protesto, formaram a palavra SOS no campo, estendendo uma bandeira do Brasil dentro da letra “O”. Depois, eles fizeram uma reunião e decidiram voltar para dentro dos 14 ônibus que os levaram para o local. Em nota divulgada neste dia 4, o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros esclareceu que a rotina de atendimento à população não foi alterada e que os postos de salvamentos dos Grupamentos Marítimos, quartéis, unidades de atendimento de urgências e emergências e serviços de combate a incêndios e desabamentos estão operando normalmente. Sérgio Cabral qualificou aos bombeiros amotinados de “vândalos irresponsáveis” e a invasão ao quartel central de ação “inaceitável do ponto de vista do Estado de Direito democrático e do respeito à instituição centenária, admirada pelo povo do Rio de Janeiro”. Cabral refutou a alegação dos manifestantes de que recebiam o pior salário do país, esclarecendo que, em seu governo, a corporação está tendo pela primeira vez um plano de recuperação salarial. De acordo com o governador, o salário médio dos bombeiros é R\$ 1,5 mil e chegará a R\$ 2 mil no final do ano. Cabral afirmou que em sua gestão estão sendo investidos R\$ 120 milhões no Corpo de Bombeiros, na aquisição de viaturas, caminhões, equipamentos para a defesa civil, embarcações e aeronaves. O governador disse ainda que os 440 bombeiros não representam a corporação, que apresenta o maior contingente do país, com 17 mil homens. Cabral exonerou ao comandante dos bombeiros, coronel Pedro Machado, e nomeou para

seu lugar ao coronel Sergio Simões, até então subsecretário de Defesa Civil do município do Rio. O governador condenou a ação dos manifestantes, que “agiram de forma irresponsável”, levando mulheres e crianças para a invasão do quartel. O presidente da Associação de Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Nilo Guerreiro, condenou a forma como a tropa de choque e o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar (PM) invadiram o quartel central do Corpo de Bombeiros para dispersar a manifestação. Segundo Guerreiro, a entrada do BOPE no quartel foi muito violenta. “Esse é um sinal de que a segurança pública não está totalmente qualificada. Temos que estudar muito o assunto no Rio e no resto do país, porque foi uma demonstração de que não estamos realmente preparados para gerenciamento de crise”.

Trabalhadores da categoria dos bombeiros do estado do Rio de Janeiro, familiares e demais civis em apoio à causa protestam em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores promovem uma série de protestos reivindicando um reajuste salarial e melhores condições de trabalho. O protesto na Alerj pede a libertação dos cerca de 400 bombeiros detidos após a ocupação do quartel central do corpo de bombeiros e a prisão o governador do estado, Sergio Cabral, do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). O governador chamou aos trabalhadores de vândalos. Os manifestantes acampam em frente à Alerj. A campanha chegou à internet, onde os trabalhadores reivindicam que a população coloque panos vermelho nas janelas em solidariedade a causa.

Mulheres se reúnem em São Paulo – SP (região Sudeste) para realizar a “Marcha das Vadias”. O nome da marcha foi inspirado em um movimento que começou no Canadá quando as alunas de uma universidade resolveram reclamar para a polícia do alto índice de estupros que acontecia no campus. A causa apontada por um policial era que o estupro das estudantes acontecia porque elas se vestiam como “vadias”. Os movimentos feministas aproveitaram esta atitude machista do policial canadense e organizaram a Marcha das Vadias em todo o mundo.

Domingo 05

Bombeiros e familiares protestam em frente à Terceira Policlínica dos bombeiros em Charitas, bairro de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Neste mesmo dia 5, um outro grupo de aproximadamente 50 bombeiros realiza uma manifestação caminhando em uma das faixas da Ponte Rio-Niterói. O grupo, que carregava faixas e cartazes, desceu de um ônibus e iniciou a marcha na altura do vão central. Após cerca de 10 minutos, o protesto foi interrompido com a chegada de um veículo da concessionária responsável pela via. Em nota oficial divulgada neste dia 5, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, voltou a repudiar o ato, classificando a entrada à força na unidade como “um gesto de imensa irresponsabilidade”. A categoria que reivindica um aumento de salário e melhores condições de trabalho também pede a libertação dos cerca de 400 militares que foram presos após ocupar o quartel central da corporação, no centro da cidade.

Uma oficial do Corpo de Bombeiros, que se encontrava entre os 439 manifestantes presos durante a ocupação do quartel central da corporação, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) é transferida para o Segundo Grupamento de Bombeiro Militar, no Méier, zona norte da cidade. Quatro oficiais e cinco praças do grupo que havia sido levado no dia 4 para a Corregedoria da Polícia Militar, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, foram transferidos para o Grupamento Especial Prisional dos bombeiros, em São Cristóvão. De acordo com informação divulgada pela assessoria de imprensa da Polícia Militar, os demais manifestantes presos na corregedoria estão sendo transferidos de forma gradativa para o Destacamento de Bombeiro Militar, situado no bairro de Charitas, em Niterói. Os bombeiros prometem ficar aquartelados e reduzir ao mínimo a saída para as ruas. No quartel central da corporação, entretanto, a informação é que os serviços estão normalizados. Alguns bombeiros estão acampados na escadaria da Alerj e buscam adesão do

público para dar seguimento às manifestações de reivindicação por melhores salários. No dia 4 de junho, em entrevista coletiva, o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), disse que está em vigor o plano de recuperação salarial dos bombeiros, cujo salário médio para soldados hoje é R\$ 1,5 mil, devendo atingir R\$ 2 mil no final do ano. Os detidos serão processados administrativa e criminalmente.

Cerca de 300 pessoas saem em passeata na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste), para protestar contra a aprovação do novo Código Florestal pela Câmara dos Deputados e também para pedir que o governo revogue a decisão de construir a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte). Antes de iniciar a marcha, os manifestantes se concentraram no vão livre do Museu de Arte de São Paulo. O ato provocou a interdição parcial da Avenida Paulista. Paulo Fradinho, ativista do Movimento Pró-Animais, justificou o ato dizendo que “todos os ruralistas e pecuaristas que desmataram ilegalmente estão próximos de conseguir o perdão de suas dívidas e vão continuar desmatando indiscriminadamente”. Sobre o projeto de construção da Usina de Belo Monte, ele justificou ser contrário alegando que “a usina não vai gerar o nível de energia a que se propõe. Além de ser deficitária, irá causar danos como a perda de milhares de espécies animais com a inundação”. Segundo informações do CMI, a página do protesto no Facebook diz: “Somos a favor da preservação do Xingu, somos a favor da revisão do código florestal que como está desfavorece o povo e a natureza, somos a favor de lisura no Congresso Nacional e no executivo”. Também foram organizadas manifestações contra a construção da usina no Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), Salvador – Bahia, Aracaju – Sergipe (região Nordeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul e Curitiba – Paraná (região Sul). Quando pronta, a usina de Belo Monte será o terceiro maior complexo hidrelétrico do mundo pelo quesito capacidade instalada, atrás apenas de Itaipu (entre Brasil e Paraguai) e Três Gargantas (na China). Há grande resistência à usina de associações científicas, movimentos sociais, além do Ministério Público e da OEA, devido a questões ambientais e sociais.

2º feira 06

Cerca de mil militantes do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocupam simultaneamente o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Garibaldi, no município de Abdon Batista – Santa Catarina (região Sul), e um latifúndio improdutivo em Cerro Negro, cidade vizinha. As informações são do CMI. Aproximadamente 700 pessoas dos dois movimentos bloqueiam as obras da barragem e outras 300 pessoas fazem a luta pela terra no município vizinho. Os funcionários da empresa apóiam a mobilização e afirmam que as condições em que trabalham são precárias e que a empresa tem tradição em quebra de contrato e desrespeito às leis trabalhistas. As famílias vizinhas da obra, que ainda não estão organizadas como atingidas, também demonstraram solidariedade para com os manifestantes, servindo-lhes de água e frutas de seus pomares. Os atingidos reafirmaram as injustiças que estão sendo cometidas pela empresa construtora, Triunfo. Até agora a empresa não se manifestou e o governo federal já respondeu a pauta da reforma agrária, mas ainda não colocou em prática. Segundo as organizações, as ocupações seguirão até que sejam resolvidos os conflitos e os trabalhadores tenham suas reivindicações atendidas.

Bombeiros e simpatizantes da causa realizam manifestações em apoio em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A categoria, que reivindica um aumento de salário e melhores condições de trabalho, também pede a libertação dos cerca de 400 militares que foram presos após invadir o quartel central da corporação, no centro da cidade. Em nota oficial divulgada no dia 5, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, voltou a repudiar o ato, classificando a entrada à força na unidade como “um gesto de imensa irresponsabilidade”. Deputados decidiram criar uma frente parlamentar em defesa da categoria e prometem trancar a pauta se não forem soltos os 439 bombeiros presos. A situação dos militares será discutida em uma reunião no gabinete do

deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). Cerca de 30 homens do Corpo de Bombeiros permanecem acampados em frente à Alerj no centro da cidade. Em Campo Grande, na zona oeste da cidade, mulheres de integrantes da corporação e servidores da área de saúde ocuparam uma faixa da avenida Cesário de Melo, a principal do bairro. Com faixas, cartazes e um carro de som, o grupo, formado por dezenas de manifestantes, seguiu para o hospital Rocha Faria e para o quartel da região. Na Barra da Tijuca, um grupo ocupou duas faixas da avenida Ayrton Senna. Houve protesto também na avenida Brasil, principal via expressa de acesso ao centro da cidade, onde um pequeno grupo ocupou uma das seis faixas de rolamento. Em Angra dos Reis, município do sul fluminense, bombeiros também protestaram contra a prisão dos colegas. Segundo os manifestantes, entre os detidos estão 90 homens lotados no quartel da cidade, que estavam participando das manifestações por melhores salários. Com as prisões, Angra ficou com apenas a metade do efetivo que atua no município. De acordo com o comando do Corpo de Bombeiros, os detidos serão autuados por motim, dano em viatura, dano às instalações e impedir e dificultar a saída para socorro e salvamento, crimes tipificados no Código Penal Militar. As penas variam de 2 a 10 anos de prisão. A auditoria da Justiça Militar do Rio informou que ainda não recebeu a comunicação oficial das prisões e que “aguarda a distribuição do plantão”, já que os bombeiros foram presos no fim de semana. Também não há, até agora, qualquer informação sobre pedidos de *habeas corpus*. Entre as principais reivindicações da categoria, que já promoveu desde abril dezenas de paralisações, está o aumento salarial de R\$ 950 para R\$ 2 mil e vale-transporte.

Na Décima Primeira ação civil pública ajuizada contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), o Ministério Público Federal (MPF) no Pará pede a suspensão da licença de instalação concedida pelo Ibama no início do mês de junho. A ação aponta o descumprimento das condições prévias exigidas para preparar a região para os impactos ambientais e sociais da obra. O MPF, com base em um parecer técnico do Ibama, argumenta que condicionantes nas áreas de saúde, educação, saneamento, navegabilidade e no levantamento das famílias atingidas não foram cumpridas pelo consórcio empreendedor. Segundo o MPF, o Ibama concedeu a licença de instalação considerando as condicionantes como estando em fase de cumprimento ou parcialmente atendidas. Para o Ministério Público, ao não conferir as exigências que o próprio órgão ambiental impôs à Usina de Belo Monte, o Ibama atingiu o “limite da irresponsabilidade” e que a criação de conceitos flexíveis para avaliar as condicionantes serve apenas ao interesse da empresa responsável pela obra. “Mas não serve, em absoluto, ao interesse da sociedade amazônica e brasileira, que esperavam ver um licenciamento rigoroso e exemplar para a obra que vai consumir o maior volume de recursos públicos dos últimos 30 anos”, diz o MPF na ação. De acordo com o procurador da República no Pará, Ubiratan Cazetta, das 11 ações impetradas apenas uma foi julgada até o momento.

A greve dos técnico-administrativos de universidades públicas é reforçada neste dia 6 com a adesão de funcionários de 13 instituições. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), que coordena o movimento grevista, ainda não sabe dizer, entretanto, o percentual de servidores parados. O sindicato pede que o piso da categoria seja reajustado em, pelo menos, três salários mínimos. De acordo com Léia Oliveira, coordenadora-geral da entidade, hoje o vencimento desses servidores é R\$ 1.034. “Temos o menor piso de todo o serviço público federal”, disse. A entidade já tinha iniciado as negociações com o Ministério do Planejamento, mas segundo Léia Oliveira, não foi apresentada uma contraproposta às reivindicações dos profissionais. “O eixo principal da pauta é que haja uma garantia de previsão do reajuste da categoria na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] de 2012, que já está sendo trabalhada pelo governo”, afirmou. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), ainda não há informações de que o movimento grevista esteja afetando o funcionamento das universidades. Os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Santa Catarina (região Sul), aderiram neste dia 6 pela greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada durante uma reunião em frente à reitoria da

universidade. Cerca de 200 funcionários participam do encontro. O coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, Celso Ramos Martins, afirma que ainda não é possível dizer quantos servidores devem aderir à greve e se os serviços da universidade –como o funcionamento do Hospital Universitário e , a Biblioteca Universitária, e a manutenção dos centros de ensino– serão prejudicados. A previsão é de que os servidores do Restaurante Universitário paralise suas atividades a partir do dia 7 de junho.

Cerca de 200 alunos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) protestam contra a infraestrutura precária da Escola de Medicina, Veterinária e Zootecnia em Salvador – Bahia (região Nordeste). Segundo os estudantes, as salas de aula improvisadas não contam com água potável, e luz elétrica, além de não comportarem o número de alunos. De acordo com o coordenador do Centro Acadêmico da Veterinária, João Victor Oliveira, o maior problema são as obras de ampliação da universidade, que foram paralisadas. Para a realização das melhorias, os estudantes foram deslocados para um prédio anexo, sem a mínima estrutura necessária. Ele disse ainda que as obras estão paralisadas há mais de um ano e que nada foi feito pela universidade para resolver o problema. A assessoria da universidade informou que membros da pró-reitoria de graduação realizaram uma reunião com os estudantes e que medidas serão tomadas para que as obras sejam retomadas. Os estudantes aguardam uma nova reunião para que a universidade apresente as ações que serão implementadas, caso contrário eles pretendem continuar os protestos.

3º feira 07

Um grupo de bombeiros continua acampado nas escadarias do Palácio Tiradentes, sede da Alerj, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes garantem que só sairão quando os 439 bombeiros presos forem soltos e anistiados. Além disso, a classe pede que as negociações com o governo do estado avancem. O presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, deputado Mendonça Prado, do Partido Democrata (DEM), que foi ao Rio a acompanhar o protesto, mostrou preocupação com a dimensão do movimento por melhores salários, que pode se estender para outras corporações pelo Brasil. “Nós precisamos encontrar uma saída para o problema do Rio de forma urgente. Eu tenho plena convicção de que haverá bom-senso. Acho impossível manter mais de 400 bombeiros presos. O governador tem que ter sensibilidade”, disse. Ainda neste dia 7 de junho a juíza Maria Izabel Pena Pieranti, do Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio, negou o pedido de *habeas corpus* para o bombeiro Alexandre Magnus Mesquita Novelino, um dos 439 presos. O pedido de liberdade para o bombeiro Alexandre Novelino foi impetrado no dia 4, dia da prisão, e na decisão a magistrada alegou que a matéria não é de sua competência e sim da Auditoria da Justiça Militar do estado. Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio, somente na tarde deste dia 7 é que a juíza Ana Paula Pena Barros, da Justiça Militar, recebeu os autos da prisão em flagrante com a identificação e depoimentos de cada um dos 439 bombeiros militares presos. Os documentos já foram encaminhados para o Ministério Público, que dará o parecer sobre a legalidade ou não das prisões em flagrante. Ainda de acordo com o Tribunal de Justiça do Rio, depois de examinados, os autos voltarão para a Justiça Militar, que então decidirá se mantém aos bombeiros presos ou se eles responderão ao processo em liberdade. Os 439 bombeiros presos rejeitaram, no início da tarde, a proposta do comando-geral da corporação para ser transferidos do quartel do Corpo de Bombeiros, em Jurujuba, Niterói, para as unidades onde são lotados. Para a representante da Associação dos Ativos, Inativos e Pensionistas das Polícias Militares, Brigadas Militares e Corpos de Bombeiros do Brasil (Assinap), Sônia Regina Samary, a proposta de transferir aos militares para as unidades onde estão lotados objetiva separá-los para enfraquecer o movimento. A juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros, da Auditoria da Justiça Militar do Rio, negou a esta o relaxamento da prisão dos 431 bombeiros. Na decisão, a juíza concluiu não haver qualquer nulidade no auto de prisão em flagrante. Segundo ela, “a custódia cautelar de todos os militares mostra-se imprescindível à garantia da ordem pública, por

conveniência da instrução criminal e para a manutenção dos princípios da hierarquia e da disciplina militares, que se encontram flagrantemente ameaçados”. Ainda de acordo com a decisão liberada pelo Tribunal de Justiça do estado, ao invadir o quartel central, desrespeitar seus superiores e danificar o patrimônio público, subvertendo a ordem assegurada pela Constituição, e exigindo a intervenção da Polícia Militar para a retomada da unidade, “os bombeiros extrapolaram, e muito, seu exercício do direito de lutar por melhores condições de vida pessoal e profissional”.

Representantes de associações e sindicatos da área de segurança pública decidem, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), que só vão apresentar uma nova proposta de reajuste salarial quando os 439 bombeiros presos forem libertados. Segundo Vanderlei Ribeiro, presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro, todas as entidades que estiveram reunidas pela manhã na sede da instituição no centro da cidade apóiam a decisão, inclusive os policiais que também já sinalizam a adesão às manifestações por melhorias salariais. O grupo vai apresentar novamente a proposta que foi defendida na reunião do dia 6 de junho com o comandante-geral da corporação e o presidente da Alerj, Paulo Melo. A estratégia é anistiar os militares presos com base em uma lei federal que já foi usada em casos semelhantes em outros estados. O coronel Simões alertou que a decisão de soltura deve ficar nas mãos da Justiça.

A Organização Não Governamental (ONG) Anistia Internacional reivindica das autoridades do Brasil que investiguem os atos de violência no campo e encerrem o ambiente de intimidação que há no Norte do país. Em comunicado, divulgado na página da entidade, a ONG destaca os últimos episódios envolvendo pistoleiros e camponeses. Apenas no final do mês de maio, quatro ambientalistas foram assassinados na região. A entidade critica a atuação das forças policiais no Brasil. “A polícia não tem respondido adequadamente às reclamações sobre os ataques e ainda há mais a cultura da impunidade”, diz a ONG. A Anistia Internacional afirma ainda que para conter a violência no campo é necessário garantir a proteção às pessoas ameaçadas e investigar de forma plena as denúncias. “Estamos muito preocupados com a segurança das famílias nessas comunidades, que vivem constantemente com medo, após as mortes de seus líderes que estavam ‘marcados para morrer’ por pistoleiros contratados”, disse o pesquisador da Anistia Internacional para o Brasil, Patrick Wilcken. “As autoridades devem completar o processo de reforma agrária na região e levar segurança a longo prazo para as comunidades ameaçadas”. A Anistia Internacional citou os estudos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, indicando que as disputas de terras no Brasil causaram mais de mil assassinatos desde 1970. Do total, poucos foram investigados e levados à Justiça. A reação da Anistia Internacional ocorre no momento em que o governo enviou ao Pará uma força-tarefa, formada por homens da Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, a Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas. O estado do Pará, segundo dados do governo, concentra o maior número de ameaças no campo. A campanha de combate à violência foi determinada pela presidenta Dilma Rousseff durante uma reunião no dia 3 de junho. Participaram do encontro os governadores do Pará, Simão Jatene, do Amazonas, Aziz Elias, e de Rondônia, Confúcio Moura, além dos ministros Nelson Jobim (Defesa), José Eduardo Dutra (Justiça), Maria do Rosário (Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos), Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência) e Afonso Florence (Desenvolvimento Agrário).

Professores em greve há cerca de 42 dias são impedidos de assistir a votação do reajuste salarial na Câmara Municipal em Fortaleza – Bahia (região Nordeste). A Guarda Municipal usou spray de pimenta para dispersar aos manifestantes. Ainda assim, eles permanecem em frente ao portão para evitar o quórum necessário para a votação. Um dos manifestantes foi atropelado durante os protestos, mas passa bem.

Professores da rede estadual de educação entram em greve por tempo indeterminado no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No total, são cerca de 1,2 milhão de alunos nas 1.652 escolas fluminenses, com 80 mil funcionários. Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação

(SEPE), cerca de 60% dos profissionais já aderiram ao movimento. Já a secretaria estadual de educação informou que menos de 2%, dos 51 mil professores, teriam paralisado suas atividades nos dois primeiros turnos. A rede estadual de ensino conta com 1.457 unidades escolares e 1,2 milhão de alunos, sendo 51 mil regentes de turma. Os educadores reivindicam um reajuste de 26% sobre o salário atual, que é de R\$ 765,66. Eles também querem a incorporação imediata de gratificação por cumprimento de metas e descongelamento do plano de carreira, entre outras medidas.

O contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que foi leiloado em dezembro de 2010, é assinado no Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A usina deverá começar a ser construída em agosto e a previsão é de que fique pronta em janeiro de 2015. O presidente da empresa Neoenergia, uma das responsáveis pela obra, Marcelo Corrêa, disse que espera que a licença de instalação do empreendimento, que permite o início da construção da obra, seja emitida em até 90 dias. O grupo que vai construir a usina também é formado pelas empresas Furnas, Eletrosul e Odebrecht. A hidrelétrica terá potência instalada de 1.820 megawatts e será construída no rio Teles Pires, entre os estados de Mato Grosso (região Centro-oeste) e do Pará (região Norte). De acordo com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a construção da usina vai gerar cerca de 4,2 mil empregos diretos e indiretos, e todos os equipamentos utilizados serão construídos no Brasil. O custo estimado é de R\$ 3,3 bilhões. Segundo Lobão, a energia gerada pela usina é suficiente para abastecer ao 8% de todas as residências do país. “É uma iniciativa do governo federal para garantir a segurança energética da que o país necessita. Vem se juntar ao parque brasileiro de fornecimento de energia limpa e renovável”.

O ex-ativista italiano Cesare Battisti será libertado depois de 4 anos preso no Brasil. O STF entendeu, por maioria, com placar de 6 votos a 3, que Battisti deve ser solto porque a decisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que negou a extradição no final de seu mandato, é legal. A partir de agora, o italiano pode ser solto a qualquer momento. Battisti foi preso no Rio de Janeiro em 2007 e encontra-se detido preventivamente em Brasília desde então. Ele foi condenado à prisão perpétua na Itália pelo assassinato de 4 pessoas na década de 1970, quando integrava o grupo Proletários Armados pelo Comunismo. Por este motivo, a Itália entrou com um processo de extradição em maio de 2007, que foi negado definitivamente neste dia 8 de junho, após de ser apreciado 3 vezes pelo STF. A primeira vez em que o STF julgou o caso foi em novembro de 2009, quando decidiu, por 5 votos a 4, que o italiano deveria ser extraditado, mas que a palavra final cabia ao presidente da República. Em dezembro do mesmo ano, o plenário reuniu-se novamente para rever a decisão e determinar que o presidente deveria basear sua decisão no acordo de extradição firmado entre os dois países. No último dia de seu mandato, em 31 de dezembro, Lula decidiu manter o italiano no país. Inconformado, o governo italiano entrou com uma reclamação no STF contra a decisão de Lula, o que fez com que o caso fosse retomado. Nesse meio tempo, a defesa de Battisti entrou com dois pedidos de soltura, que foram negados pelo presidente da Corte, Cezar Peluso, e pelo relator, Gilmar Mendes, que entenderam que a palavra final caberia ao plenário. No julgamento de hoje, o relator Gilmar Mendes demorou cerca de 2 horas para dar seu voto. Ele defendeu a tese de que o ato de Lula foi ilegal e que o italiano deveria ser extraditado. Mendes foi acompanhado pelos ministros Ellen Gracie e Cezar Peluso. Para a ministra Ellen Gracie, Lula contrariou o dispositivo legal brasileiro que repudia o terrorismo. Ela falou que o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que embasou a decisão de Lula por meio de um juízo hipotético, “não faz juz à história da instituição”. Também afirmou que não existem atos isentos de controle jurisdicional no país. “O Brasil demorou muito para conseguir fazer valer um Estado Democrático [de Direito] e não pode voltar atrás nisso”. A maioria foi formada com os votos de Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio Mello. Os ministros Antonio Dias Toffoli e Celso de Mello não participaram do julgamento porque se declararam impedidos. O ex-ativista italiano Cesare Battisti foi solto por volta da meia-noite, do presídio da Papuda em Brasília, onde estava preso desde 2007.

4º feira 08

Os profissionais em educação da rede estadual de ensino de Minas Gerais (região Sudeste) deflagram greve. Os educadores reivindicam o cumprimento do Piso Salarial Nacional. Os educadores firmam que estão dispostos a permanecerem longe das escolas até que o governo cumpra a lei do piso (Lei 11.738/08).

Representantes da Associação de Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros, a Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a Associação de Ativos e Inativos da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares, do Clube de Cabos e Soldados da Polícia Militar e da Associação dos Oficiais Bombeiros no Rio de Janeiro (Região Sudeste), se reúnem com o Comandante do Corpo de Bombeiros para apresentar a unificação da pauta das corporações dos Polícias Militares e dos Bombeiros. Na pauta as categorias reivindicam um reajuste salarial de R\$ 900 para R\$ 2900. As entidades também anunciam a criação da Frente Unificada das Entidades de Classe da Segurança Pública, que recebe o apoio do Sindicato dos Polícias Civis.

Militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e do o Sindicato dos Bancários se reúnem com manifestantes da categoria dos bombeiros, acampados em frente à Alerj na cidade do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Os manifestantes foram ao local para levar doações e prestar solidariedade aos manifestantes que permanecem acampados no local.

5º feira 09

O governo do estado decide desmembrar o Corpo de Bombeiros da Secretaria de Saúde e antecipar o reajuste da categoria em uma tentativa de contornar a crise com os bombeiros do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Foi criada a Secretaria de Estado de Defesa Civil, que terá como secretário ao comandante dos bombeiros, coronel Sérgio Simões. O governo do Rio também decidiu antecipar de dezembro para julho os 6 meses de reajuste salarial para bombeiros, policiais militares, policiais civis e agentes penitenciários. Eles terão um índice de aumento de 5,58%. Segundo o governo do estado, a medida alcança 127.276 servidores, incluindo ativos, aposentados e pensionistas.

Cerca de 50 militares de quartéis da zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam uma passeata para se juntar a concentração dos Bombeiros em frente à escadaria da Alerj. Eles apóiam a luta dos servidores e reivindicam a liberdade e a anistia aos bombeiros que realizaram a ocupação do quartel central da categoria.

Deputados estaduais recolhem 27 assinaturas –quatro a mais que o necessário– para apresentar ao plenário da Alerj uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) concedendo anistia administrativa aos bombeiros que participaram das manifestações por reajustes salariais e melhores condições de trabalho. A proposta é uma iniciativa dos deputados Clarissa Garotinho, do Partido Republicano (PR), Flávio Bolsonaro, do Partido Progressista (PP), Janira Rocha (PSOL), Marcelo Freixo (PSOL), Paulo Ramos, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Wagner Montes (PDT), Lucinha, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Rosângela Gomes, do Partido Republicano Brasileiro (PRB). Para Marcelo Freixo, o principal no momento é libertar aos 439 bombeiros presos e garantir que nenhum deles será punido. “A sociedade fluminense tem se manifestado a favor da mobilização dos bombeiros. Eles são vistos como heróis. Na memória da população está o [Morro do] Bumba e as tragédias da região serrana e de Angra dos Reis. Isso não combina com a prisão deles”. A proposta de emenda à Constituição do estado do Rio de Janeiro começará a ser discutida no dia 14, quando haverá sessão na Assembleia Legislativa. Hoje, o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Sérgio Simões, disse que sua nomeação para a chefia de recém-criada Secretaria de Estado de Defesa Civil lhe oferece maior poder para intermediar na

negociação entre o governo e a categoria. Até o dia 8, a categoria estava vinculada à Secretaria de Estado de Saúde. Simões defendeu a fórmula encontrada para aumentar o salário dos bombeiros. O governo decidiu antecipar de dezembro para julho o reajuste de 5,58%. “É uma demonstração clara do governo em relação à necessidade de repor o poder aquisitivo do Corpo de Bombeiros. Este é o primeiro movimento. É o que pode ser feito com o orçamento deste ano.””. Segundo ele, o salário atual de um bombeiro iniciante, sem dependentes, é de R\$ 1.187. Com o reajuste, passará para R\$ 1.265 e será pago no contracheque de agosto. O comandante afirmou ainda que sua prioridade é libertar os 439 bombeiros presos no quartel da corporação em Niterói. Ele também confirmou a troca no comando de 22 batalhões do Corpo de Bombeiros. O reajuste anunciado pelo governo foi criticado pelo presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (Aspra), Vanderlei Ribeiro. Ele classificou o percentual de recomposição salarial como um “absurdo”: “Isso não vai resolver o nosso problema. O nosso salário continuará a ser o pior do país”.

A AGU informa que a Nona Vara Federal do Pará acolheu os argumentos da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral da União (órgãos da AGU) sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Em resposta a uma ação civil pública, os dois órgãos sustentam que a usina não será construída em área indígena e não se pode confundir a localização do empreendimento com os impactos ambientais do projeto que poderiam afetar aos índios da região. A ação, apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pedia a suspensão de atos e processos administrativos relacionados à construção da usina. A entidade alegava que a usina não poderia ser instalada no local previsto porque invadiria terras indígenas. Para a utilização da área, seria necessária a aprovação de lei específica, conforme prevê a Constituição. Segundo a AGU, o Termo de Referência do Ibama para elaboração de estudos ambientais do empreendimento não incluiu as terras indígenas como áreas diretamente afetadas, já que não haverá perda territorial. A Nona Vara Federal do Pará acolheu os argumentos da União e destacou, na decisão, que o pedido do Cimi não tem fundamento.

6º feira 10

Cerca de 80 índios das etnias Arara e Cinta Larga acampam na entrada da Usina Hidrelétrica Dardanelos, em Aripuanã, no noroeste de Mato Grosso, a 976 kms. de Cuiabá (região Centro-oeste). Eles pedem que a concessionária Energética Águas da Pedra –controlada pelo grupo Neoenergia– execute medidas de compensação ambiental na região. Índios de outras etnias aguardam um “chamado” dos manifestantes para ocupar a usina, caso os pleitos não sejam atendidos, segundo Antônio Carlos Ferreira de Aquino, coordenador da Funai na cidade próxima de Juína. Em julho de 2010, cerca de 300 índios ocuparam o canteiro de obras da usina hidrelétrica e fizeram cinco funcionários da empresa como reféns. Eles só foram liberados depois de três dias. Em nota, a Energética Águas de Pedra afirma que está em dia com suas obrigações. Segundo a empresa, já foram fornecidos às etnias: barcos, motores de popa e camionetes. Também foram providenciadas carteiras de habilitação e exames médicos. Ainda segundo a nota, há ações que devem ser adotadas em parceria com o governo do estado e com a Prefeitura de Aripuanã, o que depende da assinatura de um convênio.

Profissionais da educação realizam uma passeata no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Ao final da passeata, os manifestantes presentes se juntaram ao acampamento de bombeiros na escadaria da Alerj.

Sábado 11

A maioria dos 430 bombeiros que estavam presos no quartel de Charitas, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) deixa a unidade. Inicialmente, os bombeiros informaram que faltavam ainda chegar dez alvarás de soltura, mas, segundo o deputado Marcelo Freixo (PSOL), 14 militares aguardam a libertação no quartel. Na noite do dia 10, um grupo formado por nove militares que estava preso no Grupamento Especial Prisional, em São Cristóvão, já havia deixado a unidade. A expedição dos alvarás de soltura atrasou, segundo o Tribunal de Justiça (TJ) do Rio de Janeiro, por causa de uma sobrecarga na rede de informática do próprio tribunal. Os documentos começaram a ser assinados no início da noite do dia 10 pela juíza titular da Auditoria da Justiça Militar do Rio, Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros. O *habeas corpus* foi conseguido por um grupo de deputados federais na madrugada do dia 10. A decisão que favoreceu aos presos foi do desembargador Cláudio Brandão, que estava de plantão judiciário na madrugada. Em parceria com a Auditoria Militar, técnicos da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) do TJ agilizaram a digitação dos alvarás. O cabo Laércio da Rocha Soares Filho, um dos líderes do movimento dos bombeiros por melhores salários, disse que as negociações só vão começar depois de que forem concedidas anistias criminal e administrativa a todos os 439 bombeiros que foram presos. Os bombeiros vão coletar assinaturas de apoio para a PEC estadual apresentada por alguns deputados à Alerj propondo anistia à categoria. Eles pretendem começar a coleta já na passeata de agradecimento à população pelo apoio ao movimento, marcada para o dia 12, em Copacabana. O cabo disse que a intenção dos bombeiros é deixar ainda hoje as escadarias da Alerj, onde estão acampados desde a prisão dos militares por policiais do Batalhão de Choque no quartel central da corporação. “O problema é que a desmobilização é complexa, uma vez que foi montada aqui uma estrutura muito grande, com comida, colchonetes, botijões de gás e água. Para carregar tudo isto nós precisamos de um caminhão e de um local para guardar os equipamentos. Mas devemos deixar o local ainda hoje”, informou.

Domingo 12

Militantes do MST e do MAB desocupam um canteiro de obras da construção da barragem da Usina Hidrelétrica Garibaldi, na cidade de Abdon Batista – Santa Catarina (região Sul). Os militantes integrarão a ocupação de terra na cidade Cerro Negro, onde os movimentos reivindicam a terra para a reforma agrária e o assentamento de mil famílias da região. Os militantes são contra a construção da usina.

Bombeiros do Rio fazem uma passeata na Praia de Copacabana – Rio de Janeiro (região Sudeste) para reivindicar melhores salários. A manifestação contou com apoio da população e de bombeiros de outros estados e de países da América do Sul, além de policiais militares, servidores públicos e parentes dos 439 militares que foram libertados do quartel de Charitas, em Niterói, no dia 11. Centenas de pessoas se concentraram em frente ao Hotel Copacabana Palace, de onde seguiram até o Posto 6. A passeata –que inicialmente era de protesto pela prisão dos bombeiros que ocuparam o quartel central da corporação, no centro do Rio, no último dia 4 de junho– transformou-se em uma manifestação de agradecimento à população depois de que os militares foram soltos, por meio de um *habeas corpus* concedido pela Justiça do Rio. A manifestação também serve de apoio ao pedido de anistias administrativa e criminal para os bombeiros que estiveram presos. Durante a manifestação, os bombeiros estão coletando assinaturas para a PEC estadual, apresentada por alguns deputados à Alerj, que torna possível a anistia à categoria. Matias Montecchia, diretor da Escola de Guarda-Vidas da Argentina, veio ao Rio representando o sindicato da categoria naquele país. Mostrando o seu próprio contracheque, ele condena a situação do que chamou de “colegas do Mercosul”. “O que nós queremos é prestar solidariedade aos nossos colegas do Rio, que têm um salário de pouco mais de R\$ 1.000. O governo está fazendo uma vergonha com isso”. Montecchia

mostrou o próprio contracheque para apontar a diferença salarial entre os bombeiros argentinos e brasileiros. Na Argentina, segundo ele, o salário inicial é de cerca de 7 mil pesos – o equivalente a cerca de R\$ 2.700. A professora Daniele Machado, com um salário mensal de R\$ 681,44, aproveitou a manifestação para apoiar aos bombeiros e criticar o baixo salário que recebe e as precárias condições de trabalho. “Preciso de duas matrículas para ter este salário. Daí o meu apoio aos bombeiros. Também aproveito para protestar contra as precárias condições de trabalho. Leciono nas escolas estaduais Almirante Barão de Teffé e Barão de Santa Margarida. Essa última, em Campo Grande, na zona Oeste da cidade, não tem cadeira suficiente para os alunos, que sentam no chão para assistir às aulas e não tem vidros nas janelas, o que é uma pouca-vergonha”, disse. De acordo com a Polícia Militar, 27 mil pessoas participam da passeata.

2º feira 13

Militantes do MST e do MAB realizam uma marcha na cidade de Abdon Batista – Santa Catarina (região Sul). A marcha é um ato contra a construção da barragem da Usina Hidrelétrica Garibaldi e busca dialogar com a população local e os trabalhadores da obra.

Cerca de mil trabalhadores da reforma do estádio do Castelão, em Fortaleza – Bahia (região Nordeste), uma das cidades sede da Copa do Mundo de 2014, fazem uma paralisação em protesto contra o não fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho, que já estava sendo negociado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral no estado há mais de 100 dias. Paralisam suas atividades também os trabalhadores da ampliação do Porto Pacém e das obras do metrô de Fortaleza, totalizando 3 mil trabalhadores. O consórcio Mendonça e Galvão negocia um Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral do estado do Ceará (Sintepav-CE) para garantir o andamento das obras. Segundo o presidente do Sintepav-CE, Raimundo Nonato Gomes, “o Estádio Castelão só será palco para os jogadores da seleção brasileira de futebol, se antes os jogadores da Construção Pesada entrarem em campo com uma remuneração satisfatória para o sustento da família e condições adequadas para o exercício da função. Não estamos preocupados apenas com as obras para receber turistas, estamos tentando garantir condições para os trabalhadores e para o Ceará antes, durante e pós Copa do Mundo. A Copa passa e nós da classe que luta todos os dias ficaremos aqui. Então, temos que nos unir para que não sobre para nós apenas a bagunça para arrumar depois da festa”. O sindicato patronal e o Sintepav-CE fizeram uma reunião onde assinaram a Convenção Coletiva de Trabalho, garantindo aos 25 mil trabalhadores da construção pesada no estado um aumento de 13% sobre o salário base.

A paralisação dos técnicos administrativos já chega a 35 universidades federais desde que a greve da categoria foi deflagrada há cerca de uma semana. De acordo com a Fasubra, ainda não há um levantamento sobre o percentual de servidores parados. A federação pede que o piso da categoria seja reajustado em pelo menos três salários mínimos. De acordo com a coordenadora-geral da entidade, Léia Oliveira, atualmente os servidores recebem R\$ 1.034. Uma das reivindicações é que a próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias já traga a previsão do reajuste. As negociações com o Ministério do Planejamento foram suspensas desde a deflagração da greve e, de acordo com a instituição, não há previsão de nova reunião para discutir a pauta de reivindicações. O risco, no caso de uma greve prolongada, é que o início do próximo semestre fique comprometido, já que não há como processar as matrículas se as áreas administrativas estiverem fechadas.

3º feira 14

Militantes do MST ocupam uma fazenda na cidade de Cáceres e também na cidade Glória d'Oeste – Mato Grosso (região Centro-oeste). Cerca de 370 famílias estão acampadas nas fazendas. O movimento reivindica a realização da reforma agrária e denuncia que as fazendas são improdutivas e logo não cumprem sua função social.

O governador do Rio de Janeiro (região Sudeste), Sérgio Cabral, volta a defender a política de reajuste salarial oferecida pelo governo ao Corpo de Bombeiros, que prevê ganhos de 1% ao mês até 2014. Perguntado sobre a iniciativa de parte do Legislativo estadual para elevar o salário da tropa, de apresentar emendas à antecipação de 5,58% oferecida pelo governo para encerrar a crise, Cabral disse que é preciso cautela orçamentária para garantir o equilíbrio das contas públicas. “Você tem que ter uma política inteligente, sensata, e eu tenho certeza que a maioria absoluta dos parlamentares tem essa visão. Tivemos uma votação que nos trouxe de volta ao Palácio Guanabara para continuarmos governando com sensatez, com equilíbrio. Fazer o discurso fácil encanta, mas você pode morrer desse veneno. E eu não quero permitir isso”, afirmou Cabral, durante a inauguração de novas instalações da maternidade do Hospital Estadual Albert Schweitzer, na zona Oeste da cidade. O governador afirmou ainda que o efetivo de bombeiros do Rio –a quem chamou de “instituição valorosa e querida”– é proporcionalmente muito superior ao de todos os estados. “O Rio de Janeiro tem 16.500 bombeiros militares, com 16 milhões de habitantes. São Paulo tem 40 milhões de habitantes, como 8.500 bombeiros. Minas Gerais tem 20 milhões de habitantes, com 5 mil bombeiros militares. Sergipe, que é dado pelos líderes desse movimento como referência de excelente salário, tem 630 bombeiros. De maneira que nós temos que ter responsabilidade. Esta política tem que seguir uma estratégia, que não é o ideal, mas é o possível”. Segundo números apresentados pelo governo fluminense, o efetivo de 16.550 bombeiros do Rio de Janeiro corresponde ao 25% do número total de bombeiros em todo o país, de 67.029.

Em resposta à proposta de fechamento provisório da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), feita em audiência pública pela comissão especial da Alerj criada para acompanhar os desdobramentos da implantação da siderúrgica em Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), a companhia negou que as operações da empresa sejam responsáveis pelo assoreamento e contaminação da Baía de Sepetiba. No comunicado, “a ThyssenKrupp CSA nega veementemente as acusações apresentadas hoje em audiência pública na Alerj e esclarece que as operações da empresa não são responsáveis pelo declínio das atividades de pesca na região, como já comprovado em estudos e análises dos órgãos competentes”. Na nota, a siderúrgica informa ainda “que se encontra aberta para prestar quaisquer tipos de esclarecimentos necessários, caso seja interpelada por entidades governamentais”. “A empresa ressalta seu firme compromisso em oferecer e respeitar as normas de saúde, segurança e meio ambiente exigidas pela legislação brasileira, tanto para os 5.500 funcionários [diretos e indiretos], como para a comunidade de Santa Cruz, na zona Oeste do Rio de Janeiro”.

Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que o 94% de 660 pisos salariais reajustados em 2010 foram elevados em percentuais superiores ao do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) amplamente utilizado nas negociações salariais. O INPC ficou em 6,47% em 2010. “O maior reajuste de piso salarial representou um ganho real de 34,3% acima do INPC-IBGE. O menor, uma perda real de 8,6%. Ambos os reajustes foram observados no setor industrial”, afirmou o Dieese no estudo. Quase um terço dos pisos possui valor de até R\$ 550, e pouco mais da metade de até R\$ 600. Os pisos superiores a R\$ 1 mil representam apenas o 6% dos contratos analisados. O valor médio dos pisos foi de R\$ 669,16. De acordo com o levantamento, o maior piso salarial (R\$ 2,6 mil) foi observado no setor de serviços, que também apresentou a

melhor média (R\$ 719,38). Na análise por regiões do país, os maiores pisos salariais pertencem aos acordos assinados nas regiões Sudeste e Nordeste, com R\$ 2.600 e R\$ 2.381,82, respectivamente.

4º feira 15

Servidores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no Paraná (região Sul) aderem a greve nacional dos servidores técnico administrativos da Instituições Federais de Ensino Superior. A estimativa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná (Sinditest) é de que 6,5 mil profissionais aderiram à mobilização. Os funcionários possuem uma pauta local e uma nacional. De acordo com o vice-presidente do Sinditets, Antônio Nérís de Souza, a pauta estadual é prioridade. Eles reivindicam contratação de novos profissionais e definição da situação daqueles que trabalham temporariamente no Hospital de Clínicas, vinculado à UFPR. Souza afirmou que no hospital existem 130 leitos fechados por falta de profissionais. “Nós não podemos permitir isso. É um grande hospital, com equipamento, que está fechado por falta de servidores”, relatou o vice-presidente. Na pauta nacional, uma das reivindicações é o aumento do piso salarial. A categoria recebe atualmente 1,8 salários mínimos. Os profissionais querem que a remuneração passe para três salários mínimos e que a cada dois anos haja um reajuste de 5%. A negociação é feita diretamente com o Ministério da Educação (MEC). Mesmo sem uma audiência marcada com autoridades federais, Souza declarou que o Paraná vai encaminhar três representantes, que devem se unir à profissionais de outras 37 universidades federais que estão em Brasília. Segundo o Sinditest, o sindicato possui 6,5 mil profissionais na base de representatividade. No Brasil, a greve deve atingir 170 mil profissionais.

O ministro Celso de Mello, relator da ação que pede a liberação de manifestações conhecidas como a Marcha da Maconha, entende que os eventos são legais e não fazem apologia ao consumo de drogas. Ele foi o primeiro a votar no julgamento, no STF, que decidirá se as marchas que defendem a legalização de drogas são consideradas apologia ao crime. Em um voto longo, ele defendeu que o Estado tem a obrigação de proteger a liberdade de reunião e de expressão e que jamais deve interferir nesses direitos, garantidos pela Constituição, para atender a interesses oficiais ou privados. “A questionada e tão reprimida Marcha da Maconha é a evidência de cómo se interconectam os direitos constitucionais, todos merecedores do amparo do Estado. As autoridades, longe de transgredi-los, tinham que protegê-los, mostrando tolerância e respeito por quem está em espaço público pretendendo transmitir mensagem de abolicionismo penal”, afirmou Celso de Mello. As decisões judiciais que proibiram a realização da Marcha da Maconha, em diversas cidades brasileiras, argumentavam que os eventos fazem apologia ao uso de entorpecentes, o que é proibido pela legislação penal. Entretanto, Celso de Mello afirma que, “no caso da Marcha da Maconha, não há enaltecimento do porte para consumo e do tráfico de drogas ilícitas, que são tipificados na vigente Lei de Drogas. Ao contrário, resta iminente a tentativa de pautar importante e necessário debate das políticas públicas e dos efeitos do proibicionismo”. Para o ministro, é livre a manifestação do pensamento sobre qualquer assunto, respondendo cada um, da forma legal, pelos danos que cometer. “Nada se revela mais nocivo e perigoso que a pretensão do Estado de reprimir a liberdade de expressão, principalmente de ideias que a maioria repudia. O pensamento deve ser sempre livre”, resumiu. Mello também afirmou que a polícia não tem o direito de intervir em reuniões pacíficas e lícitas em que não haja lesão ou perturbação da ordem pública. “Longe dos abusos que têm sido perpetrados pelo aparato policial, é preciso adotar medidas de proteção aos participantes, os resguardando das tentativas de oficiais e particulares de desmanchá-las”. O ministro chegou a citar, em seu voto, o grupo Planet Hemp, que fez sucesso, na década de 1990, abordando o uso da maconha em suas músicas. Acusados de apologia ao consumo de drogas, os integrantes do grupo foram presos em Brasília, em 1997, após um *show*. O ministro considerou a repressão como “uma interferência brutal no processo de produção intelectual e artística”. O

ministro Luiz Fux acompanhou o voto do relator do caso, Celso de Mello, pela liberação da Marcha da Maconha. Entretanto, o ministro fez ressalvas, como a proibição da participação de crianças e adolescentes nos eventos. A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal em 2009 e pedia que o Artigo 287 do Código Penal fosse interpretado conforme a Constituição. O artigo prevê pena de detenção de até 6 meses para quem faz, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime. Como o consumo da maconha é proibido no Brasil, vários juízes estavam impedindo a realização das marchas por entenderem que elas faziam apologia ao crime.

O Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (TRT-SP) determina que os ferroviários de São Paulo (região Sudeste) tenham seus salários reajustados em 3,29%, retroativos a 1º de março deste ano. O valor estabelecido pelo tribunal ficou próximo ao que tinha sido oferecido pela CPTM aos funcionários: 3,27%. Em campanha salarial, os ferroviários chegaram a parar o funcionamento dos trens metropolitanos no dia 2 de junho, prejudicando a mais de 2,4 milhões de passageiros que usam esse meio de transporte diariamente. Os trabalhadores pediam um aumento real de 5%, vale refeição de R\$ 19 por dia e implantação de um novo plano de carreira. No julgamento deste dia 15, o TRT considerou a greve legal e não abusiva, já que atendeu aos requisitos formais previstos na lei que regulariza o direito de greve. O tribunal determinou ainda que a companhia pague os dias parados aos grevistas e dê estabilidade de 60 dias aos trabalhadores “para fins de pacificação no ambiente de trabalho”. O TRT também estabeleceu que a CPTM dê um aumento real de 3,5% sobre os salários já corrigidos e vale refeição de R\$ 18, que representa um acréscimo do 15,16% sobre o valor atual.

5º feira 16

Bombeiros militares acampam nas escadarias da Alerj em mais uma manifestação pela anistia administrativa para os 429 colegas presos durante a invasão ao quartel central da corporação, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo, formado por cerca de 500 pessoas, contou com apoio de parentes, profissionais da área de saúde e professores da rede estadual de ensino em greve há mais de uma semana. Como não houve consenso entre o governador Sérgio Cabral (PMDB) e os deputados estaduais, que participam das negociações com o Executivo, os bombeiros decidiram pernoitar nas escadarias da Alerj e, caso não haja acordo para anistia dos militares denunciados pelo Ministério Público Estadual, os manifestantes vão ficar acampados no local até o dia 26, quando irão a Brasília a conversar com os deputados federais da bancada do Rio. O cabo do Corpo de Bombeiros Benevenuto Daciolo disse estar preocupado com a possível contratação de bombeiros temporários para substituir aos colegas parados, e lamentou que o governo estadual não tenha procurado os líderes do movimento para um acordo. Segundo ele, os bombeiros estão recolhendo assinaturas da população em um abaixo-assinado a favor de anistia administrativa para os colegas acusados de invadirem o quartel central da corporação.

Cerca de 6 mil servidores públicos federais ligados a 32 entidades sindicais participam de uma marcha na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para chamar a atenção e exigir uma resposta do governo às suas reivindicações. Entre as reivindicações da categoria estão a paridade de vencimentos entre ativos e inativos, a incorporação de gratificações, política salarial que garanta a reposição das perdas inflacionárias e a realização de concursos. Após manifestações nos dias 16 de fevereiro e 13 de abril, em Brasília, os servidores foram recebidos pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que abriu um calendário de negociação na Secretaria de Recursos Humanos da pasta. Eles afirmam, porém, que, desde então, não houve avanço nas negociações. A mobilização é em torno de uma pauta comum a várias categorias, mas há também demandas específicas. A realização de concursos públicos, por exemplo, é uma reivindicação comum, embora os servidores afirmem que o problema da falta de pessoal é mais grave nas áreas de saúde e Previdência. “Hoje um dos maiores problemas enfrentados pelos

servidores é sobrecarga de trabalho, por causa da falta de pessoal. Na saúde e na Previdência, isso é pior”, destaca Hélio de Jesus, diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Fenasps). Os servidores públicos são contra a Medida Provisória nº 520, que autoriza ao governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A., para gerenciar os hospitais públicos universitários. E também não concordam com o corte de mais de R\$ 50 bilhões do Orçamento, por entender que tal medida inviabiliza a prestação de serviços públicos. “Economizar tirando da saúde e da educação é um equívoco”, protesta Paulo Barela, representante da Central Sindical Popular. Os servidores pedem ainda a retirada do Projeto de Lei (PL) 248/98, que prevê a perda de cargo público por insuficiência de desempenho, e do PL 549, que congela os salários por 10 anos. Antes de ir seguir para a esplanada, servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fizeram uma paralisação em frente ao seu prédio. Segundo Marcos Crispim, integrante da Associação dos Servidores do MDA, além das reivindicações comuns aos demais funcionários públicos federais, eles pedem uma reunião com o ministro Afonso Florence, para tratar de assuntos específicos da área.

Entidades ligadas à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) deixam a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Os indígenas estão indignados com o que classificam como “descaso e a paralisia” do governo federal diante dos “graves problemas enfrentados por mais de 230 povos indígenas”. A comissão é a principal responsável por organizar a atuação dos diversos órgãos federais que trabalham com os povos indígenas. Ela reúne representantes das organizações regionais indígenas, membros do governo e de organizações indigenistas. Em nota, a Apib afirma que o rompimento das relações com o governo federal deve durar até que a presidenta Dilma Rousseff e seus ministros recebam aos representantes do movimento. Além de definir uma agenda de trabalho, as organizações indígenas querem que o Palácio do Planalto assuma o compromisso de atender às reivindicações apresentadas pelo movimento durante o Acampamento Terra Livre, mobilização que ocorreu nos 2 e 5 de maio, em Brasília. Entre as principais demandas dos índios, estão maior atenção à saúde indígena, o fim da criminalização e da violência contra lideranças do movimento e agilidade no processo de demarcação de terras indígenas. A Apib também critica a construção de grandes empreendimentos em reservas legais sem consulta prévia às populações. Como exemplo, a entidade citou a Usina de Belo Monte e a transposição do Rio São Francisco. Criada em 2005, a Apib reúne a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), a Grande Assembleia do Povo Guarani e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Professores em redes municipais e estaduais fazem uma greve em pelo menos oito estados brasileiros. Eles são São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro (região Sudeste), Mato Grosso (região Centro-oeste), Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará (região Nordeste) e Santa Catarina (região Sul). A porcentagem de escolas paradas varia por estado e chega a até o 70% no caso da rede estadual de Santa Catarina e no Centro Paula Souza, de ensino técnico, em São Paulo. A maior parte dos grevistas luta pela adoção de piso salarial estabelecido pelo governo federal, de R\$ 1.187,14 por 40 hs. trabalhadas, que é o “vencimento básico” da categoria. Ou seja, gratificações e outros extras não entram na conta.

Operários que trabalham nas obras de modernização do Mineirão, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), para a Copa do Mundo de 2014 decidem em assembleia manter a greve iniciada no dia 15. Eles reivindicam melhores salários e condições de trabalho. Pedreiros, carpinteiros e armadores, que recebem um salário de R\$ 926, querem aumento para R\$ 1.250. Ajudantes de pedreiro, que ganham R\$ 605, pedem R\$ 850. Também pedem o aumento das horas extras de 60% para 100%. A Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa)

informou que acompanha o processo de negociação dos trabalhadores com o Consórcio Minas Arena –das construtoras Construcap, Egesa e Hap– e que aguarda uma solução rápida para a paralisação parcial, que atinge a cerca de 40% da obra. A conclusão da reforma está mantida para dezembro de 2012, garante a Secopa, que divulgou fotografias de alguns operários fazendo reparos estruturais na área externa e, na interna, serviços de contenção e fundação. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte e Região, Osmir Venuto, os operários não receberam nenhuma proposta salarial do Consórcio Minas Arena. “Ofereceram uma cesta básica de 30 kgs., que custa R\$ 60. Daria R\$ 2 por dia. Isso não é aumento, é esmola. Prometeram arrumar os banheiros da obra e colocar mais chuveiros com água quente, mas a lei já determina isso. Também disseram que voltariam a conversar sobre salário daqui a 10 dias, mas só se o trabalhador voltasse ao serviço. Queremos uma proposta satisfatória e imediata”, disse Osmir, reforçando que 500 operários vão continuar de braços cruzados.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprova a liberação comercial de algodão geneticamente modificado tolerante ao herbicida glifosato. O pedido de liberação foi feito pela multinacional Monsanto. O presidente da Comissão, Edilson Paiva, disse que o glifosato não traz risco à saúde da população. “A missão da comissão [CTNBio] é analisar ideologicamente esses organismos geneticamente modificados. Se foi aprovada pra liberação comercial, é que as análises mostraram que ele deve ser tão seguro quanto as suas versões convencionais”, disse. A comissão também liberou o pedido da Du Pont do Brasil para a comercialização do milho transgênico desenvolvido pela empresa. A CTNBio aprovou ainda duas vacinas contra doenças que afetam as aves, a bouba, que causa lesões nas pernas e na cabeça do animal; e a laringotraqueíte, doença respiratória altamente contagiosa causada por um herpes vírus. As duas vacinas, segundo Edilson Paiva, são produzidas por técnicos de engenharia genética e vão ser usadas no combate à doenças aviárias, na indústria de produção de carne de aves.

6º feira 17

A greve dos técnicos administrativos das universidades federais já conta com a adesão de servidores de 44 instituições. Desde o início da paralisação há quase duas semanas, o movimento grevista não conseguiu reunir-se com o Ministério do Planejamento para que as negociações sejam retomadas. O impasse já prejudica aos estudantes e pode colocar em risco o calendário universitário. No dia 16, integrantes da Fasubra participaram de uma mesa-geral de negociação salarial no Ministério do Planejamento com representantes de diversas categorias. Segundo Paulo Henrique dos Santos, coordenador-geral da entidade, não houve nenhuma discussão específica sobre a situação dos técnicos das universidades federais, mas a promessa de que uma nova reunião será agendada para a retomada das negociações. O movimento pede que o piso da categoria seja reajustado em pelo menos três salários mínimos e a abertura imediata de concursos públicos para a substituição dos funcionários terceirizados. De acordo com a Fasubra, hoje os servidores recebem R\$ 1.034. Apesar de os técnicos não terem ligação direta com a sala de aula, a paralisação começa a afetar a rotina das instituições. Na Universidade de Brasília (UnB), onde os servidores aderiram ao movimento, a biblioteca e o restaurante universitário estão fechados. Neide Aparecida Gomes, diretora em exercício da biblioteca, explica que não é possível manter o espaço aberto sem os funcionários. Apenas o serviço de devoluções estar funcionando, como forma de proteger o acervo. O coordenador-geral da Fasubra explica que os funcionários mantêm os serviços que não podem ser interrompidos, como projetos de pesquisa e o atendimento à população nos hospitais universitários. Nesta semana, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, o ministro da educação Fernando Haddad se dispôs a colaborar no processo de negociação, mas fez um apelo para que a categoria suspenda a greve. De acordo com Paulo Henrique dos Santos, os reitores das universidades federais também estão trabalhando como interlocutores para evitar que a paralisação prolongada prejudique o calendário. Com os servidores parados não é possível, por exemplo,

processar as matrículas do próximo semestre. “Em que pese o fato de que a gente não tem ligação direta com a sala de aula, trabalhamos toda a estrutura que dá condições aos professores de darem aula. Os processos de cadastramento, toda a parte burocrática é feita pelos técnicos”, explica o dirigente sindical.

Centenas de professores e outros profissionais de educação de escolas estaduais participam de uma manifestação na Candelária, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Eles seguiram em passeata até o prédio da Secretaria de Estado de Planejamento e pela avenida Rio Branco, em direção à Cinelândia, por uma faixa da via. De acordo com o Sepe, a paralisação, que teve início no dia 7 de junho, já atinge ao 65% das escolas do estado. Centenas de professores participam do protesto no centro do Rio. Os professores reivindicam um reajuste de 26%, incorporação da gratificação do Nova Escola e descongelamento do plano de carreira dos funcionários administrativos da educação estadual.

Sábado 18

Mais de 800 pessoas participam de um protesto pelos direitos das mulheres em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Chamado de Marcha das Vadias, o movimento reivindica que as mulheres possam se vestir e agir como quiserem, sem serem reprimidas por sua sexualidade. De acordo com a antropóloga Julia Zambini, uma das organizadoras da marcha, o movimento é feito por feministas que buscam a igualdade de gênero. “Ser chamada de vadia é uma condição machista. Os homens dizem que a gente é vadia quando dizemos ‘sim’ para eles e também quando dizemos ‘não’”, afirmou. “A gente é vadia porque a gente é livre”, destacou. O movimento mundial pelos direitos das mulheres surgiu no Canadá em abril deste ano e ficou conhecido como *Slut Walk*. O protesto foi organizado depois de um policial canadense ter dito que os diversos casos de violência sexual na Universidade de Toronto ocorriam porque as mulheres se vestiam como “vagabundas” – *slut*, em inglês. Desde então, protestos têm ocorrido em todas as partes do mundo, sempre com a presença de mulheres vestidas de forma provocante, com roupas curtas, biquínis ou calcinhas e sutiãs. No Brasil, a marcha também chama a atenção para o número de estupros ocorridos no país. Por ano, segundo a organização do evento, cerca de 15 mil mulheres são estupradas. Em Brasília, somente nos primeiros 5 meses do ano foram 283 casos registrados: média de 2 por dia. A Marcha das Vadias já ocorreu em São Paulo e em Recife. Em Brasília, o grupo caminhou do *shopping* Conjunto Nacional, zona Central da cidade, até a Torre de TV, onde se juntou a outro protesto: a Marcha da Liberdade.

A Marcha da Liberdade é realizada em Brasília – Distrito Federal (região Centro-este). O ato foi realizado pelo direito de protestar. Segundo informações da Agência Brasil, a Marcha da Liberdade ocorreu em mais de 40 cidades do país. O tema do protesto é amplo. A maioria dos manifestantes pedia o direito de protestar em favor da liberdade de comunicação, religiosa, sexual, entre outros. Em Brasília, menos de 50 pessoas participaram do evento, que foi integrado à Marcha das Vadias. O grupo caminhou da Torre de TV até o Museu da República, na Esplanada dos Ministérios.

A Marcha da Liberdade reúne cerca de 2,5 mil pessoas, na capital São Paulo – SP (região Sudeste), segundo a Polícia Militar. O protesto pela liberdade de expressão e contra a repressão policial em manifestações populares interrompeu o trânsito em um dos sentidos da avenida Paulista. Participaram do ato simpatizantes de diversas causas, como os favoráveis à legalização da maconha, o Movimento Passe Livre (MPL) e os defensores dos direitos de *gays*, lésbicas e transexuais. Para um dos organizadores do movimento, André Takahashi, a marcha conseguiu alcançar seus principais objetivos. “A Marcha da Liberdade já cumpriu o seu papel que é o de começar essa discussão sobre a liberdade de expressão e o uso das armas não letais”. O vice-presidente do Movimento Tortura Nunca Mais, Marcelo Zelic, afirmou serem necessárias mais restrições e regras

mais claras em relação ao uso de armamento não letal contra atos da sociedade civil. “O emprego de armamento não letal fere a Constituição quando usado contra pessoas que estão no seu direito de se manifestar”, ressaltou. Além de pautar a discussão sobre a liberdade de expressão, Takahashi destacou que a Marcha da Liberdade também foi importante para promover a interação entre os diversos movimentos sociais. Segundo ele, a partir de agora, existe uma “tendência” de que essa troca de experiências e cooperação continuem.

Representantes de diversos movimentos sociais caminham pela Praia de Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), durante a Marcha da Liberdade, que aconteceu em cerca de 40 cidades brasileiras. Segundo policiais militares que acompanhavam o protesto, mais de mil pessoas participaram do evento. De acordo com o organizador do evento, Renato Cinco, a manifestação, que seria inicialmente para defender a descriminalização do uso da maconha, ganhou o apoio de outros movimentos e mudou de nome. No dia 15 de junho, o STF decidiu liberar marchas pela descriminalização das drogas no país. “A princípio seria a Marcha da Maconha, mas muita gente resolveu se juntar para defender a liberdade como uma coisa mais ampla. Todos têm o direito de se expressar livremente e isso é o mais importante” disse. Segurando um cartaz que chamava a atenção para a existência de drogas liberadas pela legislação, como cigarro e álcool, o técnico de planejamento Leandro Schmidt defendia a descriminalização da maconha. “O capitalismo exige que algumas drogas sejam legalizadas, mas com a maconha é diferente. Não precisamos inventar a roda, ela [a maconha] já é liberada em outros países que têm inclusive regras de uso”, defendeu. A representante do movimento *gay* Márcia Marçal carregava uma bandeira com as cores do arco-íris para criticar a homofobia.

Membros da Igreja Batista do bairro de Bacacheri em Curitiba — Paraná (região Sul) realizam uma manifestação contra as drogas. A manifestação reuniu cerca de 1,4 mil pessoas. Participantes usaram camisetas roxas com mensagens antidrogas.

Domingo 19

Cerca de mil pessoas marcham pela praia de Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra o novo Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal. Puxados por blocos e bandas tradicionais de rua do carnaval carioca, como o Simpatia é Quase Amor e a Banda de Ipanema, os manifestantes demonstravam insatisfação, principalmente em relação à anistia aos desmatadores e à liberação da agricultura em áreas localizadas em topos e encostas. Muitos seguravam faixas e cartazes. Manifestantes também vestiam fantasias relacionadas à natureza, como a de árvores. Com o *slogan* “Sambe pelas Florestas para Elas Não Dançarem”, o protesto contou com cerca de 100 ritmistas de várias agremiações. De acordo com a presidenta da Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro (Sebastiana), Rita Fernandes, uma das organizadoras do evento, é preciso mobilizar a população para pressionar aos senadores a votar contra o texto. “A gente não pode aceitar que qualquer coisa passe no Congresso e que os parlamentares votem de forma contrária ao que a sociedade de uma maneira geral quer. Como o código ainda tem que passar por nova votação, temos que pressionar os senadores, para que ele [texto] seja revisto”, afirmou. Os organizadores também elaboraram um manifesto, reunindo as principais críticas à lei, que será encaminhado aos senadores da bancada do Rio de Janeiro, em Brasília.

Um grupo de cerca de 300 pessoas participa de um protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Aproveitando os momentos de semáforo fechado, eles apitavam e exibiam cartazes para os motoristas em frente ao Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista, região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O novo Código Florestal também foi alvo de críticas durante a manifestação. O índio Kunue Kalapalo,

membro de uma das tribos do Alto Xingu, disse que luta contra a destruição do patrimônio natural do lugar onde nasceu. “Eu não quero perder tudo que eu tenho lá”, disse, enquanto dançava e cantava na faixa de pedestres: “Eu não quero que acabe a natureza”.

2º feira 20

Cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais ligadas ao MST e a Associação de Moradores do Povoado Ouricuri bloqueiam a rodovia BR- 316, na cidade de Zona da Mata – Alagoas (região Nordeste). A manifestação reivindica, do poder público, a conclusão de 2 estradas e a regularização da distribuição de energia. Após a manifestação, a Eletrobrás Distribuição Alagoas se comprometeu a apresentar até o dia 22 um plano de soluções para os problemas das diversas áreas de reforma agrária e da comunidade do Ouricuri em relação à rede elétrica.

A Associação dos Taxistas do Brasil (Abratáxi) realiza uma carreata com 300 taxistas pela cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é protestar contra a liberação de novas licenças para táxis, cedida pela secretaria municipal de transportes. A passeata seguiu até a sede da prefeitura do Rio de Janeiro.

Professores da rede estadual de Santa Catarina (região Sul) montam um “acampamento” em frente à Assembleia Legislativa do Estado para pressionar ao governo pelo fim da greve que já dura 33 dias. O grupo, formado por mais de 100 grevistas, armou barracas em uma praça diante do prédio do Legislativo. Os manifestantes promoveram um churrasco e prometeram permanecer acampados até que o governador Raimundo Colombo volte a negociar com a classe. O governo catarinense veiculou comunicados na imprensa salientando que apenas retomará as conversas quando os professores voltarem às salas de aula. O governo ainda determinou o desconto dos dias de greve na folha de pagamento e anunciou a contratação de substitutos para os grevistas. Raimundo Colombo afirmou que irá recorrer à Justiça para pedir a decretação de ilegalidade de greve dos professores. Há mais um mês, cerca de 700 mil crianças permanecem sem aulas, o que deve comprometer o ano letivo na rede estadual. A ação do governo não intimidou o manifesto dos professores diante da Assembleia. Há quase um mês, representantes da classe e governo tentam sem sucesso chegar a um acordo. Uma das maiores controvérsias é com relação ao piso nacional do magistério, estipulado em R\$ 1.187,97. Os professores querem que o piso nacional seja o salário inicial, pago sem a retirada de outros benefícios que estão na folha de pagamento.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) paralisam suas atividades por três dias. As principais reivindicações são um reajuste salarial com ganho real de 6,55%, a revisão do Plano de Cargos da Embrapa e a isonomia de benefícios. A ação é orientada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf). “Queremos que a diretoria tome uma postura e passe a negociar de forma efetiva”, disse o presidente do Sinpaf, Cassio Curi.

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, condenado a 30 anos de prisão pelo assassinato da missionária Dorothy Stang, teve pedido de soltura negado pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. Vitalmiro, mais conhecido como Bida, está preso preventivamente em Belém, onde aguarda a conclusão do processo. Gilmar Mendes negou o pedido em caráter liminar e ainda analisará o mérito. “Não vislumbro manifesta ilegalidade na prisão, uma vez que possível excesso de prazo se daria no exame de mérito deste habeas e, ante a deficiente formação dos autos, indefiro o pedido de medida liminar”, diz Mendes, na decisão. A missionária norte-americana Dorothy Stang foi assassinada com 6 tiros em fevereiro de 2005, no município de Anapu, sul do Pará. Ela já havia recebido diversas ameaças de morte por seu engajamento em trabalhos sociais na região. Stang

atuava em projetos de reflorestamento que buscavam emprego e renda em áreas degradadas e defendia a redução de conflitos fundiários na região.

4º feira 22

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprova um projeto de lei que anistia aos bombeiros militares do Rio de Janeiro punidos pelo governo do estado. Eles participaram de protestos por melhoria nos vencimentos e de condições de trabalho. O autor do projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ), argumentou que o objetivo da anistia aos bombeiros militares é atender “às expectativas da população do Rio de Janeiro e do país”. Como foi aprovada em caráter terminativo, a matéria segue para apreciação da Câmara dos Deputados, uma vez que não precisará ser votada no plenário do Senado. Em sua exposição, Lindbergh argumentou que a prisão dos bombeiros, em 3 de junho, “foi um equívoco”. A ordem de prisão dos 429 manifestantes que ocuparam o quartel central da corporação partiu do governador Sérgio Cabral (PMDB). No dia 16, os bombeiros voltaram a se mobilizar para que os colegas punidos administrativamente pelo governo do estado fossem anistiados. O grupo de cerca de 500 pessoas acampou nas escadarias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Participaram da manifestação parentes, profissionais da área de saúde e professores da rede estadual de ensino.

Um grupo de aeroviários protesta em frente aos balcões de *check-in* do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os funcionários responsáveis pelas operações em terra das companhias aéreas reclamam más condições de trabalho. Segundo o presidente do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos, Orissom Melo, um dos principais problemas são as jornadas de trabalho excessivas. De acordo com ele, o número de funcionários é insuficiente para atender a demanda dos terminais; por isso, muitos aeroviários trabalham em jornada dupla de 12 horas. “Do jeito que está, o sistema de trabalho dos aeroviários nos aeroportos coloca efetivamente em risco a segurança de voo”, alertou ao lembrar que essas equipes são responsáveis por tarefas vitais, como a manutenção das aeronaves. Além disso, Melo reclamou de assédio moral das empresas e do comportamento dos usuários do transporte aéreo em relação aos aeroviários. Segundo o sindicalista, muitos passageiros são agressivos com os funcionários devido a problemas que não podem ser resolvidos pelos trabalhadores, como condições adversas de clima. “O passageiro joga toda a sua frustração de não poder voar naquele horário no atendente que não tem culpa de nada”. As concessões de aeroportos à iniciativa privada também foram alvo de reclamações dos manifestantes.

Cerca de 150 famílias oriundas de bairros que serão alagados pela construção da Usina de Belo Monte são despejadas violentamente de um terreno ocupado no início da semana em Altamira, no Pará (região Norte). Segundo informações do CMI, as pessoas foram desalojadas sem mandado de reintegração de posse e as polícias Civil e Militar usaram balas de borracha e bombas de gás para despejar os ocupantes. Quarenta pessoas foram detidas e levadas à delegacia –entre elas, três menores de idade. Segundo a Polícia Civil, a área urbana ocupada pertence à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), na parte alta da cidade de Altamira. A ação policial foi violenta, de acordo com os sem-teto. “Eles chegaram com tudo, apontando arma na nossa cara”, diz um dos despejados. Enquanto se colhia estes depoimentos, era possível ouvir o som das bombas e tiros na área interna do terreno. Não era permitido à imprensa entrar para acompanhar a ação da polícia militar. O despejo é o segundo realizado pela polícia naquela área. No dia anterior, cerca de 120 famílias foram retiradas e três pessoas foram detidas –entre elas, o jornalista do Movimento Xingu Vivo para Sempre, acusado de esbulho possessório. Segundo a coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Antonia Melo, a cidade tem sofrido com o crescimento de ocupações urbanas e de populações sem-teto desde que as licenças foram dadas. “A coisa havia piorado muito na cidade com a licença do canteiro de obras. Agora, com a licença de instalação de Belo Monte, a situação

está beirando a calamidade pública”, argumenta. A crescente bolha imobiliária e as incertezas sobre as indenizações das populações mais empobrecidas de Altamira vêm carregando o clima e gerando êxodos espontâneos na cidade. De acordo com os sem-teto, a enxurrada de migrantes que chega a Altamira vem encarecendo os aluguéis até das palafitas, que, de cerca de R\$ 80, chegam a mais de R\$ 200. Sem poder arcar com os altos custos, antigos moradores das áreas mais pobres são obrigados a deixar suas casas.

Sábado 25

Mais de 3 mil pessoas, segundo os cálculos dos organizadores, participam da Nona Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo – SP (região Sudeste) para pedir mais liberdade, autonomia e atenção à saúde. Seguindo um caminhão de som e o tradicional arco-íris formado por bexigas, elas partiram da praça Oswaldo Cruz e seguiram pela avenida Paulista até o vão livre do Museu de Arte de São Paulo. De acordo com a organização, a realização da caminhada um dia antes da Parada Gay de São Paulo pretende dar maior visibilidade às questões relacionadas às políticas feministas e para as lésbicas, que acabavam ficando com destaque menor na manifestação, mais festiva, do domingo.

Domingo 26

Aproximadamente 4 milhões de pessoas participam da Parada Gay na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A Décima Quinta Parada do Orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) com o lema “Amai-vos Uns aos Outros: Basta de Homofobia” foi realizada na avenida Paulista. Uma grande valsa ao ar livre abriu a Parada ao som de *Danúbio Azul*, em versão remixada. Muitos casais dançaram a valsa. Segundo Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a expectativa é que o projeto de lei que criminaliza a homofobia seja aprovado, apesar do grande protesto feito pelos grupos religiosos no Congresso Nacional. Reis lembrou que existem atualmente 75 países que criminalizam a homossexualidade e sete em que são aplicadas pena de morte para homossexuais. Toni Reis foi um dos primeiros homossexuais que legalizaram sua relação homoafetiva após a decisão do STF sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, afirmou que a parada está cada vez mais organizada. “É uma demonstração de cidadania de todos os brasileiros que aqui vivem e que querem uma cidade, um país e um mundo cada vez mais voltado para ações de cidadania, mostrando que a grande maioria dos brasileiros respeita a diversidade e os direitos humanos”. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, destacou que o evento traz vários benefícios econômicos para São Paulo, já que entram “mais de R\$ 200 milhões na economia da cidade”. Ele também ressaltou a movimentação de turistas, inclusive de outros países, e a importância da parada para a cidadania “no sentido de se estabelecer direitos, de se evitar intolerância, de se avançar no arcabouço jurídico”.

Milhares de pessoas participam de uma manifestação em favor dos bombeiros do Rio de Janeiro envolvidos em protestos, no início do mês, por melhores condições de trabalho e salários. A manifestação começou na Praia do Flamengo, na zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), com uma grande concentração. Depois, os participantes saíram em carreta pela orla em direção ao Recreio dos Bandeirantes. Carros e ônibus tinham fitas vermelhas com os dizeres “SOS Bombeiros” e “Somos Todos Bombeiros”. Os manifestantes recolheram assinaturas para um abaixo-assinado. O documento pede aos deputados federais que concedam anistia criminal aos 439 militares que ocuparam o quartel central da corporação no dia 3 de junho. Na última semana, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou a anistia em caráter terminativo. O texto, agora, será apreciado pela Câmara. De acordo com um dos organizadores, o sargento Sérgio de Jesus, a manifestação também teve o objetivo de chamar a atenção “para o descaso com o funcionalismo

público”. Os manifestantes distribuíram adesivos de apoio à paralisação dos professores da rede estadual com os dizeres "Respeito à Educação, Eu Apoio”, numa alusão à campanha da Lei Seca. Os organizadores do ato anunciaram mais uma manifestação em apoio às reivindicações da categoria. Ela está prevista para o Dia do Bombeiro, no próximo dia 2, em Copacabana.

2º feira 27

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, de Rondonópolis, resgata a oito trabalhadores de condições de trabalho análogas á escravidão. O resgate foi realizado numa fazenda na cidade de Vila Rica — Mato Grosso (região Centro-oeste). De acordo com o gerente regional de Trabalho e Emprego, Dalmir Vaz, as condições em que os funcionários estavam era tão degradante que o alojamento, coberto de lona, era aberto e eles eram obrigados a conviver e dividir o mesmo espaço que os cerca de 180 porcos criados soltos na propriedade, além de dormir em redes e não possuir banheiro. O gerente explicou que a denúncia partiu de um trabalhador que havia sido demitido da fazenda sem receber indenização. “Ele nos contou que estava sem receber há um mês e que o patrão o havia deixado na cidade com apenas R\$ 100”, frisou. Devido à precariedade, o fazendeiro passava o dia no imóvel rural e à noite dormia na casa do filho, que mora em uma fazenda próxima. Um dos funcionários já trabalhava no local há aproximadamente 4 anos e não ia embora por falta de transporte e dinheiro. O fazendeiro foi obrigado a pagar as verbas rescisórias a todos os nove funcionários e a assinar a carteira de trabalho, além de ser multado pelas infrações cometidas. O imóvel era utilizado especificamente para engorda de boi.

Cerca de 2 mil servidores da área de saúde do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) deflagram greve por tempo indeterminado. Os servidores reclamam das condições de trabalho e da baixa remuneração. As principais reivindicações da categoria são um aumento do 34% do auxílio-alimentação, de R\$ 199 para R\$ 304, o repasse imediato do percentual de reajuste do Fundo Constitucional do DF, a implantação do plano de carreira, cargos e salários da categoria e a oferta de plano de saúde. Os profissionais de saúde pedem também a incorporação aos salários da Gratificação por Apoio Técnico Administrativo (Gata) e a redução da carga horária para 20 hs. semanais. A greve abrange profissionais dos níveis médio, técnico e superior, com exceção de médicos, enfermeiros e dentistas, que são representados por sindicato próprio. Apenas a manutenção dos serviços emergenciais, como centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva e pronto-socorros vão funcionar com o 30% do pessoal, como determina a legislação. No início da manhã, o governo fez a proposta de incorporar o 40% da Gata até setembro, medida que já conta com amparo legal e aumento do auxílio-alimentação. A secretaria propôs abrir um cronograma de negociação para as demais reivindicações, mas o sindicato não aceitou as ofertas. “Não houve negociação porque o governo não ofereceu nada além do que já estava previsto para acontecer”, justificou Torres.

3º feira 28

Cerca do 30% dos trabalhadores da Embrapa, em todo o país, deflagram greve por tempo indeterminado. As principais reivindicações dos trabalhadores são o reajuste salarial de 10,51% (inflação + ganho real) e o aumento no valor do tíquete-alimentação, além da implantação do ponto eletrônico. De acordo com o presidente do Sinpaf, Vicente Almeida, no Distrito Federal, a greve decorre da dificuldade de negociação. “A greve é consequência da própria Embrapa por não aceitar a nossa proposta que é a criação de uma mesa de discussão para chegar a um acordo sobre as reivindicações solicitadas pela categoria.” Segundo Almeida, o Sinpaf/-DF propõe que a Embrapa prorrogue até o dia 31 de julho a negociação do acordo coletivo 2011/2012 para que sejam atendidas todas as reivindicações dos trabalhadores. O presidente da Comissão de Negociação do

Acordo Coletivo do Trabalho da Embrapa, José Faustino Filho, disse que a Embrapa não prorrogará o acordo de negociação por motivo de já ter prorrogado o acordo por duas vezes. “Não há necessidade de prorrogar pela terceira vez o acordo, queremos colocar um fim nessa negociação”. Na semana passada, os trabalhadores da Embrapa paralisaram os trabalhos por três dias. Eles reivindicavam, até então, um aumento salarial de 6,55%, porém o percentual foi elevado para 10,51%.

Os servidores técnico administrativos das universidades federais, em greve há cerca de 22 dias, retornam ao Ministério do Planejamento, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para mais um ato público. O movimento grevista conta com a adesão do 86% da categoria, segundo o Comando Nacional de Greve da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra). São 47 universidades federais com as atividades paralisadas, informou a entidade. No total, o sindicato nacional representa a 180 mil trabalhadores, que decidiram entrar em greve para evitar que o orçamento do governo federal para 2012 seja aprovado sem destinação de recursos para a carreira. Por isso o alvo é o planejamento. Na vigília, os técnico-administrativos em educação distribuíram uma carta aberta à sociedade onde esclareceram os motivos da greve, que se concentra basicamente no não cumprimento de itens da pauta da campanha salarial de 2007. Entre as reivindicações da categoria estão a apresentação de recursos orçamentários para serem alocados no piso da tabela salarial para 2011 ou 2012, as propostas que contemplem o vencimento básico complementar, e o reposicionamento de aposentados com ampliação de direitos e as propostas concretas sobre a racionalização dos cargos e reajuste de benefícios em 2011.

4º feira 29

Cerca de 20 mil militantes do MST, a Via Campesina, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), segundo informações do site do MST, realizam diversas manifestações nas cidades de Porto Alegre, Vacaria, Erechim, Irai, Canguçu e Constantina –Rio Grande do Sul– e Anita Garibaldi, Chapecó, Concórdia, Campo Erê e São Carlos – Santa Catarina (região Sul). Cerca de mil militantes ocupam prédios do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento na cidade de Porto Alegre. As manifestações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas pela renegociação das dívidas da agricultura familiar com o governo federal. Os movimentos e trabalhadores da agricultura familiar reivindicam do governo federal a diminuição do valor estimado da dívida da agricultura familiar.

Os 439 bombeiros militares que foram presos no Rio de Janeiro depois de protestos por melhores salários estão na Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir a aprovação do projeto que concede anistia criminal. A proposta já foi aprovada na semana passada no Senado e depois de analisada pelos deputados segue para sua sanção presidencial. O grupo, que ficou detido cerca de uma semana no quartel central da corporação no Rio, foi enquadrado no Código Penal Militar pelo crime de motim e também por crimes administrativos. No dia 29, a Assembleia Legislativa do Rio concedeu anistia administrativa aos bombeiros, mas o governador Sérgio Cabral ainda precisa sancionar na matéria. Além de pedir a anistia criminal, os bombeiros tem como reivindicação o aumento do piso salarial. Hoje recebem cerca de R\$ 900 e pedem um piso salarial líquido de R\$ 2 mil. O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse que pode colocar em votação o projeto de anistia criminal na semana que vem. Antes, porém, é preciso retirar a urgência do projeto que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O deputado Mendonça Prado (DEM-SE), um dos integrantes da Comissão de Segurança que se reuniram com os bombeiros, disse que a expectativa é que o projeto seja aprovado

rapidamente. O grupo se reuniu com deputados distritais na Câmara Legislativa. Em seguida, fez caminhada até o Congresso Nacional.

Servidores da Embrapa que estão em greve distribuíram, em todo o Brasil, como forma de manifesto, produtos cujas tecnologias foram desenvolvidas pela empresa. Somente em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), cerca de 12 toneladas de abacaxi foram entregues à população que passava pela plataforma superior da rodoviária do Plano Piloto. Como em cada região do país a Embrapa desenvolve tecnologias para diferentes de produtos, nesse protesto os alimentos variavam de acordo com o estado. “Essas são apenas algumas das tecnologias que a sociedade brasileira se beneficia e que talvez não tenha tanto conhecimento do trabalho que é realizado pela Embrapa”, justifica o presidente do Sinpaf, no Distrito Federal, Vicente Almeida. No caso do abacaxi, uma fruta tipicamente azeda, a Embrapa Fruticultura desenvolveu um fruto mais doce. Em Brasília, a Embrapa emprega cerca de 2,5 mil trabalhadores. Aproximadamente mil empregados participaram da manifestação que seguiu pela Esplanada até a porta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, órgão ao qual a Embrapa é subordinada. A categoria decretou no dia 28 uma greve por tempo indeterminado. As principais reivindicações dos trabalhadores são um reajuste salarial de 10,51% (inflação + ganho real), um aumento no valor do tíquete-alimentação, além e a implantação do ponto eletrônico.

5º feira 30

Segundo ao relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – 2010*, que o Cimi divulga neste dia 30, a violência e as falhas na atenção à saúde de povos indígenas têm mantido altas as estatísticas de mortes nessas populações a cada ano. O levantamento revela que, em 2010, pelo menos 60 indígenas foram assassinados no país, repetindo os números de 2008 e 2009. A maioria dos homicídios, de acordo com o Cimi, ocorreu em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), região de conflitos históricos entre índios e grandes produtores rurais pela posse de terras. O estado registra mais de o 50% dos assassinatos indígenas em 2010 e o maior percentual de ameaças e tentativas de assassinatos notificados pelos pesquisadores. Além da violência, o levantamento traz informações sobre outras violações de direitos indígenas, como a assistência à saúde. Em 2010, os números foram alarmantes: de acordo com o relatório, 92 crianças indígenas menores de 5 anos morreram vítimas de doenças consideradas “facilmente tratáveis”, número 500% maior que o registrado em 2009. “A situação do povo Xavante, que perdeu 60 das 100 crianças nascidas vivas, é um absurdo”, destaca a coordenadora da pesquisa, a antropóloga Lúcia Helena Rangel. O documento também registra casos de violência policial, desrespeito à demarcação e exploração ilegal de recursos em terras indígenas. Segundo Lúcia Helena, a repetição das estatísticas negativas revela o descaso histórico em relação às causas indígenas e o recente acirramento do preconceito contra os povos tradicionais. “Reflete o não reconhecimento dos direitos indígenas, por parte do Estado, por parte dos políticos, dos donos de terra e da população em geral, que expressa um racismo contra os indígenas que está cada vez mais descarado”, acrescenta. Entre agosto de 2010 e abril de 2011, 100 reservas indígenas e 20 áreas de preservação foram invadidas para a retirada de madeira em Mato Grosso (região Centro-oeste) e no Maranhão (região Nordeste). Para a coordenadora do relatório, o Maranhão tem uma situação mais complicada ainda, pois as áreas onde ainda há floresta estão localizadas dentro de terras indígenas. Outro ponto destacado no relatório é a vulnerabilidade das comunidades indígenas que vivem isoladas. De acordo com dados do Cimi, há hoje 90 comunidades isoladas no país, concentradas principalmente na região amazônica. Segundo o estudo, os territórios desses povos foram invadidos, ocupados e explorados. Além disso, essas comunidades estão em perigo de extinção. “Podemos afirmar que os Poderes brasileiros, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, atuam contra a população indígena no país. Há uma tendência em desconhecer, menosprezar e desrespeitar os indígenas no país”, assinalou Lucia Helena. Segundo o presidente do Cimi, dom Erwin Kräutler, o relatório tem como objetivo mostrar

a violência contra os povos indígenas. “O Brasil sempre quer primar pela defesa dos direitos humanos, mas infelizmente ainda temos muitas as violações de direitos dos povos indígenas.”

Glossário de siglas

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Abratáxi	Associação dos Taxistas do Brasil
AGU	Advocacia-Geral da União
Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Apoinme	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
Arpinsudeste	Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
Arpinsul	Articulação dos Povos Indígenas do Sul
Arpipan	Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região
Aspra	Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros
Assinap	Associação dos Ativos, Inativos e Pensionistas das Polícias Militares, Brigadas Militares e Corpos de Bombeiros do Brasil
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Casa do Estudante Universitário
Chesf	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
CTNbio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DGTEC	Diretoria Geral de Tecnologia da Informação
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
Fasubra	Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras
Fetag	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fenasps	Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MP	Ministério Público
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
Secopa	Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
Sinditest	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná
Sindjus	Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
Sintepav- CE	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do estado do Ceará
STF	Supremo Tribunal Federal
TJ	Tribunal de Justiça
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Julio de 2011

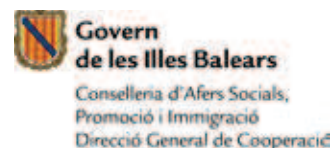
Editada en diciembre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 953

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

**prof. dr. Roberto Leher
Alice Coutinho da Trindade
Peter Sana
Willian Ramos da Silva**



Fuentes

**Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente
(CMI), Boletim DATALUTA e O
Vermelho.**

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Julho de 2011

6º feira 01

O consórcio construtor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte começa a instalar o primeiro canteiro de obras no Rio Xingu, no Pará (região Norte). O consórcio aguardava apenas a abertura da primeira janela hidrológica, que é o período com menor incidência de chuvas na região. Como neste ano o período chuvoso foi um pouco mais extenso, as primeiras movimentações de equipamentos e operários começaram no dia 23 de junho. A instalação do primeiro canteiro avança em ritmo intenso, com máquinas pesadas e trabalhadores atuando no Sítio Belo Monte, localizado no município de Vitória do Xingu. As primeiras ações têm priorizado o desmatamento e a terraplenagem do terreno próximo ao trecho do Rio Xingu, onde serão instaladas as dezoito turbinas geradoras da usina. Também serão construídos escritórios, ambulatórios médicos, almoxarifado, oficinas de mecânica e de carpintaria, rampas para lavagem de caminhões e máquinas pesadas, refeitório e uma cozinha industrial capaz de preparar mil refeições por dia. Também estão sendo montados 18 alojamentos climatizados, cada um capaz de abrigar trinta e dois trabalhadores, até que as primeiras construções definitivas sejam construídas. A previsão do consórcio é que os equipamentos mais pesados cheguem ao cais da região já na próxima semana. Máquinas como tratores de esteira e motoniveladoras só começarão a ser utilizadas na obra depois de testadas e aprovadas por técnicos, que analisam a eficiência operacional dos equipamentos e, principalmente, se atendem às exigências ambientais relativas à emissão de gases poluentes.

Funcionários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) retornam ao trabalho. Segundo o presidente Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF), Vicente de Almeida, a estatal aceitou a maioria das reivindicações da categoria, como o reajuste de 6% para os empregados que ganham menos e 1% para quem ganha mais. O auxílio-alimentação será reajustado em 25%, passando para R\$ 25. Além disso, a empresa aceitou aumentar de R\$ 329,46 para R\$ 350,90 o valor do auxílio-creche, com uma parcela adicional no décimo terceiro salário. A empresa concordou ainda em conceder esse benefício junto com o auxílio para os filhos ou dependentes de portadores de necessidades especiais. A EMBRAPA também garantiu aos trabalhadores revisar o Plano de Carreira até 31 de dezembro deste ano e se comprometeu em suspender punições e demissões com justa causa sem processo administrativo.

Estudantes ocupam o terreno que abrigava a sede da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) no Paraná (região Sul), para que o espaço seja mantido. Na última semana, uma incorporadora que havia comprado o terreno recebeu o direito de posse. Os jovens lutam para que o lugar continue servindo aos estudantes. De acordo com a União Paranaense dos Estudantes (UPE), o terreno, localizado na Rua Marechal Mallet, no bairro Juvevê, foi vendido de forma irregular por um valor muito abaixo do praticado no mercado. Em 2009, uma manifestação reuniu mais de 100 estudantes que acamparam no terreno para impedir que o local fosse tomado pela incorporadora. O diretor da UPE, Allyson Bordi de Oliveira, lembra que eles foram tratados com violência. “Vários estudantes ficaram feridos”. Agora, a UPES está mobilizando estudantes de várias escolas para se juntarem ao protesto, que novamente luta para que a sede continue como está. O acampamento não tem prazo para terminar. “A decisão de dar a posse para a incorporadora foi arbitrária. Vamos entrar com recurso para tentar reverter essa situação”, afirma Oliveira. O diretor da entidade salienta a importância histórica da sede, que tem 65 anos de fundação. O terreno tem

286 metros quadrados. “É um patrimônio histórico e político que tem um valor imaterial. Esse lugar pertence a todos os estudantes do Paraná”, afirma Allyson.

Sábado 02

A Organização Não Governamental (ONG) Rio de Paz realiza um ato em comemoração ao dia do Bombeiro e a anistia criminal e administrativa recebida pelos 439 bombeiros presos, após a ocupação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros. O ato aconteceu na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca de mil pessoas participam da manifestação e 439 camisas vermelhas são estendidas na areia da praia em homenagem aos 439 bombeiros. Manifestantes e bombeiros promoveram uma passeata na avenida Atlântica, em frente ao hotel Copacabana Palace. Um dos líderes do movimento, o cabo Benevenuto Daciolo, disse que a liderança do movimento está há dois meses tentando falar com o governo do estado, sem sucesso. “As nossas reivindicações são o término de gratificação, um piso salarial líquido de R\$ 2 mil e o vale-transporte. Até o momento, o governo do estado não sentou conosco para dar a solução. Tivemos a vitória com a anistia criminal e administrativa, mas, em pleno século 21, temos um governo ditatorial e autoritário”. Daciolo disse ainda que não há avanço nas negociações, mesmo com a intermediação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). O governo está antecipando de dezembro para julho os 5,58% de reajuste para os bombeiros, policiais militares, civis e agentes do sistema penitenciário. “É bom frisar esse valor de 5,5%. Isso dá menos de R\$ 70 no contracheque de soldados, cabos e sargentos. Queremos o término de gratificação, até porque não é salário. O militar que, por exemplo, se machuca, perde a gratificação. Ao passar para a reserva ele também a perde. A nossa reivindicação primordial é o fim da gratificação e o reajuste de salário”. O movimento conta ainda com apoio de outras categorias do estado, como os professores que estão em greve desde o dia 7 de junho, além dos policiais civis e militares.

Militantes feministas, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) e da Marcha da Maconha realizam a Marcha das Vadias na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato contou com a participação de cerca de 500 pessoas. O objetivo da manifestação é se opor ao machismo na sociedade e demonstrar que a mulher tem o direito sobre o seu corpo e não é culpada dos atos de agressões que sofre. Os manifestantes cantaram palavras de ordem e exibiram cartazes.

Domingo 03

Cerca de 200 pessoas participam de ato em comemoração a liberação da Marcha da Maconha pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes exibiram bandeiras verdes, pinturas de folhas de maconha espalhadas pelo corpo e faixas defendendo a legalização das drogas.

O grupo Anonymous se concentra na avenida paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), para protestar contra a corrupção no governo. Com cartazes e caras pintadas, além de apitos, os manifestantes ocuparam as faixas de pedestres no centro da cidade. O movimento faz parte de uma campanha mundial pela democracia direta.

2º feira 04

Cerca de mil servidores da área de saúde participam de assembleia em frente ao Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). A intenção foi pressionar o governador Agnelo Queiroz para que recebesse uma comissão de representantes dos servidores para

negociar o fim da greve. O governador se negou a negociar com a categoria em greve. Com isso, a partir do dia 7 os trabalhadores prometem parar as lavanderias dos hospitais, centros de saúde e, principalmente, os prontos-socorros e as divisões de informática, responsáveis pelos portuários dos pacientes. Apenas as unidades de tratamento intensivo não devem ser afetadas. Os servidores entraram em greve há uma semana depois de recusar a proposta do governo. A categoria, que não inclui médicos e enfermeiros, reivindica um aumento de 34% do auxílio-alimentação (de R\$ 199 para R\$ 304), o repasse imediato do percentual de reajuste do Fundo Constitucional do DF, a implantação do plano de carreira, cargos e salários da categoria, e a oferta de plano de saúde. Os profissionais de saúde pedem também a incorporação aos salários da Gratificação por Apoio Técnico Administrativo (GATA) e a redução da carga horária para 20 hs. semanais. No dia 30 de junho, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios determinou que os servidores da saúde retornassem ao trabalho. A multa para o descumprimento da decisão é de R\$ 30 mil por dia. Para não pagar a multa estabelecida pela Justiça, representantes do sindicato disseram que ainda não foram notificados, mas que, quando isso ocorrer, vai entrar com recurso contra o pagamento. Na assembleia, os grevistas votaram pela expulsão do governador Agnelo Queiroz do sindicato. O governador é médico e filiado ao sindicato.

3º feira 05

Agentes comunitários de saúde e de combate a endemias de todo o país realizam uma manifestação na Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir a aprovação de diversos projetos de lei que tramitam na Casa e que tratam da regulamentação da profissão e do piso salarial da categoria. O projeto que define o piso dos agentes de saúde tramita na Câmara desde 2009. Uma comissão especial foi criada para analisar o assunto, mas por falta de acordo a matéria nunca foi votada. A reivindicação da categoria é que o piso seja fixado em dois salários mínimos, cerca de R\$ 1 mil; o governo propôs 1,4 salário mínimo e alega que o 0,6% a mais que o grupo pede geraria um impacto de R\$ 1,7 bilhão por ano no Orçamento. A Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS) oferece como solução para o problema um escalonamento no reajuste. Os agentes passariam a receber 1,4 salário mínimo a partir da aprovação do projeto com o reajuste de 0,2% de salário mínimo anual durante os três anos seguintes, para chegar à diferença pedida pela categoria. A presidente da CONACS, Ruth Brilhante, chegou a sugerir que o grupo saísse em vigília ao Ministério da Saúde para que fossem recebidos pelo ministro Alexandre Padilha. Entretanto, o relator da comissão especial na Câmara, deputado Domingos Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), disse que a ideia é se reunir com Padilha assim que possível para conversar sobre o assunto. “A proposta de escalonamento é viável”, disse. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, o Brasil tem hoje 298 mil agentes de saúde. A entidade pede a aprovação da Emenda 29, que trata de mais repasse de recursos para a saúde. “Em três anos que a emenda está parada aguardando votação na Câmara, a saúde já perdeu R\$ 66 bilhões”, disse o coordenador da área técnica de Saúde da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Denílson Magalhães. O impasse na votação da Emenda 29 se deve a um destaque no projeto, que trata da definição da base de cálculo da Contribuição Social para a Saúde (CSS). A contribuição será permanente e funcionará nos mesmos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Seus recursos serão usados exclusivamente para a saúde. Na semana passada, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT), disse que tentará colocar a Emenda 29 em votação nesta semana.

Depois das mortes de ativistas ambientais e trabalhadores rurais na região Norte do país neste ano de 2011, 131 pessoas ameaçadas passam a receber proteção policial por meio de programas do governo federal. A informação foi dada neste dia 5 pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário. O grupo foi identificado a partir do cruzamento de dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por movimentos de trabalhadores rurais com registros das ouvidorias Agrária Nacional e a da própria secretaria. Um levantamento feito pela CPT contabiliza

641 casos de violência no campo, com 918 mortes, em estados da Amazônia Legal, de 1985 a abril deste 2011. Do total, somente 27 casos foram a julgamento, menos de 5%. Nesse período, 18 mandantes de crimes e 22 executores foram condenados e 17 executores absolvidos. O Pará têm o maior número de vítimas dos conflitos, com 621 pessoas assassinadas. Em todo o país, ocorreram 1.580 mortes no campo nos últimos 26 anos, de acordo com a entidade. No fim de maio, quatro ambientalistas foram assassinados na região Norte, três no Pará e um em Rondônia. A morte do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo na zona rural de Nova Ipixuna (PA) ganhou repercussão nacional. Na época, a presidenta Dilma Rousseff determinou o envio de um equipe da Força Nacional para conter a violência no campo e a CPT apresentou ao governo uma lista de 165 pessoas que foram ameaçadas mais de uma vez. Destas, 30 tinham sofrido tentativa de assassinato. Maria do Rosário disse que, junto com outros ministérios, tem buscado formas de colaborar com autoridades responsáveis para que inquéritos policiais e processos judiciais sobre mortes no campo tenham andamento. “O mais importante é garantir que aqueles que ameaçam sejam identificados, responsabilizados e punidos. Entre os que ameaçam hoje, estão também alguns que já mataram em outros momentos e ficaram impunes”, reforçou a ministra, que preside reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Na reunião, foi aprovado o envio de uma comissão para pedir ao governo de São Paulo a reabertura das investigações sobre as mortes de quase 500 pessoas no estado em maio de 2006, conhecidas como “crimes de maio”, em decorrência de conflitos entre a polícia e a organização criminosa Primeiro Comando da Capital.

Centenas de professores e funcionários das escolas da rede estadual do Rio de Janeiro (região Sudeste), em greve desde o dia 7 de junho, realizam uma manifestação no Largo do Machado, zona Sul da cidade. Eles foram em direção ao Palácio Guanabara, sede do governo, para serem recebidos por autoridades. A manifestação foi acompanhada por 20 membros do Batalhão de Choque da Polícia Militar, em cinco viaturas. De acordo com o diretor do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), Tarcísio Carvalho, a greve tem a adesão de 60% dos professores e funcionários do estado, deixando cerca de 600 mil alunos sem aulas. Carvalho informou que a categoria reivindica um índice de reajuste salarial de 26%, enquanto a oferta do governo foi de antecipar a incorporação prevista para 2012, o que representa na prática cerca de R\$ 36 de aumento. “Nós queremos a antecipação completa do Nova Escola (programa de gratificação) e o índice de reajuste salarial. Além disso queremos o descongelamento do plano de carreira dos funcionários”, disse Carvalho. O diretor do sindicato acrescentou que existe uma ação no Tribunal de Justiça do Rio, que será julgada em dois dias, para impedir o desconto no salário dos profissionais pelos dias de greve. A Secretaria Estadual de Educação informou que a proposta apresentada foi a de que não haveria o desconto desde que houvesse a reposição das aulas. Segundo a secretaria, de 2007 a abril de 2011, a remuneração média do professor que trabalha 16 hs. semanais passou de R\$ 1.123,30 para R\$ 1.279,50, um crescimento de 13,91%. Contudo, os que ganham menos, em início de carreira, tiveram um ganho de 52,28% no período, passando de R\$ 540,64 para R\$ 823,26. Segundo a secretaria, a rede estadual de ensino tem 1.457 escolas, 1,1 milhão de alunos e 75 mil professores, sendo 51 mil regentes de turma.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) será o gestor do Fundo Kayapó, criado neste dia 5 de julho pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com objetivo de apoiar projetos de organizações indígenas que se destinem a atividades de conservação de cinco áreas situadas entre os estados do Pará (região Norte) e de Mato Grosso (região Centro-oeste), região onde vivem cerca de sete mil índios da etnia Kayapó. O Fundo Kayapó receberá recursos não reembolsáveis, até o limite de R\$ 16,9 milhões, oriundos do Fundo Amazônia, que é gerido pelo BNDES. Ele nasce com uma primeira doação, no valor de US\$ 8 milhões, divididos meio a meio entre a ONG Conservação Internacional (CI Brasil), que apóia os índios Kayapós desde 1992, e o Fundo Amazônia. O FUNBIO será o contratante da operação com o BNDES. Além de fazer o repasse dos recursos, junto com a organização CI Brasil, o FUNBIO cuidará de outras

atividades, como governança e a pré-análise dos projetos, que serão formulados pelos próprios indígenas, declarou o gerente do Departamento de Meio Ambiente do banco, Guilherme Accioly. O apoio do Fundo Amazônia visa a manutenção da Floresta Amazônica em uma área preservada de 10,6 milhões de ha, 3% do bioma amazônico. O Fundo Kayapó deverá estar estruturado ao longo de 2012. No próximo ano, começarão a ser liberados os recursos provenientes de seus rendimentos para os projetos que forem selecionados por uma comissão técnica e aprovados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O fundo é uma parceria público privada na medida em que reúne as ONGs doadoras, a FUNAI, o Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados. Para o chefe Oro Kayapó, da Associação Floresta Protegida, de Tucumã – Pará (região Norte), iniciativas que venham a contribuir para cuidar da floresta e fiscalizar a região são bem-vindas. Guilherme Accioly declarou que o Fundo Amazônia tem R\$ 700 milhões em doações contratadas. Com o Fundo Kayapó, a carteira do Fundo Amazônia passa a incluir 17 projetos aprovados, o que abrange ações em 215 municípios, totalizando R\$ 217 milhões. Os projetos envolvem um público diferenciado que vai desde assentados da reforma agrária e pequenos produtores e agricultores familiares, até comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, indígenas e extrativistas).

Professores de escolas e universidades federais, servidores técnico-administrativos no ensino superior, servidores públicos federais da Receita, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e saúde, além de outras categorias realizam uma manifestação no Centro de Curitiba — Paraná (região Sul). Os trabalhadores reivindicam melhores salários e condições de trabalho. Outros atos semelhantes são realizados em todo o país. A mobilização dos servidores federais em todo o país foi definida em plenária da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) em junho. O objetivo do ato é pressionar o governo a atender as reivindicações das categorias que, além de buscar melhorias salariais e de condições de trabalho, também lutam pela retirada de projetos que tramitam no Congresso e que são prejudiciais para os servidores federais como o Projeto de Lei (PL) 549/09, que congela os salários dos servidores públicos por dez anos, e o PL 1992/07, que privatiza a previdência social dessas categorias.

4º feira 06

Cerca de doze famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estão pré-assentados em São Roque(,) na cidade de Bom Jesus do Itabapoana - Rio de Janeiro (região Sudeste) recebem uma ordem de despejo do Tribunal de Justiça Estadual do Rio de Janeiro. As famílias ocupam o local desde 2002. A área anteriormente era propriedade da antiga usina Santa Maria, que possuía grandes dívidas com o governo federal. Para o MST a terra pode ser obtida em troca da dívida, mas o INCRA e a Procuradoria da Fazenda Nacional não encontram solução para garantir o assentamento das famílias. O MST entrou com um pedido de embargo de terceiros com retenção de benfeitorias, e. Essa ação consiste num pedido de indenização às famílias pela produção na área. As famílias estão sendo transferidas para o acampamento Eldorado, na fazenda Santa Maria dos Peixes.

Em comemoração ao Dia Nacional de Mobilização, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) reúne milhares de manifestantes na Praça da Sé em São Paulo – SP (região Sudeste) para reivindicar mais atenção dos governos e do setor privado para a agenda dos trabalhadores. Os manifestantes saíram da praça por volta e caminharam até a Praça do Patriarca, na região central de São Paulo. Cerca de cinco mil pessoas, segundo os organizadores, e mil, de acordo com a Polícia Militar (PM), participaram do ato para reivindicar um aumento real de salário, impostos menores para quem vive apenas do salário ou da aposentadoria, direitos trabalhistas para os terceirizados e o fim do fator previdenciário. Os manifestantes pediram também a proibição de doações de bancos e empresas a candidatos a cargos eletivos, investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, redução de jornada de trabalho para 40 hs. semanais e reforma agrária. O ex-presidente da CUT e

deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT), ressaltou a proposta do fim do imposto sindical defendida pela central e pediu a união das centrais. Também participaram da manifestação, organizada pela CUT, representantes da Central de Movimentos Populares do Brasil (CMP) e do MST.

Centrais sindicais participam de uma manifestação em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 hs. semanais e o fim do fator previdenciário, entre outras reivindicações. Segundo um cálculo da Polícia Militar, cerca de dois mil pessoas participaram da manifestação, que fechou duas das seis vias do Eixo Monumental, uma das principais vias da capital federal. Os manifestantes saíram da Catedral de Brasília e seguiram para o prédio anexo da Câmara dos Deputados. Não houve registros de incidentes durante a passeata. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse que as mobilizações vão começar agora e que, no fim do recesso parlamentar, em agosto, as centrais irão voltar a Brasília. “Vamos fazer pressão aqui no Congresso para que seja votada a proposta que reduz a jornada de trabalho, a proposta que trata do fim do fator previdenciário e a que regulamenta a terceirização”.

Cerca de 10 mil professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina (região Sul), segundo os cálculos da PM, realizam uma manifestação em Florianópolis. Em greve há cerca de 50 dias, a categoria rejeitou a proposta apresentada pelo governo estadual durante assembleia realizada na Passarela Nego Quirido. A decisão de manutenção da greve chegou a ser comemorada com foguetório pelos professores que lotaram as arquibancadas. A maior parte da categoria rejeitou a proposta apresentada pelo governador Raimundo Colombo e os grupos que se manifestaram pelo fim da greve foram vaiados pelos manifestantes. A categoria reivindica o cumprimento do piso salarial nacional e a manutenção dos abonos e benefícios. O governo, por outro lado, admitiu cumprir o piso, mas apresentou uma proposta de redução dos outros rendimentos da classe. Os professores querem que o piso nacional seja o salário inicial, pago sem a retirada dos benefícios que estão na folha de pagamento. O ponto que gera controvérsia é que a proposta não significaria um salário “real”, pois o estado somaria os adicionais e benefícios da classe para se obter o valor proposto. A greve dos professores de Santa Catarina afeta cerca de 700 mil alunos há quase 2 meses. A estimativa do próprio Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte-SC) é a de que o ano letivo esteja comprometido na rede estadual de ensino.

Centenas de servidores públicos se reúnem no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em um protesto para reivindicar melhorias de trabalho. O ato faz parte das comemorações do Dia Nacional de Luta, organizado pela CUT. Os manifestantes se concentraram na avenida Presidente Vargas e caminharam até a Cinelândia. Os trabalhadores reivindicam ganhos reais de salário e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 hs. semanais sem diminuição no salário, direitos trabalhistas para funcionários terceirizados, fim da violência rural nas áreas de florestas e a não privatização de aeroportos, entre outros temas. Para o presidente da CUT no Rio de Janeiro, Darby Igayara, a principal reclamação é a de que o governo não abre espaço para diálogo com a classe trabalhadora. “Nós tivemos durante o governo Lula uma relação mais próxima, ou seja, o governo recebia os movimentos, as entidades, as centrais sindicais e a CUT, cada uma com as suas reivindicações específicas e suas pautas, fora os temas nacionais. O problema é que no governo Dilma até agora nós não tivemos condições de dialogar com o governo”, disse Igayara. A manifestação faz parte de um ato organizado em todo o país.

Cerca de 900 trabalhadores militantes do MST, da CUT, e dos sindicatos das universidades federais ocupam o Terminal Portuário do Pecém na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os militantes ocupam a Universidade Federal do Ceará (UFC), que se encontra em estado de greve. As ocupações fazem parte do Dia Nacional de Mobilização da Classe Trabalhadora, organizada pela CUT, em parceria com o MST e outros movimentos sociais. A jornada reivindica a redução da carga horária para 40 hs. semanais, destinação de 10% do PIB para a educação, reforma agrária e

reposição salarial, entre outros temas. O objetivo da ocupação do porto é pressionar o governo estadual a dialogar com os trabalhadores sobre as condições de trabalho. Os trabalhadores esperam há 60 dias uma audiência com o governador. Trabalhadores do porto durante a ocupação denunciaram as más condições de trabalho. Segundo eles é estimada uma morte por mês no local.

Centenas de trabalhadores do setor aeroportuário protestam no Aeroporto Internacional de Guarulhos em São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores são contra o projeto de concessão dos aeroportos à iniciativa privada. No início da manhã os manifestantes distribuíram panfletos e fizeram um “apitação” no estacionamento e no saguão do aeroporto.

A CPT afirma que o agricultor José Luiz da Silva, assassinado no assentamento Cachoeira do Ipa, na cidade de Sertânia – Pernambuco (região Nordeste), teve conflitos com moradores de fora do assentamento por não concordar com a caça e a exploração ilegal de madeiras na caatinga. A polícia considera a possibilidade do crime esta ligado a questões agrárias. Representantes dos trabalhadores rurais foram recebidos pelo governador do estado de Pernambuco, Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e reivindicam agilidade nos processos de reforma agrária e combate a violência no campo.

6º feira 08

Cerca de 30 mil metalúrgicos, segundo os sindicatos da categoria, participam de uma manifestação em defesa da indústria nacional e dos empregos gerados pelo setor em São Paulo (região Sudeste). Reunidos na Via Anchieta, eles pediram ao governo federal medidas para proteger as empresas brasileiras e conter o aumento das importações. O ato na rodovia foi organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, além de integrantes dos sindicatos dos metalúrgicos de Guarulhos e de São Caetano. Para os sindicalistas, o país precisa proteger o mercado interno, com a taxa básica de juros e a valorização do real ante o dólar. Eles também querem que o governo dificulte a entrada de produtos vindos do exterior elevando as alíquotas de impostos e tornando a fiscalização mais rigorosa. Segundo o presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva, do Partido Democrático Trabalhista (PDT-SP), o Brasil terminará o ano com déficit na balança comercial de produtos industrializados de mais de US\$ 100 bilhões. Se os produtos importados fossem fabricados aqui, acrescentou, cerca de 1 milhão de empregos seriam criados a mais no país neste ano de 2011. Os sindicalistas pretendem fechar na próxima semana, com os empresários da Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma pauta conjunta de reivindicações que será levada ao governo federal. Os sindicalistas esperam que a presidenta Dilma Rousseff receba aos representantes dos trabalhadores para uma reunião. Caso isso não ocorra, adiantou, novas manifestações serão feitas em outras regiões do país.

A comunidade quilombola Sacopã, localizada no Bairro da Lagoa, na zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) sofre com o cumprimento de uma ação de reintegração de posse. Os moradores fizeram uma manifestação e convocaram às autoridades e estudiosos do direito dos negros para comprovar suas origens mas não conseguiram evitar o cumprimento da decisão judicial. Instalados em uma das regiões mais nobres da cidade, os quilombolas - –também conhecidos como Família Pinto– - foram citados em ação movida em 1989. Um condomínio de luxo vizinho ao quilombo reivindica a área de entrada da comunidade. A comunidade anunciou que recorrerá da decisão por meio do INCRA. Segundo o presidente da associação de 32 moradores, Luiz Sacopã, a medida judicial fere o Artigo 68 da Constituição. “Eles [condomínios] estão inconformados com nossa permanência. Querem nos privar de nossos direitos. Não atrapalhamos ninguém. Fazemos nossas quentinhas e nossa feijoada. Somos queridos por artistas e outros moradores da zona sul”. Representando os condomínios da Ladeira Sacopã, a Associação de Moradores da Fonte da Saudade apoiou a ação dos oficiais de Justiça. Contrária à ocupação, a entidade contesta a origem

do grupo. De acordo com a presidente Ana Simas, as famílias não nasceram no local. Ela disse ainda que a principal preocupação é com o desmatamento na vila, localizada em área de proteção ambiental. “Ainda que eles sejam quilombolas, não podem desmatar”, disse Ana, acrescentando que os condomínios não podem ser responsabilizados pelo desmatamento autorizado pela prefeitura anos atrás. “Estou cansada de ser acusada de elite preconceituosa”. A comunidade negou o desmatamento e assinala que é vigiada constantemente pela prefeitura. Para os quilombolas, as denúncias são uma manobra para obrigá-los a sair da área. De acordo com o professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, José Maurício Arruti, o fato de uma das famílias da comunidade não ter nascido no local não é problema. “Eles não são plantas. Não brotaram do chão. São grupos que se constituíram no pós-abolição, em processos de expulsão de terras”, disse Arruti. As contestações dos condomínios e de imobiliárias também não impediram o INCRA de avançar com a regularização fundiária da comunidade. O coordenador do Serviço de Quilombos do INCRA no Rio, Miguel Pedro Cardoso, que tentou impedir a ação dos oficiais de Justiça, assinalou que o processo contra os moradores da vila não levou em conta o reconhecimento dos órgãos federais.

2º feira 11

Cerca de 80 famílias do MST, acampadas na fazenda Lagoa Cercada, na cidade de Mauriti – Ceará (região Nordeste) recebem uma ordem de despejo. Segundo informações do MST, no texto estava explicitado que a ordem deveria ser cumprida com violência já que era preciso, “retirar as famílias a força”. Os policiais atearam fogo nos barracos e não permitiram que as famílias retirassem seus pertences. Um caminhão da Prefeitura de Mauriti foi utilizado na ação. Segundo informações dos sem-terra, quatro pessoas ficaram feridas. Os acampados revelaram que foram ameaçados por policiais com armas sobre as suas cabeças. A coordenação do MST do Ceará afirma que, até o momento, os três trabalhadores que presos, sob acusação de desacato por tentar impedir que a polícia queimasse o restante dos pertences, continuam sem poder receber visitas dos familiares.

3º feira 12

Os servidores da área da saúde do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) terminam a greve que começou no dia 27 de junho. A decisão foi tomada depois de que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal negou, por unanimidade, um recurso do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Distrito Federal (Sindsaúde-DF). A Justiça havia determinado o retorno dos servidores ao trabalho no dia 11 e aumentado de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil o valor da multa diária em caso de descumprimento da decisão. O presidente do Sindsaúde-DF, Agamenon Torres, minimizou a derrota na Justiça. “Mostramos que não vamos aceitar tratamento diferenciado com as reivindicações das categoria da saúde”, disse ele. O governo do Distrito Federal propôs o reajuste do auxílio-alimentação de R\$ 199 para R\$ 304 e a incorporação aos salários, em setembro, de 40% da GATA. O restante seria incorporado em parcelas até julho de 2013. Além disso, o governo se comprometeu a implantar o plano de carreira, cargos e salários da categoria, oferecer plano de saúde para os servidores e não cortar o ponto dos grevistas, com a contrapartida da reposição das horas não trabalhadas. O presidente da CUT-DF, José Eudes Costa, disse que, apesar de a proposta ter sido muito aquém do que os trabalhadores queriam, o movimento foi vitorioso. “Essa proposta foi construída a partir da greve. Sem a paralisação, a categoria não teria proposta”.

Professores da rede estadual de ensino ocupam o prédio da Secretaria Estadual de Educação, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Policiais militares do Batalhão de Choque usaram gás de pimenta contra os professores. Em virtude da ação dos seguranças da secretaria que se confrontaram com cerca de 30 manifestantes houve conflito e uma porta de vidro foi quebrada. Os professores, em greve há cerca de 35 dias, reivindicam um aumento emergencial de 26%, o fim

do salário de R\$ 681,44 para a carga horária de 20 hs., a incorporação da gratificação Nova Escola (prevista para começar em 2015), o plano de carreira para os funcionários administrativos e a não execução do plano de metas, além de uma educação gratuita e de qualidade. Em nota, a Secretaria de Educação lamentou a postura dos professores e disse estar aberta a um acordo pacífico entre as partes. Mesmo após a ocupação, a secretaria recebeu os profissionais de educação para discutir as reivindicações. Os professores acamparam em frente ao órgão e afirmam que ficarão no local até que suas reivindicações sejam atendidas. Segundo o SEPE, mais de 60% dos cerca de 55 mil professores aderiram à greve. A secretaria alega que apenas cerca de 2% dos professores não têm comparecido às salas de aula, segundo levantamentos diários das 14 diretorias regionais espalhadas pelo estado. O secretário de educação Wilson Risolia informou que o governo tem investido em vários benefícios para a categoria, mas que é importante ser responsável devido ao impacto orçamentário. “São 93 mil servidores ativos e 74 mil inativos, e essa questão salarial passa pela Previdência, inclusive. Com mais segurança sobre a nossa arrecadação semestral, foi possível antecipar o valor programado para 2012. O salário-base de um professor de 16 hs. em 2007 era de R\$ 540”, disse o secretário que anunciou que em 2011 mais de R\$ 1,2 bilhão serão investidos no setor. Risolia citou investimentos de R\$ 25 milhões em formação e qualificação dos professores, com o cartão auxílio-qualificação, R\$ 14 milhões no programa de formação continuada para docentes e R\$ 250 milhões na melhoria da infraestrutura das unidades escolares como algumas das iniciativas de valorização da classe.

Professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais (região Sudeste), em greve, completam cerca de 35 dias sem negociação. No item principal da pauta de reivindicações está o pagamento do piso salarial nacional, instituído por lei federal, composto pelo vencimento básico. Enquanto o governo Antonio Anastasia diz que proporcionalmente paga até mais do que o piso nacional porque a carga horária no estado é menor, os professores alegam que o Executivo inclui ao valor básico os benefícios adicionais. A Secretaria da Educação informou que o menor salário pago em Minas é R\$ 1.122 por 24 hs. semanais, contra os R\$ 1.187 estabelecidos pela lei federal para 40 hs. Em abril, o STF, ao considerar constitucional a lei que estabeleceu o piso nacional, entendeu que esse piso deve ser composto apenas pelo vencimento básico sem levar em consideração os benefícios adicionais como vale-refeição e gratificações. Ocorre que em Minas havia uma reivindicação dos professores para que todos os abonos fossem incorporados ao salário, de forma que isso pudesse ser considerado quando houvesse reajuste de salários e também para efeito de aposentadorias. Após uma greve em 2010, o governo enviou lei nesse sentido para o Legislativo, que aprovou as incorporações. Só que as gratificações como quinquênios, também foram incorporadas. O sindicato afirma que a adesão é de 50% das escolas, e o governo diz ser 2% de adesão total e 19% parcial.

Cerca de 460 bombeiros do Rio de Janeiro participam de uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 300, que cria um piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares, seja votada neste dia 12 na Câmara dos Deputados. À tarde, os representantes do movimento foram recebidos pelo assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Lopes Feijó. De acordo com o líder dos bombeiros, cabo Beneveluto Daciolo, Feijó ligou para o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, para tentar incluir a votação da PEC 300 na pauta do dia. Caso as reivindicações não sejam atendidas, os bombeiros continuarão a manifestação em frente ao Palácio do Planalto. Antes de procurar o governo federal, os bombeiros tentaram dialogar com o governo do estado. “Não fomos atendidos. Estamos clamando por socorro na esfera federal”. De acordo com Daciolo, há um movimento de paralisação nacional dos profissionais de segurança pública previsto para o próximo dia 9 de agosto.

4º feira 13

Entidades do Movimento Negro vão à Comissão da Reforma Política no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) para cobrar uma maior participação dos negros na vida política brasileira. A Comissão Especial da Reforma Política recebeu integrantes de diversas entidades do Movimento Negro para debater a participação da população negra na política. A audiência foi solicitada pelo deputado federal Daniel Almeida, integrante da comissão. “A representação da população negra da vida política brasileira é um tema latente e amplamente discutido pelo movimento negro. Uma Reforma Política bem elaborada poderá equacionar a injusta sub-representação de negros nos espaços da política e nas instâncias de poder do país”, defende o deputado federal. A expectativa do parlamentar baiano é ampliar a participação da população negra nesse debate e proporcionar uma reforma política afirmativa, “com mais equidade, na perspectiva da consolidação da cidadania através da inserção de grupos minoritários nos centros de definição e de poder no país”, ressalta.

Uma comissão formada por representantes de trabalhadores rurais de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal apresenta ao governo federal uma pauta de reivindicações com mais de 100 itens em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A ampliação do debate sobre desenvolvimento sustentável do Brasil está entre as principais reivindicações das trabalhadoras rurais. A secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Carmem Foro, disse que o documento foi entregue a seis ministros. Nele também foi abordado os problemas causados pelos grandes projetos desenvolvimentistas do país. “Ao mesmo tempo em que geram empregos, [as grandes obras] causam graves impactos ambientais. Esses projetos trazem vários problemas sociais, como a prostituição”, declarou. O licenciamento ambiental também está na pauta de reivindicações como condição política para a garantia da produção das trabalhadoras rurais. De acordo com Carmem Foro, não é a agricultura familiar que tem causado os grandes problemas ambientais. Outro ponto destacado pela representante da CONTAG está relacionado com as mortes no campo. “Há uma disputa, principalmente pelos recursos naturais. Podemos ver como resultado disso os assassinatos [no campo]”. Este ano a pauta da Marcha das Margaridas contempla sete eixos: biodiversidade e democratização de recursos naturais; terra, água e agroecologia; segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, trabalho e renda; saúde pública e direitos reprodutivos; educação não sexista, violência e sexualidade; democracia, poder e participação política. A comissão espera uma resposta do governo às suas reivindicações até agosto, quando ocorre a Marcha das Margaridas 2011. Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, vários pontos da pauta de reivindicações referentes às políticas para mulheres já foram atendidos pelo governo. “Estamos avançando no programa de documentação de mulheres trabalhadoras do campo, no [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] PRONAF Mulher e na titulação de terras de mulheres chefes de família”. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, disse que o governo vai analisar com atenção a pauta de reivindicações das trabalhadoras rurais.

O resgate de 817 trabalhadores em condição análoga à de escravos em uma fazenda de cana de açúcar do município de Naviraí – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) é interrompido por um mandado de segurança movido pela Infinity Agrícola. O mandato foi emitido pela juíza Marli Lopes Nogueira, da Vigésima Vara do Trabalho do Distrito Federal (região Centro-oeste). A liminar também promove a interdição das frentes de trabalho, imposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Dentre os 817 trabalhadores, 542 são imigrantes de Minas Gerais (região Sudeste) e Pernambuco (região Nordeste), e 275 indígenas de diversas etnias. Os trabalhadores estavam sem banheiros e enfrentavam jornadas de trabalho sob chuva e temperaturas inferiores a 10º Celsius. A decisão judicial, afirma que os auditores extrapolaram os limites de sua competência ao interditar os trabalhos do corte manual de cana em todas as frentes de trabalho da propriedade e ao determinar a rescisão indireta dos contratos de trabalho quando podem apenas propor as ditas medidas. A juíza concordou com a tese da empresa Infinity Agrícola, de que a interdição causa prejuízos irreversíveis

já que a cana de açúcar esta estragando e trabalhadores e máquinas estão parados. O grupo móvel de fiscalização é composto por auditores do trabalho, o procurador do trabalho e policiais federais. O procurador do trabalho, Jonas Ratier Moreno, que acompanhou a operação, afirmou que a Justiça ignora o laudo técnico que aponta as condições degradantes que fundamentaram a interdição das frentes de trabalho em sua decisão.

5º feira 14

Os trabalhadores do SEPE decidem continuar a greve e o acampamento em frente a sede da Secretária Estadual de Educação na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Em reunião com o secretário estadual de Educação Wilson Risolia, os representantes da categoria apresentaram as reivindicações, dentre elas o reajuste salarial de 26% e a antecipação das gratificações do programa Nova Escola. Enquanto isso, os representantes do estado prometem aos trabalhadores enviar um estudo contendo as propostas apresentadas para a ALERJ no próximo mês. Os representantes da categoria exigiram que as propostas fossem assinadas numa ata pelo secretário Wilson Risolia e todos os parlamentares presentes.

Cerca de seis mil delegados se reúnem no Quinquagésimo segundo congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) que ocorre na cidade de Goiânia — Goiás (região Centro-oeste). Durante o evento, o presidente da entidade rebateu as críticas que colocam a UNE, como “Chapa – Branca” em virtude do apoio constante do governo federal. Dentre os 11 patrocinadores estão a Petrobras, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás - Eletrosul, o Ministério do Turismo, o Ministério dos Esportes, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério do Transporte, o último envolvido recentemente em denúncias de corrupção. O ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e o Ministro da Educação Fernando Haddad declaram apoio a entidade e criticam o rótulo de Chapa - Branca. O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva compareceu ao evento para “matar a saudade”, como disse aos estudantes reunidos em Goiânia. Lula admitiu que “não via a hora de falar no microfone”, e exclamou: “Há quanto tempo não faço um discursinho”. O ex-presidente disse que a imprensa tenta criar animosidade entre ele e Dilma Rousseff ao ressaltar diferenças de estilo de governar. “Não precisa ser especialista para saber que somos diferentes”. Lula também criticou parte da imprensa que disse que a UNE promoveu um encontro “chapa-branca”. O presidente da UNE, Augusto Chagas, afirmou aos jornalistas que apesar da presença de Lula, do ministro da Educação, Fernando Haddad, e dos cerca de três milhões de reais recebidos do governo, “ainda não contabilizados” para fazer o congresso, a entidade mantém a autonomia em relação ao governo. Em discurso, Haddad defendeu a UNE. “Algumas pessoas acham que é possível comprar consciência com alguns trocados. Estudantes não se vendem por dinheiro nenhum”, elogiou, antes de dizer que tinha “autoridade para participar de cabeça erguida” do congresso porque o governo manteve um canal aberto com os estudantes para conhecer suas reivindicações. Apesar de Lula e Haddad serem efusivamente recebidos no congresso pela maioria dos estudantes em Goiânia, houve protestos contra o ex-presidente e contra o atual governo. Para a estudante de história da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Priscila Guedes, da corrente política Coletivo Vamos à Luta, ligado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o evento da UNE “serviu para fazer palco para o governo” e nada foi falado sobre o contingenciamento de verbas para a educação, a greve dos servidores das universidades federais, as universidades públicas novas que não têm bandeirão e da falta de sala de aula.

6º feira 15

O MST organiza o Quarto Encontro Estadual de Educadores da Reforma Agrária do estado de Mato Grosso (região Centro-oeste) com cerca de 96 educadores de nove escolas, pertencentes a nove

acampamentos do estado. O objetivo do MST é fomentar um momento de formação, articulação, reflexão e organização do Setor de Educação do Movimento buscando formas de articular a luta pela educação coletivamente entre as diversas escolas. Participaram também da atividade professores que ainda não tem vínculo orgânico com a luta das famílias assentadas e da reforma agrária. Ocorreu ainda um debate sobre agrotóxicos, com o intuito de envolver as escolas no debate sobre alimentação.

O movimento Diárias Nunca Mais e a Associação dos Taxistas do Brasil (Abrataxi) realizam uma carreata com cerca de 150 taxistas na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os integrantes dos movimentos afirmam que a prefeitura do Rio de Janeiro descumpriu a ordem judicial que proíbe o município de promover novas permissões ou autorizações para taxistas auxiliares. Os manifestantes também denunciam a venda ilegal de permissões. Em frente à Prefeitura os manifestantes hastearam uma bandeira do Brasil e cantaram o hino nacional. Eles também pediram desculpas à população pelo transtorno gerado no trânsito da cidade. Contudo, os manifestantes afirmam que o ato ocorre pelo fato do movimento estar a um ano reivindicando uma audiência com o prefeito Eduardo Paes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em manifestação no município de Montes Claros – Minas Gerais (região Sudeste) agricultores, professores, servidores, sindicalistas, membros de ONGs e pastorais sociais declaram repúdio aos “grandes” projetos que o governo pretende desenvolver na região, ligados à produção de gás, à construção de barragens e, principalmente, à mineração. Segundo o Vermelho, os manifestantes aproveitaram a presença do governador do estado, Antonio Anastasia, que está no município para anunciar o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, estabelecendo normas para facilitar a atração de investimentos e a instalação de empresas nos municípios da área mineira. Ele também assinou despacho definindo como prioridade governamental a elaboração de um plano regional para os municípios ricos em minerais. Estão previstos quatro projetos, nos municípios de Grão Mogol, Salinas, Rio Pardo de Minas e Janaúba. As empresas envolvidas são o grupo Votorantim, a Vale do Rio Doce, a Mineração e Transporte Minas (MTransMinas), a Mineração Minas Bahia, a empresa Gema e a chinesa Honbridge. Segundo o coordenador de equipe do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Álvaro Carrara, os projetos são apresentados à população como um ótimo negócio, a “salvação” da região. Contudo, não há diálogo com as comunidades que serão atingidas, apenas a imposição dos projetos que estão em fase de estudo e devem ser implantados em 2012.

Sábado 16

O Movimento Pedágio Justo realiza uma manifestação em protesto contra os valores cobrados nas rodovias estaduais, considerados altos. Cerca de 100 veículos congestionaram uma praça de pedágio na região de Jaguariúna –a 123 kms. de São Paulo (região Sudeste). Segundo a Polícia Rodoviária, os motoristas estão pagando a tarifa de R\$ 9,10 em moedas de R\$ 0,10. De acordo com a Renovias, concessionária que administra a praça de pedágio atingida, os motoristas que integraram o protesto entregaram as moedas uma a uma, até completar o valor, o que atrasou a cobrança e liberação dos veículos. A empresa informou ainda que todas as nove cabines estão abertas no momento, mas como os manifestantes se concentram em três da área central, o tráfego está prejudicado. A Polícia Rodoviária informou que o trânsito ficou mais lento do que o comum na região, mas a situação já foi normalizada.

2º feira 18

Os movimentos pertencentes à Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS): a CUT, o MST, a UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Grito dos Excluídos, a Marcha Mundial das Mulheres, a União Brasileira de Mulheres (UBM), o Conselho Nacional de Entorpecentes (CONEN), a Coordenação Nacional de Entidades Negras, a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Ação Cidadania, o Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta Pela Paz (CEBRAPAZ), a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRACO), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a INTERVOZES, a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ), a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados (SINTAPI), a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Confederação Médica Brasileira (CMB) e o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN) lançam carta de repúdio contra o Plano Nacional de Banda Larga e o acordo feito pelo Ministério das Comunicações e as grandes empresas de comunicação. Para os movimentos, os acordos feitos afrontam o interesse nacional e o bem público em prol dos lucros dos monopólios privados.

3º feira 19

A ONG Rio de Paz promove um protesto contra a impunidade no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) quase um mês após a morte do menino Juan Moraes. Para marcar a data, voluntários pregaram 180 cartazes com a pergunta “Quem matou Juan?” no Aterro do Flamengo, zona Sul da capital. O jovem teria morrido durante um tiroteio em uma operação policial na favela Danon, em Nova Iguaçu. Ele desapareceu no último dia 20 de junho e só foi achado em um córrego de Belford Roxo, 10 dias depois. O presidente da ONG Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, lembrou uma pesquisa de 2007 do Ministério Público do Estado, segundo a qual apenas 11% dos homicídios são elucidados e 8% têm os culpados punidos. Segundo ele, a intenção é alertar a sociedade e as autoridades públicas sobre a violência. Após o episódio, a família de Juan foi incluída no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, do governo federal. Os policiais que participaram da ação em Nova Iguaçu continuam afastados. Um inquérito que apura o envolvimento deles na morte de Juan Moraes foi aberto pela corregedoria da corporação, que aguarda ainda o resultado de perícias feitas. Na última semana, o juiz do Quarto Tribunal do Júri de Nova Iguaçu, Marcio Alexandre Pacheco da Silva, a pedido do Ministério Público, decretou a quebra de sigilo dos dados telefônicos de mais duas linhas de PMs suspeitos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) abre uma série de audiências públicas para discutir o projeto da Usina Hidrelétrica de Itaocara, que será instalada no Rio Paraíba do Sul e terá impactos diretos em três municípios de Minas Gerais e cinco do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). O IBAMA também vai promover audiências públicas a partir da semana que vem para discutir a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 quilovolts (kV) entre Jauru – Mato Grosso (região Centro-oeste) e Porto Velho – Rondônia (região Norte). As audiências estão marcadas para os municípios de Ji-Paraná e Vilhena, em Rondônia, e Jauru, no Mato Grosso.

Cerca de sete mil operários participam de mobilizações da campanha contra acidentes do trabalho na construção em quatro canteiros de obras em Salvador – Bahia (região Sudeste). No Le Parc

trabalham atualmente cerca de quatro mil operários e foi onde aconteceram, em menos de um ano, três mortes de trabalhadores em acidentes do trabalho. A campanha “Um passo pela vida - Xô acidentes do trabalho na construção” tem o objetivo de conquistar o apoio da população para acabar de uma vez por todas com a situação de insegurança e riscos que está instalada nas construções, onde os acidentes do trabalho continuam acontecendo diariamente. Só no primeiro semestre de 2011 já aconteceram 58 acidentes nas obras da Bahia, com a morte de seis operários, o mesmo número de óbitos que aconteceu em 2010, sem contar com os acidentes que não foram registrados ou denunciados à imprensa e ao sindicato e aqueles que os patrões se negam a fornecer a Comunicação de Acidente do Trabalho. Muitos deles prometem assistência e tratam como doença por um tempo determinado e depois abandonam o trabalhador. Os trabalhadores reivindicam: valorização do trabalho, direito à recusa ao trabalho perigoso, 100 hs. de treinamento em segurança do trabalho no ato da contratação, proteção e sinalização total nos canteiros de obras, equipamento de proteção individual e coletiva adequados e autonomia para os profissionais de segurança no trabalho.

4º feira 20

Centenas de sem-teto coordenados pelo MTST ocupam uma área em Brazlândia – Distrito Federal (região Centro-oeste). Após muitas lutas o Ministério das Cidades garantiu que as 400 famílias organizadas pelo movimento seriam atendidas por programas de construção de moradias. Mais de um ano depois nada aconteceu e cansados de esperar, o MTST ocupou uma área as margens da BR-070, na cidade satélite de Ceilândia. Os sem-teto esperam algum diálogo com o governo para resolver o impasse.

Os professores da rede estadual de São Paulo – SP (região Sudeste) iniciam uma série de mobilizações contra resolução da Secretaria de Estado da Educação, publicada no dia 8 de julho. A resolução propõe a divisão das férias em dois períodos de 15 dias. Para eles, a nova elaboração do calendário escolar é injustificada visto que caberia a participação no debate também dos conselhos nas escolas e dos interlocutores da categoria. O governo argumenta que a medida auxilia na organização e funcionamento das escolas. No artigo quinto da Resolução 44, o governo estadual determina que o período das férias deve ser do dia 1º a 15 de janeiro e de 1º a 15 de julho. Em nota, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) criticou a medida, ressaltando a importância das férias de 30 dias ininterruptas. Para a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Noronha, a proposta é uma “afronta” à categoria. A dirigente se reuniu na última semana com o secretário da Educação, Herman Voorward, para expor a insatisfação com a resolução. O argumento dos professores contra a divisão das férias ganhou força com o anúncio de reajuste de 42,2% escalonado em quatro anos e da incorporação da gratificação junto ao próximo reajuste de 2012. Voorward se comprometeu a criar uma comissão técnica da Secretaria de Educação e do sindicato para analisar a divisão das férias em até 60 dias, e não descartou a possibilidade de revogação em caso de consenso. Além das ações pela revogação da Resolução 44, os professores continuam em mobilização pela aplicação imediata da lei da jornada da Lei do Piso e por reposição salarial de 36,74%. A APEOESP está articulando um plebiscito em todas as regiões do estado para ouvir a opinião da população a respeito das reivindicações apresentadas.

5º feira 21

A Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos da CUT de São Paulo inicia uma campanha salarial da categoria. A entidade promoveu um ato na avenida Paulista, em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e entregou a pauta de reivindicações a seis sindicatos patronais do setor. Dentre os pedidos da categoria está o de aumento real do salário. Os trabalhadores querem

que as remunerações sejam corrigidas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que, nos últimos 12 meses fechados em junho, atingiu 6,79%, além de ganho real. O diretor de Assuntos Sindicais do Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia em Metais (SINIEM), José Maria Granço, após receber uma cópia da pauta de reivindicações disse que não vê muito espaço para negociar aumentos reais de salário. “O primeiro semestre foi muito ruim, este ano a negociação será mais difícil, mas nós vamos conversar”. A data-base dos metalúrgicos ligados à federação é setembro. Até lá, trabalhadores e empresários esperam chegar a um acordo. A federação representa 215 mil metalúrgicos do estado de São Paulo, vinculados a 14 sindicatos paulistas filiados à CUT. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, reclamou que não foi ouvido pelo governo na elaboração do plano de política industrial que deve ser anunciado em breve. Segundo ele, o grande mérito do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi dialogar com os trabalhadores. “Não posso falar que falta diálogo [no governo atual] porque o governo é muito grande. Mas neste tema de política industrial, eu acho que falta. Precisa abrir as portas desse debate para o empresariado e para os trabalhadores também”. No dia 25, os sindicatos devem se reunir para discutir a situação da indústria automobilística e pretendem pedir uma audiência com a presidenta da República, Dilma Rousseff, para apresentar sugestões à proposta de política industrial.

Integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista – São Paulo (região Sudeste), realizam uma manifestação na Praça da Matriz da cidade e protocolam uma ação no fórum municipal devido a intenção da prefeitura de instalar um incinerador de lixo no município. De acordo com representantes dos manifestantes na cidade, há duas cooperativas que empregam 85 pessoas que se beneficiam da coleta seletiva. Segundo uma das catadoras e membro da equipe de articulação do movimento em São Bernardo do Campo, Maria Mônica da Silva, o incinerador vai causar problemas de poluição para o ambiente da região. Além do impacto ambiental, Silva também destacou os prejuízos sociais com a medida, principalmente com o futuro dos catadores, que com o incinerador não terão como coletar e vender o material reciclável. “Os catadores já fazem parte da sociedade. Com o incinerador serão eliminados postos de trabalho que a reciclagem gera. Nós geramos e movemos a economia local. Colocamos essas pessoas de volta à sociedade. Se tem queima de resíduos, diminui bastante a quantidade de trabalhadores”.

Policiais militares suspeitos de matar o menino Juan Moraes, de 11 anos, durante uma incursão da PM na Favela Danon em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro (região Sudeste) são presos. Juan foi morto com um tiro de fuzil no pescoço. A Polícia Civil informou que o disparo foi feito por um dos policiais durante perseguição contra traficantes. O corpo do menino no entanto, só foi encontrado cerca de 10 dias depois às margens do Rio Botas, em Belford Roxo, local distante da ação policial. A acusação consta do inquérito concluído na semana passada pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense. Nele, o responsável concluiu que Juan foi executado por um dos policiais e que não houve troca de tiros como afirmaram os policiais. Os cabos da Polícia Militar Edilberto Barros do Nascimento e Rubens da Silva e os sargentos Isaías Souza do Carmo e Ubirani Soares foram presos. O mandado de prisão temporária foi expedido pelo juiz Márcio Alexandre Pacheco da Silva do Quarto Tribunal do Júri de Nova Iguaçu. Como ocorre nestes casos, os policiais foram encaminhados para o Hospital Central da PM, onde foram submetidos a exame de corpo de delito e estão sendo encaminhados ao Batalhão Especial Prisional em Benfica, na zona Norte da cidade, onde ficarão em prisão temporária por pelo menos 30 dias. Os quatro policiais serão enquadrados nos crimes de homicídio doloso duplamente qualificado –por motivo torpe e sem dar direito de defesa à vítima e por tentativa duplamente qualificada. No dia 19, o Ministério Público do Rio de Janeiro já havia pedido a prisão temporária dos policiais.

O Partido Social Democrata (PSD) sofre inquérito civil do Ministério Público Eleitoral de São Paulo (região Sudeste) sobre falsificação de assinaturas de eleitores para a fundação do partido.

Eleitores que comparecem ao cartório da 326ª Zona Eleitoral na cidade de São Paulo não reconheceram como sendo suas as assinaturas que constam na lista do partido. O prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), afirmou que o papel da justiça é apurar as irregularidades e certificar as assinaturas, e que esta confiante na informação do partido.

A CPT considera insuficiente a conclusão das investigações do assassinato do casal dos militantes José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, ocorrido no dia 24 de maio na cidade de Nova Ipixuna – Pará (região Norte). A polícia civil ordenou a prisão dos três suspeitos do crime, porém a CPT e demais movimentos agrários da região afirmam que a outros mandantes do crime continuam em liberdade. A CPT também questiona a justificativa apresentada pelo delegado Silvio Maués, diretor policial no interior do Pará, de que se trata apenas de uma disputa de terras.

6º feira 22

Centenas de pessoas ocupam a Igreja da Candelária em um ato ecumênico para lembrar os 18 anos da Chacina da Candelária, quando policiais militares assassinaram oito meninos de rua no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Mães da Chacina de Realengo, de Acari, da Baixada Santista, compareceram ao evento para exigir Justiça e o fim da violência. Algumas mães passaram mal, devido à emoção que envolveu o evento. Mãe de Luiza Paula morta na Chacina de Realengo em abril passado, Adriana Maria da Silveira, entregou à ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, um documento com solicitações do grupo de parentes e amigos das vítimas da chacina. Maria do Rosário lamentou o alto número de crianças e jovens mortos por causas violentas. Segundo ela, são cerca de 15 mortes por dia em todo o país. A ministra admitiu que faltam mais políticas públicas integradas para solucionar o problema da violência no país, mas lembrou que a Constituição estabelece que crianças e adolescentes são de responsabilidade da sociedade, dos governos e das famílias. Na opinião do membro do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças, Carlos Nicodemos, após 21 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o alto número de assassinatos desse grupo ainda é um desafio para a sociedade e para o estado. “É preciso aprimorar o sistema de proteção, os conselhos tutelares precisam ser qualificados e melhorados para que atuem preventivamente na correção dos direitos violados, enfim o estatuto precisa ser implementado e políticas precisam ser concretizadas para a gente poder virar essa página de violência no Brasil”. Ao fim do evento, dezenas de crianças depositaram no altar fotos com flores de vítimas da violência. Após o culto, a multidão fez uma caminhada até a Cinelândia, que já serviu de palco para numerosas manifestações sociais como o emblemático movimento das Diretas Já, em 1984.

Representantes da ONG Rede de Pré-Vestibulares Comunitários e Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes, entidade do movimento negro que luta por Justiça, realizam um ato de protesto contra ações de discriminação racial em frente ao prédio do escritório central do Grupo Pão de Açúcar em São Paulo – SP (região Sudeste). O Grupo Pão de Açúcar divulgou nota informando que entrou em contato com a ONG e que “reiterou suas diretrizes de repúdio a qualquer ato discriminatório”. Segundo a nota, a empresa “pauta suas ações no respeito aos direitos humanos e à integridade de todos os que frequentam as suas lojas, bem como os que contribuem com a sua operação”. A empresa assegurou que “não admite qualquer forma de discriminação relativa à raça, gênero, orientação sexual, cor, religião, idade, origem étnica, incapacidade física ou mental ou qualquer outra classificação protegida por leis federais, estaduais ou municipais”. A organização está analisando cinco casos de maus tratos em estabelecimentos comerciais. Entre os processos está o de duas mulheres - mãe e filha- vítimas de discriminação no dia 7 de julho, após fazer compras no supermercado CompreBem, no bairro de Itaquera. Quando as clientes já estavam a 100 m de distância do local, de acordo com Santos, foram abordadas por um segurança. Dizendo-se policial, o homem disse a elas que “alguém as viu furtando algo e que seriam suspeitas por serem negras”.

Criada há um ano, a Lei Estadual 14.187, que prevê punição administrativa para casos de discriminação racial e étnica no estado de São Paul, permitiu a formulação de 68 denúncias na Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania. Desse total, 37 foram feitas na capital, 11 na região metropolitana de São Paulo e 20 no interior.

Sábado 23

Mães de vítimas da violência policial e representantes de instituições de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes participam de uma manifestação para lembrar os 18 anos da chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho de 1993 em frente à igreja homônima no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação, intitulada “Caminhada em Defesa da Vida - Candelária Nunca Mais!” foi precedida de uma carreata por comunidades cariocas. Uma lista com o nome de 40 crianças e adolescentes mortos ou desaparecidos foi lida pela representante do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, Maria de Fátima Pereira da Silva. A entidade colocou sobre o gramado da praça em frente à igreja um cartaz com o dizer “A Paz no Rio de Janeiro é possível; faça a sua parte”. A exemplo do ano passado, nos 17 anos da chacina, participaram do ato representantes do movimento Mães de Maio, criado em 2006 na Baixada Santista, em São Paulo — SP (região Sudeste). “Os meninos da Candelária são filhos dos homicídios do Brasil, mas também nossos filhos. Temos que lutar para que essa violência seja banida de nosso país, que está com a pena de morte decretada para a periferia”, disse Débora Maria da Silva, coordenadora do movimento.

2º feira 25

Trabalhadores rurais e militantes do MST realizam concentração na cidade de Aracajú — Sergipe (região Nordeste). A atividade tem o objetivo de ressaltar a importância da reforma agrária no Brasil e especificamente no estado de Sergipe, e também comemorar o dia do Trabalhador Rural.

Entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes realizam um protesto na sede da seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a política de recolhimento compulsório de meninos e meninas de rua, implantada pela Secretaria Municipal de Assistência Social desde o fim de maio. De acordo com a psicóloga do Conselho Regional de Psicologia do Rio (CRP-RJ), Ana Carla Silva, a abordagem e o tratamento dados às crianças e aos adolescentes que vivem em situação de risco desrespeitam a Constituição e os direitos humanos. “A gente não concorda com a maneira bruta com que vêm sendo feitos esses recolhimentos, com a presença de policiais e guardas municipais, levando essas crianças para abrigos onde ficam fechadas, sem acesso aos familiares”. Para ela, é possível fazer esse trabalho de forma mais humana. Como alternativa aos métodos adotados até agora, Ana Carla citou os consultórios de ruas e centros de atenção psicossociais. Ela também criticou a falta de política pública para atender crianças dependentes de drogas. Hoje, assinalou, elas só contam com o serviço da Secretaria de Assistência Social. O Ministério Público do Estado do Rio informou que recebeu denúncias sobre a abordagem feita às crianças e adolescentes nas ruas da cidade. Na semana passada, o procurador-geral de Justiça, Cláudio Lopes, teve audiência com o prefeito Eduardo Paes e cobrou o fim das irregularidades constatadas em inspeções em abrigos e na Casa Viva. Paes se comprometeu a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nesta semana, mas a assessoria de comunicação do prefeito informou que ele estará fora da cidade. Por isso, o termo deverá ser assinado apenas no início de agosto. O termo determina que a prefeitura desenvolva as ações de recolhimento de meninos e meninas de rua em parceria com o Programa Saúde da Família. Além disso, o município precisará cadastrar os usuários da rede socioassistencial, educacional e de qualificação profissional. O TAC estabelece ainda que as crianças e adolescentes e suas famílias

sejam incluídos em programas de transferência de renda. A prefeitura também deverá criar um programa de moradia, capacitar a Guarda Municipal, garantir a presença de assistentes sociais em operações de abordagem e acolhimento e dispor de equipamentos adequados para desenvolver o trabalho.

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (região Centro - Oeste) e a OAB protocolam ofício reivindicando que a Polícia Federal (PF) investigue o assassinato do jornalista Auro Ida no dia 21 em Cuiabá – Mato Grosso. Para as entidades o caso se enquadra no artigo 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública. O artigo estabelece que compete a PF investigar “infrações cujas práticas tenha repercussão interestadual ou internacional”. Para as entidades o caso trata de liberdade de imprensa e o livre exercício profissional. A suspeita é de que o crime tenha motivações políticas, já que há denúncias de pagamentos indevidos por parte do governo estadual.

Cerca de 700 trabalhadores da cultura de diferentes linguagens artísticas ocupam a sede da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), no centro de São Paulo – SP (região Sudeste), em protesto à política nacional do Ministério da Cultura. A FUNARTE, instituição de apoio e fomento, é vinculada à pasta. Os manifestantes se encontram em assembleia permanente, entremeada por intensa programação cultural que conta com apresentações de músicas, poesias, intervenções e filmes. Desde o início de sua gestão, a ministra da Cultura, Ana Buarque de Hollanda, sofre críticas dos artistas por mudanças nas diretrizes do ministério. Entre as reivindicações dos manifestantes estão o imediato descontingenciamento de dois terços da verba para cultura (corte do orçamento anunciado pelo governo federal); e as aprovações das PEC’S 150, que garante que o mínimo de 2% (hoje, 40 bilhões de reais) do orçamento geral da União seja destinado à Cultura, e 236, que prevê a cultura como direito social.

3º feira 26

Movimentos sociais e parentes de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, assassinados em maio de 2011 no sudeste do Pará, querem o afastamento do juiz responsável pelo processo que apura a morte do casal de extrativistas. As organizações pedem que o juiz Murilo Lemos Leão, da Quarta Vara Penal de Marabá – Pará (região Norte) seja substituído ou que o processo seja federalizado. Durante as investigações, o juiz negou por duas vezes o pedido de prisão preventiva de três suspeitos, que depois foram apontados pela Polícia Civil como responsáveis pelas mortes: o fazendeiro José Rodrigues Moreira, mandante do crime, e os executores, os pistoleiros Lindon Jonhson Silva Rocha e Alberto Lopes do Nascimento. Mesmo depois da conclusão do inquérito policial, o pedido de prisão ainda não foi acatado. “Ao negar a decretação da prisão dos acusado por duas vezes, o juiz contribuiu para que eles fugissem da região. Agora, mesmo que seja decretada, a prisão do grupo se torna ainda mais difícil”, assinalam as organizações, em nota. Entre as entidades que assinam o manifesto, estão a CPT, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o MST. Se o Judiciário do Pará não aceitar trocar o juiz que conduz o caso, o grupo pretende levar ao Ministério Público Federal o pedido de federalização do processo. “Na esfera federal, espera-se que a apuração seja mais ampla e que todos os responsáveis sejam devidamente identificados e presos, dando dessa forma a tranquilidade necessária para o prosseguimento da ação penal”, destacam as entidades, na nota.

A Advocacia-Geral da União (AGU) aciona o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília – Distrito federal (região Centro-oeste) para que o tribunal declare a ilegalidade da greve dos técnicos administrativos das universidades federais. Eles estão parados desde o dia 6 de junho e, de acordo com a AGU, a paralisação impede o direito constitucional do ensino público gratuito, a continuidade das pesquisas, o atendimento em hospitais universitários e o desenvolvimento econômico e social do país. A ação foi proposta contra a Federação dos Sindicatos dos

Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA) e outras 26 entidades que representam a categoria. A AGU pede que, caso a greve não seja anulada, pelo menos 70% dos técnicos retornem ao trabalho. Além disso, pede multa diária de R\$ 100 mil caso a determinação não seja seguida. A AGU diz que as negociações do Ministério do Planejamento com a entidade dos servidores começaram quando a federação anunciou a decisão de fazer a greve. Também alega que a pauta foi alterada após várias reuniões e que, mesmo após a demonstração da intenção do governo de negociar, a FASUBRA decidiu entrar em greve. Para os procuradores, isso torna a greve ilegal e abusiva, uma vez que a lei só permite a declaração de greve quando se esgotaram todas as formas de negociação. Entre as reivindicações da categoria, está o reajuste do piso salarial em pelo menos três salários mínimos. Segundo a entidade, o vencimento desses servidores hoje é R\$ 1.034.

O Juiz Murilo Lemos Simão, da Quarta Vara Criminal de Marabá — Pará (região Norte) retira o segredo de justiça do processo do casal ambientalista José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. A decisão foi anunciada um dia depois da CPT e mais 11 movimentos agrários divulgarem comunicado protestando contra a “Falta de Transparência” na condução do caso. Em nota o juiz Murilo Lemos Simão justifica que o fato da Polícia Civil concluir o inquérito e, antes mesmo da sua decisão sobre seu último pedido de prisão preventiva, divulgar os nomes e as fotos dos suspeitos, não há mais como se falar em segredo judicial.

Quatorze trabalhadores bolivianos e um peruano são encontrados em situação análoga à escravidão em duas confecções na zona Norte de São Paulo. Eles foram libertados por fiscais do Ministério do Trabalho. As confecções, de responsabilidade da marca Zara, da empresa espanhola Inditex, receberam 52 autos de infração. “Entre outras irregularidades, foram constatadas jornada de trabalho excessiva, servidão por dívida, e precária situação de higiene”, disse Renato Bignami, subsecretário de Inspeção do Trabalho do ministério. Os 15 trabalhadores receberam uma indenização de R\$ 150 mil. A empresa responde agora a processo no Ministério do Trabalho e Emprego. As investigações começaram no fim de junho quando os fiscais encontraram 52 trabalhadores, também em condições degradantes(,) em uma confecção da mesma empresa no município de Americana, no interior de São Paulo. Os fiscais passaram então a investigar toda a cadeia produtiva da marca Zara. Os trabalhadores libertados permanecem no Brasil sob os cuidados do governo.

5º feira 28

Delegados e peritos da PF, advogados públicos da União e auditores fiscais do Trabalho e da Receita Federal realizam uma manifestação no Aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Na ação, os funcionários públicos distribuíram panfletos, nos quais defendem o serviço público de qualidade. Entre as reivindicações, estão o fim imediato dos cortes e contingenciamentos orçamentários na Receita, no Ministério do Trabalho, na PF e na Advocacia-Geral da União, a retomada dos concursos públicos, a reestruturação das respectivas carreiras e o fim da terceirização no serviço desempenhado por eles. De acordo com o presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil, Luis Carlos Palacios, apesar de não ser o objetivo das categorias envolvidas, uma paralisação não está descartada. Ele destacou que a intenção é abrir um diálogo com o governo e lembrou dos grandes eventos esportivo que virão, como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Delegados de PF, Bolívar Steinmetz, uma das preocupações é o efetivo de pessoal, que, segundo ele, está cada vez menor. “Nós temos uma carência muito grande pela falta de concurso e pela evasão. Para entrar na PF, é preciso ter Terceiro grau. Se aparece concurso em outra área, a pessoa prefere fazer pelo salário mais atraente. E hoje temos também um número de aposentadorias muito grande”, disse. Segundo informações da Agência Brasil, o movimento também promove neste dia 28 manifestações

nos aeroportos internacionais Juscelino Kubitscheck, em Brasília; de Guarulhos, em São Paulo; e Tom Jobim, na capital fluminense.

Jair Firmino Borracha, acusado de matar o militante do MST Eduardo Anghinoni, em 1999 no estado do Paraná (região Sul), é condenado pelo júri por quatro votos a três. O acusado foi condenado a 15 anos de prisão com possibilidade de recorrer. A família que acompanha o julgamento afirma que a condenação é apenas de um pistoleiro, ainda deixando uma lacuna sobre o mandante do crime e o responsável por toda a estrutura utilizada na região Noroeste do Paraná para perseguir os militantes do MST. Esse é o primeiro júri a condenar um acusado envolvido em morte de sem-terra segundo informações do próprio movimento.

Cerca de 200 bancários realizam em São Paulo — SP (região Sudeste), uma manifestação contra as demissões na categoria. O alvo é o banco Itaú Unibanco, que, de acordo com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, tem realizado demissões acima da média. Recentemente, o banco demitiu trabalhadores do setor de compensação em Campinas, no interior paulista, que aos poucos passa a ser eletrônica. A manifestação contou com cruzeiros e um caixão, além de uma banda que passou a manhã tocando a Marcha Fúnebre. De acordo com Juvândia Moreira, presidente do sindicato, as condições de trabalho dos bancários são cada vez mais delicadas. “A cobrança é excessiva e as metas muitas vezes impossíveis de cumprir, o que tem provocado o adoecimento dos funcionários e um clima de terror dentro das agências”. A concentração dos manifestantes se deu em frente ao Masp e o “cortejo” seguiu até a avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Apesar do “luto”, os bancários estão majoritariamente de branco, pedindo “paz no ambiente de trabalho”.

6º feira 29

Quarenta e oito pessoas são incluídas no cadastro de empregadores autuados por exploração do trabalho escravo. Conhecido como lista suja do trabalho escravo o cadastro, atualizado neste dia 29 pelo Ministério do Trabalho, tem 251 infratores que exploram trabalhadores em situação análoga à de escravo. Do total, 15 empregadores tiveram seus nomes retirados da lista, dois por decisão judicial transitada em julgado e dois de forma temporária por ação liminar. Os nomes são mantidos na lista nos casos em que o empregador não quitou as multas impostas pela fiscalização do trabalho, por reincidência, e nos casos de ações que estejam tramitando no Poder Judiciário. O ministério informou que também há pessoas que recorrem ao Poder Judiciário para ter seu nome excluído da lista e, em cumprimento à decisão judicial, o nome é imediatamente retirado. Segundo o ministério, nesta atualização foram analisados os relatórios de fiscalização e pesquisados dados das superintendências regionais do trabalho e emprego entre outros órgãos. Também foi consultado o Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo do ministério. Enquanto o empregador está com o nome no cadastro, ele não recebe financiamentos com recursos públicos. Além disso, o setor privado penaliza os infratores por meio do Pacto Nacional com medidas restritivas de relacionamento comercial.

Sábado 30

Integrantes de movimentos sociais e moradores de Itaquera, na região leste da cidade de São Paulo — SP (região Sudeste), promovem um ato contra o uso de verbas públicas em obras para a Copa do Mundo de 2014 e as remoções que essas obras devem causar. Juntas, cerca de 300 pessoas deram um abraço simbólico na área do futuro estádio do Corinthians, local que receberá jogos do Mundial. As obras do estádio, em Itaquera, receberam R\$ 420 milhões em incentivos fiscais da prefeitura de São Paulo. O governo paulista também vai investir R\$ 70 milhões na construção da arena, que será privada. Para os manifestantes, a aplicação de dinheiro público na obra é um exemplo dos vários

erros que o Brasil vem cometendo em sua preparação para o Mundial. “Esse dinheiro poderia ser investido em moradias, escolas e universidades”, afirmou Tita Reis, morador da região leste e membro do Comitê Popular da Copa em São Paulo. “Nós não somos contra a Copa”, complementou Benedito Roberto Barbosa, da CMP e também do comitê popular sobre o Mundial. “Só somos contra o que a Copa tem de errado”. Segundo Barbosa, por causas das obras para o Mundial, milhares de famílias de Itaquera serão removidas de suas casas. Muitas, por morarem em ocupações irregulares, temem não ser indenizadas por terem de deixar sua habitação.

Domingo 31

Centenas de manifestantes protestam contra o assassinato de 30 mil pessoas desde 2007 e o desaparecimento de 20 mil no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato ocorreu na orla de Copacabana. Com roupas pretas e máscaras com rostos de desaparecidos e vítimas da violência, o grupo fez uma marcha do início ao fim do calçadão e fincou três mil rosas com fitas pretas, em sinal de luto pelas vítimas de homicídios, além de uma cruz de quatro metros de altura. A finalidade também foi chamar a atenção para a ineficiência da polícia e a morosidade da Justiça. Segundo o presidente da organização, Antônio Carlos Costa, da ONG Rio de Paz, a elucidação desses crimes não passa de 8%. “É ridículo que 92% dos homicidas não sejam punidos. E essa impunidade incentiva a violência. Foram cerca de 800 pessoas que vieram aqui demonstrar sua indignação”. Uma das reivindicações do grupo é o julgamento e a punição dos assassinos do menino Juan, de 11 anos, morto por policiais militares na Baixada Fluminense, há mais de um mês. O corpo do menino apareceu em um rio quase dez dias depois do crime. Entre os parentes de vítimas da violência estavam os da engenheira Patrícia Franco, que desapareceu em junho de 2008 e do menino de cinco anos João Roberto morto por policiais também em 2008.

Glossário de siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABRACO	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
Abrataxi	Associação dos Taxistas do Brasil
AGU	Advocacia-Geral da União
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANPG	Associação Nacional dos Pós-Graduandos
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEBRAPAZ	Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta Pela Paz
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CI Brasil	Conservação Internacional Brasil
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMB	Confederação Médica Brasileira
CMP	Central de Movimentos Populares do Brasil
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNESF	Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNQ	Confederação Nacional do Ramo Químico

CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONACS	Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde
CONAM	Confederação Nacional de Associação de Moradores
CONEN	Conselho Nacional de Entorpecentes
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSS	Contribuição Social para a Saúde
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASUBRA	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GATA	Gratificação por Apoio Técnico Administrativo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais e Travestis
MNLM	Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
Sindsaúde-DF	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Distrito Federal
SINIEM	Sindicais do Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia em Metais
SINPAF	Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
SINTAPI	Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados
Sinte-SC	Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Santa Catarina
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes

UNEGRO	Coordenação Nacional de Entidades Negras, União de Negros pela Igualdade
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
UPE	União Paranaense dos Estudantes
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ).

Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).

Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP-UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Agosto de 2011

Editada en diciembre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



Govern
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 972

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

prof. dr. Roberto Leher
Alice Coutinho da Trindade.
Peter Sana e Willian Ramos da Silva

Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente (CMI),
Boletim DATALUTA e O Vermelho.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Agosto de 2011

2º feira 01

Os trabalhadores da cultura decidem desocupar o prédio da Fundação Nacional de Arte (Funarte) em São Paulo – SP (região Sudeste) após de uma semana de ocupação. Depois de lerem duas cartas nas quais denunciam a privatização dos recursos públicos para a cultura e negam a possibilidade de existir uma arte livre vinculada às empresas e a atual forma de Estado, centenas de manifestantes deixaram o prédio na Alameda Nothmann, região central, e saíram em passeata pela avenida Paulista. Cerca de 500 artistas participaram da passeata coreografada. As duas principais reclamações dos artistas dizem respeito à Lei Rouanet de Incentivo à Cultura e ao contingenciamento das verbas para a área da cultura pelo governo federal. “Em 2011, a cultura sofreu mais um ataque: um corte de dois terços de sua verba anual. De 0,2% ou R\$ 2,2 bilhões foi para 0,06% ou R\$ 800 milhões do Orçamento Geral da União, em um momento de prosperidade da economia brasileira. Essa regressão implicou a suspensão de todos os editais federais de incentivo à cultura no país, num processo claro de destruição das poucas conquistas da categoria. Enquanto isso, a renúncia fiscal da Lei Rouanet não sofreu qualquer alteração apesar das inúmeras críticas de toda a sociedade”, segundo o manifesto publicado na *internet*. Para além da conquista de reivindicações pontuais, como a aprovação das Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) 150, que garante que o mínimo de 2% do orçamento geral da União seja destinado à Cultura, e da PEC 236, que prevê a cultura como direito social, os trabalhadores reivindicam ainda o direito de produção de uma arte livre que seja expressão de uma sociedade livre das regulamentações do mercado.

Fiscais do Ministério do Trabalho resgatam 69 trabalhadores em situação análoga à escravidão em 11 carvoarias de Goiás (região Centro-oeste). A operação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do estado foi desencadeada após uma denúncia de tentativa de homicídio de um trabalhador. Os carvoeiros eram trazidos irregularmente de Minas Gerais (região Sudeste) e não tinham registro e nenhum direito trabalhista, como descanso semanal remunerado, férias ou décimo terceiro salário. Nas carvoarias, as condições de trabalho e moradia eram precárias. Não havia água potável e alguns alojamentos foram erguidos em galpões de pau-a-pique, com teto de lona e piso de chão batido. Os fiscais também constataram a falta de instalações sanitárias nos locais de trabalho e nos alojamentos. O esquema de exploração dos trabalhadores, coordenado por uma família, funcionava havia mais de seis anos, de acordo com o Ministério do Trabalho. Os trabalhadores eram aliciados para atividades que ibam do desmatamento do cerrado à entrega do produto para as siderúrgicas em Minas Gerais. De acordo com os fiscais, não eram fornecidos equipamentos de proteção individual para execução de atividades como corte, carregamento e transporte de madeira e para o trabalho nos fornos. Os empregadores terão que pagar R\$ 680 mil em indenizações rescisórias aos trabalhadores resgatados. Cerca de R\$ 200 mil foram pagos e o restante será cobrado em ação coletiva movida pelo Ministério Público do Trabalho contra os produtores de carvão e contra os fazendeiros onde as carvoarias estavam instaladas. Os empregados resgatados irão receber três parcelas do seguro-desemprego, de um salário mínimo cada uma. No dia 29 de julho, o

ministério divulgou a nova versão da chamada lista suja do trabalho escravo, que agora tem 251 nomes. Em seis meses, 48 nomes foram incluídos na relação mantida pelo governo federal e cinco foram excluídos. Dentre os nomes incluídos, oito do estado de Goiás, sete do Mato Grosso, um do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), sete do Paraná, cinco de Santa Catarina, um do Rio Grande do Sul (região Sul), seis de Minas Gerais, um do Espírito Santo, um de São Paulo (região Sudeste), quatro do Tocantins, três do Pará, dois do Piauí, um do Amazonas (região Norte) e um do Maranhão (região Nordeste). Entre 2007 e 2009, houve cerca de 4,9 mil libertações por ano. Neste período, a média anual de operações registradas em 2011 ultrapassa 140, e mais de 280 estabelecimentos são inspecionados em média a cada 12 meses.

3º feira 02

Jovens se reúnem em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para protestar contra a aprovação do novo Código Florestal e contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Os manifestantes estão acampados em Brasília desde o dia 31 de julho. No domingo, os manifestantes plantaram três mudas: uma de Copaíba, uma de Ipê Roxo e outra de Aroeira, mas a Polícia do Senado retirou todas. “Isso é um crime previsto em lei e, para cada muda retirada, 30 devem ser replantadas no lugar, ou seja, o Senado nos deve 90 mudas de plantas”, disse o historiador Leandro Cruz, de 28 anos, que participava do manifesto. “No domingo, fomos tratados com violência. A polícia veio e arrancou as mudas e, não satisfeitos, [os policiais] partiram para a agressão”, afirma Augusto André, de 20 anos, do Rio Grande do Sul. Os policiais respeitaram uma espécie de culto que os manifestantes fizeram informalmente em torno da muda plantada, mas, logo depois, os jovens foram levados para a Delegacia do Senado, sob a alegação de que a perfuração do solo em frente ao Congresso era crime ambiental. A bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara dos Deputados se posicionou de forma favorável ao movimento e ofereceu dois advogados do partido para representar os manifestantes. Além de protestar contra o Código Florestal, os manifestantes querem manter o diálogo com a sociedade que, para eles, está mal informada em relação ao projeto.

4º feira 03

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o órgão, os funcionários não conseguiram entrar no edifício para trabalhar. De acordo com o MST, a ação mobilizou 500 militantes para reivindicar as tradicionais pautas do movimento, como a desapropriação de terras, regularização dos assentamentos, crédito e assistência técnica para a produção rural. “O Incra de São Paulo não tem superintendente, não tem assistência técnica proporcional à demanda, não tem dinheiro”, reclamou o diretor nacional do MST, Gilmar Mauro. A ocupação faz parte da jornada nacional de lutas que as centrais sindicais e os movimentos sociais fazem durante o mês de agosto. O Incra disse que ainda não recebeu as reivindicações do MST e, por isso, não irá se manifestar sobre a ocupação. Os sem-terra querem a desapropriação de terras, regularização dos assentamentos já existentes, assistência técnica, crédito para a produção, infraestrutura e negociação das dívidas das famílias assentadas.

As famílias do acampamento Silvio Rodrigues localizado na fazenda São Paulo, na cidade de Mirassol D'Oeste – Mato Grosso (região Centro - oeste) bloqueiam a rodovia BR-070 em protesto

contra o despejo do acampamento Cássio Henrique Ramos. O MST lançou nota á população do estado, sobre o despejo do acampamento Cássio Henrique Ramos localizado na fazenda Rancho Verde, na cidade de Cáceres. O MST afirma que a fazenda possui um laudo de vistoria feito pelo Incra, constatando que é improdutiva; contudo o proprietário reivindica na justiça a invalidade do laudo. É a segunda vez que a policia realiza um despejo no acampamento. As famílias se encontram no ginásio Didi Profeta e permanecem no local ate que se arrume outra área para montar acampamento.

Cerca de 25 mil trabalhadores, de acordo com a Polícia Militar, fazem passeata pelas ruas na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) a favor da aprovação da pauta trabalhista no Congresso Nacional. Entre as reivindicações das centrais sindicais estão mudanças na política econômica, redução da jornada de trabalho para 40hs semanais, o fim do fator previdenciário e a regulamentação da terceirização. Os manifestantes se concentraram na praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, e seguiram em direção à Assembleia Legislativa de São Paulo. Organizado pela Força Sindical, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Nova Central Sindical, o ato conta ainda com o apoio de movimentos sociais –o MST e a União Nacional dos Estudantes (UNE). O presidente da UGT, Ricardo Patah, ressaltou a importância de ter tantos trabalhadores nas ruas unidos pelo mesmo objetivo. O presidente da CGTB, Antonio Neto, disse acreditar que a marcha sensibilizará o governo e o Congresso, porque “são movidos à pressão”. “Fizemos manifestações nas cinco regiões e, agora, vamos pegar essa massa e nos concentrar em Brasília e pressioná-los para que nossas reivindicações sejam atendidas”. Para o vice-presidente da CTB, Nivaldo Santana, o ato é “uma das maiores demonstrações de unidade dos trabalhadores e uma das maiores passeatas que São Paulo já viu”.

Os funcionários dos Correios contrários às mudanças propostas para a gestão da estatal e que reivindicam participar mais da discussão das medidas fazem protesto durante audiência pública em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para debater a Medida Provisória 532/11, que estabeleceu alterações na estrutura da empresa. Os representantes dos trabalhadores aproveitaram a audiência no Congresso para criticar o governo com cartazes e faixas. “Governo do PT vai privatizar os Correios”, “Modernidade sim, privatização não” e “Governo popular que não ouve o povo” foram algumas das frases exibidas aos parlamentares. O representante da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, José Rivaldo da Silva, reclamou que a elaboração das medidas não foi debatida com os trabalhadores. O presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), Luiz Alberto Menezes Barreto, disse que a entidade vai apresentar uma sugestão de emenda ao relator da MP, deputado Arnaldo Jardim, do Partido Popular Socialista (PPS), propondo que a criação de subsidiárias dos correios, prevista na medida, não provoque demissões. Ele também reclamou da falta de diálogo com os trabalhadores. No final de abril, o governo publicou uma medida provisória estabelecendo mudanças no estatuto da empresa. Os correios vão poder ampliar o leque de atuação legal, podendo oferecer serviços como telefonia, *internet*, logística integrada, serviços bancários e até participar do capital de companhias aéreas. A MP também permite que a estatal atue em outros países, seja sócia de empresas privadas e constitua subsidiárias. O presidente dos Correios, Wagner Pinheiro, esclareceu que o principal objetivo das mudanças é modernizar a empresa, tornando-a mais transparente e mais próxima do cidadão. “Queremos que ela faça jus à credibilidade que os brasileiros têm nela há tantos anos. Que possamos não mais atrasar o Sedex [serviço de entrega rápida de encomendas] e ampliar o atendimento à população”. Pinheiro garantiu que a empresa não será privatizada e nem vai vender ações no mercado. Segundo ele, os

Correios poderão adquirir o controle ou participação acionária de outras empresas. O presidente também ressaltou que os empregados continuarão sendo admitidos por concurso público e contratados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Professores da rede estadual de ensino permanecem em greve no Rio de Janeiro (região Sudeste). A decisão foi tomada durante assembléia de profissionais das escolas estaduais do Rio de Janeiro, parados há 58 dias. Reunidos na Fundação Progresso, no Centro do Rio, o grupo decidiu rejeitar a proposta do governo estadual de reajuste de 3,5% para os professores. O secretário estadual de Educação, Wilson Risolia, informou que o reajuste de 3,5% seria pago a partir de setembro. Há quase dois meses a classe reivindica reajuste de 26% e chegou a ocupar o prédio da Secretaria do Estado de Educação. Risolia afirmou que os professores que permanecessem em greve seriam descontados no salário.

Cerca de 2 mil moradores de uma ocupação na Rua das Flores no Conjunto Habitacional do Jardim São Francisco no Bairro de São Mateus na Zona Leste de São Paulo – SP (região Sudeste) realizam uma manifestação na Subprefeitura de São Mateus. Os manifestantes afirmam que vão resistir a qualquer tentativa de desocupação forçada por parte da prefeitura. Os moradores denunciam que vêm sofrendo constantes ameaças de remoção. Agentes da Prefeitura e um engenheiro, supostamente responsável pelas obras de urbanização no conjunto, estão no local intimidando as famílias e afirmando que vão derrubar as moradias mesmo com as pessoas dentro, em grave afronta a lei e a Constituição Federal, que garantem a inviolabilidade do domicílio. Assustados com as ameaças, os moradores pediram apoio para entidades, associações locais, o movimento de Moradia e de direitos humanos, que desde então, vem apoiando a luta dos moradores. Os moradores já apresentaram suas propostas à Subprefeitura de São Mateus e não aceitaram o cheque despejo. As famílias reivindicam que os agentes da prefeitura parem com as ameaças e as intimidações, e se a prefeitura necessita da área, que apresente uma proposta alternativa de moradia digna para as famílias.

Bombeiros, profissionais da saúde e educação realizam ato na escadaria da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os bombeiros reivindicam que a anistia criminal dos 439 trabalhadores, presos na ocupação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, seja sancionada pelo Governador Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os trabalhadores da categoria recusaram a proposta de antecipação do aumento salarial de 5,58% e mantém a proposta de piso salarial de R\$ 2 mil, além do fim das gratificações. Os trabalhadores da educação gritaram palavras de ordem e levantaram bandeiras reivindicando reajuste emergencial de 26% e o descongelamento do plano de carreira dos funcionários administrativos. O governo do estado encaminhou no dia 1 de agosto o projeto de lei para a Alerj, com reajuste de 3,5%, mas a categoria não aceitou a proposta. Após o ato os bombeiros seguiram em passeata para o Palácio Guanabara para negociar com o governador. Foi criada uma comissão pelos trabalhadores para tratar com o governador sobre as reivindicações.

5º feira 04

A greve dos profissionais de educação do Rio de Janeiro (região Sudeste) completa dois meses e os grevistas saem em passeata pelas ruas do centro da cidade. A avenida Rio Branco foi bloqueada para a encenação de uma peça de teatro. Na esquete, o governador Sérgio Cabral, representado pela morte, ataca os trabalhadores, que em seguida se levantam contra o político. A manifestação seguiu

em direção às escadarias da Alerj, onde bombeiros se preparavam para mais um ato. Há meses, a categoria trava uma batalha por melhores salários contra o gerenciamento estadual. Muitos bombeiros acompanharam o protesto dos profissionais da educação e declararam total apoio à luta da categoria. Os profissionais da educação exigem a incorporação imediata das gratificações do Programa Nova Escola e um reajuste real de 26%. A categoria promete que não dará nem um passo atrás na greve que já dura dois meses.

Bombeiros militares do Rio de Janeiro fazem manifestação no Largo do Machado, zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com o cabo Benevenuto Daciolo, uma das lideranças do movimento, não houve melhora significativa com a antecipação do reajuste salarial de 5,5 % (passando de R\$ 950 para R\$ 1.010). Os militares lutam pelo fim das gratificações, por um piso salarial líquido de R\$ 2 mil e além do pagamento do vale-transporte. “Estamos há mais de três meses notificando o governo sobre as nossas reivindicações. E até o presente momento o governo ainda não nos atendeu. A única coisa que aconteceu foi a antecipação de uma das nossas parcelas do aumento salarial que corresponde a menos de 6%, no valor de R\$ 60, e mais nada”, disse. Sobre o contrato assinado no dia 2 de agosto pela Secretaria Estadual de Defesa Civil, que garantiu pagamento de vale-transporte no valor de R\$ 100 para 11.975 militares da corporação, o líder do movimento ressaltou que ainda é suficiente para parte da corporação. “Nós somos 92 municípios. Esse valor não atende todos os bombeiros, não atende a ida e a volta dos militares do trabalho para a residência”, explicou. Ainda segundo Daciolo, a anistia criminal ainda não foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Há dois meses 439 bombeiros foram detidos após a ocupação do quartel-central da corporação. Durante a ação, os militares chegaram a se confrontar com policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope). Após o episódio, os manifestantes foram chamados de vândalos e irresponsáveis pelo governador Sérgio Cabral. Os bombeiros ficaram cerca de uma semana presos.

Agentes penitenciários do Espírito Santo deflagram greve. Segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Espírito Santo (Sindaspes), embora o movimento atinja todo o estado, os principais focos da paralisação são os complexos penitenciários na cidade de Viana e de Xuri, em Vila Velha. Somados, os dois estabelecimentos concentram, segundo a Secretaria de Justiça, 43,5% da população prisional do estado e cerca de 60% dos quase 2,7 mil dos profissionais. Com a retomada do movimento, que já havia sido suspenso no dia 21 de julho a pedido do governo estadual, os agentes deixarão de escoltar os presos, acatando apenas os mandados judiciais –nestes casos, o agente retirará o preso da cela e o entregará a policiais, que se encarregarão da escolta. Além disso, enquanto a greve durar, os detentos não poderão tomar banho de sol e serão suspensas as visitas familiares e a assistência jurídica. A alimentação, os medicamentos e o atendimento de urgências e emergências médicas aos detentos estarão garantidas. Os trabalhadores decidiram cruzar os braços por não terem ficado satisfeitos com a proposta apresentada pelo governo no dia 2. Em reunião com diretores sindicais, os representantes do governo apresentaram um cronograma de longo prazo para atender às reivindicações da categoria. Entre as principais demandas apresentadas pelos trabalhadores estão a reestruturação do plano de carreira, a autorização para porte de arma, compensação salarial, pagamento de horas extra e escala especial. Segundo Buzzetti, o salário de um agente é R\$ 2.063. Em nota, o secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, lamentou a decisão da categoria de interromper as atividades e assegurou estar aberto ao diálogo. A Segunda Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória julgou a greve ilegal. Na decisão liminar concedida no dia 3 de agosto a favor do estado, o juiz considera que o sindicato não comunicou as autoridades legais sobre o início da paralisação no prazo mínimo exigido por lei, impedindo, assim, que o estado pudesse adotar as providências necessárias para garantir o funcionamento dos serviços

essenciais do sistema prisional. O juiz também aponta que, segundo o governo estadual, a categoria não garantiria a presença de ao menos 30% dos agentes ao serviço, colocando em risco o desempenho de atividades essenciais para a segurança pública. Com base nesses argumentos, o juiz estabeleceu que o sindicato deve suspender a paralisação, sob pena de ser multado em R\$ 50 mil por dia. O presidente do sindicato, Paulo Cesar Buzzetti, disse que ainda não foi oficialmente notificado e, portanto, não conhece o teor da decisão, mas garante que, se necessário, a entidade irá recorrer.

Cerca de 150 pessoas ligadas a movimentos de defesa dos direitos das mulheres participam de um protesto em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo – SP (região Sudeste) para pedir a criação de mais juizados especializados em violência doméstica e mais rigor na aplicação da Lei Maria da Penha. As mais de 20 entidades que organizaram a manifestação escolheram a data em função do aniversário da lei, que completa cinco anos no dia 7 de agosto. Na manifestação, parentes de vítimas de violência doméstica usaram o microfone para relatar as próprias experiências e ressaltar a importância da participação do Estado nessa causa. “Em São Paulo, apenas a Delegacia da Mulher do centro funciona 24 horas, as demais trabalham de segunda à sexta, até as 17h. Uma mulher agredida fora desse horário e que more longe do centro não tem a quem recorrer, pois as delegacias tradicionais não atendem a esse tipo de caso”, reclamou Maria Iraneide de Matos, militante do Promotoras Legais Populares. No protesto, correu um abaixo assinado que pede que todas as delegacias de atendimento à mulher fiquem abertas 24 horas. Clara Charf, presidente da Associação Mulheres pela Paz, espera que a Justiça seja mais ágil no trato dos casos de violência doméstica e mais rigorosa com os agressores. “Não podemos aceitar a violência e temos os direitos garantidos por lei. Estamos aqui para exigir que o Judiciário faça o que tem que fazer e não deixe mais mulheres serem assassinadas”.

6º feira 05

Cerca de 2,4 mil pessoas dentre passageiros e familiares protestam no aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto acontece contra a lentidão no atendimento da alfândega do terminal. Os manifestantes protestam contra a insuficiência de funcionários da receita federal e a falta de informação da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Os manifestantes gritaram e bateram nas bagagens, paredes e objetos diversos, contra a demora do atendimento.

Integrantes de 97 organizações da sociedade civil, movimentos sociais, parlamentares e ex-ministros participam na cidade de São Paulo (região Sudeste) do lançamento do Comitê Paulista em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável contra o Projeto de Lei Complementar 30/2011, que altera o Código Florestal Brasileiro. Também foi lançado um abaixo-assinado contra o projeto do novo código. A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva disse que o comitê dá a oportunidade de as pessoas saírem do papel de observadoras. Ela citou uma pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em junho, que constatou que 79% da população têm posição contrária ao texto do senador Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), relator do projeto. João Paulo Rodrigues, representante do MST, disse que o momento é propício não só para fazer o debate sobre as mudanças no Código Florestal como para incluir outros segmentos na discussão. “Nós, do campo, pequenos agricultores, não fomos consultados. A referência de agricultura que foi consultada é a do grande agronegócio que tem como principal base a monocultura, o uso demasiado de agrotóxicos e, acima de tudo, a depredação do meio ambiente”. O deputado federal Ivan Valente

(PSOL) enfatizou que o novo Código Florestal atenta contra o interesse coletivo nacional. “O que está em jogo nessa proposta não é um problema só ambiental ou agrícola. Está em jogo a vantagem comparativa de uma nação e um processo histórico que conservou grande parte de sua biodiversidade, florestas, água e solo e que pode ser uma potência. Está em jogo também o modelo agrícola e agrário”. O ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero lembrou que o Código Florestal pode trazer ainda consequências internacionais ao país, como a repercussão negativa da aprovação do texto na Rio+20 - Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável. “Isso não se limita a uma questão só de imagem ou do fracasso anunciado de uma conferência. É que existem compromissos inúmeros que o Brasil assumiu em fóruns internacionais que podem se tornar inviáveis caso determinadas mudanças incluídas no projeto da Câmara sejam consagradas no texto final”, alertou.

A organização não governamental (ONG) Anistia Internacional divulga relatório informando que o crescimento econômico tem gerado ameaças de violação dos direitos dos povos indígenas do Brasil. “O crescimento rápido do Brasil, a expansão do agronegócio e a construção de grandes obras, como a barragem de Belo Monte [no Pará], aumentam o risco para os indígenas”, disse o responsável pela pesquisa no país, Patrick Wilcken. O relatório, intitulado *Sacrificando Direitos em Nome do Progresso*, mapeia a situação dos índios em 12 países das Américas. A maior parte das questões envolve a expansão econômica e a manutenção das populações indígenas em seu território de origem. Segundo Wilcken, há uma série de efeitos provocados pelo crescimento. “A ameaça não vem só do projeto em si, mas dos efeitos colaterais. Muitas pessoas migram para a região e aumentam as invasões a territórios indígenas por madeireiros e garimpeiros”, disse. “Além da Amazônia, vemos isso no Centro-Oeste, como em Mato Grosso do Sul onde há expansão do setor sucroalcooleiro”. O relatório diz ainda que os “povos indígenas que lutam pelo direito constitucional às terras tradicionais [pela demarcação] continuam a sofrer discriminação, ameaças e violência”. Segundo o documento, “a situação é particularmente grave no estado de Mato Grosso do Sul, onde comunidades Guarani-Kaiowá enfrentam perseguição constante de capangas contratados por fazendeiros locais”. O pesquisador, no entanto, reconhece que as condições de vida dos povos indígenas melhoraram bastante a partir dos direitos adquiridos na Constituição de 1988. Porém, para ele, a expansão da economia brasileira, nos últimos cinco anos, expõe os indígenas às situações de maior perigo em comparação à década anterior. A Fundação Nacional do Índio (Funai) nega que o atendimento seja “precário”. A fundação informou que seu quadro de servidores foi ampliado para 3 mil e que o orçamento de 2010, de R\$ 423 milhões, foi o maior de sua história. No relatório, a Anistia Internacional critica a “consulta ineficaz”, por parte do governo brasileiro, das populações que serão deslocadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Segundo o pesquisador responsável pelo trabalho, o governo se posicionou com “tudo pronto às audiências públicas e só comunicou os indígenas sobre o que iria ser feito, sem engajá-los na decisão”. Em abril de 2011, o diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Pedro Bignelli, disse que “as comunidades que forem diretamente afetadas serão transferidas para locais onde possam manter condições similares de vida”. Ele também negou que elas “serão diretamente atingidas” pelas obras da barragem.

Sábado 06

Cerca de 250 famílias do MST ocupam o Sítio Boa Vista no município de Americana na região de Campinas – São Paulo (região Sudeste). A área está situada ao lado do assentamento Milton Santos, também do MST. A área ocupada pertence ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e,

segundo o movimento, é parte de uma grande extensão de terras públicas griladas. A área é de aproximadamente 80 ha de terra utilizados ilegalmente pela Usina Esther para o cultivo da monocultura de cana-de-açúcar. Os ocupantes acampados são trabalhadores da região de Campinas e reivindicam a destinação das terras para a reforma agrária e o assentamento imediato das famílias. O MST reclama que as 250 famílias vivem em barracos de lona, enquanto a usina Ester usufrui cerca de 4 mil ha de terras públicas na região.

Domingo 07

Cerca de 150 famílias ligadas ao MST ocupam uma fazenda de 489 ha da empresa Copa Fruit no município de Petrolina – Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam a área para a reforma agrária. As famílias que ocupam a fazenda são de trabalhadores sem-terra e antigos funcionários da empresa proprietária que foram demitidos e não receberam indenização. A empresa possui apenas 10 funcionários na parte de produção rural e tem mais de 2 mil processos trabalhistas. Além disso, a terra não está produzindo nem gerando emprego.

2ª feira 08

O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, em São Paulo – SP (região Sudeste) realiza um protesto contra as férias coletivas concedidas a 300 funcionários da fábrica da General Motors (GM) na cidade. De acordo com o sindicato da categoria, a montadora havia garantido aos metalúrgicos que não haveria férias coletivas este ano de 2011. Além disso, segundo os trabalhadores, a GM busca inibir uma campanha por reajuste salarial. Por meio de sua assessoria de imprensa, a montadora afirmou que não comentará a manifestação. A GM anunciou no dia 5 de agosto a concessão das férias, entre 22 de agosto e 4 de setembro, para 300 trabalhadores do setor. A dispensa é parte de um ajuste da empresa para a diminuição da produção. A unidade de São José dos Campos deixará de produzir 1,5 mil veículos, afirmou a GM. A GM tem 25 mil funcionários no total e irá manter a produção normal nas duas outras fábricas que possui no Brasil. No dia 4 de agosto, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) divulgou que a produção de veículos no país em julho foi 3,9% maior do que em junho.

Mais de 300 famílias acampadas no Sítio Boa Vista, localizado em Americana – São Paulo (região Sudeste) realizam um “Ato Político Cultural” para reivindicar as terras ocupadas. Em apoio à luta das famílias, participaram do ato movimentos sociais e organizações aliadas, entre elas sindicatos, assessores parlamentares e estudantes. Gilmar Mauro reafirmou a importância da unidade entre campo e cidade para a realização da reforma agrária. “O trabalho que está sendo desenvolvido aqui marca um novo período, uma nova metodologia que envolve trabalhadores que se dispuseram a lutar. Abrimos uma brecha para conquistarmos outras terras públicas que existem na região”, afirmou. O acampamento continua mobilizado e disposto a continuar a resistência até a conquista das terras.

3ª feira 09

Políciais fazem protesto em frente a Câmara dos deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Após o protesto os policiais acamparam na Câmara dos Deputados. O presidente da

câmara, deputado Marco Maia do Partido dos Trabalhadores (PT), autorizou que os policiais e seus parentes passem a noite no local onde fizeram as manifestações. Deputados defensores da aprovação da PEC 300, que cria um piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares, acompanhados de policiais e bombeiros tentaram conseguir a assinatura do líder do PT, deputado Paulo Teixeira (SP), para a inclusão da proposta na pauta de votações da câmara. Nas proximidades do plenário da câmara alguns militares mais exaltados chegaram a agredir verbalmente o deputado Paulo Teixeira por ele não assinar o requerimento e, assim, não deixar que a PEC seja levada à votação. Os policiais, em tom alto de voz, afirmavam que os deputados ganham mais de R\$ 26 mil enquanto que eles ganham R\$ 960. O líder petista prometeu reunir sua bancada nos próximos dias para decidir se assina ou não o requerimento para inclusão da PEC na pauta. O deputado João Campos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-GO), que lidera o movimento pela aprovação da PEC, disse que o único líder partidário que ainda não assinou o requerimento é o petista Paulo Teixeira. Os policiais e bombeiros militares ameaçam fazer uma paralisação nacional, por tempo indeterminado, caso a PEC não seja pautada para votação.

Servidores técnico administrativos das universidades federais acampam em frente ao Ministério do Planejamento em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pressionar o governo a atender as reivindicações da categoria. Cerca de 1,6 mil servidores de todo o Brasil participam do acampamento. Segundo Paulo Henrique Santos, coordenador-geral da Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileira (Fasubra), o governo não tem procurado negociar com os trabalhadores em greve. Aproximadamente 100 mil técnicos administrativos de 50 instituições aderiram à paralisação, segundo estimativas da federação. As principais reivindicações da categoria são aumento salarial, equiparação entre ativos e inativos, entre trabalhadores que exerçam a mesma função e reestruturação de carreiras extintas. Os servidores também criticam a Medida Provisória nº 520, que autoriza o governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para gerenciar os hospitais públicos universitários.

O Comitê Pernambucano de Combate aos Agrotóxicos entrega um *dossiê* aos Ministérios Públicos Estadual, Federal, do Trabalho e aos órgãos da Administração Pública Executiva. A entrega foi realizada durante a reunião do Fórum Estadual de Combate aos Efeitos do Agrotóxico, na Sede da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). O dossiê possui casos e depoimentos de trabalhadores sobre a aplicação dos agrotóxicos no monocultivo da cana-de-açúcar, além de denúncias dos impactos causados às famílias destes trabalhadores, às comunidades onde vivem e ao meio ambiente. O documento também apresenta denúncias dos trabalhadores rurais do MST, que vivem no Assentamento Chico Mendes, localizado em São Lourenço da Mata. Eles denunciam os impactos da pulverização aérea dos agrotóxicos feito pelas usinas de cana da região, que atinge as lavouras do assentamento e ameaça a produção agroecológica dos assentados. Os relatos são fruto da Jornada contra o Agronegócio e os agrotóxicos realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). As entidades que fazem parte do comitê reivindicam dos ministérios públicos abertura imediata de inquérito e investigação dos casos e crimes denunciados e que sejam tomadas providências urgentes para que sejam combatidos os efeitos danosos dos agrotóxicos à saúde humana e do trabalhador, à saúde coletiva, à identidade camponesa e ao meio ambiente.

4º feira 10

Policiais civis e militares, além de bombeiros e agentes penitenciários paralisam as atividades no Piauí (região Nordeste). Os grevistas reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Cerca de 340 agentes estaduais de segurança pública estão em greve. O envio de tropas da Segurança Nacional foi determinado pelo Ministério da Justiça, atendendo pedido do governador Wilson Martins. As tropas federais devem ficar no estado até o fim da greve dos servidores.

Trabalhadores da saúde e movimentos sociais protestam novamente contra o projeto da prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste) de construir três hospitais por meio de parceria público-privada. Será a segunda manifestação em menos de 30 dias contra o modelo. Os ativistas defendem a gestão pública dos serviços de saúde do município, inclusive a construção de hospitais. Segundo o ativista do Fórum Popular de Saúde, Jean Camargo Longhi, o objetivo das manifestações é denunciar as privatizações da área da saúde no município e no estado de São Paulo. Os manifestantes se concentraram em frente à sede da Autarquia Hospitalar Municipal. A prefeitura pretende construir hospitais na Capela do Socorro e Parelheiros, na zona Sul, e na Brasilândia, na zona Norte, através do modelo de Parceiras Público-Privadas (PPP) para criar leitos e novas unidades sem envolver recursos municipais nessas obras. Ao todo, seriam 550 leitos hospitalares, 25 centros cirúrgicos e nove salas de parto. O edital foi lançado no começo de junho pelo prefeito Gilberto Kassab, e a abertura dos envelopes com as propostas dos consórcios interessados foi adiada pela segunda vez, agora para o dia 25 de agosto. O último protesto foi realizado no dia 25 de julho, primeira data marcada para a abertura dos envelopes, e mobilizou membros do Fórum Popular de Saúde, trabalhadores e usuários insatisfeitos com os serviços do setor na capital.

Funcionários da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entraram em greve na véspera do Dia dos Advogados em São Paulo – São Paulo (região Sudeste). A paralisação, que atinge o edifício sede da entidade, na Praça da Sé, e o prédio administrativo da entidade, que fica na rua Anchieta, será mantida. Piquetes impedem que qualquer funcionário entre nos prédios para trabalhar. Os funcionários reivindicam, dentre alguns termos, reposição salarial e plano de carreira. “Em 80 anos de existência, a OAB-SP nunca teve um plano de carreira para os funcionários”, disse um funcionário que preferiu não se identificar. Em nota publicada da OAB-SP, o diretor secretário-geral da entidade, Braz Martins Neto, afirma que tenta negociar com o Sindicato de Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo (Sinsexpro), que representa a categoria, desde abril deste ano. “No sentido de atender aos anseios de nossos colaboradores concordamos em aplicar o reajuste de 7,5%, a partir da data-base (maio de 2011), decisão que exigiu um esforço orçamentário, realocando despesas com outras destinações, uma vez que a peça orçamentária elaborada para 2011 previa um percentual de aumento de 5% sobre a folha de pagamento”, disse Braz Martins em nota. O diretor da OAB afirma que houve intransigência “no sentido de condicionar a celebração do acordo coletivo à aprovação e implementação do plano que, a rigor, não resultará em novo aumento salarial”. “É fundamental salientar que a OAB é uma instituição que não visa lucro, pois não tem a natureza de empresa, e todo seu orçamento decorre da contribuição exclusiva dos advogados, sem aporte de recursos públicos. Assim sendo, qualquer alteração na folha de pagamento traz impacto no valor da anuidade da advocacia paulista”, disse.

5º feira 11

O MST realiza ato contra o fechamento de escolas no campo e pela construção de novas unidades escolares nos assentamentos da reforma agrária na cidade de Campos dos Goytacaz – Rio de Janeiro (região Sudeste). O ato faz parte da Segunda Jornada Nacional da Juventude sem Terra. O movimento lançou a campanha “Fechar escola é Crime”, com o objetivo de denunciar a situação das escolas no campo e defender a educação pública como um direito de todos os trabalhadores.

Cerca de 500 famílias do MST acampadas na cidade de Americana – São Paulo (região Sudeste) recebem ordem de reintegração de posse acompanhada por representante da Usina Ester, empresa que utiliza a área ocupada. No documento, está indicado um prazo de três dias para que as famílias saiam do local. O MST afirma que após a ocupação nenhum técnico do Incra apareceu no local. Eles reivindicam que, de acordo com o Decreto 77.666/76 do governo militar, estão confiscadas pelo Estado as fazendas Boa Vista, Saltinho, Arranchamento do Zezé e Sítio Jacutinga, totalizando uma área de cerca de 270 ha. O MST afirma também que a Usina Ester utiliza sem qualquer documentação legal de propriedade uma área estimada em 750 ha. Como existem outras áreas griladas pela usina na região, ela totaliza mil ha de terras ilegalmente utilizadas. O movimento reivindica que essas informações sobre as áreas sejam investigadas pelo Incra e pelo Poder Judiciário para evitar a expulsão das famílias de uma área que deve ser destinada à reforma agrária.

Servidores técnico administrativos das universidades federais, em greve desde o dia 6 de junho, fazem manifestação em frente ao Ministério do Planejamento em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pressionar o governo a atender as reivindicações da categoria. Cerca de 1,6 mil servidores de todo o Brasil estão acampados na Esplanada dos Ministérios desde o dia 9. Segundo Paulo Henrique Santos, coordenador-geral da Fasubra, o governo não tem procurado negociar com os trabalhadores em greve. “A paralisação já dura 68 dias. Até o momento, o governo não apresentou nenhuma proposta concreta para dar uma solução efetiva à pauta”, disse o coordenador. De acordo com ele, representantes da Fasubra esperam ser recebidos pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no início da próxima semana, para negociar as reivindicações da categoria. Aproximadamente 100 mil técnicos administrativos de 50 instituições aderiram à paralisação, segundo estimativas da federação. As principais reivindicações da categoria são aumento salarial, equiparação entre ativos e inativos, entre trabalhadores que exerçam a mesma função e reestruturação de carreiras extintas. Os servidores também criticam a Medida Provisória nº 520 que autoriza o governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para gerenciar os hospitais públicos universitários. A Fasubra informou que estuda formas de cumprir a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determinou a volta ao trabalho de 50% dos servidores em greve. A coordenadora-geral da Fasubra, Léia de Souza Oliveira, disse que a decisão da corte não invalida a greve, o que, para a categoria, é positivo. Os servidores das universidades federais pedem reajuste do piso salarial em pelo menos três salários mínimos. Atualmente, o salário da categoria é R\$ 1.034.

O Senado aprova projeto que concede anistia aos bombeiros do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) que ocuparam o quartel central da corporação em junho durante manifestações em que reivindicavam aumento de salário e melhores condições de trabalho. O texto já tinha sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em caráter terminativo, mas um recurso foi apresentado para que a matéria passasse por análise do plenário para que fossem incluídos outros estados no projeto. Com isso, o texto aprovado hoje estende a anistia a policiais e bombeiros militares dos estados de Alagoas, Sergipe (região Nordeste), Minas Gerais (região Sudeste) e Rondônia (região Norte) que participam de movimentos reivindicatórios por melhorias de

vencimentos e condições de trabalho desde 1997. Também foram enquadrados no projeto de lei de anistia policiais militares e bombeiros da Bahia, do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte (região Nordeste), de Mato Grosso, do Distrito Federal (região Centro-oeste), de Roraima, do Tocantins (região Norte) e de Santa Catarina (região Sul) que fizeram protestos no ano passado. Os 439 bombeiros do Rio de Janeiro que motivaram o projeto do senador Lindberg Farias (PT) foram presos após ocupação do quartel central da corporação. Eles protestavam por melhores salários e condições de trabalho. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados. Para Lindberg Farias, a aprovação do projeto irá tranquilizar os militares que estão em Brasília pedindo a aprovação da PEC 300, que estabelece um piso nacional para bombeiros e policiais. No momento, um pedido do governo para que o congresso não aprove medidas que aumentem os gastos públicos, por causa da crise econômica internacional, dificulta a aprovação da PEC.

Moradores de São Paulo – SP (região Sudeste) protestam durante discurso do prefeito Gilberto Kassab que apresentou o Projeto Nova Luz, proposta de intervenção no bairro de Santa Ifigênia. Na platéia se podiam escutar reclamações contra a falta de atendimento a dependentes químicos e a manutenção de desapropriações e remoções. A apresentação ocorreu no saguão principal da sede do executivo municipal, no centro. O Projeto Nova Luz é uma iniciativa do poder público municipal, mas será implementado por empresas ou grupo de empresas privadas. Ele prevê intervenções urbanísticas com demolições e novas construções em 45 quadras da área delimitada no polígono formado pela rua Mauá e pelas avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Cásper Líbero. A área delimitada pela prefeitura tem atualmente 29 quarteirões. Todo o processo, segundo a prefeitura, durará 15 anos. Pelo menos 380 famílias terão que ser realocadas. Na visão do prefeito, acompanhado por vereadores da base aliada e do ex-governador Alberto Goldman (PSDB-SP), este é um projeto emblemático para a cidade. A prefeitura estima dobrar o adensamento populacional na região. A planilha apresentada por Bucalem indica que o bairro terá 23 mil habitantes, ante os atuais 11 mil moradores. O número de trabalhadores deve passar de 23 mil para 42 mil. A prefeitura também espera atrair novos negócios na área de tecnologia e serviços para o local. Para viabilizar as alterações na área, Bucalem citou que 55% da superfície e 23% da área construída sofrerão transformações. Ele não soube precisar o número de imóveis a serem desapropriados. Embora sejam favoráveis à requalificação do bairro, moradores, comerciantes e urbanistas se opõem à viabilização do projeto Nova Luz por meio de concessão urbanística. O instrumento dá poderes a um ente privado de desapropriar mais de 50% da área. Urbanistas alegam que a concessão é inconstitucional já que há regras específicas e apenas o poder público tem poder para desapropriar uma área. A prefeitura já admite a pretensão de expandir o modelo para a região da Pompeia, na zona oeste da capital. Questionado sobre demolições no bairro, Bucalem evita falar no assunto, mas justifica o projeto pela necessidade de melhorar a ocupação da área. “Percebemos que esses imóveis tinham potencial de renovação e transformação que isso era benéfico ao projeto. No começo havia mais imóveis, agora só os essenciais (serão demolidos)”, especificou. Ele também destacou que a região é a mais bem servida de serviços públicos na cidade.

6º feira 12

O movimento Rio de Paz realiza manifestação contra o assassinato da juíza Patrícia Acioli no dia 12 de agosto na cidade de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). O protesto ocorreu na praia de Icaraí. Os manifestantes colocam uma cruz preta junto a dezenas de velas ao lado de uma faixa com os dizeres “Quem silenciou a justiça?”. A Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) lançaram nota sobre o

assassinato. A nota afirma que o crime não muda a forma de atuar da categoria. Maria do Rosário Nunes, ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, emitiu nota afirmando que o crime não intimidará o estado e a sociedade brasileira no combate ao crime organizado. A ministra considera também o crime uma afronta a democracia e um ataque aos defensores dos direitos humanos.

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), afirma que trabalhadores da categoria do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste), decidem suspender a greve que já completava cerca de 65 dias. A categoria se mantém mobilizada para acompanhar o cumprimento por parte do governo do reajuste salarial de 5%, o descongelamento do plano de carreira para funcionário administrativo e a incorporação da parcela de 2012 do Programa Nova Escola, reivindicações atendidas pelo governo durante a greve. O projeto de lei foi aprovado na Alerj, e o governo estadual tem até 15 dias para sancionar. A categoria ainda luta pelo reajuste de 26% do salário.

O Comando Nacional dos Bancários entrega à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) uma pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano, que está na reta final, uma vez que a data de dissídio da categoria é 1º de setembro. Dentre as principais reivindicações, os bancários querem 12,8% de reajuste salarial, sendo 7,5% da inflação projetada nos últimos 12 meses e 5% de aumento real. Pedem também participação nos lucros equivalente a uma parcela fixa de R\$ 4,5 mil mais três salários mínimos, além de piso de R\$ 2.297,51 para novas contratações. Junto com as cláusulas financeiras, a categoria relaciona ainda a garantia de emprego decente com plano de cargos e salários para todos, fim das metas abusivas de produtividade, combate ao assédio moral, seguranças contra assaltos, fim das dispensas imotivadas, mais contratações, fim da rotatividade, reversão das terceirizações, igualdade de oportunidades, aposentadoria digna e banco para todos, sem precarização. Ao entregar a pauta de reivindicações ao novo presidente da Fenaban, Murilo Portugal, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf), Carlos Cordeiro, ressaltou que “o momento positivo que o país vive, com crescimento econômico”, exige que o sistema financeiro, “que continua lucrando como nunca”, também contribua para o desenvolvimento, com melhor distribuição de renda.

Cerca de 1,6 mil funcionários entram em greve nos 11 campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Maceió (região Nordeste). Entre as reivindicações está o reajuste salarial de 15%. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional de Alagoas (Sintetfal), Nilton Gomes Coelho, confirmou a paralisação. “Tivemos uma assembleia nesta 2ª feira e enviamos a todos os órgãos competentes o aviso da paralisação”, disse em nota ao Centro de Mídia Independente (CMI). Além de melhorias salariais, os funcionários reivindicam maior qualidade no plano de expansão das unidades. Ao todo, 5 mil alunos ficarão sem aula e segundo o sindicato a greve é de cunho nacional e mais de 40 campus já encerraram atividades em todo Brasil.

Domingo 14

Aproximadamente 2,5 mil trabalhadores fazem manifestações na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O anúncio do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que aumentos salariais para o funcionalismo estão descartados por causa da crise financeira nos Estados Unidos e na Europa revoltou os servidores públicos. Inconformados com a

inclusão da folha de pessoal na estratégia do governo para manter as despesas sob controle e enfrentar as turbulências externas, funcionários dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário prometeram radicalizar caso a administração pública não atenda às reivindicações de reajuste salarial.

2º feira 15

O movimento Rio de Paz e cerca de 50 pessoas realizam protesto na entrada da Quarta Vara Criminal na cidade de São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste). O protesto foi realizado no local, onde a juíza Patrícia Lourival Acioli trabalhava. Os manifestantes usavam mordanças pretas, estenderam cartazes com os dizeres “Quem silenciou a justiça?” e jogaram rosas vermelhas no local.

Mais de 1,5 mil funcionários do Colégio Pedro II aderem à greve da rede federal de educação básica e tecnológica que começou no último dia 1º de agosto. A instituição, que integra a rede federal de ensino, mantém 13 unidades espalhadas no município do Rio de Janeiro, uma em Niterói, na região metropolitana, e outra em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Com a adesão à greve, que reúne também funcionários do Instituto Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Nacional de Educação de Surdos, quase 10 mil alunos do Pedro II ficarão sem aulas por tempo indeterminado. De acordo com o coordenador do Sindicato de Servidores do Colégio Pedro II, Selmo Nascimento da Silva, professores e técnicos administrativos estão negociando, desde fevereiro, o reajuste salarial de 14,67% e a reestruturação das carreiras. “O mais importante é que somos contrários ao corte de verbas imposto pelo governo federal. A presidenta Dilma [Rousseff] cortou R\$ 3 bilhões da educação no início do ano. Também exigimos concursos público já”, disse Selmo Nascimento, acrescentando ainda que o movimento quer que 10% do PIB [Produto Interno Bruto] sejam destinados à educação. “Infelizmente até o momento o governo não acenou nada para nós. Começamos nossas mobilizações desde o mês de fevereiro. Realizamos e participamos de várias marchas. Já participamos de cerca de 10 mesas de negociações com o governo, em reuniões com os ministérios do Planejamento e da Educação, e até agora o governo não oficializou nenhuma contraproposta à nossa pauta de reivindicações”, declarou.

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) promove uma manifestação no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo – SP (região Sudeste) contra o acordo fechado pelo Ministério das Comunicações com as empresas de telecomunicações. De acordo com os movimentos, o acordo não prevê controle de tarifas e continuidade ou metas de universalização para o acesso à internet; portanto, vai na contramão da democratização dos serviços. De acordo com o jornalista Altamiro Borges, que é presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, foi muito positivo que o governo anterior, comandado pelo ex-presidente Lula, tenha tomado a iniciativa de apresentar um Plano Nacional de Banda Larga, mas as negociações com as teles representaram um recuo nas discussões. “A iniciativa do governo anterior de apresentar o [Programa Nacional de Banda Larga] PNBL mostra que o Estado tem que ter um papel fundamental na democratização da internet de alta velocidade. O plano é positivo. O que houve é que, nas negociações que foram feitas, no varejo, com as empresas –muito poderosas, multinacionais muito ricas– houve retrocesso”, disse Altamiro Borges, em entrevista à Rede Brasil Atual. Segundo ele, a ideia do ato desta noite é criticar esses recuos. Para Altamiro, o acordo com as teles viabilizará “expandir a internet, massificar, ao oferecer um mega a R\$ 30, mas a internet que vai chegar à população é de baixa qualidade. Essa é a crítica”. “O plano permite enfrentar a exclusão digital, mas mantém a

segregação entre quem pode e quem não pode pagar por uma internet mais rápida, de maior qualidade”, afirmou. Além disso, segundo os movimentos sociais, o acordo não prevê o controle estatal sobre a prestação do serviço.

3º feira 16

Professores de escolas públicas de todo o país paralisam as atividades para pedir o cumprimento da lei que estabelece um piso salarial para a categoria. A paralisação foi convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que informou que 21 estados fizeram paralisações. Foram confirmadas 17 redes estaduais e 25 municipais que aderiram a paralisação. A Lei do Piso foi sancionada em 2008 e determinou que nenhum professor da rede pública com formação de nível médio e carga horária de 40 h semanais pode ganhar menos do que R\$ 950. O valor do piso corrigido para 2011 é R\$ 1.187. Naquele mesmo ano, cinco governadores entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da legislação e só este ano a corte decidiu pela legalidade do dispositivo. Desde então, professores de pelo menos oito estados entraram em greve no primeiro semestre de 2011 reivindicando a aplicação da lei. Um dos pontos da lei que foi questionado pelos gestores é o entendimento de piso como remuneração inicial. O STF confirmou, durante o julgamento, que o piso deve ser interpretado como vencimento básico: as gratificações e outros extras não poderiam ser incorporados à conta como costumam fazer algumas secretarias de Educação. As prefeituras alegam que faltam recursos para pagar o que determina a lei. Levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) com 1.641 prefeituras mostra que, considerando o piso como vencimento inicial, a média salarial paga a professores de nível médio variou, em 2010, entre R\$ 587 e R\$ 1.011,39. No caso dos docentes com formação superior, os valores variaram entre R\$ 731,84 e R\$ 1.299,59. “Eu nunca vi município ir à falência porque construiu biblioteca ou pagou bem a seus professores”, reclama o presidente da CNTE.

Bancários protestam em frente ao Banco Central (BC) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a ampliação do número de correspondentes bancários no país e também dos serviços oferecidos por esse tipo de prestador que trabalha com operações bancárias. Cerca de 500 bancários participaram da manifestação e de uma cerimônia de lavagem da rampa, com a participação de pais de santo e baianas. Os correspondentes são pontos de atendimento que oferecem serviços bancários como, por exemplo, lotéricas, os correios, supermercados, padarias e farmácias. Para os bancários, resoluções recentes do Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizam os bancos a repassarem praticamente toda a atividade bancária aos correspondentes e precarizam as relações de trabalho e o atendimento à população. Na avaliação do secretário-geral da Contraf, Marcel Barros, a ampliação dos correspondentes terceiriza o trabalho dos bancários e afasta os clientes de baixa renda das agências bancárias. “Os clientes ficam sem direito ao atendimento bancário de verdade”, disse.

4º feira 17

Diversos artistas e parlamentares participam de um ato público na Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em favor da aprovação de projetos na área da cultura. A ideia é pressionar a presidência da casa para a inclusão, na pauta do plenário, dos projetos que estão prontos para votação. Entre as prioridades estão o projeto que cria o Vale Cultura, que concede R\$

50 por mês para trabalhadores com carteira assinada gastarem em produtos culturais e atividades culturais e o que cria o Sistema Nacional de Cultura, com a definição de obrigações que prefeitos, governadores e o presidente da República terão com o desenvolvimento do setor. Os três projetos estão prontos para votação em plenário. “Será uma pauta que vamos perseguir neste segundo semestre”, disse a deputada Jandira Feghali (PCdoB), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. Parlamentares e artistas pediram, ainda, que o governo envie para a câmara o projeto de revisão da Lei do Direito Autoral aprovada em 1998. “De lá para cá vivemos uma grande revolução no setor que colocou todos na ilegalidade. Não se pode, por exemplo, baixar música da internet”, explicou Jandira, acrescentando que a Frente Parlamentar irá pedir ao governo que evite cortes no orçamento para o setor.

Milhares de trabalhadoras rurais participam da Quarta Marcha das Margaridas em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A organização do movimento esperava a participação de 70 mil trabalhadoras na marcha, mas, segundo cálculo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, cerca de 45 mil mulheres estiveram na manifestação. O governo atendeu parte da lista de 158 reivindicações apresentadas pelas mulheres trabalhadoras do campo durante a marcha. Com um chapéu de palha enfeitado com um laço colorido, a presidenta Dilma Rousseff participou do encerramento da manifestação. Em seu discurso, ela disse que o governo está disposto a manter o diálogo com os movimentos sociais rurais, embora não tenha conseguido atender a todos os pedidos. Dilma Rousseff anunciou recursos para as áreas de saúde e agricultura. “Quero intensificar o diálogo do governo com vocês. Tenho certeza que esse diálogo é fundamental. Saibam que as críticas e as sugestões são essenciais, bem-vindas e necessárias”, discursou a presidenta no evento, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). A pauta de reivindicações do movimento já vinha sendo negociada com o governo. Dilma Rousseff anunciou uma série de medidas que pretende lançar até o final de 2012. Entre elas, a implantação de 16 unidades fluviais de atendimento básico de saúde na Região Norte, que terão um custo estimado de R\$ 35 milhões. Além disso, o governo vai instalar 10 centros de saúde do trabalhador, que custarão mais de quatro milhões de reais ao ano, e liberar recursos para criação de dez unidades móveis de atendimento para mulheres em situação de emergência em áreas rurais e em florestas. A presidenta também reafirmou o compromisso do governo em oferecer condições para que a Lei Maria da Penha seja cumprida também na área rural. Dilma Rousseff informou ainda que pediu ao ministro da Educação, Fernando Haddad, para elaborar um programa específico de educação para a área rural. Outra medida anunciada pela presidenta foi a de criação de um grupo de trabalho para definir critérios para a implantação de creches no campo. Ainda de acordo com a presidenta, o governo vai ampliar o percentual de produtos da agricultura familiar na merenda escolar. Ela também anunciou que o crédito de apoio à mulher –linha de financiamento sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário– passou de R\$ 2,4 mil para R\$ 3 mil. Dilma Rousseff chegou com atraso de uma hora ao evento, o que deixou parte do público irritado. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, também participou do encerramento da manifestação.

Funcionários da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) iniciam uma paralisação de 48 horas no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para reivindicar recomposição salarial em função de perdas com a inflação nos últimos anos. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, Paulo César de Castro, o último reajuste foi concedido em julho de 2009, o que gerou uma perda acumulada de 14%. Ele informou que a categoria rejeitou uma proposta enviada pelo Ministério do Planejamento, na semana passada, prevendo reestruturação das carreiras, com incorporação de gratificações. “Do jeito que recebemos, quase não haverá impacto sobre os salários reais. Para os profissionais de nível intermediário a recomposição é quase 5% e para os de nível superior não

chega nem a isso”, acrescentou. Embora a paralisação, segundo estimativa do sindicato, conte com adesão de 70% dos cerca de 4,5 mil funcionários ativos, os serviços essenciais, como atendimentos em hospitais e postos de saúde ligados à instituição e a produção de linhas de vacina que já estavam em andamento, não foram atingidos. A Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, conta com 15 unidades em seis estados e é responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, pela prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais, pelo ensino e formação de recursos humanos e pela fabricação de medicamentos, reagentes e *kits* de diagnóstico e de vacinas que abastecem o Sistema Único de Saúde (SUS), como as contra a poliomielite, meningite meningocócica e febre amarela e a tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola).

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará entra com mais uma ação judicial envolvendo as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu – Pará (região Norte). Desta vez, o MPF pede a paralisação das obras pela violação dos direitos de povos indígenas da região, que terão que ser removidos de suas áreas tradicionais, o que é vetado pela Constituição Federal, segundo os procuradores que assinam a ação. Na avaliação dos procuradores, a construção de Belo Monte viola o “direito à natureza”. O argumento é que a obra vai provocar danos graves e irreversíveis à biodiversidade no trecho do rio conhecido como Volta Grande do Xingu, que terá a vazão reduzida por causa das turbinas da hidrelétrica. Dois povos indígenas serão diretamente afetados pelas alterações: os Juruna, da Terra Indígena Paquicamba, na margem direita da Volta Grande, e os Arara, da Terra Indígena Arara da Volta Grande, na margem esquerda. Segundo o MPF, as modificações no ecossistema no trecho do rio e o fluxo migratório que será atraído para a região por causa das obras vão inviabilizar a permanência dos índios na área e forçar a saída deles da terra que ocupam há várias gerações. Pela Constituição, a remoção de comunidades indígenas de suas terras só é permitida “em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país”, o que, na avaliação do MPF não é o caso da hidrelétrica. Caso o projeto não seja suspenso, o MPF pede na ação que a Norte Energia, responsável pelo empreendimento, seja obrigada a indenizar os povos Arara e Juruna e os ribeirinhos da Volta Grande do Xingu, em valores que ainda serão definidos. Esta é a ação judicial de número 11 envolvendo a construção de Belo Monte. Maior empreendimento energético do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a hidrelétrica terá potência instalada de 11,2 mil megawatts. Além das ações do MPF, o projeto também é alvo de contestações de ambientalistas e já levou o Brasil a uma condenação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Trabalhadores das obras de modernização do Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) deflagram greve. Eles iniciaram o movimento após um acidente que deixou um trabalhador ferido. Os cerca de 2 mil grevistas reivindicam aumento do valor do vale-refeição, plano de saúde e elevação do piso salarial. A Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro, Emop, informou, em nota, que está acompanhando de perto o desdobramento das negociações para o reinício das atividades no local. Iniciadas em agosto de 2010, as obras do Maracanã estão orçadas em aproximadamente R\$ 1 bilhão e a data de entrega está prevista para o final de 2012. Em 2013, o estádio vai receber a Copa das Confederações e no ano seguinte sediará a final da Copa 2014 da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA).

5º feira 18

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de um total de 353 negociações salariais conduzidas no primeiro semestre, 93% conquistaram reajustes iguais ou superiores à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). É o segundo melhor resultado desde 2008, de acordo com o Sistema de Acompanhamento de Salários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo o Dieese, em 2010, 96% das negociações salariais resultaram em reajustes iguais ou superiores à inflação. Em 2009, o percentual foi 92% e, em 2008, 88%. Para o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, o resultado das negociações em 2011 foi satisfatório mesmo que tenha registrado um pequeno recuo na comparação com o ano anterior. “Se nós olharmos a faixa de melhor ganho de salário, aquela acima de 3%, em 2008 e 2009, [o ajuste] foi próximo de 5%. Em 2010, foi 15% e, em 2011, 12%. Do ponto de vista de patamar, está estável”. Silvestre ressaltou que o resultado deve-se ao fato de que 2011 mostra uma certa continuidade na recuperação e no crescimento da economia vistos em 2010. O diretor técnico enfatizou que as negociações não influenciaram em nada a inflação, já que a produtividade média cresceu acima dos salários e o ganho real médio, em 2010, foi medido em 1,7%. “Pelo menos para os mercados metropolitanos, o salário médio vem caindo desde o começo do ano e a inflação também está em queda. Eu diria que, assim como o mercado interno segurou o crescimento econômico desde 2004 e contribuiu para o resultado positivo das negociações desde 2004, em 2011 foi igual”. De acordo com a apuração do Dieese, o comércio foi o setor em que as negociações foram mais exitosas, com 98% delas tendo conquistado aumentos reais e 2% tiveram reajustes iguais à inflação. Na indústria, 87% das negociações obtiveram aumentos reais e 10% tiveram reajustes iguais à inflação. “A indústria já está desacelerando, mas, no segundo semestre, há grandes setores de peso que iniciam suas negociações. Os segmentos com maiores dificuldades são aqueles atrelados ao câmbio, que exportam e dependem da crise lá fora”. Silvestre estimou que, no segundo semestre, mesmo que o PIB cresça abaixo de 4%, persistirá a tendência de obtenção de reajustes em patamares semelhantes aos dos primeiros seis meses do ano. “Isso se deve ao mercado interno. Mesmo que haja uma desaceleração da atividade econômica e do consumo, ainda vai haver, como reflexo do desenvolvimento do ano passado, um consumo interno que vai segurar esse crescimento da economia, o que vai se refletir nos reajustes”, explicou.

Operários que trabalham na reforma do Maracanã para a Copa de 2014 decidem continuar em greve no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores, que cruzaram os braços no dia 17, realizaram uma assembleia em frente ao estádio. Eles reivindicam cesta básica de R\$ 300, plano de saúde, adiantamento quinzenal de 40% e piso profissional. Segundo um dos organizadores da assembleia, Marcos Cambinda, os operários querem direitos iguais aos outros funcionários da obra. “Por que o encarregado tem plano de saúde e a gente não? Todo mundo que trabalha na obra, do engenheiro ao servente, é peão. Não pode diferenciar ninguém”, disse. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sitraicp), todos os 1.500 operários aderiram à greve. Outro representante dos trabalhadores, Rubens Pereira da Silva, que se reuniu com o Consórcio Rio 2014 (Odebrecht, Delta e Andrade Gutierrez) na tarde do dia 17, afirmou que foi dado prazo até 1º de setembro para as empresas atenderem às reivindicações. Caso contrário, as obras seguirão paradas.

6º feira 19

A Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo (região Sudeste), multa cerca de cinco empresas de grande porte do ramo têxtil, por envolvimento com trabalho análogo ao de escravidão. As empresas *Marisa*, *Pernambucanas*, *Zara*, *Collings* e *FG Confecções* foram autuadas em cerca de R\$ 4,5 milhões. Mais de 200 autos de infração já aplicados desde o segundo semestre de 2009. Cerca de 30 locais de trabalho e 84 pessoas, em sua maioria bolivianos em condições análogas de escravidão, e mais 20 grifes de roupas são investigadas.

Moradores de rua e representantes de entidades da sociedade civil fazem um ato, no Dia Nacional da População e Rua, para lembrar os sete anos do massacre de agosto de 2004, quando 15 moradores de rua foram atacados no centro de São Paulo e sete morreram. Durante o protesto, ocorrido no Vale do Anhangabaú, região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), os manifestantes reivindicaram políticas públicas para a população de rua. Segundo o coordenador do Movimento Nacional da População de Rua, Anderson Lopes Miranda, a ideia é lembrar que ainda não houve justiça com relação aos ataques e morte dos moradores de rua. “Não foi só em São Paulo, foi para outros estados. Tivemos 32 pessoas mortas em um ano e essa violência vem acontecendo. Em 2010 tivemos seis pessoas mortas na zona Norte”. Além da justiça com relação aos ataques, Miranda disse que o objetivo é reivindicar que sejam colocadas em prática as políticas públicas já elaboradas pelo governo federal. Miranda enfatizou que três são as questões básicas: trabalho, saúde e moradia. Segundo ele, grande parte dos moradores de rua está doente e precisa de atendimento especializado e direcionado. “Há muitos com transtornos mentais, dependentes de álcool e drogas, outros morrendo por doenças que a rua traz. É preciso também sensibilizar os empresários a contratarem essas pessoas. E o mercado imobiliário tem que ser sensível e baixar os preços para que essas pessoas possam ter moradia digna”. Segundo o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, depois de sete anos muitas foram as conquistas, como a existência de uma política nacional para a população de rua, mas a luta atual é para a sua aplicação. “Conseguimos os marcos legais, mas precisamos que eles tenham interferência na realidade e ajudem a transformar a situação dessas pessoas. A saúde mental ainda é muito frágil, ainda precisamos de políticas mais claras na habitação e trabalho”. De acordo com o Movimento Nacional de População de Rua, em São Paulo há 13.666 pessoas em situação de rua, com 9 mil atendidas em centros de acolhida e o restante dormindo nas ruas.

Cerca de 30 manifestantes protestam contra o presidente da Líbia, Muammar Khadafi, e ocupam a embaixada do país em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes trocaram a tradicional bandeira verde por uma usada pelo Conselho Nacional de Transição. O filho do embaixador Mutas Zubaidi e dois seguranças armados reagiram contra os manifestantes. A Polícia Militar (PM), a Polícia Federal (PF) e representantes do Itamaraty foram chamados para tentar um acordo entre as partes. No início da noite os manifestantes concordaram em retirar a bandeira. O embaixador Salem Al Zubaidi deixou o local antes das negociações. “A situação ficou mais delicada por se tratar do período do Ramadã [mês sagrado para o islamismo], período em que qualquer tipo de violência não é tolerada”, disse o subtenente do Batalhão do Rio Branco, Aloísio Leandro Maini.

Sábado 20

Os movimentos Brasil pela Vida nas Florestas e Xingu Vivo para Sempre e a Frente Pró-Xingu fazem um dia de protesto contra a construção da Usina de Belo Monte no Rio Xingu no estado do Pará (região Norte). As organizações alegam que 80% das águas do Xingu serão desviadas e que mais de 20 etnias indígenas ficarão desabrigadas após a construção da hidrelétrica. Os ativistas realizaram manifestações em Belém, capital do estado, Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e em São Paulo – SP (região Sudeste), além de protestos em mais 11 cidades. Segundo os movimentos sociais, haverá manifestações também no dia 22 em cerca de 20 cidades em 16 países –entre eles, os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a Noruega, o Irã, a Turquia e a Austrália. Os protestos serão em frente às embaixadas e consulados brasileiros. Para Clarissa Beretz, do Movimento Brasil pela Vida nas Florestas, a mobilização internacional contra a usina é estratégica. “Quando vira uma questão mundial, os holofotes voltam-se para ela”. Este ano, a CIDH da OEA recomendou que o Brasil suspendesse as obras da usina. Além da OEA, organização da qual o Brasil faz parte, entidades estrangeiras com forte influência na opinião pública internacional, como a Amazon Watch e a Anistia Internacional, criticam a obra. Em nota, o consórcio Norte Energia S.A., responsável pela construção da usina, diz que “respeita as opiniões contrárias ao projeto de Belo Monte, embora sejam fruto da desinformação”. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério das Minas e Energia, o Brasil faz uso de fontes alternativas de energia. De 2004 a 2010, foram contratados cerca de 10 mil megawatts (MW) de energia solar, eólica e de biomassa. A obra já rendeu 13 ações de contrárias do Ministério Público, entre elas uma que questiona a constitucionalidade do processo que autorizou a obra. O Congresso Nacional, em julho de 2005, autorizou o executivo a fazer “o aproveitamento hidroelétrico” de Belo Monte, mas sem ouvir as comunidades indígenas afetadas, como prevê o Artigo 231 da Constituição Federal. A EPE colocou sob consulta pública o Plano Decenal de Expansão de Energia até o próximo dia 30. O documento fundamentará a elaboração de projetos futuros em diversas modalidades de produção de energia em todo o país, inclusive energia hidrelétrica na Amazônia.

A ONG Rio de Paz realiza uma manifestação contra o assassinato da juíza Patrícia Acioli na Praia de Icaraí, zona sul de Niterói, no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes também exigem da polícia a identificação e a prisão dos assassinos. O protesto reuniu dezenas de pessoas, além de parentes e amigos da juíza. Com mordagens pretas, os manifestantes ficaram, durante alguns minutos, sentados em silêncio na areia da praia. A juíza Patrícia Acioli foi responsável pela condenação de policiais envolvidos com grupos de extermínio e milícias. Ela foi assassinada a tiros de pistola por homens encapuzados que a abordaram em duas motos, no final da noite do dia 11. A Delegacia de Homicídios trabalha com várias hipóteses para o assassinato e está fazendo uma devassa nos processos que estavam sob responsabilidade da magistrada. A Justiça do Rio designou três juízes para assumir os processos em andamento.

Domingo 21

O Grupo Diversidade Nacional (GDN) e outros movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) realizam a Sétima Parada do Orgulho LGBT da cidade Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Cerca de 50 mil pessoas participam do ato, com o tema do direito a identidade. A prefeitura da cidade liberou a utilização de oito trios elétricos para o ato, atendendo a reivindicação da organização do evento.

Cerca de 300 trabalhadores do acampamento Sebastião Bezerra da Via Campesina iniciam marcha para a cidade de Porto Nacional – Tocantins (região Norte). O objetivo é realizar um ato político em defesa da reforma agrária e pela justiça no campo na Praça Centenário na cidade de Porto Nacional no dia 23 de agosto. As famílias do acampamento Sebastião Bezerra querem apresentar para os moradores de Porto Nacional os intuits do acampamento, a importância da luta pela terra e denunciar a paralisação da reforma agrária. As famílias do acampamento ocuparam a fazenda Dom Augusto, localizada no km 25 entre Porto Nacional e Palmas – Tocantins, em protesto contra as irregularidades do latifúndio. O proprietário, Alcides Rebeschini, não tem toda a documentação da área, dos 3 mil ha de terra apenas 1.200 são titulados. A fazenda também está na lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego por ter sido flagrada com a prática de trabalho escravo: 100 trabalhadores foram resgatados na fazenda em 2005.

Cerca de 400 militantes do MST ocupam a fazenda Santo Henrique de 2,6 mil ha, propriedade da empresa Cutrale no município de Laras – São Paulo (região Sudeste). O objetivo é reivindicar a destinação da fazenda para a reforma agrária. Segundo informações divulgadas pelo MST, o Incra tem estudos que demonstram que a propriedade é devoluta. A área faz parte do Grupo Colonial Monção, um conjunto de fazendas compradas pela União em 1909. O Incra disputa a posse da terra na justiça Federal desde 2006. A Cutrale é considerada um dos maiores produtores de suco de laranja do mundo. A área e foi ocupada anteriormente pelo MST em 2009. O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária, que tem por objetivo reivindicar do governo federal o cumprimento dos compromissos com os sem-terra.

Cerca de 400 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam a Superintendência Regional do Incra, na cidade de Vila Velha – Espírito Santo (região Sudeste). O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária, que tem por objetivo reivindicar do governo federal o cumprimento dos compromissos feitos com os sem-terra.

Cerca de quatro mil trabalhadores rurais membros da Via Campesina montam acampamento no ginásio Nilson Nelson em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Representantes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), da UNE, da Associação Nacional dos Estudantes Livres (Anel), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), da União da Juventude Socialista (UJS), de Pataxó Hã-hã-hães, do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU), do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SIMPAF), da Associação Brasileira de ONGs (ABONGs), de Cáritas, do centro Martin Luther-King de Cuba e do Comitê de Amigos do MST em Portugal participam da ocupação em demonstração de solidariedade aos movimentos e a causa da reforma agrária. O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária.

Cerca de 115 famílias do MST reocupam a fazenda Serro Azul e cerca de outras 50 famílias reocupam a fazenda Consulta, ambas no município de São Joaquim do Monte – Pernambuco (região Nordeste). O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina.

Cerca de 150 militantes da Via Campesina iniciam acampamento em frente à sede do Incra na cidade de Cuiabá – Mato Grosso (região Centro- oeste), com o objetivo de reivindicar a reforma agrária. O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina.

Cerca de 300 trabalhadores rurais do MST e militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ocupam a sede do Incra na cidade de Campo Grande, e cerca de 350 trabalhadores rurais do MST ocupam a sede do Incra na cidade de Dourados, ambas no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os sem-terra reivindicam uma reestruturação do Incra e criticam a demora para a nomeação do novo superintendente do órgão, que é fundamental para destravar as questões burocráticas que emperram os projetos referentes à reforma agrária no estado.

Cerca de 350 militantes da Via Campesina ocupam a sede do Incra na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam questões relacionadas à obtenção de terras para assentamento das famílias acampadas, o desenvolvimento dos assentamentos e o reassentamento das famílias atingidas por barragens. Os manifestantes entregaram a superintendente declarações de terras assinadas pelos proprietários interessados em vender as áreas para reassentamento. O ato faz parte da Jornada Nacional pela Reforma Agrária.

Cerca de 300 militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), trabalhadores rurais e agricultores atingidos pela usina Samuel bloqueiam a rodovia BR-364 no estado de Rondônia (região Norte). Os manifestantes reivindicam um plano de recuperação e desenvolvimento dos municípios atingidos, o reassentamento das famílias e ações de fortalecimento da pesca e aquicultura na região.

Cerca de 400 militantes do MAB realizam acampamento em frente à Universidade do Vale do São Francisco, na cidade de Juazeiro – Bahia (região Nordeste). O objetivo é debater o problema das barragens, o combate ao uso de agrotóxicos, o incentivo à agroecologia e o endividamento dos agricultores.

Militantes do MAB, da Via Campesina, da Assembléia Popular, ribeirinhos, pescadores, sem-teto, moradores de ocupações rurais e da periferia da cidade de Altamira – Pará (região Norte) iniciam acampamento na praça da Independência contra a Usina de Belo Monte e em defesa dos direitos dos atingidos na cidade de Altamira. A ocupação tem o objetivo de promover o diálogo com a sociedade e trocar experiências com os atingidos pela Barragem da cidade de Tucuruí – Pará, que também participam do acampamento. Os atos fazem parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária, que tem por objetivo reivindicar do governo federal o cumprimento dos compromissos feitos com os sem-terra.

2º feira 22

Os operários da reforma do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), conquistam um acordo com o Consórcio Maracanã 2014 e decidem colocar fim à greve que durava cinco dias. No final de semana, representantes do Sitraicp e do consórcio – formado pela Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta– se reuniram para discutir as reivindicações. Os trabalhadores, que pediam que o vale-alimentação aumentasse de R\$ 110 a R\$ 300, aceitaram o valor de R\$ 160 mais plano de saúde. Cerca de 2.120 operários aderiram à greve, segundo o sindicato, que teve início após uma explosão que feriu um trabalhador durante o serviço. Em nota, o Consórcio Maracanã 2014 informou a normalidade das obras após as negociações. “O acordo mostra a disposição do Consórcio em negociar com o sindicato, mesmo estando em vigência convenção coletiva aprovada com essa mesma entidade em abril passado e válida até janeiro de 2012. Os termos do acordo serão informados à Justiça do Trabalho em audiência marcada para as 11h de hoje (segunda)”, afirma a

nota. A melhoria das condições de trabalho também foi item discutido. Segundo o presidente do Sitraicp, Nilson Duarte Costa, também ficou acertado que o consórcio não vai descontar os dias não trabalhados pelos operários. Segundo ele, a paralisação não afetou o cronograma de entrega do Maracanã para a Copa das Confederações em 2013.

3º feira 23

Cerca de quatro mil trabalhadores sem-terra ocupam o Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam que o governo acelere a reforma agrária e dê prioridade aos agricultores atingidos por barragens, enchentes e chuva. O MST quer uma resposta à questão das dívidas dos pequenos agricultores, avaliadas em cerca de R\$ 30 bilhões. Também cobra o fim da previsão de corte de aproximadamente R\$ 65 milhões nos investimentos em reforma agrária no país este ano. Os trabalhadores estão acampados em Brasília desde o dia 22, e o mesmo movimento é realizado em mais 22 estados. As informações são da assessoria de imprensa do MST. O último levantamento do Incra, que analisa os números de 2003 a 2010, mostra que a área incorporada ao programa de reforma agrária saltou de 21,1 milhões de ha de terras, de 1995 a 2002, para 48,3 milhões, registrando aumento de 129%. Pelo levantamento, o número de famílias beneficiadas também aumentou ao longo de oito anos, chegando às atuais 614.093. No mesmo período, foram criados 3.551 assentamentos. Atualmente, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, 8.763 assentamentos atendidos pelo Incra, onde vivem 924.263 famílias. De acordo com o Incra, a aquisição de áreas pelo instituto ocorreu por meio de desapropriação, compra direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais e por meios não onerosos, como a destinação de terras públicas e o reconhecimento de territórios. Os 2,5 mil funcionários que trabalham na sede do Ministério da Fazenda e no prédio anexo, onde ficam unidades do Tesouro Nacional e da Receita Federal, não conseguiram ter acesso a esses locais. Os sem-terra decidiram desbloquear a entrada do edifício, depois de negociar uma reunião com ministros para discutir as reivindicações do movimento. Os representantes do movimento apresentaram a pauta de reivindicações: o assentamento imediato das 60 mil famílias acampadas, a recomposição do orçamento do Incra para obtenção terras –que recebeu corte de 65 milhões no ano de 2011– a renegociação das dívidas da agricultura familiar, composta em R\$ 30 bilhões, e a reivindicação contra o fechamento de 24 mil escolas no meio rural, de 2002 a 2009. Os representantes do governo se mostram aptos a atender as reivindicações e acordam de apresentar a pauta à presidente Dilma Rousseff no dia 24 de agosto.

Um grupo de grandes e pequenos produtores rurais que vivia nas terras que foram declaradas indígenas em Roraima (região Norte) reclama que não foram indenizados pelo governo. Mais de dois anos depois da decisão do STF que confirmou a demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e determinou a saída dos não índios da área, pelo menos 340 famílias tiveram que deixar a reserva, entre elas seis grandes produtores de arroz do estado. Até agora, menos de 60 foram reassentadas, de acordo com o Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima). Mesmo os que já foram realocados não concordam com os valores das indenizações definidos pela Funai. O grupo de produtores, que se considera “expulsos da Raposa Serra do Sol”, diz que o governo federal descumpriu termos da desintrusão que previam indenização justa para os ocupantes não índios da reserva de 1,7 milhão de ha. “A única parte que foi cumprida foi nossa expulsão. Mesmo os reassentados estão numa situação muito ruim, estamos todos humilhados”, disse a produtora de arroz Regina Barilli, que ocupava uma área de 1,6 mil ha na reserva, durante audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Entre as famílias já

reassentadas, há casos de agricultores que ocupavam uma área de 6 mil ha e receberam 400 ha de indenização. O ex-deputado federal e hoje presidente do Iteraima, Márcio Junqueira, disse que o governo estadual não tem condições de reassentar as famílias retiradas da terra indígena nas mesmas condições que ocupavam na reserva. Junqueira foi um dos maiores opositores da demarcação da Raposa Serra do Sol em área contínua e culpa o governo federal pelas falhas nas indenizações. O presidente da Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos de Roraima (Sodiur), Sílvio da Silva, disse que a situação também não está boa para os índios que viviam na reserva. Eles tiveram que deixar a área por falta de condições de subsistência após a saída dos grandes produtores rurais. A Sodiur não representa todos os índios da região. A maioria deles está ligada ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), que defendeu a demarcação em área contínua e a retirada dos não índios da reserva. Única representante do governo na audiência, a coordenadora-geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Funai, Lylia Galetti, disse que não foi avisada de que o tema da audiência seria o que os produtores apontam como falhas nas indenizações ou no processo de reassentamento. “Fui informada de que o debate seria sobre a questão indígena na atualidade e efeitos de demarcações de terras indígenas”. A coordenadora criticou a ausência de representantes do CIR na audiência pública e o que chamou de “preconceito etnocida” dos produtores rurais e alguns políticos da região contra os índios que permanecem na reserva. “Por que o desenvolvimento deles [dos índios] tem que ser igual ao dos senhores?”. Segundo Lylia, no caso da desocupação da Raposa Serra do Sol, a Funai cumpriu suas funções constitucionais.

Cerca de 500 lavradores acampam na sede do Incra na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Cerca de 600 trabalhadores ligados ao MST, à CPT, as Comunidades Quilombolas, à Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, à Articulação Nacional dos Estudantes Livres, à União de Luta por Moradia, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a outros movimentos sociais realizam passeata e protesto em frente ao Palácio da Justiça na cidade de São Luis – Maranhão (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam o assentamento de 3 mil famílias acampadas no estado, reforma urbana, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das terras quilombolas. Os movimentos denunciam também a corrupção no governo de Roseana Sarney (PMDB), desvios de verbas na saúde e educação, o aumento da violência e conflitos no campo com o avanço dos projetos econômicos da Vale e da Suzano Papel Celulose e o descaso do Poder Judiciário com as mais de 96 lideranças do campo ameaçadas de morte.

Cerca de 500 trabalhadores rurais ligados ao MST realizam ato público na Concha Acústica na cidade de Londrina – Paraná (região Sul). Os trabalhadores ocupam também uma agência do Banco do Brasil na cidade. O ato tem como objetivo reivindicar a renegociação das dívidas dos assentados. No estado ocorrem mobilizações com o mesmo objetivo nas cidades de Cruzeiro do Sul, Ortigueira, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Londrina e Congonhas – Paraná.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam o Complexo de Paulo Afonso da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Alagoas (região Nordeste). Ainda no estado, cerca de mil famílias de trabalhadores rurais ocupam a sede do Incra, a Secretaria do Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas (SEAGRI) e a sede da Eletrobrás Distribuição Alagoas na cidade de Maceió – Alagoas. As atividades fazem parte da Jornada de Lutas realizada no mês de agosto para reivindicar a realização da reforma agrária. No estado de Alagoas, além da pauta nacional, as reivindicações incluem: que o Poder Público realize uma destinação das terras do falido banco estadual Produban para fins de reforma agrária e medidas estruturantes para os assentamentos, como estradas, abastecimento de água, escolas e unidades de saúde nas áreas.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados a Via Campesina ocupam a sede nacional do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os manifestantes exigem proibição da pulverização das aéreas de agrotóxicos na Chapada do Apodi, na divisa dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte (região Nordeste), políticas de acesso à água, redução das tarifas de energia, água e gás, além de se manifestarem contrários a construção de barragens.

Cerca de 800 trabalhadores ligados a Assembléia Popular ocupam sede da Caixa Econômica Federal na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam a reforma agrária e o cumprimento das promessas feitas pelo governo federal. No estado do Ceará, além das pautas nacionais, reivindica-se a construção de escolas em assentamentos e reassentamentos, infraestrutura para as famílias e projetos de irrigação para a produção nas áreas rurais.

Cerca de 200 trabalhadores rurais da Via Campesina ocupam a sede do Incra na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores montaram o acampamento no pátio do prédio e afirmam que ficarão no local por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam a realização da reforma agrária.

Cerca de 250 trabalhadores rurais ligados ao MST interditam trevo da entrada das cidades de Bagé, São Luiz Gonzaga, Júlio de Castilhos e Piratini – Rio Grande do Sul (região Sul). Ainda no estado, cerca de 300 trabalhadores rurais ligados ao MST interditam rodovia na cidade de Manoel Viana. O ato faz parte da Jornada de Lutas realizada no mês de agosto para reivindicar a realização da reforma agrária. No estado do Rio Grande do Sul, além da pauta nacional os militantes reivindicam a renegociação das dívidas da agricultura familiar com os pontos: consolidação do conjunto das dívidas vencidas e vincendas da agricultura familiar em contrato único, rebate de R\$ 12.000 por família, incluindo o crédito emergencial; repactuação do saldo devedor e alongamento do prazo em até 15 anos para a quitação destas dívidas, com carência de dois anos; bônus de adimplência de 30% em todas as parcelas repactuadas, juros de 0%, individualização das dívidas contraídas em grupo ou com aval solidário e acesso a novos financiamentos.

Militantes da Via Campesina fecham a estrada do município de Japaratuba – Sergipe (região Nordeste) e realizam ato no Banco do Brasil e no Banco Nordeste no município Alto Sertão – Sergipe. O ato faz parte da Jornada de Lutas realizada no mês de agosto.

Cerca de 400 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam o Banco do Brasil na cidade de Chapecó – Santa Catarina (região Sul). Representantes do movimento participaram de audiência com representantes do INSS para apresentar reivindicações da pauta estadual e nacional. O ato faz parte da Jornada de Lutas realizada pela Via Campesina e Assembleia Popular.

Cerca de 500 trabalhadores rurais ligados a Via Campesina realizam ato em frente à sede do Incra e a sede da Energisa na cidade de João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). O objetivo é denunciar o aumento nas contas de energia impostas pela distribuidora, que está avaliada em 8,06% para os consumidores residenciais.

Cerca de 154 famílias de trabalhadores rurais do acampamento Darci Ribeiro do MST ocupam a fazenda Pequizeiro na cidade de Marabá – Pará (região Norte). Ainda no estado, cerca de 58 famílias ocupam a fazenda Calmer no município de Tucumã e cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais ocupam a fazenda Nova Era no município de Eldorado do Carajás. Os atingidos

por barragens também fazem ato no estado. Cerca de 700 militantes do MAB marcharam em direção a barragem do Tucuruí com o objetivo de reivindicar a elaboração e aplicação de projetos de desenvolvimento sustentável para atender as 977 famílias atingidas. Eles reivindicam ainda geração de renda aos atingidos –envolvendo a criação de pequenos animais– e pequenos comércios para a população urbana além da criação de um projeto para a criação de peixes em tanques, envolvendo 158 famílias. Essas reivindicações estão acordadas com a Eletronorte, administradora da barragem desde 2005, e não foram cumpridas. Representantes do MAB participaram de uma audiência com a Eletronorte para solucionar estes impasses.

A Frente Suprapartidária de Combate a Corrupção e à impunidade realiza audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Na audiência estiveram presentes representantes das organizações civis Transparência Brasil, Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outros movimentos. Dentre as propostas apresentadas estão à votação prioritária de projetos sobre a redução de cargos de confiança e a necessidade de pressionar o judiciário para o julgamento rápido de processos sobre as definições sobre os pontos pendentes da Lei da Ficha Limpa no STF. Foi ressaltada na audiência a importância de aproveitar o momento de mobilização da sociedade contra a corrupção nas instituições públicas, já que o intuito do movimento é organizar a participação da sociedade civil nos processos de denúncias e punições ligadas a corrupção no Estado brasileiro.

O Ministério Público do Trabalho em Rondônia entra com uma ação na Oitava Vara do Trabalho em Porto Velho, para que as empresas Camargo Corrêa e Energia Sustentável do Brasil, responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica Jirau, paguem uma indenização de R\$ 4,9 milhões a seus funcionários por “práticas de condutas ilícitas”. No início do ano, os operários da usina paralisaram as atividades por mais de um mês depois de uma revolta generalizada no canteiro de obras, com depredação de alojamentos, veículos e equipamentos. O protesto foi contra as condições de trabalho no canteiro de obras. Segundo o MPT, os relatórios e autos de infração elaborados pela fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) constatarem diversas irregularidades no canteiro de obras da usina, entre elas, jornadas excessivas de trabalho. Os fiscais indicaram que falta um sistema de registro –eletrônico ou manual– para controle dos horários de entrada, saída e repouso dos funcionários. Os relatórios apontam ainda que alguns trabalhadores gastam mais de uma hora diariamente para se locomover dos alojamentos, dentro do canteiro de obras, até seus postos e esse tempo não é computado como hora trabalhada. A Energia Sustentável do Brasil informou que não vai se manifestar sobre a ação.

4º feira 24

Pelo menos 200 trabalhadores sem-terra montam um acampamento em frente à sede do Incra no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores rurais sem-terra se uniram na Cinelândia a outras categorias que já estão mobilizadas como profissionais de educação, saúde, construção civil e servidores públicos. A pauta unificada de reivindicações inclui a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a destinação de 10% do PIB no orçamento para a educação pública e gratuita e a realização da reforma agrária. Atualmente existem mil famílias acampadas no estado, vivendo em habitações improvisadas com lona, principalmente em áreas públicas, aguardando a liberação de terras pelo Incra. A soma dos trabalhadores já contemplados pelo instituto no Rio chega a 2,5 mil famílias. Esses produtores são beneficiários do programa que prevê, por exemplo, crédito para

produção em condições diferenciadas, e acesso à educação no campo e à infraestrutura. “Se, hoje, você for a um acampamento nosso, você vê que não é essa a situação. Têm locais sem acesso porque a estrada é ruim, não tem ponte, não tem luz, as casas são, boa parte, de lona e madeira. A infraestrutura ainda é algo precário nos assentamentos”, ressaltou Livia Regina. Segundo a representante do MST, a reforma agrária envolve questões como um orçamento maior, o assentamento imediato das famílias acampadas e a estruturação dos assentamentos, com acesso a crédito e à assistência técnica. Os manifestantes seguiram até a sede da empresa EBX do empresário Eike Batista para denunciar os ataques ao meio ambiente e a populações tradicionais. Os trabalhadores ressaltaram que a construção de uma rodovia por dentro de um assentamento no município de Campos dos Goytacaz desaloja cerca de 200 famílias do MST.

O MST afirma que deverá manter até o dia 24 a ocupação da fazenda Santo Henrique, em Iaras – São Paulo (região Sudeste), apesar da decisão da justiça determinar a desocupação das terras em 24 horas. A posse da fazenda está sendo disputada na Justiça pela empresa Cutrale e o Incra. A ocupação teve início no dia 22. Na manhã deste dia 24, os líderes do MST receberam a notificação judicial da reintegração de posse concedida no dia 23 à Cutrale pelo juiz Mário Ramos dos Santos, da Segunda Vara Cível de Lençóis Paulista. De acordo com o MST, o movimento e as autoridades policiais locais entraram em acordo para que a desocupação ocorra pacificamente até o dia 26. De acordo com o Incra, a fazenda Santo Henrique faz parte de um conjunto de terras da União. Em nota, o instituto sustenta que a área foi sendo ocupada irregularmente ao longo dos anos e que o Incra espera recuperá-la para que seja incorporada ao programa de reforma agrária. Em junho de 2007, o Incra obteve decisão favorável sobre a posse das terras, em sentença do Tribunal Regional Federal em São Paulo. Mesmo com a decisão, o instituto apresentou uma proposta de acordo à Cutrale, prevendo a permuta de imóveis. De acordo com o Incra, enquanto mantinha negociações para cumprir o acordo, a empresa conseguiu cassar a decisão anterior. “A Justiça entendeu que o imóvel não pertence à União e que o Incra não é parte legítima na ação. Na decisão, o juiz se baseou em uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas que informa, equivocadamente, que as terras em questão pertenceriam à Fepasa [Ferrovia Paulista]. A própria Rede Ferroviária Federal [RFFSA] já declarou que o imóvel não pertence à Fepasa”, informou o Incra. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria Regional Federal (PRF) já estudam novos recursos para reaver a fazenda.

Cerca de 150 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam a sede do Incra na cidade de Curitiba – Paraná (região Sul). Os trabalhadores oriundos das cidades de Cascavel, Rio Bonito do Iguaçu, Ponta Grossa e Lapa – Paraná (região Sul), reivindicam que o Incra encaminhe para o Congresso Nacional os decretos de 72 áreas ocupadas no estado, somando cerca de 80 mil ha. Ainda no estado, cerca de 300 camponeses ligados a Via Campesina realizam marcha até a Câmara Municipal da cidade de Maringá – Paraná. O objetivo é debater a pauta nacional da reforma agrária e os impactos negativos do agronegócio.

Cerca de 70 trabalhadores rurais ligados a Via Campesina, ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e ao MST realizam uma vigília em frente à delegacia regional da Receita Federal na cidade de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). O objetivo do ato é reivindicar liberação de recursos para o desenvolvimento dos assentamentos. Representantes dos trabalhadores foram recebidos pelo delegado da Receita Federal que garantiu que vai encaminhar as reivindicações dos movimentos sociais. Os atos fazem parte da Jornada de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária.

Cerca de 600 camponeses de assentamentos e acampamentos do Rio Grande do Norte (região Nordeste) realizam marcha da cidade de Macaíba até a cidade de Natal – Rio Grande do Norte. Os manifestantes reivindicam a desapropriação de terras, construção de infraestrutura nos assentamentos, políticas para as mulheres, assistência técnica, construção de escolas nos assentamentos e atenção a segurança nos acampamentos, que vêm sofrendo com a violência de fazendeiros e policiais. Os atos fazem parte da Jornada de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária.

Representantes das cerca de mil famílias sem terra ligas ao MST que ocupam o Complexo de Paulo Afonso na cidade de Paulo Afonso – Bahia (região Nordeste) participam de audiência com diretoria adjunta da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Na audiência são asseguradas pelos representantes da companhia as reivindicações do movimento como medidas de fomento à agricultura familiar e agroecológica, convívio com o Semi-Árido, acesso à comunicação digital, construção de cisternas, estruturação de quintais produtivos e instalação de telecentros em áreas de assentamento da região. Os atos fazem parte da Jornada de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária.

Professores, estudantes e servidores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) fazem manifestação no vão livre do Museu de Artes de São Paulo (Masp), na avenida Paulista, São Paulo – SP (região Sudeste) em defesa da educação pública e da valorização dos docentes e técnicos de universidades federais. Os manifestantes ocuparam uma das faixas da avenida no sentido Consolação, o que causou lentidão no trânsito. Segundo Virginia Junqueira, presidente da Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp), o protesto faz parte de uma mobilização nacional, que também está realizando uma marcha em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) neste dia 24 de agosto. Os docentes estão discutindo reajuste salarial e consideram “nem um pouco satisfatória” a proposta do governo de 4% de aumento. Os manifestantes também pedem que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão abra negociações com os servidores técnicos das universidades federais que estão em greve desde o começo de junho. O protesto também reivindica o investimento de 10% do PIB na educação. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento confirmou a proposta de 4% de aumento para os professores a partir de março de 2012 e disse que as negociações continuam. Sobre os servidores técnicos, eles afirmaram que a categoria decidiu suspender as negociações e entrar em greve.

Mais de 20 mil pessoas marcham em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e pela Esplanada dos Ministérios. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas organizada por centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores do serviço público e privado, movimentos sociais e populares. Um dos destaques da manifestação é a campanha pela aplicação dos 10% do PIB para educação pública. Diversas lideranças sindicais e de movimentos sociais fizeram críticas a política econômica do governo de Dilma Rousseff, de redução de investimentos no serviço público e em áreas sociais, como educação e saúde. Os despejos de moradores por conta das obras da Copa e de Belo Monte também foram alvos de duras críticas dos manifestantes. A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, destacou a importância da mobilização conjunta das entidades, que devem seguir firme na luta pelas suas reivindicações. “Essa demonstração de força não pode parar aqui, nesse importante ato nacional. É preciso dar continuidade. O ANDES vêm realizando assembleias para avaliar a proposta do governo e decidir os rumos da mobilização”, informou Marina. Ela convidou todos os movimentos presentes a aderirem à campanha pela aplicação do 10% do PIB na educação pública, já! Os manifestantes também declaram apoio aos povos da África do Norte, da Líbia, da Palestina, aos manifestantes na Europa e América Latina e ao movimento pela educação no Chile.

Integrantes de ONGs, sindicalistas e estudantes se reuniram com o presidente da câmara, Marco Maia (PT). O grupo entregou ao deputado a lista de reivindicações da manifestação. A Jornada Nacional de Lutas é organizada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e pela Anel.

Os professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais (região Sudeste) decidem manter a greve da categoria, que já dura dois meses e meio. Os grevistas pedem o pagamento do piso nacional dos professores, instituído por lei federal. Para eles, o governo não poderia considerar no salário básico os benefícios adicionais. Já o governo diz que paga mais que o piso nacional, incluindo essas gratificações. A Secretaria de Educação informou que o menor salário pago em Minas é R\$ 1.122 por 24 h semanais, ante os R\$ 1.187 estabelecidos pela lei federal para 40 h. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-Ute) diz que o vencimento básico é de R\$ 369. O governo do estado propôs um aumento de 5% para servidores da educação, além de outras medidas, mas os grevistas recusaram a proposta porque, para eles, ela não institui o piso salarial. Segundo o sindicato, a greve afeta cerca de 50% das escolas de todo o estado. Já o governo diz que 2% das escolas estão completamente paradas e 19% estão funcionando parcialmente.

Servidores em greve do Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, divulgam uma carta de protesto, em frente ao Museu da República, no Catete, zona sul do Rio de Janeiro (região Sudeste). Eles reivindicam reajuste salarial de 78% e reclamam de problemas de infraestrutura no órgão. O Rio é a unidade da Federação com o maior contingente de funcionários do Ministério da Cultura. Cerca de 80% dos 1,6 mil servidores do órgão no estado estão em greve. Os grevistas querem o cumprimento de acordo firmado com o governo federal em 2007, que previa reajustes conforme o plano de carreira. Eles reivindicam ainda a regulamentação das gratificações e são contra o Projeto de Lei Complementar 549, que limita despesas da União com salários. “Atualmente, um profissional da cultura com mestrado e doutorado ganha, no máximo, R\$ 3 mil. Queremos equiparação com outras carreiras, cujo teto chega a R\$ 7 mil e reajuste para os servidores de níveis médio e fundamental”, disse a presidente da Associação de Servidores da Funarte (Asserte), Paula Nogueira. Segundo a categoria, o Ministério da Cultura tem colaborado com as negociações no Ministério do Planejamento. No entanto, ainda não há previsão para o fim da greve. Estão fechados desde o dia 23 o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional. Também não estão funcionando a representação regional do ministério, a Funarte e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A categoria aproveitou o protesto para lembrar que hoje faz 57 anos que o presidente Getúlio Vargas se suicidou no Palácio do Catete. Por isso, os servidores escolheram o local para a manifestação. Cerca de 100 grevistas estavam de pijama, em uma referência à forma como o Getúlio estava vestido quando foi encontrado morto. Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério da Cultura informou que trabalha para evitar que a greve se amplie. Até o final da tarde, o órgão deve se pronunciar por meio de nota.

O STF publica o acórdão do julgamento ocorrido em abril que reconheceu a constitucionalidade da lei que criou o piso nacional do magistério. Alguns governos estaduais e prefeituras estavam aguardando a publicação do acórdão para se adequar à legislação. A Lei do Piso foi sancionada em 2008 e determinou que nenhum professor da rede pública com formação de nível médio e carga horária de 40 h semanais pode ganhar menos de R\$ 950 por mês. Com a correção, o valor do piso este ano passou para R\$ 1.187. Quando a lei foi aprovada, cinco governadores entraram no STF questionando a constitucionalidade do piso nacional. Este mês, professores de 21 estados pararam as atividades para exigir o cumprimento da lei. Para a CNTE, “a decisão do STF, tão aguardada por milhões de trabalhadores em educação, torna incontestável qualquer opinião que desafie a constitucionalidade e a aplicação imediata da lei”. O STF confirmou, no julgamento, que o piso

nacional deve ser interpretado como vencimento básico, isto é, sem gratificações e outros adicionais. Levantamento feito pela CNM com 1.641 prefeituras mostra que, considerando o piso como vencimento inicial, a média salarial paga a professores de nível médio variou, em 2010, de R\$ 587 a R\$ 1.011,39. No caso dos docentes com formação superior, os salários variaram entre R\$ 731,84 e R\$ 1.299,59. Outro levantamento, feito pela CNTE com os sindicatos filiados, mostrou que 17 estados não pagam aos professores o valor mínimo estabelecido em lei. Não há levantamento sobre o cumprimento da lei nas redes municipais. Estados e municípios podem pedir ao Ministério da Educação uma verba complementar para estender o piso nacional a todos os professores. Para conseguir o dinheiro, é preciso comprovar que aplica 25% da arrecadação em educação, como prevê a Constituição Federal, e que o pagamento do piso desequilibra as contas públicas. O Ministério da Educação tem R\$ 1 bilhão disponíveis para este fim, mas, desde que a lei foi criada, nenhuma das prefeituras que solicitaram a complementação de recursos cumpriu as exigências necessárias para receber o dinheiro.

O MPF no Tocantins entra na Justiça contra o Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito na divisa entre Tocantins (região Norte) e Maranhão (região Nordeste). O MPF quer que o consórcio seja responsabilizado penal e civilmente por descumprir e prestar informações falsas sobre condicionantes previstas no licenciamento ambiental da obra. De acordo com a denúncia e a ação civil propostas pelo MPF, o consórcio apresentou informações falsas ao Ibama sobre o tipo de desmatamento feito na área aberta para as obras da hidrelétrica. Em relatórios enviados ao órgão ambiental a Ceste relatou que a supressão vegetal foi “semi mecanizada”, com utilização de foices e motosserras e depois com trator com lâmina. No entanto, o Ibama constatou em vistoria que o desmate foi feito com tratores de esteira com lâmina e retroescavadeiras, método que dificulta a saída de animais e inviabiliza o aproveitamento das árvores derrubadas. Além da denúncia por informações falsas, na ação civil, o MPF apontou irregularidades do consórcio no fornecimento de água potável para as populações que tiveram que ser deslocadas da área da barragem. Em abril, a Ceste informou que estava cumprindo determinação do Ibama de providenciar carros pipa para levar água às famílias reassentadas, informação contestada pelos agentes que fizeram a vistoria no local. O MPF pediu que o consórcio seja enquadrado pela Lei de Crimes Ambientais e condenado a pagar indenização de R\$ 50 milhões ao Fundo Nacional de Direitos Difusos pelos danos causados ao meio ambiente, além de multas pelo desmatamento irregular. Para os reassentados prejudicados pela falta de água potável, a ação pede indenização de R\$ 100 mil por família.

5º feira 25

Cerca de mil trabalhadores da Via Campesina se concentram em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), à espera de uma audiência para apresentar sua pauta de reivindicações. Eles estão acampados em Brasília há vários dias, durante a Jornada Nacional de Lutas, e no início desta semana ocuparam o Ministério da Fazenda. Além do MDA, os trabalhadores aguardam audiências no Ministério da Agricultura, no Incra e no Ministério da Educação. De acordo com a assessoria de imprensa do movimento, esses encontros estão confirmados pelos ministérios e pelo Incra. Os principais pontos que devem ser negociados são o assentamento imediato de 60 mil famílias acampadas e a recomposição do orçamento do Incra para a obtenção de terras (R\$ 530 milhões para desapropriações este ano já foram executados). O orçamento para o ano que vem sofrerá um corte de R\$ 65 milhões. Os trabalhadores pedem ainda a renegociação das dívidas da agricultura familiar, que somam R\$ 30

bilhões, e reclamam do fechamento de 24 mil escolas na zona rural nos últimos oito anos. Crianças de acampamentos e assentamentos de todo o país ligados ao MST foram recebidas pelo ministro da Educação Fernando Haddad. O objetivo da audiência é reivindicar melhorias na educação do campo e a abertura de 350 escolas no campo.

A CPT denuncia o assassinato de mais um líder comunitário no Pará (região Norte). O crime ocorreu em Marabá, no sudeste do estado. A vítima, segundo a CPT, é o agricultor Valdemar Oliveira Barbosa, conhecido como Piauí. Ele foi morto a tiros na manhã deste dia 25 de agosto quando andava de bicicleta. Piauí era ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. Durante anos, ele liderou um grupo de famílias que ocupava uma fazenda na região. Como o imóvel não foi desapropriado para reforma agrária, o grupo deixou a propriedade. Piauí, segundo a CPT, voltou a morar na área urbana de Marabá e ajudou a organizar uma ocupação no bairro de Nova Marabá, onde morava. Apesar de viver na cidade, o líder comunitário estava atualmente na coordenação de um grupo de famílias que ocupa uma fazenda em Jacundá, município próximo a Marabá. De acordo com a CPT, o dono da fazenda já havia contratado pistoleiros para impedir a ocupação das terras. Para a CPT, há “fortes indícios de que o crime tenha motivação fundiária, disputa por terras”, como nos casos de outros cinco trabalhadores rurais assassinados no Pará desde maio.

Cerca de 150 famílias acampadas e assentadas ligadas ao MST ocupam sede do Incra na cidade de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). O movimento reivindica a obtenção de novas áreas para assentar 1,2 mil famílias acampadas no estado, além de medidas para resolver os problemas nos assentamentos. Representantes do movimento foram recebidos pelo superintendente estadual do Incra e foi realizada uma audiência com o secretário da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina. Os representantes reivindicam programas e recursos para melhorar a infraestrutura nos assentamentos, em especial estradas, criação de centros socioculturais e escolas.

Manifestantes do MST, a CPT e o Cimi ocupam a sede do Incra na cidade de São Luis – Maranhão (região Nordeste). Os manifestantes reivindicam audiência com o superintendente estadual do Incra, José Inácio, para discutir medidas para o assentamento das 3 mil famílias acampadas em todo o estado, a demarcação das terras indígenas e o reconhecimento das áreas de remanescentes de quilombos, além de medidas para desenvolver as comunidades rurais, como eletrificação rural, moradia e estradas.

Cerca de 400 trabalhadores rurais ligados a Via Campesina se reúnem em frente ao Palácio Anchieta, na cidade de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). Os manifestantes, que ocupam a sede do Incra desde 22 de agosto, reivindicam desapropriação de terras para fins de reforma agrária na região.

Cerca de 100 trabalhadores rurais ligados a Via Campesina fecham a BR-242, no oeste do estado da Bahia (região Nordeste). Os manifestantes reivindicam agilidade na regularização de acampamentos. As atividades fazem parte da Jornada Nacional da Via Campesina e da Assembléia Popular pela reforma agrária.

6º feira 26

Integrantes MST e da Via Campesina voltam a se concentrar em frente ao edifício sede do Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles participaram de uma audiência com o ministro de Comunicação Social, Paulo Bernardo, e reivindicaram entre outros pontos políticas públicas para o campo voltadas à inclusão digital. O movimento reivindica ainda solução para as dívidas dos assentamentos e de pequenos agricultores, que somam hoje R\$ 30 bilhões segundo cálculos do MST, e o assentamento de cerca de 60 mil famílias acampadas. No dia 23, depois de quase 7 h de ocupação, os manifestantes liberaram o acesso ao Ministério da Fazenda. O número de manifestantes segundo cálculos dos organizadores, chega a 2,8 mil. A PM do Distrito Federal calcula em 1,2 mil.

Integrantes do MST que ocupavam desde o dia 22 a fazenda Santo Henrique, no município de Borebi, região de Iaras – São Paulo (região Sudeste) deixam o local. De lá, eles seguiram em um comboio de ônibus rumo a Bauru. A saída da fazenda de propriedade da companhia Cutrale foi pacífica e ocorreu dois dias depois de a empresa obter na Justiça o direito à reintegração de posse do imóvel, uma área de 2,6 mil ha. O ato fez parte da Jornada Nacional de Lutas por reforma agrária do MST. Para a integrante do movimento Judite Santos, a ocupação “cumpru com o objetivo de denunciar a grilagem de terra na região de Iaras e chamar a atenção para o uso abusivo de agrotóxico nas lavouras de produção de alimentos”.

Cerca de 200 militantes da CPT, o MST, o Sistema Integral da Nova Evangelização, de entidades de mulheres, movimentos estudantis e ambientalistas realizam caminhada para o Centro de Eventos do Pantanal na cidade de Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). Foi realizada uma panfletagem no local onde ocorre o Seminário Internacional “A Constituição e o Meio Ambiente”. Intitulado como “Caminhada em defesa da floresta e da vida”, o objetivo do ato é demonstrar a posição contrária dos movimentos a reforma do código florestal.

Representantes das 600 famílias acampadas na sede da governadoria do estado na cidade de Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste) se reúnem com secretários da governadora Rosaíza Ciarline do Partido Democratas (DEM). Foram discutidas as reivindicações voltadas para os assentamentos e acampamentos de todo o estado e a punição dos policiais que promoveram violência contra trabalhadores sem-terra nas cidades de Touros, Ceará Mirim e Mossoró. Os manifestantes afirmam que ficam acampados no local até que as pautas do movimento tenham encaminhamentos concretos.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST que acampam na sede do Incra realizam marcha ao Palácio do Governo na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). O objetivo é entregar a pauta de reivindicações do movimento.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST e outros movimentos sociais realizam marcha da sede do DNOCS a Secretaria da Fazenda na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Durante a marcha os movimentos denunciaram ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a fixação de eólicas sobre dunas e comunidades e a prática da especulação imobiliária no litoral, e reivindicaram a fiscalização do uso de agrotóxicos e o fim da pulverização aérea na Chapada do Apodi. Ainda no estado, cerca de 500 trabalhadores rurais ligados ao MST, ao Movimento dos Conselhos Populares e à Central de Movimentos Populares, que moram na Comuna 17 de Abril, no bairro José Walter, ocupam a sede da Caixa Econômica Federal.

Cerca de 400 trabalhadores sem-terra do MST realizam marcha na cidade de Bauru – São Paulo (região Sudeste) e participam de uma audiência pública na Câmara Municipal sobre a grilagem de terras e a necessidade da realização da reforma agrária na região.

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo realiza manifestação na rua Oscar Freire, em São Paulo – SP (região Sudeste), onde estão concentradas lojas de grifes famosas. O ato tem como objetivo protestar contra a exploração de trabalhadores bolivianos e de outras nacionalidades da América do Sul que são submetidos a condições insalubres e desumanas em confecções no interior de São Paulo. Os manifestantes chamaram a atenção para as marcas *Zara*, *Ecko*, *Gregory*, *Billabong*, *Brooksfield*, *Cobra d'Água* e *Tyrol*, que segundo a Procuradoria Regional do Trabalho em Campinas são produzidas em condições semelhantes à escravidão. O presidente do Instituto de Cultura e Justiça da América Latina e Caribe, René Cesar Camargo, disse que a situação da comunidade boliviana está muito ruim porque as oficinas e lojas de roupas de grande porte estão explorando os trabalhadores, passando da terceirização para a escravidão, com jornadas que chegam a 16 h diárias. “As lojas se preocupam em lucrar e não com as pessoas. Os trabalhadores não recebem por salário e sim por produção, por peça. Só que o valor é baixo, varia de R\$ 1 a R\$ 2, enquanto as lojas vendem uma peça por R\$ 100. As lojas pedem às oficinas que façam 300, 400 peças por semana”. O modelista boliviano Horácio Jorge contou que chegou ao Brasil há 10 anos e permaneceu três anos trabalhando nessas condições. Ele disse que o ambiente de trabalho é degradante e normalmente o mesmo da moradia. Famílias inteiras são colocadas em habitações minúsculas. A alimentação é fornecida pelo empregador, mas descontada do salário, assim como o aluguel. Segundo ele, não há uma norma padronizada para o sistema de trabalho e cada oficina tem a sua maneira. “O que para os brasileiros significa o sonho americano, ir para os Estados Unidos trabalhar, para nós é igual, nós temos o sonho brasileiro. Nós chegamos ao Brasil para trabalhar e ganhar dinheiro para mandar para nossas famílias em outros países. Mesmo nessas condições, quando trocamos a moeda, a quantia é boa, pois não há muito trabalho em meu país, assim como no Paraguai e no Uruguai”, disse Jorge. Algumas empresas recrutam trabalhadores em países vizinhos, ou procuram um estrangeiro para fazer o aliciamento. Jorge disse que, normalmente, os estrangeiros não sabem que encontrarão as condições precárias a que serão submetidos.

Sábado 27

Cerca de 50 estudantes realizam no vão livre do Masp na avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), uma manifestação para reivindicar uma destinação maior do PIB para a educação. Em seguida uma outra manifestação no mesmo local marcou o lançamento de uma campanha nacional contra o *bullying* e a violência infantil. A manifestação é parte da mobilização Quebrando o Silêncio, criada pelos Adventistas do Sétimo Dia e que há 10 anos luta contra a violência à mulher, ao idoso e à criança. Segundo a Polícia Militar, o ato contou com a participação de cerca de 900 pessoas. Os organizadores estimaram em 2 mil pessoas. “*Bullying* é todo ato de violência física ou psicológica exercida por alguém que seja fisicamente superior àquele que é oprimido e que traz prejuízo significativo para a vida dessa pessoa”, explicou Noel José Dias da Costa, psicólogo da rede educacional adventista e um dos voluntários do evento. Segundo o psicólogo, a criança que é vítima de *bullying* pode apresentar dificuldades em suas interações com outras pessoas, na escola e na formação de sua identidade. A ação foi marcada por um mural, de cerca de 30 m, onde as pessoas puderam deixar a marca de sua mão, com o objetivo de formar um grande símbolo contra a violência. Segundo a organização do ato, uma pesquisa sobre *bullying* no país, publicada em 2010 pela ONG Plan Brasil, apontou que cerca de 70% dos estudantes dizem já terem presenciado cenas

de violência em suas unidades de ensino. Quase metade dos estudantes consultados na mesma pesquisa (47%) disse já ter visto um colega sofrer *bullying*.

Domingo 28

Cerca de quatro mil trabalhadores ligados a Via Campesina e a Assembleia Popular acampados na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) levantam acampamento com balanço positivo das negociações com o governo federal. Entre as conquistas estão suplementação de R\$ 400 milhões no orçamento do Incra para obtenção de terras, a liberação dos R\$ 15 milhões para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), sendo implementado o Programa de Alfabetização Rural nos moldes propostos pela Via Campesina, agroindústria em assentamentos, R\$ 200 milhões para projetos de até R\$ 50 mil e outros R\$ 250 milhões para projetos até R\$ 250 mil, todos esses créditos a fundo perdido. O MDA e o Incra devem apresentar até o dia 10 de setembro um plano emergencial de assentamento até o fim do ano, mas também com vistas até 2014. Foi conquistado ainda crédito de até R\$ 20 mil, com juros de 2% ao ano e prazo de pagamento de sete anos, para quitar as dívidas atuais, liberando o acesso a novos créditos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); a inclusão das áreas de reforma agrária no Programa de Habitação, Produção Agroecologia Integrada e Sustentável (PAIS), a instalação de Grupo de Trabalho para elaborar nova regulamentação para uso dos agrotóxicos, a implementação de 20 Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e a criação de editais para bibliotecas, cinema e produção audiovisual específicos para o campo e do programa de liberação de outorgas para rádios comunitárias em assentamentos. Para o movimento a reivindicação da redução da dívida dos pequenos agricultores não foi respondida satisfatoriamente, pois libera os camponeses para acessar novos créditos no Pronaf, enquanto o movimento reivindicava a anistia da dívida. Representantes do governo reconheceram a dívida nas negociações com povos indígenas, quilombolas e os atingidos por barragens, mas enfatizou que o governo federal retomou a política de homologação de terras e que vai manter a mesa de negociação com o MAB.

Moradores do Morumbi, bairro nobre da zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste), vestem camisetas brancas para protestar perto do Palácio dos Bandeirantes contra insegurança na região. Os manifestantes atribuem os problemas à proximidade da comunidade de Paraisópolis. Eles reivindicaram mais segurança no bairro, em um movimento chamado SOS Morumbi. Querem ainda uma subprefeitura própria e a instalação de uma base policial fixa dentro da comunidade de Paraisópolis.

2º feira 29

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) aprova a proposta de plano de benefícios para os 5,7 mil trabalhadores da fábrica brasileira da montadora Renault na cidade de São José dos Pinhais – Paraná (região Sul). A proposta prevê que os trabalhadores vão receber, em 2011, 2012 e 2013, aumentos reais acima da inflação de 2,5%, 3%, e 3,5%, direito a participação nos lucros ou resultados, abono salarial e aumento dos pisos salariais. O sindicato afirma que a negociação é uma demonstração de negociação em longo prazo, o que considera uma nova modalidade de negociação para os trabalhadores. O sindicato pretende aplicar o mesmo modelo de negociação para os trabalhadores da empresa Volvo.

O MPF no Pará envia ofícios à PF e às autoridades de segurança pública estadual pedindo investigação das ameaças de morte e proteção policial para parentes de vítimas de assassinatos recentes no interior do estado. O procurador da República em Altamira, Cláudio Terre do Amaral, pediu à PF abertura de inquérito criminal para investigar as ameaças de morte ao extrativista Raimundo Belmir, que tem denunciado a exploração ilegal de madeira da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, em Altamira. Segundo o MPF, há informações de que madeireiros estão oferecendo R\$ 80 mil pela morte de Belmir. Nos ofícios enviados às secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Direitos Humanos do Pará, os procuradores Tiago Rabelo, de Marabá, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes, de Belém, pedem a inclusão em programas de proteção da família dos líderes extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, mortos em maio no assentamento Praialta-Piranheira, em Nova Ipixuna, no Sudeste do estado. De acordo com o MPF, as famílias de Laisa Santos Sampaio, irmã de Maria do Espírito Santo e Claudelice Silva dos Santos, irmã de José Cláudio, sofreram ameaças e tiveram seus terrenos invadidos. Em uma das ocasiões, tiros foram disparados nos cachorros de uma das famílias. Em julho, a Polícia Civil do Pará pediu a prisão de três suspeitos pela morte do casal de extrativistas: o fazendeiro José Rodrigues Moreira, denunciado como o mandante, e Lindojonson Silva Rocha e Alberto Lopes Teixeira, acusados de serem os executores. Os três estão foragidos. No início de agosto, o Ministério Público enviou ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região um pedido de federalização do caso, mas ainda não teve resposta do tribunal. No dia 25 de agosto, a CPT denunciou a morte de mais uma liderança camponesa do Pará, Valdemar Barbosa de Oliveira, conhecido como Piauí. Ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, Piauí era líder de um acampamento de trabalhadores rurais sem-terra em uma fazenda da região. Em maio, ele havia registrado denúncia contra o proprietário da fazenda por ameaça.

3º feira 30

Cerca de 450 militantes do MST, do Movimento Quilombola da Baixada Maraense Ocidental (MOQUIBOM) e do Cimi interditam a sede do Incra na cidade de São Luis – Maranhão (região Nordeste). Os manifestantes apresentaram a pauta reivindicando a regularização de terras de quilombos –e a solução dos conflitos causados pela ausência destas regularizações– o assentamento de 3 mil famílias acampadas no estado e a resolução das ameaças e situações de violência que militantes tem sofrido no estado. Os manifestantes reivindicam também uma audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, para exigir providências contra as violências sofridas por trabalhadores rurais na cidade. Os manifestantes afirmam que a ocupação segue até que a audiência seja realizada.

Cerca de 450 trabalhadores ligados ao MST ocupam a sede do Incra na cidade de Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste). Os manifestantes afirmam que a ocupação segue enquanto a pauta do movimento não for atendida com medidas concretas. O movimento reivindica maior agilidade sobre o processo de reforma agrária no estado, desapropriação de terras para o assentamento de quatro mil famílias acampadas, o lançamento em edital para assentamentos do convênio de assistência técnica social e ambiental, escola, estradas, poços e reforma das habitações nos assentamentos.

Cerca de 300 famílias ligadas a Via Campesina ocupam sede do Incra, na cidade de Araguaína – Tocantins (região Norte) e cerca de 200 famílias ligadas a Via Campesina ocupam sede do Incra na cidade de Araguaína, também no estado. O objetivo é reivindicar o cumprimento das vistorias das

áreas, as desapropriações dos latifúndios e a implementação dos assentamentos, para assentar as famílias atingidas pela hidrelétrica de Estreito. Os atos fazem parte da Jornada de Lutas da Via Campesina e Assembléia Popular pela reforma agrária.

Cerca de 600 famílias ligadas ao MST acampadas em terras griladas pela Usina Esther na cidade de Americana – São Paulo (região Sudeste) são despejadas pela PM. Os policiais ameaçaram destruir todos os barracos com as famílias dentro caso não se retirem. Os trabalhadores foram impedidos de entrar no acampamento para pegar seus pertences. As famílias deixaram o local e foram para o assentamento Milton Santos, que foi revistado pela Polícia Militar. Advogados do MST foram impedidos de adentrar no acampamento. A Usina Esther ocupa área pertencente ao INSS e, segundo o MST, se utiliza de terras griladas para a monocultura da cana-de-açúcar.

Cerca de 50 mil servidores da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), que inclui funcionários do Serviço Funerário, Saúde e parte do setor administrativo, decidem deflagrar greve após reunião com a administração municipal. A categoria reivindica 39% de reajuste. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep), desde 2009 esses setores não tiveram seus salários corrigidos com base na inflação. Sérgio Antiqueira, diretor do Sindsep, reforça a posição de greve. “Infelizmente, somente com greve é que a atual administração tem corrigido os salários. Com o pessoal da Guarda Civil Metropolitana foi assim, com os professores também. Portanto, para fazer justiça a essa parte do funcionalismo que ainda não recebeu reajustes, a greve continua”, declarou Antiqueira. Uma das contrapropostas apresentadas pela prefeitura foi um plano de carreiras para autarquias hospitalares. “É um absurdo apresentarem essa proposta que já havia sido fechada em 2009, e até hoje não apresentaram nenhum projeto para sua concretização”, lembrou o dirigente. Outro fato que vem ocorrendo é a exclusão de benefícios, como alimentação. Cerca de 2 mil manifestantes se concentram em frente à Secretaria do Planejamento, onde ocorreu a reunião com representantes dos trabalhadores e da prefeitura. Durante o dia todo, diversos departamentos e serviços da prefeitura não funcionaram como o programa de Parcelamento do Município, além do Serviço Funerário. Algumas famílias ficaram aguardando mais tempo do que o normal para o transporte dos corpos.

A ONG Greenpeace promove um protesto na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para protestar contra a exploração de petróleo no arquipélago de Abrolhos, no extremo sul da Bahia (região Nordeste). Os ativistas fantasiados de baleia tomaram o hall de elevadores na entrada da torre, que dá acesso à companhia *Perenco*, dona de blocos de óleo em Abrolhos. O objetivo do Greenpeace é chamar a atenção para a extração de petróleo nos arredores do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, escolhido pelas baleias Jubarte, principalmente para a reprodução. O protesto, que sujou de tinta o hall de elevadores do Rio Sul, contou com o apoio das pessoas que estavam no prédio. A coordenadora da campanha, Leandra Gonçalves, disse que mais de 10 mil baleias estão no meio da estação de reprodução e que a atividade extrativa na região pode pôr em risco os animais, além de afetar estoques pesqueiros e espécies em extinção. De acordo com o Greenpeace, além da *Perenco*, nove empresas nacionais e estrangeiras têm concessão para exploração de 13 blocos de petróleo nos arredores de Abrolhos. São elas: *Petrobras*, *Vipetro*, *OGX*, *HRT*, *Shell*, *Vale*, *Cowan*, *Sonangol* e *Repsol*. A organização enviou a todas elas um documento assinado por mais de 12 mil ativistas pedindo o fim da exploração de petróleo ao redor do parque. A *Perenco* é a companhia mais próxima da zona de reprodução das baleias e que, segundo o Greenpeace, ainda não respondeu aos protestos da organização.

Cerca de 40 pessoas fazem um protesto em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), na rampa que dá acesso à chapeleria, onde os deputados desembarcam. Com camisetas pretas o grupo quer pressionar os parlamentares a votarem a favor da cassação da deputada Jaqueline Roriz, do Partido da Mobilização Nacional (PMN). Diversas faixas pedindo a cassação de Jaqueline e o fim da corrupção no congresso foram expostas por todo o gramado. O asfalto do Eixo Monumental, via onde ficam os ministérios e o congresso, foi pintado com a frase “Fora Jaqueline Roriz”. Ela foi filmada, em 2006, recebendo R\$ 50 mil do delator do mensalão no Distrito Federal, Durval Barbosa. A votação do processo de cassação é secreta e, para ser aprovado, são necessários, pelo menos, 257 votos favoráveis. Apesar dos protestos a deputada não será cassada.

Representantes da CUT e da Força Sindical realizam protestos para pedir a redução da taxa de juros em frente à sede do BC em São Paulo (região Sudeste) e em Brasília (região Centro-oeste). O ato reuniu 50 pessoas em São Paulo, segundo a Polícia Militar, e 30 em Brasília. Nesta semana, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou o aumento da economia para pagar juros da dívida pública, o superávit primário, e disse que a medida contribui para a redução dos juros básicos. “Em curto, médio e longo prazos, essa atitude de fortalecer a nossa situação fiscal é no sentido de abrir espaço para que haja redução dos juros”, disse o ministro. A presidenta Dilma Rousseff também defendeu a redução da Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) com o argumento de que o país está criando condições para isso. Dilma Rousseff disse ainda que a queda dos juros é necessária para o crescimento do Brasil, que tem uma das mais altas taxas de juros do mundo. O Comitê de Política Monetária (Copom) é formado pelo presidente e por diretores do BC e as reuniões para definir a taxa Selic são divididas em duas partes.

Os bombeiros voltam a ocupar a escadaria da Alerj na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Eles protestam por aumento salarial e pela aprovação da anistia criminal aos que participaram das manifestações no mês de junho. Um dos líderes do movimento, o cabo Pedro Ivo, cobrou aumento do piso da categoria para R\$ 2 mil. “Nada mudou. O nosso salário continua o pior da Federação. O vale-transporte que foi dado, de R\$ 100, não atende à real necessidade dos militares. Não tivemos reajuste e nossa anistia criminal ainda não foi votada. Nós ainda corremos o risco de sermos expulsos, porque [a anistia] ainda não foi sancionada pela presidenta [Dilma Rousseff]”, reclamou o militar. A deputada estadual Janira Rocha (PSOL), uma das principais interlocutoras durante a crise passada, considerou que a retomada dos protestos é consequência da frustração com o adiamento da votação pelo Congresso da PEC 300, proposta de emenda constitucional que prevê um piso único às polícias e bombeiros de todo o país. O assessor chefe da Comunicação Social dos Bombeiros, coronel Hélio Oliveira, considerou normal a nova mobilização de parte da tropa, mas ressaltou que as reivindicações devem ser feitas “sem tumulto e dentro da ordem”. Segundo ele, as negociações com o comando da corporação prosseguem e atualmente os militares que têm mais de três anos de incorporação já ganham mais de R\$ 2 mil, incluindo no cálculo uma gratificação de R\$ 350 e os R\$ 100 do vale-transporte.

4º feira 31

Manifestação em frente ao BC em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pede a redução da taxa de juros. Desta vez, o movimento foi organizado por estudantes que, antes de seguirem em passeata até a Esplanada dos Ministérios para pedir mais recursos para a educação, fizeram uma parada em frente à autarquia, que define o futuro da taxa, atualmente em 12,5% ao ano. O Copom

do BC define neste dia 31 a taxa Selic, sob pressões para reduzir os juros básicos da economia. Depois da lavagem simbólica da rampa de entrada do BC com auxílio de um caminhão-pipa, os estudantes seguiram em passeata. Além da redução da Selic, eles querem que sejam destinados recursos para a educação que correspondam a 10% do PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país, e que 50% do Fundo Social do Pré-Sal também sejam direcionados ao setor.

A UNE realiza uma marcha na região central da cidade em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir mais investimentos para a área de educação. A UNE afirma ter reunido 10 mil estudantes no protesto, que percorreu as ruas desde o BC até a Esplanada dos Ministérios. Segundo a PM do Distrito Federal, a marcha reuniu cerca de 3 mil pessoas. Os estudantes reivindicam a aplicação de 10% PIB do país para a educação, o investimento de 50% do fundo do pré-sal e redução de juros. O presidente da UBES, Yann Evanovick, que veio do Amazonas para apoiar o movimento, destacou a necessidade de mais assistência estudantil e melhoria nas escolas e universidades. Ele também chamou a atenção para a evasão escolar no ensino médio. “Hoje, 50% dos jovens que estão no ensino médio abandonam os estudos, ou seja, milhares de estudantes deixando as escolas”, disse Evanovick. Os estudantes reivindicam ainda melhor remuneração para os professores e ampliação das vagas nas universidades públicas. A estudante Camila Vallejo, presidente da Federação de Estudantes da Universidade do Chile, ativista nos protestos estudantis chilenos que reuniram milhares de estudantes nos últimos dias, também participou da marcha. Camila veio ao Brasil com objetivo de elaborar uma agenda política com a UNE. Ela quer alertar sobre as violações dos direitos humanos e sobre a falta de democracia no Chile. Para Lliescu, além de apoiar os estudantes chilenos nas questões relativas aos direitos humanos, o movimento estudantil brasileiro pode trocar experiências com o Chile. “Há algo em comum na luta estudantil dos dois países, que é a grande participação do setor privado do ensino superior. Defendemos a regularização do ensino superior privado, é preciso garantir uma educação de qualidade”, observou.

Vestidos de baleias e com máscaras do empresário Eike Batista ativistas do Greenpeace ocupam a sede do grupo EBX, localizada na esquina das ruas do Passeio e Senador Dantas no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes querem uma resposta da empresa com relação à suspensão da exploração de gás e petróleo nos arredores do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no litoral da Bahia. De acordo com a coordenadora da campanha Clima e Energia, do Greenpeace, Leandra Gonçalves, a ideia da fantasia é mostrar que as 10 empresas nacionais e estrangeiras envolvidas na exploração de petróleo estão ameaçando a população de cerca de 10 mil baleias jubartes que se reproduzem na região. Ainda segundo Leandra, foram enviadas cartas as 10 empresas proprietárias de blocos na região no dia 26 de julho, mas as de Eike Batista e sua sócia, a petroleira Perenco, não deram resposta. Para o diretor de segurança corporativa da EBX, André Aldgeire, a empresa está aberta ao diálogo, desde que seja de forma pacífica e legal. “Nós sempre cedemos para diálogos, mas não na pressão. Na pressão é um negócio complicado”.

O representante das lojas de confecção Zara (marca pertencente à empresa espanhola Inditex), Enrique Huerta Gonzales, não comparece a uma reunião da comissão instalada pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) que investiga denúncias de exploração de trabalho escravo por empresas, entre elas, a Zara. Gonzales foi convidado pela comissão para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de que a Zara usa mão de obra escrava na confecção de seus produtos. No dia 26 de julho, fiscais do Ministério do Trabalho encontraram 14 trabalhadores bolivianos e um peruano em situação análoga à escravidão em duas confecções na zona norte de São Paulo. As confecções, que produziam peças da marca Zara, receberam 52 autos de infração. Entre as irregularidades, foram constatadas jornada de trabalho excessiva, servidão por dívida e precária situação de higiene.

As investigações começaram no fim de junho quando os fiscais encontraram 52 trabalhadores, também em condições degradantes, em uma confecção da mesma empresa no município de Americana, no interior de São Paulo. A partir daí, os fiscais passaram a investigar toda a cadeia produtiva da marca Zara. Por meio de comunicado, o grupo Inditex informou que Gonzales não pôde comparecer hoje à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Alesp, mas que “coloca-se à disposição da Assembleia Legislativa para colaborar em uma data próxima”. A nova data ainda não foi definida. Apesar da ausência do representantes da Zara, a comissão continuou seus trabalhos na tarde deste dia 31, ouvindo um dos jornalistas que fez as denúncias sobre o uso de mão de obra escrava pela empresa.

Glossário de siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABONGs	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
Adcap	Associação dos Profissionais dos Correios
Adunifesp	Associação dos Docentes da Unifesp
AGU	Advocacia-Geral da União
Alerj	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Alesp	Assembleia Legislativa de São Paulo
AMAERJ	Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
AMB	Associação de Magistrados Brasileiros
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Anel	Associação Nacional dos Estudantes Livres
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
Asserte	Associação de Servidores da Funarte
BC	Banco Central
Bope	Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar
Ceste	Consórcio Estreito Energia
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMI	Centro de Mídia Independente
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
Copom	Comitê de Política Monetária

Brasil - Cronología del conflicto social de agosto de 2011 - OSAL

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra a Seca
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
Fasubra	Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileira
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarte	Fundação Nacional de Arte
GDN	Grupo Diversidade Nacional
GM	General Motors
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFETs	Institutos Federais de Educação Tecnológica
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Infraero	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Iteraima	Instituto de Terras e Colonização de Roraima
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Masp	Museu de Artes de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MOQUIBOM	Movimento Quilombola da Baixada Maraense Ocidental
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIS	Programa de Habitação, Produção Agroecologia Integrada e Sustentável
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga
PPP	Parcerias Público-Privadas
PPS	Partido Popular Socialista
PRF	Procuradoria Regional Federal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAGRI	Secretaria do Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custodia
Sepe	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
SIMPAF	Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
Sindaspes	Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Espírito Santo
Sindesp	Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
Sind-Ute	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
Sintetfal	Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional de Alagoas
Sitraicp	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro
SMC	Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba
Sodiur	Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos de Roraima
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
STF	Supremo Tribunal Federal
STIU	Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP-UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Septiembre de 2011

Editada en diciembre



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



Govern
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 991

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes

prof. dr. Roberto Leher
Alice Coutinho da Trindade.
Peter Sana e Willian Ramos da Silva

Fuentes

Jornal O Globo, Agência Brasil, site do
MST, Centro de Mídia Independente (CMI),
Boletim DATALUTA e O Vermelho.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Setembro de 2011

5ª feira 1

Líderes de movimentos agrários denunciam retirada ilegal de madeira na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio na cidade de Altamira – Pará (região Norte) e são ameaçados por madeireiros, grileiros e pistoleiros no estado. Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) solicitaram em ofício encaminhado à Polícia Federal medidas de proteção aos trabalhadores que militam contra o desmatamento no estado. Segundo informações do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), madeireiros da cidade de Altamira ofereceram R\$ 80 mil pelo assassinato do militante Raimundo Belmiro.

Trabalhadores da construção civil que trabalham na reforma do Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) retomam a greve alegando que o Consórcio Rio 2014 –que reúne as empresas responsáveis pela obra– não cumpriu o acordo estabelecido em assembleia realizada no mês de agosto. Ficou acertado que os 1.500 trabalhadores receberiam um vale-refeição no valor de R\$ 160, e teriam direito a plano de saúde individual, benefício que em 90 dias poderia ser estendido para a família, além de mais segurança no trabalho. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sitraicp), Nilson Duarte Costa, o acordo não foi cumprido e os problemas se ampliaram como a falta de médicos à noite e a alimentação, que veio estragada. Em nota, a assessoria de imprensa do Consórcio Rio 2014 informou que o movimento ocorre 10 dias depois de um acordo feito com representantes dos trabalhadores em torno de pauta de reivindicações. Dessa forma, o consórcio entende que não há motivo para a atual paralisação e informa que irá recorrer imediatamente à Justiça do Trabalho, para que o movimento seja declarado abusivo e os operários voltem a trabalhar. O consórcio acrescenta que, somente dessa forma, retomará as negociações com os representantes dos trabalhadores.

A Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMAST), parentes do motorista do bonde –que morreu no acidente em agosto– e moradores, realizam ato com cerca de 500 pessoas no bairro, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Uma marcha fúnebre saiu do largo da Carioca e seguiu até a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). A marcha é realizada no aniversário de 115 anos do sistema de bondes de Santa Teresa. Os manifestantes relembram o acidente ocorrido no dia 27 de agosto, com 5 mortos e 57 feridos. O ato reivindica a exoneração do secretário estadual de Transportes Julio Lopes Bradando, a não privatização dos bondes e a participação dos moradores no processo de intervenção no sistema de bondes, determinada pelo governador Sérgio Cabral no início da semana. A presidente da AMAST, Elzbieta Mitkiewicz, disse que a comunidade deseja acompanhar a intervenção feita pelo presidente do Departamento de Transportes Rodoviários, Rogério Onofre.

Cerca de três mil trabalhadores realizam manifestação em frente ao gabinete do prefeito Gilberto Kassab, na região central da capital São Paulo – SP (região Sudeste). A greve de 52 mil servidores

do município de São Paulo entra no seu terceiro dia. Os grevistas reivindicam reajuste de 39%, referente às perdas salariais entre 2005 e 2010. Segundo Sérgio Antiqueira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep), “não recebemos nenhuma proposta do Executivo. Portanto, a greve continua. Estamos abertos para negociar, inclusive, com parcelamento do reajuste, como vem sendo feito com os professores, também representados por nós, mas até agora nada”. Segundo o dirigente, somente o setor da saúde recebeu uma proposta de 11% apenas para o ano que vem. Outra proposta do governo municipal é um plano de carreiras para autarquias hospitalares, que já teria sido acordado em 2009, mas ainda não foi concretizado. Segundo o sindicato, pelo menos 90% dos funcionários do Serviço Funerário Municipal estão com atividades paralisadas, entre eles os responsáveis pelo transporte e pelos enterros. Segundo balanço da categoria, a paralisação atinge 100% dos funcionários da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, 7 hospitais, quase todas as subprefeituras e parcialmente as secretarias de Finanças, Habitação e Saúde. Os serviços das funerárias estão sendo realizados com atrasos, mas, segundo a Secretaria de Serviços da prefeitura, não há prejuízos para a população. O atendimento conta com apoio da Guarda Civil Municipal. O município afirma que concedeu aumento de mais de 15% sobre o piso salarial, que passou de R\$ 545 para R\$ 630, já somados os abonos, para os servidores –com jornada de 40 h–, além de conceder gratificações complementares. A secretaria considera a paralisação “inadmissível” por se tratar de serviço essencial à população.

Cerca de 400 estudantes, pais de alunos, membros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff) e professores dos Institutos Federais de Ensino, que estão em greve nacional, realizam ato na abertura da Décima Quinta Bienal do Livro na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam reajuste salarial para o magistério de 14% –enquanto a proposta do governo federal é de 4%– e a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), para a educação. O protesto foi direcionado para a presença da presidente da República Dilma Rousseff (PT).

Estudantes da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), na Bahia (região Nordeste), aprovam paralisação das atividades. A reunião contou com a participação de aproximadamente mil alunos de todos os centros. Lideranças afirmam que este recurso só foi acionado após mais de 3 anos de tentativas de negociação com o reitor Paulo Gabriel Nassif. Os estudantes afirmam que são vários os problemas vividos nos diversos centros. Em Cachoeira, os portadores de deficiência física não têm acesso a algumas salas e aos colegiados; além disso, alguns centros não possuem restaurantes e residência universitária. A situação de cursos como história, enfermagem e matemática, por exemplo, também é grave pois estão sofrendo com a falta de professores. Apesar de todos os problemas, está em processo à construção de um centro da Universidade em Feira de Santana. A opinião dos estudantes é que isso fere a autonomia da universidade, pois não passou pelo Conselho Universitário a decisão de construí-lo e os recursos dispensados poderiam ser utilizados para sanar alguns dos problemas citados.

Estudantes tomam as ruas da capital Teresina – Piauí (região Nordeste) para protestar contra o aumento abusivo da passagem dos ônibus urbanos de R\$ 1,90 para R\$ 2,10. Manifestantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e do Partido dos Trabalhadores (PT), também participam do ato. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), em represália ao movimento, o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano (Setut), amparado pelo poder público –através da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito e do prefeito Elmano Ferrer– retiraram de circulação toda a frota da cidade, deixando mais de 250 mil cidadãos sem transporte coletivo. Pelo menos dois atos brutais de

violência contra os manifestantes foram praticados pelas forças policiais do estado segundo o CMI. Manifestantes sentados foram atacados com spray de pimenta pelos policiais e, quando manifestantes foram reclamar de uma tentativa de atropelamento foram agredidos pela força policial. O prefeito Ermano Ferrer mantém o discurso alinhado com o sindicato e segue apoiando o aumento da passagem já condenado pela justiça. Além de protestar contra o aumento da passagem, os manifestantes reivindicam a construção de terminais de integração de ônibus, uma política de transporte urbano e a criação da Companhia Municipal de Transporte para estatizar o serviço de transporte urbano. Durante o ato um ônibus foi incendiado e 15 depredados.

Cerca de 1,5 mil alunos e professores da rede estadual de ensino ocupam a Assembleia Legislativa do Ceará (região Nordeste). Um policial foi agredido, paredes foram pichadas, o batalhão de choque foi acionado e a sessão plenária foi suspensa. Os manifestantes cobram dos deputados participação no processo de negociação entre professores e o governo do Ceará. A rede estadual de ensino está em greve há cerca de 27 dias. O batalhão de choque precisou ser chamado para conter a multidão. Os corredores onde ficam os gabinetes dos parlamentares tiveram as paredes pichadas de vermelho com os dizeres “educação já”. O presidente em exercício da assembleia, deputado Tin Gomes, argumentou que o batalhão de choque foi chamado para evitar que o plenário fosse “invadido”. O parlamentar informou ainda que a casa irá tomar providências para identificar os autores das pichações e agressões.

A Justiça Federal determina a revisão da demarcação da Terra Indígena Kaxarari, em Rondônia (região Norte), para inclusão de áreas tradicionais que ficaram fora do território. Homologada em 1992, a demarcação da terra não incluiu parte da terra ocupada tradicionalmente pelos indígenas, de acordo com o MPF –autor da ação civil que pediu a revisão. A juíza Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral, da Quinta vara Ambiental e Agrária da Seção Judiciária de Rondônia, deu prazo de 30 dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) inicie o processo de revisão. As conclusões deverão ser apresentadas em até 120 dias. Os indígenas reclamam que áreas emblemáticas para o povo Kaxarari ficaram fora dos limites da terra e que, na época da demarcação, o grupo não foi ouvido. Segundo o MPF, na ação, a Funai confirmou ter conhecimento das reivindicações dos índios, mas alegou falta de técnicos para executar a revisão territorial.

6º feira 2

Alguns funcionários do Serviço Funerário do Município de São Paulo – SP (região Sudeste) suspendem a greve que mantinham desde o último dia 30. De acordo com o Sindsep, apenas os sepultadores, motoristas e agentes administrativos funerários suspenderam a paralisação. Os demais trabalhadores, como os servidores da área da saúde e meio ambiente, mantiveram a decisão pela greve. Segundo Sergio Antiqueira, diretor do Sindesp, a decisão dos servidores funerários foi tomada em razão da determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo que considerou a paralisação ilegal. A Justiça exigiu, no dia 1 de setembro, a volta imediata aos trabalhos, sob pena de multa diária de até R\$ 60 mil. “O prefeito Gilberto Kassab disse que não negociaria com os trabalhadores em greve. Agora, com a volta ao trabalho, esperamos que ele abra a negociação”, disse Antiqueira. Os servidores funerários esperam reunir-se com o prefeito no dia 5, quando decidirão se retomam ou não a greve. A categoria reivindica reajuste salarial de 39,79%. A prefeitura de São Paulo propõe reajuste de 15% para o piso da categoria. O Serviço Funerário de São Paulo é a maior autarquia da prefeitura, tem quase 2 mil servidores e administra 22 cemitérios municipais, 18 capelas para velório e um crematório.

Moradores do bairro Vila Kennedy e a Organização não Governamental (ONG) Rio de Paz realizam ato na orla de Copacabana e no Aterro do Flamengo na zona sul da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto foi realizado para chamar a atenção dos representantes do estado e de toda sociedade civil sobre a situação dos moradores do bairro, já que uma série de manifestações é realizada no bairro e não há uma resposta prática do governo do estado e da prefeitura. Os moradores protestam contra a situação de conflito entre traficantes de facções rivais no bairro que terminou com cerca de 30 pessoas mortas. Eles denunciam ainda que os policiais da região recebem propina dos traficantes para não intervir no confronto.

Domingo 4

Cerca de 50 pessoas, entre parentes e amigos das vítimas da Chacina de Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem uma caminhada para lembrar a massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira. O ato foi realizado na Praia de Copacabana, na zona sul da cidade. A manifestação foi organizada pela família da estudante Luisa Paula da Silva, que completaria 15 anos no dia 5 de setembro. O objetivo é reivindicar paz nas escolas.

2º feira 5

Cerca de 200 representantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) chegam a Brasília – Distrito Federal (região Sudeste) para uma série de atividades na capital federal. Eles fizeram um percurso de mais de 200 km, de Goiânia – Goiás a Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os sem-terra ficarão acampados até o dia 9 no Parque da Cidade, no centro da cidade. A Marcha da Reforma Agrária do Século 21: Aperte a Mão de Quem o Alimenta, tem como objetivo pedir o assentamento de 60 mil famílias que estão acampadas nas estradas de todo o país e a desapropriação de terras improdutivas, e protestar contra o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras. “Estamos apresentando ao governo um projeto de empresa agrícola comunitária, em que os trabalhadores são donos da produção e essa produção se baseia na agroecologia, ou seja, em alimentos sem uso de agrotóxicos”, disse o coordenador do movimento, Edvaldo de Oliveira. Por causa dos manifestantes, a administração do Ministério da Fazenda reforçou a segurança no prédio principal do órgão. Na semana passada, um grupo de sem-terra ocupou a entrada do edifício. O MLST é formado por dissidentes do MST.

Cerca de 600 trabalhadores rurais ligados a Via Campesina, sindicalistas, professores, estudantes e militantes de pastorais sociais ocupam a prefeitura de Montes Claros – Minas Gerais (região Sudeste). Com a ocupação os militantes conseguiram uma audiência com o prefeito Tadeu Leite, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o superintendente do Incra, Carlos Calazans. Dentre os pontos discutidos na audiência estão a questão das políticas públicas para os assentamentos, principalmente no que se refere à infraestrutura, e a obtenção de novas terras na região.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), movimentos sociais, entidades civis e senadores da Frente Parlamentar Anticorrupção se reúnem na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para discutir temas que mobilizam a sociedade civil contra a corrupção e o apoio a movimentos espontâneos iniciados em redes sociais. Dentre os temas discutidos estão o deferimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2012, a prioridade

nos processos de corrupção e o fim do voto secreto no poder legislativo. Os movimentos reunidos discutem a realização da Marcha contra a Corrupção que ocorrerá na cidade de Brasília no dia 7 de setembro.

Estudantes que ocupam a reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) recebem mandado de reintegração de posse, determinando a desocupação do setor pelos estudantes. Os estudantes reivindicam o fim da cobrança de taxas na instituição, construção de moradia estudantil, ampliação do restaurante universitário e a paralisação das obras que pretende remover famílias que moram no entorno da universidade. Estudantes do Diretório Central Estudantil da UFF se reúnem com o reitor Roberto Sales, que decide adiar a execução do mandato para o dia 6 de setembro.

Cerca de 125 famílias indígenas da etnia Guarani-Kaiowá sofrem despejo com violência de fazendeiros da região de Iguatemi – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). As famílias tiveram suas barracas destruídas e os indígenas foram expulsos para a margem de um rio. Cerca de 50 indígenas continuam no local sofrendo risco de agressão. Os indígenas procuraram a coordenação da Funai, responsável pela área, mas tiveram resposta de que a instituição não dispunha de carro e combustível para chegar ao local para prestar assistência aos índios, que além das agressões sofrem com a falta de alimentos e assistência médica. Os indígenas também recorreram ao procurador da República, Marco Antonio Delfino, que informou solicitar apoio da polícia para impedir os ataques dos fazendeiros, mas ainda sem resultado. A Aty Guassu, a Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB) e demais organizações indígenas estão monitorando a situação, e reivindicam providências urgentes da Funai, do Ministério Público e outras autoridades responsáveis.

3º feira 6

Militantes da Via Campesina ocupam a sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba na cidade de Montes Claros – Minas Gerais (região Sudeste). A ocupação tem o objetivo de denunciar os projetos de barragem e mineração que estão sendo desenvolvidos na região, e reivindicar que as terras sejam destinadas especificamente à reforma agrária. Segundo informações do site do MST, as áreas reivindicadas pelo movimento e que são utilizadas pela empresa foram indicadas pelo Incra para realização de novos acampamentos.

Representantes da Frente Parlamentar Anticorrupção se reúnem com Mauricio Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para tratar do apoio da entidade à campanha contra a corrupção e a impunidade. A Frente Parlamentar Anticorrupção tem o objetivo de recolher assinaturas e reivindicar a aprovação do Congresso Nacional da lei que considera corrupção crime hediondo. A Federação de Indústrias do Rio de Janeiro lançou nota do Empresariado Brasileiro em favor da Ética na Política, e apoio as medidas de combate a corrupção aplicadas pela presidente da república Dilma Rousseff (PT).

A Primeira Câmara Criminal Isolada do Tribunal de Justiça do Pará nega o recurso apresentado pelo fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado a 30 anos de prisão pelo assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005. Considerado mandante do crime, Galvão tentava anular a sentença proferida pela Segunda Vara do Tribunal do Júri de Belém – Pará, em abril de 2010. Além de rejeitar o apelo do fazendeiro e manter a condenação, os juízes aprovaram, por unanimidade, o pedido da relatora da apelação, a juíza convocada Nadja Nara

Cobra, para a prisão preventiva de Galvão. Condenado a cumprir a pena inicialmente em regime fechado, Galvão obteve um *habeas corpus* que lhe permitiu recorrer da sentença em liberdade provisória, sendo o único dos 5 acusados pelo assassinato da missionária a continuar solto. O fazendeiro sempre negou qualquer participação no crime. Galvão ainda pode recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça. Porém, com o pedido de prisão cautelar aprovado hoje, se o fizer, deverá aguardar o julgamento na prisão a menos que consiga outro *habeas corpus*. Segundo a assessoria do Tribunal de Justiça estadual, o mandado é emitido instantaneamente, pela *internet*, à Polícia Civil, encarregada de localizar e prender o fazendeiro. Defensora dos direitos de pequenos produtores rurais da região de Altamira, área de intenso conflito fundiário, Dorothy Stang foi morta com 6 tiros em fevereiro de 2005, na cidade de Anapu. Os outros condenados por participação no assassinato da missionária são Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, condenado a 30 anos de prisão; Rayfran das Neves, o Fogoió, condenado a 27 anos; Clodoaldo Batista, o Eduardo, condenado a 17 anos; e Amair Feijoli, o Tato, sentenciado a 27 anos.

Cerca de 250 aposentados de vários estados reúnem-se, aos pés do monumento do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para chamar a atenção dos governantes e da sociedade sobre como eles vivem. A mobilização “Cristo abraça os aposentados” foi organizada pelo Sindicato Nacional dos Aposentados e pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Eles protestam contra o veto da presidenta Dilma Rousseff (PT) ao aumento real para os aposentados que recebem benefícios acima do salário mínimo. O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, João Batista Inocentini, disse que o apoio da igreja católica a um movimento organizado por aposentados é pioneiro. No entanto, ele está sem esperança de conseguir o aumento, após o veto. Inocentini diz que os aposentados querem ser tratados dignamente pela previdência social, que os vêem como um gasto, segundo ele. “Os aposentados têm direito a comprar medicamentos e a sobreviver, sem a necessidade de pedir esmola aos parentes ou viver nas ruas”, disse o sindicalista. O Sindicato Nacional dos Aposentados vai promover atos pelo reajuste em 16 estados, com datas a serem definidas pela entidade.

Centenas de universitários que estavam acampados na sede da reitoria da UFF, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) deixam o gabinete do reitor, após 6 dias de ocupação. A saída dos estudantes ocorreu após a assinatura do documento que garantiu o atendimento às reivindicações dos estudantes. De acordo com o representante do Diretório Central dos Estudantes, Silaedson Júnior, toda a pauta de reivindicações foi atendida: a admissão de novos professores e servidores, o fim dos cursos de pós-graduação pagos, melhorias estruturais, assistências estudantis e a suspensão do projeto de construção de vias no *campus* do Gragoatá. No documento assinado pelo reitor Roberto Sales, a UFF não cederá terreno para passagem das vias, que, segundo os estudantes, aumentaria o barulho dentro das salas de aulas. Os estudantes estavam acampados desde o dia 31 de agosto na sede da reitoria em barracas e dormitórios improvisados.

4º feira 7

Pelo menos 25 mil manifestantes, segundo site o Vermelho e mais de 40 mil segundo o CMI participam da Marcha contra a Corrupção que seguiu para a Praça dos Três Poderes em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto ocorre no dia 7 de setembro, conhecido como dia da Independência do Brasil. Os manifestantes se concentraram às 10h no Museu da República e fizeram a lavagem simbólica do Ministério da Agricultura e do Congresso Nacional. O movimento foi convocado pelas redes sociais na *internet* para protestar contra os episódios de desvio de

dinheiro público em ministérios. Recentemente, o da Agricultura foi alvo de denúncias de corrupção. De acordo com a revista *Veja*, um dos focos de irregularidades é a Companhia Nacional de Abastecimento. A manifestação é apartidária. Até o momento, a passeata ocorre de maneira pacífica, sem registro de ocorrências. Além de Brasília, também em Curitiba, Porto Alegre (região Sul) e Belém (região Norte), ocorrem protestos combinados nas redes sociais.

Cerca de 500 pessoas realizam a Marcha contra a Corrupção na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes marcham pela avenida Paulista. O protesto ocorre no dia 7 de setembro, conhecido como dia da Independência do Brasil. O movimento foi convocado pelas redes sociais na *internet* para protestar contra os episódios de desvio de dinheiro público em ministérios.

A Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos vai às ruas da capital federal – Brasília (região Centro-oeste) por justiça social e garantia de direitos. De acordo com o representante da coordenação nacional do MST, Aparecido Ramos, cerca de 3 mil pessoas participaram do protesto. Os manifestantes se concentraram às 10h em frente à Catedral Metropolitana. O ato foi em conjunto com a Marcha Brasil contra a Corrupção. Com o lema “Pela Vida Grita a Terra. Por Direitos, Todos Nós”, os protestos tiveram como alvo os escândalos de corrupção, os megaprojetos na Amazônia, as mudanças no Código Florestal e até as obras para a Copa do Mundo de 2014. Para Ramos, o governo precisa incluir a reforma agrária nos programas sociais. Cerca de 300 pessoas realizam o Grito dos Excluídos na cidade de Brasília – Distrito Federal. A principal reivindicação dos manifestantes é o fim do uso de agrotóxicos. O Grito dos Excluídos surgiu em 1995, ligado à Campanha da Fraternidade daquele ano. Criado pelo Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a mobilização ganhou a adesão de outras entidades e movimentos sociais ao longo dos anos.

Cerca de 1000 pessoas dentre militantes do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos movimentos sindical e estudantil, da igreja católica e do movimento Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual e Travesti (LGBT) realizam o Grito dos Excluídos na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Durante o ato ocorre uma encenação de corrupção no Congresso Nacional. O protesto ocorre no dia 7 de setembro, conhecido como dia da Independência do Brasil.

Militantes de movimentos sociais, sindicatos, movimento estudantil e de pastorais sociais realizam a Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos na cidade de Senhor do Bonfim – Bahia (região Nordeste). A manifestação, além da pauta nacional que inclui denúncia do uso abusivo de agrotóxicos, a oposição à proposta de alteração do Código Florestal, o questionamento das obras para a Copa do Mundo de 2014 e o lema “Pela vida grita a terra... por direitos, todos nós”, também inclui o protesto contra o assassinato do militante Leonardo Leite, do movimento Coordenação dos Trabalhadores Assentados (CETA). O militante foi morto durante a madrugada desse mesmo dia, na fazenda Jibóia, desapropriada pelo Incra para a reforma agrária, na cidade de Senhor do Bonfim. É o quinto assassinato de militante ligado a conflito agrário na região de Canudos – Bahia no ano de 2011.

Cerca de 90 mil pessoas participam da Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos na cidade de Aparecida do Norte – São Paulo (região Sudeste). O ato ocorre junto à Vigésima Quarta Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Os manifestantes saíram do porto de Itaguaçu em caminhada até a basílica de Nossa Senhora de Aparecida. Foram feitas denúncias contra a proposta da bancada ruralista de alteração do Código Florestal. Militantes de pastorais sociais, sindicatos e movimentos do campo realizaram o Grito dos Excluídos, na cidade de São Paulo, com uma marcha partindo da

praça da Sé em direção ao parque da Independência. Outro grupo de militantes pautados pelo direito à moradia realizou a Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos, também na cidade de São Paulo partindo da praça Osvaldo Cruz até o bairro do Ibirapuera.

Manifestantes realizam a Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos no Córrego do Barbado na cidade de Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). Os manifestantes escolheram o local devido ao despejo de 803 famílias para dar lugar à avenida Parque do Barbado, obra do projeto do estado para ser sede da Copa do Mundo do Futebol em 2014. A concentração do ato foi realizada em frente à casa de uma família que em 1977 sofreu remoção para a construção de uma rodoviária, e novamente sofre despejo para a construção da avenida Parque do Barbado. Além do questionamento dessas obras, o debate também integra a questão da privatização do serviço de abastecimento de água, aprovado pela Câmara dos Vereadores.

Manifestantes realizam a Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos na cidade de Ubajara – Ceará (região Nordeste). A concentração foi realizada na praça São Francisco e os manifestantes seguiram em marcha até a igreja Sagrada Família, na praça Padre Pasquale. Os manifestantes protestam contra a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), obra do projeto do estado para ser sede da Copa do Mundo do Futebol em 2014. Com as obras diversas famílias da região estão ameaçadas de despejo.

Manifestantes realizam a Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos na cidade de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). A concentração do ato ocorreu no Terminal da Praça A. Os manifestantes seguiram marchando para a praça do Trabalhador. Eles protestam contra a violência urbana e a criminalização da juventude. Ocorrem atividades do Grito dos Excluídos também nas cidades de Uruana e Itaberaí – Goiás.

Militantes do movimento indígena, movimento estudantil, movimento de mulheres, movimento sem-teto e de pastorais sociais realizam a Décima Sétima edição do Grito dos Excluídos com cerca de mil participantes na avenida Marechal Castelo Branco, cidade do município de Teresina – Piauí (região Norte). Os manifestantes protestam contra trabalho escravo, a corrupção e a falta de investimentos, além de denunciar a construção de hidrelétricas, o desmatamento na região de Palmeirais e o aumento da tarifa dos ônibus na cidade.

Cerca de 300 bombeiros realizam ato na avenida Presidente Vargas na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), durante o desfile militar do dia da Independência. A categoria reivindica melhores salários e condições de trabalho. Representantes da categoria afirmam que o governo do estado não tem diálogo com a categoria desde o mês de julho, e que o comandante-geral do corpo de bombeiro não tem autonomia para atender as reivindicações.

6º feira 9

O MLST encerra uma série de contatos na capital federal – Brasília (região Centro-oeste), depois de apresentar a várias autoridades uma extensa pauta de reivindicações de seus assentados e acampados, que somam 120 mil famílias distribuídas em 10 estados. Partindo de Goiânia, eles iniciaram a marcha a Brasília no dia 20 de agosto, com o lema “Aperte a Mão de Quem te Alimenta”, e chegaram à capital federal no dia 6. Os militantes ficaram acampados no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, área central de Brasília. No dia da Independência, 7 de setembro,

muitos dos militantes do MLST que vieram a Brasília juntaram-se aos participantes da Marcha contra a Corrupção, que reuniu cerca de 25 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. A pauta de reivindicações que os trabalhadores apresentaram em Brasília inclui apoio logístico para negociação do que produzem, a construção de moradias, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Ministério das Cidades, inclusive para os filhos que se casarem; o fornecimento de energia elétrica pelo Programa Luz para Todos e acesso à *internet* para o homem do campo. No dia 8, representantes do movimento foram recebidos pelo secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, que ficou de ter novo encontro com eles, depois ter uma resposta dos ministérios aos quais o MLST apresentou suas reivindicações. Os trabalhadores reclamam da concorrência do agronegócio, que usa agrotóxicos e acaba com muitos empregos, ao usar máquinas na agricultura. “Cada cidadão consome por ano 5,2 litros de veneno, que vêm das lavouras do agronegócio, responsável por 30% da produção agrícola no país”, diz Moreira. Ismael Costa, também coordenador do MLST, informou que o movimento pediu hoje ao ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, mais facilidades na concessão da aposentadoria rural para aqueles que não têm documentos. Segundo Costa, isso seria feito com a aceitação pela Previdência Social de documentação dada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Incra. Os trabalhadores querem, ainda, direito aos auxílios na doença e a maternidade. De acordo com Costa, o MLST tem interesse em formar agroindústrias, como usinas de leite, e centros de distribuição da produção. A venda de excedentes da lavoura para o governo, destinada à merenda escolar, como é feito na agricultura familiar, é outra reivindicação do movimento. Em 2006, cerca de 500 integrantes do movimento ocuparam a Câmara dos Deputados, onde quebraram janelas de vidro, portas e mesas. Muitos foram presos e alegaram que reagiram dessa forma por causa da hostilidade com que foram recebidos pela segurança da casa. O MLST existe desde 1994 e, segundo seus coordenadores, está satisfeito com “a receptividade” que vem tendo do governo nos últimos anos.

Representantes do Movimento Amazônia para Sempre, SOS Mata Atlântica, União Geral dos Trabalhadores (UGT), ambientalistas, artistas, estudantes, sindicalistas e representantes de cerca de 50 organizações civis e movimentos sociais realizam ato de lançamento do Comitê Rio em Defesa das Florestas no Espaço Tom Jobim, dentro do Jardim Botânico na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os participantes aprovaram a agenda de manifestações em defesa do Código Florestal, destacando a necessidade de pressão política sobre o Senado, onde o projeto se encontra em análise. Os principais pontos de divergência com o projeto de lei são a anistia aos desmatadores, não à redução das Áreas de Preservação Permanente e não à transferência aos estados e municípios do poder de decisão sobre o que pode e o que não pode desmatar.

2º feira 12

Cerca de 20 professores da rede estadual de Minas Gerais estão em greve de fome e acorrentados ao monumento Pirulito da praça Sete, região central de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O ato é para chamar a atenção sobre a situação da categoria paralisada desde o dia 8 de junho para reivindicar aumento do piso salarial. Os mais de 150 mil trabalhadores que cruzaram os braços exigem equiparação ao piso nacional, instituído pela Lei Federal 11.738/08, que é de R\$ 1.187 e R\$ 1.597, conforme a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). “Chegando aos 98 dias de greve, concordamos com o pagamento proporcional com base nos R\$ 1.187, além do plano de carreira. É preciso levar em conta o tempo de trabalho e capacitação do professor”, explicou Rafael Calado Alves Pereira, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sindi-Ute). Atualmente, pelas 24 horas semanais de trabalho, o

professor recebe um salário base de R\$ 550. Com os benefícios o valor chega a R\$ 950. Após descontos, recebe em conta R\$ 801,20. Os professores estão com os salários cortados há 2 meses por conta da greve e ainda vem sendo substituídos. Com relação a isso, a categoria entrou com ação no Ministério Público, que ainda não foi julgada.

Cerca de 500 estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam protesto contra o preço do restaurante universitário na sua inauguração. Os estudantes reivindicam um preço inferior para a refeição. O valor está estipulado em R\$ 2,00 para alunos cotistas, R\$ 3,00 para alunos não cotistas e R\$ 5,31 reais para funcionários. Os estudantes afirmam que demais universidades do Brasil têm preços inferiores e que o valor é elevado, considerando o custo do estudante com transporte, leituras e outras refeições. Seguranças da universidade usam de truculência com os estudantes, gerando tumulto e agressões físicas de ambas as partes.

Dois bolivianos são presos em flagrante acusados de manter 17 pessoas em situação análoga à escravidão na região do Bom Retiro, no centro de São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores, encontrados em duas oficinas clandestinas de costura, também são de nacionalidade boliviana. A investigação que levou a polícia ao local foi feita por agentes da Terceira Delegacia de Polícia de Investigações sobre Infrações contra as Relações de Trabalho do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC). Segundo a polícia, os trabalhadores dormiam em quartos com higiene e condição elétricas precárias e eram submetidos a jornadas de até 14 h diárias.

3º feira 13

Funcionários que trabalham na reforma do Estádio do Maracanã fazem mais um protesto por melhores condições de trabalho no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Carregando faixas e cartazes, eles caminharam pelo entorno do estádio e prejudicaram o trânsito nas imediações. Os trabalhadores estão paralisados há cerca de 15 dias. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro, Nilson Duarte, desta vez o grupo reivindica assistência médica para o turno da madrugada e alimentação em condições adequadas. Além disso, os operários reclamam que o *Consórcio Maracanã Rio 2014*, responsável pelas obras e formado pelas empreiteiras *Odebrecht*, *Andrade Gutierrez* e *Delta*, não cumpriu o que ficou acordado, durante negociação após a primeira paralisação, que durou 5 dias, em agosto. Segundo o presidente do sindicato, o consórcio não aumentou o valor da cesta básica nem ofereceu plano de saúde aos funcionários. Em nota, o Consórcio Maracanã Rio 2014 minimizou o protesto, informando que “o número de operários que participaram corresponde a menos de 10% dos trabalhadores que atuam na reforma do estádio”. Ao todo, 2,3 mil funcionários trabalham nas obras. O comunicado também destaca que as negociações estão mantidas e que estão sendo cumpridos todos os itens acordados no dia 21 de agosto com o sindicato, sendo os principais o aumento, a partir de 1 de setembro, do valor da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 160, que será pago junto com salário de setembro; plano de saúde individual para os trabalhadores (titulares), também a partir de 1º de setembro, e abono dos dias parados, sem desconto nos benefícios dos trabalhadores. Sobre a qualidade da alimentação, “o consórcio destaca que nenhuma irregularidade foi encontrada com a comida ou sua manipulação” durante inspeção feita de surpresa por técnicos da Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses, órgão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. A respeito das queixas quanto à segurança do trabalho, o consórcio informa que, desde o início das obras, em agosto de 2010, foram feitas 9 fiscalizações pela Secretaria Regional

de Trabalho e Emprego, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, sem que nenhuma irregularidade fosse constatada. A nota ressalta, ainda, que existe um Plano de Segurança do Trabalho e uma equipe médica de plantão para atendimento aos trabalhadores. Neste mesmo dia 13, o consórcio decidiu mover uma ação na Justiça do Trabalho, questionando a legalidade da paralisação. No dia 12, o sindicato entregou sua defesa ao Tribunal Regional do Trabalho e, de acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público do Trabalho, a expectativa é que o órgão emita um parecer até o fim desta semana. Em seguida, a Justiça deverá marcar a audiência para julgar o caso. O Consórcio Maracanã Rio 2014 já havia apresentado sua defesa ao dar entrada na ação. A Empresa de Obras Públicas informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a paralisação dos trabalhadores prejudica o andamento das obras, mas não compromete o cronograma dos trabalhos, já que a programação prevê uma “margem de fôlego” para imprevistos. Pelo acordo firmado com a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), a reforma do Maracanã deve ser concluída em dezembro de 2012.

Alunos ocupam o auditório da reitoria do *campus* da Universidade de Brasília (UnB) em Ceilândia, cidade satélite de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e escolhem alguns representantes para negociar com a direção da universidade. O atraso de 3 anos nas obras motivou cerca de 300 alunos a ocupar a reitoria da instituição. De manhã, a reitoria divulgou por meio de nota que alguns manifestantes, que não são alunos do *campus* da Ceilândia, enfrentaram os seguranças que barravam a entrada dos estudantes na reitoria. A obra da primeira etapa do *campus*, que deveria ter sido entregue em 2008, é de responsabilidade do governo do Distrito Federal que, por meio de licitação, contratou a empresa *UniEngenharia* para tocar a obra. Segundo o decano de Administração, Eduardo Raupp, o contrato do governo com a empresa foi cancelado no dia 2, mas a empreiteira fez um acordo para que a própria UnB terminasse a obra. “A Unb, junto com a Novacap [Companhia Urbanizadora da Nova Capital], vai fazer um levantamento para analisar por onde devemos continuar. Dentro de 3 meses, queremos que a primeira parte já esteja pronta”, disse o decano. Esta não foi a primeira vez que os alunos do *campus* de Ceilândia protestam contra a precariedade das instalações. No dia 15 de junho, alunos e professores já haviam feito uma manifestação para denunciar os mesmos problemas. Os estudantes deixaram a reitoria no fim da tarde.

Um grupo de bombeiros militares acampa em frente ao prédio da Alerj, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Eles fizeram uma manifestação em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo estadual, e acamparam no local. De acordo com representantes do grupo, dois líderes do movimento foram presos no interior do palácio. A crise envolvendo a corporação começou no início de junho, quando cerca de 2 mil militares ocuparam o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, no centro do Rio e parte do grupo acabou presa. No fim de junho, o governador, Sérgio Cabral, concedeu anistia administrativa ao grupo que foi detido e sancionou os projetos de lei que garantem a antecipação do reajuste de 5,58% e o uso de 30% do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros para gratificações. A categoria reivindica melhorias salariais.

Servidores da prefeitura do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam ato na Câmara dos Vereadores. A manifestação ocorre durante a votação do projeto de lei 1.005/2011, que cria medidas pra capitalizar o Fundo de Previdência Social (FUNPREVI), da prefeitura da cidade. A verba do FUNPREVI é responsável por pagar a aposentadoria e pensões do funcionalismo municipal. Os manifestantes denunciam mudanças nos direitos dos servidores com a aprovação do projeto de lei e que o patrimônio do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (PREV-RIO) está sendo vendido para arcar com despesas de responsabilidade integral do

tesouro público. Duas professoras do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) foram presas durante o ato.

Cerca de 3.100 metalúrgicos da montadora Honda e 900 metalúrgicos da montadora Mercedes-Benz da cidade de Campinas – São Paulo (região Sudeste), entram em greve. A montadora Honda oferece reajuste de 11% mais abono de R\$ 2,800 e piso salarial de R\$ 1.600. A montadora Mercedes-Benz fixa um limite de negociação de 10% de reajuste salarial e abono de R\$ 2,500. Os trabalhadores não aceitaram as propostas. Ainda em Campinas, cerca de 1.300 trabalhadores da empresa de autopeças Benteler estão em greve e não aceitam a proposta de reajuste salarial de 8,5%. Na montadora Toyota, também na cidade, durante assembleia, os trabalhadores aceitaram a proposta da montadora de 11% de reajuste salarial.

4º feira 14

Cerca de 32 trabalhadores da empresa Cutrale são encontrados em condições análogas a de escravos por representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) na cidade de Bauru – São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores que exercem a função de colhedores de laranja denunciaram a empresa ao MPT. Os trabalhadores são originais de Imperatriz – Maranhão (região Nordeste), e foram levados para São Paulo por um empreiteiro com a promessa de salários em torno de R\$ 1.200, além de transporte, moradia digna e alimentação. Os trabalhadores foram encontrados em uma única residência, em péssimas condições de higiene e conforto, sem existência de armários, vestiários, despensa, cozinha, ventilação e iluminação adequadas. Os trabalhadores retornaram para o Maranhão com a viagem custeada pela Cutrale e receberam na rescisão do contrato, saldo de salário, aviso prévio indenizado no importe de um salário base do trabalhador rural, férias e décimo terceiro salário proporcionais, além de uma verba individual a título de ajuda de custo alimentação para a viagem com duração de 3 dias.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de todo o país deflagram greve por tempo indeterminado. A categoria reivindica aumento salarial de R\$ 400, reajuste do vale-refeição e do vale-alimentação, piso salarial de R\$ 1.635 e reposição da inflação de 7,16%. Segundo o representante do comando de greve e de negociações da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), José Gonçalves de Almeida, a empresa apresentou uma proposta no dia 12 à noite, mas não teve sucesso. “Foi oferecido reajuste salarial de 6,87%, abono de R\$ 800 e R\$ 25 de vale-alimentação, que seriam pagos somente em janeiro. A categoria, porém, rejeitou, dando início à greve”, disse Almeida. Em nota, a ECT informou que está trabalhando para normalizar a situação o mais rápido possível, por meio de uma série de medidas que garantam o atendimento à população. Agora à tarde, o presidente dos Correios, Wagner Pinheiro de Oliveira, concederá entrevista sobre a paralisação dos trabalhadores. Cerca de 8 mil dos 14 mil trabalhadores dos Correios no estado do Rio de Janeiro aderiram à greve na estatal. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos (Sintect), Ronaldo Martins, a maioria das agências fluminenses está funcionando parcialmente e os funcionários que estão trabalhando se limitam a informar a população sobre a greve.

Professores, estudantes e técnico-administrativos realizam um ato em defesa da educação pública e por 10% do PIB para educação em frente à reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Goiabeiras, Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). O ato foi convocado pela

Associação dos Docentes da UFES (Adufes) - Seção Sindical, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) para marcar o início da segunda rodada de negociações do sindicato nacional com o Ministério do Planejamento. De acordo com o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, além da carreira docente os professores têm feito a luta contra diversas medidas do governo federal prejudiciais à educação pública. Os técnicos administrativos, em greve desde o dia 6 de junho, destacam o Projeto de Lei 1749/11, que privatiza os hospitais universitários, como uma das principais medidas que irão prejudicar o ensino e a saúde pública. O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) também se fez presente no ato. De acordo com o coordenador de formação política e relações sindicais, Júlio Cesar Bello, a luta pela questão salarial é fundamental, mas não é a única a ser feita neste momento.

5º feira 15

Os dois bombeiros militares presos no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), na madrugada do dia 14, enquanto participavam de um protesto por melhorias salariais em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do estado, são soltos no início da manhã. De acordo com nota divulgada pela Defensoria Pública do estado, o *habeas corpus* foi concedido com base na alegação de que as prisões foram ilegais, já que o cabo Beneveluto Daciolo e o capitão Alexandre Marquesini “foram detidos apenas porque, em tese, teriam praticado o crime militar de recusa à obediência, por terem se recusado a se afastar das proximidades do Palácio Guanabara, ordem que violaria os direitos constitucionais de ir e vir e o direito de reunião”. A liminar foi deferida pelo plantão noturno do Tribunal de Justiça. A crise na corporação começou no início de junho, quando 400 bombeiros foram presos após invadir o quartel central da instituição. No fim do mesmo mês, o governador do Rio, Sérgio Cabral, sancionou projeto de lei concedendo anistia administrativa ao grupo. O governador também sancionou os projetos que garantem a antecipação do reajuste de 5,58% para a categoria e o uso de 30% do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros para gratificações.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autoriza o início da geração de energia da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira em Rondônia (região Norte). A licença de operação foi assinada no dia 14 pelo presidente do instituto, Curt Trennepohl. O Ibama recomendou que o enchimento do reservatório –que deve começar neste dia 15– seja feito em 3 etapas para assegurar a qualidade da água e a sobrevivência dos peixes que vivem no rio Madeira. O reservatório deverá estar cheio em meados de novembro, quando a água chegar a 70,5 metros. Após o enchimento, as turbinas podem começar a funcionar. Além de proteger a fauna aquática, o enchimento gradual do lago também facilita a retirada de animais que vivem nos 546 km quadrados que serão inundados. Segundo o Ibama, as espécies capturadas serão devolvidas à floresta em área próxima. Os animais que precisarem de atendimento veterinário serão encaminhados ao Centro de Triagem, instalado na Universidade de Rondônia. Santo Antônio terá capacidade instalada de 3.150 megawatts e será operada pelo consórcio *Santo Antônio Energia*, formado pela *Andrade Gutierrez*, *Furnas Eletrobras*, *Cemig*, *Odebrecht* e *Banif*. O consórcio terá que pagar R\$ 56 milhões de compensação ambiental, o equivalente a 0,5% do valor de referência do projeto. O Comitê de Compensação Ambiental Federal está avaliando qual será a destinação dos recursos. Junto com a Usina Hidrelétrica Jirau, Santo Antônio forma o *Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira*, um dos principais empreendimentos energéticos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprova a liberação comercial de um feijão, tipo carioquinha, geneticamente modificado. A variedade, produzida pela *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)*, é resistente ao vírus do mosaico dourado – principal praga que ataca a cultura no Brasil e na América do Sul. O feijão transgênico foi aprovado em uma reunião extraordinária da comissão, por 15 votos a favor, 2 abstenções e 5 pedidos para prorrogar a votação. Ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a CTNBio é responsável pela liberação comercial de organismos geneticamente modificados no Brasil. Com a liberação comercial do novo feijão, o próximo passo é a realização de ensaios para registro da variedade no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As primeiras sementes deverão estar prontas para plantio em 3 anos. De acordo com o pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia Francisco Aragão, o feijão transgênico pode reduzir o índice de perda nas lavouras, uma vez que a nova variedade tem uma espécie de “vacina” que protege a planta da doença. O mosaico dourado, segundo a CTNBio, torna as folhas amareladas e provoca nanismo, deformação das vagens e grãos e abortamento das flores. A pesquisa para chegar ao grão geneticamente modificado durou 10 anos e é a primeira desenvolvida exclusivamente por uma instituição pública brasileira. Durante a tramitação do processo na CTNBio, o feijão transgênico enfrentou resistência de movimentos sociais, organizações ambientalistas e associações de pequenos produtores. As entidades contestam a ausência de estudos com o novo feijão em todos os biomas brasileiros e a falta de dados sobre os possíveis impactos da modificação genética sobre todas as variedades do grão consumidas no país.

Cerca de 70 mil metalúrgicos, das cidades de Santo Andre, São Bernardo e São Caetano – São Paulo (região Sudeste) iniciam greve ao rejeitar a proposta de reajuste salarial apresentada pelas empresas. Os trabalhadores reivindicam a proposta de 10% de reajuste sendo 2,55% de aumento real, abono salarial e benefícios. As empresas apresentam proposta de reajuste salarial em torno de 8% a 9%. Ainda em São Paulo, cerca de 3.100 metalúrgicos da fábrica da montadora Honda na cidade de Campina encerram a greve após aceitar a proposta de 11% de reajuste salarial.

6º feira 16

Cerca de 30 estudantes ligados a Assembléia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) e ao partido PSOL realizam ato no Quinto Aniversario da Universidade Federal do ABC (UFABC), na cidade de Santo Andre – São Paulo (região Sudeste). O ato reivindica a destinação de 10% do PIB e uma parcela dos lucros obtidos com o Pré-sal, para a educação. O ato é dirigido ao ex presidente da republica Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao pré candidato a prefeitura da cidade de São Paulo e ministro da Educação Fernando Haddad (PT). Os estudantes carregaram faixas e cartazes e gritaram “É tudo Mentira”, durante a fala de Luiz Inácio Lula da Silva ao contar as melhorias realizadas na educação durante seus dois mandatos. Os estudantes afirmam não estar vaiando o ex presidente e se colocam contra a política exercida pelo Ministério da Educação.

Jair Firmino Borracha é preso na cidade de Alto Paraná – Paraná (região Sul) pelo assassinato de Eduardo Anghinoni, do MST, em 1999. O foragido da policia foi detido por uma briga de bar, mas na delegacia foi verificado que havia um mandado de prisão pelo assassinato e uma condenação de 15 anos. Com isto Jair Firmino Borracha foi encaminhando para uma penitenciária. A prisão é a primeira relacionada a milícias e assassinatos de sem-terra no estado.

Grevistas funcionários dos Correios fazem passeata no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O secretário-geral do Sintect-RJ, Ronaldo Martins, alerta a população a respeito dos prováveis atrasos no envio de correspondências. “A própria Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos [ECT] colocou uma nota no jornal dizendo para a população não colocar correspondências, que iam chegar com atrasos, isso porque tem uma ou outra agência aberta. As correspondências vão para triagem e não tem trabalhador, então vai levar muito tempo pra chegar. O centro de distribuição na capital está aberto, mas não tem ninguém lá trabalhando”, afirmou. Os funcionários dos Correios reivindicam um piso salarial de R\$ 1.635, vale-alimentação de R\$ 30 por dia e vale-cesta de R\$ 200, além de 30% de adicional de risco. Atualmente o piso salarial dos profissionais é R\$ 806. A categoria rejeitou a proposta apresentada pelo governo na última rodada de negociação, de 6,7% de reajuste, um ganho de R\$ 50 e abono salarial de R\$ 800. A Fentect informa que a greve não será interrompida enquanto as reivindicações da categoria não forem atendidas. A informação é que 34 dos 35 sindicatos de trabalhadores do país aderiram ao movimento.

A greve dos operários das obras de reforma do Estádio do Maracanã é considerada abusiva pela Justiça do Trabalho. De acordo com a desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) considerou que os trabalhadores descumpriram acordo fechado no último dia 22 com o Consórcio Rio 2014 para retornar as atividades. O Consórcio Rio 2014, composto pelas empresas Odebrecht, Delta e Andrade Gutierrez, convocou os operários para retornarem ao trabalho no dia 19. “O consórcio espera agora que haja o retorno e a normalização da obra”, disse o representante do consórcio, Almir Ferreira Gomes. Pela lei, o consórcio pode dispensar os funcionários que não retornarem no prazo estabelecido. “O consórcio não trata da hipótese de não retorno. Nós propomos o acordo coletivo, a respeito da greve, para que os empregados retornem. Não para que nenhum empregado seja demitido”, completou. O presidente do Sitracp, Nilson Duarte da Costa, disse que os trabalhadores vão fazer um assembleia no dia 19 para decidir o futuro do movimento. “Nós temos um estatuto, e ele reza o seguinte: a assembleia é soberana. Todas as decisões são estatutárias. E eu, como presidente da entidade, estou colocando a decisão para os trabalhadores. Eles optarão se continuam ou não com o movimento”. Os 2.300 operários das obras do Maracanã estão em greve há 16 dias. Eles reivindicam melhorias nas condições de trabalho, aumento no valor da cesta básica, de R\$ 110 para R\$ 160, inclusão de plano de saúde nos benefícios e abono dos dias parados.

Sábado 17

Cerca de 100 pessoas, segundo a Polícia Militar, participam no vão livre do Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste), de uma manifestação pela democratização da comunicação no Brasil. Organizado pelo Movimento dos Sem-Mídia, o objetivo do ato é cobrar dos veículos de comunicação uma cobertura imparcial dos casos de corrupção no Brasil, independentemente da esfera de governo e do partido envolvido nas denúncias. De acordo com Antonio Donizete da Costa, um dos organizadores da manifestação, o movimento lançou também uma campanha nacional de apoio à democratização e regulamentação dos meios de comunicação. “Aqueles que quiserem apoiar a campanha poderão se manifestar por meio de um abaixo-assinado que ficará disponível no Blog da Cidadania”, disse Donizete. O documento será encaminhado para a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, da Câmara Federal. O Movimento dos Sem Mídia reivindica ainda a descriminalização dos movimentos sociais. “A mídia trata muito a questão de movimentos sociais como se fosse caso de polícia e quem fazia isso

era a ditadura militar. Hoje estamos em um regime de pleno Estado de Direito e democrático. Essa postura da mídia também é nociva para a sociedade”, declarou.

Domingo 18

Cerca de 60 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Lavado, no município de Vazante – Minas Gerais (região Sudeste). A ocupação tem o objetivo de reivindicar, do Incra, a desapropriação da área para fins de reforma agrária. As famílias reivindicam o assentamento desde 2004.

Milhares de pessoas participam na Praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), da Quarta Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, que reuniu umbandistas, candomblescistas, muçulmanos, católicos, judeus, protestantes, kardecistas, além de adeptos do Santo Daime, hare krishnas, entre outros. O babalawo Ivanir dos Santos, representante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), disse que “a intolerância é uma semente para o fascismo”. “Nós não podemos aceitar isso para uma sociedade como a brasileira, que respeita a diversidade”. Para Ivanir, as outras religiões começaram a aderir ao movimento com mais compromisso. Segundo ele, inicialmente, a caminhada contava com a participação majoritária de umbandistas e candomblescistas e hoje contabiliza representantes de diversas outras religiões. A presidenta da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), Sarita Shaffer, disse que a comunidade judaica participa do evento desde a primeira edição. “Nós estamos vendo a evolução, como as religiões estão iniciando um diálogo. É a tolerância, a coexistência, e é isso que vai fortalecer cada uma das religiões individualmente”. O secretário estadual de Direitos Humanos, Rodrigo Neves, elogiou a caminhada e mostrou-se surpreso com a diversidade de representantes de religiões presentes ao evento. “O Rio tem que ser exemplo de respeito e um lugar em que se encontre uma sociedade mais justa e democrática”, disse. O cantor e compositor Arlindo Cruz, ligado ao candomblé, é a atração do *show* que encerra a caminhada na praça do Lido.

2º feira 19

Voluntários da ONG Rio de Paz fincam 594 vassouras pintadas de verde e amarelo nas areias da praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato representa um protesto contra a corrupção no país. O grupo também estendeu uma faixa com a inscrição “Congresso Nacional, Ajude a Varrer a Corrupção do Brasil”. Segundo o líder do movimento, Antonio Carlos Costa, a ideia é conscientizar a população para cobrar mais transparência na utilização do dinheiro público, já que os desvios desses recursos são responsáveis pela morte de muitos brasileiros. Ele explicou que as vassouras são uma referência aos 513 deputados federais e 81 senadores que integram o Congresso Nacional.

Os cerca de 2,3 mil operários que trabalham nas obras de reforma do Estádio do Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), voltam às atividades depois de 19 dias de greve. No dia 16, o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve improcedente e determinou a volta imediata ao trabalho. Os operários reivindicam do Consórcio Maracanã Rio 2014, responsável pelas obras, aumento do valor da cesta básica, de R\$ 110 para R\$ 160, plano de saúde individual, abono dos dias parados, segurança no trabalho e melhoria da qualidade da comida servida a eles. O consórcio informou, por meio de sua assessoria, que as reivindicações já foram atendidas em um acordo

assinado com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal no dia 21 de agosto passado.

Dois professores da rede estadual de educação de Minas Gerais (região Sudeste) protestam desde o final desta tarde em frente à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte. Os educadores Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo afirmaram que estão em greve de fome por tempo indeterminado e só pretendem sair do local quando as negociações salariais entre o governo e Sind-UTE forem retomadas. “O nosso propósito é que o governo se sensibilize e abra negociação com o sindicato, porque o que ele está oferecendo não atende a categoria, e também em solidariedade aos companheiros que estão desde o dia 8 em greve. Alguns estão até sem alimento em casa. Nós vamos ficar até o dia que o governo fizer abertura (das negociações), ou que a greve chegue ao fim”, disse Marilda, que é diretora do Sind-UTE e da CNTE.

3º feira 20

Cerca de 5 mil pessoas realizam o ato Todos juntos contra a Corrupção em frente à Câmara dos Vereadores na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes gritam palavras de ordem como “não basta demissão, tem que ter prisão”, em alusão às demissões ocasionadas por acusações de corrupção no mandato da presidente Dilma Rousseff (PT). Uma das propostas do movimento é tornar a corrupção um crime hediondo. Trabalhadores da categoria dos bombeiros se juntaram a manifestação e promoveram críticas ao governador do estado Sérgio Cabral (PMDB). O ato foi organizado por redes sociais e se coloca apartidário.

Os 439 bombeiros presos na ocupação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros na cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste), no dia 3 de junho, recebem a aprovação da anistia criminal na Câmara dos Deputados Federais em Brasília – Distrito Federal (Centro-oeste). O projeto de lei segue para aprovação da presidente Dilma Rousseff (PT). O projeto é extensivo também a trabalhadores da categoria em 13 estados envolvidos em processos por movimentos reivindicatórios.

Cerca de 12 mil trabalhadores da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) aprovam estado de greve na fábrica de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). A medida, de acordo com o sindicato, é uma resposta à posição da empresa, que se nega a fazer negociação direta de salários com os representantes dos metalúrgicos. Atualmente, as negociações do setor aeronáutico são feitas através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Além do reajuste, os metalúrgicos da Embraer reivindicam a antecipação da data-base de novembro para setembro e a redução da jornada de trabalho para 40 h semanais. Nas assembleias realizadas esta semana na Embraer, segundo o sindicato, os funcionários decidiram dar um prazo de 48 h para que a Embraer reconsidere a sua posição. Na pauta de exigências da categoria também estão incluídas negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) direta com o sindicato, melhores condições de saúde e segurança para os trabalhadores e que a empresa não desvie os ônibus dos funcionários nos dias de assembleia. A Embraer, por sua vez, declarou que as atividades da fábrica em São José dos Campos estão normais apesar do estado de greve. Declarou também que não comentará as negociações. As reivindicações já haviam sido aprovadas em assembleia, em agosto, mas a Embraer continua recusando-se a atender os trabalhadores, segundo o sindicato.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Via Campesina, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos realizam ato em apoio ao reconhecimento do Estado da Palestina, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação foi realizada em diversos países e antecede a abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O ato teve início em frente ao Teatro Municipal de São Paulo e uma gigante bandeira da Palestina foi aberta durante a manifestação.

Um grupo de trabalhadores dos Correios realiza um enterro simbólico em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para protestar contra a falta de negociação com o governo sobre o reajuste salarial da categoria. Em greve desde o dia 14, eles estão reunidos em frente ao Ministério das Comunicações. Além de um carro de som, os funcionários da estatal levaram para a manifestação um caixão com flores e as fotos do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e do presidente dos Correios, Wagner Pinheiro. “Já que eles não querem conversar com a gente, vamos enterrá-los. Só vamos desenterrá-los quando abrirem as negociações”, disse o diretor da Fentect, José Gonçalves de Almeida. Segundo ele, os trabalhadores estão reunidos em assembleias em vários estados para debater os rumos das negociações. De acordo com os Correios, no dia 19 de setembro a adesão dos trabalhadores à paralisação caiu para 23% –até o dia 16, estava em torno de 30%. Com isso, agora a empresa tem 77% do efetivo trabalhando. Já a Fentect estima que 70% dos 109 mil empregados da estatal estejam parados. Segundo a empresa, com a queda na adesão e o mutirão feito no final de semana para entrega de objetos postais, os Correios conseguiram aumentar a porcentagem de carga que esta sendo entregue em dia, que passou de 60% para 65%. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, determinou ao presidente dos Correios, Wagner Pinheiro, “que os dias parados sejam descontados rigorosamente” do salário dos grevistas. “Greve é um direito, mas ninguém vai receber sem trabalhar”, disse o ministro. O ministro comentou o fato dos Correios ter o monopólio do serviço no país assegurado pela Constituição, e disse que isso não caracteriza um problema, mas “dá uma responsabilidade grande” à empresa.

Os bancários rejeitam a proposta de reajuste salarial de 7,8% apresentada neste dia 20 pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Segundo a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira, o percentual é muito baixo e representa apenas 0,37% de aumento real. Para comparar, os bancários sustentam que o lucro das instituições financeiras aumentou, em média, 20% ao longo do ano. “Nós estamos em um dos setores mais lucrativos da nossa economia”, disse ela. Os bancários querem 5% de aumento real. Outras negociações consideradas importantes pela categoria também não avançaram, de acordo com a sindicalista. Entre eles, participação maior nos lucros e resultados. “Tem que ter um aumento dos valores distribuídos, para que os bancários recebam uma participação nos lucros maior já que os lucros crescem de maneira significativa”, defendeu Moreira.

4º feira 21

Cerca de 1,3 mil juízes, promotores e procuradores realizam manifestação em frente ao STF em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para cobrar aumento salarial e mais segurança. O protesto começou no Congresso Nacional, onde os manifestantes foram recebidos por José Sarney. Já no STF, eles foram recebidos pelo presidente da Corte, Cezar Peluso. A principal demanda, apresentada em documento entregue aos chefes dos dois poderes, é o aumento salarial de 14,79% que eles pretendem ver implementado ainda este ano. De acordo com as entidades que organizaram

o protesto, o percentual diz respeito à correção da inflação dos últimos seis anos e não é um aumento real. O último reajuste foi aprovado em 2009, mas o índice (cerca de 9%) ficou abaixo da expectativa e, agora, as categorias cobram a diferença. Desde 2010, projeto de lei que prevê o reajuste de quase 15% tramita no Congresso Nacional, mas não houve qualquer mobilização significativa para votá-lo desde então. Em 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs que se esperasse a chegada do novo presidente da República para as negociações continuarem. Neste ano, no entanto, o governo afirmou que o reajuste de juízes não é prioridade, o que causou reações de magistrados e membros do Ministério Público. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, conversou com a imprensa após o encontro com Peluso. “Queremos continuar ganhando o mesmo e, para isso, é preciso que haja uma reposição da inflação. A sandália da humildade está gasta já. São seis anos de caminhada aguardando a melhor oportunidade para fazer isso”. Já o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, disse que Peluso garantiu estar trabalhando para conseguir apoio político para as reivindicações e que o assunto, agora, está nas mãos do Congresso. Recentemente, a Ajufe ameaçou organizar uma greve entre juízes federais se os pleitos da categoria não fossem atendidos. Juízes e promotores estão pedindo “dignidade e não aumento salarial”, destacou o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho. Já o tema da segurança passou a ser foco das reivindicações do movimento por causa do assassinato da juíza Patrícia Acioli, no dia 11 de agosto, em Niterói. As entidades defendem uma política nacional de segurança para juízes e membros do MP.

Os médicos voltam a suspender o atendimento aos beneficiários de planos de saúde. O protesto ocorre 6 meses após a primeira paralisação. Os profissionais deixarão de atender consultas de algumas operadoras em 23 estados e no Distrito Federal. A paralisação vai durar 24 h e, nesse período, o atendimento às urgências e emergências será mantido. Os clientes afetados podem remarcar as consultas. Em abril, os médicos fizeram o primeiro boicote às operadoras, quando interromperam por um dia o atendimento a clientes de todos os planos. Desta vez, os planos que não negociaram ou não apresentaram propostas suficientes para atender às reivindicações da categoria são o alvo do protesto. Os médicos querem o aumento imediato dos honorários, reajuste fixo anual da remuneração e o fim da interferência das empresas em sua autonomia. As associações médicas defendem o valor de R\$ 60 por consulta. De acordo com elas, os planos pagam, em média, R\$ 40. Segundo a categoria, as mensalidades dos planos foram reajustadas em 150% nos últimos anos. No entanto, as operadoras destinam menos de 20% da arrecadação para a remuneração dos profissionais. Em relação à interferência no trabalho, as entidades alegam que as empresas recusam determinados exames e chegam a mudar procedimentos. Os profissionais cobram posicionamento e articulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável por regular o setor, para solucionar as divergências entre a categoria e os planos. “O que está colocado em jogo é a assistência a 46 milhões de usuários. O governo tem responsabilidade. Estamos chamando a ANS para a responsabilidade”, disse Aloísio Tibiriça, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM). A estimativa é que os planos afetados tenham de 25 milhões a 35 milhões de usuários, cerca de 76% do total de clientes em todo o país. As negociações com as operadoras foram feitas pelos representantes de cada estado. Por isso, cada unidade da Federação definiu sua própria lista com os planos que serão afetados. Em nove estados, será suspenso o atendimento a todas as operadoras – no Ceará, Maranhão (região Nordeste), em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (região Sudeste), no Paraná (região Sul) e Tocantins (região Norte). A lista dos planos que serão alvo da paralisação está disponível no *site* do CFM. O Amazonas, Roraima (região Norte) e o Rio Grande do Norte (região Nordeste) ficam fora do protesto porque as negociações com as operadoras estão mais avançadas. As entidades médicas

afirmam não haver impedimento judicial para fazer a paralisação por tempo determinado. Diante do protesto dos médicos, a Federação Nacional da Saúde Suplementar (Fenasaúde), que representa as 15 maiores operadoras do país, informou, em nota, ter formalizado à ANS uma nova proposta de remuneração. Em nota, a ANS diz que considera legítimas as paralisação dos médicos, desde que não prejudiquem os usuários.

Representantes do Greenpeace promovem uma manifestação no Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra o projeto de lei do novo Código Florestal. Está prevista para esta manhã a votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do parecer do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Como foram impedidos pela Polícia Legislativa de entrar nas dependências da Casa, os manifestantes fixaram faixas no gramado da entrada que dá acesso à biblioteca. Este é o primeiro de uma série de protestos que o Greenpeace agendou para outras capitais como Salvador, Recife (região Nordeste) Manaus (região Norte), Porto Alegre (região Sul), Belo Horizonte, Rio de Janeiro, e São Paulo (região Sudeste). “As mudanças propostas no Código Florestal vão contra os alertas das maiores instituições científicas do país. Se for aprovado assim, quem sai perdendo é o Brasil”, disse a representante da campanha Amazônia Greenpeace, Tatiana Carvalho. Ela acrescentou que o relatório de Luiz Henrique cria condições para aumentar “a devastação” no país. Tatiana Carvalho ressaltou que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) já demonstraram, em estudos, que o Brasil tem 61 milhões de ha agricultáveis. Tatiana Carvalho disse que análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que 75% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos por pequenos agricultores.

Os representante da rede espanhola de lojas Zara no Brasil, Enrique Huerta Gonzales e Jesus Echeverria, prestam esclarecimentos à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sobre as denúncias de trabalho escravo nas oficinas terceirizadas que confeccionam roupas para a marca. Eles garantiram que desconheciam que os empregados das oficinas trabalhavam em condições análogas à escravidão. Gonzales respondeu a poucas perguntas, mas ressaltou que desconhecia o uso de trabalho escravo pelas confecções contratadas pela empresa. Echeverria acrescentou que a Zara tomou medidas para tentar solucionar o problema. Entre elas, a instalação de um serviço por telefone para receber denúncias de abusos na cadeia produtiva da marca e um programa de capacitação para fornecedores. No dia 26 de julho, fiscais do Ministério do Trabalho encontraram 14 trabalhadores bolivianos e um peruano em situação análoga à escravidão em duas confecções na zona norte de São Paulo. As oficinas, que produziam peças da marca Zara, receberam 52 autos de infração. Entre as irregularidades foram constatadas jornada de trabalho excessiva, servidão por dívida e situação precária de higiene.

5º feira 22

Empregados de frigoríficos começam em nove estados uma mobilização para decidir o momento de deflagrar a greve aprovada no dia 21 de setembro durante o Quinto Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins. Segundo a confederação do setor, esta será a primeira greve nacional da categoria, que reúne cerca de 500 mil profissionais. Eles reivindicam piso nacional de R\$ 1 mil para a categoria, redução da jornada de trabalho e especificação das pausas de descanso durante o serviço. Neste dia 22, o presidente do Conselho de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, recebeu o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de

Alimentação e Afins (CNTA), Artur Bueno, junto com outros representantes do setor para conversar sobre as reivindicações. Segundo a assessoria de imprensa da CNI, a entidade está aberta à negociação e vai analisar a pauta. A CNTA informou que o gesto da CNI, de receber os trabalhadores e aceitar marcar uma reunião com o presidente da entidade, Robson Andrade, não evitará a greve. Segundo a CNTA, a paralisação só não será deflagrada se as reivindicações forem atendidas integralmente. A primeira delas é o estabelecimento do piso nacional para os empregados de frigoríficos. De acordo com a CNTA, atualmente 28% desses profissionais recebem entre um e um salário mínimo e meio por mês. A categoria também quer a redução da jornada diária de 7 h e 20 min para 6 h. Além disso, reivindica a especificação de intervalos para descanso de 10 min a cada 50 min trabalhados e para o almoço. Os trabalhadores pedem ainda a presença de um médico do trabalho, não ligado à indústria, na planta da empresa. Segundo a assessoria da CNTA, essas medidas visam a reduzir os elevados índices de reclamações entre os funcionários em relação a lesões por esforço repetitivo, alta umidade no local de trabalho e frio excessivo. A mobilização começou pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (região Sudeste), Santa Catarina, Paraná (região Sul), Mato Grosso, Goiás (região Centro-oeste), Ceará e Pernambuco (região Nordeste). A expectativa da CNTA é que até o dia 3 de outubro haja uma reunião com o presidente da CNI para buscar um acordo entre patrões e empregados.

Depois de cerca de 100 dias em greve, os funcionários da Universidade Federal do Paraná (UFPR) decidem suspender o movimento. Eles voltarão ao trabalho no Paraná (região Sul) no dia 26. A categoria considerou que teve avanços nas reivindicações e por isso votou a favor do indicativo do Comando de Greve Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e decidiram pelo término da paralisação. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná (Sinditest-PR), Wilson Messias, disse em nota que o período de greve resultou em um enorme ganho nas pautas locais, com destaque principal para a implantação da jornada de 30 h. Entre as conquistas destacadas por Messias, está a abertura do Pronto-Atendimento do Hospital de Clínicas e a implantação da jornada de 30h. Sobre a pauta nacional, ele disse que a situação é difícil, já que o governo federal está resistindo em abrir as negociações. Os funcionários da UFPR entraram em greve no dia 15 de junho e entre as principais reivindicações estavam a contratação de novos profissionais, a definição da situação daqueles que trabalham temporariamente no Hospital de Clínicas, vinculado à UFPR e o aumento do piso salarial com um reajuste de 5% a cada 2 anos.

Os metalúrgicos da Embraer, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste), iniciam greve. A mobilização conta com a adesão de 3 mil trabalhadores da unidade Faria Lima. Entre as reivindicações está a redução da jornada de trabalho para 40 h semanais. A Embraer pratica 43 h, sendo a maior do mundo entre as empresas do setor aeronáutico. Há, também, exigências quanto ao direito a eleição de *delegados sindicais* e melhores condições de saúde e segurança. A empresa se recusa a negociar as propostas da *campanha salarial* e negou a antecipação da data-base de novembro para setembro. Os metalúrgicos lutam pelo reajuste salarial de 17,45%, sendo 9,75% de aumento real. Outra meta é fazer com que as negociações passem a ser direto com a Embraer. Atualmente, as reivindicações são discutidas entre a Fiesp e o Sindicato dos Metalúrgicos. Considerada a quarta maior fabricante de aeronaves no mundo, a Embraer lidera o mercado de pequenos aviões comerciais. No primeiro semestre do ano, obteve um lucro líquido de R\$ 333 milhões. Somente em São José dos Campos, a empresa possui cerca de 12 mil funcionários.

Cerca de 8 trabalhadores são resgatados de condições análogas á escravidão na fazenda Tuliane na cidade de Jaci Paraná – Rondônia (região Norte), que pertence a Antônio Alves da Silva. O resgate foi realizado pela equipe de operação de rotina da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia (SRTE/RO). Os trabalhadores foram encontrados em barracos de madeira e de lona, sem acesso à água potável e a condições dignas de moradia e de trabalho. Dentre os trabalhadores havia um menor de 18 anos.

Quatro trabalhadores foram resgatados de condições análogas á escravidão na fazenda Sonho Meu na cidade de Jaci Paraná – Rondônia (região Norte), propriedade de Bruce Barbosa Guerra. O resgate é realizado pela equipe do SRTE/RO. Os trabalhadores foram encontrados vivendo em barracos feitos com palhas e tomavam água de um riacho, sem nenhum tratamento. Os dois proprietários não pagavam os salários com regularidade, e quando o efetuavam, descontavam os valores referentes às cestas básicas entregues aos trabalhadores. Os fazendeiros pagaram as verbas rescisórias que somam R\$ 95 mil, e assinaram Termos de Ajustamento de Conduta, assumindo o compromisso de pagar R\$ 25 mil cada um a título de indenização por dano moral coletivo. O dinheiro é em prol da sociedade rondoniense ou destinado a uma instituição escolhida pelo MPT.

6º feira 23

Trabalhadores dos Correios de todo o país, em greve há mais de uma semana, fazem uma passeata pedindo apoio à pauta de reivindicações da categoria, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O grupo se reuniu em frente ao Ministério das Comunicações. Os Correios propõem a suspensão da greve para a retomada das negociações. A proposta da empresa oferecida antes da paralisação prevê reajuste de 6,87%, mais aumento real de R\$ 50 e abono de R\$ 800. A contraproposta da categoria prevê uma diminuição de R\$ 400 para R\$ 200 no reajuste linear que estava sendo pedido, além da redução do aumento do vale-cesta e do vale-refeição. Os trabalhadores querem a reposição da inflação de 7,16% e o aumento do piso salarial de R\$ 807 para R\$ 1.635, além da contratação imediata de todos os aprovados no último concurso público. O impacto dessas exigências nas contas dos Correios chega a R\$ 4,3 bilhões, o que representa um aumento de 70% na folha de pagamento. No Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), a categoria fez uma manifestação no final da manhã, em frente à sede da empresa, na Cidade Nova, próximo ao centro. Para o diretor do Sintect, Ronaldo Leite, o fim greve depende apenas de uma proposta mais interessante da empresa. “Se a empresa aprovasse uma proposta que fosse contentar o trabalhador, a gente encerrava a greve hoje mesmo. Não é interessante para nenhum trabalhador a continuidade da greve, pelo fato que isso afeta a população e a empresa”, destacou o sindicalista. A assessoria de imprensa dos Correios, no Rio, informou que algumas medidas foram tomadas para minimizar os transtornos e melhorar o atendimento à população. Entre elas, a realização de mutirões com funcionários de outros setores para agilizar a fase de triagem das correspondências desde a semana passada. A empresa também informou que todas as agências do estado estão abertas para atendimento ao público. De acordo com os Correios, desde o início da greve, a média de atraso nas entregas de correspondências e encomendas chega a 35%.

Os trabalhadores dos Correios, de São Paulo – SP (região Sudeste) realizam uma manifestação em frente ao prédio central dos Correios, localizado no Vale do Anhangabaú, na região central da capital paulista. No começo do protesto, a Polícia Militar estimou a participação de 600 manifestantes. Segundo Brito Junior, cerca de 20 mil trabalhadores da empresa em São Paulo aderiram à greve. Ele disse que, em São Paulo, pelo menos 30% dos trabalhadores continuam

trabalhando para manter o funcionamento da empresa, o mínimo que foi determinado pela Justiça. A categoria reivindica R\$ 200 de aumento linear, vale-alimentação no valor de R\$ 28 (por dia) e piso salarial de R\$ 1,6 mil. Atualmente o piso é R\$ 807. Em nota divulgada no dia 22, a direção dos Correios informou ter reapresentado a proposta de reajuste salarial de 6,87%, aumento real de R\$ 50 e abono de R\$ 800. A estimativa dos Correios é que a paralisação tenha atingido 19% dos trabalhadores da empresa.

Funcionários dos Correios fazem uma passeata no Centro de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O sindicato mineiro da categoria estimou que cerca de 700 servidores participam do protesto. Os manifestantes trabalham em agências da Grande Belo Horizonte e de cidades de outras regiões de Minas Gerais. A paralisação da categoria começou em 24 estados, no dia 14 de setembro. Os carteiros de Londrina – Paraná (região Sul) realizam manifestação com concentração na Concha Acústica. Eles saíram em passeata pelas ruas centrais da cidade panfletando uma carta aberta à comunidade, a fim de conscientizar a população sobre os motivos da paralisação da categoria. Os carteiros de Londrina, assim como os de todo o país, estão em greve há cerca de 10 dias para reivindicar melhores salários. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios no Paraná, 70% dos funcionários da área operacional (atendentes, carteiros e operadores de triagem) aderiram à greve. Mas, para a empresa, somente 20,47% do efetivo total dos Correios cruzaram os braços, sendo que destes somente 32% são da área operacional. A categoria reivindica aumento salarial linear de R\$ 200 a partir de janeiro, reposição da inflação calculada em 7,16% e mais 24,76% referentes a perdas acumuladas desde 1994.

Bancários rejeitam em reunião a nova proposta de reajuste salarial de 8%, apresentada pela Fenaban. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), o índice representa apenas 0,56% de aumento real. A categoria reivindica reajuste de 12,8% (5% acima da inflação). Os bancários anunciaram entrar em greve no dia 27. Os trabalhadores reclamam ainda que não houve avanços em relação a outros pontos, como maior participação nos lucros. “Desde o início apostamos no processo de negociação, mas, com essa nova proposta, vamos intensificar a mobilização da categoria em todo o país para realizar uma greve ainda mais forte, a fim de arrancar dos bancos uma proposta decente”, disse o presidente da Contraf, Carlos Cordeiro. A Fenaban, por meio de nota, apresentou os detalhes da proposta e manifestou a intenção de continuidade das negociações.

A Guarda Municipal (GM) do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) inicia greve a fim de cobrar da Prefeitura o aumento do piso salarial (de R\$ 652 para R\$ 1.200) e melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações. De acordo com o órgão, pouco mais de mil guardas estão atuando no patrulhamento urbano. O governo municipal ainda não se pronunciou a respeito da paralisação. Além da questão salarial, os guardas municipais exigem a reformulação do plano de carreira e aumento de 50% no adicional de risco. O sindicato da categoria publicou um manifesto no qual classifica como “caótica” a infraestrutura das 15 inspetorias da GM na capital. Apesar da paralisação, o Centro de Operações Rio não registrou até o momento problemas relacionados ao trânsito na cidade. Há agentes de tráfego da Guarda Municipal nas vias que exigem maior atenção, de acordo com o órgão.

Sábado 24

Cerca de 300 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) ocupam um terreno na cidade de Hortolândia – São Paulo (região Sudeste). O objetivo das famílias acampadas é reivindicar moradia própria no programa do governo federal Minha Casa Minha Vida. O programa oferece na cidade 500 unidades, sendo que há 7 mil famílias reivindicando moradia pelo programa.

Cerca de 40 famílias de índios da etnia Guarani-Kaiowá e aproximadamente 150 indígenas da comunidade Laranjeira Nhandêwê tentam desde fevereiro de 2008 ocupar uma reserva legal no fundo da fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, em Rio Brillhante, sul de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Conforme o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), instituição ligada à Igreja Católica, os índios acreditam que ali é sua terra ancestral. Um dos proprietários da fazenda, Júlio César Cerveira, disse que as terras pertencem à sua família desde o final da década de 1960 e que há na região títulos datados do século 19. “Nunca teve índio ali”, assegurou. Júlio César é um dos seis integrantes da família que alega ser proprietária da fazenda. Eles conseguiram na Segunda Vara da Justiça Federal em Dourados a reintegração de posse da área. A ordem, do juiz federal substituto Márcio Cristiano Ebert, estabelecida no dia 27 de julho, é para que os índios desocupassem a área até o final de agosto. Segundo o juiz, cabe à Funai comunicar a decisão aos afetados pela medida, bem como providenciar o transporte dos índios para um terreno público, oferecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Dois técnicos da Funai estiveram no dia 23 na área ocupada. Conforme o coordenador do Cimi em Mato Grosso do Sul, Flávio Vicente Machado, a área ofertada não serve para acolher os indígenas. “Não tem mata, não tem água. Ir para aquele lugar não é uma hipótese que os índios considerem”, avaliou. O terreno foi oferecido pelo Dnit, em setembro de 2009, quando os índios estavam acampados às margens da BR-163, após terem sido despejados pela primeira vez da fazenda Santo Antônio da Nova Esperança. Os índios voltaram para a fazenda após o Dnit conseguir na Justiça que fossem removidos da beira da estrada. Para o advogado do Cimi, Rogério Batalha Rocha, “o Judiciário não está ponderando a demora da Funai em concluir o processo de identificação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul”, disse referindo-se aos estudos de identificação e demarcação de seis terras indígenas nas bacias dos rios Apa, Dourados, Brillhante, Ivinhema, Iguatemi e Amambai. Segundo ele, o processo de demarcação deveria ter sido concluído no primeiro trimestre deste ano. De acordo com a Procuradoria Regional da República da Terceira Região (Ministério Público Federal), os estudos em curso indicam que “a parte da fazenda Santo Antônio da Nova Esperança é área de ocupação tradicional do grupo que ali se instalou pelo que os direitos daquela comunidade restam intactos, porquanto imprescritíveis e podem ser exercidos desde já”. A fazenda está arrendada para terceiros que se dedicam à lavoura de arroz e à pecuária. A propriedade tem cerca de 450 ha e a área reivindicada pelos índios tem uma área estimada em 30 ha. Em Mato Grosso do Sul vivem cerca de 45 mil índios das etnias Guarani-Kaiowá e Guarani-Nhandêwê. Cerca de 3 mil índios vivem em 22 acampamentos de beira de estrada nas rodovias do estado.

2º feira 26

Cerca de 300 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam área na Rodovia Tapir Rocha (RS-040), na cidade de Viamão – Rio Grande do Sul (região Sul). A área vem sendo investigada pela Polícia Federal por ter sido encontrado no local mais de duas toneladas de maconha. Na cidade de Vacaria, cerca de 500 pequenos agricultores ligados ao MST ocupam uma área de 400 ha de terra na BR-285. A área ocupada é destinada pelo governo estadual para pesquisa e experimentos de plantas,

mas não estaria sendo utilizada para esse fim. Ainda no estado, cerca de 200 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam uma área com mais de 300 ha na cidade de Sananduva. O objetivo da ocupação é destinar a área para o assentamento das famílias acampadas no estado. As ocupações fazem parte da mobilização do MST no estado para pressionar o governo federal e estadual para que realize o assentamento imediato das mil famílias acampadas no Rio Grande do Sul. O MST reivindica o cumprimento do Termo de Compromisso assinado pelo governo federal no mês de abril, quando se comprometeu a assentar as famílias que se encontram acampadas em todo o estado. Desde a assinatura do Termo de Compromisso nenhuma família foi assentada no estado.

A Associação dos Servidores da Reforma Agrária (ASSERA) denuncia a Edson Luis Bonetti, superintendente do Incra na cidade de Marabá – Pará (região Norte). A ASSERA afirma que Edson Luis Bonetti teria praticado uma conduta vedada pelo Incra, ao vender o lote de sua propriedade, no período de assentado, na cidade de Eldorado do Carajás – Pará (região Norte). Segundo informações do site do MST, com o ato, Edson Luis Bonetti não está apto para representar a autarquia do órgão, visto que descumpra uma de suas regras.

A Contraf realiza assembleias da categoria em diversas cidades de todo o país. A proposta da Fenaban de reajuste salarial de 8% é rejeitada. Os trabalhadores decidem iniciar a greve da categoria a partir do dia 27. O objetivo é pressionar a Fenaban a retomar as negociações de um acordo coletivo com a categoria, que contemple a elevação do piso salarial, o percentual de participação nos lucros das instituições bancárias e a proposta de reajuste da categoria de 12,8%. Os trabalhadores da categoria pedem apoio e compreensão dos usuários do serviço bancário, com a greve.

A Fentect aciona a Justiça do Trabalho para impedir que a ECT desconte os dias de paralisação dos funcionários em greve. Os sindicalistas afirmam que a ECT antecipou para o dia 20 o fechamento da folha de pagamento de setembro, de modo que desconta os dias em que os trabalhadores estão em greve. A ação na Justiça do Trabalho ressalta que juridicamente a empresa não pode descontar qualquer valor dos salários dos trabalhadores, enquanto a paralisação não for encerrada. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse que os Correios não negociarão com os trabalhadores em greve o pagamento dos dias parados. Segundo o ministro, quase 80% da categoria já retornou às atividades normais. A entidade que representa os funcionários em todo o país, contudo, garante que de acordo com o último balanço, pelos menos 75% dos 107.940 trabalhadores aderiram à paralisação iniciada no dia 14. Segundo o ministro, a direção dos Correios pode descontar os dias parados de forma parcelada a fim de amenizar a situação dos grevistas. Ele, no entanto, garantiu estar fora de cogitação anistiar os trabalhadores que aderiram à paralisação. De acordo com Paulo Bernardo, a entrega das correspondências e os serviços serão normalizados rapidamente tão logo a greve chegue ao fim. No dia 23, os Correios rejeitaram a contraproposta apresentada pela Fentect. A entidade negocia um aumento linear de R\$ 200, a reposição da inflação de 7,16% e o aumento do piso salarial de R\$ 807 para R\$ 1.635. A categoria também exige a contratação imediata de todos os aprovados no último concurso público dos Correios. A empresa, por sua vez, manteve a proposta apresentada antes do início da greve: reajuste salarial de 6,87%, mais aumento real de R\$ 50 e abono de R\$ 800. De acordo com Maximiliano Velasquez, da Fentect, o movimento grevista vem ganhando força e, somente hoje, ganhou a adesão de mais de 1,5 mil funcionários das regiões Sul e Sudeste. O sindicalista assegurou que os funcionários em greve não se negam a pagar os dias não trabalhados, mas querem fazê-lo na forma de reposição das horas paradas.

Os servidores técnico-administrativos das universidades federais voltam ao trabalho. Depois de quase quatro meses em greve. Segundo a Coordenadoria-Geral da Fasubra, 45 instituições de ensino superior, inclusive a UnB, já estão funcionando normalmente. Durante todo o período de greve, o governo manteve a posição de não negociar com os grevistas. Devido a uma ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU) no Superior Tribunal de Justiça, a greve chegou a ser considerada ilegal. Os servidores querem aumento do piso salarial da categoria que, hoje, está fixado em R\$ 1.034. Também pedem reajuste do auxílio-alimentação. Segundo a coordenação do movimento grevista, esses itens haviam sido negociados em 2007, mas não foram cumpridos pelo governo.

3º feira 27

Famílias ligadas ao MST que realizam acampamento em área na rodovia Tapir Rocha (RS-040), na cidade de Viamão – Rio Grande do Sul (região Sul) tem a entrada de água e alimento proibida pela Brigada Militar. Segundo informações do site do MST, os militantes do acampamento foram de encontro aos carros estacionados na RS-040, e disparos foram realizados por parte da Brigada Militar. O governo do estado não apresentou nenhuma solução definitiva para o assentamento imediato das mil famílias acampadas. Os trabalhadores permanecem acampados na área por tempo indeterminado, mesmo com a repressão da Brigada Militar.

A Contraf afirma que 4.191 agências bancárias estão fechadas em 25 estados e no Distrito Federal (região Centro-oeste), apenas o estado de Roraima (região Norte) não aderiu à greve. A Fenaban emitiu nota afirmando que a greve é precipitada, já que as negociações ainda estão em andamento. A entidade ressalta que a greve causa transtornos aos aposentados que estão em período de pagamento. O Sindicato dos Bancários da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) afirmou que 342 agências estão fechadas, e 16 mil dos 32 mil trabalhadores do município aderem à greve. O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – São Paulo (região Sudeste), afirma que 21 mil bancários aderiram à paralisação e 687 agências e centros administrativos estão fechados. No primeiro dia da greve nacional dos bancários, 13 centros administrativos (setores responsáveis pela manutenção dos serviços internos dos bancos) e 114 agências de Curitiba e região estão fechados. De acordo com o primeiro balanço da greve, divulgado há pouco pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, 11.680 empregados aderiram ao movimento. A entidade estima que só nos centros administrativos estejam concentrados cerca de 8,5 mil trabalhadores.

Representantes estaduais e municipais do Conselho Nacional de Saúde e membros da Frente Parlamentar da Saúde e do CFM realizam manifestação em frente ao Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para pedir mais recursos para o setor. Inicialmente, a ideia era dar um abraço simbólico na sede da Presidência da República, o que não foi possível por causa da segurança no local. A ação faz parte do movimento Primavera da Saúde, que surgiu após a realização de ato público no Congresso Nacional em favor da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, no final de agosto. Segundo o conselheiro e representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos, há praticamente um consenso entre o atores sociais de que a saúde é uma das principais áreas problemáticas no país atualmente. Para ele, a regulamentação da Emenda 29, aprovada semana passada na câmara, servirá como uma oportunidade de apresentar uma solução concreta para a atual situação. “Do orçamento federal de mais de R\$ 1 trilhão, 3,9% vão para a saúde, enquanto para o sistema financeiro, para a amortização da dívida e para o pagamento de juros, são 44%. Há várias possibilidades [de financiamento para a

saúde], mas que dependem de vontade política”, destacou. O conselheiro e diretor da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Pedro Tourinho, disse que é preciso sensibilizar os governantes brasileiros em relação à necessidade de melhorias na saúde pública. “O SUS [Sistema Único de Saúde] conta com menos de R\$ 2 por dia por habitante para garantir saúde a todos os cidadãos. Uma internação sozinha custa mais de R\$ 3 mil por dia. A gente olha e sabe que há problemas graves de gestão, mas se tivéssemos a melhor gestão do mundo, com o dinheiro que temos, não daríamos conta, não seria suficiente”, disse.

Cerca de 60 catadores de material reciclável da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), segundo estimativa da Polícia Militar, fazem manifestação em frente à prefeitura, no Viaduto do Chá, centro da capital paulista, para reclamar principalmente do fechamento de várias cooperativas que está sendo feito pelo município. Os catadores também reivindicam mais investimentos do PAC nas cooperativas. A prefeitura já retirou três cooperativas de seus terrenos na zona sul da capital. Uma delas é o terreno original da Cooperativa da Granja Julieta, que foi colocado à venda. No dia 20, os catadores estiveram na Secretaria Municipal de Serviços cobrando o cumprimento dos acordos firmados com as cooperativas. A secretaria prometeu que apresentaria propostas até o dia 23, mas segundo os catadores, nenhum contato foi feito. A Secretaria Municipal de Serviços informou, por meio de nota, que o local onde estava instalado o galpão da cooperativa faz parte de um projeto para viabilizar a criação de novas creches na cidade e que isso foi discutido e aprovado pela Câmara Municipal. A prefeitura disse ter identificado 20 terrenos públicos que estavam subutilizados e que vão ser ofertados ao mercado por meio de concorrência pública. De acordo com a secretaria, os procedimentos necessários para a implantação de uma nova central de triagem, na região de Santo Amaro, já foram iniciados. Segundo o órgão, a central de triagem vai proporcionar melhor estrutura e condições de trabalho às cooperativas de catadores.

Um grupo de 30 professores, que dormiu no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (região Sudeste) em Belo Horizonte, permanece acorrentado no plenário em protesto para reivindicar aumento do piso salarial. A greve da categoria no Estado já dura cerca de 112 dias. A tropa de choque da Polícia Militar foi chamada e permanece ao lado de fora do prédio da casa legislativa. No dia 12 de setembro, cerca de 20 docentes da rede estadual já haviam se acorrentado ao monumento Pirulito da Praça Sete, região central de Belo Horizonte. Segundo a assembleia, a alimentação dos manifestantes foi fornecida pelo deputado Paulo Lamac (PT) e eles têm acesso aos banheiros e bebedouros. O Sind-UTE/MG, disse que dois professores que estão acampados, há uma semana em um dos salões do local, estão em greve de fome há quase sete dias, mas com acompanhamento médico. Durante esta tarde, os docentes fazem assembleia para decidir os próximos passos da paralisação. Ontem, o STF indeferiu um recurso protocolado pelo Sind-UTE contra liminar que determina a suspensão imediata da greve da categoria e determinou o retorno imediato das atividades dos profissionais. A decisão foi do desembargador Roney de Oliveira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em audiência no dia 16 de setembro. Os professores informaram que só vão deixar o local depois que o governador aprovar o piso salarial de pelo menos R\$ 712. Inicialmente, os mais de 150 mil trabalhadores que cruzaram os braços exigiam equiparação ao piso nacional, instituído pela Lei Federal 11.738/08 que, segundo o Ministério da Educação, é de R\$ 1.187. Já a CNTE estabelece um piso de R\$ 1.597. Atualmente, o piso dos grevistas é de R\$ 550.

4º feira 28

Teodoro Ricardi é agredido no trajeto para a comunidade de Y'poi – Mato Grosso do Sul (região Cento-oeste). Teodoro Ricardi foi encontrado por familiares e levado para o acampamento, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu. Os familiares afirmam ter visto os agressores e reconhecem que se trata de pistoleiros, que diariamente fazem cerco a comunidade da fazenda São Luiz, em Paranhos – Mato Grosso, cidade próxima ao acampamento. Esse é o terceiro caso de assassinato de membros do acampamento, por questões ligadas a disputa de terras. Os moradores do acampamento são obrigados a conviver diariamente com pistoleiros que cercam o acampamento e com o isolamento, já que somente a Funai e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) podem entrar na área.

Representantes da Fentect se reúnem com representantes do Ministério Público do Trabalho e da ECT em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores rejeitaram a proposta da ECT de parcelar os descontos dos dias trabalhados. Os trabalhadores aceitam trabalhar por compensação, mas reivindicam não serem descontados os dias paralisados. Com o impasse nas negociações a greve dos trabalhadores continua. A ECT em nota lamenta o fato dos trabalhadores não aceitarem o desconto dos dias paralisados ainda que a proposta seja de parcelamento. Segundo informações do site da *Agência Brasil*, os trabalhadores dos Correios de sete estados ganham na justiça o direito de não ter os dias de paralisação descontados. A Contraf afirma que 6248 agências e centros administrativos permanecem fechados em 25 estados e no Distrito Federal (região Centro-oeste). O número de agências é 50% maior do que o dia 27, primeiro dia de paralisação da categoria. Representantes do sindicato afirmam que a força da greve é proporcional a insatisfação dos bancários. A Fenaban emitiu nota afirmando que a greve é parcial e causa prejuízos. O Banco do Brasil ajuizou ação da Justiça do Trabalho nas cidades do Rio de Janeiro – RJ e São Paulo – SP (região Sudeste), com garantia de acesso de funcionários, clientes e fornecedores as suas agências. Os representantes da greve afirmam que a medida desrespeita o direito a manifestação dos trabalhadores. A juíza Monica Torres Brandão, da Sexta Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, decide liminarmente a favor do direito de greve da categoria.

Um grupo de quilombolas de Minas Gerais (região Sudeste) acorrenta-se a uma placa em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar a assinatura de um decreto de desapropriação do território da comunidade Brejo dos Crioulos, no norte do estado. Eles querem receber a titulação da terra. O decreto está na Casa Civil e aguarda a assinatura da presidente Dilma Rousseff. Os quilombolas reclamam da demora na tramitação do processo e relatam que por não terem a posse da terra ficam expostos à violência de grileiros e latifundiários que ocupam o território. O secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência, Paulo Maltos, conversou com os representantes presentes na Capital Federal e disse que o decreto já está pronto e que o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, vai se empenhar para atender ao pedido do grupo. Carvalho, segundo Paulo Maltos, vai conversar ao longo do dia com Dilma Rousseff e com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e amanhã deverá recebê-los.

Índios da etnia Pataxó, dos municípios baianos de Camacã e Pau-brasil (região Nordeste), fazem manifestação em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), dentro da Câmara e do Senado. São mais de 100 indígenas do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe que realizam ritual indígena na praça Galdino, na Asa Sul de Brasília. A Praça ganhou este nome em homenagem ao índio Galdino, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que foi queimado e morto em abril de 1997 enquanto lutava pela nulidade dos títulos imobiliários dos invasores das terras de seu povo.

5º feira 29

Cerca de 50 manifestantes acampados nos corredores da Assembléia Legislativa do Ceará, na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste) são impedidos, com truculência, pela Polícia Militar, de acompanhar a votação do projeto de lei que estabeleceu o pagamento do piso de R\$ 1.187 para professores de nível médio sem alteração de valores para o restante da categoria. Os policiais utilizaram *spray* de pimenta contra os manifestantes e dois professores ficaram feridos. A categoria não contemplada com o projeto de lei decide continuar em greve.

As famílias ligadas ao MST acampadas na rodovia Tapir Rocha (RS-040), na cidade de Viamão e na cidade de Sananduva – Rio Grande do Sul (região Sul) decidem não deixar as áreas ocupadas. A justiça do estado determinou a reintegração de posse imediata. Os despejos podem acontecer a qualquer momento. Os acampados afirmam que não sairão das áreas até que o governo do estado e o Incra anuncie o assentamento das famílias.

A ONG Rio de Paz e parentes de policiais mortos em serviço realizam ato na Orla da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato ocorre em homenagem aos 203 anos da polícia civil. Foi estendido um painel com o nome de 70 policiais mortos em serviço. A ONG afirma que as mortes demonstram a dificuldade que os trabalhadores encontram para trabalhar nas condições precárias oferecidas para a carreira.

Cerca de mil policiais civis fazem uma manifestação no centro do Rio de Janeiro (região Sudeste), para reivindicar a reestruturação do sistema de trabalho, melhorias no plano de cargos e salários e regime de dedicação exclusiva sem restrição para os agentes. Eles ocuparam as escadarias da Alerj e se juntaram aos integrantes do Corpo de Bombeiros, que estão acampados no local desde o dia 30 de agosto, reivindicando reajuste do piso salarial da corporação para R\$ 2 mil. De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (Sindpol), Carlos Gadelha, as reivindicações dos agentes têm o aval da chefia de Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública, aguardando apenas que o governador Sérgio Cabral se manifeste a favor da reivindicação da classe. O Ministério Público do Rio de Janeiro instaurou um inquérito civil público no qual atribui ineficiência dos serviços de investigação prestados pela instituição. Gadelha justifica que a falta de um regime de dedicação exclusiva dos policiais acaba tornando o serviço ineficaz. “A Polícia Civil é ineficaz. Ela não consegue elucidar os crimes justamente por não trabalharmos todos os dias. Não se pode ter um policial que vai investigar hoje e, depois, só na segunda-feira, retornando às atividades na sexta-feira seguinte. Em nenhum lugar do mundo, uma polícia investigativa trabalha dessa forma”, observou. O presidente do sindicato defende que se institua o regime de dedicação exclusiva e a valorização do policial civil. Segundo ele, a escala de plantão nas delegacias policiais é 24 h de trabalho por 72 h de descanso, o que inviabiliza o trabalho de investigação. Gadelha disse que há casos de delegacias que deixam de prestar atendimento por ausência de delegados. “Nós tivemos a informação de que [em uma certa delegacia] o delegado não estava presente no horário de funcionamento”, contou, pedindo aos manifestantes que entrassem em contato com a Corregedoria-Geral Unificada para verificar a situação. O presidente da Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB), recebeu os sindicalistas e solicitou à liderança do movimento que entregasse no dia 30 a pauta de reivindicações da categoria para ser analisada pela Casa Legislativa.

Funcionários dos Correios, em greve há 16 dias, bloqueiam a entrada e a garagem do edifício-sede da empresa, no Setor Bancário Norte, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles pretendem impedir a entrada de colegas que não participam do movimento. O presidente do

Sindicato dos Bancários, Rodrigo Brito, esteve no local e incentivou a unificação da luta das classes trabalhadoras, argumentando que qualquer categoria que for derrotada influenciará no resultado da luta de outra, em relação às reivindicações das datas-bases. Os bancários estão em greve em todo o país desde o dia 27. Os trabalhadores dos Correios reivindicam reajuste no piso salarial e recomposição das perdas, além da convocação dos aprovados no último concurso.

Parlamentares da Frente contra a Corrupção e organizações em favor do voto limpo se reúnem na Casa para cobrar do STF uma decisão final sobre a constitucionalidade da matéria. A Lei da Ficha Limpa proíbe a candidatura de políticos com condenações na Justiça. No início do ano, o STF decidiu que a lei não poderia valer para as eleições gerais de 2010, o que permitiu que diversos candidatos que haviam sido eleitos, mas foram barrados pela nova lei, pudessem assumir seus mandatos. Agora, o STF deverá decidir se a lei é constitucional e se valerá para as eleições municipais do ano que vem. O deputado Chico Alencar (PSOL) considerou “um absurdo” pedir ficha limpa para candidatos. “Se ele se dispõe a representar a sociedade, tem de ter alguns requisitos. E os partidos deveriam ter esse zelo e não têm. Os corruptos se sentem à vontade em quase todos os partidos”, disse. O líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP), disse esperar que o STF decida favoravelmente à questão. “Espero que a Lei da Ficha Limpa possa ser uma baliza para a sociedade civil e objeto de respeito para os partidos”. Enquanto o supremo tribunal não decide a constitucionalidade da matéria, a Frente Parlamentar se movimenta para cobrar dos deputados a aprovação de matérias contra a corrupção. São 160 projetos que tramitam na casa tratando de temas como o combate à lavagem de dinheiro, o fortalecimento da estrutura de órgãos de fiscalização e a criação de varas para investigar crimes de corrupção. A frente pretende, ainda, propor a criação de uma espécie de PAC de Combate à Corrupção. A ideia é unir Executivo, Legislativo e Judiciário no enfrentamento a esse tipo de crime.

A presidenta Dilma Rousseff assina decreto que desapropria as terras reivindicadas pela comunidade quilombola Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais (região Sudeste). A medida vai beneficiar mais de 500 famílias de remanescentes de escravos que vivem na região. Desde o dia 27, representantes dos quilombolas estão em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) reivindicando a desapropriação, esperada há 12 anos. Alguns deles se acorrentaram no dia 28 a uma placa em frente ao Palácio do Planalto para pressionar o governo federal. Hoje, eles foram recebidos pela presidenta e pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, responsável pela articulação entre o governo e os movimentos sociais. Com o decreto, fazendeiros receberão uma indenização do governo para deixar a área. Dos mais de 17 mil ha da área, cerca de 13 mil são ocupados pelos fazendeiros, segundo os quilombolas. Os quilombolas relataram sofrer ameaças e violência por parte dos fazendeiros e de grupos armados. Depois da desapropriação, o próximo passo do grupo é buscar o título das terras. “Temos convicção que o problema não está resolvido”, disse Paulo Roberto Faccion, da CPT.

Bancários paralisam de 7.672 agências no terceiro dia da greve nacional. Houve aumento de 22,6% na adesão da categoria à paralisação em relação ao segundo dia, quando 6.258 instituições financeiras fecharam as portas. Segundo a Contraf, agências e centros administrativos de bancos públicos e privados de 25 estados e do Distrito Federal participam do movimento. Apenas os bancários de Roraima não aderiram à greve, mas concordaram em participar da mobilização a partir do dia 3. Os bancários entraram de greve por tempo indeterminado no dia 27. A categoria reivindica reajuste de 12,8% nos salários, o que representa 5% de aumento acima da inflação. Eles também pedem aumento nas contratações, fim da rotatividade, melhoria do atendimento aos clientes e fim de metas instituídas pelos bancos que os bancários consideram abusivas. A Fenaban, braço da

Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) dedicado a negociações sindicais, ofereceu 0,56% de reajuste superior à inflação. Em nota, o presidente da Contraf e coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro, disse que o “silêncio” dos bancos e do governo vai provocar uma das maiores greves feita pela categoria nos últimos anos.

Servidores da Justiça Federal em São Paulo (região Sudeste) deflagram greve por tempo indeterminado. A paralisação, aprovada em uma assembleia, é uma maneira de fazer pressão pela aprovação do projeto de lei que reestrutura o plano de cargos e salários da categoria. Segundo o diretor executivo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário de São Paulo, Dalmo Duarte, outros estados devem aderir ao movimento nos próximos dias. Ele admitiu, no entanto, que garantir a adesão nos próprios tribunais paulistas é um “desafio”. De acordo com Duarte, com a aprovação da reestruturação da tabela da categoria os trabalhadores receberiam um reajuste de cerca de 56% que compensaria os últimos 3 anos, quando não houve nenhum aumento. “Inclusive no momento que há uma retomada inflacionária importante”, ressaltou. O sindicalista disse ainda que a mobilização também visa à melhoria dos serviços. “Nós temos um quadro na Justiça Federal de falta de funcionários. São processos que se arrastam”.

6º feira 30

A direção dos Correios recorre ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para fazer a conciliação com os funcionários. A empresa instaurou o dissídio coletivo no TST com pedido de liminar para suspensão da greve, sob a pena de multa diária de R\$ 100 mil. Em nota, os Correios informam que a busca de conciliação por meio do TST foi feita depois de esgotadas todas as tentativas diretas de acordo com a representação dos trabalhadores. A principal divergência entre a empresa e os funcionários é sobre o desconto dos dias parados. No dia 29 de setembro, a direção dos Correios apresentou uma proposta de descontar os dias não trabalhados na proporção de um dia de greve por mês, mas os trabalhadores não aceitam o desconto e se propõem a compensar os dias de greve com horas extras e mutirões para colocar o serviço em dia. A empresa também manteve a proposta de aumento linear de R\$ 80 a todos empregados, reajuste salarial e dos benefícios em 6,87% e abono imediato de R\$ 500. A reivindicação dos trabalhadores é por um aumento linear de R\$ 200, além de reposição da inflação de 7,16% e aumento do piso salarial de R\$ 807 para R\$ 1.635. A categoria também exige a contratação imediata de todos os aprovados no último concurso público dos Correios. No final do dia, o TST negou o pedido de liminar da empresa dos Correios para suspensão da greve da categoria. Ao negar o pedido, a vice-presidente do tribunal, Maria Cristina Peduzzi, afirma que os serviços são relevantes, mas não são considerados essenciais para os estritos fins de exercício do direito de greve. Com isto o TST, se prontifica a intermediar as negociações entre a categoria e a empresa dos Correios.

Cerca de 8 mil pessoas participam de ato de greve dos bancários na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Durante o ato, um anão representando o salário do trabalhador e um homem de pernas de pau representando o lucro dos bancos, caminham juntos, demonstrando com humor a desigualdade na relação das empresas com os trabalhadores da categoria. A Federação Estadual dos Bancários do Rio de Janeiro, afirma que 18.235 trabalhadores aderiram a greve, cerca de 58% do total de trabalhadores da categoria, e que cerca de 1.068 agências estão fechadas em todo o estado.

Glossário de siglas

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Adufes	Associação dos Docentes da UFES
AGU	Advocacia-Geral da União
Ajufe	Associação dos Juízes Federais do Brasil
Alerj	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
Alesp	Assembleia Legislativa de São Paulo
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMAST	Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
AMB	Associação dos Magistrados Brasileiros
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEL	Assembléia Nacional dos Estudantes Livres
ANPR	Associação Nacional dos Procuradores da República
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APIB	Articulação dos Povos indígenas do Brasil
ASSERA	Associação dos Servidores da Reforma Agrária
CCIR	Comissão de Combate à Intolerância Religiosa
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CETA	Coordenação dos Trabalhadores Assentados
CFM	Conselho Federal de Medicina
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNTA	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dnit	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fasubra	Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras
Febraban	Federação Brasileira dos Bancos
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Fenasaúde	Federação Nacional da Saúde Suplementar
Fentect	Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares
Fierj	Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro
Fiesp	Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado

Funai	Fundação Nacional do Índio
FUNPREVI	Fundo de Previdência Social
GM	Guarda Municipal
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PREV-RIO	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
Setut	Sindicato das Empresas de Transporte Urbano
Sinasefe	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
Sindi-Ute	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
Sinditest-PR	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná
Sindpol	Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro
Sindsep	Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo
Sintect	Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos
Sintuff	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense
Sitraicp	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada
SRTE/RO	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Octubre 2011

Editada en junio 2012



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Norad
Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



Govern
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 1010

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes	Dr. Roberto Leher Alice Coutinho da Trindade Peter Sana Willian Ramos da Silva
Fuentes	Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevó y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Outubro de 2011

Sábado 01

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) entende que a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Décima Região, que proibiu o corte do ponto dos grevistas, não vale para todo o país. Por meio de nota, a estatal alega que a decisão vale apenas para o Distrito Federal (região Centro-oeste) e o Tocantins (região Norte), as duas unidades da Federação que integram a 10ª Região. A ECT argumenta ainda que uma decisão de caráter nacional só pode sair do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A empresa também informa que não foi notificada de qualquer decisão judicial que impeça o desconto dos dias parados dos grevistas (em caráter nacional) e que, atualmente, há mais de 20 ações judiciais em diferentes estados com decisões divergentes sobre o desconto. De acordo com os Correios, no Rio de Janeiro e em São Paulo (região Sudeste) –cidades que reúnem o maior efetivo da empresa– o não pagamento dos dias parados está mantido por decisão judicial. O argumento dos Correios é contestado pelo advogado da Federações Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (FENTECT), Rodrigo Torelly. Ele defende que a decisão do desembargador Mário Macedo Caron, do TRT da Décima Região, é nacional uma vez que a ação foi proposta pela federação em nome de toda a categoria, com a autorização dos 35 sindicatos filiados.

Dezenas de entidades da sociedade civil realizam ato para lembrar os 19 anos do assassinato de 111 presos que cumpriam pena na Casa de Detenção de São Paulo, no bairro do Carandiru – SP (região Sudeste), conhecido como Massacre do Carandiru. No dia 2 de outubro de 1992, cerca de 360 policiais invadiram, durante uma rebelião, a Casa de Detenção, e mataram com uso de metralhadoras, fuzis e pistolas, 111 presidiários. A ação dos policiais é considerada um dos mais violentos casos de repressão a rebeliões em presídios. O ato de hoje foi realizado no Parque da Juventude, no mesmo local da antiga Casa de Detenção, implodida em 2002. “O massacre não terminou e continua em nossas periferias com chacinas de população de rua e pessoas pobres. Com o ato de hoje, queremos dar início a uma grande discussão, durante todo o ano, até completar os 20 anos do massacre, sobre a segurança que temos e a segurança que queremos”, destacou o padre Valdir João Silveira, coordenador nacional da Pastoral Penitenciária. No dia 30 de setembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou recurso da defesa e decidiu manter a decisão de levar a júri popular os 76 acusados pelo massacre. Único acusado do crime na penitenciária julgado até agora, o coronel Ubiratan Guimarães, foi inocentado. Ele era o comandante da corporação na época e foi assassinado em 2006.

Domingo 02

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro (região Sudeste) entra com ação civil pública contra o Colégio Pedro II e o Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE). O MPF, em liminar, reivindica que as aulas retornem imediatamente em todas as unidades de ensino e as matérias perdidas sejam repostas até o fim do ano, sob pena de multa diária de mil reais

(processo nº 2011.51.01.014278-9). Para o MPF, a paralisação dos servidores por tempo indeterminado, desde o dia 15 de agosto, está causando prejuízos aos alunos, especialmente aos que irão prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares e concurso públicos. Como não há previsão para a reposição de aulas e conclusão do ano letivo, os estudantes também não conseguirão fazer matrícula em universidades, realizar transferências escolares ou exercer cargos públicos após aprovação em concurso. Na ação proposta pela procuradora da República, Márcia Morgado, o MPF alega que a direção do Colégio Pedro II, em conjunto com os professores, deveria ter criado mecanismos para que as aulas fossem ministradas em sistema de rodízio, ou qualquer outro meio, em que o direito de greve não violasse o direito à educação de crianças e adolescentes. A procuradora ressalta ainda que o direito de greve dos professores não é questionado, mas seu modo de exercício, que prejudica os alunos e não tem se mostrado um meio eficaz para melhoria salarial da categoria.

2º feira 03

A greve dos bancários mantém fechados 7,9 mil agências e centros administrativos em todo o país, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF). O balanço foi divulgado após reunião do Comando Nacional dos Bancários, quando foi aprovada a orientação para que os sindicatos regionais se mobilizem para ampliar o movimento. Segundo a CONTRAF, desde o início da greve, no dia 27 de setembro, a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) não apresentou nova proposta além da que prevê reajuste salarial de 8%, rejeitada pela categoria. Os bancários argumentam que o percentual é baixo e significa apenas 0,56% de aumento real. Os trabalhadores reivindicam reajuste de 12,8%, um aumento de 5% sobre a inflação. A categoria também quer maior participação nos lucros e resultados e elevação do piso salarial. “O salário inicial dos bancários brasileiros é menor que o piso dos trabalhadores argentinos e uruguaios. Isso é um absurdo, uma vez que os bancos brasileiros estão entre os maiores e mais lucrativos do continente”, reclamou o presidente da CONTRAF, Carlos Cordeiro.

Índios da etnia Guarani da Aldeia Estiva, município de Viamão, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) fazem refém o presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Márcio Meira, e outros representantes do órgão. Segundo a assessoria da FUNAI, Meira chegou na aldeia à tarde acompanhado por servidores do órgão para participar de uma cerimônia na qual anunciariam o início de diversas obras de benfeitoria, entre elas, a construção de 30 casas. Durante a cerimônia os índios passaram a cobrar a atenção de Meira, exigindo que ele permanecesse no local para ouvir todas as reivindicações da tribo. A principal cobrança é pela demarcação das terras da comunidade, que tem cerca de 160 pessoas de 32 famílias. De acordo com a assessoria da FUNAI, os índios não foram violentos e permitiram que a comitiva deixasse a aldeia após Meira assumir o compromisso de receber representantes dos indígenas em Brasília.

Professores da rede estadual do Ceará (região Nordeste), em greve há dois meses, realizam uma passeata da Assembleia Legislativa do Estado ao Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado. A passeata é um protesto contra o conflito realizado entre professores e a Polícia Militar (PM) no final do mês de setembro, na Assembleia, quando dois professores ficaram feridos. Na ocasião, o presidente da assembleia, deputado Roberto Cláudio, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), disse que a força policial foi usada para garantir a segurança de parlamentares e professores e para evitar uma possível depredação do prédio público. Nenhum representante do governo do estado se manifestou a respeito do protesto realizado neste dia 3 de outubro. O ato reuniu cerca de dois mil

manifestantes, de acordo com a PM, entre professores, alunos das redes estadual e municipal e de escolas privadas. Cerca de 80 policiais do Batalhão de Choque estiveram na passeata para trabalhar na segurança do local. No entorno do Palácio da Abolição o trânsito foi bloqueado. O entorno da sede do Poder Executivo estadual é território de segurança permanente desde o dia 25 de agosto, e garante ao governo o poder de controlar o trânsito na área.

Cerca de 2.500 carteiros realizam uma passeata na região do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo – SP (região Sudeste) em homenagem aos 22 dias de greve. Os trabalhadores reivindicam aumento do piso salarial. “Estamos satisfeitos e impressionados com a adesão da categoria. Há mais de 20 dias de paralisação e continuamos firmes e fortes. A decisão de hoje pode mudar o rumo da greve”, disse na mídia *O Vermelho*, Elias Cesário de Brito Junior, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Estado de São Paulo. Caso os carteiros não aceitem a decisão do TST, que deve sair até o final desta tarde, o processo irá para um relator para julgamento do dissídio coletivo. A direção dos Correios quer descontar os dias não trabalhados na proporção de um dia de greve por mês. Porém, os grevistas querem compensar os dias parados com horas extras e mutirões para colocar o serviço em dia. A proposta da empresa é aumento linear de R\$ 80 a todos os empregados, reajuste salarial e dos benefícios em 6,87% e abono imediato de R\$ 500. Os trabalhadores exigem aumento linear de R\$ 200 além de reposição da inflação de 7,16% e aumento do piso salarial de R\$ 807 para R\$ 1.635. Outra reivindicação da categoria é a contratação imediata de todos os aprovados no último concurso público. Na manhã de hoje os grevistas também se concentram em frente ao edifício-sede dos Correios no Setor Bancário Norte, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), de onde começaram uma marcha que seguiu até o TST.

3º feira 04

Cerca de 300 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acampadas no sítio Boa Vista, área grilada pela Usina Esther na cidade de Americana – São Paulo (região Sudeste), são despejadas por um efetivo de 200 policiais da Tropa de Choque, a Polícia Civil e a PM. Os policiais agiram de forma truculenta e concederam apenas 10 minutos para que as famílias retirassem seus pertences do acampamento. Um militante foi preso. O MST promove uma série de protestos para denunciar a utilização ilegal de áreas por parte da Usina Esther. Apesar das denúncias do movimento, o juiz Marcelo da Cunha Bergo manteve a decisão de reintegração de posse ignorando as declarações do ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, e do promotor de Justiça de Americana, Ivan Carneiro Castanheiro, que afirmam a insuficiência da documentação apresentada pela Usina Esther.

Índios da etnia Guarani da Aldeia Estiva, município de Viamão, Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), liberam, no início desta madrugada, o presidente da FUNAI, Márcio Meira, e outros representantes do órgão que ficaram retidos no local por mais de oito horas. Meira chegou à aldeia no dia 3 a tarde, acompanhado por servidores do órgão, para participar de uma cerimônia na qual anunciariam o início de diversas obras de benfeitoria, entre elas a construção de 30 casas. Durante a cerimônia, os índios passaram a cobrar a atenção de Meira exigindo que ele permanecesse no local para ouvir todas as reivindicações da tribo. A principal cobrança é pela demarcação das terras da comunidade, que tem cerca de 160 pessoas. De acordo com a assessoria da FUNAI, os índios não foram violentos e permitiram que a comitiva deixasse a aldeia após Meira assumir o compromisso de receber representantes dos indígenas em Brasília. A reunião deve ocorrer nos próximos dias. Além das casas que serão construídas com recursos da FUNAI, o Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (DNIT) vai repassar R\$ 860 mil à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul para financiar projetos de produção sustentável. As iniciativas são uma compensação aos índios pela duplicação da rodovia federal BR-101, que passa pela terra indígena.

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) entra com a Décima Segunda ação contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Para o MPF, o consórcio responsável pela obras, liderado pela Norte Energia, está cometendo irregularidades com agricultores da região amazônica, que serão removidos da área para dar lugar à usina. De acordo com a ação, a empresa não fez cadastro de quem vai perder as terras. Mesmo assim, está desapropriando imóveis e pressionando os agricultores para deixar as casas. O MPF também alega que os agricultores não sabem quando terão que deixar as casas, com base em que critérios serão indenizados ou para onde serão removidos. Segundo os procuradores, a falta de cadastro abre brechas para que as ilegalidades fiquem disfarçadas, impedindo os fiscais de coibir abusos. O MPF critica ainda a recusa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em fazer a regularização fundiária na região afetada, o que deixa os agricultores em posição de total fragilidade diante da Norte Energia. O MPF quer que as obras sejam suspensas e que a empresa seja obrigada a fazer em 60 dias o cadastro socioeconômico com as famílias que serão atingidas pelo empreendimento. O MPF pediu à Justiça Federal que proíba a Norte Energia de ingressar nas casas e terras dos moradores da Volta Grande do Xingu e que determine ao MDA o início imediato do processo de regularização fundiária na região, com prazo de 120 dias para conclusão. As outras 11 ações já ajuizadas cobram uma série de providências do consórcio para a construção da usina. Também procuram amenizar os impactos ambientais da obra e garantir os direitos dos povos que habitam a região.

Cerca de 400 servidores federais da educação em greve há cerca de 64 dias bloqueiam o acesso ao Eixo Monumental, principal via de acesso aos ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Representados pelo Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), os servidores da educação reivindicam 14,67% de reajuste salarial. Ao chegarem em frente ao palácio, os manifestantes gritavam palavras de ordem, direcionadas à presidenta Dilma Rousseff, que está em viagem oficial a Bélgica: “Dilma, a culpa é sua. A educação está na rua”. Outra reivindicação do movimento é por melhores condições de trabalho, principalmente nas instituições federais que fazem parte da expansão educacional iniciada no governo passado. De acordo com uma das coordenadoras da greve, a professora Marta Jane, as condições das instituições federais de ensino não atendem às necessidades dos alunos. “Eu trabalho em um campus em que os alunos vão se formar sem nunca ter entrado em um laboratório. Não há biblioteca e faltam salas de aula”. Diante da negativa dos servidores para desobstruir a pista, a PM do Distrito Federal chegou a pedir reforços. Segundo o tenente coronel Jorge Cronenberg, comandante do Batalhão de Trânsito da PM-DF, o trânsito do Eixo Monumental Sul foi interditado na altura do Palácio Itamaraty. Depois de mais de duas horas sentados em frente ao Palácio do Planalto, os servidores federais da educação decidiram liberar as vias diante da posição do Palácio do Planalto de receber uma comissão dos grevistas, formada por oito pessoas, para negociar as reivindicações da categoria com dois assessores da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A direção dos Correios e representantes dos funcionários da empresa chegam a um acordo para acabar com a greve deflagrada há 21 dias. A proposta, negociada durante audiência de conciliação no TST, será encaminhada no dia 5 para avaliação em assembleias dos 35 sindicatos dos funcionários, com indicativo de aprovação pelo comando de greve. Se as condições forem aceitas, a greve será encerrada no dia 6. A categoria abriu mão do abono de R\$ 500, que foi oferecido pela

empresa em troca do pagamento do aumento real de R\$ 80 a partir de outubro. Esse aumento estava previsto para ser pago só a partir de janeiro. Também foi mantida a proposta de reajuste linear do salário e dos benefícios de 6,87% retroativo a 1º de agosto, além de um benefício para ressarcir o valor gasto pelos empregados com medicamentos. Em relação ao desconto dos dias parados, a proposta acordada prevê que a empresa devolva os seis dias que já foram descontados dos trabalhadores em folha de pagamento suplementar até o dia 10 de outubro. Posteriormente, a empresa poderá fazer novamente o desconto na proporção de meio dia de trabalho por mês, mas o trabalhador terá a opção de ter o desconto em um prazo menor. Os outros 15 dias de greve que não foram descontados dos trabalhadores deverão ser compensados com trabalho extra nos fins de semana e feriados, de acordo com a necessidade da empresa, até maio de 2012. A empresa deverá convocar os funcionários para o trabalho extra com no mínimo 72 horas de antecedência.

Pais de cerca de 400 estudantes da escola rural Maria José Batista, no município de Itapipoca – Ceará (região Nordeste) realizam protesto contra a exoneração da diretora da instituição. Os pais dos estudantes afirmam que a exoneração da diretora teria motivações políticas, já que o prefeito do município, João Barroso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), utiliza a escola como meio de se promover politicamente. Os pais dos estudantes reivindicam que a escolha seja feita pela comunidade e não por indicação do prefeito.

Moradores da Estrada do Engenho da Pedra no bairro de Olaria na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) reivindicam junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a alteração da rota da estrada BRT Transcarioca. Cerca de 400 residências na rua terão que ser demolidas com a construção da estrada que faz parte do projeto para receber as Olimpíadas em 2016. A reivindicação dos moradores é de alteração da rota para a rua Uranos, onde têm cerca de 220 imóveis vazios. O INEA atendeu a reivindicação dos moradores e exigiu a municipal Secretaria de Obras da cidade do Rio de Janeiro, a alteração do projeto da estrada BRT Transcarioca. A alteração é necessária para que o INEA libere a concessão da licença prévia da segunda etapa das obras.

A CONTRAF afirma que 32 mil trabalhadores da categoria estão em greve. Cerca de 8.330 agências e 21 prédios administrativos estão fechados em todo o país. A CONTRAF enviou carta a FENABAN, reivindicando a retomada nas negociações. A FENABAN afirma não ter conhecimento da carta e que nenhum encontro está agendado.

Cerca de 10 mil metalúrgicos das regiões Sul e Oeste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) realizam ato de mobilização para campanha salarial da categoria com empresas privadas do setor. A data base da categoria é no mês de novembro.

4º feira 05

A maior parte dos sindicatos de trabalhadores dos Correios rejeita em assembleias em todos os estados e no Distrito Federal o acordo fechado no dia 4 entre a FENTECT e a direção da estatal, na audiência de conciliação do TST. Com a decisão, a greve da categoria, que já dura 22 dias, prosseguirá e será julgada no dia 10 pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Segundo o secretário-geral da FENTECT, José Rivaldo da Silva, pelo menos 18 dos 35 sindicatos da categoria se posicionaram contra o acordo, que previa aumento real de R\$ 80 a partir de outubro e aumento linear de salários e benefícios de 6,87%. A proposta acordada também previa a devolução do valor correspondente aos seis dias de greve que já foram descontados dos trabalhadores em folha de

pagamento suplementar. Esses dias seriam descontados posteriormente, na proporção de meio dia de trabalho por mês. Os outros dias de greve seriam pagos e, posteriormente, compensados pelos trabalhadores que fariam horas extras nos fins de semana e feriados. No comunicado enviado ontem aos sindicatos, a FENTECT alertou que já existe no TST jurisprudência desfavorável à categoria em relação ao pagamento dos dias parados e às cláusulas econômicas. Por isso, pediu que a categoria aprovasse o acordo.

Estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) ocupam o prédio da reitoria da instituição, que fica no *campus* de Porto Velho – Rondônia (região Norte). Os universitários afirmam que só negociarão a desocupação do prédio após a renúncia do reitor José Januário de Oliveira Amaral. A assessoria de imprensa da reitoria publicou, no site oficial da UNIR, uma nota na qual afirma que a ocupação se caracteriza como “apropriação indevida de prédio público”, e que “funcionários federais foram prejudicados com tal ato, uma vez que estão impedidos de entrar no prédio e exercer suas atividades administrativas”. Ainda de acordo com a nota, a Polícia Federal foi acionada e a reitoria já solicitou a reintegração de posse a Justiça Federal. “Esperamos que em breve as atividades retornem à sua normalidade, tendo em vista os princípios de democracia e boa conduta inerentes ao poder constituído enquanto instituição pública federal, que é a UNIR”. O grupo reivindica ainda uma série de melhorias na infraestrutura da universidade que, segundo eles, já havia sido prometida pelo reitor em greve realizada em 2008, mas até agora não saiu do papel. “Ele maquia toda a situação, fez uma pintura nos prédios, colocou cadeiras em alguns cursos e ficou por isso mesmo”, disse a integrante do comando de greve estudantil. Entre as demandas estão laboratórios, banheiros, papel higiênico, água, bebedouro, sistemas de iluminação e segurança.

5º feira 06

Cerca de 80 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda São José, no município de Altair – São Paulo (região Sudeste). No entanto, os manifestantes foram obrigados pela polícia a montar acampamento na estrada, impedindo que a ocupação se concretizasse. Segundo informações do site do MST, os policiais não possuíam um mandato de reintegração de posse e usaram de truculência contra as famílias, como formar de inibir ações futuras na região. A fazenda São José é composta por 1360 ha e esta sendo desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), porém, ainda não há uma emissão de posse por parte do poder judiciário. As famílias pretendem seguir acampadas até que haja a emissão de posse.

O presidente do TST, João Oreste Dalazen, determina que a FENTECT mantenha em atividade um contingente mínimo de 40% dos empregados em cada uma das unidades operacionais dos Correios, para atendimento dos serviços inadiáveis da comunidade. Se a decisão não for cumprida, a entidade terá que pagar multa diária de R\$ 50 mil. Na mesma decisão Dalazen também determinou que a audiência no TST entre a direção dos Correios e representantes dos trabalhadores da empresa, marcada para o dia 10, seja antecipada para o dia 7. Na reunião, as duas partes vão tentar mais uma vez chegar a um acordo para evitar que o dissídio coletivo da categoria seja julgado pelo tribunal. No dia 4, a empresa e os trabalhadores participaram de uma audiência de conciliação no TST e chegaram a um acordo sobre os principais pontos da greve que já dura 23 dias, mas os 35 sindicatos da categoria não aceitaram os pontos acordados, mantendo a paralisação.

Os trabalhadores das empresas dos Correios realizam uma passeata pelas ruas do centro de Salvador – Bahia (região Nordeste). Segundo o sindicato dos bancários do estado, que deu apoio à atividade, cerca de 500 pessoas participam da marcha. “O movimento grevista está muito forte. Tanto nós [bancários] quanto outras categorias, como os trabalhadores dos Correios, estamos empenhados na conquistas de nossos direitos. Para nós, é a maior paralisação dos últimos anos”, declarou o presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Emanuel Souza de Jesus. Ele contabiliza que nos dois estados, que somam mil agências bancárias, 827 aderiram à greve. “Hoje, no 10º dia da paralisação, temos mais agências que estão aderindo. É muito mais que em 2006, quando somamos 690 agências no 12º dia de greve”, comemora Emanuel. O dirigente sindical criticou a postura das instituições financeiras de não negociar as reivindicações. Os bancários exigem 12,8% e os patrões oferecem 8%, o que equivale 0,56% de aumento real, segundo avaliação de Emanuel. O Sindicato dos Bancários de Sergipe participou de uma audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre o Concurso do Banco do Estado de Sergipe (Banese). Por causa da carência de bancários, em decorrência da saída de mais de 300 pessoas nos últimos quatro anos, o presidente do sindicato, José Souza, apresentou a denúncia para cobrar a realização de concurso público. Durante a audiência, o procurador do Trabalho, Emerson Albuquerque Resende, determinou a realização de concurso até o mês de janeiro. Além disso, o banco deve apresentar a cópia da publicação do edital até o dia 31 de outubro. “No Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012, que ainda está em discussão, consta uma cláusula que faz referência à obrigatoriedade de o Banese fazer concurso e a obrigação de convocar os aprovados em até 15 dias após a divulgação dos resultados. Pela necessidade de mais pessoal no Banese, é imprescindível constar no edital o número real de vagas e não apenas cadastro de reservas ou poucas vagas”, cobrou Souza.

6º feira 07

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) realiza uma manifestação, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo – SP (região Sudeste), contra a transferência de parte dos aeroportos brasileiros à iniciativa privada. A privatização dos terminais de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas) e Brasília deve começar em dezembro. Em agosto deste ano, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal, foi privatizado. O governo também estuda transferir para o setor privado a exploração de outros aeroportos, como o Galeão, no Rio de Janeiro (região Sudeste), e Confins, em Minas Gerais (região Sudeste). “Entendemos que isso vai encarecer as tarifas e piorar a qualidade dos serviços. Com certeza, poderíamos atrair o capital privado para expandir os aeroportos sem a necessidade de privatizar a INFRAERO [Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária]”, disse o presidente da CUT, Artur Henrique. Mais de 100 pessoas participaram da manifestação. De acordo com os sindicalistas, o governo precisa manter o controle acionário da INFRAERO mesmo que decida abrir o capital da empresa estatal. O governo quer que a iniciativa privada fique com 51% de participação dos aeroportos privatizados. As entidades sindicais consideram alto esse percentual. “O ganhador da licitação terceiriza ou quarteiriza e diminui a qualidade do serviço. Estamos vendo o que está acontecendo em várias obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]”, disse o presidente da CUT. “A privatização vai trazer a elitização dos aeroportos e o aumento das tarifas. O que incomoda a elite do país é que os aeroportos começaram a ser frequentados pelo povão. Um governo eleito pelos trabalhadores com discurso contra a privatização não pode privatizar um patrimônio do país como é a INFRAERO”, disse o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil (Fentac), Celso Klafke.

Das 7.486 unidades operacionais dos Correios em todo o país, 430 descumprem a liminar do TST determinando que cada uma delas deve ter pelo menos 40% dos empregados em atividade. Com isso, a FENTECT terá que pagar multa de R\$ 50 mil, referente ao dia de hoje. Segundo os Correios, São Paulo (região Sudeste) foi o estado com maior número de unidades que descumpriram a liminar: 136 unidades não mantiveram o mínimo de trabalhadores em atividade. Na decisão, proferida no dia 6, o presidente do TST, João Oreste Dalazen, determinou o contingente mínimo que deve atender os serviços inadiáveis da comunidade. Entre as unidades operacionais, estão agências, centros de distribuição e terminais de cargas.

O movimento Ação Ecológica entra com representação no Ministério Público Estadual (MPE), contra a construção de dois hotéis da rede Accor na praia do Pepê no bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O movimento, na representação, ressalta a proteção ao meio ambiente e o texto do Plano Diretor da cidade, que afirma que a paisagem é o bem mais valioso do Rio de Janeiro, assim a construção dos prédios, um de nove andares e o outro de quinze andares, prejudica a vista da paisagem na região. A Associação de Moradores e amigos do Quebramar e Barrinha, que representam a localidade, afirma que a construção dos prédios na região abre precedentes perigosos.

Professores da rede estadual do Ceará (região Nordeste) decidem em assembleia pela suspensão da greve, que já durava 63 dias. A suspensão é de 30 dias. No dia 10 de outubro, segundo o sindicato, as aulas voltam ao normal. O presidente do Sindicato de professores e servidores no estado do Ceará (APEOC), Anízio Melo, informou que o encerramento não significa que a categoria desistiu das reivindicações. “Vamos usar outras estratégias para continuar a luta da aplicação da Lei do Piso”, afirmou. Melo disse ainda que as ameaças de demissão aos grevistas feitas pelo governo não foram o motivo central da decisão pela suspensão. A principal razão, segundo ele, foi a garantia do começo do processo de negociações. De acordo com o assessor jurídico do sindicato, Sérgio Bezerra, durante a suspensão da greve os professores vão continuar com manifestações nas ruas e reivindicando melhores salários.

Domingo 09

Milhares de pessoas participam em Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) da Décima sexta Parada do Orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT). Segundo Julio Moreira, presidente do Grupo Arco-Íris, organização não governamental (ONG) que promove a parada, o tema deste ano –Somos Todos Iguais perante a Paz: Toda Forma de Violência Deve Ser Crime– tem por objetivo pressionar o Congresso Nacional a aprovar leis contra a homofobia.

2º feira 10

Cerca de 1.300 jovens do MST e professores ocupam, na cidade de Salvador – Bahia (região Nordeste), o pátio da Secretária de Educação da Bahia. O objetivo da ocupação é reivindicar que as autoridades assumam compromissos para construção de escolas nas áreas de *reforma agrária*. Os manifestantes denunciam o fechamento de 24 mil escolas no campo nos últimos oito anos em todo o Brasil. Durante a negociação com o governo do estado foi fechado um cronograma com prazos para

as construções das escolas que foi encaminhando à secretaria estadual. Além disso, foi criada uma comissão de diálogo permanente.

Cerca de 300 moradores do Conjunto Habitacional Cingapura Zaki Narchi, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), protestam contra a interdição do local e a remoção de 2.787 moradores da localidade, a pedido do Ministério Público de São Paulo. O juiz Valentino Aparecido de Andrade, da Décima Vara de Fazenda Pública de São Paulo – SP, afirmou que a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) identificou a existência de gás metano em quantidade que caracteriza risco potencial de explosão no local. Os moradores reivindicam não ser encaminhados para locais de moradia inferiores às atuais. Os moradores interditaram a avenida em frente ao conjunto habitacional reivindicando a reavaliação do local.

Representantes dos Correios e da FENTECT reúnem-se no TST, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para uma última tentativa de acordo antes do julgamento do dissídio da categoria, marcada para o dia 11. “Não houve acordo”, declarou Elias Cesário de Brito Junior, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Estado de São Paulo (região Sudeste). O julgamento, que será feito pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST, pode decidir pelo fim da paralisação dos servidores. A jurisprudência da Corte considera suspensos os contratos de trabalho durante movimentos grevistas. Ou seja, é grande a chance de haver prejuízos aos servidores. O impasse está no desconto dos dias parados, ação da qual os Correios não abrem mão e os trabalhadores não aceitam. A empresa ofereceu descontar seis dias parados dos salários dos grevistas em 12 parcelas mensais a partir de janeiro, mas a proposta foi rejeitada. O secretário-geral da FENTECT, José Rivaldo da Silva, acha que os sindicatos não vão entrar em acordo com a empresa e que a decisão deverá ser dada pelo TST.

3º feira 11

Representantes dos moradores do Conjunto Habitacional Cingapura Zaki Narchi, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), da CETESB, do MP-SP e da prefeitura, e o juiz Valentino Aparecido de Andrade, da Décima Vara de Fazenda Pública de São Paulo, em reunião decidem suspender a sentença que determina a remoção de 2.787 moradores do conjunto habitacional. A conclusão do juiz é de que os dados técnicos mais atualizados do CETESB e da prefeitura não indicam mais a presença do gás metano em qualquer área confinada do local. Foi levado em consideração também que os laudos utilizados para a declaração da sentença são do mês de agosto de 2011 e que, desde então, foram instalados 20 drenos no local para monitorar e retirar o gás metano, diminuindo os riscos e a necessidade de remoção.

Os 439 bombeiros que ocuparam o Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), no dia três de junho de 2011, recebem a anistia sancionada pela presidenta da república Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). A lei de anistia esta voltada para todos os bombeiros e policiais militares punidos por participar de movimentos reivindicatórios em todo o país. A lei beneficia trabalhadores da categoria envolvidos em punições nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe (região Nordeste), Minas Gerais (região Sudeste), Distrito Federal, Mato Grosso, Distrito Federal (região Centro-oeste), Rondônia, Tocantins (região Norte) e Santa Catarina (região Sul).

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves cassa a liminar que garantia a permanência de uma comunidade indígena em uma área nobre de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). No local está sendo construído um novo bairro residencial de luxo. As etnias Fulni-o Tapuya, Kariri-Xocó, Korubo, Guajajara, Pankararu e Tuxá alegam que a juíza que decidiu pela saída dos indígenas da área é irmã do procurador-geral do Distrito Federal, o que coloca em suspeição a atuação da magistrada no caso uma vez que o governo do Distrito Federal quer a construção do bairro. O próprio STJ concedeu a liminar com efeito suspensivo da decisão da juíza, mas o ministro relator do caso decidiu pela cassação da medida cautelar. O pedido de reconsideração foi feito ao STJ pelo governo do Distrito Federal e pela companhia imobiliária de Brasília Terracap. O ministro Benedito Gonçalves acolheu os argumentos de que não há necessidade de liminar no caso que pode aguardar o julgamento do mérito, ainda sem data prevista. Os indígenas já estavam na área quando o bairro começou a ser planejado e argumentam que a região é considerada um “santuário de pajés”. A FUNAI não reconhece a área como território indígena.

O TST determina que os trabalhadores dos Correios, em greve há 28 dias, voltem ao trabalho no dia 13 de outubro, já que dia 12 é feriado nacional. No julgamento do dissídio coletivo pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), os ministros também autorizaram a empresa a descontar no salário dos grevistas o equivalente a sete dias de greve e os demais 21 dias de paralisação devem ser compensados com trabalho extra nos fins de semana. No caso de descumprimento da determinação, a multa diária estabelecida foi R\$ 50 mil. O relator do processo, ministro Maurício Godinho Delgado, considerou a greve não abusiva e sugeriu que todos os dias não trabalhados fossem apenas compensados com trabalho extra e não com o desconto no salário dos trabalhadores. Já o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, defendeu o desconto de todos os dias parados. Segundo ele, a legislação determina que a empresa não tem obrigação de pagar pelos dias em que os serviços não foram prestados, pois a greve implica em uma quebra de contrato entre empresa e trabalhadores. Em relação às cláusulas financeiras, os ministros determinaram que sejam cumpridos os pontos do acordo firmado na primeira audiência de conciliação entre as partes que prevê o aumento real de R\$ 80 a partir de 1º de outubro e reajuste linear do salário e dos benefícios de 6,87% retroativo a 1º de agosto. Durante o julgamento do dissídio, o advogado da FENTECT, Gustavo Ramos, disse que os trabalhadores jamais tiveram a intenção de lesar a sociedade. Ele sustentou que a greve foi pacífica e argumentou que a melhor forma de solucionar a questão dos dias parados é a compensação com trabalho, o que evitaria o pagamento de horas extras para que o serviço fosse colocado em dia. O advogado dos Correios, Jeferson Carús Guedes, alegou que a greve é abusiva especialmente pela natureza essencial do serviço prestado pela empresa. Ele também solicitou que o TST determinasse o desconto dos dias não trabalhados do salário dos grevistas. Os Correios instauraram o dissídio coletivo no TST no fim de setembro, depois da falta de acordo entre a empresa e os trabalhadores sobre os termos do acordo coletivo. Foram realizadas duas audiências de conciliação mediada pelo TST e uma reunião com o ministro relator. Na primeira audiência, as duas partes chegaram a um consenso, mas a proposta foi rejeitada pelos 35 sindicatos da categoria. A última greve dos Correios ocorreu em 2009 e durou 12 dias. A maior greve foi em 1994, quando os trabalhadores ficaram parados por 32 dias e a questão também foi decidida pelo TST.

4º feira 12

Crianças ligadas ao MST participam de encontro no ginásio municipal da cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas (região Nordeste). Na sequência, as crianças seguiram para uma negociação na Prefeitura. O MST e o clube de motoqueiros Coyote Moto Clube realizam evento no Assentamento Paraíso Agrícola no município de Matriz do Camaragibe. O evento tem como objetivo o resgate de brincadeiras nordestinas para todas as crianças das quatro agrovilas do assentamento. O encontro faz parte da Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha, onde crianças de 6 a 11 anos se mobilizam por terra, escola e dignidade.

O movimento 31 de julho e a ONG Rio de Paz realizam a *Segunda Marcha contra a Corrupção e a Impunidade*, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca de dois mil participantes carregaram vassouras –fazendo alusão a faxina no Estado–, reivindicaram o fim do voto secreto e do foro privilegiado e demonstraram apoio a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Um grupo de crianças da favela de Manguinhos pintou vassouras de verde e amarelo e membros da ONG Rio de Paz usam máscaras e togas carregando uma faixa com a frase: “Corrupção Mata”. Cerca de 800 pessoas realizam a marcha na cidade de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os manifestantes ocuparam a avenida da praia de Boa Viagem. O deputado federal Paulo Rubem, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi repudiado pelos manifestantes durante o ato. Os manifestantes defendem que o movimento seja apartidário. Cerca de 2,5 mil pessoas participam da marcha na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Dentre os manifestantes estavam maçons de ternos pretos, idosos de caras pintadas e jovens com máscaras. Manifestantes *punks* foram detidos pela PM por atirar garrafas contra o vidro dos prédios. A maioria das faixas e cartazes levados pelos manifestantes trazia frases como: “Corrupção é Crime”, “Até Quando Você Não Vai Fazer Nada?” e “Mensaleiro na Cadeia”. Os manifestantes gritaram ainda palavras de ordem contra o senador José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Cerca de 600 manifestantes realizam a marcha na orla da cidade de Salvador – Bahia (região Nordeste). As principais reivindicações do ato foram o fim do voto secreto e do foro privilegiado e a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Ocorreu ainda um ato em Alagoas. Cerca de 120 manifestantes realizam a marcha na praia de Pajuçara na cidade de Maceió – Alagoas (região Nordeste). As principais reivindicações dos atos são o fim do voto secreto e do foro privilegiado e apoio a Lei da Ficha Limpa. Cerca de 500 manifestantes realizam a marcha na cidade de Curitiba – Paraná (região Sul). Houve ainda protestos no Rio Grande do Sul. Cerca de 50 manifestantes realizam a marcha na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). As rajadas de vento influenciam a baixa adesão do ato na cidade. As principais reivindicações dos atos são o fim do voto secreto e do foro privilegiado e o apoio a Lei da Ficha Limpa. A Segunda Marcha contra a Corrupção e a Impunidade ocupa a Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Mais de 11 mil pessoas participaram do evento em defesa do fim do voto secreto no Poder Legislativo, da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa e da manutenção das atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os manifestantes saíram da Praça da República e foram até a Praça dos Três Poderes, onde estão localizados o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, o Supremo Tribunal Federal (STF), sede do Poder Judiciário, e o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo. Segundo a idealizadora do evento, Lucianna Kalil, a ideia de ir às ruas contra a corrupção ganhou força, inicialmente, por meio de redes sociais na internet. De acordo com Luciana Kalil, o movimento é apartidário e o dinheiro necessário para a sua realização veio da venda de camisetas para organizar a marcha. “A primeira marcha, no dia 7 de setembro, tratou de um assunto bem genérico [defendido pelos manifestantes] e, hoje, a gente está focando o nosso apoio ao CNJ, à constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa e ao fim do voto secreto parlamentar”, disse. Além do

Movimento contra a Corrupção Eleitoral, a marcha contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essas organizações defendem que o CNJ seja mantido como órgão competente para examinar processos e punir magistrados. O STF vai analisar ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A entidade questiona uma resolução editada este ano pelo CNJ, que regulamenta seu poder correccional. A AMB pede que o conselho só atue depois que o processo for esgotado nas corregedorias locais. Outro tema ressaltado na marcha foi o envio de recursos para paraísos fiscais. Em meio aos manifestantes, cinco pessoas vestidas de piratas levavam faixas pedindo que sejam adotadas medidas para evitar o uso de artifícios para sonegar impostos.

5º feira 13

Os sindicatos dos funcionários dos Correios das cidades de Campinas e São José do Rio Preto – São Paulo (região Sudeste), do estado de Minas Gerais (região Sudeste) e do estado do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam assembléia da categoria e decidem pelo fim da greve. O ponto de divergência conciliado em assembléia foi o desconto na folha salarial equivalente a 7 dias de paralisação e a compensação de 21 dias restantes com trabalho extra nos fins de semana.

6º feira 14

O MST lança manifesto que denuncia o fechamento de 24 mil escolas no meio rural e reivindica a realização de políticas para o fortalecimento da educação do campo. O manifesto conta com a assinatura da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Centro de Cultura “Luiz Freire”, ActionAid, Ação Educativa, professores, intelectuais e entidades da área da educação. O manifesto contém os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), apontando que, no meio rural, ocorre uma redução drástica no número de estabelecimentos de ensino.

Manifestantes contrários à construção de bairro de luxo em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), localizado em uma área reivindicada como santuário por índios de quatro etnias, denunciam que foram agredidos por seguranças contratados pelas construtoras responsáveis pelas obras. Ao todo, 27 índios das etnias Fulni-ô, Kariri-Xocó, Tuxá e Tupinambá vivem no local, que alegam ser um santuário. Pelo menos seis pessoas disseram já ter sido espancadas por seguranças. Só neste dia 14, duas pessoas alegaram ter sofrido espancamento. Eles protestavam contra o fechamento da via de acesso ao suposto santuário. Os índios reivindicam 50 ha de terra para a plantação de um roçado tradicional e para a produção de artesanato. “Além disso, somos os únicos preocupados em manter viva a vegetação do Cerrado local”, disse Santxiê Fulni-ô Tapuia, uma das lideranças indígenas. A empresa Brasal Incorporações garante ter alvará para a construção, obtido em outubro de 2009 após a compra da área, por meio de licitação promovida pela Terracap. No final da manhã, o procurador-geral da FUNAI, Antônio Salmeirão, foi ao local e se reuniu com as partes. Ficou então decidida a paralisação das obras durante o final de semana enquanto uma solução é encontrada. Criticada por ter sido omissa nos momentos de agressão pelos seguranças contratados pelas empresas, o major Meirelles, da PM, disse que o caso é da alçada federal, já que envolve índios. “Estamos aqui apenas tentando garantir a segurança de todos”, declarou o policial. “Queremos serenar os ânimos de todos”, completou. Em nota, a Brasal Incorporações informou que lamenta os conflitos ocorridos, mas acrescenta que continuará a limpeza do terreno adquirido. Mais

cedo, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu a conciliação entre as partes. “Em toda situação de conflito nós temos que usar bom-senso e [buscar] alternativas. Nós temos de conciliar [as partes]. As pessoas têm que ter lugar adequados para ficar. Eu tenho certeza de que o governo do Distrito Federal saberá agir”, declarou a ministra. A FUNAI afirma não considerar a área como terra tradicional indígena. Segundo o indigenista da FUNAI Mário Moura, o laudo apresentado pelo antropólogo Jorge Eremites não se sustenta e a maioria das pessoas que vivem no local, ainda que há muito tempo, sequer são lideranças indígenas.

O Comando Nacional dos Bancários e a FENABAN chegam a um acordo no segundo dia de negociações na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo Lourenço Ferreira do Prado, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), a FENABAN propôs um reajuste de 9% nos salários e na Participação nos Lucros e Resultados, além de aumento de 12% no piso da categoria. Os bancários, que reivindicavam 12,8% de reajuste, aceitaram a proposta na reunião no hotel Maksoud Plaza. Além dos 9% de reajuste, também foi proposto aumento do piso de R\$ 1.250 para R\$ 1.400 (para escriturário). Já para os caixas, com jornada de seis horas, passa para R\$ 1.900. Com relação à Participação dos Lucros e Resultados (PLR), haverá aumento. Segundo a proposta da regra básica que compõe a PLR –que passará a ser de 90% do salário mais R\$ 1.400–, e também aumento na parcela adicional da PLR –o teto subirá de R\$ 2.400 para R\$ 2.800. Além disso, os dias de paralisação não serão descontados nos salários. Os trabalhadores terão que compensar com trabalho extra as horas não trabalhadas, até o dia 15 de dezembro. Prado declarou que o comando nacional recomendará aos sindicatos de todo o país o retorno ao trabalho. A proposta pelo fim da greve será votada, segundo ele, em assembleias que ocorrerão entre 17 e 18 deste mês de outubro.

Sábado 15

Cerca de 600 crianças de famílias do MST e moradores dos cerca de 40 assentamentos e 60 acampamentos de *reforma agrária* no estado de Minas Gerais participam do Quarto Encontro Estadual dos Sem Terrinha, realizado no estádio do Mineirinho na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Os sem terrinha participaram de um abraço solidário ao redor de toda a comunidade juntamente a estudantes, religiosos, professores, autoridades e outros apoiadores. O encontro faz parte da Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha, onde crianças de 6 a 11 anos se mobilizam por terra, escola e dignidade.

Parentes de vítimas de acidentes de trânsito fazem em São Paulo – SP (região Sudeste) um protesto silencioso para pedir mudanças na legislação. Eles defendem que a lei de trânsito seja mais rigorosa na punição aos motoristas que dirigem embriagados ou em alta velocidade. Os manifestantes percorreram cerca de 500 metros pela avenida Arruda Botelho até chegarem ao lado do prédio do Shopping Villa-Lobos em Pinheiros, na zona oeste da cidade de São Paulo. No local, Miriam e Bruna Baltresca, mãe e filha respectivamente, morreram atropeladas no dia 17 de setembro último. A maioria dos manifestantes vestia camiseta branca e muitos deles carregavam flores nas mãos. Além da homenagem às vítimas, o ato teve objetivo de deflagrar uma campanha contra a impunidade e incentivar uma mudança no comportamento da sociedade. “Eu perdi minha mãe e minha irmã. Nossa família está despedaçada e isso nos levou a fazer barulho para que haja uma mudança na lei de forma que não haja mais brecha na legislação que favoreça quem dirige em alta velocidade ou embriagado causando acidentes”, disse Rafael Baltresca, filho de Miriam. Ele

informou que pretende colher 1,3 milhão de assinaturas para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular para a revisão do Código Nacional de Trânsito.

Domingo 16

Cerca de 80 famílias do MST moradoras do acampamento Osvaldo de Oliveira na cidade de Macaé – Rio de Janeiro (região Sudeste) recebem liminar de ordem de despejo e são obrigadas a se transferir da rodovia BR-101, no km 171, para a Comunidade Califórnia, na cidade de Campos dos Goytacaz – Rio de Janeiro. É o quarto despejo sofrido pelo acampamento que tem recebido o apoio de sindicatos, professores, movimentos social e políticos locais.

Funcionários da FUNAI e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) são feitos reféns por indígenas da etnia Kayabi em Mato Grosso (região Centro-oeste), perto da divisa com o Pará. Os indígenas protestam contra a construção da Usina Hidrelétrica São Manoel, no Rio Teles Pires. Eles questionam a construção da barragem sem a concordância das comunidades atingidas. Os indígenas pedem ainda a demarcação de suas terras.

2ª feira 17

Cerca de 200 famílias do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocupam a fazenda Santa Rita, de 4 mil 800 há. O latifúndio fica a 35 km da cidade de Palmas – Tocantins (região Norte). Segundo site do MST, a fazenda esta abandonada. O movimento reivindica a desapropriação da área e a criação de um assentamento. O MST denuncia também crimes ambientais e desrespeito à legislação trabalhista cometidos pelo proprietário do latifúndio, Alcides Rabeski, que possui outros latifúndios na região.

Cerca de 400 manifestantes ligados ao MST bloqueiam a rodovia BR-163 na cidade de Sinop – Mato Grosso (região Centro-oeste). Ainda no estado, cerca de 450 manifestantes ligados ao MST interditaram a rodovia BR-070, na cidade de Cáceres, e cerca de 650 famílias reocuparam a fazenda Mutum, também em Cáceres. O movimento reivindica o reconhecimento dos pré-assentamentos: Keno, onde 500 famílias esperam para ser assentadas; Olga, que possui 47 famílias; Novo Renascer, com 40 famílias; Doze de Outubro, com 180; e Santa Rosa, com 300 famílias.

Cerca de 3 mil trabalhadores da categoria dos bancários do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) aprovam proposta da FENABAN, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. A proposta prevê reajuste de 12% para o piso, com 4,3% de aumento real, e de 9% com aumento real de 1,5% para os demais da categoria; aumento da PLR para R\$ 2.800 e direito a aviso prévio de 60 dias para trabalhadores com até cinco anos de emprego, podendo chegar a 120 dias para os que têm mais de 20 anos.

Bancários de Curitiba e região metropolitana – Paraná (região Sul) voltam ao trabalho depois de 21 dias de paralisação. Cerca de mil bancários participaram na noite do dia 16, em Curitiba, da assembleia convocada pelo sindicato da categoria, quando ficou decidido o fim da greve. Segundo o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, as propostas da FENABAN, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil foram aprovadas por ampla maioria. Em vários estados estão marcadas assembleias para o final da tarde de hoje a fim de decidir sobre o término da paralisação –

considerada a mais longa da categoria desde 2004. O acordo, que encerrou o movimento em Curitiba e região, inclui reajuste salarial de 9%, com a inflação dos últimos 12 meses até setembro mais 1,5% de aumento real. Além disso, os dias parados não serão descontados. Esses dias devem ser compensados a partir da assinatura da convenção coletiva até dia 15 de dezembro. No dia 14, quando a greve nacional dos bancários completou 18 dias, estavam fechadas 310 agências em Curitiba e região. A paralisação na capital, Curitiba, atingiu todas as agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Aproximadamente 11 mil bancários participaram da paralisação.

Relatora da ação que corre no Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), pedindo a anulação do decreto que autorizou a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2005, a desembargadora Selene Maria de Almeida, vota favoravelmente a um pedido do Ministério Público Federal no Pará que considera o decreto ilegal. Para o MPF do Pará, o fato de as comunidades indígenas afetadas não terem sido ouvidas devidamente sobre o assunto é inconstitucional. O julgamento de hoje no TRF-1, no entanto, foi interrompido depois do voto da relatora por um pedido de vista do desembargador Fagundes de Deus, que prometeu trazer o caso à discussão novamente dentro de, no máximo, 14 dias. A discussão sobre o assunto começou em 2006, quando o MPF entrou com uma ação na Justiça Federal do Pará contestando o fato de o Congresso Nacional não ter promovido a oitiva dos povos indígenas antes da autorização da construção da usina. Para o órgão, essa oitiva prévia é um requisito estabelecido pela própria Constituição para proteger esses povos de acordos que podem se mostrar prejudiciais futuramente. Ao julgar a ação em 2007, o então juiz federal de Altamira, Herculano Nacif, entendeu que as comunidades indígenas poderiam ser ouvidas depois da aprovação do decreto pelo Congresso, durante a realização dos estudos necessários para a instalação da usina. Inconformado o MPF, recorreu ao TRF-1. Falaram a favor do empreendimento os advogados da Eletrobras, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da União. O principal argumento é que as populações indígenas em questão não seriam afetadas diretamente pelas obras e inundações. O MPF refutou esse argumento alegando que mesmo que os povos não estejam localizados dentro da área das obras, a alteração do curso do rio Xingu afetará comunidades que dependem de suas águas para sobreviver. O promotor defendeu, ainda, que a opinião dos indígenas deveria ter caráter vinculativo em relação ao que o Congresso Nacional fosse decidir sobre o assunto. Em longo voto, a relatora lembrou o conturbado processo de discussão da instalação da usina, inclusive os 15 processos judiciais que correm na Justiça atualmente. “Antes de autorizar a construção, o Congresso precisa de dados para saber a extensão de danos que ocorrerão e as soluções que devem ocorrer para permitir a instalação de uma hidrelétrica desse porte”, disse a desembargadora. Ela defendeu também que a opinião das comunidades indígenas não é um veto ao empreendimento, mas certamente tem que ser levada em consideração. Selene de Almeida disse ainda que as audiências públicas, promovidas durante o processo de obtenção de licenças, não podem substituir a consulta prévia do Congresso Nacional aos povos atingidos. “Audiência pública tem caráter técnico, enquanto a consulta tem por objetivo subsidiar a decisão política”, justificou. Para ela, além de ser inconstitucional, o decreto que liberou a construção da Usina de Belo Monte desrespeita uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata de povos indígenas e tribais, da qual o Brasil é signatário.

Entidades contrárias à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte) protestam contra o adiamento da decisão do TRF da Primeira Região sobre uma ação que questiona a construção da barragem sem a consulta aos povos indígenas da região. O julgamento do TRF-1 foi interrompido por um pedido de vista do desembargador Fagundes de Deus. A ação civil pública em julgamento foi proposta pelo MPF e questiona o decreto legislativo

que autorizou a construção da usina sem a realização de consulta prévia aos povos indígenas da região do Xingu. O direito à consulta prévia é garantido pela Constituição Federal e também está previsto na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2003. Antes do pedido de vista que interrompeu o julgamento a relatora do processo, desembargadora Selene Almeida, acolheu os argumentos do MPF e considerou inválido o decreto legislativo que autorizou a usina sem a realização das oitivas indígenas. Entidades ligadas ao Movimento Xingu Vivo para Sempre temem que o pedido de vista possa adiar o julgamento indefinidamente, prejudicando as comunidades tradicionais da região. Em nota, os movimentos sociais argumentam que o início das obras preparatórias da usina e a expectativa de geração de empregos com a construção já têm causado problemas sociais nas áreas urbanas e nas comunidades indígenas na área de influência do empreendimento. “A cada dia que passa, Belo Monte vai se espalhando feito bicho peçonhento. Crescem a violência nas áreas urbanas, as doenças entre populações indígenas e o desmatamento em toda a região. Belo Monte está fazendo de Altamira um caos tão insuportável, que as próprias autoridades municipais e lideranças empresariais, até então apoiadoras da obra, agora pedem a revisão de seu licenciamento”, diz o texto. O julgamento deverá ser retomado em até 15 dias.

3º feira 18

Integrantes de sindicatos e líderes da indústria lançam em um hotel em São Paulo – SP (região Sudeste) um manifesto defendendo juros menores, aumento da produção e mais empregos no país. Em seguida, os manifestantes caminharam em direção ao prédio do Banco Central (BC) na avenida Paulista, onde fizeram um ato público. Entre as entidades participantes da manifestação estavam a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a Força Sindical e a CUT. Segundo os organizadores, as entidades patronais e de trabalhadores que assinam o documento acreditam que reduzir a taxa de juros, deixando-a em um percentual igual às de outros países emergentes, é fundamental para garantir o crescimento do Brasil, com distribuição de renda e justiça social. “Os altos juros não consomem apenas recursos públicos. Também espalham para toda a economia o alto custo do crédito, fomentando o comportamento rentista e improdutivo, corroendo o poder de compra das famílias e drenando recursos do setor produtivo”, diz o manifesto. De acordo com o texto, a crise financeira mundial, que começou em 2008, ainda não acabou. A Europa, os Estados Unidos e o Japão, assinala o manifesto, ainda não encontraram um caminho para a normalização da atividade econômica, que já atinge até a China, cujo ritmo de atividade produtiva foi reduzido. O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), Márcio Pochmann, disse que o manifesto é um compromisso de todos com o Brasil e que tecnicamente não há justificativas para que o país tenha taxas de juros no patamar atual: “Precisamos seguir na trajetória que vem sendo feita nos últimos anos e permitir que essa massa de recursos que está no sistema financeiro de forma improdutiva possa transitar para os investimentos produtivos”. Para Pochmann, não há nada que impeça o país de ter uma taxa de juros melhor, somente o medo de ousar. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, ressaltou que o movimento não está enfrentando “qualquer um”, mas o sistema financeiro cuja potência é maior. Entretanto, ele disse que chegou o momento de a sociedade se manifestar de fato e mostrar que não está mais disposta a aceitar taxas tão altas: “Se juntássemos o empresariado que tem coragem e topássemos fazer uma paralisação total no dia em que o Banco Central ser reunirá, poderíamos ver realmente o que o governo pensa”. Segundo o presidente da FIESP, Paulo Skaf, juros mais baixos são de interesse de toda a população. “Faz 16 anos que os juros do Brasil são um absurdo. O volume de salários sem encargos e de juros é

parecido. Isso é injusto. Não sou contra salário bom, pois salário bom significa bem-estar, qualidade de vida, consumo, mais produção”.

Alguns sindicatos de funcionários de bancos públicos mantêm a paralisação apesar do fim da greve dos trabalhadores dos bancos privados. Os sindicatos de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Florianópolis e Chepecó – Santa Catarina (região Sul) e Pará (região Norte) rejeitaram a proposta feita pela Caixa Econômica Federal e mantêm as agências fechadas. A greve no Banco do Brasil continua em Chapecó. Nas demais regiões, o funcionamento das agências dos dois bancos está normalizado. Os funcionários do Banrisul, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco do Estado de Sergipe (Banese) continuam em greve, cobrando avanços nas negociações específicas. No estado de São Paulo, região onde trabalham 135 mil dos 484 mil bancários de todo o Brasil, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região informou que não há mais agências fechadas. As reivindicações do sindicato de que os bancários não façam mais o transporte de valores e a proibição da divulgação pelos bancos de ranking sobre o desempenho individual de bancários também foram atendidas. A Caixa Econômica Federal informou que vai ampliar em uma hora por dia o atendimento ao público para oferecer mais comodidade aos correntistas prejudicados pela greve. A medida entra em vigor no dia 19 e será estendida até o próximo dia 28.

Os aeroportuários de Guarulhos, Campinas – São Paulo (Região Sudeste) e Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) fazem uma paralisação de 48 horas em protesto contra o processo de privatização dos terminais. O diretor do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Marcelo Tavares, disse que a greve trará transtornos aos passageiros, pois o sindicato espera a adesão de 90% dos trabalhadores dos três aeroportos. Cerca de 3 mil funcionários cruzaram os braços nos três aeroportos. Os trabalhadores são contra a entrega à iniciativa privada de parte dos aeroportos. Os setores de operações, administração e terminais de carga deverão ser os mais atingidos. A transferência dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos (Campinas) e Brasília à iniciativa privada deve começar em dezembro. Em agosto, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que já está sendo construído na região metropolitana de Natal, foi privatizado. O governo também estuda transferir para o setor privado a exploração de outros aeroportos internacionais, como Galeão-Tom Jobim, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), e Confins – Minas Gerais (região Sudeste).

4º feira 19

Militantes do MST ocupam a sede do INCRA na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O objetivo é reivindicar publicamente os R\$ 400 milhões prometidos pela presidenta Dilma Rousseff (PT) para obtenção de terras e a promoção da reforma agrária. Os militantes afirmam que somente deixarão o local com a liberação dos investimentos para beneficiar 3 mil acampados e outros 300 assentamentos produtivos existentes. O dirigente do INCRA no estado do Ceará, Djalma Pinto, recebeu militantes e afirmou que o recurso depende de votação de emenda no Congresso.

Petroleiros, em campanha salarial, atrasam em até 2 horas o início do expediente neste dia 19. O protesto foi motivado pelo impasse na negociação de aumento real com a estatal. Os trabalhadores, que têm data-base em 1º de setembro, querem 10% de aumento real (acima da inflação), mas a empresa só se dispôs a repor os salários pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 7,23%. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) havia dado prazo até o dia 10 de outubro para a apresentação de contraproposta, mas a Petrobras afirmou que só se

manifestaria a respeito nos próximos dias. Em nota, a FUP afirma que a estatal não apontou “nenhuma disposição política em alterar suas diretrizes” sobre cláusulas sociais, como a segurança dos funcionários, e para ganho real dos salários. “Fica mais uma vez claro que a Petrobras continua resistente em valorizar os salários de seus trabalhadores e não quer resolver os problemas”, diz o informe. Haverá a suspensão das Permissões de Trabalho, em conjunto com assembleias nas unidades de refino, terminais e plataformas. A direção da FUP vai reunir o conselho deliberativo e discutir nova agenda de luta e a possibilidade de greve.

Os cerca de 1,4 mil funcionários da Construtora Odebrecht que trabalham na construção da Arena Pernambuco cruzam os braços dando início a uma paralisação de advertência de 24 horas em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Eles reivindicam aumento salarial e do valor da cesta básica. Localizado em São Lourenço da Mata, na região metropolitana de Recife, o estádio é um dos 12 locais onde a Copa do Mundo de 2014 será disputada. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco (SINTEPAV-PE), a paralisação pode evoluir para uma greve por tempo indeterminado a partir do próximo dia 31, caso a Odebrecht, responsável pela obra, não atenda às reivindicações da categoria. De acordo com o assessor sindical Leodelson Bastos, uma nova assembleia será realizada no dia 26. O sindicato informou estar negociando com a empresa há mais de 15 dias sem obter respostas satisfatórias. Os trabalhadores querem que o valor da cesta básica passe de R\$ 80 para R\$ 200, reajuste da hora extra e direito a plano de saúde. Além disso, os montadores de andaimes industrial querem que o piso salarial, hoje de R\$ 897, seja adequado aos pagos aos profissionais de outras obras, como as do Porto de Suape, onde o valor médio chega a R\$ 1,2 mil. Na manhã deste dia 19, sindicalistas e representantes do governo estadual e da Odebrecht se reuniram na Secretaria de Articulação Regional, em Recife, mas as negociações não avançaram.

Um grupo de 30 estudantes realiza uma verdadeira faxina em frente à Rede Globo no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Munidos de baldes, vassouras e muito sabão, os manifestantes dizem estar varrendo a “sujeira do monopólio dos meios de comunicação no Brasil”. Os moradores do Jardim Botânico se solidarizaram e de maneira simpática, bateram palmas de suas janelas, incentivando a “limpeza”. O ato foi organizado por entidades do movimento estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE-RJ) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Facha, além do apoio do Sindicato dos Petroleiros e da Frente Ampla pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação no Rio de Janeiro (Fale Rio). Segundo Bruno Ferrari, presidente do DCE Facha, “a Rede Globo de televisão foi escolhida por ser o símbolo maior do monopólio das comunicações no Brasil”.

5º feira 20

Cerca de 3 mil aeroportuários decidem promover uma greve de 48hs a partir da meia-noite para protestar contra o modelo de privatização determinado pelo governo federal. O terminal de cargas do Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos principais do país, em Campinas – São Paulo (região Sudeste), está parado em consequência da greve iniciada à meia noite pelos funcionários da INFRAERO. Segundo a INFRAERO, estão sendo liberadas apenas as mercadorias perecíveis e os animais. Por esse terminal passam, principalmente, produtos eletroeletrônicos e artigos de informática para abastecer as indústrias daquela região. O volume de todo o material movimentado nas áreas de importação e exportação somaram em setembro, 24,5 mil toneladas das quais 14,8 mil referente aos itens importados e 9,7 mil de exportados. Já nas alas de embarque e desembarque de

passageiros o fluxo é normal. No Aeroporto Internacional de Guarulhos, ainda no estado de São Paulo, também é tranquila a movimentação de passageiros. O diretor do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Marcelo Tavares de Moura, disse que a greve de 48 horas recebeu adesão da maioria dos trabalhadores, envolvendo a atuação no controle de navegação aérea e desembarços no terminal de cargas. Ele informou que integrantes do MST estão presentes na concentração nas dependências dos aeroportos em sinal de solidariedade à manifestação. Entre as reivindicações já encaminhadas ao governo federal consta a proposta de que seja transferida à iniciativa privada apenas a exploração comercial dos terminais como lojas e estacionamento. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), cerca de 60% dos aeroportuários aderiram à paralisação de 48 horas, segundo cálculo do diretor do sindicato da categoria, Samuel Santos. Um carro de som da CUT esteve durante toda a manhã em frente à plataforma de embarque do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek. Integrantes do MST também participaram do ato e criticaram a privatização dos terminais. Em nota, o governo diz que mantém a disposição de negociar com a categoria, mas que não abre mão de manter o modelo de concessão para os três aeroportos, que garante à INFRAERO até 49% do controle dos três terminais. A Justiça do Trabalho do Distrito Federal não acatou o pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), em nome da INFRAERO, pedindo que durante a greve pelo menos 90% dos aeroportuários continuem trabalhando nos terminais de Viracopos (SP), Guarulhos (SP) e Brasília. De acordo com a juíza Patrícia Birchall Becattini, “a pretensão dos autores é nitidamente restringir o exercício do direito constitucional de greve dos aeroviários”.

6º feira 21

Funcionários da INFRAERO nos aeroportos de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), São Paulo e Campinas – São Paulo (região Sudeste) retornam às atividades depois de uma paralisação de 38 horas. A categoria reivindica principalmente a suspensão da privatização dos aeroportos do país. O Sindicato Nacional dos Aeroviários (SINA) informou que todos os funcionários estão trabalhando hoje regularmente. No próximo dia 26, integrantes do SINA se reunirão com autoridades federais para buscar um acordo e o fim do impasse. “Esperamos um acordo na próxima semana. O governo nos apresentou uma contraproposta que estamos analisando. Vamos ver o que é possível avançar, aguardamos uma resposta positiva”, disse o diretor do SINA, Samuel Santos. Em protesto contra os planos do governo de privatizar três dos maiores aeroportos brasileiros, os funcionários da INFRAERO iniciaram uma greve em Viracopos (Campinas, no interior de São Paulo), Guarulhos (São Paulo) e Juscelino Kubitschek (em Brasília, no Distrito Federal). A paralisação teve início após a meia-noite no dia 20. Pelo planejamento federal, os três aeroportos devem ser concedidos à iniciativa privada. O objetivo é fazer obras de ampliação e melhorias para a Copa do Mundo de 2014. A paralisação, liderada pelo SINA, teve apoio da CUT e do MST. Em Brasília, os funcionários promoveram atos de alerta no aeroporto. De acordo com a INFRAERO, os atrasos e cancelamentos de voos ocorridos ontem e hoje estavam dentro da normalidade.

Sábado 22

O movimento Projeto de Segurança Ipanema (PSI) realiza ato com cerca de 150 pessoas na Praça Nossa Senhora da Paz no bairro de Ipanema na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do ato é reivindicar a não construção de uma estação de metrô na Praça Nossa Senhora da

Paz. Os manifestantes afirmam que o bairro de Ipanema já possui uma estação e que tem em andamento a construção de outra, assim não há a necessidade da construção de uma terceira estação no bairro. Os manifestantes ressaltam que a Praça Nossa Senhora da Paz é tombada, e que o impacto ambiental seria de grande porte. Os manifestantes passaram um abaixo assinado para os moradores do bairro. O governo do estado do Rio de Janeiro, em nota, afirma que a opinião dos manifestantes não representa a vontade da população do Rio de Janeiro, visto que o número de beneficiados com as obras é de 38 mil usuários.

Domingo 23

Cerca de 600 crianças, filhos de famílias acampadas e assentadas vindas de todo o estado da Paraíba (região Nordeste) participam do Oitavo Encontro Estadual dos Sem Terrinha, organizado pelo MST. O encontro contou com a parceria da Secretaria de Educação Estadual do Governo da Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Estadual da Paraíba. A mesa de abertura contou com a presença dos secretários de educação, Afonso Celso Scocuglia, Alexandre Eduardo de Araújo, da agricultura familiar e a do desenvolvimento humano, Cida Ramos, professores da UFPB e representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). As crianças assistiram a uma apresentação teatral da Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOP).

Cerca de 200 crianças filhos de famílias acampadas e assentadas se reúnem no Sexto Encontro Estadual dos Sem Terrinha, no município de Rio Negrinho – Santa Catarina (região Sul). Foram realizadas palestras, teatro, recreação, estudo, passeios e exibição de filmes com temáticas que aludiram aos direitos do campo e a luta social. As crianças realizaram ainda uma marcha pelo centro da cidade em direção à secretaria municipal de Educação. Uma comissão formada por crianças, mães e educadores foi recebida pela Secretária Municipal de Educação, Fátima Aparecida Alexandroni Masutti, e pelo presidente da Câmara Municipal, Osmar Paulo Anton. Na pauta, a comissão apresentou as reivindicações, dentre elas a construção de uma escola de ensino fundamental no Assentamento Butiá, no interior do município, melhorias nas estradas e a construção de um posto de saúde para atender a região dos assentamentos. O encontro faz parte da Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha, onde crianças de 6 a 11 anos se mobilizam por terra, escola e dignidade.

Os sete funcionários da FUNAI e da EPE reféns por quase uma semana, são liberados. A liberação só ocorreu depois que representantes do Ministério da Justiça e da Secretaria-Geral da Presidência intervieram nas negociações. Pelo acordo, a FUNAI comprometeu-se a priorizar o processo de demarcação. No dia 31 de outubro, uma equipe do Exército deverá começar um levantamento topográfico da área e a demarcação física. Os Kayabi vivem em Mato Grosso, perto da divisa com o Pará, região onde o governo pretende construir a Usina Hidrelétrica São Manoel, no Rio Teles Pires. Além da demora na demarcação da terra indígena, os índios questionam a construção da barragem sem a concordância das comunidades atingidas. Diante da pressão indígena, o IBAMA suspendeu três audiências públicas para discutir os estudos de impacto ambiental da hidrelétrica. Depois da suspensão, a Justiça Federal em Sinop determinou o adiamento das audiências por 90 dias e exigiu a tradução dos documentos do processo de licenciamento ambiental para a língua dos povos indígenas que serão afetados.

2º feira 24

Famílias ligadas ao MST ocupam área de 480 ha da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) em Eldorado do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). A ocupação tem o objetivo de reivindicar do governo a apresentação de áreas para assentamento imediato das mil famílias acampadas no estado. O MST afirma que é dever e obrigação do poder público destinar terras que não cumprem a sua função social para que os trabalhadores do campo possam produzir alimentos saudáveis. As famílias que ocupam a área alegam que a área está sendo arrendada por terceiros, o que caracteriza uma irregularidade.

Médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e funcionários administrativos do Hospital Federal “Cardoso Fontes”, em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), fazem uma paralisação em protesto contra a falta de pediatras, anestesistas e enfermeiros. Por causa da greve, as cirurgias e os atendimentos nos ambulatorios foram suspensos. Apenas a emergência e o atendimento de pacientes que fazem quimioterapia estão funcionando, além da distribuição de remédios para doentes de Aids. O diretor do hospital, Paulo Fernandes, assumiu que a unidade precisa de mais profissionais, principalmente pediatras e anestesistas. Ele informou que enviou uma solicitação de reforço de pessoal ao Ministério da Saúde e que nos próximos 15 a 20 dias, o centro cirúrgico voltará à normalidade. Para a presidenta do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, Mônica Armada, é grave a situação do hospital, que não tem profissionais em número suficiente para atender aos moradores da região de Jacarepaguá e bairros vizinhos, que concentram uma população de cerca de 600 mil pessoas: “O hospital se encontra hoje com unidades coronarianas fechadas, as unidades intermediárias clínicas e cirúrgicas fechadas, todo o atendimento de ambulatorio pediátrico fechado, porque falta profissional”. Na semana passada, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informou que 17 médicos anestesistas que passaram em concurso começam a trabalhar no Cardoso Fontes em, no máximo, duas semanas, e que negocia com o Ministério do Planejamento novas contratações. O Cardoso Fontes é referência em tratamento de câncer, neurologia, urologia e ginecologia. Faz, em média, 12 mil consultas e 50 mil exames por mês, e conta com 1.280 funcionários.

Os funcionários do Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas – São Paulo (região Sudeste) encerram a greve iniciada depois da meia noite, no dia 20. A informação foi dada pelo SINA. Na semana passada, os funcionários da INFRAERO nos aeroportos de Viracopos, Galeão e Guarulhos entraram em greve para protestar contra a privatização dos três terminais, definida pelo governo da presidenta Dilma Rousseff. No Rio e em Guarulhos a paralisação terminou no dia 21. O estado de greve está mantido nos três aeroportos. Entre as maiores queixas dos trabalhadores, está a falta de participação da categoria no processo de discussão do modelo de concessão, que passaria a maior parte do comando dos aeroportos à iniciativa privada, deixando 49% do capital à INFRAERO –que hoje administra 67 aeroportos no país. Os aeroportuários temem o sucateamento do sistema aéreo, que prejudicaria tanto os trabalhadores quanto os passageiros. Além disso, o atual modelo prevê apenas um ano de estabilidade aos trabalhadores. Em Campinas, onde a greve durou por mais tempo, uma liminar foi concedida à INFRAERO pelo TRT da Décima Quinta Região, determinando que 50% dos funcionários mantivessem as atividades. Com a tendência ao enfraquecimento do grupo, a decisão da assembleia foi de dar fim à paralisação.

Os movimentos sociais e indígenas contrários à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu – Pará (região Norte) lançam uma declaração de repúdio à decisão do governo de não comparecer à audiência convocada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da

Organização dos Estados Americanos (OEA), sobre o não cumprimento de medidas cautelares de proteção das populações indígenas do Xingu. A audiência está marcada para o dia 26 em Washington e, segundo os movimentos sociais que organizaram o protesto, não terá a participação do governo brasileiro. A diretora da ONG Justiça Global, Andressa Caldas, disse que o governo desrespeita e deslegitima o sistema interamericano de direitos humanos, depois de a CIDH determinar em abril que o Estado brasileiro suspendesse as obras de Belo Monte. “O Brasil assumiu, a partir deste ano, uma mudança radical na sua postura histórica de respeito aos tratados internacionais de Direitos Humanos. É uma postura que se assemelha às dos governos antidemocráticos de Trinidad e Tobago (1998) e de Alberto Fujimori (1999), no Peru, que ameaçaram sair do sistema interamericano quando viram seus interesses prejudicados. Fugir do diálogo é lastimável e preocupante para toda a democracia brasileira”, declarou a ativista. Segundo Andressa, o governo está acuado, porque tem perdido apoio da população da região de Altamira e por ter sofrido um revés na semana passada com o voto favorável de uma das ações públicas contra o projeto Belo Monte. No dia 17 de outubro, uma das 12 ações públicas impetradas pelo MPF teve voto favorável da desembargadora Selene de Almeida, do Tribunal Regional da Primeira Região. A ação pede a anulação do decreto que permite a construção de Belo Monte e determina a realização de uma consulta prévia no Congresso Nacional para ouvir as comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, como determina o Artigo 231 da Constituição brasileira. O requerimento foi objeto de pedido de vista pelo desembargador Fagundes de Deus. No município de Altamira, a prefeitura, com o apoio de comerciantes e políticos, escreveu uma carta aberta, na semana passada, para a presidenta Dilma, pedindo a suspensão das obras de Belo Monte. De acordo com a representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo, que mora em Altamira, os efeitos do empreendimento já são sentidos pela população. Segundo ela, o aumento do fluxo migratório tem causado mais violência, elevação do custo de vida, entre outros problemas. No documento enviado à CIDH, a Missão Permanente do Brasil na OEA disse que o Estado brasileiro está implementando as medidas de proteção informadas à comissão e as condicionantes socioambientais impostas à construção da usina. As condicionantes socioambientais dizem respeito a investimentos para a melhoria e o desenvolvimento da população e do meio ambiente na região. Antônia Melo disse que as condicionantes não saíram do papel. “Deram cesta básica para os indígenas, viaturas para a Guarda Municipal e há uns prédios inacabados por lá. Nada que tenha se convertido em melhoria real para a população”. O Consórcio Norte Energia S.A informou que existem canteiros de obras e seus acessos estão sendo construídos nos sítios Pimental e Belo Monte. Segundo o consórcio, foram investidos mais de R\$ 3 milhões na área de saúde do município de Altamira e em infraestrutura. Entre as ações estão a entrega de ambulâncias, postos de saúde e a construção de uma Unidade Básica de Saúde no Bairro “Nova Altamira”. O consórcio informou também que já contratou mais de 3 mil trabalhadores para o empreendimento, boa parte da região de Altamira, e que muitos foram capacitados em cursos desenvolvidos pela Norte Energia.

Os vendedores ambulantes sem autorização para explorar o comércio das ruas da região do Brás, na zona Leste de São Paulo – SP (região Sudeste) fazem manifestação. A intenção dos camelôs é forçar a prefeitura a autorizar que eles vendam os seus produtos nas calçadas e outros espaços do concorrido comércio da região. Durante a madrugada, cerca de 300 manifestantes se concentraram em uma das principais ruas do bairro, a Oriente, e saíram em caminhada pacífica. Mas por volta das 7hs, os ânimos se exaltaram. Apesar de ter sido reforçada a segurança com a presença de 400 homens da Tropa de Choque da PM, eles bloquearam algumas vias como o cruzamento da avenida do Estado com a rua São Caetano, jogaram lixo no meio das ruas e tentaram incendiar um ônibus. Para dispersá-los, os policiais usaram balas de borracha e bombas de efeito moral. Não houve registro de feridos.

Policiais civis do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) iniciam uma paralisação que deve durar três dias. O movimento foi deflagrado sob a alegação de que o governo da capital federal ainda não cumpriu o acordo feito em abril de 2011. A categoria reivindica reajuste salarial de 13%, plano de saúde, aumento do efetivo policial e a transformação do cargo de agente penitenciário em agente da Polícia Civil. Neste dia 24, a manifestação dos policiais civis engarrafou o trânsito no sentindo região administrativa do Guará-Plano Piloto (área central da cidade). A Polícia Civil de Brasília é a mais bem paga do país. Um policial civil em início de carreira, segundo o Sindicato dos Policiais Civis do DF (SINDPOL-DF) recebe cerca de R\$ 7 mil. Caso ganhem o reajuste de 13%, o salário deve passar para R\$ 7.910. Embora prometa voltar ao trabalho amanhã, a categoria continuará buscando um acordo com o governo, destaca o SINDPOL-DF.

3º feira 25

Médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) deixam de atender serviços marcados em 18 estados – Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá (região Norte), Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão (região Nordeste), Mato Grosso, Goiás (região Centro-oeste), Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul (região Sul) em protesto contra os baixos salários e por melhores condições de trabalho. Há protestos e paralisações ainda no Piauí (região Nordeste), onde a suspensão vai valer por três dias. Em Santa Catarina (região Sul) e São Paulo (região Sudeste), algumas unidades de saúde devem parar o atendimento por algumas horas. No Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), em Mato Grosso do Sul, no Paraná (região Sul), Rio de Janeiro (região Sudeste), Tocantins e Roraima (região Norte), estão previstas apenas manifestações e atos públicos. O movimento nacional é liderado pela Associação Médica Brasileira (AMB), a Federação Nacional dos Médicos (FENAM) e o Conselho Federal de Medicina (CFM). A FENAM afirma que a paralisação de 24 horas dos médicos do SUS atinge 21 estados e obtém adesão de cerca de 85% da categoria. O objetivo da paralisação é reivindicar reajuste salarial da categoria de R\$ 2.800 para R\$ 9.188,22 por mês por jornada de 20 horas semanais. A FENAM, o CFM e a AMB, encaminharam um manifesto ao Ministério da Saúde reivindicando mais investimentos do governo na área de saúde, remuneração adequada e melhor infraestrutura física e de recursos humanos. Os casos considerados de urgência receberam atendimento e apenas os procedimentos eletivos como consultas e exames foram adiados.

4º feira 26

Ambulantes da região da Feira da Madrugada do Brás, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste) realizam um protesto após serem impedidos –durante a madrugada– de trabalhar na região. O objetivo é manter a manifestação de forma pacífica até uma resposta da Prefeitura de São Paulo. Durante a madrugada, policiais e camelôs entraram em confronto depois de que os ambulantes foram impedidos de montar suas barracas no entorno da feira onde o comércio é irregular, seguindo uma recomendação da Prefeitura de São Paulo. Viaturas da PM e integrantes da Tropa de Choque usaram balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Os manifestantes atiram rojões contra os policiais e viraram uma caçamba na avenida Rangel Pestana, uma das principais vias da região. Segundo o presidente do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo, Leandro Dantas, a confusão começou quando a PM impediu o “direito de ir e vir” dos ambulantes durante a madrugada. Os manifestantes querem, segundo Danta, voltar a trabalhar nas ruas do bairro. “São dez ruas da região com trabalhadores, são 7 mil barracas só do lado de fora.

Eles não nos dão alternativa de trabalho. Lá dentro (no galpão da Feira da Madrugada) eles estão sofrendo também. Seria uma alternativa de trabalho para a gente, mas também estão fechando”, diz Dantas. A Feira da Madrugada ficou fechada por três semanas em agosto durante uma fiscalização da Prefeitura de São Paulo e foi reaberta no dia 27 de agosto.

Professores de todo o país participam de uma manifestação, no centro do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) para pedir mais investimentos em educação e o cumprimento da lei que estabelece um piso salarial nacional para a categoria, que atualmente é de R\$ 1.187,97. Entre as reivindicações, está a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação. Hoje esse patamar está em torno de 5%. Os manifestantes também defendem a aprovação pela Câmara, ainda este ano, do Plano Nacional de Educação (PNE). A proposta encaminhada estabelece 20 metas a serem cumpridas até 2020, entre elas, o percentual do PIB a ser investido na área. Segundo os organizadores da marcha, representantes dos 43 sindicatos filiados à CNTE estiveram presentes. Os manifestantes caminharam do Estádio Nacional de Brasília até o Congresso Nacional. Na Câmara, representantes do movimento entregaram à presidenta da Comissão de Educação e Cultura, deputada Fátima Bezerra (PT), um documento com 140 mil assinaturas em apoio à aplicação de 10% do PIB na educação. Também estiveram presentes estudantes, sindicalistas e membros de entidades da sociedade civil, além de representantes de organizações que atuam em defesa do ensino de qualidade vindos de países como a Argentina e o Chile.

Operários que trabalham na construção do Estádio Nacional, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) –uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013–param suas atividades. Eles reivindicam aumento no valor da hora extra e melhores condições de trabalho. Ainda pela manhã, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB) e o Consórcio Brasília chegaram a um acordo em relação a três dos sete itens da pauta de negociação. Mesmo assim, o trabalho foi suspenso durante o restante do dia. As obras serão retomadas no dia 27. Pelo o acordo, o consórcio –formado pelas construtoras Andrade Gutierrez e Via Engenharia– se comprometeu a adiantar para o início de novembro o pagamento de 40% do décimo terceiro salário. Os responsáveis pela obra também aceitaram conceder recesso de dez dias para os trabalhadores no final do ano. Segundo o presidente do STICMB, Raimundo Salvador, o consórcio concordou ainda em melhorar a qualidade da comida fornecida aos operários. Entre as reivindicações que ainda dependem de acordo está o aumento do valor pago pelo cumprimento das metas de produtividade. Os operários querem que o valor das metas represente 60 horas de trabalho e não 20 horas, como é hoje. Em nota, o Consórcio Brasília informa que esta negociando com uma comissão formada por oito representantes dos trabalhadores e dois representantes do STICMB. Segundo o consórcio, as negociações sobre os pontos mais complexos como a distribuição de cestas básicas e a garantia de plano de saúde, ainda não foram concluídas. A expectativa dos empresários é chegar a um acordo em relação a todas as reivindicações nos próximos dez dias. Do Estádio Nacional, 38% das obras já estão prontas, de acordo com representantes do consórcio. Cerca de 3 mil operários, divididos em 3 turnos, trabalham na construção do estádio.

Funcionários públicos fazem uma passeata em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a corrupção. A Segunda Mobilização por um Serviço Público de Qualidade e Contra a Corrupção ocorreu na Esplanada dos Ministérios e contou com a presença de delegados e peritos da Polícia Federal (PF), policiais do Distrito Federal, advogados públicos da União, auditores federais de Controle Interno e auditores fiscais da Receita Federal e do Trabalho. O protesto partiu da catedral e seguiu até o Congresso Nacional onde os dirigentes das entidades pediram o apoio dos

parlamentares e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. As principais reivindicações da marcha são o tratamento isonômico (igualdade perante a lei) entre os poderes na previsão orçamentária, reposição salarial e reestruturação das carreiras, retomada dos concursos públicos e o fim da terceirização nas atividades próprias das carreiras de Estado.

Policiais civis do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) terminam a paralisação de três dias. Eles prometem voltar ao trabalho no dia 27. O movimento foi deflagrado sob a alegação de que o governo do DF ainda não cumpriu o acordo feito em abril deste ano. A categoria reivindica reajuste salarial de 13%, plano de saúde, aumento do efetivo policial e a transformação do cargo de agente penitenciário em agente da Polícia Civil. Segundo o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, o governo do DF está trabalhando para cumprir o acordo. “Temos autonomia para decidir sobre o aumento salarial de 13%, mas a proposta ainda precisa passar pelos trâmites do governo federal”. Além disso, acrescentou Avelar, o governo do DF estuda elaborar um projeto lei, a ser enviado ao Legislativo local, propondo a criação de cerca de mais 3 mil cargos de policiais civis. A proposta, informou o secretário, também deve prever o pagamento de passivos trabalhistas aos servidores da Polícia Civil. Ele esclareceu ainda que a transformação do cargo de agente penitenciário em agente da Polícia Civil depende de acordo com o Ministério Público da União (MPU), a fim de que a medida não seja contestada na Justiça. O movimento começou no dia 24 e vai até o dia 27. Em determinados períodos do dia, os policiais bloquearam uma das três pistas da avenida que passa em frente à Coordenação de Polícia Especializada. Embora prometa voltar ao trabalho amanhã, a categoria continuará buscando um acordo com o governo, destaca o SINPOL-DF. Tanto é assim que programou para o dia 27 uma assembleia para definir os rumos do movimento.

5º feira 27

Cerca de 111 examinadores da prova prática de direção do Departamento de Trânsito (DETRAN) não comparecem aos postos de exames nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Campos e Itaperuna – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam aumento salarial, vale-refeição, melhorias das condições de trabalho e plano de saúde. O DETRAN afirma que os cerca de 1.500 candidatos que não realizaram o exame terão os seus direitos preservados.

Cerca de 600 pessoas, entre indígenas, ribeirinhos e pescadores, ocupam o canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará (região Norte), segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os manifestantes pedem o fim do projeto da usina. A assessoria do CIMI informou que a ocupação do local é pacífica e que os manifestantes não encontram resistência da polícia ou dos seguranças do empreendimento. Segundo o conselho, o adiamento do julgamento no TRF da Primeira Região sobre o direito dos indígenas de serem ouvidos antes do início das obras motivou a ocupação. Cerca de 700 indígenas, pescadores e pessoas ligadas à comunidade, que vivem nas margens do rio Xingu, aprovaram a ocupação durante uma reunião em Altamira, pelo fato de o governo brasileiro ter desistir de participar de uma reunião de mediação convocada pela CIDH da OEA. Para o cacique do povo Kaiapó, Megaron Txucarramãe, outros indígenas da aldeia de Gurupira, em Redenção, estariam a caminho do local para aderir ao protesto. Ainda segundo o CIMI, a rodovia Transamazônica, a BR-230, a partir do trecho em frente ao canteiro, na altura da Vila de Santo Antônio, está interditada. Apenas veículos transportando doentes passam pelo local. O governo brasileiro considera a usina um elemento fundamental para o desenvolvimento energético do país, mas a obra gerou uma forte oposição de indígenas, populações locais e

ambientalistas, que argumentam que o impacto socioambiental será muito grande. O MPF questiona, entre outras coisas, o Decreto Legislativo 788/2005, do Congresso Nacional, que autorizou o governo a buscar o aproveitamento hidrelétrico na área de Belo Monte sem promover audiência pública com as comunidades afetadas pela obra (indígenas e ribeirinhos). Segundo o Artigo nº 231 da Constituição Federal, a liberação de autorização para hidrelétricas nessas áreas só pode ser feita ouvindo as comunidades indígenas afetadas. A expectativa dentro do MPF é que as ações contra a autorização da hidrelétrica cheguem ao tribunal supremo. No final de setembro, a Justiça Federal determinou que o Consórcio Norte Energia S.A. suspendesse as obras que interferissem no curso do rio Xingu. As demais obras no canteiro continuam. Segundo o consórcio, cerca de 3 mil pessoas já foram contratadas para atuar na construção da hidrelétrica.

Os alunos da Universidade de São Paulo (USP) ocupam o prédio da Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. A ocupação começou depois que os alunos entraram em confronto com a polícia, que prendeu três alunos flagrados com entorpecentes no campus. Foi o primeiro conflito depois que a reitoria assinou um convênio com a PM para cuidar da segurança há cerca de dois meses. Em maio deste ano, o estudante Felipe Ramos de Paiva, de 24 anos, foi assassinado dentro do campus. Em nota, o DCE considerou a atitude da PM de prender os três estudantes “lamentável” e garante que esse não foi um fato isolado. “Nas últimas semanas, desde a assinatura do convênio entre a USP e a Polícia Militar, têm sido frequentes as abordagens nas entradas e saídas de prédios, a entrada de policiais em blocos didáticos sem justificativas e até mesmo a entrada de militares em entidades estudantis”, diz o comunicado. A entidade convocou todos os estudantes para participar das discussões e da construção de uma saída coletiva para o impasse. “Só será possível avançar caso a discussão sobre segurança no campus e a presença da PM seja feita com mais estudantes das diversas unidades”. Também por meio de nota, a reitoria da USP lamentou os incidentes ocorridos e disse que os fatos serão analisados pelo Conselho Gestor do Campus. Segundo a universidade, o convênio com a PM foi deliberado pelo conselho, que reúne representantes das unidades de ensino e pesquisa, de institutos especializados e museus, além de representantes dos alunos e de funcionários.

Trabalhadores do porto de Itajaí decretam greve em Santa Catarina (região Sul). O complexo de Itajaí é o maior porto da Região Sul em termos de movimentação de contêineres e o segundo do Brasil. Os 54 conferentes de carga que trabalham no local reivindicam reajuste salarial de 7% para repor perdas com a inflação e vínculo empregatício com a *APM Terminals*, empresa arrendatária do Porto de Itajaí. “No início pedimos 15% de reajuste, agora já concordamos com menos da metade, só para repor a inflação”, disse o presidente do Sindicato dos Conferentes do Porto de Itajaí, Laerte Miranda Filho. A APM quer contratar 24 trabalhadores pela CLT, deixando 30 desempregados. O sindicato afirma que não vai aceitar essa medida. O superintendente do porto disse que foram feitas inúmeras tentativas de acordo sem sucesso.

6º feira 28

As famílias do MST que ocupam uma área de 480 ha da FEPAGRO em Eldorado do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul) lançam carta aberta onde denunciam as irregularidades da propriedade. O movimento, por intermédio da carta, afirma que o local está sendo arrendado de forma ilegal para a plantação de arroz convencional e com o uso de agrotóxico, que causa prejuízo à saúde humana e animal. A carta questiona o Estado brasileiro e a sociedade sobre como uma área que poderia ser

destinada para o assentamento das famílias acampadas no Rio Grande do Sul é destinada para beneficiar somente uma pessoa.

Cerca de 300 estudantes realizam ato na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul). O ato foi realizado em protesto contra o vazamento de 14 questões do ENEM, para estudantes do colégio Christus na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os estudantes usaram narizes de palhaço, pintaram os rostos e gritam palavras de ordem contra o ENEM e o MEC.

O movimento “Enemganados” e cerca de 350 estudantes realizam ato na Praça da Imprensa na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O ato é um protesto contra o vazamento de 14 questões do ENEM para estudantes do colégio Christus do município de Fortaleza. Dentre as propostas dos estudantes esta a realização de um novo exame apenas para os estudantes do colégio Christus e a anulação da prova para todo o país.

Os operários da Usina Hidrelétrica Santo Antônio paralisam suas atividades na cidade de Porto Velho – Rondônia (região Norte). Na madrugada do dia 27 foi registrado um tumulto no canteiro de obras, quando um dos ônibus usados para o transporte dos operários foi incendiado. Os trabalhadores protestavam contra a redução da jornada de trabalho e o corte de horas extras. “A empresa se comprometeu a cumprir todos os 11 pontos que apresentamos”, disse o advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado de Rondônia (STICCERO), Flávio Orlando, depois da reunião. A Usina Hidrelétrica Santo Antônio começou a ser construída no Rio Madeira em setembro de 2008. A meta de início de geração de energia é dezembro deste ano de 2011. A potência instalada da usina é 3,1 mil megawatts.

Sábado 29

Cerca de 2,5 mil crianças e adolescentes estão em Curitiba – Paraná (região Sul) onde participam do Nono Encontro dos Sem Terrinha do MST e do Primeiro Festival de Artes das Escolas de Assentamentos da Reforma Agrária do Paraná. Até o dia 2, eles vão trocar experiências e debater o tema desta edição do encontro, que é: Por uma Escola do Campo e Alimentos sem Agrotóxicos. Nos 300 assentamentos do MST no Paraná, existem 146 escolas que atendem 12 mil alunos. “Isso é a metade da nossa necessidade”, diz a coordenadora de Educação do MST, Sandra Scheerer. Segundo ela, algumas escolas funcionam há mais de 20 anos em antigos e precários barracões que eram sedes de fazendas. A maioria carece de infraestrutura – não há telefones e poços artesianos, por exemplo. Para a coordenadora, esse é um dos motivos dos altos índices de evasão escolar nos assentamentos. Apenas 22 escolas oferecem até o ensino médio. De acordo com Sandra, em vários assentamentos, o ensino é garantido apenas até o 5º ano e, com isso, muitos alunos desistem de estudar. Entre os que continuam matriculados é alto o nível de reprovação devido às faltas frequentes em alguns locais de difícil acesso. Há também escolas itinerantes que atendem as comunidades. No Paraná, são dez unidades, onde estão matriculados 1,2 mil estudantes. Para a coordenadora, o número é muito baixo para atender à demanda.

2º feira 31

Estudantes de escolas privadas realizam ato em frente à sede da Justiça Federal na cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). No ato, os estudantes promoveram um “apitação” e exibiram

cartazes reivindicando a anulação do ENEM. Os estudantes foram recebidos pelo juiz Luiz Praxedes Vieira, da Primeira Vara do Ceará.

Manifestantes realizam um ato em frente à reitoria da USP, no campus Butantã – São Paulo (região Sudeste). O objetivo é chamar a atenção sobre o aumento da repressão contra parte da comunidade acadêmica e exigir o respeito do reitor João Grandino Rodas ao direito de livre organização e manifestação política. O ato acontece um dia antes de uma assembleia geral dos estudantes que ocorrerá no vão do prédio dos cursos de História e Geografia. A reitoria da USP, por sua vez, afirmou por meio de nota oficial que a formalização de um convênio com a PM foi deliberada pelo Conselho Gestor do Campus no dia 20 de maio deste ano, motivada pelo assassinato do aluno Felipe Ramos de Paiva, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. “A Universidade lamenta os incidentes ocorridos e esclarece que esses fatos serão analisados pelo Conselho Gestor, para a apresentação de propostas para o equacionamento da situação, e que serão divulgadas em data oportuna”, diz o comunicado da reitoria.

Glossário de siglas

ABIMAC	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
AGU	Advocacia-Geral da União
AMB	Associação de Magistrados Brasileiros
AMB	Associação Médica Brasileira
APEOC	Sindicato de professores e servidores no estado do Ceará
BC	Banco Central
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DETRAN	Departamento de Trânsito
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
Fale Rio	Frente Ampla pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação no Rio de Janeiro
FENABAN	Federação Nacional dos Bancos
FENAM	Federação Nacional dos Médicos
Fentac	Federação Nacional dos Trabalhadores na Aviação Civil

FENTECT	Federações Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUP	Federação Única dos Petroleiros
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Ministério Público
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPU	Ministério Público da União
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PLR	Participação dos Lucros e Resultados
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSI	Projeto de Segurança Ipanema
PT	Partido dos Trabalhadores
SINA	Sindicato Nacional dos Aeroviários
SINASEFE	Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDPOL-DF	Sindicato dos Policiais Civis do DF
SINDSCOPE	Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II
SINTEPAV-PE	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco
STF	Supremo Tribunal Federal
STICCERO	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado de Rondônia
STICMB	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília
SUS	Sistema Único de Saúde
TRF	Tribunal Regional Federal
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

TST	Tribunal Superior do Trabalho
UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).

Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).

Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP-UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Noviembre 2011

Editada en junio 2012



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Norad
Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



Govern
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 1029

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes	Dr. Roberto Leher Alice Coutinho da Trindade Peter Sana Willian Ramos da Silva
Fuentes	Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevó y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do Conflito Social

Novembro de 2011

3º feira 01

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) fazem uma manifestação, convocada por meio das redes sociais, para apoiar a presença da Polícia Militar (PM) na Cidade Universitária –localizada na zona oeste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação ocorreu na Praça do Relógio e reuniu a cerca de 200 alunos. O ato foi uma reação aos colegas que ocuparam o prédio da diretoria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) na noite do dia 27, em protesto contra a atuação de PMs no campus. Na convocação para a manifestação de hoje, os organizadores declaram que “a presença da PM é necessária” por causa da falta de preparo da Guarda Universitária para exercer o trabalho de segurança do local. Renan de Oliveira, diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE), declarou que o órgão defende o aprofundamento do debate entre os estudantes sobre o tema. “Não achamos que existam verdades absolutas, nem que a polícia seja a única saída, nem que a ausência da polícia, agora, vá resolver o problema que vimos ao longo do ano de insegurança e violência. O que não queremos é que estudantes se aproveitem desse clima de insegurança para fazer política em cima disso”, disse. Para o tenente-coronel José Luiz de Souza, comandante do Décimo Sexto Batalhão da PM, responsável pelo policiamento na região do Butantã, “não há excesso” na abordagem policial dentro do campus. Souza explicou que o trabalho desenvolvido pela PM dentro da USP é a “prevenção de delitos”. “A abordagem policial é um dos recursos estratégicos que a instituição utiliza, em todo o território paulista, para reprimir ilícitos. Não há abuso. É uma estratégia usada pela polícia há muitos anos”, disse. Segundo Souza, o confronto ocorrido entre a PM e os estudantes foi, principalmente, pela falta de diálogo e por excesso dos estudantes. O convênio entre a USP e a Secretaria de Segurança Pública foi firmado em setembro após meses de negociação. Em maio deste ano, o estudante Felipe Ramos de Paiva, de 24 anos de idade, foi assassinado durante um assalto. No dia 31 de outubro, a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, formada por 50 professores, funcionários e alunos, declarou, por meio de nota, a sua disposição para negociar o conflito.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulga relatório que demonstra um genocídio indígena no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O relatório afirma que 250 índios foram assassinados no estado do ano de 2003 até 2011. A maioria dos casos surgiu na região Sul do estado, onde se localizam índios da etnia Guarani Caiuá. O CIMI afirma que o quadro de violência é decorrente do conflito agrário, onde lideranças indígenas são assassinadas por fazendeiros, além de conflitos internos nas aldeias. O relatório também denuncia à incapacidade do Estado de cumprir sua própria Constituição e tratados internacionais dos quais é signatário, que resguardam os direitos humanos, indígenas e territoriais.

Cerca de 100 pessoas realizam um ato nas escadarias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato ocorre em defesa do deputado estadual Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O deputado deixa o país a convite da Anistia Internacional, devido a 27 ameaças de morte por conta da sua atuação a frente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das milícias.

A organização não governamental (ONG) Rio de Paz e cerca de 20 parentes e amigos de pessoas mortas violentamente realizam ato na Praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto reivindica que as investigações de mortes violentas tenham uma maior atenção da Polícia Civil e que sejam agilizados os processos para se realizar os trabalhos de investigações. Os manifestantes colocaram na areia uma cruz e um molde, feito de plástico, em forma de um corpo ilustrando o pedido de paz. Foi colocado também um painel mostrando o número de mortos por violência urbana, entre janeiro de 2007 até junho de 2011.

5º feira 03

Cerca de 100 trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) realizam audiência para discutir os rumos da reforma agrária no Assentamento Milton Santos, na cidade de Atalaia – Alagoas (região Nordeste). O objetivo é reivindicar, junto ao poder público, os direitos dos trabalhadores em luta. Participam da audiência a superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Lenilda Lima, o secretário do Estado de Articulação Social, Claudionor Araújo, o secretário municipal de Administração, Petrócio Wanderley, além de professores universitários e autoridades locais. Os trabalhadores levantaram questionamentos e críticas desde a qualidade dos materiais e cronogramas das obras em curso até dificuldades na liberação de certas modalidades de crédito.

A USP pede ao Tribunal de Justiça de São Paulo a reintegração de posse do prédio da reitoria ocupado por estudantes na madrugada do dia 2, em protesto pela atuação da PM na Cidade Universitária em São Paulo – SP (região Sudeste). A justiça paulista determinou neste mesmo dia 3 a desocupação e a reintegração de posse do prédio. A decisão é da juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da Nona Vara da Fazenda Pública Central de São Paulo. Na sua decisão, a juíza deu um prazo de 24 horas para a desocupação do prédio, que deverá ser feita sem violência, com a participação de um representante dos ocupantes e da reitoria. Caso o prazo não seja obedecido, a juíza autorizou, “como medida extrema”, o uso da força policial. Antes de ocupar a reitoria, os estudantes ocuparam por uma semana o prédio da administração da FFLCH da universidade. O protesto foi deflagrado depois de um confronto ocorrido entre estudantes e PMs, por causa da detenção de três alunos, flagrados fumando maconha no estacionamento da faculdade. Na noite do dia primeiro de novembro estudantes fizeram uma assembleia e decidiram deixar o prédio da faculdade e ocupar a reitoria. Os alunos do campus mostram-se divididos sobre a ocupação da reitoria. Uma carta de repúdio à ocupação assinada por um grupo de estudantes da Faculdade de História tem circulado pela USP. Na carta, o grupo chama a ocupação de “ilegítima e arbitrária” e diz que foi “perpetrada após votação fraudulenta”, quando a assembleia já estava esvaziada. O reitor, João Grandino Rodas, afirmou que espera ver a situação resolvida de forma amigável, por meio de diálogo com os estudantes, mas voltou a dizer que o convênio com a PM não será revisto. O convênio foi firmado em setembro, após a morte do estudante Felipe Ramos de Paiva, ocorrida na noite de 18 de maio.

6º feira 04

Organizações de defesa dos trabalhadores rurais do Pará denunciam à Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a omissão de órgãos do governo federal no município de Anapu, sudoeste do Pará (região Norte). Em carta enviada à ouvidoria, as entidades

pedem ações mais enérgicas do INCRA na resolução de conflitos agrários na região. De acordo com as organizações, o INCRA não cumpriu o acordo assinado em janeiro durante a caravana da Campanha contra Violência no Campo, no qual se comprometeu a agilizar a vistoria das terras griladas e envolvidas em conflitos. As lideranças do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur querem que os lotes 68, 71 e 73 da Gleba Bacajá, em Anapu, sejam apropriados por pequenos produtores. A representante da congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, irmã Jane Dweyer, disse que o assentamento de cerca de 80 famílias depende dessa vistoria do INCRA. No entanto, os lotes 71 e 73 ainda dependem de um parecer judicial. Além da falta de assistência do Estado, os pequenos produtores também sofrem ameaças de madeireiros e grileiros. Dados da Ouvidoria Agrária Nacional apontam que entre 2001 e 2010, 58 pessoas foram assassinadas no Pará em confrontos por terra e 62 casos estão sob investigação no estado. Apenas este ano, pelo menos sete trabalhadores rurais foram mortos. O INCRA informou, por meio de sua assessoria, que Anapu é uma região com muitos conflitos, mas tem tomado precauções com o Ministério Público, a Polícia Federal (PF) e a Força Nacional para dar prosseguimento às ações normais do órgão.

A reitoria da USP propõe criar um grupo de trabalho para discutir a presença da PM na Cidade Universitária em São Paulo – SP (região Sudeste). A criação do grupo, porém, está condicionada à desocupação do prédio da reitoria por um grupo de estudantes da universidade. Esta tarde, uma comissão de negociação da reitoria se reuniu com representantes dos alunos quando foi apresentada a proposta da criação do grupo de trabalho. Segundo a reitoria, caso a proposta seja aceita, o grupo de trabalho será formado por representantes da direção da universidade, estudantes e funcionários, além da participação de pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência e do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da própria USP. A reitoria propôs também a criação de outro grupo de trabalho para examinar a questão dos processos administrativos que podem ser abertos contra estudantes que fazem a ocupação. Os estudantes declararam, por meio de nota, que, apesar das propostas, a reitoria não está disposta a negociar: “Foi proposto que, somente depois que desocuparmos [o prédio], seria aberto um grupo de trabalho para discutir alguns pontos do convênio [com a PM] e alguns dos processos. Por isso, a negociação foi uma farsa somente para a reitoria fingir que está aberta ao diálogo”. No dia 3, a Justiça determinou a desocupação e a reintegração de posse do prédio da reitoria da USP. A juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da Nona Vara da Fazenda Pública Central de São Paulo, determinou que a desocupação fosse feita em 24 horas. O prazo para a saída dos estudantes, contudo, só começa a ser contado a partir do momento em que eles forem notificados. O Tribunal de Justiça de São Paulo informou esta tarde que não há previsão de quando esta notificação será feita.

Sábado 05

Representantes dos estudantes que ocupam a reitoria da USP e membros da direção da instituição chegam a um acordo no início da tarde. O prazo para a saída dos estudantes, determinado pela Justiça para as 17hs deste dia 5, foi prorrogado para as 23hs do dia 7. Caso a reintegração não ocorra até o horário estabelecido, o acordo prevê o uso de força policial. A USP se comprometeu a dialogar com os estudantes, a religar a luz, a internet e a água. O acordo foi mediado pela juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da Nona Vara da Fazenda Pública Central de São Paulo, que determinou a desocupação do prédio. Entre outras reivindicações, os estudantes querem que a USP revogue o convênio firmado com a PM para fazer a segurança dentro do campus. No entanto, há alunos que defendem o patrulhamento da PM. Eles fizeram uma manifestação no dia primeiro,

convocada por meio das redes sociais, para apoiar a presença da polícia na segurança da Cidade Universitária. A manifestação ocorreu na Praça do Relógio e reuniu cerca de 200 alunos. Os organizadores do movimento favorável ao policiamento no campus alegam que “a presença da Polícia Militar é necessária” por causa da falta de preparo da Guarda Universitária para exercer o trabalho de segurança do local.

Domingo 06

Marlone, militante do assentamento Irinema Ilhinha, do Porto do Itaqui - Maranhão (região Nordeste) é assassinado ao voltar de uma reunião na comunidade. Segundo informações do site do MST, homens armados numa moto tentaram sequestrar a filha do militante e dispararam contra o Senhor Marlone. Os moradores da comunidade Irinema Ilhinha disputam com a empresa Ribeirão AS terras pertencentes à comunidade e utilizadas pela empresa. Um agravo de instrumento garante a comunidade o retorno às suas terras.

2º feira 07

O grupo de cerca de 400 universitários da USP recusa por unanimidade a proposta apresentada pela reitoria durante negociação. A decisão foi tomada minutos antes do prazo dado pela Justiça para a desocupação do prédio sem o uso de força policial. Estudantes ficaram insatisfeitos com a proposta apresentada pela reitoria da USP em São Paulo – SP (região Sudeste). Os termos foram praticamente os mesmos oferecidos em reunião no dia 5: aperfeiçoamento do convênio com a PM para a segurança no campus e revisão dos processos administrativos contra alunos e funcionários da universidade. Segundo o representante dos alunos, Rafael Alves, a proposta da reitoria foi insuficiente e não considerou as contribuições dos alunos. “A gente não avançou em nenhum dos pontos, de novo”. O fato dos estudantes não reconhecerem os termos do acordo como uma construção conjunta desagradou ao superintendente de Relações Institucionais da USP, Wanderley Messias da Costa.

Cerca de 5 mil trabalhadores dos consórcios Techint/Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão/Galvão/IESA Óleo e Gás, Skanska/Engevix/Promon Engenharia Ltda e Série da Avaliação de Segurança e Saúde Ocupacional, responsáveis pelas obras, na cidade de Itaboraí – Rio de Janeiro (região Sudeste), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, realizam paralisação. Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com os trabalhadores que exercem a mesma função na região e o não pagamento de 25% do valor das consultas médicas no plano de saúde.

3º feira 08

Estudantes da USP e a PM entram em conflito durante processo de reintegração de posse da reitoria em São Paulo – SP (região Sudeste). Por volta das 5:20hs desta manhã, cerca de 400 policiais do Batalhão de Choque tentaram retirar os mais de 150 estudantes que estavam no local. Um grupo resistiu e agrediu verbalmente os policiais que reagiram tentando contê-los. A ocupação dos estudantes é motivada por uma campanha para que policiais militares não permaneçam no campus da universidade. A assessoria da PM informou que os policiais ficarão na reitoria até a saída de todos os estudantes. Os conflitos se intensificaram por volta das 6hs da manhã. Alguns estudantes,

segundo a assessoria, foram detidos momentaneamente. Em cerca de duas horas, 70 estudantes, dos quais 24 mulheres, foram detidos e levados à delegacia. As chaves da reitoria foram entregues a um oficial de Justiça pelo comando da PM responsável pelas informações. Os universitários querem garantias da USP de que não haverá processo administrativo contra os estudantes que ocuparam o prédio da reitoria, mas houve sinalizações da direção da universidade de que haverá processos contra os responsáveis por depredação do patrimônio da instituição. Paralelamente, a administração da USP se comprometeu a incluir os alunos nos debates para o aperfeiçoamento do convênio com a Polícia Militar e rever os processos administrativos envolvendo os estudantes e funcionários. A polícia passou a fazer a segurança da universidade após a morte de um aluno em uma tentativa de assalto dentro do campus. Segundo informações da *Agência Brasil*, a PM encontrou na reitoria da USP, durante a reintegração de posse, sete coquetéis molotov, rojões e 5 litros de gasolina, além de pichações nas paredes. Eles foram indiciados por crimes de desobediência, dano ao patrimônio público e crime ambiental. Centenas de estudantes da USP fizeram um protesto contra a ação de reintegração de posse do prédio da reitoria. Em nota, o DCE da USP manifestou “completo repúdio à reintegração de posse levada a cabo pela PM e pela reitoria”. O DCE também afirmou que o convênio firmado entre a USP e a PM “fere o princípio da autonomia universitária e compromete a liberdade de organização e de defesa de um outro modelo de ensino superior para a nossa sociedade”. À tarde um novo ato contra a desocupação do prédio da reitoria foi realizado. Cerca de 200 alunos partiram em caminhada da FFLCH até a reitoria. No final do dia, os 72 detidos durante a reintegração de posse começaram a assinar os alvarás de soltura. Depois de firmarem o documento, os 68 alunos e quatro funcionários foram encaminhados para exame no Instituto Médico-Legal, para serem liberados em seguida. A liberação ocorreu após a Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas) arrecadar e pagar os R\$ 39,2 mil relativos a fiança dos envolvidos. Os detidos responderão pelos crimes de dano ao patrimônio público e desobediência de ordem judicial. Os estudantes negam ter danificado o prédio da reitoria e ter fabricado bombas caseiras que a polícia apresentou após a ação de reintegração. “Foi plantado, assim como o mobiliário quebrado”, disse em entrevista o estudante de letras, Rafael Alves.

Estudantes da Universidade de Brasília (UnB) protestam contra a aprovação do relatório do novo Código Florestal proposto pelo senador Luiz Henrique, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-SC), em duas comissões no Senado. Os estudantes entraram em confronto no corredor das comissões com policiais legislativos da Casa em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Um estudante de Geologia da UnB foi arrastado por quatro policiais por cerca de 20 metros e, ao tentar reagir, levou um tiro de Taser (arma paralisante). Ele foi conduzido para a delegacia da polícia legislativa onde prestou depoimento. Ele foi acompanhado pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA), membro da Comissão de Agricultura. A Comissão de Ciência e Tecnologia e a de Agricultura aprovaram o texto-base do projeto do novo Código Florestal. Durante toda a sessão, os estudantes da UnB usaram narizes de palhaço e gritaram palavras de ordem. O estudante de geologia Raphael Pinheiro da Rocha, detido pela Polícia Legislativa, será indiciado pelos crimes de desobediência e resistência à prisão.

Cerca de 3 mil pessoas ocupam prédios abandonados na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo da ação é reivindicar uma ampla política de moradia. O poder público pediu a reintegração de posse de um dos edifícios, o antigo hotel Cineasta, na avenida São João. A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) apóia as ocupações encabeçadas pela Frente de Luta por Moradia (FLM) e pela Central dos Movimentos Populares (CMP). Segundo o movimento, os militantes não deixarão os prédios ocupados. “É uma ação legítima. Muitas famílias ficaram de fora dos programas sociais. Uma das ocupações é um prédio inacabado de 25

unidades habitacionais na rua Do Carmo, próximo da Praça da Sé, que a Companhia de Habitação Popular já entregou para uma igreja católica próxima ao local”, explicou ao *Vermelho* Nilda Neves, do Movimento pelo Direito à Moradia, filiado à CONAM. O prédio da avenida São João está ocupado por cerca de 300 pessoas. O prédio é da prefeitura, que afirma que irá construir uma moradia para artistas de baixa renda. A liminar de reintegração de posse foi concedida pela juíza Maria Rita Rebello Pinho Dias, da Trigesima Vara Cível do Fórum João Mendes. Representantes do município estiveram nos locais ocupados e se comprometeram a encaminhar as queixas das famílias aos órgãos competentes. Ocorrem mobilizações também nas avenidas Rio Branco e Ipiranga, e nas ruas Vitória, Conselheiro Nébias, Dr. Carlos Guimarães e Tabatinguera.

4º feira 09

Senadores das comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, que votaram no dia 8 o texto principal do projeto de lei do novo Código Florestal, protestam contra a atitude da Polícia Legislativa do Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A principal crítica dos parlamentares foi quanto ao uso da pistola Taser (arma de imobilização por meio de choque) contra um dos universitários. Logo na abertura dos trabalhos, o presidente da Comissão de Agricultura, Eduardo Braga (PMDB), disse que nada justifica a ação do policial que atirou contra o estudante. O policial, autor do tiro, foi afastado das atividades pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB), até que a investigação seja concluída. Sarney determinou que a apuração do caso ocorra em 15 dias. O relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores (PT), também lamentou o episódio. Ele ressaltou a necessidade da Polícia Legislativa “tomar providências [para garantir a segurança na Casa] sem fazer uso dessas armas”. O estudante de geologia da UnB, Raphael Pinheiro da Rocha, será indiciado pelos crimes de desobediência e resistência à prisão. Raphael foi arrastado por cerca de 20 metros por quatro policiais, após receber voz de prisão. O diretor da Polícia Legislativa do Senado, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, disse que em depoimento dado na presença do pai, o estudante reconheceu que simulou um desmaio após ser arrastado. Na proximidade do elevador que dá acesso à delegacia, Raphael “tentou desvencilhar-se com chutes” dos policiais e levou um tiro de Taser, pistola paralisante usada pelos agentes.

Estudantes da USP deflagram greve, mas as aulas na universidade não são paralisadas. A reitoria informou, por meio de nota, que o calendário de atividades está mantido e, somente em alguns cursos, como letras, as salas de aula ficaram vazias. A greve dos estudantes, decidida em assembleia, foi convocada em protesto contra a ação da PM na reintegração de posse do prédio da reitoria, ocupado por um grupo de estudantes. A reitoria da universidade informou, em nota, que as aulas de graduação e pós-graduação da universidade estão transcorrendo normalmente e que os funcionários da reitoria devem voltar no dia 10 a trabalhar no prédio que estava ocupado pelos estudantes. A PM mantém o patrulhamento reforçado na Cidade Universitária, zona oeste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). No fim desta manhã, 14 carros da Força Tática estavam estacionados em frente à reitoria. Ainda de acordo com a reitoria, já estão sendo contabilizados os danos patrimoniais provocados pela ocupação. Comissões serão instauradas para tomar as devidas providências legais contra os responsáveis. Estudantes que ocuparam a reitoria negam ter danificado equipamentos e instalações.

Servidores públicos da área da saúde do estado de São Paulo fazem uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa em São Paulo – SP (região Sudeste) para reivindicar reajuste salarial. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaude),

os servidores estão sem reajuste há três anos. “Esse ato de hoje é para tentar sensibilizar os deputados estaduais que votem o projeto de reajuste salarial que está há dois meses na casa, mandado pelo governador e negociado com sindicato”, disse o diretor do sindicato Alessandro Neri. Caso o projeto não seja votado, os servidores prometem levar uma proposta de greve para a assembleia geral, no próximo dia 25. Os trabalhadores reivindicam 26% de reajuste salarial e vale refeição de R\$ 10. No projeto a ser levado a plenário, o governo propõe reajuste mínimo de 7% para a categoria. “Isso não cobre os três anos de inflação, e os reajustes anteriores também não cobriam. As perdas nos últimos quatro, cinco anos, são de 49%. Nós estamos pedindo 26%, que foi o aumento dado ao próprio governador no começo desse ano, quando ele assumiu o governo”, disse o sindicalista. No estado, trabalham cerca de 80 mil servidores na área da saúde.

Cerca de 20 pessoas, vestidas com camisetas pretas se reúnem na Praça dos Três Poderes em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), em frente à Corte, para pedir que a Lei da Ficha Limpa seja considerada constitucional. O julgamento da validade da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal (STF) começou por volta das 16h50. Os manifestantes são do Movimento Brasil contra a Corrupção, o mesmo que organizou uma passeata na capital do país no dia 7 de setembro, que reuniu cerca de 20 mil pessoas. A manifestação de hoje foi convocada pelas redes sociais na internet, mas a chuva e o horário do julgamento não colaboraram para que a presença fosse maior. Os manifestantes acompanharam o julgamento debaixo de um toldo, ao lado de uma caixa de som que transmitia o áudio da sessão. Várias vassouras foram fixadas na cerca de metal instalada para evitar a aproximação dos manifestantes. As vassouras são iguais às que foram fincadas no gramado do Congresso Nacional recentemente. O julgamento definitivo sobre a validade da Lei da Ficha Limpa foi adiado pelo STF. O ministro Joaquim Barbosa pediu vista sob a alegação de que vai esperar a posse da nova ministra, Rosa Maria Weber, para que a votação não termine empatada. O relator do caso, Luiz Fux, votou pela aplicação da lei nas eleições de 2012, mas com ressalvas. Para ele, o candidato só pode ser enquadrado se renunciar depois de aberto o processo de cassação.

Servidores do Judiciário fazem um protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pela aprovação do projeto de lei que trata do plano de cargos e salários da categoria. O protesto, com buzinas e cornetas, acabou antes do início do julgamento da validade da Lei da Ficha Limpa. O ministro Luiz Fux, relator das ações que levaram a Lei da Ficha Limpa novamente à pauta do STF, votou pela constitucionalidade da norma. No entanto, o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa, segundo ele, pelo adiantado da hora. Em seu voto, Fux defendeu que a presunção de inocência até decisão definitiva não faz sentido no direito eleitoral. Ele também entendeu que as restrições trazidas com a aprovação da lei no ano passado são apenas condições para a elegibilidade e devem ser seguidas por todos que quiserem se candidatar a um cargo eletivo.

5º feira 10

Um ato público organizado pelo governo do estado do Rio, com o apoio da prefeitura da capital e de outras prefeituras do interior, além de entidades da sociedade civil, reúne milhares de pessoas no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra o projeto de lei do senador Vital do Rego (PMDB), que revê a distribuição dos royalties do petróleo. Para garantir o grande número de manifestantes, as repartições estaduais e municipais liberam os funcionários mais cedo. Prefeituras do interior, principalmente dos municípios que recebem repasses provenientes do petróleo,

decretaram ponto facultativo e alugaram ônibus para levar os manifestantes até a capital. Se o projeto aprovado no Senado passar pela Câmara dos Deputados, o Rio de Janeiro, maior estado produtor de petróleo, poderá ter prejuízos de até R\$ 3,3 bilhões já no próximo ano, segundo números apresentados durante visita feita pelo governador Sergio Cabral à presidenta Dilma Rousseff em outubro. A subsecretária estadual de Desenvolvimento e Energia do Rio, Renata Cavalcanti, considerou que a possível mudança na distribuição dos royalties poderá causar problemas graves no futuro. “É um processo de longo prazo que vai se refletir nas próximas gerações. Isso poderá ser uma perda permanente, com o agravante de que a produção de petróleo é algo que vai diminuindo. Os campos que estão hoje em produção têm vida útil de até 20 anos. O impacto estadual será muito sério, pois os royalties são usados para pagar a dívida com a União e para o Fundo do Meio Ambiente, utilizado principalmente em saneamento”, avaliou Renata. A prefeita de Campos dos Goytacazes e ex-governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, classificou a possível perda de parte dos recursos provenientes da exploração do petróleo como geradora de verdadeiro caos social na região Norte do estado, onde se concentra a produção. “Nós vamos perder 70% do orçamento. No ano que vem, eu perderia em torno de R\$ 500 milhões. Isso significa uma quebradeira não só no município de Campos, mas em toda a região. Nós vivemos hoje, em grande parte, dos royalties. Se fosse fazer políticas públicas apenas com verbas obrigatórias enviadas pelo governo federal e mais o que se arrecada na nossa região, não teríamos como manter o investimento que hoje é feito na cidade, que ficaria pelo avesso”, disse Rosinha. Só este ano, Campos arrecadou R\$ 1 bilhão em royalties e teve participação especial proveniente do petróleo.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) notifica a marca de roupas Zara para comparecer a uma audiência no próximo dia 18 para assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O acordo busca regularizar a cadeia produtiva da grife espanhola e reparar os danos causados aos trabalhadores flagrados em regime de trabalho semelhante ao escravo em São Paulo (região Sudeste). Em junho, as investigações do MPT e dos fiscais do Ministério do Trabalho descobriram 51 trabalhadores (46 bolivianos) em condições degradantes em uma confecção da empresa em Americana, interior de São Paulo. No mês seguinte, foram encontrados 14 trabalhadores bolivianos e um peruano em situação análoga à escravidão em duas confecções na cidade de São Paulo. Ao prestarem esclarecimentos em audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo, os representantes da marca, Enrique Huerta Gonzales e Jesus Echeverria, alegaram desconhecer que funcionários trabalhavam em regime escravo em confecções contratadas pela marca. Segundo o procurador Luiz Carlos Fabre, o fato de a produção ser terceirizada não exime, entretanto, a marca espanhola da responsabilidade pelas condições dos trabalhadores. Caso a grife se recuse assinar o TAC, que ainda não teve os termos divulgados, o MPT adiantou que ajuizará uma ação civil pública contra a empresa. “Com pedidos indenizatórios contendo valores muito maiores do que aqueles propostos no acordo”.

Cerca de 2 mil alunos da USP fazem um novo ato contra a presença da PM no campus da instituição em São Paulo – SP (região Sudeste). Cerca de 500 alunos, segundo a polícia –e mais de mil, segundo os organizadores– saíram em passeata da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no centro antigo da cidade, e percorreram as ruas próximas. Além da saída da PM do campus, eles acusam a corporação de ter cometido abusos na desocupação do prédio da reitoria, no dia 8, e também pedem a renúncia do reitor da universidade, João Grandino Rodas. Os alunos gritam palavras de ordem em apoio à greve iniciada há dois dias. “Estamos aqui contra a ação truculenta da polícia e para chamar a atenção da sociedade para a falta de diálogo que existe entre a direção da USP e a sua comunidade. Se a reitoria fosse realmente aberta, eles teriam resolvido no

diálogo a questão da ocupação”, disse o aluno Augusto, que só quis se identificar pelo primeiro nome. Do último dia 1º até o dia 8, um grupo de alunos ocupou o prédio da reitoria. A PM cumpriu a ordem judicial de reintegração de posse do prédio e prendeu 72 pessoas, dos quais 24 mulheres. Eles foram levados à Nonagésima Primeira Delegacia de Polícia e tiveram de pagar fiança pela libertação. A rediscussão da presença da PM no campus da USP e a reavaliação de processos abertos contra alunos e trabalhadores da universidade estão entre os principais pontos reivindicados pelos estudantes que ocuparam a reitoria.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e movimentos sociais apresentam em São Paulo (região Sudeste) as campanhas que estão implementando este mês contra a privatização dos setores elétrico e de água no país. O material, que será divulgado em revistas, jornais, internet e rádios, e distribuído à população, pretende mobilizar a sociedade e o governo sobre as parcerias público-privadas no setor de água e as concessões de energia elétrica no país. No manifesto, as organizações defendem a renovação das concessões do setor elétrico e explicam que a atual legislação não prevê a possibilidade de renovação para as empresas geradoras, transmissoras ou distribuidoras de energia, que deverão participar de um leilão. A partir de 2015, diversos contratos de concessão de energia elétrica – firmados com Furnas, Chesf, Eletronorte, Cesp, Cemig e Copel, entre outras– começam a vencer. Segundo o manifesto, esses contratos correspondem a cerca de 20% do parque gerador brasileiro, 80% das linhas de transmissão e 49 empresas distribuidoras, o que representa “35% do total de energia comercializada no país e envolve negócios da ordem de R\$ 30 bilhões por ano”. Para Franklin Moreira Gonçalves, presidente da FNU, os leilões de energia representam “uma nova tentativa de privatizar o setor elétrico em função dos investimentos [que já foram feitos] na concessão”. Segundo ele, é preciso alterar a legislação, permitir a renovação das concessões do setor elétrico e aumentar os instrumentos de controle social para garantir que haja qualidade nos serviços e tarifas mais justas para a população. Segundo o presidente da CUT, Artur Henrique, também é preciso que a legislação garanta melhores condições para os trabalhadores do setor. De acordo com o manifesto, hoje a maioria dos municípios brasileiros tem como operadora as companhias estaduais de saneamento, que atendem cerca de 80% da população brasileira. “Não podemos deixar que a água, que é o bem mais valioso da humanidade, caia nas mãos da ganância de empresários nacionais e de grupos estrangeiros”, diz o documento. “Energia e água são dois temas estratégicos. Já tivemos uma experiência de erro que foi o processo de privatização no setor elétrico, e não vamos deixar isso ocorrer novamente. As consequências dessa privatização foram explosão das tarifas de energia elétrica e aumento da exploração sobre os trabalhadores do setor”, disse Gilberto Cervinski, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). As entidades estão organizando um calendário de ações para abrir o debate sobre as concessões de energia e sobre a prestação de serviços de saneamento em todo o país. No dia 10, os seus representantes se reuniram com o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, para apresentar o material das duas campanhas.

6º feira 11

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes – SP (região Sudeste), ligado a Força Sindical, fecha acordo de 10% de reajuste salarial para a categoria. O reajuste corresponde à inflação de 6,66%, mais aumento real de 3,13%. O piso salarial da categoria teve reajuste de 12,11%, sendo 5,11% acima da inflação. Os trabalhadores receberam também abonos que variam

de 26% a 28% do salário. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes afirma que o acordo atinge a cerca de 800 mil trabalhadores e 54 entidades no estado.

O MST lança carta de apoio aos estudantes da USP que mantém os protestos e a luta pela educação, após a desocupação do prédio da reitoria no dia 8 de novembro na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O MST criticou a truculência utilizada na ação da PM, a repressão e a criminalização da luta pela educação, por parte do governador de São Paulo Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e do reitor João Grandinho Rodas. O MST afirma que a educação esta entre as prioridades para o movimento e dentre suas pautas esta a reivindicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação.

Estudantes do Instituto de Filosofia Ciências e História (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas – São Paulo (região Sudeste), deflagram greve em apoio aos estudantes da USP. Eles também apóiam a greve de parte dos funcionários da universidade, que completa neste dia 11, 23 dias. O DCE informou que todos os cerca de 1.500 estudantes de graduação e pós-graduação do IFCH estão em greve. Os estudantes do Instituto de Estudos da Linguagem, do Instituto de Educação e do Instituto de Artes, realizaram também paralisação. Eles farão assembleias para decidir se aderem à greve dos estudantes do IFCH.

O desembargador Adilson Macabu, convocado para atuar como ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ), nega pedido de liberdade do fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, condenado a 30 anos de reclusão pelo assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, em Anapu – Pará (região Norte). Segundo o magistrado, o pedido não preenche os requisitos necessários para atendê-lo, como coação ilegal e abuso de poder, risco da demora no julgamento ou a plausibilidade do direito invocado pela defesa. Os advogados alegavam que, como respondeu ao processo em liberdade e compareceu a todos os atos processuais, o Tribunal de Justiça do Pará não poderia ter decretado sua prisão, pois não há fato novo a justificá-la. Em seu voto, Macabu argumentou que o habeas corpus não admite o exame da culpa ou da inocência do fazendeiro, uma vez que é preciso respeitar a soberania do veredicto do Tribunal do Júri. O magistrado também citou a participação do fazendeiro no crime –Galvão deu R\$ 50 mil para que a missionária fosse executada. “O condenado, de forma premeditada, em concurso de agentes com unidade de desígnios, mandou executar a vítima, mediante promessa de pagamento, pois ela incomodava e contrariava seus interesses de fazendeiro, fato confirmado por um dos denunciados na sessão de julgamento no Tribunal do Júri”. Ao julgar o recurso de Galvão para tentar anular a pena de 30 anos, no dia 6 de setembro deste ano, a Primeira Câmara Criminal Isolada do Tribunal de Justiça do Pará decretou a prisão dele. Os desembargadores levaram em conta a periculosidade do condenado, assim como a boa condição financeira para fugir. Galvão é um dos cinco condenados pela morte da missionária. Os demais são Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, Rayfran das Neves, o Fogoió, Amair Feijoli, o Tato, e Clodoaldo Batista, o Eduardo, cujas penas variam de 17 a 30 anos de prisão.

Sábado 12

Cerca de 300 crianças sem terrinhas participam do Décimo Encontro Regional dos Sem Terrinha na cidade de Porto Seguro – Bahia (região Nordeste). O evento ocorre em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura e tem como tema “A Cultura da Infância Sem Terra”. O evento trabalha expressões artísticas com questões relacionadas ao circo, ao teatro e a música, pensamento e leitura, e a transversalidade da cultura, por meio dos temas da cultura digital e práticas lúdicas.

3º feira 15

Um grupo de cerca de 30 pessoas protesta em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a corrupção. Sob uma forte chuva, os manifestantes se reuniram embaixo da marquise do Museu da República, na região central da cidade, na tentativa de fazer uma marcha contra a corrupção nos moldes daquelas que foram programadas para ocorrer em várias cidades neste dia 15, Dia da Proclamação da República. Com a forte chuva, o pequeno grupo resolveu estender uma bandeira do Brasil e caminhar até a rodoviária do Plano Piloto, na região central da cidade. Vestidas de preto, as 30 pessoas usavam adesivos com a frase “Fora Agnelo”, em referência ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, acusado de envolvimento em desvio de verba pública quando era ministro do Esporte. Uma das articuladoras do protesto, a jornalista Irene Oliveira, disse que houve boicote nas redes sociais à manifestação programada para o Museu da República. Isso, segundo ela, deixou Brasília fora do calendário da Marcha Nacional contra a Corrupção. Ela citou o Movimento contra a Corrupção (MCC) como uma das entidades que desmobilizou o evento em Brasília. De acordo com Walter Magalhães, um dos representantes do MCC, entidade que ajudou a organizar as duas primeiras edições da marcha, Brasília ficou fora do calendário do evento devido ao feriado prolongado, que costuma deixar a cidade vazia. O MCC organizou a primeira Marcha Nacional contra a Corrupção no feriado de 7 de setembro e reuniu cerca de 25 mil pessoas em Brasília. A segunda edição foi em 12 de outubro e participaram aproximadamente 10 mil pessoas, segundo a PM. Entre os objetivos da *Marcha Nacional contra a Corrupção*, que ocorre hoje em cerca de 30 cidades, está a defesa da Lei da Ficha Limpa e do voto aberto na Câmara dos Deputados e no Senado. Cerca de 210 pessoas realizam passeata pela avenida Paulista, região central de São Paulo – SP (região Sudeste), para protestar contra a corrupção. Elas carregavam faixas e gritavam palavras de ordem. No meio do protesto, fizeram uma pausa para cantar o Hino Nacional. Ato semelhantes foram programados em várias cidades do país. A manifestação em São Paulo foi organizada pela União contra a Corrupção, que reúne vários movimentos sociais, como a MCC, o Movimento Brasil Social, os Revoltados Online e a Marcha nas Ruas. A expectativa dos organizadores do protesto era levar milhares de pessoas à avenida Paulista, mas a chuva fina atrapalhou a atividade. A ONG Rio de Paz organiza ato com cerca de 150 pessoas nas escadarias da Câmara dos Vereadores na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No protesto contra a corrupção, os manifestantes montaram um varal onde foram pendurados cartazes com frases de protesto. Também foi colocado, entre dois vasos sanitários, um boneco representando o personagem Pinóquio. A “escultura” estava rodeada por um círculo formado por desentupidores de privada. A empresária Cris Maza, uma das coordenadoras do movimento, disse que um dos objetivos é pedir a validação da Lei da Ficha Limpa pelo STF e o fim do foro privilegiado para autoridades. “Queremos tornar a corrupção um crime hediondo. Nos mobilizamos para dar nosso recado e não deixar o dia passar em branco”, disse Cris Maza. O *webdesigner* Chester Martins explicou a razão de se instalar um varal em frente à Câmara de Vereadores. “É para que o cidadão tenha a oportunidade de colocar seu protesto no varal e que a gente consiga se fazer ouvir e mudar as leis”, disse. Nas cordas estavam pendurados cartazes com frases como “Prisão para os corruptos”, “Quero meu dinheiro na educação, chega de corrupção” e “Corruptos, assassinos do povo”. Na favela do Mandela, no bairro de Manguinhos, moradores também protestam contra a corrupção e a impunidade e a favor da Lei da Ficha Limpa. Cerca de 80 manifestantes realizam marcha da Universidade Federal do Paraná até a Boca Maldita, na cidade de Curitiba – Paraná (região Sul). A marcha é um protesto contra a corrupção e a impunidade, e de apoio a Lei da Ficha Limpa. Os organizadores afirmam ser pressionados por partidos políticos para o ingresso de militantes partidários, porém o movimento se coloca apartidário. Cerca de 300 pessoas realizam protesto na Praça da Liberdade na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O

objetivo do ato é protestar contra a corrupção e a impunidade e a favor da Lei da Ficha Limpa. Cerca de 300 pessoas realizam passeata até a Assembleia Legislativa da cidade de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). O objetivo do ato é protestar contra a corrupção e a impunidade e a favor da Lei da Ficha Limpa. Os manifestantes lavaram a bandeira do estado como símbolo de limpeza na política do estado e do país. Cerca de mil pessoas realizam marcha na orla da cidade de Fortaleza – Ceará (região Nordeste), o objetivo do ato é protestar contra a corrupção e a impunidade. Os manifestantes reivindicam o fim do voto secreto nas casas legislativas e a validade da Lei da Ficha Limpa.

Manifestantes do movimento Ocupa Sampa acampam o viaduto do Chá na região central de São Paulo – SP (região Sudeste). O Ocupa Sampa é inspirado em movimentos ocorridos neste ano no mundo todo, em que grupos de jovens acampam durante semanas, até meses, em frente a prédios de governos, bancos ou grandes corporações, protestando, em especial, contra a ganância do sistema financeiro. O mais famoso ocorreu em *Wall Street* em Nova York, principal centro financeiro dos EUA.

4º feira 16

Cerca de 300 estudantes da USP fazem uma passeata contra a presença da PM no campus em São Paulo – SP (região Sudeste). Os alunos de 13 faculdades estão em greve desde o dia 8 como forma de pressionar a administração da universidade a romper o convênio de segurança estabelecido com a polícia. Além da retirada da PM, os manifestantes reivindicam a reavaliação dos processos administrativos envolvendo alunos e funcionários que ocuparam o prédio da reitoria, além da renúncia do reitor João Grandino Rodas. Mais cedo, a reitoria recusou o convite do DCE Livre da USP para participar de uma audiência pública a fim de discutir a presença da PM na Cidade Universitária. A administração, no entanto, concordou em receber representantes do movimento estudantil para dialogar sobre o assunto. “A administração central sempre esteve aberta ao diálogo, julgando-o positivo para o esclarecimento e busca de soluções”, disse a reitoria por meio de nota.

5º feira 17

O juiz Hugo da Gama Filho, da Justiça Federal no Pará, nega pedido do Ministério Público Federal (MPF) para suspender os efeitos da licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu, no Pará (região Norte). O MPF alega que a licença de instalação foi emitida sem o cumprimento de condições da licença prévia, como a construção de estruturas de saúde, educação e saneamento. A licença de instalação foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em junho. O órgão defendeu que as condições contidas na licença prévia podem ser cumpridas ao longo do projeto, como nas fases de instalação e operação. Já a Norte Energia, consórcio responsável pela construção da usina, alegou que não cabe ao Judiciário avaliar o mérito dos atos administrativos, sob pena de violar o princípio da separação dos Poderes. Ao rejeitar a concessão de liminar, o juiz acatou a tese de que as condicionantes podem ser atendidas em qualquer fase da construção da usina, inclusive na operação, e que a Norte Energia se comprometeu a sanar todas as falhas detectadas na manifestação prévia do IBAMA.

Os petroleiros decidem a data de início da greve durante reunião do conselho deliberativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A paralisação foi definida no dia 14, quando assembleias

em todo o país rejeitaram a primeira contraproposta da Petrobras e definiram o dia de hoje como indicativo para a greve. Neste dia 17, a empresa anuncia uma nova proposta para os trabalhadores. Segundo o coordenador-geral da FUP, João Antônio de Moraes, “temos prévias no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Amazonas. E todas elas estão atendendo ao indicativo da FUP, de rejeitar a nova tentativa da empresa de atrasar a paralisação. A questão principal, que é a segurança dos trabalhadores, não avançou. Temos direito de participar de todas as reuniões da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que são 12 ao ano, e ela propôs que participássemos apenas de duas delas”, explicou Moraes ao *Vermelho*. Apesar de nenhum sindicato ter concluído as assembleias, ele disse que já é possível afirmar que essa contraproposta também será rejeitada. Moraes acrescentou que os 12 sindicatos filiados à FUP devem realizar novas assembleias para que todos os trabalhadores possam ter a oportunidade de participar do processo de negociação. Na reunião do conselho, representantes das 12 entidades estão presentes e apresentarão um balanço das discussões e votações. A pauta de reivindicação dos petroleiros é 10% de aumento real, reforço na política de saúde e segurança, aumento no total de trabalhadores, melhoria nos benefícios e igualdade de direitos para trabalhadores terceirizados.

6º feira 18

O cacique Nísio Gomes, a esposa e uma criança são assassinados durante o ataque de 42 pistoleiros à comunidade Kaiowá Guarani do acampamento Tekoha Guaviry, na cidade de Amambai – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Ainda há indígenas feridos e pessoas seqüestradas. Os agentes do CIMI foram orientados a não sair de seus locais de trabalho por estarem ameaçados. A CPT lança carta pública para denunciar o descaso com que são tratados os povos indígenas, as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais no país. A CPT declarou apoio à luta dos kaiowá guaranies e aos agentes do CIMI.

Um grupo de homens armados e encapuzados invade uma aldeia de indígenas kaiowá guarani, no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) e mata o líder da comunidade, informa a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). “A comunidade Kaiowá Guarani, do acampamento Tekoha Guaviry, no município de Amambai (próximo à fronteira com o Paraguai) sofreu o ataque de 42 pistoleiros encapuzados e fortemente armados. Seu alvo principal foi o cacique Nísio Gomes, de 59 anos, executado com tiros de armas calibre 12”, informou a FUNAI. Não se descarta que haja outras vítimas, uma vez que os atacantes levaram dois jovens e uma criança junto com o corpo do cacique assassinado, acrescentou a fonte. Valmir, filho de Nísio Gomes, foi ferido com uma bala de borracha no peito quando tentava socorrer seu pai, segundo o CIMI. Desde o começo do mês, os índios - cerca de 60 - ocupavam um território situado entre várias grandes fazendas de produção agrícola. A área, que é parte de sua terra ancestral está sendo oficialmente delimitada pelas autoridades. No Mato Grosso do Sul os conflitos por terras são muito frequentes, principalmente os confrontos entre indígenas e fazendeiros. “Todos chegaram com capuzes, jaquetas escuras e pediram que deitássemos no chão. Tinham armas calibre 12”, relatou um integrante do CIMI. Cerca de 250 assassinatos de Guaranis foram contabilizados pelo CIMI nos últimos anos, metade do total de homicídios sofridos por indígenas em todo Brasil. Os guaranis representam a maioria indígena do país e são um dos grupos com maiores problemas, pela escassez de terras, a superpopulação de suas aldeias e a falta de trabalho.

Ativistas do Greenpeace realizam um protesto em frente à sede da Chevron Brasil, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra o vazamento de petróleo no Campo de Frade, que ocorre desde

a semana passada. Os manifestantes, com uniformes da empresa, derramaram tinta preta em frente ao prédio, simbolizando o óleo vazado. Também foram pintadas pegadas de animais no chão, para lembrar como o vazamento de óleo poderá prejudicar a vida animal, na costa fluminense. Segundo a coordenadora da Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, Leandra Gonçalves, a empresa petrolífera foi negligente e não transparente no episódio. “Estima-se que o vazamento ocorrido no Campo de Frade seja maior do que o imaginado pela empresa. Desde o início, a empresa faltou com transparência nas informações e no diálogo com a sociedade. A falha geológica [por onde ocorre o vazamento] já deveria ter sido prevista no estudo de impacto ambiental. Medidas de contenção deveriam ter sido prontamente realizadas”, ressaltou. Segundo a ativista, a exploração de petróleo na costa brasileira coloca em risco a fauna marinha. Com as atividades na camada pré-sal, a expectativa é que o risco de acidentes aumente. A Chevron Brasil não se pronunciou sobre a manifestação. Em nota divulgada no dia 17, a empresa informou que está adotando todas as medidas para fechar o poço, monitorando a mancha de óleo e trabalhando junto com autoridades brasileiras. Segundo informações do site da *Agência Brasil*, a empresa Transocean, que faz os trabalhos de perfuração para a Chevron no Campo de Frade, é a mesma que operava a plataforma da *British Petroleum*, que explodiu no Golfo do México causando um dos maiores desastres ambientais da história recente. Apesar do retrospecto da Transocean, o presidente da concessionária brasileira da Chevron, George Buck, disse que confia na empresa e que continuará a operar com ela no Brasil. A plataforma da Transocean explodiu e afundou em abril de 2010, no Golfo do México, deixando 11 mortos e causando grandes prejuízos. Cerca de 4,9 milhões de barris de petróleo foram derramados no mar e o vazamento durou 87 dias.

O MPF no Pará pede ao Banco Central (BC) que fiscalize todas as operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O MPF quer saber se os financiamentos autorizados para a Norte Energia estão de acordo com as normas mínimas de riscos econômicos estabelecidas pela autoridade monetária. O procurador da República, Bruno Gütschow, que atua em Altamira, explicou que a preocupação do Ministério Público é com o montante que o BNDES está comprometendo com a obra. “Só nos impressiona o valor alto do empréstimo. É algo inédito um empreendimento desse tamanho, com o BNDES arcando com quase tudo, 80% de um projeto já estimado em R\$ 30 bilhões”, disse. O Ministério Público quer saber quais os riscos de crédito dos empréstimos à usina, assim como os riscos legais, de imagem, operacionais e de mercado. A análise também deve identificar a origem dos recursos para Belo Monte, se o banco de fomento estatal está observando os limites de diversificação de risco na concessão dos créditos e as possíveis contingências relativas às 12 ações civis públicas que correm na Justiça contra o empreendimento. De acordo com o MPF, o BNDES celebrou dois contratos com a Norte Energia para a construção de Belo Monte. O BNDES informou que o único valor liberado, até agora, para a Norte Energia S.A., foi um empréstimo-ponte no valor de R\$ 1 bilhão. A informação contradiz denúncia de que o BNDES já teria celebrado dois contratos com a empresa no total de R\$ 4,7 bilhões, como consta em pedido do MPF. A assessoria do BC informou que ainda não dispõe de elementos que permitam avaliar o caso. Já a assessoria do BNDES antecipou que o projeto de financiamento do empreendimento continua sob análise. O banco público de fomento não pretende se pronunciar, especificamente, sobre a questão levantada pelo MPF.

Domingo 20

Uma caminhada no Parque Ibirapuera, em São Paulo (região Sudeste), lembra as vítimas de acidentes de trânsito em todo o país. Além de chamar a atenção para a necessidade de medidas capazes de prevenir acidentes de trânsito, os participantes da caminhada promovida pelo movimento União em Defesa das Vítimas de Violência começaram a recolher assinaturas para uma proposta a ser enviada ao Congresso Nacional pedindo punição mais severa para os motoristas que dirigirem embriagados. Em 45 dias, o movimento conseguiu recolher quase 200 mil assinaturas e espera atingir a marca de 1,3 milhão. O jornalista Ricardo Viveiros, que participou da caminhada defende punição mais rígida para tais casos. Em 1996, num acidente de trânsito, Viveiros perdeu o filho, que era cartunista, e uma neta. “Eles [o filho, a esposa e dois netos] estavam voltando de um shopping. Um sujeito, descendo a rua São Caetano [centro da capital], à noite, garoando, alcoolizado, avançou o farol, bateu no carro do meu filho e o jogou em uma farmácia da esquina, onde ele bateu a cabeça em um trilho de trem, que ficava na calçada em frente”, contou Viveiros, chorando. Ao lado, estava o neto, um dos sobreviventes do acidente. De acordo com Viveiros, o motorista fugiu e só recentemente, 15 anos após o acidente, foi encontrado e passou a responder pelo crime. “[Na época], fiz o boletim de ocorrência correto, com testemunhas, e nunca deixei o crime prescrever. Em 15 anos, a lei mudou várias vezes, mas não deixamos que prescrevesse”. Muito tempo depois, conta o jornalista, “o criminoso baixou a guarda, fez um crediário e foi pego. Levado à Justiça, foi julgado e condenado a um ano e nove meses, mas responde em liberdade por ser réu primário”. Viveiros defende mais investimento em educação, reforço na fiscalização e aumento da punição para esse tipo de crime como formas de evitar novos acidentes de trânsito. Baltresca diz que há dois pontos básicos na proposta que será encaminhada ao Congresso: o primeiro é retirar a obrigatoriedade do uso do bafômetro. “Como a pessoa hoje pode se recusar a fazer o teste no bafômetro e o exame de sangue, não há como comprovar que estava embriagada. Essa é a grande brecha. O que pedimos é que isso seja substituído por um exame clínico”, disse. O outro ponto é o aumento da punição para quem for pego dirigindo embriagado. “Hoje a pessoa que comete homicídio culposo, ou seja, sem intenção de matar, vai pegar no máximo quatro anos de cadeia. No Brasil, com até quatro anos [de prisão], ela paga uma pena alternativa. Queremos que essa pena seja alterada para cinco a oito anos, ou seja, que se agrave pelo fato de ela estar embriagada”, disse.

Centenas de pessoas participam de uma manifestação na avenida Paulista –em São Paulo – SP (região Sudeste)– para lembrar o *Dia da Consciência Negra*. O ato teve início no vão livre do Museu de Arte de São Paulo. Depois, os manifestantes seguiram em passeata até o Largo do Paissandu, no centro da cidade. O ato deste ano enfatizou o extermínio de jovens negros. “Temos que lembrar dos jovens negros que estão sendo massacrados nas periferias de São Paulo. Estamos nos organizando para chamar a atenção da sociedade sobre o massacre da juventude negra que está ocorrendo em todo o país”, disse o rapper Sandro Rogério, mais conhecido como *Ice Boy*. Quem também falou sobre o assunto foi Anatalina Lourenço da Silva, professora da rede pública, diretora da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e representante do *Oriaxé*, um movimento de mulheres negras. Segundo ela, muitos jovens negros entre 16 anos e 24 anos de idade têm sido mortos na periferia da maioria das cidades do país, “principalmente pela polícia ou, muitas vezes, pela falta de políticas públicas direcionadas que fazem essa juventude ser cooptada pelo tráfico”. Anatalina Lourenço defende a necessidade de mais políticas públicas específicas direcionadas não somente para os jovens negros, mas também para as mulheres. Segundo ela, essas políticas devem priorizar o emprego, a renda, a moradia e a saúde, além da educação. Para Anatalina Lourenço, uma das ações no campo da educação seria a de

implementar a Lei 10.639, que trata da obrigatoriedade do ensino da disciplina de história e cultura afro-brasileira em todas as escolas. Para Gilson Nunes Vitória, mais conhecido como Gilson Negão, representante da sociedade comunitária Fala Negão, da zona leste da capital e também da Coordenação Nacional de Entidades Negras, o ato de hoje marca a luta pela igualdade entre as pessoas e serve também para mostrar o aumento da consciência da população sobre o reconhecimento de sua raça, o que foi demonstrado no último censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do censo mostram o aumento no número de pessoas que se declararam negras e pardas no país. Do outro lado da avenida, um grupo de pessoas promovia um ato de repúdio aos maus-tratos contra animais. Os manifestantes, que se organizaram por meio das redes sociais, aproveitavam o semáforo fechado e mostravam faixas com frases que pediam o fim das agressões contra os animais.

População hostiliza o movimento pró-divisão do Pará em Belém (região Norte). A cidade de Belém foi palco de carreatas e manifestações contrárias e favoráveis à divisão do Pará em outros dois estados: Carajás e Tapajós. A mobilização é a primeira carreata do movimento pró-divisão. Diversos moradores da capital, portando bandeiras do estado e material contra a cisma, vaiaram o movimento pró-cisão. No próximo dia 11, o Pará vai às urnas votar se deseja a criação de mais outros dois estados a partir de seu território: Carajás (sudeste) e Tapajós (oeste).

2º feira 21

Cerca de 500 militantes do MST, o MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outras organizações de trabalhadores e movimento estudantil fecham a rodovia BR-316, na cidade de Teresina – Piauí (região Norte). Ainda na cidade, cerca de 200 famílias do MST, o MAB e o MPA ocupam o prédio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais e do Instituto de Terras. Os atos fazem parte da campanha em Defesa das Terras, Águas e Povos do Piauí. O objetivo é garantir que assentamentos, populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas e pequenos agricultores não sejam removidos para outras regiões em função de grandes construções como as de barragens em rios.

Cerca de 250 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam a sede do INCRA na cidade de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam a liberação de terras para assentar aproximadamente 1.200 famílias acampadas no estado de Goiás. Os trabalhadores reivindicam do governo federal o cumprimento das conquistas adquiridas na Jornada Nacional da Via Campesina, promovida em agosto.

Trabalhadores da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) –que administra o Porto de Santos, em São Paulo (região Sudeste)– deflagram greve de 24 horas. A paralisação afetou a atracação e a partida de pelo menos 15 navios. Segundo o presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, a adesão à paralisação é praticamente total, mobilizando cerca de mil trabalhadores representados pelo sindicato. Estão em greve empregados administrativos e de unidades de fiscalização e de atracação, além de escriturários e eletricitas. “Só estão trabalhando os funcionários de atividades essenciais, como bombeiros e agentes da Guarda Portuária”, informou Santos. De acordo com Santos, a greve é um protesto pelo descumprimento do último acordo coletivo da categoria. Ele disse que o acordo com a CODESP previa reajuste dos salários, tratamento igualitário entre a remuneração dos novos funcionários e dos antigos e adoção de auxílios. Em nota, a companhia afirma que submeteu a

proposta do acordo coletivo ao Ministério do Planejamento, mas “a pasta federal, entretanto, não autorizou algumas das cláusulas apresentadas”. Quanto ao tratamento igualitário para os novos funcionários, a CODESP diz que propôs ao ministério a suspensão da distinção e que, “em momento algum, deixou de cumprir o que propôs ao Sindaport”. A companhia afirma ainda que o índice de reajuste salarial de 9,643%, foi aceito pelos empregados.

Cerca de 60 trabalhadores da construtora MRV Engenharia são encontrados em situação análoga á de escravos no interior de São Paulo (região Sudeste). A empresa será multada em até R\$ 11 milhões em duas obras no interior do estado. As ações civis públicas foram propostas pelo MPT depois que fiscais flagraram a existência de trabalho escravo na construção do empreendimento residencial *Beach Park*, em Americana, e nas obras do condomínio *Spazio Mont Vernon*, em São Carlos. O procurador do Trabalho Cássio Calvilani Dalla-Déa, do MPT em Araraquara, disse que “nos dois casos, o número de irregularidades foi bem grande”. No caso de Americana, a precarização do trabalho foi decorrente da terceirização dos serviços nas obras. Segundo o Ministério Público, a MRV utiliza-se de empreiteiras para fazer a intermediação da mão de obra e, com isso, tenta transferir a responsabilidade trabalhista às pequenas empresas. Nessa obra, o Ministério Público observou casos de operários sem receber salários, alojamentos e moradias fora do padrão legal e aliciamento de trabalhadores. Cerca de 60 trabalhadores estão nessa situação. Em São Carlos, a fiscalização flagrou um canteiro de obras desorganizado, com detritos acumulados e desrespeito às normas de segurança e saúde do trabalho. Entre as irregularidades foram relatadas falta de proteção contra quedas e alojamentos improvisados. A fiscalização também documentou péssimas condições de conservação e higiene de colchões e o não fornecimento de armários, roupas de cama e travesseiros para os trabalhadores. De acordo com o procurador, entre dez ou 12 trabalhadores foram encontrados nessa situação em São Carlos, que “não era da mesma gravidade que em Americana”. “Os elementos que levaram a essa classificação de condição análoga á de escravo é que os alojamentos eram péssimos, com colchões sem condições de uso, sem armários individuais, sem chuveiros suficientes. Havia também a retenção da Carteira de Trabalho e atrasos de salários, o que prendia o trabalhador àquela condição degradante”, senhala. Um levantamento feito pela Gerência Regional do Trabalho em Campinas mostrou que a MRV teve 70 autuações entre os anos de 2007 e 2010, quase sempre por descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho. O *Beach Park*, em Americana, é uma das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. No processo ajuizado em Americana, o Ministério Público pede a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 10 milhões. Em São Carlos, os procuradores pedem R\$ 1 milhão para reparar os danos causados aos operários. As indenizações serão destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). “Existe também a possibilidade dessa empresa ser incluída no cadastro que o Ministério do Trabalho tem e que é conhecido como lista suja, que aponta as empresas que foram flagradas com trabalho escravo”, disse o procurador.

3º feira 22

Os indígenas da etnia Guarani Kaiowá do acampamento Tekoha Guaiviry, entre os municípios de Amambai e Ponta Porã –no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste)– começam a retornar ao local após o ataque que sofreram no dia 18 de novembro. Eles seguem a orientação do cacique Nísio Gomes, executado com tiros de calibre 12 por cerca de 40 pistoleiros fortemente armados que invadiram o acampamento. Segundo relatos, antes de cair inconsciente, o cacique pediu aos indígenas que não desistissem da luta que travam por seu território tradicional.

A ONG Rio de Paz realiza um protesto contra a corrupção em frente à ALERJ no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Com o objetivo de pressionar a câmara a aprovar uma versão estadual da Lei da Ficha Limpa, a organização fincou 70 vassouras em baldes cheios de areia. O número representa a quantidade de deputados estaduais. As vassouras foram colocadas por voluntários da ONG nas escadarias da assembleia. O Rio de Janeiro é a segunda unidade federativa a votar a Lei da Ficha Limpa estadual. Minas Gerais foi o pioneiro nessa discussão. Para o presidente da ONG Rio de Paz, Antônio Costa, a votação é um marco histórico para o estado. “[A lei] vai pegar os Três Poderes em cheio e realmente vai ser um filtro, que terá como resultado final a possibilidade de o brasileiro sentir-se dirigido por homens e mulheres cujo caráter não há dúvidas. Imagina você colocar o destino de milhares de pessoas nas mãos de alguém que tem problemas com a Justiça”, disse destacando que haverá diferenças em alguns aspectos entre a legislação carioca e a federal. A Lei da Ficha Limpa do Rio foi proposta pelos deputados Comte Bittencourt, do Partido Popular Socialista (PPS), Luiz Paulo (PSDB) e Robson Leite (PT), e foi aprovada por unanimidade. A partir do dia 23, com a publicação no *Diário Oficial do Estado*, ficam impedidas as nomeações para cargos no alto escalão nos Três Poderes do estado de pessoas enquadradas nos critérios de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa. Com a medida, os cargos de secretário de estado, procurador-geral de Justiça, defensores públicos, diretores de agências reguladoras e chefes e delegados de polícia não poderão ser ocupados por pessoas que tenham sido condenadas sem que caiba recurso. O presidente da ALERJ, deputado Paulo Melo (PMDB), disse que a aprovação não necessita de ir à sanção do governador Sérgio Cabral.

Trabalhadores da categoria dos Policiais Civis do Distrito Federal realizam ato em frente ao Palácio do Planalto, na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 13%, como reposição da inflação. O ministro e presidente do STF, Cezar Peluso, determinou a suspensão imediata da greve. O ministro afirma que a atividade da segurança pública deve ser prestada plenamente.

4º feira 23

Servidores do Judiciário fazem protesto em frente ao Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por aumento salarial. Eles reivindicam um reajuste médio que representa um aumento de 33,8% sobre os gastos do Judiciário com pessoal, segundo o coordenador de comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, Jean Loiola. Para justificar a demanda, os servidores do Judiciário usam como comparativo os salários do Legislativo e alegam que há funções de nível médio no Parlamento que são mais bem remuneradas que funções de nível superior do Judiciário. A categoria está em greve em 20 estados e, em pelo menos dois deles, Bahia e Mato Grosso, a greve começou em junho. Os servidores permaneceram a maior parte da tarde protestando em frente ao STF e, em seguida, cruzaram a Praça dos Três Poderes. Em faixas, eles alegam que os salários estão congelados há cinco anos. A aprovação de emenda de R\$ 2 bilhões para aumentos salariais no Judiciário definida neste dia 23 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) dos Deputados não deve paralisar o movimento grevista. De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (FENAJUFE), a orientação é continuar e até aumentar o movimento a partir de agora. O coordenador-geral da FENAJUFE, José Oliveira, disse que os próprios parlamentares incentivaram a continuação da greve até que a questão esteja resolvida em definitivo, uma vez que não há consenso se a emenda passará na Comissão Mista de Orçamento. Segundo o presidente da CCJ, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), a proposta serve

como “janela” para que a discussão sobre o reajuste possa continuar na Comissão Mista de Orçamento.

Manifestantes do movimento Ocupa Sampa acampam na Praça dos Ciclistas da avenida Paulista, região central de São Paulo – SP (região Sudeste). O Ocupa Sampa é inspirado em movimentos ocorridos neste ano no mundo todo, em que grupos de jovens acampam durante semanas, até meses, em frente a prédios de governos, bancos ou grandes corporações, protestando em especial contra a ganância do sistema financeiro. O mais famoso ocorreu em *Wall Street*, em Nova York, principal centro financeiro dos EUA. Em São Paulo, o acampamento começou no dia 15 de outubro, com barracas armadas sob o viaduto do Chá, na frente da prefeitura. Neste dia 23, os manifestantes se mudaram para a avenida Paulista, em busca de visibilidade. Sem liderança definida, os manifestantes dizem que são apartidários, não violentos e que só tomam decisões com votação. Os objetivos do grupo, contudo, não são bem definidos. Há cartazes contra a corrupção, as moradias precárias, a usina de Belo Monte e o “\$istema”.

5º feira 24

Os estudantes da USP realizam protesto na avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste) para responder as críticas feitas pelo governador do estado, Geraldo Alckmin. O governador disse que os alunos da universidade estavam precisando de uma “aula sobre democracia”. A mobilização ocorre em conjunto com a *Marcha Continental Estudantil*. A declaração foi dada durante o episódio da reintegração de posse da reitoria da USP. A mobilização foi decidida em assembleia, com participação de mais de 3 mil estudantes reunidos no prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Cerca de mil policiais militares e bombeiros do estado do Maranhão (região Nordeste) acampam em frente à sede da Assembléia Legislativa na capital, São Luis. Os trabalhadores estão em estado de greve e aguardam a negociação de reajuste salarial das categorias. A proposta dos trabalhadores é de reajuste salarial de 30%. O desembargador Stélio Muniz concedeu liminar atendendo ao governo do estado, considerando a greve ilegal, com base na Constituição que veda esse tipo de movimento aos militares. A liminar determina a imediata suspensão do movimento de paralisação, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 200 descontados na remuneração de cada trabalhador em greve. A greve mobiliza cerca de 100%, dos trabalhadores das duas categorias.

6º feira 25

Mulheres realizam manifestação no Largo da Carioca, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato tem o objetivo de homenagear o Dia contra a Violência contra a Mulher.

Cerca de 200 trabalhadores dos acampamentos Claudia e Neia e Orlando Oliveira, do MST, interditam a rodovia BR-101 na altura da cidade de Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro (região Sudeste). O ato tem o objetivo de reivindicar que se cumpra o planejamento das vistorias e das desapropriações de fazendas improdutivas pelo INCRA, no estado do Rio de Janeiro.

Segundo resolução aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o servidor da Justiça do Trabalho que não voltar ao trabalho neste dia 25 terá o salário cortado. De acordo com o

presidente do conselho, ministro João Oreste Dalazen, o corte poderá ser estendido aos magistrados caso decidam também aderir à greve da Justiça Trabalhista. Os juízes ameaçam fazer uma paralisação de 24 horas no dia 30. Atualmente, servidores de dez dos 24 tribunais regionais do Trabalho (TRTs) do país estão em greve pela aprovação do plano de cargos e salários da categoria, que prevê aumento de cerca de 50% nos salários. A maioria dos trabalhadores aderiu ao movimento em outubro, mas há casos, como o da Justiça do Trabalho da Bahia (região Nordeste), em que a greve começou em junho. Em Salvador, funcionários de 50 das 80 varas do Trabalho estão em greve. Na cidade de São Paulo (região Sudeste), das 90 varas, apenas 21 estão funcionando. O desconto dos dias parados será integral, sem reserva de porcentagem de caráter alimentar. De acordo com Dalazen, um dos motivos da edição da norma, que valerá para futuras greves, é o tratamento diferenciado que cada tribunal está dando ao movimento. “Reconhecemos o sagrado direito de greve, mas não podemos admitir o tratamento diferenciado sobre a forma de efetivação dos descontos”, disse o ministro. A resolução também determina que a compensação dos dias não trabalhados poderá ser negociada com reposições assim que a greve cessar. O CSJT não fixou uma porcentagem mínima de trabalhadores que devem permanecer no serviço. Essa determinação caberá a cada tribunal. Dalazen não escondeu o descontentamento com a complacência de algumas cortes que, segundo ele, abriu brechas para abusos. “O movimento grevista é relativamente frequente e as providências nem sempre foram tomadas a contento pelos tribunais. O que ocorreu foi um certo estímulo para essa situação”. De acordo com o ministro, a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de emenda que destina adicional de R\$ 2 bilhões para reajuste dos salários do Poder Judiciário é “um avanço” que deve ser considerado pelas lideranças sindicais da categoria.

Os trabalhadores do principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará (região Norte), paralisam suas atividades para reivindicar melhores condições de trabalho. As obras estão paradas no sítio Belo Monte, o principal dos três canteiros de obra da usina, que abrigará geradores e turbinas da hidrelétrica. De acordo com o Consórcio Construtor de Belo Monte, responsável pela obra, a manifestação reuniu 40 dos 1,8 mil trabalhadores do canteiro, mas a empresa decidiu suspender os trabalhos na área por questões de segurança. Ainda segundo o consórcio, nos dois outros canteiros de obras da usina o trabalho segue normalmente. O grupo de empresas, liderado pela construtora Andrade Gutierrez, argumenta que está discutindo a data base dos trabalhadores com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada e Afins do Pará (SINTRAPAV-PA) e que o prazo das negociações ainda não está encerrado. Uma reunião entre o consórcio e o sindicato está marcada para o dia 28 e a paralisação nas obras deverá ser mantida até lá. Os trabalhadores reivindicam o pagamento de horas extras aos sábados, reajuste no vale-alimentação e instalação de telefones nos canteiros de obras. Na última semana, cerca de 140 foram demitidos dias depois de um protesto em que se queixavam de desvios de função.

Sábado 26

Manifestantes do movimento Ocupa Sampa, que estavam acampados desde o dia 23 na Praça dos Ciclistas da avenida Paulista, região central de São Paulo – SP (região Sudeste), desmontam as barracas nesta madrugada. De acordo com integrantes da manifestação, o motivo foi a pressão exercida pela PM. Policiais acompanharam o acampamento desde o começo e, nesta madrugada, pedem que as barracas sejam desmontadas, alegando ser proibido acampar em praça pública. Com a negativa do grupo, a Tropa de Choque foi chamada e chegou ao local por volta das 5hs. No mesmo horário, o padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, chegou ao local para manifestar apoio ao movimento. Após conversa as barracas foram desmontadas e a Tropa de

Choque deixou o local. O Ocupa Sampa é inspirado em movimentos ocorridos neste ano no mundo todo, em que grupos de jovens acampam durante semanas, até meses, em frente a prédios de governos, bancos ou grandes corporações, protestando, em especial, contra a ganância do sistema financeiro. O mais famoso ocorreu em *Wall Street*, em Nova York, principal centro financeiro dos EUA. Em São Paulo, o acampamento começou no dia 15 de outubro, com barracas armadas sob o viaduto do Chá, na frente da prefeitura. Nesta semana, os manifestantes se mudaram para a avenida Paulista, em busca de visibilidade. Sem liderança definida, os manifestantes dizem que são apartidários, não violentos e que só tomam decisões com votação. Os objetivos do grupo, contudo, não são bem definidos. Há cartazes contra a corrupção, as moradias precárias, a usina de Belo Monte e o “\$istema”.

Manifestantes tomam as ruas de Rondon do Pará (região Norte) no ato “Pela paz, por liberdade e justiça no campo”, em honra à memória de José Dutra da Costa (Dezinho), incansável batalhador pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores. O ato lembrou os 11 anos do assassinato de Dezinho. “Dezinho acreditava e defendia uma forma de desenvolvimento contrária do que sempre se viu em Rondon. Queria ver as terras públicas repartidas entre as famílias de trabalhadores rurais sem-terra para aumentar a produção, a circulação de produtos dos agricultores no mercado local, melhorar a renda e a qualidade de vida dos mais pobres”, lembra a presidenta do sindicato local, Zudemir dos Santos de Jesus. Mantida sob proteção policial, Nicinha, como é mais conhecida, explicou as muitas razões da homenagem ao líder assassinado, que também foram as que selaram a sua morte. “Dezinho não concordava que os pobres tivessem que viver amontoados nos bairros em extrema pobreza ou que tivessem que enfrentar o trabalho escravo nas fazendas, carvoarias e serrarias. Por isso, denunciava os grileiros de terras públicas, os latifúndios improdutivos, os utilizadores de mão de obra escrava e os autores de crimes ambientais”. Situada a mais de 500 kms da capital Belém, a cidade virou símbolo da impunidade onde os assassinatos se sucedem, cabendo às mulheres continuarem a luta dos maridos abatidos por pistoleiros a mando dos grandes latifundiários e madeireiros. A manifestação foi precedida por uma plenária de mulheres trabalhadoras rurais, na qual as lideranças fizeram um resgate da Marcha das Margaridas e de suas bandeiras. Com faixas e cartazes, os trabalhadores renovaram o compromisso com a memória e a história, entoando em coro: “Reforma agrária, já” e “Este é o nosso país, esta é a nossa bandeira, é pelo amor desta Pátria, Brasil, que a gente segue em fileira”. Caminhando a seu lado, atores globais como Letícia Sabatela e Camila Pitanga, membros do Movimento Humanos Direitos, reforçaram o coro contra a impunidade. Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Alberto Broch, a mobilização de Rondon do Pará “coloca na agenda o novo modelo de desenvolvimento que queremos para o país, que será construído com o fortalecimento dos assentamentos”. Broch cobrou dos representantes do INCRA e do Instituto de Terras do Pará, mais investimentos em políticas públicas que garantam crédito para a produção e recursos para que ela seja transportada e não apodreça, a fim de assegurar alimento farto e barato na mesa do povo brasileiro.

Domingo 27

Policiais militares e bombeiros do Maranhão (região Nordeste) em greve ocupam a parte externa da assembleia legislativa do estado. Durante a paralisação, o policiamento nas ruas é feito por homens do Exército e da Força Nacional. Entre as reivindicações dos PMs está uma reposição salarial de 30%. Eles dizem que só deixam a sede da assembleia legislativa após as negociações. “Nós estamos com o canal aberto para a negociação. Estamos esperando a posição do governo”, afirma o diretor

de articulação política da Associação dos Servidores Públicos Militares do Maranhão (ASSEPMA), Roberto Campos Filho. O governo do estado quer o efetivo nas ruas para negociar. “O governo só negocia com a volta ao trabalho”, afirma Aluísio Mendes, secretário estadual de Segurança. O comando da paralisação fala em 100% de adesão: “Quem está nas ruas é só pra guardar o quartel”, afirma Campos Filho. Já o governo trabalha com adesão de 65%, sendo que a capital concentra o maior percentual de grevistas. O secretário de Segurança afirma que, apesar da paralisação não houve aumento de criminalidade. “Alguns índices chegaram a baixar”, disse Mendes.

2ª feira 28

Trabalhadores rurais ligados ao MST que ocupam a sede do INCRA na cidade de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste) participam de audiência com o superintendente Jorge Tadeu Jatobá. Jatobá se comprometeu a priorizar a liberação de áreas destinadas à reforma agrária. Os trabalhadores também realizaram marcha em direção ao MPF na cidade de Goiânia, com o objetivo de reivindicar a desapropriação das áreas do Banco do Brasil destinadas à reforma agrária, mas que não estão liberadas pelo governo federal.

Cerca de 1.800 trabalhadores da Usina de Belo Monte, na cidade de Altamira – Pará (região Norte) realizam ato e bloqueiam o Km 55 da rodovia Transamazônica. O ato marca o início da greve que reivindica aumento salarial, ampliação do recesso de fim de ano e maior número de dias para visita de familiares em outras cidades. Os trabalhadores apresentaram a pauta de reivindicações ao Consórcio Construtor Belo Monte, que decidiu paralisar as obras e iniciar as negociações. Segundo o consórcio construtor, a data-base para os aumentos salariais é novembro e, portanto, tudo ainda está dentro do prazo acertado.

Um grupo de 60 índios guarani kaiovás, que ocupa uma fazenda próxima em uma estrada em Iguatemi, a 470 kms de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) é atacado por homens armados. Segundo o CIMI, dois homens em uma moto percorreram o acampamento, chamado de comunidade de Pyelito Kue, disparando tiros. A ação durou cerca de duas horas. Ninguém ficou ferido. “Saíam do mato atirando de pouco a pouco, atirando de longe. Falavam que, se não saíssemos, hoje à noite, iam atacar”, disse o índio Onides, kaiová guarani. Em agosto, o mesmo acampamento também foi vítima de um ataque feito por homens armados, que dispararam balas de borracha contra os índios, além de queimarem suas barracas. Na ocasião, o MPF classificou o ataque de “genocídio” e acusou os fazendeiros de organizarem milícias para expulsar os índios. O CIMI alerta que, mesmo com membros da Força Nacional no local, fazendeiros estão tirando fotos das lideranças indígenas. Somente depois do protestos dos índios, agentes da Força Nacional apreenderam o equipamento dos fazendeiros e apagaram as fotos. A região é conhecida por décadas de conflitos entre indígenas e grandes agricultores pela posse de terras. A tensão aumentou nos últimos dias depois da morte do cacique Nísio Gomes, no último dia 18, no município de Amambaí. Na ocasião, cerca de 40 pistoleiros encapuzados e armados invadiram o acampamento Tekoha Guaiviry e atiraram no cacique. Depois de morto, o corpo do líder indígena foi levado pelos pistoleiros. Apesar da ameaça de hoje, os indígenas do acampamento Pyelito Kue não pretendem deixar o local. No dia 25, o Ministério da Justiça prorrogou por 90 dias a permanência da Força Nacional de Segurança no estado. O pedido foi feito pelo governador Andre Puccinelli, com a finalidade de garantir a manutenção da ordem pública, em especial nas localidades próximas à fronteira com o Paraguai.

Camelôs incendiam um ônibus e uma loja na rua Oriente, no bairro do Brás, na região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O ato ocorreu após os camelôs serem impedidos de montar suas barracas. Segundo a PM, o protesto teve início à 0h30, quando cerca de 300 vendedores ambulantes sem licença para trabalhar no local tentaram montar suas barracas. Além do ônibus, dois carros foram atingidos pelas chamas. Segundo o Corpo de Bombeiros, cinco viaturas trabalharam no combate ao fogo e, por volta das 2h, os dois incêndios já estavam controlados. Aproximadamente 200 policiais participaram da operação que acabou com a prisão de duas pessoas. A PM informou que usou balas de borracha para conter a ação dos manifestantes. Por volta das 3h50 a situação já estava normalizada na região e as lojas abriram normalmente. O bairro do Brás é palco de diversas manifestações que tiveram início no final do mês de outubro, quando a PM passou a impedir a montagem das barracas dos vendedores ambulantes que não têm licença para trabalhar, nas proximidades da Feira da Madrugada –local regularizado e que ocupa uma área delimitada. Os manifestantes pedem que a prefeitura permita a venda de produtos nas calçadas e em outros espaços da região, mesmo sem a autorização legal. Segundo o Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo, o conflito desta madrugada ocorreu devido à impossibilidade de negociação com a prefeitura. “Já estávamos há três semanas tentando negociar de maneira pacífica e não percebemos interesse da prefeitura em resolver a situação. Não podemos ficar sem trabalhar no final do ano”, explicou Leandro Dantas, presidente da entidade.

O STJ nega pedido de liberdade para o dissidente do MST José Rainha Júnior, preso em junho, acusado de desvio de verbas públicas federais destinadas a assentamentos da reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo (região Sudeste). Rainha está preso na Cadeia Pública de Presidente Venceslau. As investigações da Operação Desfalque da PF apontam o ex-líder do MST como chefe de uma organização criminosa que desviava dinheiro de assentamentos, com a participação de servidores do INCRA. O Tribunal Regional Federal da Terceira Região (TRF3) já havia negado habeas corpus para Rainha. No recurso julgado pelo STJ, a defesa alegou falta de fundamentação e motivação válidas que justificassem a prisão cautelar de Rainha e de outros presos durante a operação da PF. O relator do caso no STJ, ministro Gilson Dipp, manteve a decisão do TRF-3 sobre a prisão preventiva, necessária, segundo ele, para garantia da ordem pública, considerando o modo de atuação da quadrilha. Os advogados da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que defendem Rainha, devem recorrer da decisão.

3ª feira 29

Cerca de 300 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam a superintendência regional do INCRA na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam suplementação de recursos para obtenção de terras, uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social para a criação de unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável nos assentamentos e o fortalecimento institucional da superintendência. A ocupação faz parte de uma jornada do MST para reivindicar do governo federal as conquistas adquiridas na Jornada Nacional da Via Campesina, em agosto.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST realizam marcha do *Dia Estadual de Luta contra Violência e Impunidade no Campo e na Cidade*, na cidade de Atalaia – Alagoas (região Nordeste). O ato é em memória de militantes assassinados em conflitos agrários. Segundo informações do MST, o ato é também realizado nesse dia, em homenagem a Jaelson Melquíades, executado com

cinco tiros em 29 de novembro de 2005. Os militantes protestam contra violência e à impunidade e a não realização da política constitucional de reforma agrária.

Movimentos sociais e ativistas políticos realizam ato na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O ato tem o objetivo de protestar contra a reforma do Código Florestal. Durante o ato foi realizado um minuto de palmas em celebração a Egídio Brunetto, militante do MST morto em acidente na rodovia MS-164, no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), no dia 28 de novembro. Durante reunião com o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o militante do MST também foi lembrando e homenageado. Cerca de 800 crianças levaram uma mensagem em defesa das florestas brasileiras à presidenta. Além disso, coloriram o céu da Praça dos Três Poderes com milhares de balões verdes biodegradáveis. Representantes do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável entregaram ao secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, um abaixo-assinado com 1,5 milhão de assinaturas contra as alterações no projeto do Código Florestal e pediram mobilização da base aliada do governo para impedir a aprovação de um texto que prejudique a preservação ambiental. “Existe uma base aliada que precisa ser mobilizada para fazer prevalecer os compromissos assumidos pela presidenta, e isso até agora não aconteceu, como tínhamos expectativa. Quando foi a discussão do pré-sal, houve mobilização da base; quando temos assunto de interesse de governo, há toda uma mobilização da base”, disse a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Caso o texto seja aprovado contrariando o que defendem os ambientalistas, haverá uma campanha para que a Dilma Rousseff vete os trechos que eles consideram prejudiciais ao meio ambiente.

Trabalhadores da categoria dos Policiais Civis do estado do Maranhão (região Nordeste) realizam passeata e decidem participar da ocupação da Assembléia Legislativa na cidade de São Luis – Maranhão, juntamente com os bombeiros e policiais militares. Os policiais civis em greve reivindicam a implantação de plano de cargos, carreira e remuneração e o pagamento da Unidade Real de Valor (URV). O presidente da assembléia legislativa do estado, Arnaldo Melo (PMDB), decide suspender os trabalhos por falta de garantias de segurança. Cerca de 23 coronéis do Alto-Comando da PM do estado assinam nota onde afirmam abrir processo de expulsão dos militares em greve. A governadora Roseana Sarney (PMDB) reforça a segurança nas cidades com cerca de mil soldados da Força Nacional.

Manifestantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CTB), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical, Nova Central e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) tomam a avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste) para exigir que o BC reduza os juros no país, dando continuidade ao processo de redução da taxa Selic. O ato ocorre em frente à sede do BC e conta com a participação de movimentos sociais. Aos gritos de “1, 2, 3, 4, 5, 1000, ou abaixam os juros, ou paramos o Brasil!”, cerca de 200 estudantes e trabalhadores chamaram a atenção da população para explicar o que representa para o país a manutenção de juros exorbitantes. Para o presidente da CTB, Wagner Gomes, somente com juros menores será possível o Brasil se tornar uma nação mais desenvolvida, com um parque industrial forte e competitivo, que seja capaz de criar mais empregos e diminuir a desigualdade social. “Ainda temos a taxa de juros real mais alta do mundo. Apesar das recentes quedas, é preciso dizer que essa redução em contagotas não resolve o problema do Brasil”, afirmou Wagner Gomes, referindo-se às duas mais recentes decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), de queda de 0,5%, nos meses de setembro e outubro. Para o dirigente, é fundamental a mobilização de toda a classe trabalhadora

pela queda dos juros no Brasil. “Chega de dar dinheiro para banqueiro. Esperamos do Copom uma atitude patriota, em um nível necessário para que o país possa se desenvolver”, declarou.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fazem protesto contra a cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre a participação nos lucros e resultados (PLR). Eles ocuparam a Via Anchieta, que liga a capital paulista ao litoral sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo a entidade, cerca de 10 mil trabalhadores participaram do protesto, no sentido São Paulo da rodovia, na altura da cidade de São Bernardo do Campo. O ato causou 5 kms de lentidão, segundo a PM, e começou por volta das 8hs. Os manifestantes foram acompanhado por viaturas da PM e da Ecovias, empresa que administra a rodovia, e percorreram 5 kms de maneira pacífica. Segundo a PM, às 9hs, os manifestantes somavam cerca de mil pessoas, já o sindicato estima em 10 mil o número de trabalhadores que participaram da caminhada. Além dos metalúrgicos, o protesto contou com a presença de representantes do Sindicato dos Químicos do ABC e do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Os manifestantes alegam que a incidência de IR sobre a PLR é injusta, pois o imposto não é cobrado nas retiradas feitas pelos empresários sobre o lucro das empresas. Os sindicalistas reivindicam o fim da cobrança.

Estudantes desocupam o prédio da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em Porto Velho – Rondônia (região Norte). O imóvel estava ocupado desde o dia 5 de outubro. Os manifestantes pediam a renúncia do reitor José Januário de Oliveira Amaral, que ocorreu no dia 23 de novembro. Segundo a estudante Talyta Soares, desde o dia 28 os universitários lavaram chão, paredes e escadas, limpam o auditório e consertaram problemas nos banheiros. “Estamos entregando bem mais limpo do que encontramos”, disse ela. Em seu primeiro dia como reitora em exercício da UNIR, Maria Cristina Victorino França afirmou que o momento atual é retomar o funcionamento normal da instituição. Em assembleia realizada, os professores, em greve desde 14 de setembro, decidiram também encerrar a paralisação. O professor Carlos Luis Ferreira da Silva, do departamento de Informática, afirmou que um calendário de reposição está sendo elaborado.

4ª feira 30

Cerca de 5.700 juizes federais e do trabalho ligados a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) realizam paralisação de 24 horas em todo o país. A paralisação reivindica aumento salarial de 21%, segurança armada para juizes de primeiro grau e criação de novos TRFs. A AJUFE afirma que nenhum serviço de urgência foi interrompido e que todas as audiências serão remarçadas. A AJUFE critica o corte de R\$ 7,7 bilhões para o orçamento de 2012 para reajuste de servidores e magistrados. Os Conselhos da Justiça Federal e do Trabalho não adotaram punições para os juizes.

Cerca de 1.800 trabalhadores da construção da usina de Belo Monte na cidade de Altamira – Pará (região Norte), ligados ao SINTRAPAV-PA, realizam assembléia e decidem pelo fim da greve. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial, ampliação do recesso de fim de ano, redução do intervalo de visita aos familiares em outras cidades, de 120 para 90 dias, e melhorias na alimentação e nas instalações dos refeitórios e dormitórios. As negociações entre o consórcio responsável pelas obras da usina e o SINTRAPAV-PA segue na Delegacia Regional do Trabalho.

Cerca de 300 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam sedes do INCRA na cidade de São Paulo, Andradina e da região do Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam as áreas em disputa judicial que têm seus processos de desapropriação

vencidos. A ocupação faz parte de uma jornada do MST para reivindicar do governo federal as conquistas adquiridas na Jornada Nacional da Via Campesina, realizada em agosto.

Cerca de 150 famílias assentadas e acampadas do MST ocupam a sede do INCRA na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). As famílias reivindicam agilidade para a desapropriação de terras improdutivas, a liberação de investimentos para a produção agrícola e assistência técnica nos assentamentos. A superintendência do INCRA recebeu a pauta de reivindicações e as negociações estão em andamento. Segundo informações do site do MST, a ocupação deve durar por tempo indeterminado e faz parte de uma jornada do MST para reivindicar do governo federal as conquistas adquiridas na Jornada Nacional da Via Campesina, realizada em agosto.

Cerca de 50 trabalhadores rurais do assentamento Novo Horizonte, ligado ao MST, ocupam a Prefeitura da cidade de Penedo – Alagoas (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam a construção de um anexo da Unidade de Saúde da Familiar no assentamento, a construção de uma escola de educação infantil e fundamental, a construção da estrada que leva à área, a estruturação da rede de energia e o abastecimento de água do assentamento. Segundo informações do site do MST, a polícia desistiu de impedir a entrada dos trabalhadores na sede da prefeitura, ao ver a pauta de reivindicações. Os trabalhadores participaram de uma negociação com representantes da prefeitura, que garantiram o suporte, com um carro para condução até o posto de saúde (distante 18 kms), além da elaboração do projeto do anexo da Unidade de Saúde da Familiar. A Prefeitura também indicou a formulação de um projeto para construir uma escola de nível infantil e fundamental, a construção imediata de uma estrada para permitir a passagem dos materiais para construção das casas no assentamento, além de beneficiar estudantes da região. A prefeitura realizou ainda contato com a Eletrobrás Distribuição, que enviou uma equipe para medição e estudo do terreno para implantação da rede de energia em concomitância com a construção das habitações rurais. Durante as obras, a prefeitura garante construir duas cisternas em cada agrovila e regularizar a distribuição de água. Após a negociação, os trabalhadores retornaram ao assentamento Novo Horizonte, e afirmam voltar, caso as garantias da prefeitura não se cumpram. O ato faz parte de uma jornada do MST para reivindicar do governo federal as conquistas da Jornada Nacional da Via Campesina, realizada em agosto.

Cerca de 150 famílias assentadas e acampadas ligadas ao MST ocupam a sede do INCRA na cidade de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). A ocupação tem o objetivo de reivindicar a saída do superintendente do INCRA no estado, José Gerônimo Brumatti, que ocupa o cargo desde 2004, além do cumprimento dos compromissos assumidos durante a Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, realizada em agosto. As famílias criticam também o fato de todas as áreas desapropriadas na região para reforma agrária estarem embargadas na justiça.

Cerca de 900 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam as sedes do INCRA na cidade de Recife e Petrolina – Pernambuco (região Nordeste). O objetivo das ocupações é reivindicar do governo federal o cumprimento das conquistas adquiridas na Jornada Nacional da Via Campesina, realizada em agosto.

Juizes do Trabalho e Federais paralisam suas atividades para reivindicar reajuste salarial de 21%. Segundo a tabela de subsídio dos juizes federais de 1º e 2º grau, do Conselho da Justiça Federal (CJF), de 2010, a remuneração dos magistrados variava entre R\$ 21.766,16 e R\$ 24.117,62. Os conselhos que regem a atividade dos magistrados se posicionaram contrários à greve e

recomendaram punições e desconto dos dias não trabalhados. Tanto o Conselho da Justiça Federal quanto o CSJT condenaram a paralisação. O CJF considerou a greve ilegal e pediu que a Advocacia-Geral da União (AGU) fiscalize qualquer anormalidade que deverá ser notificada às corregedorias regionais. Já o CSJT aprovou resolução que determina que os dias paralisados devem ser descontados. O reajuste reivindicado, caso fosse aprovado, teria impacto de R\$ 350 milhões aos cofres públicos. No entanto, a AJUFE afirma que os tribunais federais arrecadaram uma média anual de R\$ 10 bilhões nos últimos três anos com ações nas Varas de Execução Fiscal. Os juízes alegam que estão seis anos sem reajuste salarial, acumulando perdas inflacionárias que chegam a quase 40% no período. O presidente da AJUFE, Gabriel Wedy, disse que a paralisação não afeta os interesses do cidadão. Além do salário alto, os juízes também têm alguns pontos que pesam contra a postura grevista, como os 60 dias de férias, além dos recessos e feriados. Também há eventos promovidos para magistrados, geralmente patrocinados por empresas privadas, que colocam em dúvida a idoneidade da Justiça brasileira. Seis dias antes de cruzarem os braços, por exemplo, os juízes do Trabalho da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho do Paraná, realizaram um encontro anual na cidade de Puerto Iguazú, na Argentina, local conhecido pelas cataratas, centros de compras e cassinos. Eliana Calmon, ministra do STJ e corregedora do Conselho Nacional de Justiça, tem questionada pelas entidades de juízes por se posicionar contra os eventos financiados por empresas privadas, os mais de 60 dias de férias e a reivindicação de aumento salarial. Em nota, o juiz Tourinho Neto, vice-presidente da primeira região da AJUFE, defende a classe: “O cansaço mental do magistrado, sua preocupação diuturna para bem decidir, a falta de recursos materiais para bem desempenhar sua função, exijam um descanso maior, anualmente, para eliminar o cansaço cerebral. Agora, prestes a se despedir da magistratura, tendo gozado, durante mais trinta anos, de férias anuais de sessenta dias, para melhor descansar e poder mais aprender, lendo, estudando, diga que o juiz não necessita de dois meses de férias, por ano (...) Será que a ministra diz isso para agradar a imprensa? Para agradar o povão?”.

A ONG Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro reivindica uma maior participação popular nas decisões envolvendo investimentos públicos nas obras da Copa de 2014 e garantia de legados concretos para o país. O grupo chegou a fazer protestos e panfletagem durante a feira *Soccerex Global Convention*, que termina neste dia 30 no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reunindo grandes empresas mundiais ligadas ao futebol. Uma das críticas da ONG refere-se à elitização do esporte, com ingressos cada vez mais inacessíveis à população de baixa renda, que perdeu espaços nos estádios com o fechamento de áreas tradicionais e baratas, como as arquibancadas e as gerais, substituídas por setores com cadeiras numeradas. “O futebol começou como um esporte elitista e depois se tornou popular. Agora corre o risco de se tornar elitista novamente. Com o preço médio praticado em muitos estádios, uma família com quatro pessoas gasta mais de R\$ 100 para assistir a uma partida”, alertou Renato Cosentino, integrante do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas. Pós-graduado em Política e Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Cosentino também criticou a pouca participação popular nos projetos referentes à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. “É difícil saber quanto custa cada obra. Falta discussão pública”, ressaltou o pesquisador. Para ele, isso acaba inviabilizando os prometidos legados esportivos, sempre citados quando o assunto é investir milhões de reais em obras. “Reformamos o Maracanã para os Jogos Pan-Americanos de 2007, ao custo de R\$ 400 milhões, com a justificativa de que ele ficaria para uma futura Copa do Mundo ou uma Olimpíada. Agora estamos gastando quase R\$ 1 bilhão novamente. O mesmo aconteceu com o Parque Aquático ‘Maria Lenk’ e já se fala em construir outro complexo de piscinas”, destacou. Para os empresários e agentes públicos envolvidos na *Soccerex*, a Copa de 2014 garantirá legados para a população brasileira, principalmente com a construção de estádios e o aumento do fluxo de turistas

durante e após a competição. Segundo o diretor executivo de Operações e Competições do Comitê Organizador Local, Ricardo Trade, a Copa vai movimentar um total de R\$ 112 bilhões até 2014. Segundo ele, até 2016 serão investidos R\$ 22 bilhões em infraestrutura. “Haverá um legado para o turismo, com a consolidação de uma nova imagem do país e o aumento progressivo de turistas e de divisas. Só para os jogos da Copa são esperados 600 mil visitantes”, disse Trade, durante palestra para empresários e especialistas em marketing esportivo.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realiza uma manifestação contra a cobrança de Imposto de Renda sobre a participação nos lucros e resultados. Eles ocuparam a Via Anchieta, que liga a cidade de São Paulo ao litoral sul do estado – SP (região Sudeste). Segundo a entidade, cerca de 10 mil trabalhadores participaram do protesto no sentido São Paulo da rodovia, na altura da cidade de São Bernardo do Campo. O ato causou 5 kms de lentidão segundo a PM, e começou por volta das 8hs. Os manifestantes foram acompanhado por viaturas da PM e da Ecovias, empresa que administra a rodovia, e percorreram 5 kms de maneira pacífica. Segundo a PM, às 9hs, os manifestantes somavam cerca de mil pessoas, já o sindicato estima em 10 mil o número de trabalhadores que participaram da caminhada. Além dos metalúrgicos, o protesto contou com a presença de representantes do Sindicato dos Químicos do ABC e Sindicato dos Bancários de São Paulo. Os manifestantes alegam que a incidência de imposto de renda sobre a participação nos lucros é injusta, pois o imposto não é cobrado nas retiradas feitas pelos empresários sobre o lucro das empresas.

Participantes da Décima Quarta Conferência Nacional de Saúde promovem uma manifestação para reivindicar a regulamentação da Emenda Constitucional Nº 29, que destina 10% do PIB para o Sistema Único de Saúde (SUS). Em uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), cerca de 3 mil manifestantes (segundo a PM do Distrito Federal) criticaram, com faixas e cartazes, as políticas públicas do governo federal para a área da saúde. Os manifestantes também pediram a redução da jornada de trabalho dos profissionais de saúde para 30 horas por semana. O secretário-geral da conferência, Francisco Batista Júnior, disse que não basta definir os recursos para a saúde: “Se nós conseguirmos mais recursos, mas não mudarmos a lógica do financiamento, da gestão, não criamos uma carreira de profissionais do SUS, o financiamento não vai resolver. O equívoco, na base, se não for corrigido, não viabiliza o sistema”. Para Expedito Solaney, secretário nacional de Políticas Sociais da CUT, o governo tem condições de garantir 10% da receita bruta para o SUS: “Defendemos o financiamento para a saúde, não a privatização do SUS. O dinheiro é fundamental para o funcionamento do sistema”. A Conferência Nacional de Saúde vai até o dia 4 de dezembro e conta com a participação de representantes do governo federal, dos governos estaduais e municipais, organizações não governamentais, centrais sindicais e representantes da sociedade civil.

A grife espanhola Zara se recusa a assinar um TAC com o MPT. O acordo tinha o objetivo de regularizar a cadeia produtiva da empresa depois que foi identificado trabalho degradante, semelhante ao escravo, em confecções contratadas pela marca. A Zara, entretanto, apresentou uma contraproposta que será analisada pelos procuradores. Caso não haja acordo, o MPT deverá entrar com ação judicial contra a marca. O TAC elaborado pelo MPT prevê que a Zara invista R\$ 20 milhões em ações de combate ao trabalho degradante, reduza a subcontratação dentro da cadeia produtiva (empresas terceirizadas que contratam outras para fazer a produção) e se responsabilize pelas condições de trabalho nas confecções contratadas pela marca. Segundo o procurador Luiz Carlos Fabre, apesar de a proposta da empresa ter pontos “inconciliáveis”, o MPT vai avaliar o texto para tentar chegar a um acordo nos próximos dias. Para o procurador, o TAC permite uma resolução mais rápida e eficiente do conflito do que uma ação civil pública. O MPT, no entanto, não

vai abrir mão de que a Zara responsabilize-se juridicamente, se sujeitando a multas em caso de descumprimento, sobre as condições de trabalho na cadeia de produção. O órgão quer ainda que a empresa se comprometa a coibir as subcontratações das confecções. Para o procurador Fabre, a prática pulveriza a produção e cria condições propícias para a exploração dos trabalhadores. O diretor de Responsabilidade Social do grupo Inditex (controlador da Zara), Félix Poza, tentou, entretanto, desvincular a grife das oficinas terceirizadas. De acordo com ele, essas empresas são autônomas e prestam serviços para várias marcas. “O problema não é só nosso, é sistêmico de todo o setor de confecções”, senhalou. Como alternativa ao TAC, a marca propõe a adoção de uma série de ações para combater o trabalho degradante. Entre as propostas, estão melhoria do sistema de auditoria na rede de terceirizadas e uma campanha para informar os donos das oficinas sobre as obrigações e direitos trabalhistas no Brasil. Além disso, a grife pretende implementar ações de apoio a imigrantes. Em junho, o MPT e o Ministério do Trabalho descobriram 51 pessoas (46 bolivianos) trabalhando em condições precárias em uma confecção contratada pela Zara em Americana, no interior de São Paulo. Os trabalhadores eram submetidos a uma jornada média de 14 horas e recebiam o equivalente a R\$ 0,20 por peça de roupa produzida. No mês seguinte, foram encontrados 14 bolivianos em condições semelhantes em duas confecções na cidade de São Paulo.

Glossário de siglas

AGU	Advocacia-Geral da União
AJUFE	Associação dos Juizes Federais do Brasil
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ASSEPMA	Associação dos Servidores Públicos Militares do Maranhão
BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CJF	Conselho da Justiça Federal
CMP	Central dos Movimentos Populares
CODESP	Companhia Docas do Estado de São Paulo
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAJUFE	Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FLM	Frente de Luta por Moradia
FNU	Federação Nacional dos Urbanitários
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUP	Federação Única dos Petroleiros
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH	Instituto de Filosofia, Ciências e História
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCC	Movimento contra a Corrupção
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
Sindaport	Sindicato dos Empregados na Administração Portuária
Sindsaude	Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo
SINTRAPAV	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada e Afins do Pará
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRF	Tribunal Regional Federal
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).

Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).

Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP-UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Diciembre 2011

Editada en junio 2012



Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional



Norad
Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo



Govern
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo N° 1048

***Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis
del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil***



Integrantes	Dr. Roberto Leher Alice Coutinho da Trindade Peter Sana Willian Ramos da Silva
Fuentes	Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA “Justo Arosemena” (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil

Cronologia do conflito social

Dezembro de 2011

5º feira 01

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, defende a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte como “um projeto irreversível e que só trará vantagens ao Brasil e às populações que vivem na região”. Ele afirmou em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) que o país precisa anualmente de acréscimo de 5% no potencial de geração de energia elétrica para fazer frente às necessidades da população e das indústrias. Para o ministro, sem Belo Monte seria necessário construir usinas termelétricas movidas a óleo diesel ou à queima de carvão, “todas caríssimas e altamente poluentes de gás carbônico”. A geração hidráulica, no entanto, é uma energia limpa e adotada em todo o mundo, quando os países dispõem de rios para que as turbinas das usinas funcionem, acrescentou Lobão, em entrevista ao programa Bom Dia Ministro. Edison Lobão assegurou que “nenhum indígena será prejudicado com a construção de Belo Monte, pois a aldeia mais próxima fica a 32 km da área que será inundada e outras a 500 e 800 km”. As populações que moram em áreas mais próximas da região a ser alagada vão ter residências construídas em outros locais, com assistência à saúde, à educação e serviço de saneamento básico. De acordo com ele, 5 mil famílias que atualmente vivem em pobreza absoluta na região terão condições dignas de acomodação. Segundo o ministro, o potencial da energia que será gerada por Belo Monte representa 40% de toda a energia consumida atualmente pelas residências no país. Com ela, destacou, não voltará a ocorrer o racionamento compulsório de energia elétrica adotado em 2001 e 2002, quando a população teve que economizar 20% do consumo sob pena de estrangulamento do sistema. Para Lobão, “todo o Brasil será beneficiado, pois o sistema de distribuição de energia é interligado, permitindo que deficiências de geração na Região Sul, por exemplo, possam ser supridas instantaneamente por fontes instaladas na Região Norte. A Usina de Belo Monte será a terceira maior do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da Itaipu Binacional, e dará empregos diretos e indiretos a até 50 mil trabalhadores. Lobão destacou que não entende “a campanha insidiosa que determinados segmentos fazem contra a construção, levando em conta que a obra só fará bem ao Brasil”. O projeto está sendo discutido há 40 anos e foi redesenhado. A previsão inicial era que a usina utilizaria 1.230 km quadrados, mas, pelo projeto atual, ocupará área de 500 km quadrados.

A Polícia Federal (PF) prende três suspeitos de atacar o acampamento indígena Tekoha Guaiviry, localizado entre as cidades de Amambai e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Além de participação no ataque ao acampamento dos índios da etnia Guarani-Kaiowá, os três homens detidos são suspeitos de envolvimento no desaparecimento do cacique Nísio Gomes. Os três suspeitos prestaram depoimento na delegacia da PF em Ponta Porã, mas seus nomes e nacionalidades não foram divulgados. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), há suspeitas de que paraguaios tenham participado do ataque ao acampamento, no dia 18 de novembro. O acampamento fica próximo à fronteira com o Paraguai. Apesar das prisões, o cacique ainda não foi localizado. De acordo com índios que se encontravam no acampamento no momento do ataque, pistoleiros encapuzados atiraram em Gomes e levaram seu corpo ensanguentado, além de três jovens. A PF diz que não encontrou no local munição de armas letais, mas apenas cartuchos de armas de borracha. Para a PF, Nísio está desaparecido. Os três jovens supostamente raptados não foram encontrados nem foi registrada queixa. Ainda assim, a denúncia não foi descartada. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os guarani-kaiowá são, atualmente, o mais numeroso povo indígena do país, com mais de 45 mil pessoas. A maioria delas vive em situação de miséria, ocupando 42 mil ha (o equivalente a 420 milhões de metros quadrados, ou 42 mil campos

de futebol). Segundo o relatório sobre a violência contra os povos indígenas produzido pelo CIMI, 250 indígenas foram mortos em Mato Grosso do Sul nos últimos oito anos. Segundo líderes indígenas da região, mesmo diante da repercussão do desaparecimento do cacique, pistoleiros continuam ameaçando os índios, pressionando-os para que deixem os acampamentos. No dia 28 de novembro, índios do Acampamento “Pyelito Kue”, próximo ao município de Iguatemi, denunciaram que dois homens em uma moto invadiram o local atirando e prometeram voltar. Os guarani-kaiowá cobram rigor nas investigações e querem a prisão dos responsáveis e dos envolvidos no ataque ao acampamento. No dia 30 de novembro eles realizaram a Marcha contra o Genocídio e pela Paz, ato que, segundo os organizadores, reuniu 500 indígenas e simpatizantes da causa. O grupo caminhou cerca de sete quilômetros pela rodovia MS-86, que liga Ponta Porã a Amambai. No último fim de semana, os índios que participaram da Aty Guasu (espécie de assembleia com caráter de movimento político do povo Guarani) divulgaram um manifesto em que pedem intervenção federal no estado. No documento, eles afirmam que o governo estadual é incapaz de garantir a segurança dos indígenas. Segundo o coordenador regional do CIMI no estado, Flávio Vicente Machado, o grupo teme que, com o passar dos dias, o assunto caia no esquecimento e as buscas aos desaparecidos sejam encerradas.

Cerca de 150 aeronautas e aeroviários fazem uma manifestação no Aeroporto Internacional “Antonio Carlos Jobim”, em Galeão, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato ocorreu de maneira pacífica com uma caminhada em um trecho de cerca de três quilômetros pela avenida que dá acesso ao terminal. Participaram do ato o Sindicato Nacional dos Aeroviários, os sindicatos de aeroviários de Guarulhos – São Paulo (região Sudeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) e Recife – Pernambuco (região Nordeste), o Sindicato Nacional dos Aeronautas e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da Central Única dos Trabalhadores (FENTAC/CUT). Os trabalhadores reivindicam aumento salarial. Além do reajuste real de 10%, os trabalhadores em campanha salarial unificada exigem 14% de aumento do piso. A pauta de reivindicação foi entregue em setembro e as empresas de aviação apresentaram contraproposta de 3% de aumento real de salário e reajuste do piso de aproximadamente 6%. Por conta do impasse, trabalhadores aprovaram estado de greve até o encerramento das negociações com as companhias aéreas. A data-base da categoria é hoje. Segundo o presidente da FENTAC, Celso Klafke, a contraproposta não foi bem recebida pelos aeroviários. Em reunião realizada no dia 30 de novembro entre a entidade dos trabalhadores e o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), os trabalhadores aprovaram o estado de greve. Durante o encontro, as empresas voltaram a declarar que o setor aéreo está em crise e que elas não aceitam mudar sua proposta. Para avançar nas negociações, tanto os aeroviários, quanto os aeronautas, reduziram o índice de reajuste salarial de 13% para 10%. Selma Balbino, presidente do SNEA, rebateu o cenário de crise que as empresas tentam passar. Segundo ela, diante dos 56% de aumento acumulado no ano nas tarifas aéreas é inaceitável que as empresas não garantam um aumento real nos salários dos funcionários. Outro ponto colocado por Selma é que as empresas estão apostando no confronto com os trabalhadores para maquiar a causa dos problemas que venham a ocorrer na alta temporada, ocasionados pela ineficiência das empresas, não pela campanha salarial das categorias. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) disse que pela manhã quatro voos foram cancelados e cinco estavam atrasados. No entanto, acrescentou que os problemas não tinham relação com a manifestação.

6º feira 02

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) realiza uma audiência pública para analisar os 12 meses de ocupação do Complexo do Alemão pelo Exército no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Organizações não governamentais (ONGs) e moradores voltaram a reclamar de abusos cometidos pelos militares e questionaram a legalidade da

operação iniciada em novembro de 2010. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, deputado Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), disse que o Exército já está há um ano “exercendo um papel de polícia, que não é o que a Constituição determina”. Segundo o parlamentar, como os militares não são preparados para esse trabalho, isso acaba originando muitos conflitos com os moradores. A conselheira estadual de Direitos Humanos e representante da ONG Educap, Lúcia Amaral, diz que o único progresso obtido com a ocupação do Exército foi a redução do número de confrontos armados. No entanto, a comunidade continua tendo muitos problemas, como falta de água e o saneamento precário. “A única coisa que melhorou foi a redução do poder bélico [dos criminosos]. Mas as coisas continuam do mesmo jeito. Há um abandono no interior da comunidade”, disse Lúcia. O Complexo do Alemão vem recebendo obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desde 2008. Entre as intervenções urbanísticas estão a inauguração de um teleférico, a construção de moradias para algumas famílias e de equipamentos sociais, como escolas. O Comando Militar do Leste, unidade do Exército responsável pela ocupação militar dos Complexos da Penha e do Alemão, informou que não vai se pronunciar sobre os supostos abusos ou sobre o questionamento em torno da legalidade da operação.

Índios do estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) se reúnem em Dourados com parlamentares que integram a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Frente Parlamentar dos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados, para exigir maior atenção do Estado brasileiro para o conflito entre eles e proprietários rurais. Segundo o CIMI, 61 índios foram mortos no estado desde janeiro de 2010. De acordo com o antropólogo Tonico Benites, índio da etnia Guarani Kaiowá e um dos representantes da comunidade de Jaguapiré, o processo de expulsão dos índios de suas antigas terras intensificou-se no fim da década de 1970 com a consolidação das atuais propriedades rurais. “Até então, os índios estavam dispersos por todo o estado, alguns inclusive trabalhando nas fazendas. As poucas reservas indígenas [sete] então existentes estavam vazias”, disse Benites. Segundo ele, o processo de expulsão dos índios das áreas destinadas à produção agrícola tornou-se mais intenso no início da década de 1980, quando episódios de violência se tornaram cada vez mais frequentes. “O que algumas pessoas chamam de retomada [territorial] nós consideramos uma volta às nossas terras tradicionais”, ressaltou. Inseguros, os índios dizem não confiar nas polícias Militar e Civil de Mato Grosso do Sul e pedem maior presença da PF, além da permanência da Força Nacional de Segurança. De acordo com Benites, a distância entre as delegacias da PF em Mato Grosso do Sul pode chegar a 200 km. Para o vereador Otoniel Ricardo, do Partido dos Trabalhadores (PT), representante da aldeia Te'yikue, de Carapu, é importante que a Força Nacional permaneça no estado para evitar novos atentados contra as comunidades indígenas, como o que ocorreu no último dia 18, quando pistoleiros invadiram um acampamento, mataram o cacique e levaram seu corpo. Além disso, Otoniel sugere que as ações de segurança pública levem em consideração as particularidades da região, como a proximidade com a fronteira. Na opinião de Otoniel Ricardo, a política estadual é anti-indígena. Os participantes da audiência também defenderam o fortalecimento dos órgãos responsáveis pela saúde indígena. Segundo eles, muitas vezes seguranças de algumas propriedades impedem funcionários do setor de prestar assistência às comunidades. Atualmente, o órgão responsável é a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde. Anteriormente, a tarefa era da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Além da demarcação de novas terras indígenas e de auxílio governamental, os índios esperam ser recebidos pela presidenta Dilma Rousseff, em Brasília, de quem cobram maior atenção à causa indígena. Representam a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Frente Parlamentar os deputados Domingos Dutra, Erika Kokay e Padre Ton, todos do PT. O deputado estadual Laerte Tetila, também petista, acompanha o grupo que inclui ainda representantes da PF e da FUNAI.

Cerca de dois mil estudantes secundaristas, sob o mote “Estudantes e professores juntos contra a violência escolar, mais investimentos na educação e em defesa da meia entrada”, realizam uma passeata na zona norte de São Paulo – SP (região Sudeste). A atividade faz parte do Trigésimo

Nono Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES), que acontece em dois locais da capital do estado. A concentração da marcha começou no Centro de Exposições e Convenções “Center Norte”. Depois, seguiu pela na avenida Zaki Narchi, em Santana. À tarde, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), os manifestantes ocuparam duas faixas da avenida General Ataliba Leonel, sentido bairro.

Sábado 03

Integrantes do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas promovem uma manifestação em frente ao Estádio Jornalista “Mário Filho”, o Maracanã, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação foi protestar contra a intenção do governo do estado de entregar à iniciativa privada a gestão do Maracanã, que está sendo reformado para a Copa do Mundo de 2014. O governo de Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quer promover um leilão de concessão do estádio à iniciativa privada. Outra crítica ao projeto diz respeito à remoção de famílias pobres de locais próximos às obras para dar lugar a estacionamentos. A descaracterização arquitetônica do Maracanã –que, de acordo com o comitê, “não pode virar shopping center”– também é criticada. Marcos Alvito, integrante do comitê, disse que a reforma do estádio, que vai custar cerca de R\$ 900 milhões, está sendo feita com dinheiro público. “O pensamento do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas é que o Maracanã é um bem público, é um patrimônio de todos os cariocas e dos brasileiros. É até um patrimônio da humanidade, que a gente não pode gastar R\$ 1 bilhão de dinheiro público no Maracanã e entregar à iniciativa privada. Quer dizer, o Estado fica com o prejuízo e a iniciativa privada, com o lucro”, disse. Segundo Alvito, a manifestação também chamou a atenção para uma possível “elitização” do futebol, já que há uma tendência de aumento do preço dos ingressos, o que afasta famílias com renda menor. Este foi o primeiro protesto da campanha “O Maraca é Nosso”. O comitê também faz campanhas contra a remoção de famílias de comunidades pobres para a construção das instalações da Copa e das Olimpíadas de 2016, como é o caso da Vila Autódromo, em Jacarepaguá.

Domingo 04

Com participação majoritária de bolivianos, um grupo de cerca de 250 pessoas, representando os imigrantes que vivem na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), sai em passeata na Quinta Marcha dos Imigrantes. O tema do ato foi “Por Nenhum Direito a Menos”. Os manifestantes defenderam mudanças no Estatuto do Estrangeiro que lhes permita juntar-se aos brasileiros na hora do voto. A caminhada partiu da rua Barão de Itapetininga, no centro da cidade de São Paulo, e seguiu rumo à Praça da Sé, com paradas para leitura de um manifesto em frente ao Teatro Municipal e na calçada do Viaduto do Chá, diante do prédio da prefeitura de São Paulo. Entre eles, estavam integrantes da CUT e da Força Sindical. “Estamos em campanha, em vários locais, para mostrar que o imigrante tem de sair da invisibilidade para conquistar os seus direitos. Não é só vir para o Brasil trabalhar e conquistar, simplesmente, um cartão de residência. Tem de buscar melhores condições de saúde, educação e o direito de voto, de cidadania completa”, argumentou Roque Patússi, coordenador do Centro de Apoio aos Imigrantes. Ele informou que as reivindicações serão encaminhadas a representantes das três esferas de governo: municipal, estadual e federal. No manifesto, os imigrantes destacaram que “Aqui Vivemos. Aqui votamos”, e justificaram que o momento de “crise do capitalismo e da precarização do trabalho” é oportuno para mudar o conceito da “criminalização das migrações pelo paradigma dos direitos humanos, cidadania plena e integração dos povos”. De acordo com Patússi, dos cerca de 1,5 milhão de imigrantes estimados no país, vivem em São Paulo cerca de 250 mil bolivianos, 80 mil paraguaios e 50 mil peruanos, e um número menor de pessoas vindas de outras nações. O ato faz parte das comemorações alusivas ao Dia Mundial dos Imigrantes e ao vigésimo primeiro aniversário da Convenção das Nações Unidas

sobre os Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de Suas Famílias. Também está associado ao *Dia da Ação Global contra o Racismo e Xenofobia, pelos Direitos dos Migrantes e Refugiados*.

2º feira 05

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazem uma paralisação e uma série de mobilizações em todo o país para chamar a atenção sobre as dificuldades de trabalho. Entre as reivindicações estão equiparação salarial com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), participação no Plano de Reestruturação do INCRA em construção pela direção da autarquia e fortalecimento da Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA. Na última plenária nacional dos trabalhadores, em 14 de outubro, foi decidido que a categoria vai realizar diversas mobilizações por evitar que novas vagas sejam cortadas e para “endurecer” a negociação com o governo. Segundo a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA (CNASI), as paralisações vão ocorrer toda primeira 2ª feira do mês, até fevereiro de 2012. Os servidores do INCRA temem uma redução no número de funcionários nos próximos meses, por causa dos pedidos de aposentadoria e licença médica. Estima-se que a diminuição chegue a 25% do quadro. Hoje, são 5,7 mil servidores. Quando foi criado, há cerca de 40 anos, o instituto tinha cerca de 8 mil funcionários. O diretor da CNASI, Reginaldo Aguiar, disse que todos os Estados aderiram à greve, com formas diferentes de manifestações. O INCRA é uma autarquia federal, responsável pelas atividades referentes à reforma agrária, administração de terras públicas da União e pela manutenção do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. Também cabe ao órgão atuar na recuperação da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável dos mais de 8 mil assentamentos existentes no país.

Servidores públicos municipais da saúde deflagram greve em Curitiba – Paraná (região Sul). Os manifestantes, filiados ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba, reivindicam a redução da jornada de trabalho para os servidores da saúde. A prefeitura reduziu de 40 para 30 horas semanais a jornada de enfermeiros, auxiliares de enfermagem, técnicos em enfermagem, técnicos de higiene dental e auxiliares de consultório dentário, que atuam no atendimento de urgência e emergência do município. Outros profissionais, porém, como nutricionistas, psicólogos e farmacêuticos, continuam com a jornada estendida. A prefeitura diz que essas categorias não estão incluídas no decreto federal que determinou a redução das horas de trabalho e propôs voltar a negociar em fevereiro. O sindicato não aceitou e os profissionais entraram em greve. A prefeitura afirma que irá negociar com o grupo em fevereiro, mês em que é feito o reajuste das categorias.

3º feira 06

Representantes da ONG Greenpeace inflam um balão em formato de motosserra para protestar contra a aprovação do novo Código Florestal em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Na Praça dos Três Poderes, o balão trazia as frases “Senado, Desliga Essa Motosserra”, de um lado, e “Dilma, Desliga Essa Motosserra”, de outro. Para o Greenpeace a aprovação do projeto do novo Código Florestal compromete as metas do país de preservação do meio ambiente. “O projeto de lei como está [escrito] vai levar ao aumento do desmatamento, [conceder] anistia para quem desmatou ilegalmente e ainda abrir brechas para novas concessões”, disse a engenheira agrônoma do Greenpeace Brasil, Tatiana de Carvalho. De acordo com ela, o texto em discussão no Congresso sobre o Código Florestal causa prejuízos para a sociedade, pois ameaça a segurança dos rios e do mar, além de pôr em risco as florestas do país.

Estudantes universitários e secundaristas fazem protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), acampando em frente ao Congresso Nacional em defesa de mais recursos para o

ensino no país. O movimento “Ocupe Brasília” é liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em parceria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG). O principal objetivo da manifestação é incluir no Plano Nacional de Educação (PNE) a meta de investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos dez anos. O relator da proposta, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados, definiu esse patamar em 8%, segundo relatório divulgado no dia 5 de dezembro. Atualmente, o país aplica cerca de 5% do PIB em educação. Segundo o presidente da UNE, Daniel Iliescu, o acampamento é uma forma de pressionar as autoridades, chamando a atenção para os temas da juventude e a educação. “Enquanto houver a imensa defasagem na qualidade da educação pública do país, professores mal pagos, infraestrutura precária e outros desafios não resolveremos problemas históricos do Brasil. Essa é uma oportunidade única”, explicou. A comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que destina às áreas de educação e de ciência e tecnologia a metade dos recursos do Fundo Social.

4º feira 07

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará (região Norte), depois de receber reclamações de comunidades indígenas da região do Xingu, onde será construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, decide cobrar da Norte Energia –responsável pelo empreendimento– um relatório do cumprimento das condicionantes socioambientais da obra. O requerimento foi encaminhado este dia 7 e dá prazo de dez dias úteis para a resposta da empresa. O MPF quer saber em que estágio está o cumprimento das medidas de redução dos impactos da obra, principalmente as que se referem às comunidades indígenas. As condicionantes estão previstas no licenciamento ambiental e, em alguns casos, o cumprimento é pré-requisito para obtenção das próximas autorizações para o andamento da obra. Entre as condicionantes estão medidas como a reestruturação do atendimento à saúde indígena, a demarcação e regularização de áreas, a retirada de não indígenas das terras indígenas, a implementação de corredores ecológicos e melhorias nos serviços de educação nas comunidades. Comunidades indígenas criticam o trabalho do consórcio e afirmam que o atendimento das condicionantes tem sido precário.

Cerca de 220 estudantes de 23 estados continuam acampados na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Sudeste). Eles reivindicam que o PNE assegure investimentos de 10% do PIB brasileiro para o setor. O relator do PNE, deputado Angelo Vanhoni, definiu o percentual de 8% do PIB como meta de investimento em educação no prazo de dez anos. Para a nova presidenta da UBES, Manuela Braga, essa meta não é suficiente para resolução dos problemas e melhoria da educação do país. “Continuamos com a nossa luta a favor de pelo menos 10% do PIB, para que possamos ter uma educação digna no nosso país”. Durante sua posse, em uma tenda montada no gramado da Esplanada, Manuela destacou que o movimento em favor da educação já registrava conquistas. “Nosso acampamento teve início vitorioso. Logo, no primeiro dia, foi aprovada, na Comissão de Educação do Senado, a destinação de 50% do Fundo Social do pré-sal para o setor. Isso foi uma grande vitória, porém ainda temos muitos desafios a vencer”. A comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou, no dia 6, por unanimidade, o projeto de lei que destina às áreas de educação e de ciência e tecnologia metade dos recursos do Fundo Social. Neste dia 7, os estudantes realizaram uma *blitz* na Câmara e no Senado. Eles visitaram os gabinetes dos parlamentares para cobrar apoio às suas reivindicações. Além da destinação de 10% do PIB para a educação, eles querem a aprovação do Estatuto da Juventude e defendem a inclusão da meia-entrada para estudantes na Copa do Mundo de 2014. Os acampados também realizaram pedágios nas avenidas que cortam a Esplanada, com objetivo de arrecadar dinheiro para compra de alimentos, produtos de limpeza e materiais de confecção de cartazes.

5º feira 08

Cerca de 300 manifestantes que protestavam por moradia, terra e trabalho desocupam o prédio da Presidência da República, na avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). Eles saíram do edifício, na região central da capital paulista, após conseguirem o agendamento de reunião para o próximo dia 19, no mesmo local, com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Eles haviam ocupado três andares do prédio, no final da manhã, durante uma passeata pela avenida. Participaram do protesto integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) e trabalhadores da Flaskô, fábrica de Sumaré (SP), que está há oito anos sendo controlada por funcionários. “Estamos reivindicando a desapropriação de terrenos no campo e na cidade e também a desapropriação da fábrica Flaskô, que está nas mãos dos trabalhadores há mais de oito anos”, disse Zezito Alves da Silva, da coordenação do MTST. Segundo Silva, os governos federal, estadual e municipal “deveriam tomar coragem para desapropriar os terrenos que estão nas mãos da especulação imobiliária e as fábricas que estão para ser fechadas, entregando-as para os trabalhadores”. Pedro Santinho, do Conselho de Fábrica da Flaskô, disse que a unidade fabril estava para ser fechada quando, em 2003, os trabalhadores a ocuparam. Eles a mantêm funcionando até hoje. “Mas ela [fábrica] ainda tem um proprietário. Então, ela precisa ser desapropriada e o controle precisa passar para os trabalhadores”, assevera. Segundo os organizadores, o ato reuniu cerca de 1,2 mil pessoas, entretanto a Polícia Militar (PM) estima em 500 o número de manifestantes. Após o acerto do encontro com o ministro Gilberto Carvalho, os manifestantes voltaram a caminhar pela avenida Paulista. Parte do grupo voltou para o vão livre do Museu de Arte de São Paulo, enquanto o restante seguiu em direção à Assembleia Legislativa, próximo ao Parque Ibirapuera.

6ª feira 09

Uma manifestação contra o recolhimento forçado de crianças, adolescentes e adultos moradores de rua reúne, na rodoviária do Plano Piloto, no centro de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) cerca de 40 pessoas. O protesto teve o objetivo de conscientizar gestores públicos e a população sobre a violação dos direitos das pessoas alvos dessas ações. De acordo com o organizador do ato, Sabino Manda, da ONG Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes, apesar da capital federal ainda não adotar o recolhimento forçado de moradores de rua, o mesmo não ocorre em outras cidades. Segundo ele, foram constatados casos graves de uso excessivo da força. Manda disse ainda que a abordagem feita no Distrito Federal tenta convencer o morador de rua, e não forçá-lo a ir para um abrigo ou instituição de tratamento. Para ele, é importante impedir a operação de recolhimento que desrespeite os direitos das pessoas. “Pretendemos deter a forma massiva e indiscriminada da prática de recolhimento forçado com essa manifestação”, disse. Folhetos com propostas para o enfrentamento da situação de moradia de rua foram distribuídos durante a manifestação. O ato faz parte da campanha nacional “Criança não é de Rua”, voltada para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de morador de rua.

Sábado 10

No Dia Internacional do Palhaço, comemorado neste dia 10, dezenas de artistas fazem uma manifestação bem-humorada junto aos Arcos da Lapa no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam a volta do tradicional bondinho de Santa Teresa e aproveitaram para criticar a classe política pelos escândalos frequentes. O ato fez parte do *Décimo Encontro Internacional de Palhaços Anjos do Picadeiro*, que começou no dia 5 e se encerra no dia 11, com

oficinas, debates e atividades circenses. O palhaço espanhol Leo Bassi, um dos organizadores do evento, explicou por que a classe escolheu a defesa do bondinho no encontro deste ano. “Os palhaços defendem humanidade e poesia nas cidades. Unir a luta para salvar o bonde e para salvar os palhaços é uma forma de sinergia perfeita. Santa Teresa sem o bonde não é Santa Teresa. O bonde significa simplicidade diante de um mundo mais tecnológico e isso é um símbolo de poesia, assim como são os palhaços”, disse Bassi. A diretora de comunicação social da Associação dos Moradores de Santa Teresa, Débora Lerrer, enfatizou que a comunidade não foi ouvida na escolha sobre o novo modelo de bonde para o bairro, que teve o sistema paralisado desde o dia 27 de agosto, quando um bonde descarrilou, causando a morte de cinco pessoas e deixando mais de 50 passageiros feridos. “Nós não queremos que essa reforma do bonde passe por cima da vontade popular. O governo do estado fez um acordo com a Carris de Lisboa, sem levar em consideração um seminário técnico que organizamos, com o clube e o sindicato de engenharia. Podemos colocar o bonde para funcionar nos moldes tradicionais, com algumas modificações para aprimorar a segurança, de forma muito mais rápida e barata do que o governo apresentou”, assinalou Débora. Segundo ela, implantar os bondes com tecnologia da empresa portuguesa custará R\$ 5 milhões, valor que pode ser cortado pela metade se os novos bondes forem feitos no Brasil.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga nota contra o processo de desapropriação de agricultores no município de São João da Barra, ao norte do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). No local, está sendo construído um complexo industrial ligado ao Superporto de Açu, do grupo *EBX*, do empresário Eike Batista. A CPT denunciou que um número que pode chegar a 1,5 mil famílias –nos distritos de Água Preta, Barra do Jacaré, Sabonete, Cazumbá, Campo da Praia, Bajuru, Quixaba, Azeitona, Capela São Pedro e Açu– estão sendo pressionadas a abandonarem suas casas. A representante da CPT na região, Carolina de Cássia, disse que a vontade de quase todos moradores é permanecer na terra, onde se encontram há gerações, mas se sentem pressionados a saírem. “A obra está avançando de forma muito truculenta, tirando os agricultores e os ameaçando. Lá tem muitos idosos que moram há anos na região e estão adoecendo [com a situação]. Nós encontramos vários deles que entraram em processo de depressão e estão acamados”. A empresa *LLX*, subsidiária da área de logística do grupo *EBX*, informou por sua assessoria que está investindo R\$ 150 milhões no processo de desapropriação, inclusive com a construção de uma localidade batizada de Vila da Terra, para onde estão sendo levadas 90 famílias de pequenos agricultores, que tinham até dez ha. Segundo a *LLX*, as casas são dotadas de infraestrutura, móveis e aparelhos eletrônicos, incluindo televisão de tela plana. A dimensão mínima dos terrenos da Vila da Terra mede dois ha, conforme a assessoria. A proposta de remoção já teria sido aceita por 38 famílias. Os demais proprietários, com terrenos acima dos dez ha, serão desapropriados e receberão o valor correspondente por suas terras. A *LLX* informou que são apenas 400 famílias a serem desapropriadas e ressaltou que todo o processo de desapropriação é responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e se baseia no decreto estadual 41.915/2009, que prevê a desapropriação de um total de 7,2 mil ha. A representante da CPT informou que as famílias classificaram as condições na Vila da Terra como “favela rural”, pela proximidade entre as casas, pois elas estão acostumadas a viver em terras mais amplas. Carolina ressaltou que já estão sendo mobilizadas instâncias jurídicas, como o MPF, para dar assessoria aos moradores. Segundo ela, também chegaram à região neste final de semana representantes da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), para reforçar a luta contra a desapropriação. Segundo a CPT, as terras são férteis e não devem ser utilizadas para a construção de um complexo industrial. O Porto do Açu é um dos mais ambiciosos projetos de Eike Batista, dotando a região de um porto moderno para grandes embarcações, que embarcariam minério de ferro produzido em Minas Gerais, por meio de um mineroduto com 525 km, além de outras cargas, totalizando 350 milhões de toneladas por ano. Na área próxima ao porto, Eike planeja instalar dezenas de empresas dos setores siderúrgico, metal-mecânico, armazenamento de petróleo, estaleiro, tecnologia da informação, além de uma usina termelétrica.

2º feira 12

Integrantes da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e da ONG Rede Jubileu entregam ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o dossiê *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil*. Eles pedem mais transparência nos projetos das obras para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. “Queremos também mais atenção sobre a Lei Geral da Copa, porque ela abre brechas para que a FIFA [Federação Internacional de Futebol Associado] legisle em nome do Brasil e isto fere a soberania da nação”, justificou Rosilene Wansetto, uma das organizadoras do ato, em frente ao prédio da prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste), que precedeu a entrega do documento. Ela esclareceu ainda que há temor sobre o impacto social em torno das desapropriações, embora não se tenha uma previsão exata a respeito do número de famílias sujeitas às remoções. Rosilene informou que, em todo o país, estima-se que poderão ser demolidas cerca de 170 mil moradias. Ainda segundo ela, o movimento não é contrário à realização dos jogos no país, mas sim à forma como os projetos vêm sendo desenvolvidos. Ela destacou que há riscos de os novos estádios virarem “elefantes brancos” da mesma forma como ocorreu na África do Sul. Rosilene também criticou o uso do dinheiro público afirmando que 99% dos recursos estão sendo financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF), prefeituras e estados, quando os gastos deveriam ser bancados pelo setor privado, conforme acordo entre a FIFA e o governo brasileiro. As obras de preparação para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 já provocaram, pelo menos, 21 casos de remoção forçada de moradores em sete capitais, de acordo com o dossiê *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Os comitês populares são organizações formadas a partir da união de movimentos sociais, acadêmicos e organizações políticas para fiscalizar e denunciar abusos e ilegalidades relacionados aos megaeventos esportivos que o Brasil vai receber nos próximos anos. Segundo o relatório, as ações de desocupação de comunidades e famílias são marcadas pela arbitrariedade. Na capital paulista, o levantamento destaca a construção do Parque Linear Várzeas do Tietê, que prevê a abertura de uma avenida entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o futuro estádio do Corinthians, em Itaquera (zona Leste), arena que abrigará a partida de abertura do Mundial de 2014. De acordo com o documento, mais de 4 mil famílias já foram removidas do local “sem serem consultadas sobre a implantação do parque e sem saber para onde iriam”. Ainda segundo o relatório, na mesma região, mais 6 mil famílias vivem na expectativa de também ter de deixar as casas. Os depoimentos colhidos pelo comitê popular acusam a PM e a Guarda Civil Metropolitana de usar força excessiva para expulsar moradores da Chácara Três Meninas, área contígua ao parque, sem aviso prévio. Também na zona Leste paulistana, o relatório denuncia o despejo em curso de 2 mil moradores da Favela do Jardim São Francisco. “A população reclama que não há mandado judicial, que não foi incluída em programas habitacionais e que os lotes são legais em virtude do fato de terem direito à concessão de uso especial para moradia”, destaca o texto. O desalojamento da comunidade está relacionado, de acordo com o relatório, a um projeto de urbanização previsto para ser concluído em 2020. Além disso, a favela também está na região onde será construída o Complexo Viário Jacu-Pêssego, que vai ligar o Aeroporto Internacional de Guarulhos ao Porto de Santos. No Jardim Paraná, zona Norte da capital, o dossiê alerta para o risco de mil das 9 mil famílias que ocupam a área desde 1994 serem removidas para a construção do Trecho Norte do Rodoanel. O documento destaca, no entanto, que “nenhum morador recebeu intimação ou algum comunicado oficial sobre as obras”. Em nota, a PM de São Paulo rebateu a acusação e garantiu que não participou da remoção de famílias na Chácara Três Meninas. De acordo com a nota, os policiais participaram apenas de uma ação de reintegração de posse no Jardim Pantanal, em 2009. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana está aguardando informações da subprefeitura responsável pela área onde teriam ocorrido as supostas desapropriações denunciadas no dossiê dos comitês populares. A Guarda Civil Metropolitana alegou que os agentes apenas dão suporte às operações da Polícia Militar.

Militantes dos Comitês Populares da Copa, movimento que acompanha as obras na cidade do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), uma das cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol, realizam ato

em frente à sede da prefeitura da cidade. Os militantes entregaram um dossiê com denúncias de violações de direitos humanos, em intervenções realizadas nas obras para o evento esportivo. Os manifestantes entregam o dossiê no gabinete do prefeito Eduardo Paes (PMDB), junto a sacos com escombros de moradias demolidas, que os manifestantes chamam de “legado dos jogos”. A prefeitura afirma que as obras trazem benefícios, para toda a cidade, e que os reassentamentos obedecem à legislação.

3º Feira 13

Levantamento da CPT indica que o número de conflitos no campo caiu 12% este ano –de 777 casos em 2010 para 686 em 2011. A quantidade de denúncias de trabalho escravo no país, entretanto, aumentou, principalmente em Mato Grosso do Sul, em Goiás (região Centro-oeste) e no Pará (região Norte). Enquanto no ano passado foram registradas 177 denúncias, este ano o número chegou a 218. Os dados fazem parte do relatório *Conflitos no Campo Brasil 2011* e se referem ao período de janeiro a setembro. De acordo com os dados, o número de pessoas envolvidas nas denúncias de trabalho escravo subiu de 3.854 em 2010, para 3.882 em 2011. Só a Região Centro-Oeste concentrou quase 50% dos trabalhadores resgatados, 1.914 pessoas. Em Mato Grosso do Sul, foram registrados 1.322 trabalhadores em situação de trabalho escravo. O documento examina a violência rural sob três aspectos: conflitos de terra, conflitos trabalhistas e conflitos pela água. Pelo levantamento, houve 439 conflitos por questões agrárias neste ano, enquanto em 2010 foram registrados 535. Já os conflitos por água caíram para 29 registros, em 2011, enquanto em 2010 foram 65 casos. Os dados mais alarmantes se referem aos conflitos trabalhistas, registrando aumento de 23% nas denúncias de trabalho escravo. A coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Terra, Isolete Wichinieski, disse que o aumento no número de casos de trabalho escravo ocorre devido ao estímulo que as pessoas têm recebido para denunciar. “A sociedade está colaborando mais, as denúncias cresceram e isso é muito importante para combater os crimes no campo”, alertou a coordenadora. “[Mas é necessário] melhorar as condições de trabalho na área rural. Só assim os conflitos serão reduzidos”. O levantamento indica que o número de pessoas ameaçadas de morte registrou aumento de 107% este ano. Em 2010, 83 pessoas denunciaram estar sob risco. Este ano, o número subiu para 172. Os dados se referem ao período de janeiro a setembro. De acordo com a comissão, esse crescimento é reflexo das ações de incentivo a denúncias desenvolvidas após assassinatos de extrativistas e lideranças do campo, em maio, quando foi entregue à Secretaria de Direitos Humanos uma lista dos ameaçados de morte na última década, destacando que as ameaças haviam se concretizado em 42 casos. De janeiro a setembro de 2011, foram assassinados 17 trabalhadores do campo, 32% a menos do que em 2010, quando foram registrados 25 mortos. A Região Norte registrou 12 mortes, das quais nove no Pará. De acordo com a comissão, oito assassinatos ocorreram em decorrência do envolvimento dos trabalhadores rurais com a luta de defesa do meio ambiente e em conflitos com fazendeiros e empresários da região. O primeiro crime com grande repercussão foi o assassinato do casal extrativista Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro da Silva, em Nova Ipixuna, no Pará, no dia 24 de maio. Dois dias depois, o assentado Herenilton Pereira dos Santos também foi morto também em Nova Ipixuna. No dia 27 de maio, o ambientalista e líder Adelino Ramos, um dos sobreviventes do massacre de Corumbiara (ocorrido em 1995), foi morto em Rondônia.

Em um protesto para reivindicar mais segurança na rodovia BR-070, que dá acesso a Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), manifestantes depredaram 26 ônibus na região de Águas Lindas de Goiás, localizada no Entorno do Distrito Federal. O protesto durou cerca de três horas e teve como estopim o atropelamento, ocorrido no dia 12 à tarde, de Maria Helena Silva Fagundes, que não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Durante a manifestação, os moradores reivindicaram mais iluminação da rodovia, aumento de sinalização e instalação de barreiras eletrônicas. O coronel Alexandre Freitas Elias, responsável pelo Décimo Terceiro Comando

Regional da PM, sediado em Águas Lindas, disse que dois ônibus da empresa Santo Antônio ficaram totalmente destruídos, mas não houve registro de vítimas. Segundo o coronel, todos os dias, cerca de 40 mil pessoas que moram em Águas Lindas e trabalham em Brasília passam pela BR-070, principal ligação entre a cidade e a capital federal. De acordo com ele, a prefeitura de Águas Lindas pretende encaminhar as reivindicações da população ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ligado ao Ministério dos Transportes. Também há queixas sobre o abandono da área às margens da rodovia.

O fazendeiro Avelino de Déa, proprietário da fazenda São Sebastião na cidade de Itupiranga – Pará (região Norte) é condenado a sete anos e dez meses de prisão pelo MPF, por exploração de trabalhadores em situação análoga à escravidão. O fazendeiro é denunciado desde 2009, pois os trabalhadores não têm banheiro próximo ao local de trabalho e são obrigados a tomar banho em um córrego, não têm acesso à água potável e muitos dormem em barracos de palha e em cochos utilizados para alimentação de bois. A defesa alega que os trabalhadores não são forçados a aceitar o regime de trabalho, porém o juiz federal César Otoni de Matos, da Primeira Vara de Marabá, afirma que se valendo da privilegiada posição de detentor do conhecimento e do poder econômico, o latifundiário lucra com a miséria e desgraça alheias. O capataz da fazenda, José Henrique Vanzetto, também foi condenado e recebeu uma pena de cinco anos e sete meses de prisão. Os dois réus têm o direito de cumprir a pena em regime semi-aberto, porém ainda cabe recurso.

5º feira 15

Estudantes, representantes de ONGs de 17 estados, entre eles da ONG SOS Mata Atlântica, e militantes do MST e do Comitê Universitário em Defesa das Florestas ocupam uma das entradas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo do ato é protestar contra o novo Código Florestal em tramitação no Congresso Nacional. Sem acordo entre os deputados, não houve definição de quem será o relator na Câmara. A coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, disse que o texto muda os princípios constitucionais sobre a conservação das florestas, do meio ambiente e da qualidade de vida, ameaçando a segurança ambiental no país. “Esse manifesto pretende chamar a atenção do governo e mostrar para o Brasil que todas as conquistas da sociedade, do ponto de vista ambiental, estão em xeque a partir das mudanças do código”, disse Malu Ribeiro. “A alteração do Código Florestal é só a ponta do iceberg da desestruturação de todo o sistema nacional de meio ambiente, da Lei da Mata Atlântica, da lei sobre o sistema nacional de conservação”. Os manifestantes reuniram mais de 1,2 milhão de assinaturas contra o novo texto do Código Florestal. O abaixo-assinado foi entregue à Presidência da República.

Um protesto dos movimentos pelos direitos dos homossexuais contra a suspensão da distribuição do chamado *kit homofobia* nas escolas marca a abertura da segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) realizada em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Representantes do Conselho Nacional de LGBT e da Associação Brasileira de LGBT criticaram a decisão do governo de suspender a distribuição de cartilhas com orientações aos estudantes sobre o preconceito contra os homossexuais. Segundo Julian Rodrigues, conselheiro nacional das LGBT, o kit homofobia não é propaganda homossexual, mas uma forma de combater a discriminação desde a escola. Segundo ele, no primeiro ano do governo da presidenta Dilma Rousseff houve um retrocesso nas políticas voltadas aos gays, as lésbicas e transexuais. “Em 2011, tivemos um recrudescimento das políticas para os homossexuais e o aumento da violência. Houve uma espécie de apagão do governo. Ao contrário do que havia no governo Lula, com a Dilma, não temos visibilidade”, disse. De acordo com Rodrigues, um exemplo da falta de prioridade do governo em relação aos movimentos homossexuais foi a presença de apenas três ministros na abertura da conferência. Participaram do evento as ministras Maria do

Rosário, dos Direitos Humanos, Luiza Barros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência. “Na primeira conferência, o Lula veio, discursou e fez todo mundo chorar. Hoje, vieram apenas três ministros. Onde está o Haddad, o Padilha?”, perguntou Rodrigues. Maria do Rosário, contudo, disse que a defesa dos direitos dos homossexuais está entre as prioridades do governo. “Nos espaços deste governo não serão aceitos discriminação. Isso está no programa de governo da presidenta Dilma”, discursou a ministra. Sem citar avanços, Maria do Rosário disse ser preciso comemorar as conquistas. A ministra disse ainda “considerar, respeitar e acolher” todas as críticas feitas ao governo.

Mulheres reunidas no último dia da Terceira Conferência Nacional das Mulheres, que acontece em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), se preparam para voltar aos seus estados de origem. As mulheres avaliaram que, apesar do avanço nos debates políticos desde a primeira Conferência Nacional, ainda persistem desafios, e o maior deles é a implementação das políticas públicas adotadas para garantir mais igualdade entre homens e mulheres. Lúcia Rincon, que participou de todas as três conferências, comemora a evolução do processo de discussão, destacando que neste evento existe número maior de municípios, de mulheres e de instituições criadas –secretarias, assessorias etc.

Estudantes acampados no “Movimento Ocupe Brasília”, no Distrito Federal (região Centro-oeste), caminham até o Congresso Nacional para participar da votação do Estatuto da Juventude, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Eles reivindicam a aprovação do texto com demandas como um Sistema Nacional de Juventude, a meia passagem e a meia entrada para estudantes em todos os eventos culturais, incluindo a Copa de 2014. Avisados de que os jovens tentariam entrar na CCJ para acompanhar a leitura do parecer, a segurança na Casa foi reforçada. Os seguranças impediram os manifestantes de entrar pelo portão principal. Após pressão dos estudantes, os seguranças utilizaram *spray* de pimenta para conter a manifestação. Alguns senadores que participavam da reunião, ao falar com alguns diretores da UNE e da UBES, entrevistaram. Após a intervenção, os manifestantes conseguiram entrar e acompanhar a votação. Mesmo negando ter impedido a entrada dos jovens na reunião, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira, do PMDB-CE, desculpou-se e permitiu o acompanhamento da leitura do relatório sobre o Estatuto.

6º feira 16

Termina sem acordo a reunião entre os sindicatos dos Aeronautas e Aeroviários e o SNEA, ocorrida no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No dia 19, patrões e empregados voltam a conversar, desta vez em Brasília, tendo como mediador o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em campanha salarial desde outubro, os aeroviários (trabalhadores em terra) e os aeronautas (pilotos e comissários) já aprovaram o indicativo de greve de 24 horas para o dia 22 de dezembro, caso não cheguem a um acordo. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 13%, mas as empresas aéreas oferecem 3%, percentual abaixo da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de 6,18%, projetada para este ano. Rui Pessoa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Aéreo do Rio de Janeiro declarou que os representantes das empresas aéreas alegaram na reunião de hoje, que as companhias tiveram prejuízos ao longo do ano e que, por isso, não poderiam conceder o reajuste reivindicado. Ele adiantou, porém, que a categoria está esperançosa de chegar a um acordo e evitar a greve. Por meio da assessoria de comunicação, o SNEA informou apenas que representantes da Força Sindical pediram a intermediação do MPT para uma nova reunião, em Brasília. Os trabalhadores alegam que as empresas estão sendo intransigentes nas negociações salariais. No documento enviado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), os sindicatos que representam as duas categorias anexaram um estudo que mostra que, nos últimos cinco anos, o setor aéreo cresceu, em média, 15,37% ao ano. Já os trabalhadores, segundo o estudo, receberam aumento real de 7,79% no período. A legislação

determina que sejam feitas audiências de conciliação antes do julgamento de dissídios coletivos. Caso haja acordo, o processo é encerrado. Se não houver entendimento, o dissídio vai a julgamento na Sessão de Dissídios Coletivos do TST, formada por nove ministros.

O juiz federal Carlos Eduardo Castro Martins, da Nona Vara Federal no Pará, determina que sejam retomadas as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará (região Norte). A decisão revoga liminar do próprio magistrado, que havia suspenso, em setembro, as obras da usina, por entender que ameaçavam o transporte da população local e poderiam causar danos ambientais irreversíveis. A União e o Consórcio Norte Energia S.A. argumentaram, no recurso, que a obra não impedirá o trânsito de embarcações pesqueiras uma vez que estão previstos mecanismos de transposição provisórios e definitivos, quando a usina já estiver em funcionamento. Para o magistrado, o consórcio também provou que estão sendo desenvolvidos projetos de preservação de espécies, como aquicultura de peixes ornamentais. Ele ainda lembra que muitas dessas solicitações só serão cumpridas ou poderão ser medidas quando a obra estiver em andamento ou já concluída, já que, atualmente, tudo é baseado em estudos prévios. Com a decisão, estão liberadas as obras no leito do rio Xingu, como implantação de portos e barragens, explosões, escavação de canais e outras intervenções necessárias para a construção da hidrelétrica.

Cerca de 100 militantes da Via Campesina e do MST participam de ato solene no Palácio Piratini, na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), para assinatura do convênio entre o governo do estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O convênio destina, por meio do INCRA, o valor de R\$ 130 milhões para assentar cerca de mil famílias e qualificar assentamentos no estado, com a aquisição de 14 mil ha em áreas rurais. Os militantes afirmam ser uma vitória do movimento, devido aos atos e realizados. Participam do ato o secretário do Desenvolvimento Rural, Ivar Pavan, o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luiz Fernando Mainardi, o superintendente do INCRA, Roberto Ramos, o delegado regional do MDA, Nilton Pinho de Bem e o deputado federal Dionilso Marcon (PT), além do governador do estado Tarso Genro (PT), que elogiou a atuação dos militantes, que pressionaram o Estado para que suas demandas fossem atendidas.

Sábado 17

Mais de 100 pessoas se reúnem em São Paulo – SP (região Sudeste) no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) para protestar contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. Com cartazes, megafones e instrumentos musicais, os manifestantes –alguns com o corpo pintado de verde– pediram à presidenta Dilma Rousseff que desista de avançar com o projeto. Indígenas do Alto Xingu também participaram do protesto, dançaram e tocaram instrumentos tradicionais. O índio Farema, da etnia Kalapalo, disse estar preocupado com a possibilidade de a usina afetar os peixes dos rios da região. “Não podemos construir essa usina. Nosso alimento é o peixe. Alto Xingu não come animal, só peixe. Estamos preocupados é com a usina acabar com tudo, estragar tudo”. No dia 16, o juiz Carlos Eduardo Castro Martins, da Nona Vara Federal no Pará, determinou a retomada das obras de Belo Monte. A decisão revoga liminar do próprio magistrado, que havia suspenso, em setembro, as obras da usina no curso do rio Xingu, por entender que ameaçavam o transporte da população local e poderiam causar danos ambientais irreversíveis.

Cerca de 50 de pessoas protestam na orla de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a construção da Usina de Belo Monte. Com o slogan “Belo Monte: com Meu Dinheiro Não!”, manifestantes carregaram cartazes, acusando o governo de gastar dinheiro público no empreendimento, orçado em R\$ 26 milhões. Eles alegam que a obra vai prejudicar o meio ambiente e a vida dos povos indígenas e das populações tradicionais da Amazônia. A marcha foi organizada pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre e ocorreu também em oito estados e no

Distrito Federal. A representante do movimento no Rio de Janeiro, Maíra Irigaray, explicou que o objetivo do protesto é informar à população que a obra deve passar de R\$ 30 bilhões e que 80% desse dinheiro será repassado pelo BNDES com juros abaixo do cobrado pelo mercado e prazo de 30 anos para pagar, segundo ela. A construção de Belo Monte é um dos maiores empreendimentos do PAC e, se concluída, será a terceira maior hidrelétrica do mundo, com potência instalada de 12 mil megawatts (MW) e geração média de 4 mil MW. Ambientalistas e organizações indígenas e ribeirinhas da região do Xingu criticam o projeto, que deve alagar uma área de 516 km quadrados. No dia 16, o juiz federal Carlos Eduardo Castro Martins, da Nona Vara Federal no Pará, determinou a retomada das obras de Belo Monte. A decisão revoga liminar do próprio magistrado, que havia suspenso, em setembro, as obras da usina no curso do rio Xingu, por entender que ameaçavam o transporte da população local e poderiam causar danos ambientais irreversíveis.

Cerca de 300 militantes do MST do Distrito Federal (região Centro-oeste) participam do Décimo Sexto Encontro Estadual do movimento que ocorre na cidade de Brazilândia – Distrito Federal. Os militantes discutiram a estrutura fundiária do Brasil e do Distrito Federal. São discutidas, também, pautas da juventude, como articulação com jovens de outros setores da região, como urbanos e quilombolas, para ações que utilizem a agitação e propaganda como forma de politização e protesto da juventude. O encontro estadual foi batizado de “Egídio Brunetto”, em homenagem ao militante do MST que faleceu no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) após um acidente de carro no dia 28 de novembro.

Domingo 18

Termina a Segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que teve início no dia 15 em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O tema do evento foi “Por um País Livre da Pobreza e da Discriminação, Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A restauração do texto original do projeto de lei que criminaliza a homofobia foi uma das principais reivindicações da conferência durante o encontro. Foram aprovadas moções de apoio à versão original do projeto que torna a homofobia um crime equivalente ao racismo e ao antissemitismo (perseguição a judeus). De acordo com os participantes, o substitutivo que tramita na Comissão de Direitos Humanos do Senado é genérico e não atende às demandas dos grupos LGBT. “A nova versão não deixa claro que os atos de homofobia são tipificados no Código Penal. Os movimentos entendem que o substitutivo é genérico e cria dificuldade para os juízes interpretarem os casos de homofobia como crimes”, diz Gustavo Bernardes, coordenador-geral dos Direitos LGBT da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. De acordo com Bernardes, o substitutivo –resultado de um acordo entre a relatora, senadora Marta Suplicy (PT), e senadores da comissão– também recebeu críticas por poder resultar em punições mais brandas. Os movimentos LGBT defendem que os casos de homofobia sejam acrescentados à lei antirracismo, que considera crime inafiançável ofensas contra negros. Para esses setores, uma lei à parte não representa garantia que penas semelhantes serão aplicadas em relação à discriminação contra homossexuais. Outra reivindicação aprovada no encontro foi aumentar a articulação entre a União e os governos estaduais e municipais na promoção de políticas públicas específicas. A diretora de Articulação Política e Institucional da prefeitura de Paulista – Pernambuco, Maria Vânia do Nascimento, defende o reforço nas parcerias para a implementação de políticas de assistência à população LGBT. “Além de assistência médica e jurídica diferenciada, é necessário que os municípios elaborem um plano de enfrentamento à homofobia, o que depende do auxílio do governo federal”, explica. Os participantes também reivindicaram o reforço nas campanhas contra a homofobia nos meios de comunicação e uma política de combate ao *bullying* nas escolas. “A inclusão dos homossexuais começa nas escolas, que precisam trabalhar o respeito à diversidade que a sociedade não ensina”, acrescentou Maria Vânia. Promovida pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, em parceria com entidades LGBT, a conferência resultou em reivindicações que serão

repassadas ao governo federal. Depois de três dias de debates, os participantes votaram hoje o relatório final, que definiu as políticas públicas consideradas prioritárias pelo setor.

O Ocupe Brasília chega ao fim depois de permanecer durante uma semana acampado em frente ao Congresso Nacional, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). De mãos dadas, estudantes de diversas partes do país formaram um círculo imenso no Salão Azul do Senado para promover uma “pelada” de encerramento em protesto contra a demora na aprovação do Estatuto da Juventude. Os estudantes usaram a bola autografada pelo deputado Romário, que foi visitar o acampamento. Eles também protestaram pela não regulamentação da meia-entrada em todos os eventos culturais. Após a manifestação, os estudantes desceram pelas escadarias ecoando o Hino Nacional por todo o Senado.

2º feira 19

A Zara Brasil, do Grupo *Inditex*, o MPT e o Ministério do Trabalho e Emprego firmam um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em que a empresa espanhola se compromete a eliminar as precárias condições de trabalho e a garantir qualidade de vida de seus empregados. O TAC estipula uma série de ações da Zara, que demandarão um investimento social de R\$ 3,4 milhões da empresa e criará um fundo de emergência para resolver eventuais situações de precariedade de condições para os trabalhadores. Na versão anterior do TAC, que a Zara não quis assinar, o MPT pedia indenização de R\$ 20 milhões para reparação de danos morais coletivos. “O acordo demonstra o compromisso e o interesse do Grupo Inditex e da Zara Brasil em reforçar o controle da cadeia de suprimentos por meio do cumprimento da legislação brasileira e do Código de Conduta da companhia por parte de seus fornecedores e empresas subcontratadas”, diz nota do Ministério Público do Trabalho. A nota acrescenta que o TAC visa ainda a incentivar a promoção dos direitos humanos, principalmente dos trabalhadores imigrantes. Entre outras ações, estão previstas no TAC a formalização das oficinas de costura e a realização de seminários e reuniões de conscientização com empregadores e trabalhadores. Deverá também ser implementado um serviço de orientação jurídica e administrativa especializada para auxiliar a empresa nos processos de regularização das oficinas de trabalho. Os programas serão realizados por ONGs como o Centro Pastoral do Migrante, o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) e a Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes Brasileiros. Em junho, o MPT e o Ministério do Trabalho descobriram 51 pessoas (46 bolivianos) trabalhando em condições precárias em uma confecção contratada pela Zara em Americana, no interior de São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores eram submetidos a uma jornada média de 14 horas e recebiam o equivalente a R\$ 0,20 por peça de roupa produzida. No mês seguinte, foram encontrados 14 bolivianos em condições semelhantes em duas confecções na cidade de São Paulo.

Um protesto reúne cerca de 200 alunos na frente da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste). Os estudantes protestam contra a expulsão de seis alunos da universidade. Em seguida, os estudantes saíram em passeata pelo campus e interromperam o tráfego de um dos acessos à universidade. Jéssica Trinca, um dos alunos expulsos da instituição pelo despacho publicado no Diário Oficial do Estado do dia 17, reclamou da forma como foi conduzido o processo. “O processo é extremamente arbitrário, não tem nenhuma prova contra mim ou contra os meus amigos”, disse ela, que prometeu ir à Justiça para derrubar a punição. Entre os alunos desligados, cinco eram da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e um da Escola de Comunicações e Artes. A reitoria acusa os estudantes de causar danos ao patrimônio da USP. O despacho do reitor João Grandino Rodas informa que o processo “observou os princípios constitucionais da ampla defesa” e que ele se apoiou no Código de Ética da Universidade para aplicar a penalidade de eliminação do corpo discente.

Representantes do Sindicato Nacional dos Aeroviários e o Sindicato Nacional dos Aeronautas ligados a CUT, junto à representantes do SNEA, participam de reunião de conciliação no TST, na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A proposta inicial de reajuste salarial defendida pelos trabalhadores, de 10 a 14%, chegou a 7%, mas as empresas se propõem a pagar apenas 6,17%. Outro impasse é o piso salarial da função de operador de equipamento. Os sindicalistas defendem o piso de R\$ 1.100, enquanto os representantes do SNEA defendem o piso de R\$ 1.000 –os trabalhadores da categoria são classificados como auxiliar de serviços gerais e tem piso de R\$ 800. Durante o encontro não houve acordo entre as partes e os representantes dos trabalhadores garantem iniciar uma greve no dia 22 de dezembro, mantendo apenas 20% do efetivo trabalhando. A Advocacia Geral da União (AGU), que acompanha a negociação, reivindica junto ao MPT um pedido de arbitragem no TST para impor limites à greve no setor aéreo. Os sindicalistas afirmam ter se esforçado para a conciliação. Os representantes do SNEA afirmam que o aumento do piso de operador de equipamento, função de trabalhadores terceirizados, faz com que as empresas aeroviárias assumam uma responsabilidade de outras empresas, além de afirmar que as empresas não podem dar um reajuste acima do proposto devido ao prejuízo do setor até o terceiro trimestre do ano vigente.

3º feira 20

O processo relativo ao assassinato de auditores do Ministério do Trabalho, em Unaí – Minas Gerais (região Sudeste), episódio que ficou conhecido como Chacina de Unaí, é desmembrado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão da Quinta Turma atendeu a um pedido do Ministério Público para agilizar o julgamento dos acusados. Três fiscais e um motorista foram mortos enquanto verificavam as condições de trabalho na cidade mineira em 2004. O crime resultou na denúncia de nove pessoas, sendo que cinco estão presas, mas não foram julgadas até agora por causa de recursos apresentados pelos acusados que respondem ao processo em liberdade. Uma decisão anterior já havia garantido o julgamento de um dos acusados presos para evitar ainda mais atrasos. Com a nova decisão da Quinta Turma, a medida será aplicada para os demais acusados detidos. Eles serão julgados por júri popular. De acordo com relatório do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), respondem ao processo em liberdade os três acusados de serem os mandantes do crime –prefeito de Unaí, fazendeiro Antério Mânica, seu irmão, também fazendeiro, Norberto Mânica, e o empresário cerealista Hugo Alves Pimenta– e o empresário José Alberto Costa, acusado de intermediar a negociação entre os mandantes e executores. As pessoas responsáveis pelo planejamento e execução do crime estão presas. São elas: Francisco Elder Pinheiro, acusado de montar toda a estrutura para a chacina e de acompanhar a execução pessoalmente, Erinaldo de Vasconcelos Silva, suspeito de matar três das quatro vítimas, Rogério Alan Rocha Rios, suspeito de matar a quarta vítima, William Gomes de Miranda, motorista, e Humberto Ribeiro dos Santos, encarregado de apagar uma das provas do crime (o registro de um dos assassinos no livro de entrada de um hotel).

Dois sindicatos de aeroviários ligados à Força Sindical assinam um acordo trabalhista com o SNEA. Segundo o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aéreo, Uébio José da Silva, os acordos foram fechados pelos sindicatos dos aeroviários do estado do Amazonas (região Norte) e da cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste). De acordo com Silva, os trabalhadores e o sindicato patronal acordaram um reajuste salarial linear para todos os trabalhadores de 6,17%, o que equivale à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor entre dezembro de 2010 e novembro de 2011. Eles também concordaram com o aumento de 10% no piso salarial para auxiliar de serviços gerais, de manutenção de aeronaves, agente de proteção (raio X) e para mecânicos de manutenção. Também serão reajustados em 10% os valores dos vales refeição e da cesta básica. Também está no acordo a criação do piso de R\$ 1 mil para operador de equipamentos. Nos demais itens que tenham reflexos econômicos (diárias, seguros, etc.), será

concedida a inflação do período (6,17%). Os sindicatos de aeroviários (empregados de empresas aéreas que atuam na terra) e aeronautas (que trabalham a bordo das aeronaves) ligadas à Força Sindical, ainda não haviam aprovado a paralisação, ao contrário das entidades ligadas à CUT, que aprovaram e mantém o indicativo de greve para o próximo dia 22. Para Silva, os acordos fechados hoje desestimulam a categoria de cruzar os braços por uma diferença mínima entre o percentual reivindicado pelos trabalhadores e o percentual oferecido pelas empresas aéreas. Silva disse que, juntas, as duas entidades que fecharam acordos hoje representam cerca de 25 mil trabalhadores. O presidente da FENTAC, Celso Klafke, disse que o indicativo de greve para o próximo dia 22 está mantido. A posição da entidade, ligada à CUT, diverge do acordo fechado hoje. “Nós insistimos na necessidade de algum índice de aumento real. Além disso, temos divergência quanto a um novo piso que reivindicamos para operador de equipamento. Nós queremos R\$ 1.100 e eles oferecem R\$ 1.000. São as duas divergências que separam o SNEA e os sindicatos da FENTAC, que são a grande maioria dos aeroviários e dos aeronautas”, disse. Klafke explicou ainda que a categoria não desejava empurrar para o final do ano, próximo ao período de festas, a negociação e a possibilidade de greve: “Nós antecipamos a entrega da pauta em setembro, fizemos esforço para negociar antes, tentamos marcar reunião desde o início de outubro, mas as empresas não aceitaram. Cancelaram reuniões, prometeram contrapropostas e não enviaram. Só em novembro elas fizeram a única proposta de 3% e não se movimentaram mais. Isso fez com que a negociação chegasse neste momento de conflito em uma época muito ruim para todos”.

4º feira 21

O presidente do TST, João Oreste Dalazen, determina que pelo menos 80% dos aeronautas (funcionários de empresas aéreas que trabalham embarcados) e aeroviários (que trabalham em terra) estejam em seus postos de trabalho nos dias que antecedem os feriados de Natal e Ano-Novo. Se as duas categorias cumprirem a promessa de entrar em greve a partir das 23h do dia 22, apenas 20% dos trabalhadores poderão parar nos dias 23, 24, 29, 30 e 31 de dezembro. A decisão da Justiça Trabalhista atende, em parte, ao pedido do SNEA, que requereu percentual mínimo de 90% de trabalhadores ativos durante a greve. Nos outros dias, o presidente do TST determinou a presença de 60% dos trabalhadores das duas categorias para garantir as operações nos aeroportos. Em caso de descumprimento da decisão pelos sindicatos dos trabalhadores, o ministro Dalazen acatou o pedido das companhias aéreas e fixou multa diária de R\$ 100 mil. Inicialmente, os trabalhadores pleiteavam aumento salarial de 13%, mas as empresas ofereceram 3%. No dia 16, o caso foi parar na Justiça do Trabalho. Na primeira audiência de conciliação, que ocorreu no dia 19, não houve acordo: os trabalhadores reduziram a reivindicação para 8%, enquanto as empresas subiram a oferta para 6,17%, que corresponde à variação da inflação. Além disso, as companhias aéreas aceitaram conceder um pequeno aumento de ganho real, acima da inflação, para os trabalhadores do setor, que ameaçam deflagrar greve. O SNEA concordou em dar um aumento de 6,5% aos funcionários, além de manter o que já havia sido acordado, de ganho de 10% nos pisos salariais, nos tíquetes-alimentação e nas cestas básicas, além da criação de um novo piso salarial para operadores de transporte. Até o dia 20, o índice proposto era o de reposição da inflação, de 6,17%. O presidente da FENTAC, Celso Klafke, disse que o novo índice será apresentado aos trabalhadores em assembleias marcadas para o dia 22, quando também será discutida a decisão tomada pelo TST, de obrigar a manutenção de 80% do efetivo nas vésperas do Natal e do Ano-Novo, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil aos sindicatos. Klafke ressaltou que os sindicatos sempre concordaram na manutenção de um mínimo de trabalhadores, mas disse que a medida do TST é um exagero.

5º feira 22

Um grupo de aeroviários em greve realiza um protesto no saguão do Aeroporto de Congonhas, na zona Sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o presidente do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, Reginaldo Alves de Souza, 70% da categoria aderiu à greve iniciada na madrugada deste dia 22. De acordo com a INFRAERO, 28 voos registraram atraso entre as 6h e as 10h. Por volta das 11h, havia 15 voos atrasados e sete foram cancelados. Além disso há filas em todos os balcões de *check-in*, menos no da empresa Avianca. Segundo Alves de Souza, a paralisação ocorre só na capital. A categoria quer 9% de reajuste salarial e 15% de aumento no piso. Foi recusada a proposta do sindicato patronal de 6,17% de reajuste salarial e 10% de correção do piso. Ele informou que às 12h os aeroviários vão suspender a greve porque haverá uma reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Às 17h, a categoria fará uma nova assembleia para analisar a proposta que deve ser apresentada na reunião de conciliação. A diretora do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Marlene Ruza, que representa pilotos e comissários, disse que às 14h a categoria decide, em assembleia na frente do Aeroporto de Congonhas, se entrará em greve. Houve greve ainda no aeroporto de Viracopos, na cidade de Campinas. A greve foi motivada devido a não conciliação da proposta de reajuste da categoria.

O Sindicato Nacional dos Aeroviários e trabalhadores da categoria realizam ato de greve no aeroporto da cidade de Salvador – Bahia (região Nordeste). A greve é motivada devido a não conciliação da proposta de reajuste. A proposta dos trabalhadores gera em torno de 7%, porém a oferta de 6,5%, oferecida pelo SNEA, divide alguns sindicatos estaduais e desmobiliza a greve a nível nacional.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), que reúne pilotos, copilotos e comissários, informou que os trabalhadores do Rio de Janeiro (região Sudeste), de Belém – Pará (região Norte) e de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) decidiram, em assembleias, aceitar a proposta feita no dia 21 pelas empresas aéreas, de reajuste salarial de 6,5% para todas as categorias, incluindo os aeroviários, categoria que reúne quem trabalha em terra. O secretário-geral do SNA, Sérgio Dias, ressaltou que a decisão de entrar ou não em greve à partir da meia-noite de hoje depende da assembleia dos aeronautas de São Paulo, que são a maior parte da categoria. Dias considerou que o avanço na reposição salarial foi pequeno, com margem de apenas 0,33% acima da inflação, mas ressaltou que houve melhoria importante no aumento de 10% do piso salarial das categorias, mesmo percentual aplicado ao auxílio-alimentação e às cestas básicas. Acabou sem acordo a reunião de conciliação que aconteceu na tarde deste dia 22 entre o Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo e as companhias aéreas no TRT. Segundo informou o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aéreo, Uébio José da Silva, as empresas não aceitaram conceder o reajuste de 7% proposto pelo tribunal. Uébio disse que está, no entanto, descartada a possibilidade de uma greve dos aeroviários –pessoal que trabalha em terra– antes do dia 26 devido às condições impostas pelo TRT. De acordo com ele, ficou decidido que, em caso de paralisação, o sindicato deverá informar o início da greve com 72h de antecedência e manter, ao menos, 80% dos funcionários trabalhando. A presidenta do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, informou que os aeroviários (funcionários das empresas aéreas e de serviços aeroportuários que trabalham em terra) iniciaram uma greve nos dois aeroportos do Rio de Janeiro, mesmo sem o apoio dos aeronautas, que decidiram assinar acordo com o SNEA. Segundo a líder sindical, a paralisação começou a despeito da decisão do TST de multar o sindicato em R\$ 100 mil por dia se não houver um mínimo de 80% de funcionários trabalhando. “Nossa greve já começou no Rio, Salvador, em Brasília, em Belo Horizonte e Fortaleza. A adesão está muito boa. O TST é muito rápido e tem mão pesada para punir o trabalhador. Mas nossa dignidade não custa R\$ 100 mil por dia”, disse Selma, na manifestação que ocorreu no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro-Galeão. Ela ressaltou que a ameaça de multa se refere ao descumprimento da ordem judicial de manter 80% dos

funcionários trabalhando nos dias 23 e 24 e 29, 30 e 31 de dezembro. Ela disse que a continuidade da paralisação vai ser definida pelos trabalhadores.

Cerca de 40 servidores do Poder Judiciário realizam protesto durante reunião da Comissão Mista de Orçamento no Congresso Nacional na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Sudeste). O protesto é motivado pelo parecer negativo do reajuste salarial reivindicado pela categoria em torno de 56%. O alvo do protesto é o deputado federal e relator da comissão Arlindo Chinaglia (PT). O deputado foi retirado com escolta de seguranças enquanto os manifestantes atiravam copos de plástico contra o deputado. O deputado afirmou manter a posição e disse que a atitude dos manifestantes é reflexo da própria democracia.

6º feira 23

A paralisação de 24 horas dos funcionários que trabalham em terra no setor aéreo no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), iniciada no dia 22, termina sem alterar a rotina dos aeroportos da cidade. A movimentação era tranquila no Aeroporto Internacional “Antônio Carlos Jobim”, na Ilha do Governador, zona norte do Rio de Janeiro. O TRT determinou que pelo menos 80% dos funcionários trabalhem nos dias que antecedem o Natal e o Ano-Novo, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil para o sindicato. O juiz propôs ainda 7% de reajuste salarial para a categoria.

Servidores do Judiciário e do Ministério Público da União e aposentados realizam um protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra o parecer do relator do projeto de Orçamento para 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que não previu recursos para reajustar os proventos dessas categorias. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional reiniciou a reunião interrompida quando o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), transferiu a reunião do plenário 2 –onde se concentravam cerca de 100 manifestantes– para o plenário 1 (uma sala em frente), onde o acesso só foi permitido a parlamentares e assessores. Os manifestantes estão até agora bloqueando a entrada do plenário 1, onde a comissão está reunida. Mesmo assim, a comissão retomou os trabalhos.

2º feira 26

Cerca de 39 trabalhadores submetidos a regime semelhante ao de escravidão, em processos de colheita mecanizada, são resgatados por ação de fiscalização realizada pelo Ministério Público do Trabalho, PF, Polícia Rodoviária Federal e Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Goiás (região Centro-oeste). Os trabalhadores foram resgatados da fazenda Santa Laura na cidade de Goiatuba, de propriedade da Associação dos Fornecedores de Cana da Usina Bom Sucesso. Os trabalhadores operavam máquinas para o corte de cana-de-açúcar, e a jornada de trabalho era em torno de 24h ininterruptas, mais 3h para o deslocamento, todos os dias da semana, intercalando descansos de 21 horas seguidas. Foram registrados no local dois acidentes devido ao cansaço ao volante envolvendo dois motoristas canavieiros, que operam as máquinas por mais de 20 horas. Não foi registrado atraso no pagamento dos salários, porém não foram incluídas as horas extras e o descanso semanal remunerado. A pena para o proprietário da fazenda é pagar, aos trabalhadores, verbas rescisórias de cerca de R\$ 1 milhão, além dos encargos sociais.

Idosos pequenos proprietários rurais e produtores de abacaxi e maxixe da cidade de São João da Barra – Rio de Janeiro (região Sudeste), que estão sendo vítimas de uso da força para deixar suas casas, recebem liminar em processo movido pelo MPF. O juiz da Vara da Infância, Juventude e do Idoso da cidade de Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro, recebeu denúncias onde a CODIN, responsável pelas desapropriações necessárias para a construção do Porto do Açú, empreendimento

da empresa LLX, do grupo EBX, do empresário Eike Batista, esta usando de força para coagir os proprietários rurais a deixar suas residências. A liminar obriga a prefeitura de São João da Barra sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, a fornecer alimentação, atendimento de saúde e residência temporária a todos os idosos afetados pelas desapropriações. A empresa EBX não se pronunciou sobre o fato, mas informou que todos os idosos da área estão sendo reassentados por livre escolha na Vila da Terra, e outros recebem benefícios do governo estadual.

4º feira 28

Estudantes do curso de Medicina do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), na cidade de Teresópolis – Rio de Janeiro (região Sudeste), realizam greve contra o reajuste das mensalidades em torno de 42% e a precariedade na estrutura oferecida para as aulas práticas no Hospital das Clínicas de Teresópolis e nas unidades básicas de saúde da cidade. Os estudantes reivindicam também a saída do reitor da instituição. Em reunião, os estudantes conquistaram a reposição das atividades acadêmicas perdidas e garantias de melhoras estruturais nos hospitais e nas unidades básicas de saúde, porém o reajuste foi mantido pela instituição, alegando ser necessário para melhorias no ensino. O diretório acadêmico afirma que cerca de 90% dos 918 estudantes aderiram ao movimento.

5º feira 29

Policiais e bombeiros militares deflagram greve no estado do Ceará (região Nordeste). Eles cruzaram os braços para reivindicar diminuição da carga horária, reajuste salarial e mudança no sistema de promoções. O governo diz que estuda a pauta. A Força Nacional de Segurança e o Exército foram chamados para reforçar o policiamento nas ruas de Fortaleza durante o Réveillon.

Sábado 31

O governador do Ceará (região Nordeste), Cid Gomes (PSB), decreta neste situação de emergência em todo o estado devido a greve de policiais e bombeiros militares. Desde o dia 29 de dezembro, eles cruzaram os braços para reivindicar diminuição da carga horária, reajuste salarial e mudança no sistema de promoções. O governo diz que estuda a pauta. A Força Nacional de Segurança e o Exército foram chamados para reforçar o policiamento nas ruas de Fortaleza durante o Réveillon. O governo informou, por meio de nota, que o decreto foi feito “considerando a situação de anormalidade e instabilidade institucional, face cometimento de crimes e infrações disciplinares por militares da PM e Corpo de Bombeiros Militar”.

Glossário de siglas

AGU	Advocacia-Geral da União
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANPG	Associação Nacional de Pós-graduandos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMI	Centro de Apoio ao Migrante
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEF	Caixa Econômica Federal

CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNASI	Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
CONUBES	Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
FENTAC	Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUST	Movimento Urbano dos Sem Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SNA	Sindicato Nacional dos Aeronautas
SNEA	Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).

Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).

Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP-UERJ).

Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.